



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

ALEXSANDRO COELHO ALENCAR

**VOZES DO CARIRI: MONÓLOGOS E DIÁLOGOS SOBRE A
HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA
NO INTERIOR DO CEARÁ**

**Rio Claro - SP
2019**

ALEXSANDRO COELHO ALENCAR

**Vozes do Cariri: monólogos e diálogos sobre a história da formação de
professores de Matemática no interior do Ceará**

Tese apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica

**Rio Claro - SP
2019**

A368v

Alencar, Alexsandro Coelho

Vozes do Cariri: monólogos e diálogos sobre a história da formação de professores de matemática no interior do Ceará / Alexsandro Coelho Alencar. -- Rio Claro, 2019
347 f. + 1 CD-ROM

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: Antonio Vicente Marafioti Garnica

1. Matemática Estudo e ensino. 2. Professores de matemática. 3. Professores. I.

Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas,
Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ALEXSANDRO COELHO ALENCAR

**Vozes do Cariri: monólogos e diálogos sobre a história da formação de
professores de Matemática no interior do Ceará**

Tese apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica (orientador) - Unesp / Rio Claro (SP)

Profa. Dra. Maria Laura Magalhães Gomes - UFMG / Belo Horizonte (MG)

Prof. Dr. Filipe Santos Fernandes - UFMG / Belo Horizonte (MG)

Profa. Dra. Maria Ednéia Martins-Salandim - Unesp / Bauru (SP)

Profa. Dra. Heloisa da Silva - Unesp / Rio Claro (SP)

Conceito: APROVADO

Rio Claro (SP), 26 de abril de 2019.

Dedico este trabalho a Arthur e Heitor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

A Vicente, Heloisa, Maria Laura, Filipe, Ednéia, Marcelo, Rosa, Luzia, Roger, Vinícius, Marinéia, Diego, Arlete, Ricardo, Flávio, Samanta, Miliam, Luiz, Zé Milton, Bruno, Juliana, Carol, Jorge, Egídio, Laudeci, Vanderli, Andréa, Jéssica, Miguel, Julia, Gouveia, Vanda, João Hélio, Íris e Matheus.

A todos os amigos e colegas do Departamento de Matemática da Universidade Regional do Cariri (Urca), do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Rio Claro) e do Grupo de História Oral e Educação Matemática (Ghoem).

Às instituições: Universidade Regional do Cariri (Urca), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Estadual do Ceará (Uece), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Conselho Estadual de Educação do Ceará, Escola Estadual de Educação Profissional Professor Moreira de Sousa (Juazeiro do Norte/CE), Escola de Ensino Médio Governador Aauto Bezerra (Juazeiro do Norte/CE), Escola de Ensino Médio Dona Antônia Lindalva de Moraes (Milagres/CE), Escola de Ensino Médio Virgílio Távora (Barbalha/CE), Diocese de Crato, Colégio Santa Teresa de Jesus (Crato/CE), Colégio Diocesano do Crato.

Aos depoentes, professores e professoras Wilson, Carlos Alberto, Socorro, Wilami, Eliomar, José Mota, Bezerra, Neide, Lourdes, Edmilson, Quinha e Crispim.

RESUMO

Esta tese emerge como uma composição de histórias e um estudo historiográfico. Histórias de um período, de um passado recente. Histórias, narrativas, historicidades de homens e mulheres do tempo, no tempo e constituidores de temporalidades. Diz sobre formação de professores, e esta comporta diferentes arranjos em virtude da tensão entre as políticas nacionais e as realidades locais, que guardam em si um conjunto vasto de diferenças históricas e culturais. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo construir, a partir de fontes documentais e testemunhais, compreensões históricas sobre a atuação e formação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri, estado do Ceará, com recorte temporal a partir da década de 1970. Para dar conta do nosso objetivo, empreendemos uma pesquisa de caráter qualitativo, na qual optamos pela história oral em Educação Matemática como principal metodologia. O estudo integrou a linha de pesquisa Projeto - Mapeamento da Formação e Atuação de Professores que Ensinam/Ensinarão Matemática no Brasil, encabeçado pelo Grupo de História Oral e Educação Matemática (Ghoem), em atividade na Unesp. Foram entrevistados doze professores que ensinaram Matemática no período e no espaço propostos, e suas narrativas, junto com o escopo teórico-metodológico utilizado, constituíram elementos disparadores para a busca de compreensões acerca da formação e atuação de professores, de um modo geral, e de várias características que compõem/compuseram a configuração educacional no Cariri cearense. Como resultados, compreendemos que a institucionalização da formação de professores, especialmente de Matemática, no estado do Ceará, não fez parte de um planejamento estratégico de educação, mas da acomodação de demandas locais em situações de colapso; que a implementação de um sistema de ensino básico e superior no Cariri cearense apareceu de maneira tardia, tendo como protagonista a Igreja Católica; que os cursos de formação de professores na região eram constituídos de estudantes das classes mais baixas; e, por último, que existem processos de formação de professores que irrompem nas trajetórias de vida dos sujeitos, e estão para além ou aquém dos processos formativos institucionalizados. A pesquisa constitui mais um elemento para a construção de compreensões acerca da história da formação de professores de Matemática no Brasil.

Palavras-chave: História da Educação Matemática. História oral. Formação de professores. Devir-professor.

ABSTRACT

This thesis emerges as a composition of histories and a historiographic study. Stories of a period, a recent past. Stories, narratives, tales of men and women of time, in time and constituents of temporalities. It talks about teacher training, and this involves different arrangements because of the tension between national policies and local realities, which hold within themselves a vast set of historical and cultural differences. In this context, this research aims to build, from documentary and witness sources, historical understandings about the performance and training of teachers who taught Mathematics in the region of Cariri, state of Ceará, with a temporal cut from the 1970s. To accomplish our goal, we undertake a qualitative research, in which we choose oral history in Mathematics Education as the main methodology. The study was part of the research project - Mapping of the Training and Performance of Teachers Teaching / Teaching Mathematics in Brazil, headed by the Group of Oral History and Mathematical Education (Ghoem), in activity at Unesp. Twelve teachers who taught mathematics in the given period and space were interviewed, and their narratives, along with the theoretical-methodological scope used, constituted triggers for the search for understandings about the formation and performance of teachers, in general, and several characteristics that compose / composed the educational configuration in Cariri cearense region. As a result, we understand that the institutionalization of teacher education, especially in Mathematics, in the state of Ceará, was not part of a strategic planning of education. However, it was of the accommodation of local demands in situations of collapse; that the implementation of a system of basic and higher education in the Cariri of Ceará appeared late, with the Catholic Church as its protagonist; that teacher training courses in the region were made up of students from the lower classes; and, finally, that there are teacher training processes that break out in the subjects' life trajectories, and are beyond or below the institutionalized formative processes. The research constitutes one more element for the construction of understandings about the history of the formation of Mathematics teachers in Brazil.

Key Words: History of Mathematics Education. Oral history. Teacher training. Becoming-teacher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alado.....	52
Figura 2 - Alguém lembra	61
Figura 3 - Desafogado	75
Figura 4 - Sem arroteios	83
Figura 5 - No seu devido lugar	101
Figura 6 - Autodidata	110
Figura 7 - Convite aceito	115
Figura 8 - Repatriado	129
Figura 9 - Cultivar	139
Figura 10 - O milagre	151
Figura 11 - Portas	159
Figura 12 - Posição geográfica, dimensões e limites do Ceará	224
Figura 13 - Regiões Metropolitanas do Ceará.....	225
Figura 14 - Localização e abrangência da Região Metropolitana de Fortaleza.....	227
Figura 15 - Localização e abrangência da Região Metropolitana do Cariri.....	228
Figura 16 - Localização e abrangência da Região Metropolitana de Sobral	229
Figura 17 - Distribuição dos cursos presenciais de formação de professores de Matemática no Ceará.....	233
Figura 18 - Distribuição dos polos EaD de Licenciatura em Matemática no estado do Ceará	234
Figura 19 - Distribuição dos municípios cearenses onde há cursos de licenciatura voltados para a formação de professores de Matemática (presenciais ou EaD).	235

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução das instituições públicas de ensino superior no Ceará e relação dos seus respectivos cursos de Matemática	256
Quadro 2 - Vilas cearenses criadas durante o período colonial.....	265

SUMÁRIO

DIÁLOGO SOBRE ABERTURAS	11
MONÓLOGO SOBRE FORMIGA COM ASAS	24
MONÓLOGO SOBRE O FATO DE NINGUÉM LEMBRAR QUE PISOU NUM BATENTE	53
MONÓLOGO SOBRE SAIR DA SALA DA AULA COM A ÁGUA PELO PESCOÇO	62
MONÓLOGO (SOBRE SER) MUITO EXATO, SEM ARRODEIOS...	76
MONÓLOGO SOBRE COLOCAR AS PESSOAS NOS SEUS DEVIDOS LUGARES	84
MONÓLOGO SOBRE SE REBOLAR PARA ESTUDAR	102
MONÓLOGO SOBRE CONVITES PARA QUEM TEM AQUELE DIFERENCIAL	111
MONÓLOGO SOBRE O MEDO DE VIVER UM EXÍLIO	116
MONÓLOGO SOBRE VER AS ROSAS QUE A GENTE AJUDOU A FORMAR	130
MONÓLOGO SOBRE MILAGRES	140
MONÓLOGO SOBRE TER AMIGOS	152
MONÓLOGO SOBRE NUNCA DEIXAR A EDUCAÇÃO	160
MONÓLOGO SOBRE SER LOUCO PELO ASSARÉ	167
DIÁLOGO SOBRE UM PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO	178
Concepções de história	178
A história oral em Educação Matemática.....	189
MONÓLOGO SOBRE UM PERCURSO METODOLÓGICO.....	200
DIÁLOGO SOBRE COLOCAR AS COISAS NOS SEUS DEVIDOS LUGARES	222
A UFC: enfim, uma universidade no Ceará	237
A Uece: interiorizar é preciso	241
A UVA: da Igreja e do Município para o Estado	244
A Urca: um pedaço de cada coisa, novos pedaços espalhados.....	246
IFCE: uma estrutura híbrida	250
Unilab e UFCA: federais no interior	252
DIÁLOGO SOBRE MILAGRES	258
O Ceará: uma ocupação tardia.....	262
Os sertões dos Cariris Novos.....	265
Igreja, religião e religiosidade no Cariri cearense	271
Milagres, guerra, política e religião: a configuração de um novo Cariri.....	276
A influência da Igreja Católica na educação caririense.....	285

DIÁLOGO SOBRE CONVITES PARA QUEM TEM AQUELE DIFERENCIAL	298
Do porvir	298
Dos devires	299
MONÓLOGO SOBRE FECHAMENTO	319
REFERÊNCIAS	324
APÊNDICE A (Roteiro Para as Entrevistas)	331
APÊNDICE B (Modelo da Carta de Retorno)	333
APÊNDICE C (Modelo da Carta de Cessão)	334
ANEXOS (Cartas de Cessão)	335

DIÁLOGO SOBRE ABERTURAS

Este texto traz uma coletânea de histórias e um estudo sobre elas. Histórias de um período, de um passado recente. Adaptando uma famosa conceituação do historiador Marc Bloch, são histórias de homens e mulheres no tempo. Histórias de vidas, de afetos, de formação, de profissionalização... Histórias que dizem da inserção de um grupo de sujeitos em uma carreira, denominada docente; que falam sobre trajetórias, lutas, percalços, privações, angústias, vitórias, alegrias; histórias que fazem surgir temas ligados à política, à cultura, à economia, a condições geo-históricas; histórias que insinuam, que pretendem, que intentam; histórias que nos convidam à leitura, pela potência que têm de suscitar temas históricos e sociais; ou não: nos convidam à leitura simplesmente porque são encantadoras; porque são capazes de capturar a atenção do mais atento historiador/sociólogo/antropólogo (e outros tantos *ólogos*), ou mesmo de um leitor não especialista; que inspiram análises acadêmicas ou apenas estimulam o gosto pela leitura; histórias... literatura.

São histórias que dividem um pesquisador, em uma mesa de escritório, que ora se depara com a vontade de simplesmente contá-las, ora se vê envolto na necessidade de uma escrita técnica, acadêmica, porque, ao fim e ao cabo, as histórias aqui apresentadas são frutos de um trabalho declaradamente historiográfico, que se concretiza no escopo teórico-metodológico mobilizado, nas análises efetuadas. Mas é um trabalho, em certa medida, literário, que se manifesta no estilo de escrita escolhido pelo autor e nas tramas das histórias desses homens e mulheres que com ele colaboraram ao narrar suas histórias de vida pessoal e profissional. Essa atmosfera dual nos faz olhar para este trabalho com uma lente dupla: de um lado, narrativas de professores registradas na forma de monólogos, relatos de suas histórias de vida, com foco em recortes das suas trajetórias escolar e profissional; do outro, narrativas e diálogos do pesquisador. As narrativas, também em forma de monólogos, contam da pesquisa, de uma história de vida, de uma trajetória escolar e profissional, e das consequências de uma escolha metodológica. Os diálogos, por sua vez, esboçam todo um estudo acadêmico, falam das características do espaço/tempo investigado, das apostas teóricas e das análises que ao mesmo tempo que nos permitem compreender, só são possíveis a partir das nossas compreensões.

Levando em consideração o que foi dito, e sabendo tratar-se de uma pesquisa acadêmica, algumas questões já se mostram pertinentes e é preciso elencá-las: afinal, quem são esses homens e mulheres que colaboraram, como depoentes, neste estudo? Que espaços/tempos são esses? Em que contexto histórico eles estão situados? Pretendemos, ao longo das próximas

linhas, responder a essas perguntas. Para isto, se faz necessário, antes, situar em que contexto foi produzida esta coletânea.

Pois bem. As histórias dos professores aqui contadas em seus monólogos são, na verdade, resultado de um trabalho de campo empreendido para a produção de dados de uma pesquisa acadêmica. Os diálogos e monólogos do pesquisador constituem o registro de suas compreensões a partir do cotejamento entre as narrativas dos professores e a mobilização do escopo teórico-metodológico utilizado nesta pesquisa. Referimo-nos à pesquisa de doutorado intitulada *Vozes do Cariri: monólogos e diálogos sobre formação e atuação de professores de Matemática no interior do Ceará*, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Rio Claro. Como se pode ver, o título já delimita os sujeitos e o espaço investigados. Mas uma delimitação mais acurada exige explicitarmos que essa pesquisa está relacionada aos contextos do pesquisador, do orientador e de um Grupo de Pesquisa, suas crenças e concepções teóricas e metodológicas, suas aspirações em torno do quadro estudado e suas relações de pertencimento a um determinado grupo social (professores de matemática).

O trabalho está inserido em uma das linhas de pesquisa do Grupo de História Oral e Educação Matemática (Ghoem), grupo interinstitucional, com sede fixa na Faculdade de Ciências da Unesp, Campus Bauru, que embora esteja ali sediado, agrega pesquisadores de diversas instituições, em vários estados do Brasil, realizando pesquisas a partir de projetos de doutorado, mestrado, iniciação científica, pós-doutorado dentre outros. Muitos desses projetos são financiados por agências de fomento, tais como, CNPq¹, Capes², Fapesp³ ou outras agências⁴. O Ghoem está em atividade desde 2002 e tem como interesse central “o estudo da cultura escolar e o papel da Educação Matemática nessa cultura” (GHOEM, 2017). Embora tenha começado com o interesse quanto ao uso da história oral como recurso metodológico para pesquisas em Educação Matemática, ao longo dos anos, em virtude da difusão proporcionada pelo seu interesse inicial e por agregar interesses dos diversos pesquisadores participantes, o Ghoem ampliou as suas frentes de interesse, incorporando outros temas e outras abordagens teórico-metodológicas que se desdobram, atualmente, em oito linhas de pesquisa, a saber, Projeto - Mapeamento da Formação e Atuação de Professores que Ensinam/Ensinaram

¹ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

³ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

⁴ Informações sobre o Ghoem, acerca das linhas de pesquisa, das instituições participantes, do histórico, demais informações, bem como todo o acervo de produções científicas, podem ser encontradas no site do grupo, no endereço eletrônico www.ghoem.org.

Matemática no Brasil; Análise de Livros Didáticos - Hermenêutica de Profundidade; Escolas Reunidas, Escolas Isoladas: Educação e Educação Matemática em Grupos Escolares; História da Educação Matemática; História Oral e Educação Matemática; História Oral, Narrativas e Formação de Professores: pesquisa e intervenção; IC-GHOEM; e Narrativas e Ensino e Aprendizagem de Matemática (Inclusiva).

O nosso estudo conversa principalmente com as linhas de pesquisa *Projeto - Mapeamento da Formação e Atuação de Professores que Ensinam/Ensinaram Matemática no Brasil, História da Educação Matemática e História Oral e Educação Matemática*, mas está inserido, como projeto, na primeira. O Mapeamento foi iniciado em 2002, como proposta de pesquisa do Ghoem. Inicialmente, intencionava-se estudar a viabilidade da história oral como recurso metodológico para as pesquisas em História da Educação Matemática desenvolvendo, ao mesmo tempo, um mapeamento da formação e atuação de professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil. O projeto foi ganhando adesão e contribuições de diversos pesquisadores pelo país, e à medida que a história oral foi se constituindo como potencialidade para a produção de pesquisas em Educação Matemática, outros temas de estudo foram sendo agregados ao Grupo. O professor Vicente Garnica, um dos fundadores do Grupo e orientador desta pesquisa, ressalta que está claro para todos os membros que, hoje, o Ghoem “trabalha com narrativas”, de modo que “a história oral é um dos modos de criar narrativas, embora não seja o único” (GARNICA, 2015, p. 40). Nesse sentido, o Mapeamento se constitui como um amplo projeto “que alia história oral, historiografia e práticas de formação e atuação de professores de matemática e pretende, como o próprio título já indica, mapear aspectos da cultura matemática escolar” (GARNICA, 2015, p. 48).

A ideia de mapeamento, emprestada da cartografia, procura reelaborar o sentido de mapear. Fazer um mapeamento, portanto, não significa construir um mapa que resulte pronto, acabado. Não significa ter a pretensão de visualizar todas as possibilidades de estudar um “objeto”, como numa prova matemática por exaustão, e apresentá-lo de forma estática. Significa, sim, construir mapas dinâmicos de cada situação estudada, com diferentes escalas; mapas que não se completam, mas se complementam, e não se encerram em si; mapas que ao serem visualizados produzem diferentes imagens para cada observador, porque entendemos que o conteúdo não está no mapa em si, mas, no movimento de constituir o mapeamento, na relação estabelecida entre quem visualiza e o que é visualizado. Nesse sentido, mapear a formação e atuação de professores de Matemática no Brasil é um projeto que, quer seja perpetuado indefinidamente, quer seja desintegrado no próximo instante, não resultará completo nem tem a pretensão de sê-lo, mas terá produzido compreensões, gerado apropriações e disparado

possibilidades outras de pesquisar este vasto campo que é a História da Educação Matemática e de explorar a formação e atuação de professores de Matemática em um país que apresenta inúmeras e gigantescas diferenças sociais, culturais, econômicas e geográficas.

É nesse contexto que as histórias aqui produzidas se inserem. Nosso estudo teve por objetivo elaborar uma história (composta por um conjunto de compreensões históricas) sobre a formação e atuação de professores que ensinaram Matemática na região do Cariri cearense a partir da década de 1970. A escolha do público da pesquisa tem a ver com a inserção do pesquisador nesse meio, professor de um curso de Licenciatura em Matemática na Universidade Regional do Cariri (Urca)⁵, educador matemático e interessado na História da Educação Matemática brasileira, em especial na do estado do Ceará. Essa configuração, aliada às nossas concepções sobre história/historiografia e à aceitação da história oral como meio de produzir fontes historiográficas, fez com que encontrássemos no Mapeamento e no escopo teórico-metodológico do Ghoem as condições profícuas para o desenvolvimento deste trabalho. A escolha do espaço/tempo investigados, por sua vez, tem a ver, principalmente, com dois fatores. O primeiro está relacionado com uma delimitação mais específica do público: professores que ensinaram Matemática na região do Cariri cearense e iniciaram suas carreiras docentes entre as décadas de 1970 e 1980. O segundo está relacionado à própria natureza da nossa escolha metodológica. Uma vez que escolhemos a história oral como principal metodologia para a produção das fontes historiográficas utilizadas, sabemos que essa produção se dá a partir das narrativas orais de depoentes, o que implica, fatalmente, que quanto mais distante o período histórico estudado, menor é a probabilidade de encontrarmos atores que participaram desses processos. Daí resulta uma das limitações da história oral: quando mobilizada para projetos historiográficos, ela viabiliza apenas estudos relacionados à história recente, ou ao que se tem chamado história do presente.

Em se tratando de história oral, esboçaremos brevemente alguns aspectos dessa metodologia, os quais consideramos essenciais relatar aqui. Dizemos “brevemente” e “essenciais” porque não pretendemos, neste texto introdutório, tratar com profundidade da metodologia e de outros assuntos que possam ter sido aqui tangenciados, posto que essas considerações serão retomadas em momento oportuno, nos diálogos que, na continuidade desse texto, expõem nossas compreensões acerca do estudo realizado.

⁵ Instituição estadual de ensino superior, localizada na região do Cariri, sediada no município de Crato (CE). A Urca compõe o quadro das três universidades estaduais no Ceará, junto com a Universidade Estadual do Ceará (Uece) e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

A metodologia da história oral consiste basicamente em construir junto a sujeitos, em um determinado contexto, narrativas orais, utilizando-se de entrevistas que podem ser gravadas e/ou filmadas, e, em seguida, registrar essas narrativas orais na forma escrita. Esses registros escritos, por sua vez, se constituirão como fontes historiográficas intencionalmente produzidas que, junto a outras fontes, como as documentais, por exemplo, irão compor os dados para a produção de uma análise historiográfica do contexto estudado. A história oral é utilizada em vários campos do conhecimento, podendo, por isso, apresentar algumas variações no modo de proceder, nas etapas de desenvolvimento, bem como nas terminologias que denominam tais etapas. No entanto, existe um núcleo que permanece consensual entre os diferentes campos que a utilizam: a captação de narrativas orais por meio de recursos audiovisuais e o registro escrito dessas narrativas para a produção de fontes.

Em Educação Matemática, no Brasil, as pesquisas em história oral são feitas principalmente nos moldes que vêm sendo desenvolvidos pelo Ghoem ao longo de sua história, e as etapas e modos de proceder agregam características gerais, comuns a todos os campos, mas, também, características específicas, oriundas das estabilidades produzidas pelas pesquisas no âmbito do grupo e em face das peculiaridades demandadas pelo campo da Educação Matemática ou por cada pesquisa em particular. Nessa perspectiva, a metodologia não é entendida apenas como um conjunto de procedimentos, pronto para ser aplicado do mesmo modo a qualquer pesquisa, por mais semelhantes que sejam os seus contextos de estudo. É sim um movimento articulado com as teorias mobilizadas, que coloca a viabilidade da metodologia sempre sob suspeição, num processo constante de reavaliação e fundamentação dos procedimentos já estabelecidos, podendo corroborar uns, recusar outros, criar novas estabilidades, reinventar-se.

Desse contínuo processo de reavaliação e fundamentação dos procedimentos e das especificidades do nosso campo de investigação, surge o que denominamos história oral em Educação Matemática (GARNICA, 2015), que é a metodologia da história oral já apropriada para uma área específica. A história oral em Educação Matemática nos moldes desenvolvidos pelo Ghoem é um exemplo da apropriação dessa abordagem para essa área específica. Assim, o tratamento dado ao processo de constituição das fontes historiográficas a partir das narrativas orais dos depoentes segue um conjunto de procedimentos continuamente testado, embora haja “um quadro amplo, relativamente estável, de ações que disparamos ao usar a história oral em nossas pesquisas” (GARNICA, 2015, p. 39). Desse quadro estável, destacamos algumas etapas comuns a todas as pesquisas realizadas no grupo que usam a história oral em Educação Matemática: seleção e contato com os possíveis depoentes; realização das entrevistas;

transcrição literal do áudio produzido pela gravação/filmagem da entrevista; textualização, realizada a partir da transcrição; retorno aos depoentes para apreciação e validação da textualização da entrevista; assinatura de carta de cessão dos direitos autorais da textualização; tratamento dos dados e publicação. Essas etapas constituem um núcleo invariável, ainda que passível de ser revisitado, de ações que realizamos na produção dos dados. Invariável no sentido de *o que fazer*, mas não no *como fazer*, uma vez que cada pesquisa pode demandar diferentes modos de fazer, ou até mesmo acrescentar outras etapas, em virtude do campo teórico mobilizado, das escolhas pessoais do autor ou das peculiaridades do objeto de estudo.

As narrativas dos professores colaboradores desta pesquisa, apresentadas aqui em forma de monólogos são, portanto, as textualizações das entrevistas realizadas com eles. Para a produção das textualizações, no âmbito do Ghoem, procedemos da seguinte forma: após a gravação/filmagem⁶, a entrevista é transcrita na íntegra, mantendo-se todas as hesitações e traços marcantes da oralidade, fase que denominamos *transcrição*. Em seguida, é dado um tratamento ao texto transcrito, excluindo-se repetições, hesitações e traços da oralidade, com o objetivo de tornar o discurso mais fluente em linguagem escrita – visto que a escrita não tem a mesma dinâmica nem segue as mesmas regras que a linguagem oral –, mas procurando não alterar o sentido do que foi dito pelo depoente nem perder, na escrita, suas características, seus “modos de dizer”. Em alguns casos, o pesquisador opta por fazer inclusões, exclusões ou modificar a ordem de algumas passagens, para estabelecer ligações entre uma fala e outra. Ao texto resultante desse tratamento denominamos *textualização*. Por transitar em um meio fluido entre os discursos direto e indireto, a textualização se caracteriza como uma composição, uma interação entre o discurso falado pelo depoente, as escolhas feitas pelo pesquisador ao imprimir seu estilo de escrita e ao tomar decisões sobre exclusões e inclusões, e a consonância (ou revisão) dos depoentes ao texto produzido. Por esse motivo, a textualização carrega também a marca de quem textualiza, daí decorre a compreendermos como uma composição. No entanto, para que seja garantida a não alteração no sentido do que foi dito pelo depoente, depois de efetuada a textualização, ela é devolvida ao colaborador, junto com o áudio (ou vídeo, se for o caso) e a transcrição, para que ele possa avaliar e reconhecer-se (ou não) no texto produzido, e validá-lo (ou não). A partir de então, o depoente pode escolher entre autorizar a publicação do texto como tal, sugerir/efetuar modificações ou até mesmo desistir de participar do estudo.

⁶ Para a nossa pesquisa, em todas as entrevistas optamos por fazer apenas gravação de áudio.

Além desses procedimentos, pode ser feito, ainda, todo um trabalho de pesquisa documental, fundamentação teórica e análise dos dados para a produção de compreensões e para o estabelecimento de uma historiografia do que se pretende estudar.

Por conseguinte, chamemos a atenção para um fator que tem sido objeto de discussão nas pesquisas realizadas no âmbito do Ghoem: a forma de escrita e a disposição do texto. Acreditamos que a forma, a disposição e o estilo literário potencializam modos de leitura e interpretação que, na perspectiva de quem escreve, são capazes de dizer melhor o que está sendo dito. Desse modo, entendemos que a forma não altera apenas o modo de olhar para o conteúdo, altera o conteúdo em si. Para nós, a forma é muito mais do que uma escolha estética, por isso, muitas vezes optamos por romper com os modos de escrita usuais, buscando inspiração em obras literárias ou em outros trabalhos acadêmicos, desde que essa busca fortaleça o nosso processo de escrita e ajude a exibir nossas compreensões. No entanto, não tomamos essa busca como um preceito, mas como uma abertura à espera (ou não) de um acontecimento que faça disparar a adoção de uma forma ou outra, visto que para alguns autores o modo canônico da academia é o que mais o potencializa ou torna mais seguro o trabalho. Se optamos por formas que subvertem os cânones acadêmicos (ou não), não o fazemos simplesmente pelo que isso tem de belo, mas pelo que tem de potente.

Para a apresentação das histórias contadas pelos nossos depoentes, escolhemos escrevê-las na forma de monólogos. A inspiração para esse modo de escrever veio do contato que tivemos com a obra *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear* (ALEKSIÉVITCH, 2016), cuja autora ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 2015. Na obra, a autora entrevistou trabalhadores da central nuclear, médicos, cientistas, moradores ou evacuados da zona de contaminação radiativa na Bielorrússia depois do desastre nuclear de Tchernóbil, num trabalho que levou quase vinte anos para ser concluído. Como toda pesquisa em história oral, a obra foi escrita a partir dos depoimentos orais dos sujeitos inseridos naquela realidade, incluindo o depoimento da própria autora. Em virtude de ser uma obra literária, sem intenções científicas – embora mergulhada em um cenário real, configurando um trabalho histórico –, a autora não pormenoriza a metodologia nem se propõe a fazer análises. Nem precisa! As histórias por si sós já são disparadoras de análises e expõem, de forma particularmente dramática, a vida daqueles homens e mulheres que, depois de passados tantos anos, convivem com o fantasma da radiação, longe dos holofotes que se voltaram para a região na época do desastre, e que ora reaparecem, e de novo somem após serem concluídas as produções midiáticas. É um trabalho que narra as histórias de sujeitos que “a grande história deixa de contar” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 373), de sujeitos que a história insiste em omitir,

mas que têm muito a dizer sobre um assunto quase sempre tratado a partir das estruturas e do contexto político da antiga União Soviética. Um trabalho que se propõe literário, mas cuja autora confessa ser frequentemente acusada de não fazer literatura, mas apenas produzir documentos. Queríamos nós que esta nossa pesquisa fosse acusada do contrário: “isto não é (só) documento, é literatura”.

Como foge aos nossos objetivos entrar nos detalhes desse livro, que se mostra inspirador para qualquer um que pretenda fazer um trabalho a partir de fontes historiográficas, esboçaremos, então, a principal influência dele para o nosso trabalho: a forma de elaboração textual. Os depoimentos dos entrevistados na obra de Aleksiévitich são todos apresentados na forma de monólogos, como se não tivessem sido feitos a partir de uma entrevista, mas de uma fala livre, sem (ou quase sem) interrupções. A autora não especifica os procedimentos de entrevista, mas escreve os textos em um formato que dá a ideia de um monólogo, e os intitula assim.

Inspirados nessa ideia, apresentamos as narrativas dos nossos depoentes em forma de monólogos. É certo que a entrevista não se deu do modo como aqui as apresentamos. Tínhamos um roteiro preestabelecido e procurávamos guiar os entrevistados de modo a cumprir aquilo que propúnhamos no roteiro, uma vez que estávamos interessados nas suas histórias de vida dentro de um contexto, que é o da formação e atuação de professores de Matemática na região do Cariri cearense. No roteiro (que segue anexo no final da tese), focamos perguntas direcionadas ao contexto educacional, à formação e à atuação dos entrevistados. Em seguida transcrevemos as entrevistas na íntegra, com todas as nossas intervenções. Porém, no momento da textualização, retiramos as nossas perguntas e deixamos apenas as falas dos depoentes, de forma que a textualização produzida se constituísse em um monólogo, como queríamos, inspirados pelas *Vozes de Tchernobil*. Também inspirados no livro, intitulamos todas as narrativas de monólogos (*monólogo sobre isso, monólogo sobre aquilo...*), focando, nos títulos, algum assunto que perpassa toda a narrativa ou que aparece de um modo muito peculiar; que diz algo sobre o depoente e ao mesmo tempo nos parece soar instigante à leitura. Assim, objetivamos trazer os nossos depoentes para a frente da cena, com suas histórias, seus regionalismos e suas características individuais, pelo menos no que diz respeito às marcas que podem ser percebidas pela fala e, no limite, expressas pela escrita. Com o formato *monólogos*, o que pretendemos é minimizar a presença do pesquisador no desenrolar das textualizações, de modo que a leitura soe como a fala de um único ator, que é o nosso depoente, para uma plateia da qual o leitor é parte.

O monólogo é um recurso comumente utilizado na literatura, no cinema e no teatro, e segundo Cueto Pérez (1986) se caracteriza por ser um discurso contínuo, proferido por um personagem que pode estar sozinho em cena ou com outros personagens, ocultos ou não presentes, e cujo receptor pode ser o próprio enunciador, algum ente ou pessoa externa, uma plateia, ou um leitor, desde que estes não interajam diretamente com o enunciador. Em uma trama, um monólogo pode ser um momento de revelação, de autoconhecimento ou de ruptura, ou ele pode ser a própria trama, a trama inteira, que por sua vez também pode ser composta por vários monólogos.

Embora na prática um monólogo seja uma fala proferida sem interlocução, Grégis (2006) ressalta a sua natureza dialógica, e afirma que esse dialogismo faz parte da natureza interdiscursiva da linguagem. Essa autora salienta que em um discurso sempre há uma interação entre um *eu* e um *tu*, por mais que os dois (*eu* e *tu*) estejam dentro de um mesmo ser. A existência de um *tu*, dentro ou fora do mesmo ser, pressupõe a vida em sociedade, de seres inseridos em uma mesma dimensão histórica e em uma mesma cultura. Assim, em um monólogo do personagem consigo mesmo, esse outro *eu* interno com quem ele fala não se constitui como um sujeito ou como apenas um espelho do próprio *eu*, mas como uma polifonia de vozes advindas de um contexto social, histórico e cultural em que vive o personagem. O mesmo acontece quando o monólogo é proferido para um espectador/leitor externo. Esse espectador/leitor assume o papel do *outro* polifônico.

Se considerarmos dois tipos de monólogos, sendo um aquele em que o receptor é o próprio enunciador, e o outro aquele em que o receptor é um sujeito externo, nossos monólogos se enquadram nesse segundo caso, e então, o nosso leitor assume o papel de receptor do *outro* polifônico, das vozes que compõem o tecido social e histórico em que está imerso o depoente. É para ele que o enunciado é proferido e é nele que o discurso é refletido.

Além dos monólogos relativos às narrativas dos depoentes, há ainda três outros, de autoria do pesquisador. O primeiro relata a sua trajetória de vida, escolaridade, profissionalização, propensão para o campo da Educação Matemática e inclinações que o levaram ao estabelecimento desta pesquisa; o segundo traz uma cronologia da realização do trabalho de campo, evidenciando a operacionalização da metodologia da história oral naquele espaço pesquisado; e o terceiro esboça as considerações finais da tese.

No que se refere aos capítulos dedicados à exteriorização das nossas compreensões, estes, denominamos diálogos, seguindo a mesma estrutura dos títulos dos monólogos (*diálogo sobre isso, diálogo sobre aquilo...*), fazendo alusão a alguma temática que perpassa o capítulo ou a estrutura dele. Em princípio, tínhamos intitulado esses capítulos da forma mais usual,

nomeando-os de acordo com a temática abordada. No entanto, durante a apreciação no Exame Geral de Qualificação, a Banca Examinadora sugeriu a ideia dos diálogos, fazendo um jogo estético, de modo que todo o texto fosse composto por monólogos e diálogos. Além de acatarmos a sugestão, em algum momento, na hora dar títulos a eles, veio de súbito a ideia de tomar emprestado os títulos de alguns dos monólogos, criando uma relação de analogia entre uns e outros. Dessa forma, os títulos dos diálogos passaram a fazer uma dupla referência: aos monólogos – não todos, pois estes são em maior número – e à temática ou à estrutura do próprio diálogo. A analogia ocorreu em todos, com exceção da relação entre este texto introdutório e o texto dedicado às considerações finais, que obedeceram a uma associação por oposição, no caso, *Diálogo sobre aberturas e Monólogo sobre fechamento*, respectivamente.

Chamemos a atenção ainda para uma outra decisão relevante para a leitura do texto aqui apresentado. Nas primeiras linhas desta introdução, dissemos que este texto traz uma coletânea de histórias e um estudo sobre elas. Por coletânea de histórias, estamos nos referindo às narrativas dos depoentes, apresentadas em seus monólogos. Os diálogos e as narrativas do pesquisador, referentes à metodologia e às considerações finais, constituem o que chamamos de “um estudo sobre elas”, ou seja, o momento em que exteriorizamos as nossas compreensões a partir do referencial teórico e metodológico mobilizado em cotejamento com as narrativas produzidas, quando possível. Com isso, desejamos manter uma proposta que havíamos feito já no texto de qualificação, de que essa coletânea de histórias – as narrativas dos depoentes – pudesse ser lida como um texto literário, como na obra *Vozes de Tchernobil*, que inspirou a forma desse nosso texto. Entretanto, no texto submetido por ocasião daquele exame, inserimos nessas narrativas algumas notas de rodapé, relativas a nomes de cidades, instituições e pessoas citadas pelos depoentes, a contextos específicos da pesquisa, regionalismos, ou termos que achamos importante esclarecer. Ocorre que, no entender da Banca Examinadora, a inserção dessas notas poderia gerar três problemas: o primeiro seria descaracterizar essa pretensão literária do texto, em virtude da presença de notas com fins historiográficos ou explicativos; o segundo referia-se à repetição de várias dessas notas em depoimentos distintos, uma vez que alguns nomes de instituições ou pessoas eram citados por diferentes depoentes; o terceiro dizia respeito à quantidade delas – um total de quase seiscentas –, causando muitas interrupções à leitura do texto.

Para resolver esses problemas, decidimos, então, disponibilizar duas versões dessas narrativas – e aqui estamos falando apenas das textualizações das entrevistas dos depoentes. O conjunto de textualizações que segue no corpo do texto, tendo uma pretensão mais literária, não incluirá nenhuma nota de rodapé. A versão com as notas, mantendo o caráter mais

explicitamente historiográfico, será disponibilizada em plataformas digitais. Um CD-ROM com as narrativas acompanhará o texto impresso, com as textualizações em arquivos no formato PDF; no caso do texto digital, o título do primeiro monólogo, a saber, *Monólogo sobre formiga com asas*, comportará um *link* que encaminhará o leitor para uma pasta hospedada na ferramenta Google Drive⁷, onde acessará *online* os arquivos de todas as textualizações com as notas históricas ou explicativas. Além desses recursos, as textualizações com as notas inclusas serão disponibilizadas também em um banco de dados virtual, o Hemera⁸, que é um sistematizador de textualizações criado pelo Ghoem com o intuito de preservar o acervo de textualizações para que ele possa servir a pesquisas futuras. Desse modo, o nosso intuito é o de constituir uma obra que aproxime o trabalho historiográfico do literário e que, ao mesmo tempo, exemplifique as tramas de composição de compreensões urdidas pela história oral.

Por fim, elencaremos a ordenação dos capítulos para, em seguida, enveredarmos pelas histórias.

Depois deste capítulo introdutório, *Diálogo sobre aberturas*, segue um monólogo de autoria do pesquisador, denominado *Monólogo sobre formiga com asas*, que conta a sua trajetória de vida, focada principalmente nos aspectos escolaridade, formação inicial, profissionalização, e propensão para o campo da Educação Matemática. Para a produção desse monólogo foram realizadas duas entrevistas utilizando o mesmo roteiro e os mesmos procedimentos metodológicos aplicados nas entrevistas com os demais depoentes. No entanto, a narrativa produzida não foi utilizada como objeto de análise para a elaboração de compreensões sobre os temas discutidos nos diálogos, mas tão somente para conhecer o pesquisador e suas motivações em torno do empreendimento desta pesquisa, visto que o período de escolarização e profissionalização difere muito do período investigado em relação aos outros depoentes. Essas entrevistas com o autor da tese foram realizadas por dois pesquisadores externos à pesquisa, Diego Gondim⁹ e Vinícius Tizzo¹⁰, alunos do mesmo programa de pós-graduação do pesquisador. A textualização aqui apresentada refere-se à entrevista realizada por Vinícius Tizzo, pois a outra, realizada por Diego Gondim, acabou enveredando por muitos temas que fugiam aos objetivos da pesquisa, além de ter se tornado muito extensa em relação

⁷ www.google.com.br/drive

⁸ O Hemera é uma ferramenta virtual de armazenamento das textualizações produzidas pelas pesquisas do Ghoem. A ferramenta foi desenvolvida por Fábio Donizeti de Oliveira, como parte do seu trabalho de doutorado (Oliveira, 2013), e pode ser acessada ou baixada no site do grupo (ghoem.org).

⁹ Diego de Matos Gondim.

¹⁰ Vinícius Sanches Tizzo.

ao padrão das que realizamos aqui. Por isso, decidimos arquivá-la para uma possível utilização em projetos futuros.

Depois desse monólogo, segue-se uma sequência de doze monólogos, que são as narrativas dos nossos depoentes, cada um deles intitulado de acordo com um assunto que perpassa cada texto. Trataremos adiante, nos capítulos destinados à metodologia, dos procedimentos realizados para a produção dessas narrativas.

O décimo quinto capítulo, denominado *Diálogo sobre um percurso teórico e metodológico*, esboça as nossas concepções sobre paradigmas históricos e sobre a operação historiográfica, como forma de justificar e balizar a nossa escolha metodológica e a nossa filiação a um dos paradigmas discutidos. Apresenta também um tópico sobre a metodologia, evidenciando suas fases e procedimentos.

Em seguida vem o *Monólogo sobre um percurso metodológico*, que relata a operacionalização da metodologia no campo de pesquisa. O referido monólogo foi produzido pelo pesquisador, porém sem o uso de roteiro ou de entrevista: valeu-se de uma escrita direta, com base nas anotações de um diário de campo.

O *Diálogo sobre colocar as coisas nos seus devidos lugares* apresenta um estudo da instalação e desenvolvimento do sistema de ensino superior no estado do Ceará, dando ênfase à implementação dos cursos de formação de professores de Matemática nas diversas instituições da capital e do interior do estado. Para a produção desse diálogo foram utilizados principalmente documentos de diversas instituições, leis e trabalhos acadêmicos relativos ao tema, sem o cotejamento com as narrativas dos entrevistados.

O *Diálogo sobre milagres* traz um estudo sobre a região do Cariri cearense, abordando a ocupação do seu espaço desde a época da colonização; a formação do seu tecido social; as alterações políticas, sociais e econômicas, com foco na temática da constituição de um sistema instrucional e da influência da Igreja Católica nessa constituição. Nesse diálogo mobilizamos muito da literatura acadêmica local, principalmente no que se refere à história da região, bem como o cotejamento entre essa literatura e as narrativas dos depoentes quando encontramos ressonância entre elas.

No capítulo seguinte, *Diálogo sobre convites para quem tem aquele diferencial*, abordamos o tema formação de professores, a partir de conceitos como territorialização, desterritorialização, linhas de segmentaridade, linhas de fuga, devir, dentre outros, empregados pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, encontrando, nas narrativas dos nossos depoentes, conexões entre esses conceitos e o tema proposto para estudo.

Por último, o capítulo intitulado *Monólogo sobre fechamento*, apresenta as considerações finais. É também um monólogo produzido pelo pesquisador de modo direto, sem a realização de entrevistas ou roteiro. Constitui-se como uma síntese de tudo o que “ouvimos” das vozes do Cariri e das outras vozes que se aproximaram para tecer as nossas compreensões em torno das histórias aqui contadas. Histórias de um passado recente que pulsa nas artérias de um presente vivo, insinuante... Histórias de futuro.

MONÓLOGO SOBRE FORMIGA COM ASAS

Nasci em 1980, na cidade de Caruaru, Pernambuco. Nasci lá em Caruaru, mas não vivi lá. Nem conheço direito, porque foi meio por acaso. Minha família toda é de Araripina, uma cidade no interior de Pernambuco também, só que lá no extremo noroeste do estado, bem na divisa com o Piauí e o Ceará. Tem mais ou menos cem mil habitantes hoje. Meu pai trabalha com gesso, na construção civil. Ele faz forro de casa, essas coisas. E assim que ele casou, foi convidado por um irmão dele para fazer um serviço lá em Caruaru e aí levou minha mãe junto, então eu nasci por lá, e antes que eu completasse um ano eles me levaram de volta para Araripina. Então, quando eu me entendi por gente eu já morava ali, naquele lugar, naquela região e naquela realidade, que tem uma cultura bem diferente daquela do Agreste do Pernambuco. Minha família toda mora lá, meus pais e a geração anterior todinha. Eu moro no Ceará, hoje, mas não tem quase ninguém, só um tio meu. E agora meus filhos também. Tenho dois.

Tem uma coisa que eu acho importante ressaltar: lá no início, assim que eu cheguei – eu não cheguei, meus pais me levaram para Araripina –, a minha avó me adotou. Eu não sei bem quais foram as razões. O que dizem foi que eu adoeci. Minha mãe era marinheira de primeira viagem, minha avó foi lá e viu aquela situação, me pegou, me levou para o hospital e ficou cuidando de mim. Daí a pouco, pronto... Então, quando eu me entendi por gente eu já estava morando na casa da minha avó e chamando minha avó de mãe, embora minha mãe morasse próximo, a uns cem metros, mais ou menos. Mas, onde eu tinha estabelecido meu lugar e minhas coisas, foi na casa da minha avó. Eu estou contando isso porque isso fez uma diferença em relação à minha educação escolar. Depois de mim foram nascendo mais irmãos. Nasceram mais seis, e todos eles ficaram morando lá com a minha mãe. Bom, quando eu fui adotado pela minha avó, eu acho que foi assim que eu cheguei de Caruaru, eu não tinha nem um ano. Então, quando eu tomei consciência do mundo, já estava lá.

Por que que isso fez diferença na minha educação? Porque o meu avô, ele era comerciante. Em termos de condição financeira e de visão de mundo, isso fez a diferença. Essa questão da educação escolar, eles conseguiam visualizar melhor do que o meu pai, ou tinham mais condições de proporcionar isso. Eles tinham aquela coisa da importância de estudar. “Ah você tem que estudar por isso...” Então, eu comecei a fazer pré-escola – a gente chamava pré. Eu comecei, acho que com seis anos, numa escolinha que era do Rotary.

Quando minha mãe se casou com o meu pai, ela se desvincilhou daquele vínculo. Aí passou a ser outra coisa, outra família, outra realidade. E todos eles talvez não tenham

completado o que hoje é o ensino fundamental. Meu pai talvez tenha estudado até a 4ª, 5ª série. Minha mãe, no máximo isso também. Meus avôs também, mas a minha avó ela tinha muito isso de estudar, que estudar era importante e tal. Ela lia, ela fazia conta... Meu avô não lia quase nada, mas conta ele sabia fazer muito bem, porque ele era comerciante. Pelo menos as quatro operações ele fazia bem. Apesar de meu avô ser comerciante, não era um comerciante de peso. Era um açougueiro simples, trabalhava num açougue público e mexia com sítio, gado, mas isso não era uma coisa muito grande, não. A cidade era pequena. Se hoje ela tem cem mil habitantes, na época, sei lá, devia ter uns sessenta mil, talvez, eu suponho. Apesar de ser comerciante, não era de uma família abastada. A gente passou por episódios difíceis. Tinha época que a situação estava boa e a gente conseguia ter as coisas. Depois desandava tudo e daí a pouco a gente não tinha quase nada. Então, era muito difícil. No caso do meu pai, era um pouco diferente do meu avô, era mais difícil, porque o meu pai é trabalhador da construção civil. E aí a minha avó tinha essa coisa de estudar, embora ela não tenha estudado muito. Antes dela casar com o meu avô, ela tinha sido viúva já. O primeiro marido dela também já era viúvo de uma outra relação e tinha filhas. Essas filhas, elas foram professoras. Uma delas faleceu há pouco tempo, acho que perto dos noventa anos de idade. A outra, não sei se ainda vive. Elas eram professoras bem conhecidas na cidade. Não sei se essa coisa da minha avó pelo estudo veio daí, se o primeiro marido dela tinha uma ascensão social, eu não sei bem. Talvez tenha sido daí, mas não consigo saber.

Então, primeiro eu fui fazer, acho que não era pré-escola, acho que era, sei lá, jardim da infância, o que a gente diz que é educação infantil hoje. Eu fiz numa escolinha que era a escolinha do Rotary. Era uma escolinha filantrópica na cidade. Isso com uns cinco anos. Em 1986, com seis anos eu passei para a pré-escola, que hoje é o primeiro ano do ensino fundamental. Aí eu passei para uma escolinha que ficava bem perto da minha casa. Ela era uma escola multisseriada, tinha vários alunos de séries diferentes em uma sala só. Ela era um salão, só um salão. Quando eu me lembro dessa escola, eu lembro de igreja. Parecia uma igreja. Um lugar que para mim era grande. Talvez se eu fosse lá hoje, se aquele prédio ainda estivesse lá, eu acho que não seria mais um prédio grande, mas quando você é pequeno as coisas são maiores. Então, eu via aquele salão e era só isso. Só um salão. Tinha a lousa, as cadeirinhas enfileiradas, e eu me lembro que cada fila era uma série. Quem fazia o pré estava numa fila; quem fazia a primeira série estava em outra; quem fazia a segunda série estava em outra... Eu acho que era só até a terceira série. Era só uma professora responsável, que cuidava de todo mundo. Na cidade tinha escolas com salas de aula, uma sala para cada série. O bairro ficava na periferia da cidade, então, talvez, eu acho que aquela escolinha ali era iniciativa da prefeitura, para ver se

alcançava os alunos do bairro. Na verdade, ela é fruto de uma época em que o Nordeste era mais rural, e a procura por escola era pouca mesmo. Nem todo mundo ia para a escola. Se eu for pensar aqui nos meus pais, por exemplo, que fizeram até a quarta série, no máximo... Então, talvez essa escola seja dessa época, porque as pessoas chamavam a escola de Grupinho: “ah, estuda onde? Lá no Grupinho”. Então, pensando nisso agora, me vêm à cabeça os Grupos Escolares. Mas o Grupo Escolar não era um salão. O Grupo Escolar tinha características bem definidas, uma delas era ter um número mínimo de salas de aula e uma estrutura física parecida com as escolas de hoje. Inclusive o Grupo Escolar era ainda maior que as Escolas Reunidas, por exemplo. Uma Escola Reunida congregava várias escolas isoladas numa cidade que não tinha demanda para a formação de um Grupo Escolar. O Grupo Escolar já era uma coisa maior. Essa escola era só um salão, e as pessoas chamavam de Grupinho. Eu acho que era só um apelido. Eu conversei com a professora, agora, já durante a pesquisa. Eu fui lá conversar com ela para saber como era a escola, quem pagava, como ela trabalhava. Ela me contou que era o município que pagava. Na época, eu não sabia dessas coisas, mas por conta da pesquisa eu tive a curiosidade de ir lá saber.

Lá na cidade tem Maçonaria e Rotary Club. Essas entidades têm esse viés filantrópico, e por isso mantêm até hoje as duas escolinhas lá. Eu sei que mantêm, porque quando eu fui lá, eu fui também atrás disso. Eu fui olhar se ainda existe a escolinha do Rotary e da Maçonaria. E estão lá. Existem ainda. Geralmente, os filhos das pessoas que eram vinculadas ao Rotary e à Maçonaria estudavam em escolas particulares, porque essas escolas têm um aspecto filantrópico, mas os sócios dessas entidades geralmente são de famílias mais abastadas.

Então, quando terminei a alfabetização e fui para a primeira série, eu já mudei de escola. Fui estudar em uma outra que ficava um pouco mais longe de casa. Era uma escola pública. Não sei se lá tinha a pré-escola ou se tinha a partir da primeira série, não me lembro. Eu acho que não tinha pré-escola lá. Acho que me colocaram ali no Grupinho, para quando eu chegasse na primeira série, já fosse para uma escola com todas as características de escola. Ainda se chama Escola Padre Luís Gonzaga. Eu sei que nos anos cinquenta ela foi um Grupo Escolar. Eu fui lá nos arquivos da escola e verifiquei isso. Fica bem centralizada na cidade. Depois que acabaram os Grupos Escolares, ela virou Escola Padre Luís Gonzaga. Eu lembro que ela funcionava com ensino fundamental de manhã e à tarde, e à noite era Escola Normal. Ela tinha sido também as instalações da primeira faculdade que teve na cidade. Depois que a faculdade fez um prédio novo, ainda nos anos oitenta, ela ficou sendo só escola de ensino de primeiro grau e Escola Normal. Ela já tinha toda a estrutura do que a gente entende por escola hoje: salas de aula, diretoria, pátio, refeitório, merenda escolar... É uma escola estadual.

Eu estudei a primeira série nela, em 1987. Quando foi em oitenta e oito, eu fui para a segunda série e já mudei de escola de novo, porque eu fui para uma escola particular. Acho que as coisas melhoraram um pouquinho lá em casa, e aí: “dá para colocar ele numa escola particular”. Era menor do que essa escola pública, mas era uma escola mais vigiada, digamos assim. Porque lá na escola pública era tudo muito solto. Tinha uma professora em cada sala de aula, a professora, inclusive, é minha tia. E nessa escola que eu fui, a segunda, já era uma escola menor. Tinha uma estrutura com salas de aula em dois pisos. Acho que ela funcionava da 1ª à 8ª série do primeiro grau. Eu estudei a segunda série lá. Era particular e eu me incomodava um pouco com algumas coisas que aconteciam. Só tinham duas escolas particulares na cidade, então, quase todo mundo que ia para essas escolas era de famílias mais abastadas. Então, tinha aquela coisa de o pai que vai deixar o filho na escola. Eu ia para a escola a pé, minha mochila não era de marca, era uma mochilona jeans. O meu uniforme era só um. Eles tinham dois, três... Eu notava a diferença nos olhares dos colegas. Eu me incomodava com isso. Uma coisa que me incomodava muito também era eu não ter uma referência de filiação para falar, para assinar o boletim, o diário, essas coisas. Toda vez que alguém perguntava assim: “de quem tu é filho”? Eu ia dizer de quem eu era neto, de quem eu era sobrinho, porque meus pais ninguém conhecia, ninguém sabia nem que eram. Quando perguntavam para os outros lá: “ah, esse aqui é filho do vereador não sei quem”, “esse aqui é filho do dono da casa de peças não sei o que”, “esse aqui é filho do doutor não sei quem”. Eu não tinha a referência nem dos meus pais, porque não eram eles que assinavam como os responsáveis por mim, nem de uma posição social, igual à maioria dos colegas. Então, isso me incomodava muito nessa escola. Estudei lá a segunda série.

Quando foi na terceira, mudei de novo de escola. Mudei porque na terceira série, em oitenta e oito, não sei o que foi que aconteceu, mas voltei para a escola pública. Eu lembro que a família justificava: “não, você vai ter que voltar para a escola pública porque esse ano o negócio está ruim. A gente não está com condição e coisa e tal”. Fui para a escola pública de novo. Não a anterior, uma outra. Essa era maior. Não lembro se tinha segundo grau, mas tinham muitas salas de aula. Tinha também aquela estrutura inteira de escola: pátio, sala de aula, diretoria etc. A escola já tinha muro e porteiro nessa época. Fiquei um ano lá. Na quarta série voltei para a particular de novo, em noventa, a mesma escola. Lá eu fiz a quarta e a quinta série. A sensação era a mesma. Eu acho que piorava, porque você vai crescendo e vai percebendo mais ainda essas diferenças. Eu via muitos olhares diferentes, mas eu também arranjei alguns amigos. Através desses amigos, eu tive acesso a coisas que eu não tinha em casa. Eu ia para a casa deles, e lá tinha, por exemplo, vídeo game, alguns tinham piscina em casa, tinha outro que o pai era sócio da AABB e levava a gente no final de semana... Na minha família não tinha

nada disso. Era só trabalho. Todo mundo trabalhando o tempo todo. Lá em casa era tipo um sítio. Um sítio, mas ficava dentro da cidade, todo rodeado pela cidade, era como se fosse uma ilha. Meu avô criava bicho lá. Criava porco, galinha, guiné, vaca, tirava leite, tinha curral, açude... Era meio sítio. E a cidade querendo devorar. É tanto que assim que o meu avô faleceu, a cidade devorou. Eu lembro de um tempo que na minha casa não tinha luz elétrica. Me lembro de lampião no meio da sala. Isso tinha sido a realidade dos meus tios e dos meus avós até pouco antes de mim. Eu ainda pequeno, lembro quando chegou a luz elétrica lá em casa. Para eles já era um luxo, era uma novidade. Eu me lembro também da primeira TV. Quando os meus tios começaram a ficar adultos, eles começaram a trabalhar também, e aí as coisas melhoraram dentro de casa. Foi aí que vieram essas coisas, luz elétrica, TV, reforma na casa, um piso de cerâmica, porque era aquele cimento liso e pintado. Então, depois que meus tios começaram a trabalhar, foi que começaram a chegar essas coisas, porque meu avô movimentava muito, mas ele também era muito desorganizado. Era uma montanha russa. Às vezes ele conseguia juntar algum patrimônio, um terreno aqui ali ou não sei o quê. Daí a pouco ele vendia tudo a preço de banana. Então, tinha muito disso. Era uma instabilidade muito grande por causa disso. Depois que os meus tios começaram a trabalhar foi que a coisa ficou mais estável. E eles estudavam também.

Quando eu terminei a quinta série, voltei para a escola pública de novo. Só que dessa vez não era com a justificativa de que o negócio estava ruim, era porque, na concepção do pessoal lá de casa, o primário era a base. Feita uma boa base numa escola particular, você poderia ir fazer o ginásio (que não era mais ginásio nos anos noventa) em uma escola pública. Mudei para uma escola que tinha a partir da sexta série para a frente. Era uma escola pública, mas era bem maior. Chamava Ceru, Centro Educacional Rural. Era um projeto do Governo de Pernambuco, que fez essas escolas em várias cidades, tipo escola padrão. No estado inteiro a arquitetura era a mesma. Era uma escola muito conhecida lá em Araripina. Em termos de escola pública diziam: “ah, a melhor escola pública aqui é o Ceru”. O nome era Centro Educacional Rural, mas ela ficava na cidade. Não porque ela fosse uma escola rural, mas porque era uma escola que abarcava a população rural. Vinha gente da zona rural do município inteiro. Vinham os ônibus. A frente da escola era lotada de ônibus, porque tinha muitos alunos do sítio, muita gente que mora lá nos sítios. E era considerada uma escola boa, pelo menos: “ah, é a melhor escola pública que a cidade dispõe”. Aí eu fui para lá. Nessa época, apareceu uma outra escola particular na cidade, maior do que as duas anteriores e mais cara também. Ficou elitizado ali: a classe alta na escola nova. E ela tinha uma coisa de que os alunos, quando terminavam o ensino fundamental, os pais que tinham condições, mandavam para Recife para fazer cursinhos em

colégios maiores da capital. Tinha essa escola particular que eu estudei, ela e mais outra no mesmo porte, que eram escolas mais de classe média baixa, e as escolas públicas. Era bem dividido. A cidade lá sempre foi muito bem dividida nisso. Até hoje é. Os espaços entre as classes sociais são bem divididos. Você percebe nas ruas, nos lugares onde as pessoas se aglomeram, você percebe. Sobrenome tem peso também.

As donas das escolas... a dona da que eu estudei, eu sei que o marido dela era um advogado bem conhecido na cidade. Ela era professora e montou essa escola, mas ela era de uma casta dessas. A outra, da escola que fundaram depois, continua lá. Não sei se era professora, eu não conheço o pessoal, mas eu sei que ela se tornou uma empresária grande no ramo da educação na cidade e até hoje continua. Bom, a cidade tinha algumas escolas públicas. Eu lembro de quatro escolas públicas relativamente grandes. Talvez, tivesse nos outros bairros, na periferia, escolinhas como aquela que eu estudei, mas para dizer: escola que a cidade toda conhece, eu lembro de quatro nessa época.

Estudei no Ceru a partir da sexta série, que foi em noventa e dois, até o primeiro ano do ensino médio, em noventa e cinco. Em noventa e dois meus pais foram embora para Fortaleza. Meu pai arranhou uns serviços para lá e foi embora. Ele já estava indo. Ia lá, passava um mês trabalhando e voltava, através do irmão dele. Ele ficava nesse vai e volta, até que teve uma hora que ele viu que tinha condições de ter trabalho contínuo por lá e decidiu se mudar e levar a família toda. Ele me chamou, mas não quis ir, porque, para mim, a minha avó era minha mãe, a minha casa era ali. Então, mesmo meu pai me chamando eu não fui. Ele foi embora com a minha mãe e com os meus irmãos, que em noventa e dois já eram cinco. Foi para Fortaleza trabalhar na construção civil levando cinco crianças, depois ainda nasceu mais um lá. Eu acredito que deve ter sido muito difícil lá, porque ele foi morar num bairro da periferia de Fortaleza. Fortaleza é enorme, a periferia é violenta, meu pai não tinha estudo e levou a molecada toda para lá. Na época, ele me chamou, eu com doze anos, mas eu não quis ir, porque eu já conseguia estabelecer essa diferença. Eu acho, também, que deve ter tido um papo lá em casa. Meus tios devem ter me alertado. Eu não me lembro se sim, mas talvez eles tenham me alertado de como a coisa não ia ser fácil para o lado de lá se eu acompanhasse. Eu fiquei.

Nessa época eu já trabalhava. Assim que eu tinha completado dez anos, meu avô olhou assim para mim e disse: “já tá bom de levar esse menino para o açougue”. Eu com dez anos de idade já estava nessa. Então, eu estudava de manhã, e quando chegava meio dia, almoçava e ia para o açougue. Ficava lá. Não sabia fazer nada ainda, mas o meu avô tinha uma visão assim: trabalho, trabalho, trabalho... todo mundo tem que trabalhar. Então, ter mais filhos homens na família era mais mão de obra para a gente poder trabalhar e conseguir manter. A partir daí

minha infância, no sentido de infância que tinham os outros meninos da cidade, a minha foi-se. Porque eu ficava o dia inteiro ocupado nisso. Então, além da questão do trabalho, ele tinha uma história de que a gente era proibido de ter amigos. Não podia ter amigos. Ele dizia: “esse negócio de ter amiguinho, coleguinha, só leva para trás. Só atrasa a pessoa. Não leva para lugar nenhum. Só leva para o mau caminho”. Então, ele matava dois cachorros com uma paulada só, que era o de ter mais mão de obra para o trabalho e o de evitar que a gente ficasse na rua, que fosse mal influenciado. Acho que o medo dele era o de a gente se envolver com coisas que iam dar trabalho para a família. Ele tinha medo disso. “Mantenha a cabeça ocupada aí que não tem tempo para isso, não”. Lá em casa as portas eram fechadas. Não entrava ninguém. Não levava amigos em casa, não tinha isso. Nem ele. Eu me lembro que ele tinha um amigo, mas a relação deles dois era muito ali por conta do trabalho. O cara trabalhava com ele, ia para a roça e era isso. Então, ele não tinha amigo de diversão, de farra, de nada disso.

Então, quando foi em noventa e três, a minha avó faleceu subitamente. Muito nova, sessenta e cinco anos ela tinha na época. Não foi uma doença que ela ficou sofrendo um tempão, não. Foi uma coisa rápida e ninguém sabe direito o que aconteceu. Começou com uma pneumonia, algo assim. Passou uma semana no hospital, não sei o que aconteceu por lá, depois levaram para o Ceará, para Juazeiro do Norte. E lá ela faleceu. Ficamos morando só homens na casa: eu, meu avô e três tios. Então, ficou mais difícil. Eu tinha tias também, mas elas já estavam casadas. Elas tinham lá suas casas, suas vidas, suas famílias. Elas cuidavam muito de mim, mas tinham as casas delas. Ficou mais difícil ainda, porque a coisa ficou mais rígida. Não tinha aquela figura feminina ali. O sistema era pesado. Eu me lembro que muito cedo eu escapava à noite. Eu com quatorze anos já começava a sair à noite, sair escondido do meu avô. Ia encontrar com os amigos, ia para a farra, muito cedo. Ele não me tirou da escola, não. Meus tios já tinham essa noção da importância da escola.

Depois que meu pai foi para Fortaleza, eu passei uns oito anos sem ter contato nenhum com ele. Não falava nem por telefone, porque não tinha telefone, a gente não tinha telefone em casa. Meu pai, pior ainda. Naquele tempo a comunicação não era fácil. Não tinha celular, não tinha essa facilidade que tem hoje. Então, quando eu fui falar com o meu pai, já foi depois que eu fiquei adulto e por iniciativa minha. Mesmo assim, eu ainda tinha que pedir um telefone fixo emprestado de alguém para ligar lá para onde o meu pai morava. Ligava para um orelhão que tinha numa bodeguzinha. O cara da bodega ia chamar alguém lá e eu falava com ele, mas isso depois de adulto e por iniciativa minha. Eu enquanto adolescente não tive contato nenhum com meus pais. Não sabia nem como era que estavam. Não tinha noção do que estava acontecendo por lá.

Quando foi em noventa e seis, minha vida deu uma virada, um divisor de águas bem grande. Essa minha tia – na verdade tia-avó –, que foi minha professora na primeira série, ela queria uma escola boa para o filho dela, mas ela não tinha como pagar a escola particular, a melhor escola particular da cidade. Ela visualizava assim: “bom, eu quero que o meu filho estude numa escola boa, mas pública. Como é que eu faço isso”? Ela ficou sabendo da existência das escolas federais, Escola Agrotécnica Federal. Então quis mandar o menino para lá. Mas ele estava prestes a completar dezesseis anos e ela não queria mandar ele para lá sozinho, porque era muito novo, o menino com dezesseis anos e tal. Ficou naquela coisa e lembrou que tinha eu. Foi lá conversar com a minha família, para me mandar para lá junto com meu primo, para que a gente pudesse estudar e fazer companhia um ao outro. A escola era em regime de internato. Ela foi lá em casa e tentou convencer todo mundo. Foi uma polêmica imensa nessa época, porque ninguém queria deixar eu cair no mundo, num colégio interno em outra cidade. Essa escola ficava a quinhentos quilômetros da cidade onde eu morava. Era Belo Jardim o nome da cidade. Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim, que hoje é um campus Instituto Federal de Pernambuco, depois da lei dos Institutos Federais.

Então, ela tentou convencer minha família. Teve uma resistência muito grande, mas eu queria ir. Eu comecei a dizer que queria. Ela foi muito enfática, ia muito lá em casa. Eu não sei o que foi que ela fez nem o que foi que ela disse, mas ela acabou convencendo de que eles me deixassem ir. Meus tios concordaram todos. Meu avô, não. Eu me lembro que ele não concordava, mas pelo fato dos meus tios terem concordado e serem a maioria e tal, eu acabei indo mesmo. Tem uma frase que martela na minha cabeça, a frase dele na época, que fixou até hoje. Ele olhou para mim e disse: “formiga quando quer se perder cria asas”.

Eu fui. Era tudo o que eu queria. Eu queria ir, porque eu me via preso dentro daquele açougue. Eu ficava a tarde inteira. Eu levava as coisas da escola para fazer. Estudava. Tem um detalhe que eu acho que deve ter por aí, mas a gente não tocou nesse assunto: é a questão do meu desempenho na escola. Eu me dava muito bem na escola, sempre me dei muito bem. A escola para mim sempre foi muito fácil, principalmente na escola pública, que eu não me esforçava muito e conseguia dar conta, e dar conta bem. Os alunos todos ficavam: “ah, ele é inteligente” “ele é isso, ele é aquilo”. Talvez tenha sido por essa base que eu tive na escola particular, não sei. Mas eu vi isso também como uma oportunidade de sair dali, porque quando eu pensava que eu ia ficar adulto trabalhando ali, isso me espantava. Então, eu era bom na escola em todas as áreas. E isso me soava como uma oportunidade. Na época, eu gostava mais de Português.

Eu lembro de alguns professores. Todos eram da cidade mesmo. Não lembro as formações deles. Na escola particular, eu lembro bem da professora de Português, das duas. Não sei se lembro dela porque eu gostava da matéria ou se passei a gostar da matéria por causa da professora. Lembro da professora de Ciências e do professor de Matemática, que eram um casal. Eles eram muito bons, muito calmos, muito tranquilos. Quando chegou nessa escola pública, a partir da sexta série, tinha um professor para cada disciplina. O ensino já era mais nas caixinhas. Eu me lembro de vários professores. Dos professores de Matemática do Ceru, eu acho que tive o mesmo professor durante 6^a, 7^a, 8^a série e 1^o ano. Ele era um cara bem jovem, na época. Mas, eu não sei a formação deles. Não me importava com isso, então não lembro se eles eram formados, qual o vínculo que eles tinham com a escola, se eram professores efetivos, não sei. Eu sei que alguns deles, quando eu vou lá na cidade, são professores ainda hoje ou já estão aposentados, alguns. Por conta dessa pesquisa, eu fui também procurar uns documentos nas escolas e eu fui na Dere, que é a Diretoria Regional de Ensino. A pessoa que trabalha no arquivo da Dere foi minha professora de Português lá na escola particular.

Em noventa e seis a gente foi para lá [Escola Agrotécnica Federal]. Eu já tinha feito o primeiro ano do 2^o grau. Ele [meu primo] tinha terminado a 8^a série. Ele é da minha idade, mas era um ano atrasado, não sei por que razão. Eu ia para o segundo ano – da sexta série até o primeiro ano eu continuei na escola pública, na mesma escola. Quando eu já ia para o segundo ano do ensino médio, aconteceu esse corte. A gente foi para essa escola agrotécnica. Chegando lá, eu tive que fazer o primeiro ano de novo, porque era um curso técnico. Não tinha essa coisa de aproveitamento de disciplinas. Para mim tudo bem, porque minha tia colocou na minha cabeça: “vocês vão para uma escola boa. Uma escola que vocês vão aproveitar, vocês vão sugar, vão dar o máximo de vocês para poderem deslanchar, fazerem vestibular”. Então, eu não tive problema nenhum em repetir o primeiro ano. Quando a gente chegou lá, tinham dois núcleos de disciplinas: tinha o núcleo de disciplinas da educação básica e o núcleo técnico. A gente estudava em um turno só as disciplinas do currículo básico e no outro turno as disciplinas do curso técnico, manhã e tarde. No semestre seguinte, invertia. As do curso técnico ficam de manhã e as outras à tarde. Tinha uma pré-seleção. Eu não lembro se fiz prova. Eu lembro que tinha uma análise do histórico escolar, isso era o que mais pesava, as suas notas na escola. Eles faziam uma classificação por aí. Foi tranquilo. Nós fizemos essa pré-seleção, a análise do currículo e entramos. Então, não tive problema nenhum em repetir o primeiro ano. Fiz o primeiro, o segundo e o terceiro ano lá. Todo mundo era a mesma coisa: Técnico em Agropecuária. Tinham quatro turmas de cada série. Então, no primeiro ano tinham quatro turmas, (A, B, C, D), segundo ano e terceiro ano também (A, B, C, D). As turmas eram

divididas, por exemplo, nesse semestre, as turmas A e B, ciclo básico de manhã e técnico à tarde, turmas C e D, o contrário, técnico de manhã e básico à tarde. No semestre seguinte invertia. Então, dava tudo direitinho, encaixava tudo direitinho. A escola era em regime de internato, a gente ficava em uns alojamentos. O internato era só para meninos. As meninas que estudavam na escola eram em regime de semi-internato ou externato. Elas ficavam o dia inteiro, mas tinham que dormir na cidade, na casa de parentes, em pensionato... Também, não tinha muitas meninas na escola. Na minha sala só tinha uma, por exemplo.

A estrutura era a de uma escola.... pensa nesse campus aqui da Unesp. Eu acho que era maior, porque era uma Escola Agrotécnica. Tem um negócio lá na região de Belo Jardim que é muito forte, é a avicultura, a produção de frango – ah, foi aí que eu conheci a minha terra natal, porque Belo Jardim é bem próximo de Caruaru. Então, na escola tinha aqueles galpões imensos de frango e o que era mais forte na escola, assim como era na região, era a avicultura. A gente estudava animais de pequeno porte: frango, codorna e coelhos, no primeiro ano; animais de médio porte, no segundo ano: suíno, caprino e ovino; e no terceiro ano, animais de grande porte: bovino e equino, na parte de Zootecnia. Na parte de Agricultura era a mesma coisa, plantas de pequeno porte no primeiro ano, médio porte no segundo e grande porte no terceiro. É claro que a escola investia mais naquilo que era mais forte na região, que era a avicultura. A escola era grande. Tinha ruas dentro, tinha vários setores: setor de Agroindústria, aí tinha fábrica de ração dentro da escola; setor de Mecanização Agrícola, onde tinham as máquinas, os tratores; o setor de Avicultura, com um monte de galpões de frango; tinha o setor de Agricultura, com hortaliças e fruticultura, tinha muito terreno cultivado e criação de animais. Acabava que a gente trabalhava do mesmo jeito, porque na aula que era do currículo técnico, a gente tinha aula metade do turno, e a outra metade era lá no campo, na prática. Muitas vezes a prática era o serviço técnico mesmo, o que a gente aprendia em sala de aula ia aplicar. Outras vezes era trabalho braçal, a gente ia limpar mato, cuidar de baia de suíno, fazer todo o manejo dos galpões... Aquele manejo, quem fazia não era o técnico, na verdade, era o trabalhador de serviços gerais, mas a gente aprendia a fazer o manejo, porque, como técnico, teríamos que cuidar disso.

A gente ficava a semana inteira na escola. Tinha alojamento, refeitório, lavanderia... Quando terminava a aula, na sexta-feira à tarde, quem morava nas cidades próximas ia para casa, quem morava longe, ficava no colégio. Para compensar isso, existia escala de serviço para quem ficava na escola no final de semana. A gente trabalhava no manejo da escola. Em cada setor tinha aluno escalado. Os alunos do primeiro e do segundo ano trabalhavam nesses serviços, e os alunos do terceiro ano monitoravam. Então, por conta disso, existia uma

hierarquia entre os alunos, que não se dava apenas no espaço institucionalizado, uma hierarquia que se dava fora da escola também. Isso dava conflito.

Tinha atividades de lazer dentro da escola, com salão de jogos, quadras, campos, muita coisa assim. A minha atividade de lazer nessa escola era a banda de música. Eu tocava trompete na banda fanfarra da escola. Eu gostava demais daquilo ali, porque, na banda, eu tinha algumas regalias, e dentro da banda, a hierarquia se dissipava um pouco. A liderança era para os que se dedicavam mais à música, os que tocavam melhor. O maestro gostava daqueles que se dedicavam muito e que, de certa forma, puxavam a banda sozinhos, porque a maioria ia lá só para ter essas regalias. A gente deixava de pagar algumas taxas na escola e tal. Nesse espaço eu era o braço direito do maestro. Eu falo isso porque teve uma influência depois, eu quase que ia para esse caminho aí, depois que terminou a escola.

Com relação à questão de emprego, não tinha para todo mundo, não era garantido que você ia sair de lá e já ia conseguir arrumar emprego. Para mim, a escola funcionava com uma bolha. Tinha um professor que fazia muito medo para a gente. Ele dizia que a gente ficava os três anos lá e que ninguém sabia fazer nada, ninguém sabia dar comida a um pinto: “eu quero ver o que vai ser de vocês quando colocarem o pé lá fora, quando caírem no mundo”. Eu morria de medo disso, porque tinha um monte de disciplinas. Era técnico em agropecuária, então, a gente era técnico em tudo: avicultura, fruticultura, zootecnia, mecanização, agroindústria, topografia... você não tinha como dar conta de tudo, saber de tudo isso. A gente ficava morrendo de medo. Tinha alguns alunos que já iam para lá com um objetivo. Tinha aluno que morava naquelas cidades ali perto, que a família trabalhava com avicultura. Tinha aluno que morava na região do Vale do Rio São Francisco, que a família tinha projeto de fruticultura irrigada. Eles iam para lá com um propósito no curso técnico. Tinha aluno que entrava na escola porque tinha muita vontade de quando sair de lá ir fazer faculdade de Agronomia ou de Veterinária. Eu não tinha nada disso. Eu não tinha nada dessas coisas. Eu nem tinha possibilidade. Até porque, lá na minha família, apesar de ter um sítiozinho, não era um sítio que demandasse um técnico. Era um curral com quatro vaquinhas, quatro galinhas, por assim dizer... Eu não tinha expectativa com isso. E na minha cidade, uma cidade lá no Sertão do Pernambuco, longe do Vale do São Francisco, eu olhava e não via nada na área de Agropecuária. Nem água tinha direito, era um problema eterno de falta d'água nos meses mais secos, com a cidade sendo abastecida por carro-pipa. O forte da cidade é a produção de gesso. Eu acho que tem as maiores minas de gipsita da América do Sul. São três cidades lá no entorno que tem isso, que chama Triângulo do Gesso. Então, o que era que eu estava fazendo em um curso de Agropecuária? Eu tinha muito medo do que iria acontecer comigo quando eu saísse da escola. Eu arranjei grandes amigos lá, e os meus

amigos tinham um ideal. Meu primo queria sair de lá e fazer Direito, queria ser advogado, juiz, promotor... saiu e foi fazer Direito, é tanto que hoje ele trabalha na área. Eu tenho um amigo que dizia que queria ser psicólogo. E hoje ele é. Eu olhava assim e dizia: e eu? O que é que eu quero ser?"... Da minha cidade só tinha nós dois. A maioria dos alunos era proveniente de escola pública. Tinha um ou outro que vinha de família abastada, porque o pai tinha fazenda grande, criação disso, criação daquilo, mas eram poucos, não eram muitos. Eu pensava em fazer um concurso público. Eu focava nisso. Eu vinha de uma geração anos oitenta, que um concurso público era uma coisa muito desejada. Então, fazer concurso para o Banco do Brasil, para a Receita Federal, para o INSS, eu olhava para isso. Não era uma obsessão, mas a ideia era virar concurseiro. Eu queria fazer um curso superior também, mas, nessa época, eu ainda não tinha muito ideia do que fazer.

Quando foi no terceiro ano, o meu avô faleceu. Depois que ele faleceu, o território virou outra coisa. Eu fiquei esses três anos dentro da escola com medo de voltar para casa e não ir trabalhar, não ter emprego, mas ainda eu tinha um lugar. Depois que ele faleceu, o lugar também acabou. Os meus tios, dos três que moravam com a gente, um casou e foi morar em outra casa, outro passou num concurso público para professor em Juazeiro do Norte – é aí que eu vou chegar no Ceará. Na casa ficou só um tio meu, sozinho, inclusive, ele tinha algum problema mental. Ele não trabalhava, ele era o que os termos jurídicos chamam de “não ser plenamente capaz”, mas nós não sabíamos bem o que ele tinha. Minhas tias eram quem cuidavam das coisas dele.

Então, ao terminar o terceiro ano da escola, eu tinha duas expectativas de ir para um lugar. Primeiro, o diretor de uma Escola Agrotécnica no Maranhão foi visitar nossa escola, e quando chegou lá, viu a banda – porque toda vez que vinha alguém importante a banda tocava – e ficou muito interessado. Foi falar com o maestro que queria montar uma banda do mesmo jeito lá na escola “dele”, no Maranhão: “como era que fazia?”, “o que era que precisava?”. Ele queria fazer um projeto, mandar para o Ministério da Educação e tal. Ele conversou com o maestro e perguntou: “tem alguém bom aqui que queira ir para lá?”. O maestro me chamou – porque quando o maestro faltava, era eu quem regia a banda, apesar de ter aprendido música muito ali, fazendo. A gente não estudava muita teoria, mas eu aprendia muita coisa ali. Aprendi a tocar, tocava bem o trompete – me explicou a história do cara e o que ele queria. Ele disse: “eu indiquei você. Tem coragem de ir?”. Eu disse: “tenho”. Eu titubeei um pouco, porque eu disse: “mas eu não tenho formação na área. Eu não entendo de música do jeito que você entende. Eu não tenho tudo isso para chegar lá e comandar”. Ele disse assim: “vá, pegue tudo o que você sabe daqui, tudo o que a gente faz aqui, leve as músicas daqui, implante uma banda igualzinha

lá. Eu sei que você vai saber fazer isso. Depois que você fizer isso, você vai correr atrás de estudar e se formar nessa área. Faça isso”. Eu me empolguei. Só que o cara foi embora para o Maranhão e esfriou. Não voltou mais. Passou... A segunda expectativa foi quando estava pertinho de ir embora da escola. Uma empresa lá de Goiás chegou dizendo: “a gente tá precisando de uns alunos para estagiar na nossa empresa lá em Goiás”. Eu acho que era de criação de bovino de corte. “Mande os alunos para lá”. Fizeram o maior auê com essa história. O diretor chegava nas salas de aula dizendo que os melhores alunos iam ser selecionados para esse estágio em Goiás, uma oportunidade não sei do quê. Eu era o primeiro da fila, porque eu me dedicava muito na escola também. Todo ano saía a lista com os alunos que tiravam as melhores notas e o meu nome estava lá em cima, durante os três anos. Então, eu estava assim... para pegar isso. Isso era no final do ano, em dezembro. Se a empresa chamasse, eu não ia passar nem em casa, eu ia direto para Goiás, porque eu queria sair de uma bolha e entrar em outra, para mostrar que o que eu fiz ali serviu para alguma coisa. Minha tia queria que aquilo ali servisse para a gente ter uma boa base para fazer um vestibular. Eu também pensava nisso, mas se o curso técnico trouxesse alguma coisa, um emprego, uma independência, então, estava valendo. Eu fiquei na escola esperando isso aí. As aulas acabaram e eu fiquei na escola. Todo mundo foi embora. Eu fiquei na escola, no alojamento, sozinho, esperando a empresa mandar o ofício. E cadê? Nada! Me chamaram, disseram: “olha, você vai ter que ir para casa e quando a empresa entrar em contato com a gente, deixa um número que a gente contata você, a gente faz isso”. Então, eu fiz isso. Deixei um número e fui embora para casa. Pronto. Estou esperando até hoje (*risos*).

Quando eu cheguei de volta para casa, estava todo desterritorializado. Não tinha mais nada. A casa, enquanto espaço físico, estava lá, mas enquanto aquela formatação, aquela vida, não tinha mais. As pessoas, o cotidiano, o entorno da casa, cabrito, galinha, guiné... acabou tudo. O açude foi aterrado. Não tinha mais nada. Eu fiquei totalmente desterritorializado. Sem saber o que fazer. Então, o meu tio que tinha ido morar em Juazeiro do Norte entrou em contato comigo e disse: “Alex, vem para cá, que Juazeiro é uma cidade maior. Você vai ter mais expectativa. Você precisa estudar e fazer uma faculdade”. Eu fui para Juazeiro. Fui morar com ele, só eu e ele. Ele professor e eu morando lá com ele. Fui estudar. Quando eu cheguei em Juazeiro, em janeiro de 1999, apesar de eu ter terminado o terceiro ano do ensino médio na Escola Agrotécnica, eu não tinha o diploma de ensino médio, porque eu não fiz o estágio. Tinha que estagiar, fazer o relatório, entregar para poder fechar essa caixinha e ter a formalização. Eu não fechei nada. Eu fiquei esperando e não aconteceu nada. Então, quando cheguei em Juazeiro, ao invés de ir procurar estágio na região para concluir e pegar o diploma, eu me matriculei numa

escola de ensino médio e fui fazer o segundo ano, continuar o primeiro ano que eu tinha parado lá em Araripina. Eu fiz o segundo e o terceiro lá em Juazeiro, ou seja, eu fiz seis anos de ensino médio. Eu fiquei morando com o meu tio e ele que me bancava, mas eu ficava muito incomodado com isso. Ele era o filho mais novo da minha avó, então, para mim, ele é mais irmão do que tio. Ele é mais velho do que eu onze anos, só.

Então, eu estudava. Me matriculei na escola lá, de manhã, mas fui procurar emprego. Eu queria trabalhar. Eu queria fazer de tudo para trabalhar, para eu não ficar um cara com dezoito anos, dezenove anos e totalmente dependente. Eu olhava para isso e ficava incomodado demais, eu queria trabalhar. Ele dizia para mim: “olha, precisa você ir trabalhar, não. Você está aqui em casa. Estude. Vá estudar, porque o que eu quero é que você entre numa faculdade, que você pense em trabalhar depois. Vá se capacitar primeiro”. Mas eu não conseguia, eu queria trabalhar. Passei numa seleção para recenseador do IBGE, no Censo 2000, no terceiro ano do ensino médio. Eu estudava de manhã, mas por causa do recenseamento eu tive que ir para o turno da noite. Na cidade de Juazeiro, uma cidade maior, o pessoal que estudava no turno noturno trabalhava. A escola era aquela bagunça. Era aquele escolão. Ninguém estava aí com nada, ninguém queria nada. O negócio era fraco. A aula começava mais tarde e terminava mais cedo. A escola era bem desmantelada. Eu, que tinha vindo dessa trajetória aí de estudo, dava conta sem muito esforço. Mas, para você ver como são as coisas: é justamente dessa escola que eu tenho uma das melhores lembranças de um professor de Matemática na educação básica. Ele era um cara bem novo, na época. Depois, eu até trabalhei com ele como colega no Instituto Federal. Eu lembro, porque foi a primeira pessoa que eu vi numa sala de aula do ensino médio fazer demonstração. Eu fiquei encantado com aquilo. O cara fazia umas coisas lá de polinômio e fazia a demonstração. Ele não fazia demonstração de tudo, mas do que a gente podia acompanhar, em termos de conteúdo, aquelas demonstrações mais simples, ele fazia. Eu ficava encantado com aquilo ali. Ficava impressionado. E ele tinha um jeito de fazer aquilo, fazia como se estivesse gostando mesmo, deixava tudo parecer muito fácil. Eu gostava de ver aquela empolgação. Minha relação com a Matemática sempre foi boa na escola como um todo, mas nesse momento eu comecei a olhar com outros olhos. Os olhos começaram a brilhar para a Matemática.

O meu tio era professor de Geografia. Ele fazia um curso de especialização nas sextas-feiras à noite. Parece que era uma ou duas sextas-feiras por mês. Nos dias que ele ia para a especialização, eu ia para a sala de aula dele, substituí-lo, dar aula de Geografia. Comecei a entrar em contato ali com a sala de aula, num bairro bem difícil de Juazeiro, um bairro da periferia, na escola Caic. Os professores tinham até medo de ir para lá, na época, porque era

afastado da cidade e tinha que cruzar um pedaço ermo, numa estrada de terra. Hoje está bem urbanizado. Eu com dezenove anos não estava nem aí para isso. Eu ia para lá à noite, substituí-lo, dar aulas de Geografia. Fiz isso durante um semestre. Quando foi ali no final do primeiro semestre, um professor de Matemática precisou se afastar para um tratamento de saúde, alguma coisa assim. Meu tio conversou com a diretora, falou de mim e tal, ela me chamou, perguntou se eu queria ficar com as aulas de Matemática dele. Era no ensino fundamental, mas as turmas tinham uma distorção idade/série enorme. Eu dava aula em 5^a, 6^a série, mas tinha aluno quase da minha idade. Ela perguntou se eu queria ficar com as aulas de Matemática e disse: “olha, é só 5^a série, 6^a série, o conteúdo é facilzinho. Seu tio me falou que você manja”. Eu disse: “tá bom, eu fico”. Ela disse: “traga o seu currículo”. Eu levei uma declaração de que eu tinha terminado o curso em Agropecuária. Ela pegou essa declaração, juntou lá e pronto: eu fui dar aula contratado pelo Estado, contrato temporário pelo Estado do Ceará. Poder não podia, porque até a atual LDB já tinha. Isso foi em noventa e nove ou dois mil, mas em virtude da carência de professores, essas coisas aconteciam. Não sei como é que eles conseguiam justificar isso junto à Diretoria Regional de Ensino, à Secretaria de Educação, eu sei que chegava lá, cadastrava e acabou. Dei aula por um semestre como professor temporário do Estado, em Matemática, no ensino fundamental.

Foi aí que eu comecei a entrar em contato com isso. Comecei a pensar em que curso fazer. Porque quando eu cheguei em Juazeiro, comecei a ver o que era que tinha de faculdade e de curso de graduação. Eu tinha uma afeição por Publicidade e Propaganda, mas não tinha faculdade pública com esse curso na época no Cariri, ainda hoje não tem. O que era que tinha na região do Cariri que eu pudesse fazer um curso e me formar? Instituição pública de ensino superior só tinha a Urca e o Cefet, mas o Cefet era ensino profissional e tecnológico, eu não queria. Já tinha saído da Escola Agrotécnica e já chega. Mesmo que fosse de nível técnico ou graduação, eu nem olhava para lá. A única universidade que tinha era a Urca. O que era que tinha na Urca? Tinha Direito, Enfermagem e Licenciaturas. Licenciatura em Geografia, História, Letras, Biologia e Matemática. Eu olhava para a Urca e pensava: “do que tem aqui, o que é que eu quero fazer? O que é que eu gosto?”. Tinha uma certa pressão, não era muito grande, eu diria uma sugestão da família em dizer assim: “ah, vá fazer Direito ou Enfermagem”. Porque Direito e Enfermagem eram os cursos mais concorridos da Urca. Todo mundo queria fazer Direito ou Enfermagem. Até hoje, eu acho que são os cursos mais concorridos. Os dois cursos na Urca são muito bons. Mas eu nunca gostei da área de Direito. Não tinha afeição. Da área de saúde eu também não gostava. Chegou a Faculdade de Medicina lá. Não pública ainda, a particular, primeiro. A prefeitura ofereceu umas bolsas lá para participar de um cursinho pré-

vestibular e selecionou uns alunos na escola. Eu fui um desses selecionados. Fui fazer cursinho para poder fazer o vestibular da Faculdade de Medicina. A prefeitura dizia que daquele cursinho ali, quem passasse no vestibular ganharia uma bolsa. Eu fui. Ainda fiz esse vestibular, mas não passei. Talvez eu não tivesse tanto interesse, fui fazer mais por desengano de consciência. Depois, fui fazer o vestibular para a Urca: “o que é que tem na Urca que você gosta?”. Eu olhava e via dois cursos que eu gostaria de fazer na Urca: Letras ou Matemática. Era um desses dois, porque eu sempre gostei de Português, na escola básica, eu tinha essa afeição. Eu dizia: “vou fazer Letras ou Matemática”. Às vezes eu olhava para Matemática e sei lá, o curso já tinha aquela fama de que era pesado, era difícil de terminar. Tive uma ideia rápida: “vou fazer é Biologia, porque fazendo Biologia eu posso ensinar Matemática também”. Era comum. Tinha muito professor de Matemática na região que era formado em Biologia. Por algum momento eu pensei em fazer. Meu tio chegou para mim e disse: “se você for fazer para ser professor de Matemática, vá fazer para a sua área específica. Vai fazer uma coisa torta? Se for fazer Biologia, vá para ser biólogo. Agora, se você quer ser professor de Matemática, então, vá fazer Matemática”. Eu fiquei ali entre Letras e Matemática. Depois acabei decidindo pela Matemática, por gostar e também por causa da perspectiva de trabalho. Isso foi em 2000.

O curso de Licenciatura em Matemática – que na época não era Licenciatura em Matemática, era Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática – esse curso tinha sido plenificado na Urca em noventa e três. Então, se ele foi plenificado em noventa e três, a primeira turma deve ter se formado em noventa e sete. E na primeira turma, quantos alunos saem? Seis alunos, sei lá, para uma região daquele tamanho já, uma região que já tinha mais de duzentos mil habitantes só em Juazeiro. Então, a carência vinha daí. Eu me lembro que o meu professor de Química no ensino médio em Juazeiro era formado em Geografia pela Urca. Os professores de Matemática, eu lembro que eles eram formados em Biologia ou Engenharia. Eu tive um professor de Matemática que foi formado em Engenharia de Operação. Na época eu não sabia que ele era engenheiro, eu soube aqui, porque ele foi um dos meus depoentes. Eu estou falando ainda do ensino médio lá em Juazeiro do Norte. Aí, acabei decidindo por fazer Matemática. Entrei no curso pela perspectiva de trabalho, principalmente. Eu entrei no curso em 2001. Para mim, a questão de salário não era uma preocupação, eu não me preocupava em ganhar muito dinheiro. Eu me preocupava em ter uma profissão à qual eu pudesse me dedicar.

Entre na Urca, na graduação em Matemática. Quando eu cheguei no curso eu apanhei um pouco, porque eu estava acostumado com Matemática na educação básica. Para mim aquilo era uma brincadeira. Quando o curso de graduação começou a ficar sério, eu comecei a apanhar. No curso, antes de ter Cálculo I, tinham duas disciplinas de Matemática Básica, uma ou duas,

não lembro bem. Tinha uma professora, era ela excelente. A disciplina era um curso bem puxado sobre conjuntos e funções. Isso melhorou a vida de todo mundo, porque eu tinha estudado funções lá na educação básica e depois para o vestibular. Se você me pedisse para resolver questões do livro de ensino médio, de funções, eu resolvia todas. Mas quando ela começou a dar esse tratamento axiomático e dedutivo do estudo de funções, veio aquele impacto, aquela coisa: “o que é isso?”. Eu sofri um pouco, mas comecei a gostar muito dessa disciplina, em específico do estudo de funções, porque muita coisa para mim começava a fazer sentido. Então, ela fez um estudo com uma base muito boa para que a gente pudesse chegar em Cálculo I mais tranquilo. Não chegamos em Cálculo I de cara. Eu tive uma dificuldade relativa, mas consegui dar conta. Eu comecei a apanhar mais quando começou a pesar, em Estruturas Algébricas e Análise, principalmente. Demorei para pegar o ritmo, para entender que ali a coisa era diferente do ensino médio. Tem um detalhe também: o curso de Matemática é noturno, e durante o dia eu trabalhava, porque até eu entrar na faculdade eu comecei a arranjar emprego. Trabalhei como motorista numa loja de tecidos, trabalhei em fábrica de calçados, numa loja de veículos, vendendo consórcio, trabalhei como vendedor de porta em porta. Passava dois meses em um lugar, três meses em outro.... O que demorou mais tempo foi esse de motorista, que foram oito meses. Então, eu comecei a graduação trabalhando o dia inteiro. Era bem difícil conciliar. O curso de Matemática sempre foi noturno, muitos dos nossos alunos lá trabalham durante o dia. Só que hoje é um pouco diferente. Acho que as coisas melhoraram um pouco. Muitos dos que trabalham são professores. O regime de trabalho é mais maleável e eles têm a opção de trabalharem só um turno, por exemplo. Muitos são de várias cidades do entorno, e a maioria dessas cidades é muito pequena, com cerca de quinze, vinte mil habitantes. Estando dentro da faculdade, rapidinho eles vão trabalhar nas escolas da região.

Bom, eu morava em Juazeiro. Fui tentar arranjar emprego, mas eu ainda tinha aquela ideia de passar em um concurso público. Eu saía fazendo tudo quanto era concurso. Fiz concurso para a Caixa Econômica, para o Banco do Brasil, Banco do Nordeste. Eu lembro que em alguns eu passava, mas ficava numa colocação longe das vagas, ou então, passava, mas era só para cadastro de reserva. Tudo que aparecia eu ia fazendo. Apareceu então um concurso para a Polícia Militar. Eu fiz. No mesmo ano que eu entrei na faculdade fiz esse concurso e passei dentro das vagas. A gente ficou esperando ser chamado, mas demorou dois anos. Fomos chamados em 2003. Então, quando eu fui chamado para a Polícia, eu já estava lá para o quarto, quinto semestre do curso. Foi difícil de novo. Deu uma pancada no curso de Matemática, porque você não vai ser chamado e já vai direto trabalhar. Tem que fazer um curso de treinamento. Esse curso foram oito meses e era aula o dia inteiro. Então, eu tinha dois cursos. Eu tinha um

curso de Matemática para dar conta, noturno, que era pesado, e um curso de Formação de Soldados o dia inteiro, que era mais leve, mas tinha que dar conta dos dois. Lá, a gente estudava as disciplinas ligadas ao militarismo mesmo, os regulamentos da PM, Ordem Unida, essas coisas; disciplinas da área de Direito – eu não gostava de Direito, mas tive que estudar –; algumas disciplinas das áreas de Filosofia e Sociologia, tinha algumas coisas assim também; Educação Física.... Não era muito puxado o nível, mas era cheio de disciplinas. E tinha os treinamentos que a gente precisava: Defesa Pessoal, Técnica Policial Militar, Tiro, Incursões etc. Demandava muita energia. Eu tinha que dividir isso com o curso de graduação. Até que cheguei ao ponto de desistir de uma disciplina lá no curso de Matemática, porque começou a pesar demais e eu não tinha o tempo necessário para estudar a disciplina de Estruturas Algébricas. Eu parei, tranquei essa disciplina e fiz depois.

Depois que terminou o curso da PM, foi mais tranquilo, porque o trabalho tem aquelas escalas e você consegue ter mais tempo para estudar. No início, eu fui designado para trabalhar em um horário que era só das sete da manhã à uma da tarde. Eu tinha o período da tarde para estudar. Foi quando eu comecei de novo a me reorganizar no curso. Quando eu concluí a faculdade eu ainda estava atuando na Polícia. Passei seis anos lá. Durante todo o tempo que fiquei lá, a maior parte eu trabalhei no setor burocrático. Eu trabalhava dentro do quartel, quase nunca fui para a rua. Acabei ficando por ali mesmo. Não tinha uma seleção para isso, todo mundo faz concurso para ser uma coisa só: soldado – ou oficial, se for o caso. Então, na teoria, o serviço de todo mundo é de rua. Mas por conta da necessidade desse trabalho burocrático, muita gente acaba ficando. O quartel tem que funcionar. E para que funcione a atividade fim, tem que ter gente na atividade meio, e o Estado não tinha um quadro técnico trabalhando nesses setores. Você vai ficando, muitas vezes pela habilidade que você mostra em uma ou outra coisa ali durante o curso. O pessoal vê que você consegue lidar bem com esse tipo de serviço e você acaba ficando. Trabalhei em alguns setores lá: na central de operações de rádio patrulha, depois no almoxarifado, e depois no Gabinete do Comando do Batalhão. Esse período foi bom, porque eu tinha tempo livre para estudar. Eu conseguia me dedicar mais ao curso.

Quanto ao curso de Matemática, a maior parte dos professores do nosso curso, na época, era egressa do curso de Matemática da UFC. É um curso bem-conceituado e tem bacharelado e licenciatura. O Programa de Pós-Graduação de lá é muito bom e bem conhecido. Os professores já tinham vínculo efetivo na Urca. O primeiro concurso que teve para a Urca foi em 1994. Entraram poucos professores no departamento. Depois, teve concurso em noventa e oito e 2002, eu acho, 2002 ou 2003. Nesse concurso entrou uma leva de professores muito grande. A maioria deles era egressa do curso de Matemática da UFC e alguns da Paraíba também, acho

que da UFPB e da UFCG. Todos eles tinham mestrado e uns três ou quatro tinham doutorado. Quando esse pessoal chegou, o Projeto Político Pedagógico do curso foi reformulado, deixou de ser Licenciatura em Ciências e passou a ser Licenciatura em Matemática. Então, tirou tudo aquilo de disciplinas de Química, Biologia, aquela parte mais genérica do curso. Trouxeram um curso de Licenciatura em Matemática com uma carga forte do currículo da UFC, mas também um currículo voltado para a formação de professores, Educação Matemática, que até então não tinha. Acho que implantar a Educação Matemática não foi bem uma escolha, mas como tinha que fazer um curso de Licenciatura em Matemática e já tinham saído as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Matemática, foi preciso obedecer ao que estava nas Diretrizes. Saiu também aquela Resolução, com a carga horária dos cursos, com quatrocentas horas de Estágio Supervisionado e quatrocentas horas de Prática de Ensino como Componente Curricular. Esses documentos deram abertura para a área de Educação Matemática se estabelecer em alguns cursos de licenciatura. Quando esses professores chegaram o curso era de Ciências ainda. Eles fizeram essa reformulação, e no próximo concurso que teve, abriram-se vagas para a área de Educação Matemática. Tinha um professor dos mais antigos, do concurso de noventa e oito, que era muito engajado com as questões da Licenciatura, e ainda hoje é. Ele sempre foi muito antenado com isso, o professor Mario. Ele foi um dos grandes incentivadores da Educação Matemática dentro do nosso curso. Ele é professor no nosso curso e no curso de Matemática do Instituto Federal, que surgiu ali em 2002. E dos professores novos que chegaram, teve um que veio de Fortaleza, Paulo César, que também foi muito engajado com a Formação de Professores, não especificamente com a Educação Matemática em si, mas com a licenciatura. Ele tem bacharelado e mestrado em Matemática Pura pela UFC, e agora concluiu o doutorado na Unicamp. Eles sempre partiram na defesa de que o curso, uma vez sendo de licenciatura, a gente precisaria fortalecer a formação de professores. Com isso, o departamento implantou uma grade curricular que contemplava disciplinas na área de Educação Matemática. Eu não sei onde eles foram buscar, mas implantaram. Daí apareceu a Educação Matemática como uma das áreas de atuação dentro da proposta do curso. Essa mudança foi em 2003, mas o curso novo só começou a funcionar em 2004.

Eu tinha entrado no curso em 2001, por isso o curso que eu fiz foi o de Ciências com Habilitação em Matemática. No meu curso não tinha nada de Educação Matemática. Nada! A gente tinha quatro disciplinas de Física, duas de Biologia, duas de Química, Filosofia, Sociologia, Didática Geral, Psicologia do Desenvolvimento, Estágio – e não eram quatrocentas horas. Quem dava a disciplina de Estágio Supervisionado e as disciplinas de Didática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, essas coisas, eram os professores do curso de Pedagogia.

No meu curso inteiro ninguém falava de Educação Matemática, ninguém nem sabia o que era isso. O que tinha mais perto disso era uma disciplina de História da Matemática, que a gente pagava no oitavo semestre. Nas disciplinas pedagógicas não tinha nada de bibliografia na área de Educação Matemática, especificamente. A gente estudava Educação de um modo geral, Libâneo, Paulo Freire e outros autores da área de Educação, mas não faziam essa ponte com a Educação Matemática. Todas as licenciaturas: Geografia, História, Matemática, Biologia... todas tinham disciplinas pedagógicas, mas eu acho que era a mesma ementa para todo mundo.

Tinha gente querendo fazer o curso, porque a carência de professor de Matemática era muito grande. Apesar do curso de Matemática sempre ser um curso de baixa concorrência, tinha procura. O que se mantém mais ou menos na mesma medida hoje. Quando fiz o vestibular, lembro que a concorrência era de cinco para uma vaga. Então, quer dizer, tinha trinta vagas, teve cento e cinquenta candidatos, um número considerável para um curso como Matemática. Às vezes cai um pouco, sobe um pouco, mas a demanda continua.

Depois que terminei o curso, demorei um ano para começar a atuar. As coisas vão acontecendo e às vezes você nem se dá conta. Foi assim: terminei a graduação em 2006, por causa do atraso que eu falei com a disciplina de Estruturas Algébricas. Nesse meio caminho eu já tinha casado, já tinha o meu primeiro filho, que nasceu no final de 2004, em mais da metade da graduação. Terminou o curso de Matemática, eu estava trabalhando na polícia, mas já não queria mais ficar lá. Eu não queria que o meu diploma fosse para a gaveta, que acontecesse o que aconteceu lá com o curso Técnico em Agropecuária. O que eu mais queria era investir na minha formação e continuar na área. Eu pensava: “o primeiro concurso que aparecer na área de Matemática eu vou fazer”. Já não era mais um concurso qualquer. Eu queria fazer um concurso para a área de Matemática para ir lecionar, sair da Polícia Militar e seguir minha carreira como professor de Matemática.

Assim que terminei a graduação eu fui passar um ano no Rio de Janeiro. Em que circunstância? A minha esposa, na época, passou na seleção para o doutorado na Uerj, e eu consegui um afastamento provisório da Polícia para acompanhá-la. Ficamos morando lá por um ano. Nessa ida para o Rio foi quando eu comecei a ter contato com a Educação Matemática – porque na graduação, na disciplina de História da Matemática, a gente tinha um curso com aquele livrão lá do Boyer. O professor demonstrava um monte de coisa lá e era só isso. Eu me incomodava com aquilo, porque eu gostava do contexto, eu não queria ver o conteúdo de História da Matemática despregado do contexto histórico. Esse foi um dos motivos que me fez ir para o mestrado com um projeto vinculado a uma linha de História. – Quando cheguei no Rio, comecei a frequentar um grupo de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação

da Uerj. O grupo trabalhava com currículo e eu comecei a frequentar as reuniões de um projeto de pesquisa sobre o currículo de Ciências, que era coordenado pela professora Elizabeth Macedo. Comecei a ir às reuniões do grupo toda semana, estudar os textos, passei a pensar na possibilidade de um mestrado, coisa que eu não via antes. Teve um momento em que a professora propôs um esboço de um projeto de pesquisa para quem ainda não tivesse. Tinha gente formada em várias áreas nesse grupo, principalmente em Educação. Eu era o único, acho, que era da área de Matemática. A coordenadora tinha licenciatura em Química.

Eu precisava pensar em um projeto de pesquisa voltado para a formação de professores de Matemática e o currículo. Foi quando descobri os textos daqui. Uma das primeiras instituições que aparecia era a Unesp. Eu comecei a ver, a entrar em contato com a Educação Matemática. Montei uma ideia, um projeto. Não lembro bem sobre o que era, mas era algo relacionado à formação de professores de Matemática. Passei um ano lá estudando e fui gostando da coisa, mas tive que voltar para o Ceará, minha licença foi cancelada. O processo chegou num determinado momento que alguém indeferiu. Eu já tinha passado um ano fora, tive que voltar às pressas. Minha esposa ficou lá e eu voltei para o Ceará, voltei para a Polícia. Voltamos ao começo de novo.

Quando foi em maio de 2007, apareceu uma seleção para professor substituto na Urca, que contemplava as áreas de Matemática Pura e Educação Matemática. Tinha tido um concurso na Urca nesse meio caminho aí, que entraram dois professores efetivos na área de Educação Matemática, o professor Régis e a professora Mazé. Só que começou a aparecer concurso em tudo quanto era lugar e esses dois foram embora. Régis voltou para Fortaleza e Mazé voltou para Sobral, que eram as cidades de onde eles tinham vindo. Passaram no concurso lá, um no Instituto Federal [IFCE] e a outra na Universidade Estadual, lá em Sobral, e voltaram. Então, a vaga ficou ociosa. Outra coisa que aconteceu também, nesse período, foi que essa leva de professores que chegou na Urca com mestrado e alguns até com doutorado – e isso deu uma levantada no curso – eles também começaram a ir embora. Começou a chover concurso e eles eram todos de fora. Eles começaram a passar em concursos para as federais dos lugares de onde tinham vindo e foram embora. Voltaram para João Pessoa, Fortaleza, Teresina... e o nosso curso de Matemática foi esvaziando. Já estava pegando um ritmo bom, porque todo ano já tinha egresso do nosso curso indo fazer o mestrado em Matemática na UFC. Apesar do curso ser de licenciatura, esses professores tinham essa pegada de incentivar os meninos para a pesquisa em Matemática. A partir de 2007 apareceu um monte de vaga para professor substituto. Durante um tempão, entre 2007 e 2011, o curso funcionou com um quadro efetivo muito reduzido. A maioria dos professores substitutos tinha só graduação.

Bem, voltando, a seleção abriu em 2007. A minha então esposa me ligou lá do Rio e disse: “abriu uma seleção para a Urca. Faz essa seleção aí”. Eu disse: “eu? Eu vou fazer o quê? Ser professor de nível superior? Não tenho condição”. Ela disse: “o edital pede só graduação. Você não tem graduação na área? Então pronto!”. Eu peguei o edital e fui olhar. Tinha três áreas de atuação: Matemática Pura, Educação Matemática e Estatística. Eu fui olhar para a Educação Matemática, porque lá no Rio de Janeiro eu tinha entrado em contato, estava estudando e tomando gosto pela área. Eu vi os pontos do concurso, hesitei um pouco, mas eu disse: “eu vou”. Me inscrevi na seleção e fui na Universidade, atrás dos professores, principalmente aqueles que gostavam da área, para pedir dicas, orientação, material para estudo etc. Nessa seleção, pelos pontos que tinham no concurso, eu comecei a descobrir muita coisa da Educação Matemática. No final das contas era uma vaga só, e se inscreveram duas pessoas. Antes de eu ter ido lá no curso, ninguém sabia que eu ia fazer. Eu fui, me inscrevi, passei e entrei. Caí direto na graduação, trabalhando com Educação Matemática. Fui aprendendo ali. Fui tendo contato com a área a partir daí, na lida. Eu fui me envolvendo, me envolvendo... e aconteceu. Continuei trabalhando na Polícia também, porque o contrato com a Urca era temporário. Eu podia dividir: trabalhava na Polícia durante o dia, de manhã, até uma hora da tarde, e à noite dava aula no curso de Matemática. Eu exercia essas duas funções totalmente distintas, não tinham nada a ver. Meu trabalho lá dentro do quartel era uma coisa, quando chegava dentro da Urca era outra totalmente diferente. Eu mantive os dois durante algum tempo ainda. Quando já estava com dois anos, meu contrato ia encerrar. Mas antes que encerrasse, não tinha professor, abriram de novo a seleção. Fui fazer de novo. Passei. Ao mesmo tempo abriu uma seleção para professor substituto de Educação Matemática no Instituto Federal em Juazeiro. Eu fiz. Passei também. Agora estava numa sinuca de bico, porque eu tinha um emprego efetivo na Polícia Militar e tinha passado em duas seleções para temporário, uma na Urca e uma no Instituto Federal. Ou eu ficava no Instituto Federal e na PM, ou na Urca e na PM, para manter o vínculo efetivo, segundo os mais sensatos. Eu escolhi sair da Polícia e ficar nesses dois: “vai ser aqui, Instituto Federal e Urca”. Pedi baixa da Polícia. Gerou opiniões diversas. Muita gente perguntava se eu estava doido. “Você tá doido? Você vai deixar um emprego efetivo? Daqui a dois anos esses dois contratos vão acabar e tu vai pra onde? Vai fazer o quê?”. Mas aí eu já estava convicto. A dúvida já tinha ido embora. Eu disse assim: “se quando acabarem esses dois contratos temporários aqui, não abrir seleção de novo, eu não entrar de novo na Urca, no Cefet, tem um monte de escola aí na região, pública e privada, e já tem faculdade privada aqui também. Então, eu já tenho estrada, já tenho o meu currículo, daqui eu só caminho para a frente agora”. Eu pensei isso. Eu fixei isso na minha cabeça: “daqui eu só

caminho para a frente. Não tem mais volta, não. Eu já estou fazendo a estrada aqui na docência, na área de Matemática, na área de Educação Matemática, então é por aqui que eu vou”. Pronto, larguei a Polícia e fui. Fui para a Urca e para o Instituto Federal.

Nossa! Foi muito bom, porque eu era quase pioneiro nesses dois lugares em trabalhar com Educação Matemática. Eu também fui descobrindo e me reinventando. Daí a pouco abriu vaga para mais professor substituto. Entraram duas professoras, Regilânia e Bárbara, com quem eu fiz parceria na área de Educação Matemática. Entraram mais alguns professores e a gente foi meio que estabelecendo ali o campo dentro da região do Cariri. Os primeiros passos tinham sido dados com os dois professores que eu mencionei antes, Régis e Mazé, mas eles passaram pouco tempo e voltaram para as suas cidades. Então, quando a gente chegou lá não tinha nada. Tudo o que se constituiu de Educação Matemática, foi o que a gente foi descobrindo, implementando e inventando. Antes disso, porém, pelo menos um professor da nossa região tinha tido contato com a Educação Matemática, que foi o professor Pimentel. Ele é professor do Departamento de Pedagogia da Urca e também de programas de pós-graduação na instituição, atuando em áreas como Didática das Ciências, Ensino de Ciências e Didática do Ensino Superior. Ele concluiu o doutorado em Educação em 2004, pela UFRN, e o seu trabalho, creio que era algo na área de História da Educação Matemática. Acontece que a atuação dele nessa época não influenciou o curso de Matemática, porque ele é do Departamento de Educação e não atuava no Departamento de Matemática. Alguns professores no Departamento de Educação atuaram no nosso curso, mas mais nas disciplinas de Psicologia, Didática Geral, Estágio Supervisionado e Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. Daí, como tinham disciplinas ligadas ao ensino de Matemática no curso de Pedagogia, o professor Pimentel acabava atuando mais por lá. Depois, quando abriu concurso para a área de Educação Matemática, os professores dessa área assumiram as disciplinas de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino, o que fez com que diminuísse mais ainda o intercâmbio de professores entre esses dois departamentos.

No primeiro concurso abriram duas vagas para Educação Matemática, nas quais entraram os professores Régis e Mazé. Mas, como eu disse há pouco, a quantidade de vagas que abriram por conta da expansão das universidades e dos Institutos Federais foi grande, e esses dois logo fizeram concursos em suas regiões, passaram e foram embora. A partir daí, enquanto não abriu concurso na Urca, as vagas de Educação Matemática e algumas das outras áreas passaram a ser ocupadas por professores substitutos. A gente costumava chamar “substituto de ninguém”, porque na verdade não estava substituindo alguém, mas sim

preenchendo uma lacuna de professores que foram embora e deixaram a vaga ociosa. O correto era ter feito o concurso o mais rápido que pudesse, mas...

O fato é que estava muito difícil a situação na Urca. Com a saída de muitos professores efetivos, o curso de Matemática tinha caído um pouco. Não é desmerecendo o professor substituto pela sua capacidade, mas em termos institucionais, o que eles podem fazer? Até onde eles podem ir? Não ter vínculo efetivo implica muitas restrições. Não ter mestrado implica não poder orientar pesquisa nenhuma. Não pode ter projeto disso, daquilo. O curso caiu mesmo. Não era mais um curso de graduação, era quase um colégio, quase só tinha aula. A pesquisa foi quase toda embora. Depois de muita pressão de vários setores, a Urca acabou abrindo um concurso em 2010, não só para Matemática, mas para todas as áreas. Estava defasada em tudo. Foi uma pressão muito grande para que o Governo implantasse a abertura de novas vagas, porque todos os cursos tinham mudado, tinham reformulado, tinha surgido a carência, mas o Estado não tinha criado as vagas. Tinham algumas vagas perdidas de professores que tinham sido exonerados, aposentados ou que faleceram. Na verdade, foi isso. O concurso que abriu em 2010 não foi oriundo da criação de novas vagas, foi o preenchimento dessas vagas ociosas.

No Departamento de Matemática tem três áreas de atuação. Quando abre concurso, os professores vão para uma dessas três áreas: Estatística, Educação Matemática e Matemática Pura. Para a área de Estatística abriu para a classe de Assistente, professor com mestrado. Para Matemática Pura também. Para Educação Matemática abriu para Auxiliar, porque não tinha expectativa de profissionais com mestrado na área. Foi uma luta. Isso não foi simples. Tinha gente do departamento que não concordava, que dizia: “ah, graduado vai chegar aqui, então vai demandar muito tempo para formar esse pessoal! Daqui que faça mestrado, doutorado...”. Teve um embate político dentro do departamento, mas teve um argumento muito forte que foi o seguinte: “nós não temos profissionais na área de Educação Matemática aqui na região com mestrado ou doutorado. Nem daqui nem dos estados próximos. Então, o que é que vai acontecer? Como está tendo concurso em tudo quanto é universidade no País, vão chegar num dia e vão embora no outro. Amanhã vai todo mundo embora e o curso vai ficar à deriva de novo”. Na área de Matemática Pura, não. Abriu já para Assistente, porque muitos egressos do próprio curso tinham ido fazer mestrado em Fortaleza, então tinha uma expectativa deles voltarem para fazer o concurso, até porque o Programa de Pós-Graduação em Matemática da UFC é muito bem-conceituado, os meninos saem de lá muito gabaritados. No fim das contas abriu o concurso, e para a vaga de Educação Matemática abriu para a classe de Auxiliar. Para a área de Estatística abriram vagas. As professoras que entraram eram uma de Recife e outra de Fortaleza. Para a área de Matemática Pura abriram oito vagas. Dos que entraram, a maioria é

egressa da Urca e terminou o mestrado na UFC. E para a área de Educação Matemática abriram duas vagas. Como o nível exigido para professor Auxiliar é o de pós-graduação *lato sensu*, choveu de gente para fazer. Eu lembro que foram mais de oitenta inscritos, mas lembro também que só dezoito foram fazer a prova. Talvez um monte de inscrição tenha sido indeferida, não sei. Dezoito foram fazer a prova e só tinham duas vagas. Passaram seis no final. Desses seis, dois dos que passaram tinham mestrado, mas não era na área de Educação Matemática, acho que era na área de Educação, porque o edital previa áreas afins. Eu estava entre os seis classificados, e dentro do número de vagas. Depois, alguns anos mais tarde, abriu uma terceira vaga e mais uma professora desse mesmo concurso foi chamada. Então, somos três professores na área de Educação Matemática na Urca, todos egressos do curso. Mas ainda tem professores substitutos. E no quadro de professores do curso de Matemática da Urca em Campos Sales/ não tem um professor efetivo sequer, em nenhuma das áreas. São todos temporários.

Bom, se eu tivesse ficado lá na PM, eu não estaria aqui contando essa história. Como dizia o meu avô: “formiga quando quer se perder cria asas”.

O mestrado veio rápido. Quando eu entrei no curso eu já olhei para cá, para a Unesp. Já queria vir fazer o mestrado aqui. Como a minha ideia era trabalhar com história e formação de professores, eu descobri o Ghoem e o Mapeamento. Comecei a ler e a gostar da ideia de trabalhar com história oral, de ouvir os professores, de entrevistar e registrar as narrativas deles e de produzir com essas narrativas. Comecei a amadurecer essa ideia, até que eu fui num evento, no Enem, aquele Enem que teve lá em Salvador em 2010. Eu fui direto procurar onde estava o Ghoem. Sentei numa sala e fiquei lá olhando as discussões. Vicente estava nessa sala. Eu não conhecia ninguém, cheguei e fiquei por lá. Eu lembro que a Helo estava falando na hora, estava apresentando um trabalho, algo assim. Quando terminaram as apresentações ali naquela sala, eu fui falar com a Dea, não sei por que, mas eu fui conversar com ela, dizer o que eu queria, porque eu estava ali. Ela disse: “olha, você está no lugar certo, porque o projeto da gente é isso mesmo. O Mapeamento é isso. Se você tiver uma proposta de pesquisa nessa área, eu acho que o grupo vai acolher a sua proposta. Conversa com o Vicente, ele é bem acessível. Conversa essas coisas com ele e continua acompanhando o grupo”. Eu peguei o contato dela e também fui conversar com o Vicente. Ele foi bem receptivo, já pediu o meu e-mail para me cadastrar na lista do grupo e eu ficar recebendo os textos. Eu comecei aí. Eu já queria vir para o mestrado aqui, mas foi quando eu entrei na Urca e fiquei no período de estágio probatório, não podia me afastar. Foi quando eu descobri o programa de mestrado em Ensino de Ciências e Matemática lá em Campina Grande, na UEPB. Um colega meu, que tinha terminado Matemática numa época contemporânea à minha, chegou para mim e disse: “Alex, tem um curso de mestrado em

Ensino de Ciências e Matemática na UEPB, em Campina Grande. Dá para a gente fazer. Vamos?”. Eu disse: “oxe! Não sabia, não. Vamos!”. Ele disse: “entra no site da Universidade e tu vai ver: o edital já está aberto”. Eu entrei no site da UEPB e estava tudo lá, o edital aberto. E eu: “é aqui”. A seleção lá era prova escrita, entrevista, currículo e proficiência. Me inscrevi, estudei os pontos todos. Na prova escrita tinha pontos da área de Matemática e de Educação Matemática. Estudei todos os pontos, fiz tudo direitinho e entrei. Fiz um projeto parecido com esse projeto que eu tenho aqui para ir para lá. Pronto! Fui aceito. Quando eu fui aceito, escrevi para o Vicente e falei para ele mais ou menos o que tinha acontecido, do concurso, desse mestrado que apareceu e da possibilidade de eu conseguir fazer o mestrado ainda trabalhando, porque eu estava em estágio probatório, não podia me afastar. Em Campina Grande eu podia ir e voltar. Não é muito perto, são quinhentos quilômetros, mas eu ia e voltava toda semana. Dava aula na Urca e ia para o mestrado. Fiquei nesse vai e vem no primeiro ano, quando estava fazendo as disciplinas, e no segundo ano ficou mais leve. Nisso, quando eu escrevi para o Vicente, eu falei que tinha passado nesse mestrado, mas a minha intenção em fazer o doutorado na Unesp com essa proposta ainda estava valendo. Ele escreveu de volta, me desejou boa sorte e disse que eu fosse e quando terminasse o mestrado me submetesse à seleção para o doutorado na Unesp. Fui.

Cheguei na UEPB e me cadastrei na linha de pesquisa História e Filosofia das Ciências e da Matemática, com uma proposta de trabalho em história oral. No início o meu orientador era o professor Rômulo Marinho do Rêgo, mas ele estava migrando de linha de pesquisa, saindo da linha de História para a linha de Modelagem Matemática. Ao mesmo tempo, o professor José Lamartine Barbosa estava se cadastrando no programa e assumindo o comando da linha de História e Filosofia, na área de atuação Educação Matemática. Quando houve essa transição passei a ser orientando do professor Lamartine, fui o seu primeiro orientando. Ele não absorveu a ideia de trabalhar com história oral, não era ainda uma área de interesse no programa, nem sei se hoje alguém lá trabalha com HO. A gente foi discutindo, discutindo ali, vendo a História da Matemática no Enem, não sei onde... A gente acabou fazendo um trabalho sobre a História da Matemática no livro didático de Matemática do ensino médio. Foi aí que eu fui pesquisar os livros. Fui pesquisar que tipo de discurso circula no livro didático quando o assunto é História da Matemática. O projeto de trabalhar com formação de professores ficou guardado, em *stand by*. Quando foi para a banca, para a qualificação e defesa, conversei com meu orientador e pedi para ele chamar o Vicente para a minha banca, porque eu já queria estreitar os laços, conversar sobre submeter o projeto para cá. Eu pensava que o fato de ele participar desse processo, da leitura da minha dissertação, isso poderia ser uma coisa muito boa ou uma coisa muito ruim.

Então, eu me encorajei e o chamei para participar. Ele participou da banca. Depois da defesa fui conversar com ele sobre o projeto para cá. Ele disse: “então, a seleção vai abrir brevemente. Faça, se inscreva e mande o projeto. Eu não sei quantos candidatos terão. Eu vou abrir uma vaga, terão outros candidatos também, mas você manda o seu projeto e concorre na seleção”. Fui fazer o projeto. Mande para cá e acabei sendo selecionado. Justamente por isso estou aqui com esta pesquisa.

Depois que teve o concurso de 2011, o curso de Matemática na Urca começou a se fortalecer de novo. Entrou uma quantidade de professores efetivos novamente, já com mestrado, um deles já estava terminando o doutorado e agora já concluiu. Outros já saíram para doutorado, e depois disso, muitos alunos começaram de novo a ir para Fortaleza. Então, fortaleceu muito o campo da Matemática de novo na Urca. Fortaleceu também o campo da Educação Matemática. Essa parte também foi muito legal, porque o primeiro professor que saiu da Urca para ir fazer mestrado na área de Ensino de Ciências e Matemática foi um professor do Departamento de Física, hoje ele está fazendo doutorado lá no Rio Grande do Sul, nessa área de Ensino de Física. Ele fez em Campina Grande, no mesmo programa que eu fiz.

Depois que eu fui para Campina Grande e fiz o mestrado lá, alguns egressos do curso de Matemática foram, inclusive uma das professoras da área de Educação Matemática do nosso curso. A outra fez o mestrado em Educação, em Salvador. Também foram alunos do curso de Física, para a área de concentração Ensino de Física, de modo que hoje é muito forte a presença de alunos do Cariri no mestrado da UEPB em Ensino de Ciências e Matemática. Eu mesmo já orientei projetos de pesquisa para alunos que foram fazer a seleção lá. Então, o curso de Matemática da Urca já tem egressos se abrindo para as três áreas, para a Matemática Pura, para a Educação Matemática e para a Estatística. Isso melhorou a qualidade.

Além disso, foram implantados outros cursos de Licenciatura em Matemática lá na região. Então, tem o curso da Urca – que agora estendeu para duas unidades, ou seja, tem em Juazeiro e em Campos Sales, que fica a mais ou menos cento e quarenta quilômetros da sede – tem no Instituto Federal, em Juazeiro e Cedro, que é uma cidade lá perto também – Cedro não é mais Cariri, é Centro-Sul, mas fica perto –, tem o curso de Matemática da Uece, que fica em Iguatu, que também é Centro-Sul, mas é perto, fica a umas duas horas, e chegou a Universidade Federal do Cariri em 2013, trazendo um curso de Matemática para outra cidade lá perto também, Brejo Santo. Só público. Não tem particular. Não tem nenhum curso de Matemática na rede privada na região. Eu acho que no Ceará inteiro não tem.

Então, quando eu comecei o curso em 2001, só tinha um curso de Matemática na região do Cariri inteira. Hoje você tem dois na Urca, um no Instituto Federal, um na UFCA. Só no

Cariri você tem quatro cursos. Se você pegar Cariri e Centro-Sul, que não está muito longe, você tem seis, porque tem mais um do Instituto Federal, no Cedro e um da Uece em Iguatu. Então, de um curso em 2001 para seis agora, fora os cursos EaD, mudou muito a realidade de oferta de cursos na região. Mudou bastante. A procura, em termos relativos, eu acho que se manteve, porque também aumentou a demanda por professores. Aumentaram as escolas de ensino médio, a população cresceu e tal, então, aumentou a demanda também. Acho que a procura em termos relativos ficou a mesma coisa. E ainda acontecem coisas assim de muita gente fora da área específica estar ensinando, porque ainda não é suficiente. Mesmo com essa quantidade de cursos, não é suficiente. Sem contar a pouca quantidade de egressos, que é endêmica nos cursos de Matemática no País. No geral, em cada semestre se formam dez, quinze alunos ou por aí, e nem todos vão para a educação básica. Alguns querem ir para a pós-graduação e ingressar no magistério superior.

Falando em pós-graduação, hoje os alunos que se formam na graduação em Matemática, principalmente os da Urca, não estão saindo mais apenas para a UFC. Já tem egresso saindo para fazer mestrado em Manaus, na Federal de lá; para a UnB; para Campina Grande, em Educação Matemática na UEPB e Matemática Pura na UFCG; para João Pessoa, na UFPB; para Recife, principalmente na área de Estatística; tem um que foi para Portugal... Então, acaba que nem todo mundo vai para a educação básica, muita gente vai procurar fazer pós-graduação. Alguns, quando voltam da pós-graduação, entram na educação básica, mas o número é pequeno ainda. Agora, tem um programa de mestrado que atrai muitos professores da educação básica, que é o Profmat. A Urca já tem turma do Profmat, eu penso que isso causa um impacto danado na região. Pelo menos isso. Mestrado antigamente era uma utopia, agora é uma coisa comum.

Lá não existe conflito entre as áreas. Existe um apoio muito grande, porque os professores da área de Matemática, acho que principalmente por causa dessa visão que foi estabelecida desde o começo de que o nosso curso é um curso de licenciatura, está num nível em que todo mundo convive muito bem. Não há conflito, mas há uma cisão, de qualquer forma. Existe uma dificuldade de juntar as duas coisas. Professores que entraram na Universidade para a área de Matemática Pura dificilmente pegam uma disciplina na área de Educação Matemática e vice-versa. Além disso, dificilmente conversam entre si, na hora de juntar as coisas, de fazer grupos de pesquisa e tal. Não tem nenhum grupo de pesquisa na área de Educação Matemática na região ainda. Estão montando um agora, foi aprovado semana passada no colegiado. Estão tentando cadastrar o grupo junto à Universidade. Já tem um professor da Matemática Pura, desses pioneiros que eu falei, que se manifestou para compor o grupo de pesquisa na área de

Educação Matemática. A coisa está mudando, mas eu acho que ainda leva um tempo para isso ter um impacto social maior.

Já tem alunos nossos pensando em vir para cá. Depois que eu voltar para lá, com esse doutorado aqui, o que eu quero fazer é desenvolver mesmo a área de Educação Matemática na região e mandar gente, não só para cá, mas para programas de Educação Matemática país afora. Tem um egresso nosso que fez Educação Matemática lá em Recife, no Edumatec, e agora está sendo professor substituto na Universidade. Então, está acontecendo. Com a criação desse grupo de pesquisa, se a gente tiver professores da área de Matemática Pura com a gente, ali, compondo, eu acho que isso vai ser muito bom, acabar com essa cisão. O conflito não existe, mas ainda tem uma separação. Acho que é isso.

Figura 1: Alado



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Alexsandro Coelho Alencar.

Professor.

Nascido em 03 de março de 1980, no município de Caruaru (PE).

MONÓLOGO SOBRE O FATO DE NINGUÉM LEMBRAR QUE PISOU NUM BATENTE

Eu sou formado em Filosofia e Direito. Me formei na Faculdade de Filosofia do Crato. Antigamente era agregada à Universidade Federal do Ceará, agora é Urca. Passou para Urca, agora. Direito também. Era na Uece. Depois se transformou em Urca. Eu me formei em Direito já faz um bocado de tempo. Deixa eu ver se eu me recordo a época que eu fiz Direito... Universidade Federal do Ceará... Filosofia... de 1975 a 1979... quatro anos... Faculdade de Direito eu fiz em noventa, terminei em noventa e cinco. Filosofia foi a faculdade que eu fiz anteriormente, curso superior.

A educação básica, a básica mesmo, lá de baixo, eu cursei aqui mesmo no Juazeiro. Antigamente, a professora chamava-se Maria Pedrina, que era muito carrasca. A gente até apanhava de palmatória, na época. Isso hoje em dia, se for fazer, dá é cadeia, não é? Processo. Mas a gente apanhava muito para aprender. E principalmente a tabuada. O primeiro grau foi no Colégio Salesiano São João Bosco, de 1964 a 1968. Depois eu cursei o segundo grau em escolas do Governo do Estado. Por exemplo, a escola Colégio Estadual Wilson Gonçalves, cidade do Crato. Eu cursei o primeiro científico em 1970. Depois, eu me transferi para cá, para Juazeiro. Findei terminando o segundo grau no Centro Educacional Professor Moreira de Sousa, em 1973. São três anos. Fiz um ano no Crato, e os dois últimos eu terminei no Centro Educacional Professor Moreira de Sousa. O primeiro grau foi no Colégio Salesiano. Antigamente era ginásio, não era nem colégio. Antes disso, lá do início, o primário... Porque antigamente tinha primeiro ano fraco, primeiro ano forte. Era... isso lá no Ginásio Salesiano. Minha admissão ao ginásio, quer dizer, isso era como uma formatura. Para ir para o ginásio, tinha que passar por uma admissão. Era uma prova como se fosse um vestibular. Hoje em dia ninguém vê isso.

O ensino, nessa época, era um pouco rígido. É como se fosse um regime militar, principalmente nas escolas do Salesiano. Tinha a farda, tinha uma farda bonita... parecia uma farda da Marinha. O aluno tinha que ir uniformizado. Tinha que ser de sapatos pretos, meias pretas... uniformizado mesmo, como um militar. Se fosse com um tipo de meia diferente, que não fosse aquela, o aluno voltava para casa. O padre não deixava entrar. A educação naquela época era muito rígida. A gente até apanhava dos padres, às vezes. Quando desobedecia levava muito bolo de palmatória. Eu me lembro que as mãos espirravam sangue. A gente apanhava muito!

Todo mundo podia entrar na escola. Mas você sabe como é escola particular. Eram mais aqueles filhinhos de papai, mais ricos, que frequentavam o Colégio Salesiano. Aliás, que hoje

é o Colégio Salesiano. Antigamente era ginásio. Filho de pobre não tinha vez de frequentar o Ginásio Salesiano porque era, primeiro de tudo, particular. A condição financeira não dava para pagar a mensalidade dos filhos. Então, o pai tinha que ser mais ou menos equilibrado financeiramente para manter o seu filho no Ginásio Salesiano. Escola do governo era muito raro. Tinha essa escola particular, como essa que eu já citei, Maria Pedrina. Era particular. Agora, é claro, era muito barato para cursar essas escolas. Era em fundo de quintal. Escola em fundo de quintal. Frequentavam essas escolas mesmo sendo particulares, mas era um em fundo de quintal. Agora, tinha disciplina!

Na minha infância, quem ensinava Matemática era Maria Pedrina. Ela era professora polivalente. Lecionava Matemática, Geografia, História... no ensino básico. Lá no batente mesmo. A formação dela, eu pressuponho que ela não tinha segundo grau. Tinha primeiro grau, talvez. Talvez! No segundo grau a coisa já melhorou. Eram professores. Doutor Djacyr, no Crato, que já era um excelente professor de Biologia; Doutor Abraão Batista, que era o professor de Física; e tinha o professor de Matemática, Doutor Ivan, que já faleceu. Era um excelente professor de Matemática. A formação deles era nível superior. Doutor Ivan era engenheiro; Doutor Abraão Batista era professor mesmo, formado em Filosofia; Doutor Djacyr também, Filosofia. E vem os demais que eu não tenho lembrança.

A primeira faculdade que eu cursei foi Filosofia. Depois eu entrei na Faculdade de Engenharia e fiz até o básico. Aí não quis mais continuar, porque eu não tinha tempo. Aí entrei na Polícia e trabalhei na tesouraria como Auxiliar de Tesoureiro, na função de segundo sargento. Depois eu desisti da Polícia. A Faculdade de Engenharia ficava ali na Castelo Branco, próximo à praça do Mateu. Não sei se ainda é lá. Engenharia Operacional. Não sei se já mudou. Depois eu fui convidado para ser professor lá e não quis.

A Faculdade de Filosofia não era um curso pago. Aliás... eu fiz até aquele programa... Eu paguei essa faculdade, depois, na Caixa Econômica. Eu recebi até uns carnês para pagar. Tinha um programa do governo, que quando a gente terminasse a faculdade pagava. Era particular. Mesmo sendo agregada à Universidade Federal, a gente pagava uma taxa, uma taxa mínima, mas pagava. A faculdade tinha biblioteca, tinha tudo para o aluno. Era uma faculdade muito bem organizada administrativamente. Tinha obras suficientes. A área que eu fiz foi História Natural. História Natural, que abrange Ciências Físicas e Biológicas. Às vezes você pergunta: "História Natural?" Pensa que é História do Brasil. Não é, não. História Natural são ciências naturais que abrangem Matemática, Física, Biologia, Química...

Os professores geralmente eram de lá mesmo. Era Doutor Sebastião, Teresa, que era professora de Biologia, Doutor Djacyr, que eu já citei o nome dele. São de lá da região mesmo

do Crato. Os alunos eram a maioria daqui da região mesmo. Pedro Sérgio, por exemplo, foi colega meu. Biologia, na época. Foi professor do Segundo Grau durante longas datas. Ainda passou muito tempo lecionando. Hoje está também aposentado. Tem Carlos Alberto também, que foi professor da Escola de Segundo Grau Adauto Bezerra e terminou Engenharia de Operação. Tem Luiz Batista, que ensinou nesses colégios quase todos. João Batista...

Para quem queria ser professor de Matemática aqui na região, na época, não tinha opção. Tinha não. Você estudava mesmo na raça. Eu, por exemplo, quando eu botei na cabeça para ser professor de Matemática e Física, meu professor foi mais o livro. Eu pegava muito do livro, estudava pelos livros, preparava minhas aulas. Depois, com o tempo, eu dava aula sem livros, sem nada. Hoje em dia, se eu vou dar uma aula de Matemática e Física eu não preciso usar livro. Eu já tenho aquele reflexo condicionado durante esse tempo que eu lecionei. Trinta anos não são trinta dias. É uma longa vida. É uma vida, aliás. Trinta anos passados. Trinta anos em sala de aula não é brincadeira. Hoje em dia, se eu for dar aula, pergunto até o assunto que você quer que eu dê a aula. A nível de primeiro e de segundo graus. Naquela época, como eu já lhe falei, a gente tinha era mais aquela força de vontade de transmitir conhecimento para os alunos. Não era nem pelo salário, era pelo amor que a gente tinha mesmo de transmitir conhecimento para o aluno. Tinha professor que nem formado era. Por exemplo, João Batista. João Batista não era. Só tinha nível de segundo grau. Aí depois que ele foi ser professor no Segundo Grau Adauto Bezerra, ele teve que fazer a faculdade. Fez uma faculdade, não sei qual foi a área que ele terminou. É como diz o ditado: “já não se fazem professores como antigamente”. Eu acho que naquela época a coisa era mais séria. Os professores levavam a coisa mais a sério. O aluno estudava mais. Hoje em dia, com a evolução do tempo, a tecnologia, os alunos não querem mais saber de estudar. O professor achava motivação em sala de aula. Se não houver motivação, eu acho que a aprendizagem cai, não é? E naquela época, os nossos alunos tinham tanta motivação! O professor motivava tanto o aluno para estudar! Era uma coisa incrível! Hoje em dia, o aluno não quer saber de estudar. Principalmente essa área de ciências exatas. Eles não querem, não dão valor. Tem aluno que quando não gosta do professor, não assiste nem aula. Conheço aluno aqui que diz: “ah é professor fulano de tal? não vou assistir a aula dele, não”. No meu tempo já acontecia isso, imagine hoje.

Na verdade, quem, digamos, moralizou a educação foi Tasso Jereissati. Tasso Jereissati, na época em que foi governador, submeteu a gente até a um concurso, porque, naquela época, a gente entrava por contrato. Chegava um político e dizia: “você quer ser professor? Tem uma vaga para você aí. Aquela vaga”. Depois, Tasso Jereissati assumiu o governo e exigiu que todo mundo fosse submetido a uma prova de conhecimento. Inclusive eu fiz essa prova. Agora, quem

pagava melhor a gente, na época, o professor, era o Coronel Adauto Bezerra, que foi um dos grandes líderes do governo. Sempre pagava bem ao funcionalismo. Depois, veio o Coronel Virgílio Távora, depois César Cals... depois, começou a cair. O salário do professor caiu, caiu, caiu... chegou à estaca zero. E agora é que caiu mesmo. Esse novo governo...

Todo mundo fez o concurso. Mas só que muitos achavam que já tinham estabilidade. A Constituição Federal garantia a estabilidade, e eles: “ah, durante esse tempo todo que eu sou professor... eu não vou fazer concurso, não”. E não fizeram. A maioria fez. Uma minoria que não fez. Depois do concurso, todo mundo ganhou estabilidade. Veio a Constituição Federal de oitenta e oito. Aí garantiu. Quem entrou no Estado antes da promulgação da Constituição Federal de oitenta e oito ganhou estabilidade. Fazia o concurso se quisesse. Era opcional. Quem entrou depois da constituição teve que fazer. Só que eu entrei muito antes. Eu entrei em 77. Mas mesmo assim, eu botei na cabeça que ia fazer o concurso. E fiz... E fui muito bem-sucedido.

Durante a minha carreira fiz cursos de capacitação de professores no próprio Estado. Professor de ensino de primeiro e segundo graus, de Matemática. Fiz. É porque tinha muitos diplomas. Eu não gosto dessas coisas. Eu guardo tudo. Eu não gosto de afixar nas paredes. Pós-graduação eu não fiz. Eu fiz a ABT: Associação Brasileira de Tecnologia, do Rio de Janeiro. Eu só não tenho monografia, mas eu fiz. Era a mesma coisa de uma pós-graduação em Ciências Físicas e Biológicas.

Ensinei em vários colégios aqui em Juazeiro. Mas só em Juazeiro mesmo. E fazendo um paralelo aqui, na situação de hoje, do anterior para o atual, era melhor anteriormente, porque a gente tinha mais vez, era mais respeitado, entendeu? Era mais, mais bem pago. Hoje em dia, a gente é mal pago. E professor, é como dizia Chico Anysio: “e o salário ó”! Eu tinha vontade de ser professor. Querem é poder, poder é querer. Eu botei na cabeça que ia ser professor. Quer dizer, hoje eu sou professor ainda, não é? A gente quando é professor vai até o fim. A gente, é como diz o ditado: “quem é rei não perde a majestade”. Tem um provérbio que diz: “rei é rei”, não é? Então você não perde a sua patente, não. Primeiro, eu fiz minha faculdade... de Filosofia. Aí eu tive que estagiar. Fiz o estágio mesmo na escola. Antes de ser graduado eu já era professor, entendeu? Antes da graduação já me deram um contrato. Os políticos já chegaram com um contrato para mim. E eu fiquei na sala de aula antes da graduação. Eu terminei científico e me disseram: “o senhor quer ensinar o quê?”. “Eu quero ensinar Matemática”. Me botaram para ensinar Matemática. Ensinei também Ciências Contábeis, nesse período. Moreira de Sousa, Colégio Salesiano... Eu ainda não tinha formatura. Eu ensinei de 70 a 73. No Colégio Salesiano, no período de 70 a 71. No Colégio Salesiano eu era acadêmico de Filosofia. Eu não tinha formação ainda. Não era professor formado. Ainda não. Ensina Ciências Físicas e

Biológicas. Depois que eu terminei segundo grau eu não fui lecionar. Aliás, antes de terminar o segundo grau eu fui professor, na época, da Polícia Militar, quando o quartel era na rua São Pedro. Eram os monitores. Tinham os postos que o governo dava para quem quisesse aprender. Aí perguntaram: “Wilson, você quer ensinar Matemática?” “Quero”. Aí eu ensinava Matemática, inclusive a coronel, a major, capitão, tenente... Estudavam na minha sala e eram meus alunos. Eu, mesmo como soldado, ensinava. Lecionava Matemática no quartel. Isso em 1974. Ensinava Matemática, Física... para aqueles alunos que queriam aprender. Não era só para militar, não, era para qualquer cidadão. Era uma sala de aula. Como se você botasse uma sala de aula aqui dentro da minha casa, aberta ao público. Quem quisesse participar era só chegar e dar o nome, aí ficava sendo aluno. Aluno de ensino médio. Para o aluno se submeter a um concurso, a um vestibular. Já preparava o aluno. Era uma base para o aluno fazer uma faculdade, se submeter a um vestibular. Por exemplo, tinha aluno do primeiro científico. Aí queria tirar uma dúvida: “professor, esse problema aqui...” por exemplo, “professor eu não estou sabendo como é que resolve”... “professor esse problema aqui de trigonometria, eu não sei achar o seno, o cosseno, a tangente desse ângulo aqui, tal”. Aí era assim. Era um tira-dúvida. Iniciativa do próprio governador. Virgílio Távora. Aí eu dava aula de Matemática.

Depois, eu fui fazer a Escola de Sargento. Tirei um dez na prova de Matemática. Nesse tempo tinha o Sargento Caroba, que hoje é falecido. Era Amaral. Amaral começou a dizer que um major tinha dado a prova todinha para ele. Aí o Major Cesar anulou a prova. Eu fiquei com raiva e não fiz mais a prova. Então anularam a prova de Matemática. Aí eu não fui mais fazer. Foi por isso que eu saí da Polícia, já por esse problema, por causa desse problema. Eu fiquei muito constrangido. O cara tira dez na Matemática e... Inclusive, quando eu fiz o vestibular de Filosofia, eu tirei um dez na prova de Matemática. Na época, a prova era subjetiva, não era objetiva. Era para você desenvolver. Por exemplo, ainda me lembro uma questão que caiu no vestibular de Filosofia. Primeira questão: “demonstre a fórmula de resolução da equação do segundo grau. Bhaskara”. Por exemplo, a fórmula de Bhaskara. Aí você tinha que dizer o modelo, através da fórmula da equação do segundo grau completa, $ax^2 + bx + c = 0$, passa “c” para o segundo membro, aquele negócio todo, no final dá $\frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2a}$. Foi a primeira questão que caiu, tinha que demonstrar. Eu tinha até minhas notas aqui. Matemática, dez; português, oito. Foram minhas notas da Filosofia. Aqui eu comecei. O vestibular eu fiz em 74. Setenta e quatro. Para começo de história, quando eu estava cursando a Faculdade de Filosofia, eu era soldado. Aí começaram a me perseguir, porque os oficiais não queriam que o soldado cursasse nível superior. Aí, o que foi que eu fiz? Saí da Polícia. Terminei a faculdade mais tranquilo.

Depois fiz a faculdade de Direito. Eu paguei muitas cadeiras de História Natural. Para que ter uma ideia do que seja esse curso de História Natural, eu vou dizer o que foi que caiu tanto no vestibular. Aí veio. Primeiro ciclo: Comunicação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa I, Biologia Geral, Sociologia Geral; aí veio o diversificado: História Natural, Química Geral, Física Geral, Matemática, Língua Inglesa II, Língua Portuguesa I; aí descamba: Citologia I, Zoologia Geral, Morfologia, Fisiologia Sistemática, Botânica Geral, Morfologia, Psicologia, Ecologia Sistemática, Biofísica, Mineralogia... Nesse tempo, Doutor Abraão era meu professor de Biofísica. Bioquímica, Citologia e Mineralogia, Genética Animal I, Fisiologia Vegetal I, Morfologia Animal I, Petrologia, Embriologia, Morfologia Animal II, Genética Animal II, Geologia I... vem todas essas matérias. Morfologia Vegetal I, Ecologia Vegetal I, Embriologia II, Morfologia Vegetal II, Estudo de Problemas Brasileiros, Estrutura e Funcionamento de Ensino do 2º Grau, sabia? Petrologia II, Geologia II, Paleontologia I, Psicologia da Educação: aprendizagem... aí vem o outro semestre. Aqui já é no sétimo semestre: Histologia I, Sistemática Vegetal I, Ecologia Vegetal II, Sistemática Animal I, Fisiologia Animal I, Didática, Psicologia da Educação: adolescência. Aí vem... oitavo semestre: Fisiologia Animal II, Histologia III, Ecologia Animal I, Sistemática Animal II, Fisiologia Vegetal II, Genética Vegetal I, Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado, Estudo de Problemas Brasileiros, Sistemática Vegetal II, Educação Física... pronto! Aí, depois, eu cursei a faculdade de Direito.

Lecionei Matemática no Moreira de Sousa, Segundo Grau Adauto Bezerra... à época tinha a escola Monsenhor Macêdo, defronte à Matriz, ali na rua Padre Cícero, inclusive acabou, não tem mais nada. O Monsenhor Macêdo era a nível de primeiro grau. Segundo grau era Adauto Bezerra. Moreira de Sousa era a nível de primeiro e segundo graus, era mista. Lecionei primeiro grau também, por sinal fui professor de Matemática de primeiro e segundo graus. Lá eu dava Matemática. Rigorosamente. E dava aquela parte de Contabilidade Bancária. Era uma das matérias dentro do curso de Matemática. Ensinava como era que a aluno preenchia cheque, aquele negócio todo, promissória... Era a nível de primeiro grau, só noções básicas. Eu lecionei Biologia também. Lecionei Religião e Programa de Saúde. Era engraçada essa matéria. Religião era uma graça. Os alunos ficavam com medo porque eu dizia: “quem tirar nota vermelha vai pro inferno”. Aí os cabras ficavam doidos. “Professor, mas...” todos eles, principalmente o mau aluno. Eu digo: “olhe, se vocês não rezarem, a coisa não vai ser boa, não. Tem que ter muita fé em Deus. Deus está em primeiro plano”. Era engraçado.

Os outros professores, aqui mesmo na região eram Luiz Batista, João Batista, Carlos Alberto, Pedro Sérgio, professor Edmilson, professora Socorro, que era esposa dele. Eram daqui mesmo. Formados na Faculdade de Filosofia, só de Filosofia. A formação exigida para ensinar

Matemática era Auxiliar em Eletricidade. Parece que tinha essa parte, agora que eu me lembro. Tinha uma disciplina, que tinha que ter, era... Auxiliar em Eletricidade, depois de um tempo... Eram umas coisas que eu achava sem lógica. Já tinham as disciplinas nas escolas... E Física. Ali na parte de Física tem Mecânica, tem Eletricidade, tem Termologia, e por aí vai. Mas, tinha um teste também, para ver se o professor tinha aptidão ou tinha conhecimento. Aí fazia o teste, o professor. Quem ia dar a nota ao professor era o próprio aluno. O professor não sabe de nada, não. Exigiam no mínimo segundo grau. Se tivesse primeiro grau não ia. Ninguém queria ensinar Matemática porque achava que era uma matéria muito difícil. Só quem tinha vontade mesmo, prazer, gosto, aquela dedicação, aquele amor, era quem gostava da matéria. E você contava nos dedos. Você contava nos dedos os professores de Matemática daqui de Juazeiro. Contava amiúde. Hoje tem demais. Tinha poucos. A demanda era grande! Ah, se você fosse professor de Matemática era um rei. Era considerado um rei. Um rei da disciplina. “Ah, eu quero esse professor, eu quero”. Inclusive eu lecionei até no Paraíso. Colégio Paraíso, numa época. Mas eu não gostei, porque a diretora exigia que a gente ficasse até nos dias de sábado. Aí não deu certo, eu saí logo. Eu disse para ela que dia de sábado é dia de fazer feira, não é dia de ir dar aula (*risos*). E minha família? Como é que fica? E a diretora falou: “mas venha”. Eu digo: “vou não. Se a senhora quiser que eu leccione aqui, no sábado, eu não venho”. E a gente ficava até nos sábados. “Não, mas tem hora extra...” Pode ser o que for...

O perfil socioeconômico dos alunos era qualquer aluno. Pobre, rico, classe média... Nos colégios que eu ensinei, Moreira de Sousa, Segundo Grau, eram alunos pobres mesmo, na época. Na rede oficial de ensino geralmente eram alunos pobres. Tinham os ricos também. O que mudava era que os alunos tinham mais interesse. Hoje em dia, o aluno não tem mais interesse de estudar. Tanto é que eles nem a tabuada sabem mais. Porque tem as máquinas, não é? As calculadoras. Antigamente, quando eu era professor de Matemática, eu exigia a tabuada. Hoje em dia você pergunta ao aluno uma divisão... por exemplo, um dia desses um aluno chegou para mim e disse: “professor, eu não admito que 0,4 dividido por 0,2 é igual a 2” Eu digo: “por quê?” Ele disse: “porque 0,4 é menor do que 1, 0,2 é menor do que 1, e por que é que dá 2?” Eu digo: “meu filho, é porque as casas decimais são iguais, aí você cancela zero no numerador e zero no denominador. É a mesma coisa de 4 dividido por 2”. Ele disse: “é não”, eu digo: “você acha que não é? Fazer o quê?” É difícil!

Não tínhamos esses incentivos todos, não. O professor sempre foi desvalorizado. Eu acho que isso vem desde o começo do mundo. O professor é como um batente: todo mundo pisa nele para subir, mas quando chega no ápice da montanha, digamos assim, no topo da montanha, ninguém vai lembrar que pisou num batente, que foi o professor. Começa logo com

o salário dele defasado. E agora é que está ruim mesmo, porque querem congelar o salário dos funcionários durante 20 anos. Como é que fica?

Na época que chegou a Urca, eu ouvi, por comentário, que eu também não acredito, que ela foi uma das piores faculdades do Brasil. Eu não acredito que seja (*risos*). Estava classificada em uma das piores. Isso há mais de dez anos pretéritos. Não sei se era problema político, sei lá. Eu sei que naquela época o que predominava mais era o coronelismo. Hoje têm vários cursos de formação, mas naquela época não tinha, não. Para formar hoje? Comparar o passado com o presente é meio difícil. No passado as coisas eram mais... Não é que hoje esteja melhor... Por causa da tecnologia. Hoje está mais fácil. Antes não era tão fácil. Não tinha. Agora hoje tem. Hoje melhorou muito. É como diz o ditado: “é a lei da oferta e da procura”. Quem procura, acha. E encontra mesmo. Hoje está melhor. Antigamente a gente não tinha tanta oportunidade como tem hoje. Hoje em dia, se você quiser ser um professor, é só querer. Mas tem que ter força de vontade também. Não é só chegar e dizer “eu quero ser professor”. Tem que dizer: “eu quero ser professor com todas as letras”. Tem gente que é professor por aparência. Não adianta. Eu acho uma classe desunida. Para formar professores, naquela época, só tinha Filosofia. Ou então o pessoal da Engenharia de Operação. Só tinha essas duas.

Eu me arrependi de ter feito essa faculdade de Filosofia. Porque, na época, eu devia ter feito era faculdade de Direito. Eu perdi muita oportunidade. Se tivesse feito a faculdade de Direito, hoje eu era para ser um juiz, um promotor... aí fiquei. Me amarrei muito em Filosofia, e isso me atrapalhou muito o curso de Direito. Sei lá. Para mim foi um atraso. Infelizmente! Eu já estou na dança, eu vou até o fim. Me projetei nessa área educacional, nessa trajetória até que... Hoje eu estou aposentado, me aposentei em 2008. Me afastei definitivamente.

Figura 2: Alguém lembra



Fonte: Dados da pesquisa

Wilson Albuquerque Gouveia.

Professor.

Nascido em 20 de outubro de 1950, no município de Juazeiro do Norte (CE).

MONÓLOGO SOBRE SAIR DA SALA DE AULA COM A ÁGUA PELO PESCOÇO

Nasci na data, 3 do 4 de 51, Barra do Corda, Maranhão. Na verdade, eu nasci aqui no Exu, meu pai é de Exu, mas meu pai separou da minha mãe, aí foi morar no Maranhão e eu fui passar um período com ele lá. E nesse período que eu fui lá passar com ele, como eu tinha que estudar, ele aproveitou e já me registrou, porque naquela época, na verdade, eu já era registrado. Mas lá, outro estado, então ele me registrou como filho de Barra do Corda, no Maranhão, porque ele sempre morou lá no Maranhão. Era comerciante, caminhoneiro, bem-sucedido, aí me registrou filho de Barra do Corda. Disse: “olha, eu vou registrar você, porque no dia em que eu morrer, você vai ser meu herdeiro”. Na verdade, ele morreu com oitenta e tantos anos. Herdei dele só o lado que fui gerado e tal, e coisas como virtudes boas que ele tinha. Mas não... não herdei nada, não. Então, Barra do Corda, Maranhão.

Na minha infância, a trajetória toda, os meus pais, como eu disse, eles se separaram, e eu fui criado pelo meu avô, um cidadão marceneiro. Me orgulho muito do meu avô. Ele foi, na verdade, um pai para mim, e eu sentia, como todo filho que os pais se separam, que aquilo ali deixa sequelas nos filhos, traumatiza e tal. Mas a minha mãe era professora da Escola Normal. Naquela época, em Juazeiro, tinha Escola Normal Rural. Lá foi a escola pioneira. Minha mãe era professora, e essa parte ela cuidou bem direitinho. Eu estudei primário, fiz o primário, e lembro do Colégio Batista, mas tinha umas escolas particulares aqui em Juazeiro. A escola de dona Maria Pedrina. Aí, fiz o primário, o ginásio... tinha o exame de admissão ao ginásio, eu fiz no Salesiano. No Salesiano tinha um período que era gratuito, porque essa gratuidade era por conta do legado que o padre Cícero deixou. Aí, como minha mãe não podia pagar, e meu avô, trabalhando de marceneiro, também não podia, então eu fui estudar no horário que era gratuito, até a quarta série do primário. Fiz na Escola Batista, que eu lembre, e não lembro de outra escola, não... sim, eu lembro, agora lembrei: Escola de Comércio, lá na Rua São Francisco com a Rua da Glória, hoje até funciona lá uma faculdade. Sempre que eu passo vejo lá uma propaganda de uma faculdade, não lembro bem no momento. Uma parte do primário eu fiz também lá na Escola do Comércio Doutor Geraldo Menezes Barbosa. Aí, fiz admissão ao ginásio, que era um tipo de vestibular que a gente fazia para sair do primário, que chamava do primário para o ginásio, que hoje é fundamental menor para ir para o fundamental maior. Fiz admissão ao ginásio lá no Salesiano, no período da tarde, que era gratuito. Era tarde e noite. De manhã era pago. Quem estudava no Salesiano era a elite que podia pagar, que era filho de rico mesmo. Os ricos é que estudavam de manhã. Aí, à tarde eles faziam gratuidade, só o primário. À noite também tinha gratuidade, chamava Oratório. Muita coisa ligada a oratório, essa parte

religiosa. Aí, fiz admissão ao ginásio, fui para o Maranhão, meu pai me levou para o Maranhão e eu passei um ano com ele lá. Fiz o primeiro ano do ginásio, que hoje corresponde ao quinto ano, que passou a chamar de ano – a nomenclatura era série, né? Quinta série até a oitava série, mas aí, mudaram a nomenclatura, passou a chamar de ano, aí aumentaram mais um ano, que vai até o nono ano. Lá, eu fiz primeira série ginásial, que corresponde à quinta série, ou seja, ao quinto ano. Aí voltei para cá, para o Juazeiro, depois de um ano. Fui estudar na Escola Normal, que era Escola Normal Rural para mulheres, né? As mulheres estudavam, faziam o Normal, e tinha lá o ginásio e o científico, que era o ensino médio. Aí, pronto! Quando saí, fiz a primeira série lá, do ginásio. Aí vim embora para cá, e o resto foi tudo na Escola Normal, eu estudava à noite, chamava Colégio Estadual de Juazeiro, Moreira de Sousa. Centro Educacional Moreira de Sousa. A gente sempre chama de Escola Normal porque ela foi pioneira. O resto foi tudo lá. Muito boa a escola, qualidade muito boa. Agora, como a gente sempre fala, o curso noturno não é tratado como o curso diurno, desde lá de trás e ainda hoje. Eu me aposentei em 2010, e a gente vê que, na realidade, o diurno, eles fazem um esforço maior para funcionar a merenda, uma série de coisas e tal, de modo que eu estudava à noite e o resto foi tudo lá. Tudo bom... muito bacana, eu tenho na memória, tenho saudade do período bom.

A gente tinha gerações que eram ingênuas. Eu peguei o período militar, da época em que os militares tomaram o poder, com a Revolução de 64, que chamou o Golpe e tal, 31 de março. E aí, pronto! Esse período de Ditadura Militar também acabou com a gente, com as gerações, porque você não podia falar nada. O que você achava, você achava e ficava para você. E alguma confiança, algum comentário, você fazia, mas era de forma silenciosa. Mas a Ditadura Militar, eu sinto que ela cortou... – sessenta e quatro, aí veio... em oitenta e cinco é que entrou o Tancredo, o Zé Sarney e o Colégio Eleitoral, e aquela mudança toda. Uns vinte anos de ditadura e muita coisa assim. É... cortou muita coisa. Castrou muita coisa das gerações. Tanto que anulou, sabe? Anulou, aí o Brasil veio tomar um rumo bacana, assim, melhor e tudo... Sinceramente, o militar, ele tem o lado disciplinador dele, mas aquilo ali é para que eles trabalhem e que também não sejam truculentos, porque ainda hoje o militar, no geral, ele é truculento. Até os que são bem nivelados em termos de educação, você conta exceções de militares, mas no geral eles são truculentos. Mas melhorou muito, evoluiu muito, o mundo teve uma dinâmica grande. E se não tivesse tido essa dinâmica, o povo não aguentava. Eu sei que o período militar anulou gerações. A gente sofreu muito, sem falar na quantidade de pessoas que eles matavam, que ainda hoje aparece, quando os órgãos fazem levantamentos de estatística e de pessoas que o Regime Militar matou. Jornalistas, enfim, cantores que foram exilados, escritores e cantores exilados... então, foi um período... Boa, minha infância e tudo....

Eu gostava muito de futebol e jogava bola o dia inteiro. Minha mãe, o tempo todinho ela dizia: “você tem que estudar, porque estudando você vai ter um futuro...” É uma visão que ela tinha. Uma mulher inteligente... “e você vai estudar, estudar...”, e foi me encaixando, condicionando aquilo para mim. E eu jogava bola, mas estudava, porque ela cobrava. Cobrava os deveres, as lições, a tabuada, e se eu não tivesse ela na ponta da língua... E era salteado! Tinha aquela sabatina toda, e se eu não respondesse, tinha uma palmatoriazinha – uma rodinha de madeira com um cabo – que a gente levava meia dúzia de tabefe com a palmatória se não respondesse ali, na bucha mesmo, direitinho, a lição, o dever. Aí, vinha a palmatória, e vindo você levava meia dúzia de bolo. Quando batia três de um lado e três do outro, já estava queimando a mão toda, aí eu digo: “negativo, eu não vou!” Aí eu estudava mesmo, porque eu tinha medo da palmatória, lógico. Isso em casa, mas nas escolas particulares, como a da Maria Pedrina, também tinha palmatória, e os pais autorizavam ela a usar desse tipo de castigo. De tipo de castigo para o aluno tinha a palmatória, mas tinha também um que ajoelhava, botava uma rodinha de milho e apoiava os dois joelhos em cima do milho. Era um negócio cruel mesmo, que dói, e sempre corrigia uma coisa. Punia. Mas como hoje tem as punições um pouco mais pedagógicas, porque tem estatutos da criança, do adolescente, do idoso, tem esses estatutos todos que... Agora, os estatutos, eles deveriam funcionar mostrando direitos e deveres, porque a vida, digamos, como na linguagem matemática, é um binômio: direitos e deveres. Vão ali, lado a lado, caminham lado a lado, mas os estatutos só olham para os direitos. No geral, a criança, o adolescente, de um modo geral só olham para os direitos. Mas tinha que olhar para os deveres, não é? Porque os dois andam juntos, e se você não cumprir direitinho com os seus deveres, você não pode reivindicar direitos. E era desse jeito. Foi desse jeito.

Quando fiz admissão, eu estudei no Colégio Salesiano pela gratuidade que tinha. Aí fui para o Maranhão, na época do ginásio. Lá no Maranhão eu fiz a primeira série do ginásio, a quinta série. Aí vim para cá para a Escola Normal Moreira de Sousa. Mas uma parte do primário eu fiz no Salesiano. Foi dividido. Foi Colégio Batista, Escola de Comércio Doutor Geraldo Menezes Barbosa e Salesiano. Esses três me deram a condição de chegar até a quarta série do primário. Depois, fiz o admissão, aí fui para o Maranhão. Fiz lá a primeira série do ginásio, o quinto ano, quinta série. Aí, quando eu voltei foi tudo pelo Estado. Moreira de Sousa e Escola Normal. O segundo grau foi todo no Moreira de Sousa. Foi o fundamental todo e o científico, que é ensino médio. Foi todo no Moreira de Sousa. Na minha trajetória, aqui no primeiro ano, eu me desliguei um pouco, relaxei um pouco, aí fiquei reprovado, porque eu não cuidei e fiquei nas duas, em Química e Física. Aí, por eu ter ficado em ambas, eu passei a me dedicar mais a essas duas e gostar delas, e eu gostava muito de Química e de Física. Eu passei a gostar das

duas, aí repeti também. Só no primeiro ano que eu reprovei em Física e Química. Daí em diante eu continuei a trajetória no ensino médio e não perdi mais nada. E passava por média. Passei a me dedicar, levei uma bronca grande da minha mãe, mas aí eu já estava grande, já tinha mais de 18 anos. Naquela época não se obedecia muito a faixa etária. As crianças, as gerações, hoje, elas vão mais cedo para a escola, mas na minha época, não. Eu terminei em 74 o ensino médio. Mil novecentos e setenta e quatro.

A escola, naquela época, tinha material bom, carteira escolar, eram umas carteiras grandes, sentava de dupla na carteira. Material, só tinha giz mesmo. Quadro e giz. Você não recebia livro, como de um certo período para cá o aluno recebe livro, tem um apoio, tem o suporte do livro, não é? De um certo tempo para cá, não tinha. Escrevia tudo no caderno. Livro, você tomava emprestado a quem podia comprar. Comprava e pedia emprestado. Eu pedi muito livro, muitos livros emprestados. Comprava usado também. Tinha umas livrarias que vendiam livros usados. Eu e a minha esposa, a gente fazia uma parceria de livro, com uma interação toda: eu emprestava a ela e vice-versa, ela me emprestava. E com todas as dificuldades da época, como eu disse, não tinha livro, mas muita gente já tinha foco. Muito bacana! Estudava... Estudava e tinha que sair daqui para Fortaleza, Recife, para João Pessoa, Campina Grande outros estados ou centros, porque aqui não tinha faculdade, estava engatinhando.

No ginásio, quem ensinava Matemática era Dona Quininha, que foi a primeira diretora do Segundo Grau, Joaquina Gonçalves Santana. Ela, professora de Matemática, eu confesso que passei a gostar de Matemática por causa dela, por conta de que ela ensinava muito bem, transmitia muito bem, passava as mensagens, os conteúdos. Bacana demais! Você ficava empolgado. No ginásio, ela, no científico, o irmão dela, Raimundo Gonçalves Santana. Era Química. O cara sabia muita Química e transmitia muito bem. Física, tinha Abraão Batista, que sabia muito, mas não sabia transmitir, porque tem uns caras que sabem muito, mas quando eles vão passar informações eles se amarram. Os meninos, na época, e ainda hoje, se fala assim: “os caras falam um quilo, eu não entendi nem um grama do que ele falou”. E era desse jeito. Tinha um cara de Física bom, lá do Crato: Wilami, professor Wilami. Ele era muito bom, tinha didática, tinha tudo. Mas esses professores aí me marcaram. Normalmente, o aluno que tem foco, tem um objetivo na vida, ele vê a postura do professor e vê ali um espelho. Eu sempre vejo assim, no meu conceito eu sempre vejo assim. E todas as épocas sempre teve bons professores. Então eu tive esses que eu citei. Bons. Me marcaram. A Dona Quininha, eu não sei a formação dela, eu acho que Dona Quininha, para a época, ela só tinha um curso Normal. Naquela época tinham professores que recebiam da Secretaria de Educação uma licença que chamava precária, para lecionar. Então, acho que ela tinha curso Normal. E ele era

farmacêutico, o Santana, Raimundo Gonçalves Santana. Na verdade, tenho essa dúvida, mas ela era uma mulher muito inteligente, e morreu esse ano, com noventa e quatro anos de idade. O Segundo Grau, ela foi a primeira diretora lá. E a mulher administrava muitíssimo bem, uma mulher organizada, mas muito organizada! Comecei a aprender a me organizar na vida, nas coisas, com ela. Tinha também, no ensino médio, outro professor: Antônio Germano, morreu agora há pouco, e Antônio Germano foi meu professor de Matemática também, no ensino médio. Agora, doutor Germano já era formado em Matemática. Ele era graduado em Matemática. Não sei se graduou-se em Fortaleza ou no Recife. A família Germano, aqui de Juazeiro, é uma família de pessoas muito inteligentes. Eles são muito inteligentes. Por sinal, também tem Germano lá pela Urca. Então, esses professores, de um modo geral, como eu disse, me marcaram. O Wilami, do Crato, não lembro a formação dele, mas ele era um cara muito inteligente e muito bom, uma didática muito bacana. O Abraão trabalhava Física. Eu acho que também era formado em Física, mas saiu daqui para fazer faculdade fora, mas era formado em Física. Ele também é cordelista. Abraão Batista, aqui de Juazeiro, um cara muito inteligente, muito inteligente!

A minha formação acadêmica eu fiz em 76. Eu fiz vestibular, eram quarenta vagas. Eu me preparei em um cursinho. Só tinha um cursinho aqui em Juazeiro, ali perto da prefeitura, paralelo à prefeitura, numa esquina em que hoje tem um conjunto de casas. Aí me preparei nesse cursinho. Eram quarenta vagas, eu fiquei na posição 37. Dos quarenta, eu fui o trigésimo sétimo. Isso foi muito para mim, porque eu sempre estudei à noite e tal, o meu tempo era muito pouco, trabalhava com meu avô na marcenaria... Aí, entrei no vestibular, primeiro vestibular que houve aqui para Engenharia Operacional, Edificações... setenta e seis... Era da Fundação Edson Queiroz quando implantaram aqui. Era particular. Depois a Uece encampou. Foram dois anos e meio, era uma família, e eu já casado, com os filhos, tinha que trabalhar e manter. O legado que eu recebi de minha mãe e dos meus avós foi que o chefe da casa, ou o pai, ele tinha que arcar com a despesa inteira. A mulher ficava em casa administrando a casa e os filhos, e você tinha que arcar com a despesa, e eu trabalhava, e era duro... Durante a faculdade eu trabalhei como recepcionista do Hotel Municipal, aqui de Juazeiro. Depois trabalhei também numa companhia de telefone, Cotejun, era Companhia Telefônica de Juazeiro do Norte. Só tinha essa companhia. A telefonia ainda se arrastando, naquela época, você para fazer as ligações interurbanas era aquela dificuldade toda. Então eu trabalhei no Hotel Municipal, na companhia telefônica, e na parte de marcenaria, eu fui trabalhar com a Casa Santa Cecília, de Ivo Cavalcante Pita, lá na São Pedro, já chegando na rua Doutor Floro. Trabalhei nessas três empresas e na Norguaçu. Eu já estava na faculdade, bem encaminhado, então fui trabalhar na

Norguaçu, uma cerâmica que tinha no Crato, Cerâmica Norguaçu, que era em frente à Retífica Santa Luzia, uma Cerâmica do Grupo Mogi Guaçu, de São Paulo. E na época, em setenta e oito, eu fui para São Paulo, passei dois meses lá, fazendo um estágio supervisionado, e assumi um trabalho lá na Cerâmica Norguaçu, cerâmica esmaltada, que estava começando a parte de esmaltar. Antes era cerâmica sem esmaltar nada, normal, aí depois veio a esmaltação. Trabalhei um ano e pouco lá.

Eu não pensava em dar aulas. Eu estudava com meus colegas, estudo de equipe, de grupo, tal, e sempre eu tinha um pouco mais de facilidade de aprender Matemática, Física, Química. Aí eu era escalado para ajudar o grupo todo. Aí eu saí da Norguaçu, tive que sair da Norguaçu. Saí e fiquei desempregado. Aí, para manter a despesa de casa eu comecei a botar a cabeça para girar e a rodar e raciocinar, aí eu digo: “e agora?” Corri! A preocupação foi aumentando, porque tinha que manter filhos pequenos, você tinha que manter a criança. O menino quer saber de comer, de dormir, de beber. Não quer saber de onde veio. O pai tem que trabalhar mesmo e trazer, e botar dentro de casa. Aí foi onde surgiu – e eu na faculdade terminando – um colega que trabalhava no Segundo Grau: Washington, trabalhava na Emprec, lá na Rua São Paulo. Era uma empresa de construção civil, do Tenente Coelho, um cara bem-sucedido, empresário... Aí Washington, ele lecionava lá no Segundo Grau, estudava, fazia Edificações comigo lá na faculdade, Engenharia Operacional. Então ele disse: “Carlos Alberto, lá no Segundo Grau tem carência para Matemática e Física”, e como na faculdade eu estava entre os cinco melhores alunos, ele disse: “eu pensei em você. Vamos dar umas aulas lá. Você é remunerado...” e eu estava sem trabalho e tudo, aí encaixou, né? Aí eu digo: “vamos”. Aí fui lá falar com a diretora, Dona Quininha. A carência era Matemática e Física mesmo. Então conversei com ela tal, ela disse: “olhe, ‘tá’ aí os planos, a grade curricular... e estude...” Rapaz, eu aprendi com ela e o irmão dela... eles chegavam em sala de aula e não olhavam para nada. Traziam, muitas vezes, só o livro para pegar questões e resolver na sala. Mas jogava o conteúdo lá, estudava em casa e já chegava com o conteúdo todinho aqui na mente. Aí eu vi aquilo ali, muito bacana, nela e no irmão. Então ela disse: “estude e venha. Assuma aí. Pode assumir as duas cadeiras, a de Física e a de Matemática”. Aí pronto! Eu comecei, então ela disse: “estude e saiba que a primeira impressão é a que fica”. Aí, aquilo ali também é questão de ter uma referência, um princípio que a gente usa, que a primeira impressão, na verdade, é a que fica, entendeu? Aí você pode estar um pouco tenso, nervoso, mas alguma coisa de bacana você tem que passar. Aí eu disse: “tá legal”. Fui para casa, estudei, peguei a grade curricular, todos os conteúdos e estudei. Aí comecei. Então ela disse: “você foi aprovado”. Naquela época, a prova era trabalhando mesmo, né? Você ia trabalhando e aquele trabalho era uma prova de que você

tinha avançado, que tinha sido aprovado ou não. Na época, quem avaliava eram as coordenadoras pedagógicas. Elas interrogavam os alunos, perguntavam e acompanhavam o trabalho todo. E aí foram cair em campo, passar em salas de aula e fazer um levantamento, e aí... “Você foi aprovado. O seu trabalho aprovado”.

No meu caso, eu assinava um contrato com o Estado e me tornava efetivo, porque não tinha concurso. Mas ela, Dona Quininha, como ela tinha um conceito enorme em Juazeiro, a sociedade no Juazeiro inteiro a conhecia, porque ela era uma boa profissional, e na época que eu comecei, o governador do Estado era Adauto Bezerra, ela tinha o conhecimento com Adauto, daqui. Eram contemporâneos. Então ela me disse: “vou dar um contrato a você, porque você correspondeu e nós precisamos de profissionais como você”. Aí eu disse: “eu agradeço”. Me efetivando! Isso porque, na época, você tinha que ir pedir favores a esses coronéis, ficar devendo favor, não é? Então, no caso, eu não precisei pedir a coronel nenhum, ela avaliou, a escola avaliou o meu trabalho e eu fui aprovado. Eu, graças a Deus, fui aprovado. Ela entrou em contato com ele e pediu para mim e para outros que tinha: “eu quero contrato para esse cidadão aqui, Carlos Alberto de Carvalho”. Diário Oficial, ou seja, esperei sair, porque saindo em Diário Oficial você está seguro. Mas passou um ano para sair, e eu passei um ano trabalhando sem ser remunerado. Minha sorte é que ela disse: “eu vou lhe levar para o Salesiano. Você quer ir para o Salesiano?” Aí eu: “quero”. Isso na mesma época, pertinho, questão de quinze dias, duas semanas. “Vou lhe levar para o Salesiano, porque lá também tem carência. Vai?” Eu digo: “vou”. Então ela disse: “mas o Salesiano é escola particular, só estuda filhinho de papai. Você quer ir, se imponha, faça o seu trabalho do jeito que você está fazendo aqui. Aí vão lhe avaliar também”. “Está legal”. Então fui, comecei a fazer o trabalho, me avaliaram e disseram: “traga a Carteira Profissional para assinar”. Levei, não é? Ainda lembro muita coisa que ela disse: “lá, a escola, só estuda filhinho de papai, você tem que estudar, se preparar muito bem, que eles cobram muito do profissional, do professor”. “Está legal”. Fui. Pediram minha Carteira Profissional com duas semanas de trabalho. Levei. Trabalhei treze anos lá no Salesiano, e saí porque quis sair, pedi para sair. Eles não queriam que eu saísse, de maneira alguma, mas eu estava muito cansado, tive que sair. Mas entrei no magistério nessas circunstâncias todas. A vida é cheia de trajetórias, acredito eu, é cheia de altos e baixos, e curvas de alinhamento e, enfim, toda trajetória tem muitos detalhes. Acredito eu que o que você faz no presente, no futuro vem e tal. Eu trabalhei muito, ralei muito. E foram nessas circunstâncias. Eu tinha que botar a alimentação, manter a alimentação da minha família, dos meus filhos, aí fui cair em campo mesmo. Trabalhava manhã, tarde e noite. A correria grande... Educação desgasta. Mas eu novo! Aí você trabalha e não cansa muito. O cansaço você supera. Aí vai

chegando a idade, a matéria em si, e a metamorfose toda... aí quando estava na reta final dos trinta e um anos, agora em 2010 – eu comecei em 79 – aí o cara já começa a se cansar, e você já não rende o que rendia lá atrás. Agora, vejo também que na educação deveriam ser aproveitadas pessoas como eu e outros companheiros. A gente ainda tinha uma contribuição grande a dar na parte burocrática de secretarias de município, até mesmo de estado. A gente tem muito a contribuir ainda, porque a gente ainda tem lenha para queimar. Você não tem lenha para queimar é numa sala de aula, que os alunos, as gerações são difíceis demais. Eu saí em 2010 já com a água pelo pescoço, sem aguentar. E agradeço. Gerações que eu peguei, de 79 a 2010, foram muito boas. Eu saí na hora certa. Me aposentei na hora certa, bicho, porque é muito difícil trabalhar em sala de aula. De 2010 para cá, pelo que eu via de 2010, eu não aguento mais. A água já estava no pescoço mesmo. “Eu vou me afogar aqui na sala de aula, não dá para mim, não. Vou-me embora! Eu vou pegar meu boné e vou-me embora!” E terminei. Do Segundo Grau eu tirei uma licença de noventa dias, porque eu já não aguentava. Dentro dos noventa dias saiu a carta de afastamento. E do município, eu saí em 2013. Somei com o tempo do Salesiano e saí. Mas como disse, acho que gerações, pessoas como eu e outros, Luiz Batista, Pedro Sérgio, Wilson Gouveia e tantos outros que passaram pelo Segundo Grau, a gente tinha muito a colaborar em secretarias de município e de estado. Era para ter um apoio, para dar um suporte para muita gente que não tem conhecimento e que entra na educação. Porque a teoria funciona de uma maneira e a prática funciona de outro modo, não é? Quando eu saí do Salesiano, noventa e um, noventa e dois, fiquei um período sem trabalhar, porque eu estava doente, estava estafado mesmo, colesterol estourado, as taxas todas ruins, aí eu não aguentei o Salesiano. Em 94 eu fiz concurso para o Município, de Matemática. Tirei em segundo lugar, aí fui logo chamado e fui trabalhar em um convênio lá no Cirão. Os cinco primeiros colocados em Matemática foram para o Cirão. Aí eu fui. Aí, pronto. Fiquei Estado e Município, porque escola particular desgasta muito.

O curso de Engenharia Operacional Edificações, funcionando ali na Urca, em frente à Praça do Mateu, que foi o primeiro local de funcionamento – ainda hoje estão funcionando os cursos, eu não sei, mas começou lá – tinha biblioteca, tinha tudo. Com uma certa carência, mas funcionava. Tanto funcionava que o MEC vinha e avaliava. Os professores lá eram engenheiros, uma grande maioria. Engenheiros que também fizeram o Esquema I, e se gabaritaram para lecionar. Todos que lembro eram engenheiros ou farmacêuticos, como Valter Barbosa, que também trabalhou lá, ou Doutor Francisco Barbosa, irmão dele. Eu paguei uma cadeira com ele, que lembro, era Higiene e Segurança do Trabalho. Com Valter, não. [Ele] trabalhava lá na Uece, na época, mas eu nunca paguei cadeira com ele, a gente cruzava lá no convívio, no

universo da faculdade. Mas funcionava relativamente ok, porque o MEC vinha e avaliava. Mas, a princípio, demorou um pouco e tiveram que organizar a biblioteca e gabaritar os professores também, do Esquema I. Enfim, as dificuldades eram grandes.

As cadeiras que eu paguei de Matemática... O Antônio Germano também trabalhava a Matemática, e Jorge Mauro, que é um arquiteto, Jorge Mauro Soares Lins. Trabalhava com Matemática, porque tinha Física também, mas Matemática foi só Antônio Germano e Jorge Mauro, porque tinha mais cadeiras de Física. Peguei um corpo de professores muito bom, muito bom mesmo! Os caras gabaritados, profissionais excelentes, de muita didática. A lógica, eu aprendi muito. Você aprende muito, e a faculdade, ela abre os horizontes da gente. Todo curso acadêmico, quando você é dedicado, focado, ele abre os seus horizontes. Agora, como no ensino médio, a gente via lá colegas que não estudavam, pediam os trabalhos, copiavam, levavam tudo na base de empurrões e tal. Mas numa faculdade, se você quiser aprender e sair gabaritado, com um bom conteúdo, um bom nível, você sai.

Quem queria se graduar em Matemática tinha que sair para Fortaleza, para Recife, para a Paraíba, João Pessoa, Campina Grande... Tinha que sair, porque aqui se arrastava com uma Faculdade de Filosofia do Crato. E no curso de Filosofia, a gente contava. Tinha Filosofia, Pedagogia, História Natural, depois foi que surgiu Ciências, Biologia, tal. Mas também engatinhava. Tinha que sair! Tinha que sair como muitos saíram. Antônio Germano e outros iam se graduar em Fortaleza, Recife ou João Pessoa, porque aqui não tinha a menor condição. Podia lecionar, e tinha muita gente que lecionava só com o ensino médio, com a licença precária permitida pela Secretaria de Educação. Mas podia, na época da carência, o cara só com ensino médio. A gente vê que aconteciam mudanças de forma lenta, mas aconteciam mudanças boas, porque na dinâmica da educação, da vida, já vinham surgindo informações boas e modernas e tal, para sair mais daquela parte tradicional e avançar, porque tinha muita coisa que era tradicional. Muito pouco se fazia com relação a essa parte de formação de professores, de gabaritar e tal. Tanto que existe uma certa rivalidade – rivalidade sadia, não é como lá na Grécia, de conflito entre cidades – mas Juazeiro e Crato sempre foram assim. Crato sempre foi mais evoluído no setor educacional. Os políticos do Crato traziam mais coisas. Veja a proporcionalidade, porque, relativamente, o universo de habitantes que tem, e hoje continua, em Juazeiro, você comparando, os políticos do Crato sempre trabalharam mais para o Crato na proporção de Juazeiro. Para Juazeiro eles fizeram muito pouco, mas muito pouco mesmo. A gente olha assim, os coronéis, o Aducci, que foi até governador e tal, e os outros, o Mauro Sampaio fez um pouco, mas eles fizeram muito pouco, era para ter feito mais. Os Bezerra, de um modo geral, aí foi chegando Carlos Cruz, cujo pai era um farmacêutico... O político que fez

muita coisa, que eu sabia aqui quando eu era criança, jovem, adolescente, foi o pai de Carlos Cruz, José Geraldo da Cruz. Mas, no geral, esses outros políticos fizeram muito pouco pela educação, por Juazeiro. Eu acho que, pela história que vejo, que a gente conhece do Juazeiro, o padre Cícero, como um ser humano – porque você tem que olhar o padre Cícero como ser humano e como religioso –, padre Cícero deu de dez a zero nesses caras aí, com a mentalidade que tinha, muito inteligente. Mas os nossos políticos fizeram muito pouco, o mínimo eles fizeram pela educação e pela cidade, de um modo geral, muito pouco.

Nas escolas que eu trabalhei, os colegas que ensinavam Matemática, eu consigo [lembrar] alguma coisa. Luiz Batista trabalhava. Ele se graduou depois na Filosofia, que passou a ser Urca, em Ciências, que dava direito a ir para a Biologia e para a Física. Wilson Gouveia terminou História Natural, no Crato, se não me falha a memória. A gente conversava muito. Ele terminou História Natural, aí com a carência da vida, e ele um cara inteligente – tem hora que ele conversa com você e você pensa que as “carreta” dele não estão “direita”, tem que dar uma paradinha para apertar as carretas, é um cara muito inteligente, Wilson. Luiz Batista, Wilson... da Matemática esses dois. Já tinha o professor Germano, também. Trabalhou no Segundo Grau, e esse já fez Matemática Pura, chamava Matemática Pura. Foi em Fortaleza ou Recife. Mas Wilson e Luiz Batista eram os caras que trabalhavam lá quando eu cheguei e que tinham essas graduações. O Luís ainda não tinha, ainda foi para conseguir. E Wilson fez História Natural.

Não exigiam a formação. Como te disse, você ia trabalhar, muitas vezes, só com ensino médio. Sim! Tinha o João Batista, um que tinha uma perninha, João Batista, que era Matemática também, só tinha o ensino médio, e veio agora há um certo tempo foi que ele terminou Curta Duração, ele nem terminou Licenciatura Plena, tinha ele também. Mas não era necessário... Bastava o ensino médio e uma licença precária da Secretaria de Educação e você ministrava aula. A demanda era grande, a carência era de tal forma que vinham para o curso de Engenharia Operacional pegar professores de Matemática e Física, como vieram, e o meu colega me levou. O Washington disse: “Carlos Alberto, vamos trabalhar lá no Segundo Grau, tem carência, e lá, você vai ser remunerado”, aí fui. Aí pronto! Quando precisava de professores, eles corriam aqui para o curso de Engenharia Operacional Tecnológica.

Eu comecei em setenta e nove. O que a gente via era o seguinte: o Estado era povão, o aluno, famílias pobres, que não tinham condições de pagar particulares, e a maioria dos nossos alunos era povão. O rico, quando estudava na escola pública, era porque ia para o Salesiano ou para o Batista e reprovava. O pai passou o ano inteiro investindo no menino ali, doze meses pagando, tem que pagar matrícula e tal, o ano inteiro, aí o menino saía reprovado. Aquele

dinheiro ali foi para a lata do lixo, para o cesto do lixo. Aí o pai tirava, como um castigo para o menino, botava na escola pública, lá no Segundo Grau. Era o castigo que o cara recebia. Muita gente do Salesiano vinha para o Segundo Grau, porque se reprovava lá e vinha. Mas de uma coisa eu tenho a minha vivência, a gente comparando o Estado com a rede particular, os meninos do Segundo Grau, na época – tinha olimpíadas de futebol e tudo – do lado educativo, intelectual e de conteúdos, os meninos do Segundo Grau se superavam, porque não tinha livro, não tinha nada. Tinha pouquíssimos livros. Só anotava as coisas, mas eles chegavam junto, se nivelavam aos do Salesiano. A garra, o que eu sempre admirei no Estado, o aluno... Claro, tinha algumas exceções, toda regra tem exceções, mas a grande maioria era a garra que o menino tinha. Tinha menino que não comia, não tinha café da manhã, o cafezinho simplório, almoço também muito simples e não tinha janta e tal, mas os meninos estudaram e deram a volta por cima. Eu encontrava com o menino lá adiante, aí os caras falavam comigo e – tanto homem como mulher – “pô, Carlão, tal... lá no Segundo Grau, escola bacana, eu cresci muito lá com vocês...” Eu sei que o aluno do Estado se superava mesmo, mas a maioria do aluno, do estudante da escola pública era povão, era pobre mesmo. A escola particular é para rico. Era pela filosofia dos pais. Não podia pagar mesmo, pô...

Eu sempre fazia cursos. Os governadores que entravam, por exemplo, o Ciro Gomes, a gente ia para Fortaleza frequentemente fazer cursos, onde pontuava. Você pontuava em termos de nível, tanto que, graças a Deus, eu fiz vários em Fortaleza, tanto eu quanto os outros colegas, naquela época. Também tinha pós-graduação, mas você tinha que pagar, e eu não tinha como pagar porque eu corria manhã, tarde e noite para manter a despesa da minha casa. Mas eu ia fazer esses cursos em Fortaleza e tal, e aquilo ali ia somando e agrupando, agrupando, e quando dava uma certa quantidade de hora-aula ia pontuando, pontuando... fiz muitos... Fortaleza... muitos! Formação de professor ainda fiz. Fiz só o Esquema I. Paguei as cadeiras pedagógicas em 98, na Uece, no Campus do Itaperi, de formação de professores, em Fortaleza, no Esquema I. Os outros eram de apoio, de suporte, para a melhoria da qualidade no tocante à parte do profissional, do professor. Em 98 eu concluí, quase vinte anos. Quem ofertava era a Uece, e era pelo Governo do Estado. O Governo dava um certo apoio financeiro, mas tinha uma outra parte que você desembolsava, porque se ele não entra com uma parte de ajuda, a gente ia pagar um pouco mais, o valor era maior. Mas aí, graças a Deus, eu tive que apertar mais as economias em casa e fazer lá na Uece, porque era com aval da Uece. O Governo dava um incentivo para não pesar tanto no bolso do professor, do profissional. Aqui chegou em 98, porque quando terminei lá, no final do ano, aí trouxeram para o Crato, para a Urca, o Esquema I. Aí eu lamentei a questão de que eu ia para Fortaleza e pagava passagem indo e voltando. A cada quinze dias

eu ia e botava dinheiro para fora, e gastava. Eu podia ter feito aqui pertinho, né, e tal. Então eu comentando com minha esposa: “Olha, quando eu terminei em 98, no final do ano, que eu respirei bacana, que estava ok perante o MEC, minha situação em termos de Magistério estava ok, aí veio o Esquema I, foi trazido para o Crato”. Aí eu: “mas rapaz!”. Mas foi um aprendizado muito bom. E outra coisa: o que a gente vê, cada vez que você sai fora daqui de Juazeiro para Fortaleza, a mentalidade do fortalezense, com relação à educação, é acima da nossa. E muito! Lá em cima! O fortalezense está sempre fazendo curso, estudando, incentivando. Aqui é uma velocidade bem lenta, devagar e devagar. Aqui a coisa é, sabe, de forma muito lenta. E Fortaleza, você vê aquele estímulo todo, o fortalezense tem esse lado aí, joga você para cima. E eu aprendi muito, ganhei muito, com o Esquema I. Fiz inúmeros companheiros lá na formação, porque tinha gente do interior e tinha gente da capital também. Muitos economistas, engenheiros, farmacêuticos, bioquímicos, odontólogos... tudo fazendo o Esquema I para ficar habilitado e poder ministrar aula, porque o MEC deu um período para você se organizar, se gabaritar para ministrar aula. Eu ainda tinha um pouco de tempo, mas quando terminei, em 98, eu digo: “vou ficar logo é legalizado, vou legalizar minha situação”. Aí dois, três, ou quatro anos depois o MEC já começou a exigir. Não tinha mais o que exigir, porque você tem que trabalhar e ser um profissional gabaritado e compatível, para não entrar um na área do outro e tal, essa coisa toda.

Curso de graduação em Matemática, tinha. Eu acho que ele chegou nos anos oitenta. Acho que 84, por aí, eu não sei precisar bem. Eu ainda fiz vestibular e entrei. Fiz dois semestres de Matemática. Não dei continuidade porque eu tinha que trabalhar para manter a despesa da minha casa, e a educação, pelo que acompanhei, você tem que trabalhar manhã, tarde e noite para sobreviver, pô! Um negócio vergonhoso, sabe? Mas as autoridades, os políticos de nível Municipal, Estadual e Federal, os caras não ligam muito, porque, politicamente, os vereadores já ganhavam sempre bem, e prefeito e deputado. Mas muita gente passou a se graduar em Matemática aqui nos anos oitenta e quatro, por aí assim. Os dois semestres foram logo que foi implantado o curso de Matemática. Eu acho que comecei em 84, por aí, 84 para 85. Era licenciatura, parece-me que era curta, aí, lá, num pouco mais adiante tornou-se plena. Mas era licenciatura curta, parece-me que cinco semestres. Muita gente fez, teve a sorte de chegar o curso pleno e já engatilhou tudo. E saiu com ela plena, teve essa bondade ainda.

É como a gente está sempre comentando, eles fazem muito pouco pela educação, mas muito pouco mesmo. Eu lembro que quando havia as greves aqui, que anualmente tinha greve, teve um ano que nós nos reunimos lá no auditório do Salesiano, aí tinha uma faixa escrita assim: “o saber assusta o poder”. Eu nunca esqueci dessa frase. O saber assusta o poder. Você entra

numa universidade, o seu senso crítico melhora, é diferente. E um político não manipula o cara que tem um certo senso crítico, uma formação acadêmica. Não manipula, não. De jeito nenhum! Acho que é por conta disso que lá de trás eles sempre fizeram muito pouco, porque tinham medo. É como voto de curral, como dizia de voto comprado, que ainda hoje se compra. Fizeram uma indústria de votos. Aqueles coronéis que tinha lá atrás, hoje continuam, só que são os coronéis sem farda. Sem farda mesmo! E os caras têm os esquemas de compra de votos. Aqui, é só o que a gente escuta. Estoura isso e aquilo, e a justiça cai em cima, mas pouca coisa eles punem. Tem punição, mas político nunca ligou para a educação mesmo. Então, eu sempre lembrei disso, eles não melhoram o nível educacional, porque a partir do momento que melhorarem eles não vão ser eleitos. Aí fizeram essa faixa: “o saber assusta o poder”, rimando. Eu achei muito bacana. E ainda hoje continua. Eles fazem o mínimo pela educação, muito pouco. A gente vê, a base de um país, a referência de um país é a educação, pelo amor de Deus! E os caras... sabe?... À medida que vai estudando e aumentando o leque, as direções, você visualiza diferente. Não é como um animal, que você bota aqui uma viseira, um troço de um lado e de outro, e o coitado do animal irracional olha assim... É isso que eles queriam fazer com o ser humano, né? Mas muito pouco, muito pouco.

As opções que tem para formação de professores, hoje, você tem um leque enorme para se fazer nas áreas de exatas e de humanas, aqui. Muito bacana! Muito boa! Muitas universidades. É lógico que, como aprendi, a gente que é pobre tem que fazer uma universidade estadual ou federal. Mas tem. Já teve o Fies, onde você pega o dinheiro emprestado e depois devolve ao Governo, pela carência. Mas é excelente a situação atual, muito boa. Parece que, comparando, lá atrás, como eu disse, uma velocidade bem devagar e parando. Hoje você vê uma dinâmica grande, enorme. Os jovens hoje que não querem fazer uma graduação, ter futuro, ter um foco, se o jovem que não quer, é pela índole dele, mas opção tem. De tudo que o cara quiser você tem. Diferente quando compara lá atrás. Você ralava demais para obter conhecimento, entendeu? Enquanto que na modernidade...

Para ser professor de Matemática era um malabarismo enorme, para você chegar em uma sala de aula e aperfeiçoar seus conhecimentos. Você tem tudo [hoje] em termos de internet, uma ferramenta fabulosa, muito bacana. Você começa a fazer um comparativo com relação à educação nos Estados Unidos, na Europa e tal, e os países... Quando você compara, vê que o Brasil... Em olimpíadas, você olha para olimpíadas... agora é que melhorou um pouco, mas, puxa vida, a gente está sempre lá no final! No final, porque falta incentivo ao esporte, à educação. Mas melhorou muito. Quem não faz uma graduação hoje é porque a índole não ajuda. Pelo que sei, você tem, além da Urca, da Universidade Federal, tem os Institutos Federais, muito

bons, de qualidade excelente. Não sei dessas universidades, tipo Leão Sampaio e FJN, se tem curso na área de Matemática, tem mais na saúde. Mas os Institutos têm. A Urca, os Institutos e a Universidade Federal, né? Muito bom, são muito bons. E ao que consta, um diploma de Instituto Federal, de faculdade ou Universidade Federal do Cariri – muito bacana essa Universidade Federal – Uece, a Urca... só vieram a trazer coisas boas, elas são excelentes. Muito boas!

Figura 3: Desafogado



Fonte: Dados da pesquisa.

Carlos Alberto de Carvalho (Carlão).

Professor.

Nascido em 03 de maio de 1951, no município de Exu (PE), conforme depoimento, mas registrado como nascido em Barra do Corda (MA).

MONÓLOGO (SOBRE SER) MUITO EXATO, SEM ARRODEIOS...

Eu sou de Potengi. Lá eu cursei até a terceira série. E como é uma cidade pequena e tudo, era difícil, na época. Eu saí de Potengi e fui morar no Crato, na casa de um tio, e lá terminei o primeiro grau. O segundo grau fiz no Santa Teresa, depois fiz vestibular para História Natural. Eu sempre fui estudiosa, sempre estive em primeiro lugar. Aí, cheguei no Crato, fiz um cursinho no Madre Ana Couto e passei direto para a quinta série. Fiz a quinta série lá. E de lá fui fazer o curso ginásial, na época era ginásio: primeiro, segundo, terceiro, quarto, né? Eu fiz no Pio X, colégio particular, era dirigido por freiras. De lá, terminando, porque só tinha até a oitava, eu fui para o Santa Teresa fazer o curso Normal, Normal Pedagógico. Só mulher (*risos*). Existia um colégio para as meninas e o dos meninos, que era o Diocesano. Também tinha escola pública, que era Escola Estadual Wilson Gonçalves, era uma escola para meninos e meninas. Então eu fiz todo o meu estudo até o segundo grau só com meninas. E sempre tive muita facilidade para cálculos.

Em Potengi só tinha até a terceira ou quarta série primária. As outras só nos lugares mais próximos, Crato e Juazeiro. Então, minha escolha, por ter um tio morando no Crato, foi o Crato. Eu sei que eu terminei o segundo grau em setenta ou oitenta, o terceiro ano, então fiz vestibular. Aí no ano que fiz vestibular eu fui convidada... Porque antes eu comecei a ensinar Matemática ainda cursando o curso Normal. A minha professora até se preocupava muito comigo, que eu me frustrasse, porque eu era muito novinha e peguei uma escola aqui de Juazeiro, particular, uma escola de meninos e meninas, que era o Aauto Bezerra. Aí fui ensinar Matemática. Era uma escola que ainda hoje existe. A diretora, Lindalva Machado, que hoje é falecida, era muito amiga da minha família, e como sabia que eu tinha tendência para Matemática, me convidou. Então eu fui. Ensinava em quinta, sexta, sétima e oitava. Eu sei que na oitava série a minha disciplina era Desenho Geométrico. Aí, na quinta, sexta, que na época ainda era primeiro, segundo e terceiro; Matemática. Por conta disso, eu fui encaminhada para fazer um curso no Instituto de Matemática, em Fortaleza, que, na época, chamava Cades. Então eu fiz esse curso de especialização na Universidade Federal de Fortaleza, era em período de férias. Recebi meu “registrozinho”, e aí as portas se abriram. Foi depois do Curso Normal. Terminei o Normal, aí fui fazer, porque tinha que ter o segundo grau, pelo menos. Não podia fazer sem ter o segundo grau. Quando eu voltei desse curso, eu fiz o vestibular para História Natural, aí passei.

Eu estava aqui em casa num dia de domingo, chega uma secretária da Escola Normal – que na época era por indicação – já com um ofício para eu comparecer lá na Escola Normal daqui de Juazeiro. Quando eu cheguei lá, disseram que era um contrato, se eu queria. Me deram

aquela lista de documentos para fazer, médico e tudo, e eu fiquei sem saber porque. Quem me indicou? Fiquei assim sem saber. Então aceitei, fiz todos os exames, comecei a trabalhar, e daí o Ginásio Monsenhor Macêdo me convidou. Ginásio Monsenhor Macêdo, escola particular de Juazeiro que era uma das melhores escolas. Eu fui também. Colégio de freira... Trabalhava lá de manhã. À noite, na Escola Normal. Aí deu problema, porque eu cursando faculdade, logo o primeiro ano, então quando chegou o final, quase que saio reprovada por falta. Uns professores entenderam, outros não, como a de Química e, acho, a de Citologia. Dois professores não entenderam. Sei que se reuniram, disseram que era muito difícil, isso e aquilo, aí essa professora, Maria do Carmo, que era bioquímica, concordou: “bem, ela vai ter que fazer uma prova escrita e uma oral para repor essas faltas”. E eu fui. Por conta disso fiquei com pavor a Química. Eu tive que decorar todas aquelas reações químicas (*risos*), e aquilo me deixou com um pavor. E aí minha vida continuou. Escola Normal, Monsenhor Macêdo...

Depois, uma amiga minha falou para mim: “Ah, Socorro, vai abrir um concurso do Premen, e quem passar no vestibular – vêm professores de Goiânia, da Universidade Federal – e quem passar vai passar um ano em Goiânia, fazendo uma licenciatura curta, aí tem quatro áreas, tem Prática Integrada no Lar, Artes Industriais, Técnicas Comerciais e Técnicas Agrícolas”. Eu não sabia nada dessas áreas. E já estava no último dia. Aí eu olhei assim e digo: “ah, vou escolher Artes Industriais”, eu não sabia nem o que era Artes Industriais. Fiz. A gente fez o vestibular. Passamos. Eram dezesseis vagas, quatro vagas para cada área, para poder ensinar na Escola Polivalente aqui de Juazeiro. Passei em segundo lugar, o primeiro foi Socorro Gondim. Socorro desistiu, entrou outra no lugar dela. Quando chego lá, que entra naquela parte da Elétrica, de usar solda... o negócio foi muito cabuloso. Mas tudo bem, passei, voltei e fui contratada. Eu trabalhava o período da manhã na Escola Polivalente com Artes Industriais, e à noite, com Matemática, no Segundo Grau Aduato Bezerra. Lá, primeiro grau ou Escola Normal. Só o segundo grau que tinha no Moreira de Sousa. Por conta disso, eu achei que eu tinha muita facilidade mesmo para Matemática. Aí, quando surgiu o primeiro curso para os professores da Urca, que eles não tinham licenciatura – professor de Biologia, de Português, eles não tinham pós-graduação – então veio uma equipe de Fortaleza, da Universidade Federal, também quatro áreas... não, acho que eram três: Ciências Exatas, Biologia, Português e Pedagogia, acho que eram essas quatro. Então eu me inscrevi para fazer esse curso, junto com os professores da Urca, que era para poder regularizar, para os professores terem pelo menos pós-graduação. Então eu fiz. Tinha uma grande amiga e... Era licenciatura plena. Era um curso de licenciatura plena em Educação, oferecido pela Universidade Federal do Ceará, e tinha as áreas, como eu já te falei, eu escolhi Ciências Exatas. Aí os professores vieram. Foi lá no Centro de Expansão

esse curso. Ele passava o dia todinho. Ou então, quem queria, pagava lá uma... não era tão caro não. Eu sei que pelo menos era em período de férias, e eu ficava no Centro de Expansão. Tinha umas quatro. A gente tinha alojamento, refeições, tinha tudo. Centro de Expansão era ali, vizinho ao Grangeiro, o clube, que é dos padres, acho. Esse curso eu sei que foi no período de férias, começou nas férias de final de ano. Eu posso até olhar, acho que minha carteira ainda está por aí. Não foi muito tempo, não. Talvez eu mostre minha carteirinha que tem o tempo bem detalhado.

Aí o primeiro encontro... com o reitor da universidade, para ele explicar tudo sobre essa especialização, essa pós-graduação. Eu lembro que era conceito – Excelente, Regular... – as notas. Então o reitor falou que você podia ter Excelente em todas as disciplinas, mas na sua monografia só existiam duas notas: “R” satisfatória e insatisfatória, era isso. E se você não conseguisse, estava perdido o curso. Sabe, me deu vontade de desistir, porque você como matemático, nós somos assim muito exatos, a gente não arroteia, a gente vai sempre direto, não é de muita conversa, vive completamente diferente dos pedagogos. Aí eu disse: “meu Deus, como é que vai ser?!” Me deu uma vontade de desistir. Eu disse: “não, mas eu vou”. E fui. Eu era muito fechada quando eu mexia só com a Matemática. Depois que eu me aposentei, eu fui fazer um curso de multiplicadora em educação... – não, eu ainda estava trabalhando – multiplicadora de Educação Sexual, isso me empolgou muito. Aí eu disse: “mas é muito pouco”. Em poucos dias, era um curso manhã, tarde e noite, em Fortaleza, pela ONU. E eu disse: “não, eu vou fazer. Vou procurar fazer o curso”. Eu sei que me formei, e tinha o primeiro curso que ia ser dado em Brasília, pós-graduação em Educação Sexual, duração de um ano. Eu me mandei. Fui fazer esse curso. Aí, depois desse curso... Eu acho que a minha turma já era a terceira turma. Era um curso novo. Começou com aquela Marta Suplicy, que fez, acho que na Espanha, ou foi nos Estados Unidos, que foi a primeira sexóloga no Brasil. Aí, quando chegou aqui, eu acho que foi pioneiro esse de Brasília. Depois, resolveram dar o curso de Formação em Sexologia, dois anos, ao nível mestrado, “eu vou fazer”. E fiz. Então isso me deu um leque, eu fiquei mais aberta, porque antes eu não conversava assim não (*risos*)... me abri mais, me deixou mais... não sabe?... então, foi assim.

O meu professor de Matemática da quinta... da sexta... não... primeiro, segundo, terceiro e quarto – vamos falar como era antigamente – era o Jaime, professor. Ele trabalhava no Banco do Brasil, então ele dava Matemática lá no Pio X. E no Santa Teresa – que o Pedagógico a gente também tinha noções – era uma freirinha que dava para a gente. Até ela se preocupou quando eu, ainda cursando o segundo ano, ou era primeiro, fui ensinar Matemática aqui em Juazeiro, pegando pessoas bem mais velhas do que eu, na época.

O curso de História Natural foi um curso muito bom. No último ano, que eu saí, foi o último, porque depois passou a ser Biologia, mas eu fui da última turma de História Natural, que me dava o direito também de trabalhar nas Exatas. Quando eu entrei para fazer o curso de especialização, eu poderia ter feito Biologia, mas devido à Química, eu escolhi a Matemática exata. Mas não é fácil, né? Não é fácil! A nível de terceiro grau não é fácil. Mas eu me saí muito bem.

O curso de especialização eu fiz junto com o pessoal da Faculdade. Esse curso foi oferecido pela Universidade Federal do Ceará. Era para os professores da Urca, não era pago. E eu consegui entrar. Até depois me ofereceram, mas como eu não... sabe quantas horas eu trabalhava no Estado? Manhã, tarde e noite: trezentas horas. E como na época, a gente sempre tem que também fazer o que gosta e também tem que ver essa parte... Nessa época, já era pra passar para Urca.

O curso de História Natural funcionava no Crato. Os professores eram bons. Na época não tinha, assim... hoje a gente tem mais tecnologia, né? Então, era só através do quadro, giz, apagador... E tinha também aqueles, como é que chama? como um “telãozinho”? Retroprojektor. A biblioteca satisfazia. Os professores eram muito bons.

Colegas de fora? Tinha Adalgisa (*risos*), que saía de Araripina. E tinha muitos, muitos mesmo. Ouricuri... tinha um que era gerente do Banco do Brasil. Tinham muitos. Então era até uma oportunidade. Para mim foi bom, porque eu comecei a lecionar, e como eu não podia estar todas as noites no Crato, eu podia repor as aulas com essa turma que vinha de outros estados, até de outros estados, não é? Como Adalgisa, que vinha de Pernambuco. E assim deu para ir levando. Depois, eu me transferi para a manhã, e pronto, fiquei cursando normalmente.

Nosso professor de Genética era um médico, professor de Química era um bioquímico, sempre eram pessoas assim. De Matemática, no curso de especialização, eram todos professores da Universidade Federal do Ceará. No curso de História Natural não tinha Matemática, não. Não sei por que que dava direito. Eu acho que devido a esse, não sei se foi devido a esse curso que eu fiz em Fortaleza, né, essa especialização?! Aqui no Cariri não tinha. Não tinha! Opção nenhuma. Então, o que tinha que fazer era o que eu fiz, procurar fora. Não é? Como eu fiz História Natural, mas antes de fazer História Natural eu fiz esse curso na Universidade Federal, em Matemática, Matemática Pura. Depois, me especializei em Matemática. Esse curso da Cades foi em Fortaleza em período de férias. Se eu não me engano, foi só um ano. Se queria se formar em Matemática tinha que sair para Fortaleza, o mais próximo. Fortaleza, Recife, que fica quase a mesma distância, Teresina... Acho que os mais próximos. Aqui na Região era de acordo com a vocação. Eu tinha muita facilidade para Matemática, “você gosta de quê? De Português,

Inglês, Matemática...” a escolha era essa. Então, minha tendência maior é por Matemática. E como a carência era grande, então eu sempre ocupei essa cadeira de Matemática, porque eu tenho uma irmã que... coitada, ela fez Letras, e jogavam ela em coisas que ela não tinha nada a ver. Por quê? Porque não tinha carência. Até hoje existe a carência de Matemática, Física... Eu fui para Brasília, e na época que eu fui, que eu fiz esse curso de Sexologia, no primeiro dia de curso, eu conversando com minhas colegas, eu falei que aqui no Ceará a minha disciplina era Matemática – porque eu tinha mais colegas médicos, enfermeiros... Na Educação, eu acho que só tinha eu – aí ela falou: “olha, no meu colégio tá faltando professor de Matemática”, aí me deu o endereço do colégio, era um colégio de classe alta. Aí sei que eu fui, numa segunda-feira. Quando cheguei lá, conversei com a freira, ela já me passou os diários. Aí lá eu ensinei Matemática. Eu ensinei no Rosário, e lá não é fácil. É uma escola dirigida por freiras. Elas são francesas. Ensinei uns dois anos, Matemática, de quinta a oitava série. Aí depois eu resolvi entrar na Fundação, que aqui nós chamamos de Estado. Então, na Fundação, eu trabalhei no Caseb. É também uma das escolas mais antigas, o Caseb e a Escola Normal de Brasília, que é uma escola pública. Então, quando eu fui selecionada, me chamaram para me apresentar com todos os documentos, já para fazer o contrato. Quando eu cheguei lá, eu estava em três listas: eu estava em Matemática, em segundo lugar, e estava em Física, em primeiro. Eu sei que era Matemática, Física... Eu escolhi Matemática. Como eu tinha ficado em boa pontuação, eu escolhi onde ficar. Aí eu fui trabalhar no Caseb, que ficava pertinho de onde eu morava. Foi cem horas, e no primeiro semestre me deram mais cem, devido à carência de professor. E depois, eu fui trabalhar, que adorei, foi o trabalho que eu mais gostei, foi com os meninos de rua. Matemática também. Em Brasília tem o Parque da Cidade, que é o segundo do Brasil, o primeiro é o de São Paulo, o Ibirapuera, e lá é o segundo. Então, dentro desse parque tem essa escola de meninos e meninas de rua. Todo ano eles fazem tudo para tirar, porque torna um risco, né? É o único parque de Brasília... tem o nome da mulher do... Então, lá foi um trabalho muito bonito com os meninos de rua. Muito bonito! Muito bonito! E até hoje essa escola funciona, porque eu saí de Brasília tem... eu cheguei aqui em... no meio... agosto de... cheguei no ano 2000. Tem dezessete anos. E essa escola continua lá. É um trabalho bonito, agora, perigoso. Perigoso! Imprevisível...

Na época da minha faculdade era tudo muito precário. Contratavam aqueles médicos, contratavam aqueles químicos... Diferente de hoje, porque hoje é um concurso, você está ali, e a cada ano você vai adquirindo mais vivência, experiência, se especializando mais... É diferente o matemático [hoje] para um, como na época, o meu caso. Você sabe que aqui em Juazeiro, naquela época, não existia faculdade, então a gente tinha que sair daqui para o Crato. O Crato

era um lugar mais bem desenvolvido na parte política, na parte econômica e na social. E aqui já era uma cidade assim... Hoje não. Hoje não existe diferença entre Crato, Juazeiro e Barbalha em relação a essa parte social, essa parte política e também na educacional. Cresceu muito, muito mesmo. Melhorou muito.

Quando eu entrei [na faculdade], eu tinha duas opções, eu fiz para Pedagogia e para História Natural. Aí eu cursei, acho que um mês, mais ou menos, Pedagogia. Eu não gostei. Eu não falei que eu era calada? Que já ensinava Matemática? Eu não gostei, então eu mudei para aquilo que eu me identificava. Para dar aulas eu entrei na oitava série. Até uma colega, depois perguntou: “por que em turno da manhã?” – que eu não falei que eu comecei de noite, depois me passaram pra o turno da manhã? – Aí me botaram na oitava série e disseram: “é muito difícil. Você é filha de fazendeiro rico? (*risos*)”, eu disse: “não”. Meu pai, um simples funcionário dos Correios de Potengi, foi transferido para cá, não tem nada de riqueza. Foi por necessidade.

Além da Escola Normal, Polivalente e Monsenhor Macêdo. Era ensino médio. Médio não era da quinta à oitava? Não, então no Monsenhor Macêdo foi da quinta à oitava. Agora, segundo grau, foi na escola, tanto Aauto Bezerra, que foi na época que saiu daqui da Escola Normal e passou para a Escola Aauto Bezerra, e depois, voltei para o Moreira de Sousa também, segundo grau no Curso Normal. Depois passou a funcionar o curso Pedagógico. Isso foi na década de noventa já, final, oitenta para noventa. Né? Setenta e sete foi quando eu entrei. Quando eu entrei lá foi quando eu fiz o vestibular. Eu fiz o vestibular, como eu falei, fui chamada, aí ainda peguei Dona Amália um semestre. Peguei Dona Amália como diretora. Aí muitas vezes ela vinha, porque ela era muito rígida. Eu tinha muita facilidade de domínio, os alunos paravam muito para me ouvir. Até mesmo em Brasília, um dia, a diretora passou e parou, porque disse que achou muito bonito. Porque naquela época era outra, né? Mas em Brasília, não faz muito tempo, não, foi na década de... final de noventa, que eu trabalhei lá. Eu cheguei aqui em 2000.

Além de Matemática, eu trabalhei nessa parte da sexualidade. Eu prestei serviço à Urca naquele... eu acho que vocês devem lembrar, os professores do município que não tinham nível superior, então os prefeitos ofereceram aquela licenciatura. A gente era muito bem paga. Eu sei que Zé Nilton me convidou, porque, na época, ele era vice-reitor, então me convidou e aí eu fui dar um curso de Matemática em Brejo Santo para o pessoal. Então eu dei Matemática, um curso de Matemática. Depois, ele me convidou para dar seminários sobre sexualidade, nesse curso, também. Então eu dei em Brejo Santo, Jati, Crato e Assaré.

Na época que eu ensinava, não tinha nenhum professor com licenciatura plena em Matemática. Eu acho que eu entrei no segundo grau porque eu já tinha aquele “cursozinho” da

Cades, que me dava direito. Depois eu fiz a especialização em Ciências Exatas. Bastava tu ter capacidade. Acho que deveria ter carência, por eu ter entrado assim, logo no início de uma faculdade e tudo. Era carência de professor. Hoje, devido à Urca, melhorou muito.

Eu tinha uma vida muito, como te falei, três expedientes, trabalhava manhã, de tarde, de noite, depois me mudei para Brasília, e eu fiquei muito afastada sobre essa parte de educação e formação. Mas sempre conversava com – que é muito minha amiga – Cristina, a esposa de Zé Nílton, que ela era professora lá; com Socorro Gondim, que estava sempre em contato, ela sempre contava a evolução. Porque Cristina, hoje, está aposentada. Socorro ainda está aí, não sei quando é que ela vai parar.

Pelas escolas que eu passei, por serem escolas de nome, como a Escola Normal, o Segundo Grau, então era classe alta, classe baixa, havia se mesclado. Não era só para os pobres, não. Tinha muitos alunos de classe alta. Quanto a mim, o que eu consegui foi através do Governo, não foi nada particular. Então eu sempre busquei. Quando dizia que vai ter um curso, eu já corria atrás do curso para fazer. Então, tinha incentivo, é tu só querer. A diferença hoje é muito grande. Ver o começo para ver o hoje, a diferença é grande. Hoje, você tem toda oportunidade aqui mesmo, não precisa você sair. Enquanto na minha época, eu tinha que sair daqui para Fortaleza, perder minhas férias... Você vê, eu sempre fui assim... três expedientes. Então, preferia perder férias para investir em formação. Então era difícil. Hoje não. Hoje tu pega um computador, você tem tudo. Você está aqui, tem uma dúvida... no meu tempo não. Se tinha uma duvidazinha... Tem um professor que ele me ajudou muito, ele era professor da Urca, ele fez esse curso junto comigo, e foi convidado e ficou. Eu não quis ficar. Não lembro o nome dele, sei que ele trabalha na Urca, professor de Matemática. Baixinho, era um baixinho. Ele ficou até de luto, acho que a esposa dele trabalhava também na área. Então, hoje, a diferença é grande. Você tem uma dúvida, não precisa tu correr atrás, como eu, às vezes, me dava alguma dificuldade e tudo, aí eu buscava, né? De todo jeito [hoje] você encontra curso. Mudou muito. Que bom!

Figura 4: Sem arrodeios



Fonte: Arquivo pessoal da depoente.

Maria Socorro Guedes Lima.

Professora.

Nascida em 24 de dezembro de 1947, no município de Potengi (CE)

MONÓLOGO SOBRE COLOCAR AS PESSOAS NOS SEUS DEVIDOS LUGARES

Quando o meu pai morreu, ele morreu em dezoito, por aí, dezoito de janeiro de quarenta e dois. Então, em março, nós viemos para o Crato. Já tinha dois irmãos meus, mais velhos, que estudavam aqui, e uma estudava em Cajazeiras, ela fazia o Normal. Eu morava no Cedro. Aí, tinha essa irmã minha mais velha, que estudava em Cajazeiras, e os outros dois, que eram homens, e a outra filha da minha mãe, a segunda filha mulher. Eles estudavam aqui no Crato. Só tinha duas escolas aqui: era o Colégio Santa Teresa e o Colégio Diocesano. E tinha a Escola Técnica de Comércio. Só tinha essas três unidades. Não tinha ensino de segundo grau, só o Normal, aqui, que era considerado como segundo grau. E tinha a Escola Técnica, que era curso Técnico em Contabilidade. O primário tinha, normal. Agora, o Diocesano, aqui, só tinha o primeiro grau, quer dizer, até o ginásial, não é? O primário, até a quinta série, por aí, depois o ginásio. Pronto, terminava a oitava série, a quarta série ginásial, não tinha mais científico. Aqui não tinha científico. O primário eu fiz aqui, no Grupo Municipal. O Grupo Municipal é aquele prédio que tem isolado ali na Igreja da Sé. Não tem um prédio lá, isolado? Pois aquele prédio ali era onde funcionava o Grupo Municipal. Em frente era a cadeia, que hoje é um museu. Hoje é um museu, mas antes era uma cadeia. O Municipal era da Prefeitura. O ginásio eu fiz aqui no Colégio Diocesano. Eu estudei no Grupo Escolar até a quarta série primária, aí a gente fazia o tal do exame de admissão. Feito esse exame de admissão, a gente entrava na escola do ginásio, fazia quatro anos de ginásio. Depois disso, a gente tinha que ir embora. Eu fui para Fortaleza e estudei lá, no Liceu do Ceará. Eu terminei o ginásio mais ou menos em cinquenta e três, por aí... cinquenta e três, cinquenta e quatro, por aí. Acho que foi cinquenta e três. Depois eu fui para Fortaleza fazer o Liceu do Ceará, estudei no Liceu. Fiz o primeiro ano científico no Liceu. Depois que eu fiz o primeiro ano científico, eu estava servindo no 23º BC, passei dez meses no 23º BC. Aí eu terminei o 23º BC, lá em cinquenta e quatro. Depois que eu terminei, eu voltei aqui para o Crato e viajei para o Rio de Janeiro.

Só existiam essas escolas aqui, mas elas eram eficientes, viu? Eram bastante eficientes, não tinha defeito assim, não. Eram escolas que tinham limitações, certo? Não eram professores altamente especializados, mas eram pessoas que tinham vocação, então eles ensinavam realmente com muita vocação. Não eram formados em Matemática. Tinha aqui um padre, chamado padre Feitosinha, ele era o seguinte: era um cara realmente que a gente notava que ele tinha vocação para o ensino, sabe? Ele conhecia o aluno. Era dessas pessoas que conhecia o aluno, até porque tinha aluno que era geralmente média seis, outros sete, sabe? Aqueles nota

nove... Ele era assim, muito preparado, ensinava realmente com gosto. Já no Liceu, eles eram formados mesmo, viu? São muitos bons professores mesmo. E tinha também a parte de Português, que o nome do professor era Boanerges. O cara era uma competência enorme, uma pessoa de muito conhecimento, Boanerges...

Sobre a faculdade, a de Juazeiro, parece que era independente. Acho que não era agregada a ninguém, era um curso independente, era do município, né? Engenharia de Operações, olha aqui: Universidade Estadual. Ah, ele era da Universidade Estadual, depois encampou. Porque às vezes eles fazem uma coisa em um dia, no outro dia fazem outra, é aquela confusão. Esse curso de Economia, eu tenho, assim, vaga lembrança de que tinha muitos professores que às vezes vinham até de Fortaleza. Teve um professor aqui que era até um chinês. Mas era um cara muito preparado, falava bem a nossa língua, tinha um certo conhecimento. Mas a maioria era aqui da região mesmo, viu?

A infraestrutura era fraca. Não era essas grandes coisas, mas eles tinham vontade de ensinar, eles tinham aquela garra para ensinar a disciplina. Biblioteca, fraca também, não tinha muito acesso. A gente tinha que se virar mesmo, como se diz. O curso de Engenharia era carente, muito carente, viu? Tudo arranjado. Você está vendo que é dificultoso. Eles tinham dificuldade em tudo. Tinha aluno que vinha de fora, porque aqui, o Crato, sempre foi um polo de ensino. O Crato sempre trouxe aluno, vinha aluno de tudo que é de lugar: Pernambuco, Paraíba... Vinha todo mundo aqui para o Crato, porque era um polo mesmo. Aí, depois que o ensino foi caindo mais, porque foram surgindo esses outros lugares com mais oportunidade, o Crato foi perdendo. Porque em Juazeiro, inclusive, o desenvolvimento foi depois já de 1960, que começou realmente a crescer. Aí o Juazeiro começou a desenvolver mais, foi começando a dominar mais. Mas antes era difícil.

No curso de Engenharia Operacional também tinha gente de fora, porque curso de Engenharia e Medicina sempre atrai muita gente. São fontes de crescimento do município. Você vê que Fortaleza só veio se desenvolver depois que criaram a Universidade Federal. Antes, Fortaleza era acanhada, aí quando criaram a Universidade, ela começou a crescer, crescer, crescer... Depois, criaram a Unifor, aí aumentou mais ainda. A Unifor foi quem deu mais desenvolvimento, porque era mais fácil da pessoa pagar para estudar lá, porque a Federal era muito concorrida, e só era ela, e era muito exigente... não sei hoje, mas naquela época era uma exigência muito grande.

Formação de professores da Matemática aqui não tinha, não. Você tinha que procurar outros centros. Como eu digo, olha, até mil novecentos e sessenta, sessenta e seis, por aí, não

tinha o ensino científico. Não tinha. O ensino científico veio criar depois, eu já estava no Rio de Janeiro. Eu fui para o Rio de Janeiro em mil novecentos e cinquenta e... final de cinquenta e quatro, foi quando eu terminei o exército, aí eu fui para lá, aqui não tinha. Fui em cinquenta e quatro, não tinha segundo grau no Crato, a não ser o Normal e o técnico lá da Escola Técnica de Comércio. O cara tinha que ir para fora, estudar lá fora para poder aprender. Ou então, eles procuravam aqueles alunos que tinham interesse em procurar estudar por conta própria, e aí eles eram convidados para ensinar. Aquelas pessoas que tinham tendência, né? Que gostavam da disciplina. Mas não tinha formação assim não.

Eu passei dez anos no Rio de Janeiro. Eu saí em cinquenta e... final de cinquenta e quatro. Aí fui lá e estudei no Gama Filho, que era chamado Colégio Piedade, que era uma instituição de Gama Filho, que ficava no bairro de Piedade, no Rio de Janeiro. Lá, eu fiz um ano, só. Foi um ano, porque quando eu saí do Liceu do Ceará, eu tinha feito o primeiro ano. Aí fiz o segundo ano, só que eu fiz só seis meses lá nesse Colégio Piedade, porque lá era o seguinte: você estudava! E naquela época... viu!... Já o Gama Filho era o seguinte: quando você ia fazer o científico, você precisava saber qual era o curso que ia fazer o vestibular. Então, tinha a turma que preparava para Medicina, tinha uma turma que preparava para a área de Ciências Humanas, Direito, por exemplo, e tinha áreas técnicas, esses negócios aí. Quando eu entrei lá, eu entrei para fazer o segundo ano de Medicina, curso para Medicina. Depois que eu saí de lá, eu fui para o colégio internacional Associação Cristã de Moços, ACM. Esse colégio tem em mais de noventa países. Então, lá, eu realmente tive contato com grandes professores. Tinha professor de Francês, um cara que estudou na França, – ele era até um cearense – estudou na França e se especializou mesmo, passou muitos anos na França. Aí, quando ele veio, foi ser professor lá. Aí ele conversa: “rapaz, eu sou brasileiro”. Pelo falar dele, eu digo: “o senhor é do Ceará?”, ele disse: “sou”. “Eu sou de lá também”. Aí ele ficou muito meu amigo. Tinha professores, tinha até um russo. E esse russo saiu da Rússia, foi para a Alemanha, se naturalizou alemão e veio para o Brasil. E esse cara era um bom professor de Química. Era uma pessoa altamente especializada. Os professores tudo gente muito preparada mesmo. A ACM só tem professor de grau mesmo, como se diz. São todos eles bem graduados. Aí eu nunca tive dificuldade não, viu? Esse é particular. Associação Cristã de Moços. Agora, ele tem em vários países do mundo. A sede mesmo é lá nos Estados Unidos. Quando eu terminei lá, eu fiz até o terceiro científico, então eu fiz um curso de Eletrônica.

O professor era o que dava assistência ao porta-aviões do Brasil. Um dia, ele me convidou para eu ir lá visitar o porta-aviões, mas eu não podia, porque eu estava trabalhando

na IBM, Indústria Brasileira de Máquinas, mas o nome não é assim, não, é *International Business Machine. International Business Machine*. O primeiro computador que entrou no Brasil foi deles. Então, essa IBM, ela mudou o nome para Indústria Brasileira de Máquinas. Quer dizer, não mudou nada, somente para poder pagar menos impostos. Eu trabalhei lá bem uns dois ou três anos. Lá, eu fazia montagem de uns aparelhos para colocar numa máquina maior, que essa máquina maior era um computador enorme, para quase uma sala dessas. Então, eu preparava um *Card Feed*, CB, não, é CF, *Card Feed*, e o outro era um outro nome que eu não me recordo agora. Eram umas peças enormes, que trabalhavam com eletricidade, ligado. Trabalhava dentro, ligado, e a gente agarrado nos fios e tudo, e botava os pés aqui em cima de uma trava, na bancada, para você não levar choque, então a gente botava os pés lá e trabalhava ligado na rede. Eu trabalhei com essa montagem antes de fazer esse curso. Eu trabalhei na IBM quando cheguei, em cinquenta e cinco. Assim que cheguei no Rio de Janeiro, com dois meses eu fui na IBM. Porque, lá, o teste da IBM era o seguinte: ele te dava uma máquina bem grande, que o pessoal antigo, os funcionários antigos sabem o nome dela. Era a Holerite, uma máquina chamada Holerite. Então, essa máquina chamada Holerite fazia uns cartões, um cartão bem grande. E ali, naquele cartão, era impresso, era perfurado uns negócios, e ali tinha uma leitura. Então, todo funcionário federal recebia baseado nesse holerite. É tanto que eles diziam: “ah, não, holerite, holerite, holerite...”. Era exatamente da IBM, eles era quem faziam esses cartões. Então, essa máquina de holerite, eles tinham várias máquinas – que foi recolhido depois, né? – Então, eles pegavam essa máquina, chegavam e mostravam a máquina funcionando para você. Mostrava como funcionava e tudo, aí diziam: “bem, agora é o seguinte, você vai ter trinta dias para desmontar essa máquina todinha e depois montar a máquina”. Isso era uma turma de uns vinte a trinta caras, todo mundo fazia isso. Isso era o teste, você tinha que desmontar. Agora, o cara era tão cara-de-pau, o chefe, que ele chegava, quando o cara estava juntando as pecinhas, bem direitinho, ele chegava, metia os pés e misturava tudo. Não aceitava, não. Você tinha que tirar as peças e ir colocando lá sem organização. Ele não queria que você organizasse, para não fazer a coisa assim. Então, depois de um certo tempo, ele dizia: “bom, quem já terminou?”. Aí o cara: “já terminei”. Então ele chegava lá e verificava a máquina. Se tivesse funcionando, você estava aprovado. Isso era um prazo de trinta dias, até trinta dias você podia montar. Às vezes a gente montava, a bicha não funcionava, desmontava de novo, montava, aí funcionava, aí dizia: “pronto, aí está pronto”. Esse era o teste.

Agora, depois, eu fui fazer Eletrônica, porque, naquela época, já existia o maior interesse em aprender negócio de rádio, televisão e tudo, porque a televisão chegou lá no Rio de Janeiro

em 1950, então fazia pouco tempo. Aí eu fui e digo: “não, eu vou fazer o cursinho de Eletrônica”. Aí fui. O nome do cara era Mario Dunham, era um almirante. E ele era o responsável pelos aparelhos de sonar e de radar que tem lá nesse navio, esse porta-aviões. E então ele era um cara muito preparado mesmo, viu? E ele foi quem começou a dar as primeiras aulas sobre Matemática Moderna. Ele deu as aulas de Matemática Moderna e tudo, aí eu fui e perguntei para ele: “ô Comandante” – a gente sempre chamava ele de comandante – “Comandante, por que é que nas escolas brasileiras não ensina logo essa matéria, pelo menos no nível médio?”. Aí, sabe o que foi que ele disse? Disse: “olha, já tem um projeto na Câmara Federal para aprovar essa reforma que vai implantar isso aí”. “Ah, tá certo!”. Era desse jeito. Quer dizer que aí eu peguei e comecei a me informar bem direitinho, porque, nessa época, as televisões ainda eram a válvula. Tinha uma válvula lá, na televisão, que ela era de trinta mil volts. Era uma válvula de alta tensão, então, a gente tinha o maior cuidado em verificar isso aí, para não levar um choque, porque se levasse, era fatal, morre na hora. Esse curso era distribuído em várias etapas. Então, por exemplo, tinha o curso de rádio, a parte teórica de rádio, seis meses. Depois, você fazia a parte prática, mais seis meses; televisão, você tinha a parte teórica, seis meses, a parte prática, mais seis meses. Era semestral.

Eu fiquei até 1964. Quando eu vim para o Crato, cheguei aqui em fevereiro. No começo de fevereiro, eu fui com meu irmão lá no Ministério da Guerra, que hoje não é mais, hoje é Comando Leste, comando não sei de que... mudaram os nomes. Fomos lá. Aí, quando eu chego lá, meu amigo, estava lá, – o Ministério da Guerra, que ele é um prédio, assim, de andar – a parte de cima estava, você olhava assim, você só via oficial. Todos oficiais! Porque meu irmão era oficial, ele era tenente. Eu cheguei lá, vi aquele monte de gente lá, gente pra caramba, tinha mais de trezentas pessoas, porque lá é grande, tem uma ala de um lado e do outro, faz o contorno. Aí, um capitão lá chamou meu irmão – porque eu já tinha servido o Exército, aí eu conhecia, sabe? – Aí, ele chamou meu irmão e perguntou quem era eu. Ele disse: “não, rapaz, esse aí é um irmão meu, ele vai viajar para o Ceará esse final de mês”. Aí, quando o meu irmão chegou, ele disse: “olha, eles estavam perguntando quem era você. Porque nós estamos planejando derrubar o Governo João Goulart”. Aí foi e meu irmão disse: “agora, é o seguinte: você, chegando no Crato, você não faça parte de nenhuma associação nem sindicato nem coisa nenhuma. Não queira nada com negócio de associação, porque vão ser todos presos”. Então eu cheguei aqui no Crato, meu amigo, aí veio Geraldo Formiga e disse: “rapaz, vamos lá para o sindicato, não sei o quê...”, eu digo: “não, Geraldo, posso ir não”. “Por que é que você não quer, e tal...” “Não, rapaz, eu não quero me filiar a nada, não”. Mas eu não podia dizer. Eu não podia

dizer, se eu dissesse eu ia era preso também. Aí digo: “fiquei numa situação difícil!” Isso foi mais ou menos no dia vinte e seis, vinte e sete de fevereiro, que eu cheguei por aqui.

Aí eu fiz o concurso para a faculdade, porque, naquela época, na faculdade, você fazia o vestibular, se ficassem vagas havia novo vestibular. Quando eu cheguei, não podia mais me inscrever, já tinham se encerrado as inscrições, e o vestibular já estava em cima. Então, houve o vestibular, e sobraram cinco vagas. Então eu fui fazer a inscrição para essas vagas. Eram seis candidatos, seis candidatos para cinco vagas. O cara que foi reprovado era da polícia. Era um tenente da polícia, foi o que foi reprovado. Eu tirei o primeiro lugar, passei em primeiro lugar. Aí, depois que entrei na faculdade, surgiu uma inscrição na Celca, que hoje é Coelce. Aí eu fui e me inscrevi. Quando eu fui falar com o rapaz, que tinha um cara que fazia faculdade – ela já estava funcionando quando eu cheguei aqui. Já tinha bem umas três turmas – aí, eu procurei saber, mas já tinha encerrado a inscrição. Então eu fui lá falar com ele: “rapaz, é o seguinte, eu queria me inscrever lá na Celca”. Ele disse: “rapaz, mas já encerrou a inscrição”. “Eu, rapaz, estava louco para fazer esse concurso”. Ele disse: “eu vou fazer o seguinte, eu vou reabrir o concurso, aí você se inscreve”. Ele reabriu o concurso e eu me inscrevi. Aí passei, também, em primeiro lugar. Eram parece que três vagas. Eu tirei o primeiro lugar. E os outros dois só foram aprovados porque eles jogavam futebol de salão, não sabe? Então eles tinham interesse, porque eles tinham um clube de futebol de salão. Eles tinham interesse nesses dois. Aí passaram os dois, comigo, três.

Nesse período eu já tinha ensinado Matemática, agora, particular. Ensinava aula particular. Aí eu criei um curso, aqui, chamado Pitágoras. Esse curso era exatamente para ensinar Matemática Moderna. Eu criei esse curso para os alunos, mas aí muitas professoras se interessaram e falaram com minha irmã, para ver e tal, tudo, aí eu digo: “não, se for assim eu posso fazer, ensinar para elas”. Eu fiz o seguinte: eu aluguei um prédio ali ao lado da Igreja de São Vicente, tinha uma senhora lá que tinha uma sala muito grande, muito boa, então eu aluguei. Era só uma turma mesmo. Aí comecei a ensinar às crianças e tudo, as professoras procuraram se informar, estavam interessadas. Então eu abri para as professoras. As professoras começaram a ir lá e tudo, e eu comecei a orientá-las como é que se ensinava, o que é que era difícil, como é que não era, como funcionava e tudo. Aí passei a dar informações para elas, e elas ficaram muito satisfeitas. E os alunos que faziam o cursinho continuaram também, porque eu dava duas aulas, uma para uma turma, depois outra para outra. Separei duas ‘turmazinhas’. Eu dava orientação da Matemática para elas, para poder elas divulgarem. E para os alunos que estavam procurando se interessar também em aprender. Então eles melhoravam. É tanto que teve uma

dessas alunas minhas, uma menina de uns dez anos, mais ou menos, dez para doze anos, muito esforçada... Eu ensinei bem para ela, ela aprendeu, bacana mesmo, aí chegou no Colégio Santa Teresa, uma professora foi ensinar, mas a professora se atrapalhou, sabe? Aí ela: “professora, deixa eu resolver esse problema”. Ela disse: “você sabe?”. “Sei”. Aí foi lá e resolveu o problema. A professora disse: “e você estudou onde?”. Ela disse: “é lá no Pitágoras”. Aí a professora foi atrás para saber.

Quer dizer que era uma maneira de divulgar, porque os colégios aqui não aceitavam você ensinar a Matemática Moderna, só alguns colégios que captavam, sabe? Mas eles não queriam ensinar a Matemática. Há uma resistência muito grande no ensino para mudanças. Eles são muito obstinados para continuar do jeito que está, eles não querem mudança. Então, quando eu cheguei no Diocesano mesmo, eu perguntei ao monsenhor Montenegro, porque ele é meu padrinho, sabe? “O senhor quer que eu dê Matemática Moderna?”. Ele disse: “não, meu filho, precisa não”. Era desse jeito. Mas em alguns colégios, não, você ensina o que você quiser. Quer dizer, facultavam para a gente ensinar. Então, a gente começava a ensinar, e os alunos se interessavam e desenvolviam o raciocínio, viu? Porque o objetivo maior de Matemática é fazer você raciocinar. Esse é o objetivo. Se você raciocina bem, você resolve problemas e tudo mais. O problema é que você tem que usar todo o raciocínio para poder você resolver, que é o que nós temos na vida é isso, é problema para resolver.

Formação de professores, nessa época, nem isso tinha. Não tinha, não. Não tinha formação. Não estou dizendo que eles procuravam aprender um pouquinho? Coitados! E outra coisa, a dificuldade grande é o seguinte, é que o professor, ele não tem recurso suficiente para ir numa capital e fazer um treinamento, um curso. Como falta isso aí! Eu tive que fazer um lá no Recife. O curso de Cades. Eu fiz o curso de Cades. Eu fui para Recife fazer o curso de Cades. Agora, interessante, porque quando eu cheguei lá para fazer esse curso, a professora estava muito em dúvida. Eu tinha uma formação matemática boa, porque eu estudava muito. Então, a professora, na hora lá, ela se atrapalhava com as coisas, ia fazer uma coisa e tinha dificuldade. E eu notei, né? Mas aí eu fiquei na minha. Eu ia lá para pegar o diploma, – fui com o intuito disso – é tanto que teve um rapaz, de Caruaru, que um dia eu tinha resolvido um problema lá, mudança de base, fiz o problema todinho e tal, quando terminou, ele virou assim e disse: “tá errado”; a professora disse: “é, realmente o senhor errou aí”; aí eu digo: “faz o seguinte...” – o quadro era grande, eu separei assim e disse: “pois venha resolver aqui a seu modo”. Aí o cara foi lá, começou a resolver e tal e tudo... Eu digo: “agora faça o seguinte: volte para a origem, para o início do problema para ver se dá certo”. Aí a professora se tocou e disse: “não, é...

realmente, o senhor está certo. Não, está certo, eu que me atrapalhei e tudo...”. Eu notei que ela estava com dificuldade, mas eu nunca pressionei professor nem fazia crítica nem coisa nenhuma... ajudava o professor.

Esse curso de Cades eu fui fazer porque é o seguinte: sempre exigia diploma de alguma coisa de nível médio, né? Tem que ter autorização, no caso, então eu fui fazer isso para não ter mais problema e abrir mais as portas. Aí, conclusão, esse mesmo aluno, – ele era de Caruaru – fez um abaixo-assinado para todo mundo assinar para botar a professora para fora. Aí, quando ele chegou com o abaixo-assinado, eu digo: “rapaz, é o seguinte: eu nem vou assinar esse abaixo-assinado, porque eu não vim aqui para aprender nada, eu vim para tirar um diploma, porque saber, eu já sei”. Eu disse desse jeito. “E outra coisa, eu vou dizer para a professora que você é quem está comandando esse negócio”. Aí ele foi e disse: “e agora, rapaz, o que é que eu faço?”. Eu digo: “você faça o seguinte: você conversa com a professora, peça orientações a ela, procure ajudá-la, porque ela está tendo uma certa dificuldade, eu não sei qual é o problema, mas ela tem uma dificuldade, mas eu não vou, por conta disso, fazer nada contra ela, não. Eu sei que isso aí é alguma mutreta, que eu não sei o que é, mas tem algum problema aí pelo meio”. Aí foi e ele raciocinou e disse: “é, então você está certo, eu vou falar com ela”. Então ele chegou lá, conversou com ela, acertou e tudo, tal... Porque a professora podia ficar zangada com a gente, né? Aí, depois, querer reprovar todo mundo. Aí, conclusão: um belo dia a professora chegou e abriu o verbo. Disse: “olhe gente, eu não era para dar esse curso. O curso era para ser dado pelo professor fulano de tal. Eu fui pega de última hora, não tive tempo de me preparar”. Eu digo: “olha, tá vendo como é que é?”. Aí ela achou a turma muito bacana, e disse: “não, eu estou gostando de vocês, porque vocês estão me aceitando do jeito que eu sou, porque cometi algumas ‘falhasinhas’ aqui, eu reconheço, mas é porque eu não me preparei adequadamente”, ela disse desse jeito. Aí, quando terminou, eu falei para o colega: “tá vendo aí, como é que é, rapaz! A pessoa tem que ter conhecimento do que é que está acontecendo das coisas para poder depois ver. O erro não foi dela, foi da Universidade, que não preparou devidamente”.

Então, eu fui fazer mesmo exatamente por causa das exigências das escolas. Eu já tinha acesso a algumas escolas, mas outras, não, porque exigia logo. Aí eu fui fazer, exatamente para melhorar a presença lá nas escolas, sabe? Só isso aí. Quando eu cheguei, que eu montei esse ‘cursozinho’, eu fiz o concurso para a Celca e fiquei trabalhando lá. Então, eu tinha o ganho da Celca, aí, o curso, eu passei para minha irmã, entreguei para ela cuidar disso aí. Ela ficou cuidando, tudo, tal, porque aí eu diminuo meu tempo, porque eu ficava lá e tudo... Aí, conclusão, eu digo: “não, eu vou sair da Celca”, porque o salário era tão pouco, tão ridículo, que não dava,

não. Eu gastava meu dinheiro todinho comprando remédio. Tinha um Eliseu Damasceno, lá em Juazeiro, que tinha uma farmácia, e aí eu comprava, todo mundo comprava lá os remédios. Eu comprava tudo que era de remédio, loção, perfume, o que precisava lá em casa eu comprava lá. Então a companhia fez o seguinte: disse que só podia comprar, agora, remédio, não podia comprar outro produto. Aí eu comprava perfume e mandava botar como remédio. Eu digo: “eu quero é provar para eles que eu não preciso do salário de lá. Aí, conclusão: eu saí e comecei a me preparar para poder sair já para o magistério, as escolas mesmo. Então eu fui e pedi demissão de lá. Aliás, nem pedi demissão, eu fiz foi abandonar o emprego lá. Abandonei e saí, aí fui começar a trabalhar. Eu arranjei um contrato do Estado para ser professor. E depois, eu fui para o Diocesano. Eu cheguei lá, – que lá no Diocesano eles exigiam que a pessoa tivesse alguma formaçozinha – aí fui ensinar no Diocesano, ainda ensinei dez anos lá. Matemática do ginásial, que na época era ginásial, curso ginásial, a partir de primeira, segunda, terceira e quarta série ginásial. Eu ensinava, no Estado, também, o curso científico. Eu ensinei aqui no Estadual, ensinei no Moreira de Sousa, de Juazeiro, e no Aduauto Bezerra, em Juazeiro. Inclusive, a dona Amália Xavier, que era a diretora lá, era muito temida, era uma pessoa muito rigorosa, uma diretora rigorosíssima. O pessoal lá tinha um medo dela. Até os professores tinham medo dela. Quando estava conversando na sala, que ela entrava, todo mundo se calava. A dona Amália gostava muito da gente. Eu e minha irmã, Juracy, que ensinava lá, tudo o que ela às vezes queria, alguma informação, ela conversava com a gente. O pessoal lá tinha era medo dela. Mas ela, uma pessoa correta, séria, gostava realmente de ser informada. Então, quando ela foi criar um curso, lá, de Eletricidade e Mecânica, ela me chamou na casa dela, mandou um recado por uma professora. Aí todo mundo ficava com os olhos desse tamanho, porque sabia que era uma bronca que vinha, mas eu já sabia que não era nada disso. Fui na casa dela, ela perguntou se podia abrir um curso de Eletricidade para as mulheres. Ela achava uma coisa fora do comum. Eu digo: “olha, dona Amália, é o seguinte: no Rio de Janeiro, todas as empresas de eletricidade, noventa por cento do quadro é só de mulheres. A senhora pode colocar o curso sem sombra de dúvida. E Mecânica não tem problema nenhum. Tem muitas mulheres trabalhando nisso. Às vezes são melhores até do que os homens”. Aí ela disse: “não, é porque eu tinha medo do pessoal me censurar”. Eu disse: “não vai haver censura nenhuma. E qualquer coisa eu respondo”. Aí, conclusão, ela disse: “então, quem vai dar o curso é você”. Aí eu fui e dei um curso de Eletricidade e de Mecânica. Agora, não tinha material, não tinha nada. Eu tinha dado só a parte teórica. Então, dei a parte teórica todinha para eles, e falei para dona Amália, eu disse: “olha, dona Amália, eles têm que fazer uma ‘intercomplementariedade’”, esse termo muito

usado aí, né? Caiu de moda, mas a gente ainda tinha que fazer outro curso. Então, isso tinha que ser feito no Senai, e eles foram para o Senai. Lá no Senai, o pessoal de lá, os professores, se admiraram com o nível de conhecimento que eles tinham chegado lá. Então eles fizeram a parte prática. Inclusive, eu ensinava até Desenho Técnico para eles. A parte de Desenho Técnico eu fazia. Eu não gostava muito de Desenho, mas eu caprichava lá um pouquinho, ensinava Desenho e tudo. Desses alunos que eu levei para lá, bem umas quatro mulheres fizeram curso de Tornearia. O pessoal do Senai ficou horrorizado, porque, naquela época, uma mulher fazer Tornearia, para eles, era um absurdo. Aqui na região. Porque no Rio tem, mas aqui não tinha. Aí ficaram fazendo o curso, e muitos dos alunos: “mas professor, é melhor fazer um curso desses aqui do que numa escola”. Eu digo: “não, não diga isso, não. Lá, você, pelo menos, aprende mais alguma coisa”. Pois é. Então, como era muito caro, eles cessaram esse convênio – porque era um convênio do Estado com o Senai – aí os alunos voltaram para a sala de aula. Aqui no Crato, no Estadual, tinha lá o curso de Eletrônica. Aí eu dizia para a diretora: “olha, isso aqui é um absurdo! Aqui não tem curso de Eletrônica. Vocês botam de Eletrônica, mas não tem nada de Eletrônica”. “Não, mas nós vamos instalar”. Eu digo: “olha, vocês têm ideia de quanto é um curso desse? Vocês não vão gastar menos de dez milhões” – porque, naquela época, o Cruzeiro não valia nada – “vocês não vão gastar menos de dez milhões para fazer um negócio desses. Então vocês não podem fazer uma coisa dessas. Vocês estão dando uma coisa que não existe aqui. O aluno não sabe o que é uma válvula, não sabe o que é um transistor, não sabe o que é coisa nenhuma, uma resistência, não sabe coisa nenhuma, como é que vocês vão dar um diploma desses? Vocês estão fazendo uma coisa erradíssima, querer dar um curso que não tem, que não existe”. Aí quando eu falei o valor, mais ou menos, de uma sala para isso, eles caíram para trás. Disseram: “não, ninguém tem condições”. Porque tinha que comprar. Naquela época, tinha uns aparelhos chamados osciloscópios, tinha isso, tinha aquilo, vários tipos de equipamentos que eles não tinham condições: voltímetro... quer dizer, um bocado de material que eles não tinham condições nem de comprar. Aí cessaram com isso.

Lá em Recife foi um mês o curso. O curso é um mês. Eu tive tanta dificuldade para arranjar esse curso, você não queira imaginar. Mas não foi na faculdade, foi para receber o diploma. Porque para receber o diploma, veja como é que era: você tinha que ir tirar um atestado de boa conduta na Polícia, depois tirava o atestado de conduta no Exército. Quando eu cheguei lá na Polícia para tirar esse atestado de conduta – era lá na rua Aurora – que eu olhei o quarteirão, assim, à volta, todinho, o quarteirão todinho para tirar esse atestado de conduta. Eu digo: “caramba, eu vou passar aqui um mês e não vou conseguir isso”. Aí eu cheguei, tinha um

praça, lá, com a metralhadora, eu digo: “rapaz, quem é o responsável por esse serviço aqui de atestado?”. Ele disse: “rapaz, é o tenente Feitosa”. Pois eu queria falar com o tenente Feitosa”. Ele disse: “o senhor suba”. Aí eu subi. Lá tinha uma escadaria. Quando eu subi a escadaria e chego lá em cima, tem lá um monte de... queria que você visse o tanto de cabra armado com metralhadora dentro do prédio, pô! Não precisava aquilo. Hoje precisa, mas naquela época, não precisava, não. Aí eu cheguei lá no gabinete, tinha dois praças, todos dois com fuzil. Eu digo: “rapaz, eu queria falar com o tenente Feitosa”. “Ele saiu”. Eu digo: “vai demorar?”, ele disse: “não, daqui a pouco ele está aí, ele foi tomar um café”. Aí eu me sentei lá e fiquei esperando. Depois uma meia hora mesmo, lá vem ele. Um ‘cabinha’ bem pequenininho assim, um metro e sessenta, porque, naquela época, o Exército, o cara não aceitava cabra baixo, não, viu? Tinha que ser mais de um metro e sessenta, e esse tinha um metro e sessenta. Aí, quando ele chegou, o praça: “esse senhor aí quer falar com o senhor”. “O que é que o senhor deseja?”. “Rapaz, é o seguinte...” Aí ele disse: “entra aqui no gabinete”. Entrei no gabinete dele, me sentei e disse: “é o seguinte, rapaz, eu vim aqui e fiz um curso, aqui, de Cades, para tirar um diploma, mas precisa de atestado. Mas eu estou vendo, com essa fila aqui, não vai dar tempo nem daqui a um mês, e eu sou professor lá no Crato”. Aí ele disse: “ah, tu é do Crato?”, eu digo: “sou”. Coincidência, uma parenta dele era professora do Estadual: Leonília Feitosa. Ele perguntou se eu a conhecia, eu disse: “conheço demais, é minha colega lá do Estadual em Crato”. Ele disse: “ah, rapaz, então tá tudo bem, ‘perai’... você está morando onde?”. Eu digo: “aqui nesse pensionato ao lado”. O pensionato era ao lado. Aí ele disse: “então faz o seguinte: cinco horas tu passa aqui para pegar”. Eu dei meus dados lá, ele foi e anotou, aí, eu: “tá bom, tenente”. Desci e fui embora. Então eu fui para o Exército. Quando chego lá no Exército, meu amigo, pense num lugar garantido! Para onde você olhava, de cinco em cinco metros, tinha um cabra com uma metralhadora, um fuzil... aí eu cheguei e digo: “eu queria falar com o senhor auditor” – eles chamavam doutor auditor. Aí ele disse: “ele saiu, mas ele chega daqui a pouco, porque ele foi resolver um negócio”. “Tá bom”. “Senta aí”. Eu sentei lá no birô, um monte de praça tudo armado até os dentes, daí a mais de quase uma hora chegou o auditor. Lá vem ele. Pense num rei! Verdadeiro rei, o dono do mundo. Aí o praça disse: “esse senhor quer conversar aqui”. Aí ele: “o que é que o senhor deseja?” – assim, aquele ar de autoridade, sabe? – Eu digo: “é o seguinte: eu estou esperando um atestado de boa conduta, porque eu tenho que receber um diploma, e só posso receber depois que eu apresentar atestado”. Ele olhou para mim assim e disse: “você é de onde?”. Eu digo: “sou do Ceará”. “Por que é que você não fez curso em Fortaleza?”. Eu digo: “porque lá não tem o curso. Eu vim fazer aqui porque era onde tinha”. Aí

ele disse: “olhe, só daqui a um mês”. Eu digo: “senhor auditor, eu sou professor, e eu preciso dar aula aos alunos. Eu não posso passar um mês sem dar aula a eles, porque eles vão reclamar”. Aí ele se mancou, né? Aí disse: “então você venha amanhã”. Deixei meus dados lá. Quando cheguei lá, no outro dia, estava tudo prontinho. Porque eu tinha um irmão que era militar. Mas ele estava lá no Sul do País, estava lá para as bandas de Cruz Alta, lá no Rio Grande do Sul. Eu podia ligar para ele, ele providenciava o atestado, mas eu queria tirar aqui na região, né? Quando foi no outro dia, eu fui lá. Estava lá, prontinho, o atestado. Recebi e vim para o Crato. Aí pronto, com esse atestado abriu mais as portas, viu? Porque o pessoal tinha medo de fiscalização e tudo mais.

Eu ensinei no Diocesano, dez anos, ensinei no Moreira de Sousa, no Adauto Bezerra, na escola Técnica de Comércio, fiquei dando aula na Faculdade de Economia – eu ensinei duas cadeiras na Economia: Sistema Econômico Comparado e História do Pensamento Econômico, duas grandes matérias – e tive convite para outros locais, mas não podia ir, porque não tinha mais condições. Além de Matemática, ensinei Física, até Química eu ensinei. Só que era a Química que eu mais gostava, a Química Orgânica, que era a que eu mais gostava mesmo. A Química Inorgânica eu nunca gostei muito. A Orgânica eu gostava muito porque era uma sequência lógica, né? Eu trabalhei vinte e quatro anos. Vinte e quatro anos de magistério. No Diocesano eu trabalhei dez anos, trabalhei na Escola Técnica de Comércio aí uns três anos ou mais. Ensinei na Faculdade de Economia uns três anos também.

Aqui na região, a formação dos professores de Matemática é o seguinte: a maioria deles fizeram uns cursos aqui na Faculdade de Filosofia, sabe? Eles faziam um curso aqui e tudo, e aí, como eles tinham diploma de Filosofia, eles eram liberados para ensinarem o que eles quisessem, mesmo sem estarem dentro daquela área. Aí ensinavam. O pessoal fazia a Faculdade de Filosofia e abria para ensinar qualquer outra matéria. A maioria era de pessoas que não estavam devidamente preparadas para isso. Tinha muito, também, pessoas que faziam o curso de Engenharia, sabe? Agrônomo, esse pessoal também. Para dar aula no segundo grau, não tinha essas grandes exigências, não. Só se tivesse nível superior, pronto, já era o suficiente. Quem tinha nível superior tinha acesso fácil. A única coisa que ainda exigiam de mais era ter nível superior... Faculdade de Economia também. O cara tem um pouquinho de Matemática, então, aí servia também, viu? Economia dava uma ‘ajudadzinha’. A demanda era carente, muito carente. Inclusive, professor de Física era a maior novela. A maioria do pessoal não sabe ensinar. Olhe, tem um professor, que ele fez um curso de... eu esqueço o nome do curso, que é o seguinte, dirigir escola... me esqueço o nome do curso. É um que prepara para dirigir escola,

eu não me recordo o nome agora. E esse professor, botaram ele para ensinar Física no Colégio Estadual. E esse professor, ele não tinha conhecimento nenhum de Física. Então, um colega observou que os professores estavam enrolando, aí colocaram esse cara para ensinar Física, e o cara não sabia coisa nenhuma de Física. Inclusive, depois, ele passou a ser diretor. Esse cara era o seguinte: o Colégio exigiu que o professor desse um rascunho da prova que ia ser dada. Ele deu o rascunho da prova, a prova era o seguinte: “falar sobre a AIDS”. A vice-diretora do colégio, Mariquinha Feitosa, eu chegando lá na sala dos professores, ela foi e disse: “professor Wilami, venha cá”. E eu: “o que é, Mariquinha?”. “O que é que você acha de um professor de Física que a prova que ele botou foi pra falar sobre a AIDS?”. Eu digo: “olha, Mariquinha, é o seguinte: esse professor, ele não está errado, quem está errado é quem colocou ele lá. Como é que você vai colocar uma pessoa para ensinar o que ele não sabe?”. Aí ela disse: “é, realmente, tal, tudo... ele, coitado, tá querendo manter o contrato dele. Então ele está procurando salvar o salário dele”. Agora, quem colocou esse professor lá é que é o responsável. Ela disse: “ah, e eu nem tinha pensado nisso”. Rapaz, o colégio tem que pensar nessas coisas. Colocar as pessoas nos seus devidos lugares. Se o professor quer ensinar uma coisa, bote ele para ensinar aquilo, mas se ele não sabe, não bote para ensinar, porque ele vai fazer isso aí. E esse, ele é formado em... quer ver... deixa eu ver o nome do curso que ele... o nome do curso... só para a pessoa dirigir escola, era o curso dele. Uma espécie assim de didática, sei lá o que é... tem outro nome que eles dão, que agora eu não sei como é que dão, mas era mais ou menos gestão escolar, que ele tinha feito, é porque eu me esqueço o nome agora. Aí, eu sei que era assim, não tinha que ser obrigatório o preparo, principalmente nas escolas do Estado. Não havia aquelas necessidades de ir atrás de currículo. Era quem quisesse ensinar eles botavam para ensinar. Não queriam saber. Nem exigia. Agora, depois, com o passar do tempo, é que foram começando a fazer exigência, né? Aí já exigia que a pessoa tivesse conhecimento naquela área, pelo menos isso.

Eu só fiz esses dois cursos e fiz o curso da Cades, porque o curso da Cades habilitava. E eu já tinha um certo conhecimento, porque eu tinha feito Engenharia Operacional também. Com Engenharia Operacional, cobria a deficiência de Matemática. Aí dá para fazer Matemática e Física direitinho. Agora, eu sempre ensinei, porque eu tive bons professores no ensino do segundo grau. Eu tive bons professores mesmo! Pessoas altamente gabaritadas me transmitiram os conhecimentos necessários, e eu tinha domínio na matéria, tinha domínio mesmo! E outra coisa, uma coisa que eu, graças a Deus, eu tinha, era a percepção do aluno. Eu conhecia o aluno. Não era só a disciplina, eu conhecia o aluno, eu sabia quando o aluno era fraco, quando o aluno

era gabaritado mesmo, quando o aluno não tinha tendência, porque tinha aluno que não tinha tendência. Olhe, teve um aluno meu, que ele era um cara altamente especializado em Geografia e História. Ele conhecia bem mesmo isso aí, esses dois ramos. Ele dava *show*, mas em Matemática ele era fraco, muito fraco. Mas eu procurei sempre incentivar, orientar e não prejudicá-lo de maneira nenhuma. Às vezes ele tirava uma nota baixa e tudo, eu compensava, dava uma nota melhor para ele. Porque ele era atencioso, educado... Conclusão: hoje esse cara é desembargador do Ceará.

Os alunos eram muito misturados. Tinha alunos que trabalhavam porque estudavam à noite. Alunos que trabalhavam, esforçados... Tinha alunos que não queriam nada com nada, tinha alunos que eram colocados lá dentro somente para enfeitar, porque não queriam nada com nada. E tinham aqueles, coitados, que eram muito esforçados. A maioria mais esforçados. Se fosse para poder aprender e tudo, eles queriam progredir na vida. E eu tive um problema lá em Juazeiro, que eu nunca me esqueci. É o seguinte: tinha uma turma lá, era um segundo ano científico. Essa turma de segundo ano científico, nenhum professor queria ensinar lá. Nenhum! Professor ia lá obrigado. “Não, só tem essa turma”. Aí eu tive que ir mesmo. Pois bem, tinha uma turma lá que tinha que ensinar a matéria que era exigida pela Revolução, chamava-se, deixa eu me ver o nome... é um negócio que é referente a... quer ver o nome... foi do tempo do regime militar, eles exigiam essa disciplina aí, que só podia dar professores de História ou de Geografia... Moral e Cívica! Pois é, Moral e Cívica. Pois não é que o colégio mandou verificar todos os professores, quem é que queria ensinar essa disciplina, lá no segundo científico? Aí nenhum quis. Nem de História nem de Geografia nem de matéria nenhuma quis. Aí a professora chegou e disse: “olha, só resta o senhor aqui, porque todos os outros recusaram. Agora, eu quero saber se você aceita ensinar esse curso”. Aí eu digo: “olha, é o seguinte: eu aceito dar, desde que eu tenha carta branca”. Aí ela foi e disse: “é assim?”, eu digo: “é”. Eu acho que ela nem sabia o que era isso. Aí ela foi lá para dona Amália, chegou lá e disse: “dona Amália, tem um professor aí que disse que aceita, mas com uma condição”. Ela disse: “qual é?”. “Carta branca”. Ah, dona Amália ficou por aqui! “Vá chamar esse professor”. Aí ela foi lá e disse: “olha, dona Amália quer falar com o senhor”. “Tá bom, eu vou lá”. Aí, lá na sala dos professores, eu queria que vocês vissem, viu? Numa autoridade! Imagine aí! Mulher temida! Quando eu fui entrando, assim que eu botei o pé na porta, ela foi logo dizendo: “professor, quando foi que o senhor aqui foi desrespeitado?”. Eu digo: “dona Amália, é o seguinte: aqui nunca aconteceu nada disso. O que eu estou querendo, apenas, é uma garantia a mais, porque a senhora admite que essa turma é diferente das outras?”. Ela pensou assim e disse – ela era muito resolvida, assim, e rápida no

raciocínio – disse: “é, realmente ela é mais diferente”. “Por isso, dona Amália, que eu pedi carta branca, é para quando eu tomar uma atitude, eu ter respaldo. Não estou certo?”. Ela disse: “não, meu filho, está certo...” Quando ela gostava, ela dizia logo assim, até meu filho, sabe? “Tá certo, meu filho, eu pensei outra coisa, mas você está certo, é assim mesmo. Você tem carta branca, pode agir”. “Pois tá bom, dona Amália, amanhã mesmo vou dar aula lá”.

Aí eu fui dar aula lá, viu? Pense num dismantelo! Os alunos quebravam carteira, jogavam as carteiras um no outro, davam porrada, se jogavam na mesa do professor, era desse jeito... caíam em cima da mesa do professor, o professor ficava até com medo de levar uma pedrada. Os professores tinham um medo mesmo, era medo mesmo! Não era brincadeira, era sério. Aí, conclusão: eu dei aula durante o mês todinho. Quando cheguei no final do mês, eu digo: “pessoal, vamos fazer uma provinha. Fazer uma redação, falar sobre a humildade, o que é humildade”. Eu pegava, corrigia tudo que era de erro de português. Dois erros baixava um ponto. Tinha cara que tirava zero. Aí, teve um lá, um gaiato, viu, que eles eram muito prepotentes, sabe? “Professor, a prova é de Moral e Cívica ou é de Português?”. Eu digo: “meu amigo, se você não sabe sua língua, você não tem moral. A moral começa pela própria língua, se você não souber falar bem, se você não souber escrever bem, você não é um patriota, você não é um homem cívico, você é um incivilizado, você é um analfabeto”. Aí eu olhei para ele e: “agora se você acha que eu estou errado, vá falar com dona Amália”. Rapaz, ele se levantou e foi mesmo. Foi! Na hora! Foi, e depois de uma meia hora, lá vem ele. Quando chegou, entrou na sala, eu olhei para a cara dele: “como foi a sua decisão aí?”. Disse: “não, professor, ela disse que não é só na sua matéria não, é em todas as outras, tem que fazer isso”. “Tá vendo como é que é a história?”. Aí a maioria da turma zero, zero, zero... a maioria. Quando chegou no segundo mês, eu mandei falar sobre pessoas que são irresponsáveis, sobre crimes de irresponsabilidade. Rapaz, aí ficaram tudo: “ah, e como é? Como é que é, não sei o que?”. Sei que final do mês, nota baixa novamente. Aí um dia eu cheguei para eles e disse: “olhe pessoal, é o seguinte: se vocês continuarem dando trabalho em sala de aula, vocês vão ser reprovados”. E, naquela época, tinha uma história de quem ia reprovado ia para Fortaleza. Ia responder lá em Fortaleza. Se fosse reprovado em Moral e Cívica, e se fosse a maioria da turma, tinha que ir para Fortaleza, prestar conta, lá no Quartel General da 10ª Região. Aí os alunos: “professor, e agora, como é que vai ficar a situação?”. Eu disse: “olha, é o seguinte, meu pessoal, vocês sabem disso, sabem que se for reprovado, nós vamos lá para a 10ª Região Militar. Danado é porque lá, eu servi lá, eu tenho bom comportamento, saí de lá do Exército com bom comportamento. E vocês vão se justificar porque é que estão com mau comportamento”. Aí,

uma ‘turmazinha’ chegou, me chamou à parte: “professor o senhor pretende reprovar todo mundo?”. Eu digo: “rapaz, é o seguinte, eu vou livrar a cara daqueles que realmente querem alguma coisa. Tem uns aí que eu sei que esses vão passar. Agora, a maioria vai ser reprovada, e eles é que vão para Fortaleza. Aí eu lhes digo: agora, eu só tenho uma saída, se a turma se comprometer a se comportar bem, não só na minha aula, como nas de todos os outros professores, todo mundo vai ser aprovado”. Aí a turminha foi lá, conversou com eles: “rapaz, o professor disse que se fizerem bagunça daqui para frente, vai todo mundo reprovado”. Aí eles ficaram com medo mesmo. Medo mesmo! Eu sei que eles começaram a mudar, viu? Ficaram como santos. Aí eu chegava na sala, e os professores: “rapaz, eu não entendo porque foi que aquela turma mudou, porque até um dia desses a bagunça era grande, hoje, você chega lá, todo mundo caladinho, não dizem mais nada”. Mas eu não falei para os professores o que era que tinha acontecido, não. Deixei eles ignorarem.

O nível dos alunos era fraquíssimo! Fraquíssimo, viu? Não adiantava nem eu colocar questões de Moral e Cívica para eles, porque não estavam interessados. Mas a partir daí eles começaram a se interessar mais, e eu notei que eles melhoraram muito. No final do ano, já tinha era professor elogiando eles. Disse: “é, não, fulano, lá na minha turma, fulano melhorou muito, hoje já tem até notas boas para ele e tudo”. Quer dizer, houve, assim, uma conscientização por parte deles, de que realmente eu iria reprová-los. Mas por quê? Porque eles estavam insubordinados. A Moral e Cívica não ensina isso. Ensina eles terem um bom comportamento.

Com o passar do tempo, foram surgindo aqui, acolá, cursos de formação de professores. Chamavam a Universidade, aí chamavam alguns professores para dar orientação e tudo mais. Já exatamente com essa dificuldade de fazer Matemática, eles abriram um curso aí de Ciências, na faculdade, e passaram a dar cursos, a preparar os alunos. Eles próprios começaram a fazer. Aí, Zé do Vale perguntou para mim porque é que eu não ia fazer esse curso de Matemática. Ora, o cara que ensinava lá foi meu aluno, rapaz, eu dava aula particular a ele... (*risos*). Isso era a Faculdade de Filosofia. Quer dizer, já tinham aberto curso de Matemática, de Física, esse negócio todo, tal. Mas é um curso que não é muito aceito pelos estudantes, porque eles têm que estudar mesmo, e tem aluno que quer só o diploma, né? Quer um diploma e tudo, aí eles não estão interessados muito em aprender demais, não. Eles querem ter é o diploma, só. Quem dava aula nesse curso era o Eli Menezes, ele era do Colégio Agrícola. Às vezes ele tinha dificuldade e vinha me perguntar como era que resolvia (*risos*). Aí, eu digo, eu vou fazer uma faculdade dessas só para tirar um diploma? Não, eu não quero mais. Eu já tinha...

Hoje está muito melhor. Em relação ao anterior está muito melhor. Já existe mais interesse das universidades em criar os cursos, certo? Às vezes a frequência pode nem ser grande, mas já existem os cursos, quem quiser fazer, já tem condições. Depois que criaram essas universidades aí, a Federal, esse negócio, aí já melhorou muito. Já tem a escola Paraíso; lá, já preparam bem para a faculdade. Já há um interesse maior. Cresceu mais. Já existe, agora. Mas, naquela época, não tinha. Essas formações começaram depois da Revolução. Depois da Revolução, aí houve uma melhoriazinha, viu? No ensino houve mais, porque, naquela época, os militares, eles não têm orientação nesse sentido. Militar quer aquela formação drástica, rigorosa e tudo. Mas para o ensino mesmo eles não são bons administradores. Não conceituo militares como bons administradores escolares. Eles são bons instrutores. Fazer aqueles negócios lá do Exército eles fazem, aquilo tudo fazem. Aí tudo bem. Mas para matéria de ensino, eles foram fracos, muito fracos. Militar não é desse tipo de desenvolvimento, não.

Eu trabalhei em sala de aula até, mais ou menos, oitenta e cinco, porque eu tinha feito um concurso para a Previdência. E aí, eu optei para ficar na Previdência. E para a gente ficar lá, não podia dar aula. Quer dizer, eu não podia ter os dois contratos. É tanto que eu ainda cheguei a ser chamado para dar umas aulas aqui pela Nereide. Era diretora, aqui, e era professora de Matemática. Ela era uma boa professora. Mas ela assumiu a direção, aí me chamou para dar umas aulas. E eu fui, mas sem ter contrato, sem ter coisa nenhuma. Então, em 1985, eu fiz o concurso para o Iapas, naquela época era Iapas, depois é que passou para INSS. Aí eu tive que deixar, era obrigatório. Eu sou aposentado pela Previdência Social. Eu trabalhei vinte e quatro anos no magistério, aí eu transferi todo esse tempo para a Previdência, para ser funcionário federal. Olha, se eu fosse funcionário do Estado, eu estaria ganhando menos de um terço do que eu ganho. Pois é desse jeito.

Figura 5: No seu devido lugar



Fonte: Dados da pesquisa.

Francisco Wilami Batista dos Santos.

Professor.

Nascido em 05 de dezembro de 1936, no município de Cedro (CE).

MONÓLOGO SOBRE SE REBOLAR PARA ESTUDAR

Nasci no distrito de Ponta da Serra, a dezoito quilômetros da cidade de Crato, onde foi feito todo o meu estudo preliminar. Descendente de família pobre mesmo, trabalhava em roça e tudo. Então, era uma dificuldade muito grande, naquele tempo, os estudos. Quer dizer, a gente não tinha o poder aquisitivo para comprar material, os livros são escassos demais... mas foi uma dificuldade muito grande esse início todo de estudo. Mas, graças a Deus, consegui fazer as séries iniciais no distrito de Ponta da Serra, numa escola ruralzinha mesmo, até a quarta série. Aí, depois, tinha que fazer, naquela época, o exame de admissão para dar acesso à quinta série. Então submeti isso. A quarta série, fiz o exame de admissão e passei. Quando comecei a fazer a quinta série, eu vim morar no Crato, numa casa de meus parentes. Mas é uma dificuldade muito grande, sabe? Fiquei esse tempo todinho em colégio estadual, porque eu terminei em sessenta e nove a oitava série. Foi em 1969.

Da quinta à oitava série, fiz no Colégio Estadual Wilson Gonçalves. Terminei em sessenta e nove. Inclusive o professor Wilami foi professor meu, nessa época. Aí já foi uma mudança incrível, porque eu ficava a semana todinha aqui no Crato, e no final de semana, voltava para a minha terra, Ponta da Serra. Quando tinha as disciplinas de Educação Física, então eu me acordava cinco horas da manhã, pegava uma bicicleta e vinha para as aulas. Então, foi um sacrifício grande mesmo essa parte aí. Depois, eu, quando terminei isso aí, fui fazer o primeiro ano. Fiz o primeiro e o segundo ano no Colégio Diocesano. Depois disso aí eu parti para Recife, concluí o terceiro e submeti ao vestibular. Passei. Mas devido às grandes amizades, né, você sabe como era o cabra sozinho nesse meio de mundo... Foram umas amizades que, acho que me levaram para caminhos que não foram muito sucedidos. Por isso foi que eu deixei essa passagem, porque saí adiantando. Até porque, isso foi em setenta e três, dava para ter terminado o meu curso, né, de Engenharia. Mas eu não assistia quase as aulas, perdia muitas aulas, ia perdendo cadeira, aí chegou um tempo que não deu mais, e eu retornei.

A ida para Recife, eu acho que foi pela influência, essa questão de passar, porque eu nunca sonhei com Engenharia Civil. Mas fui por influência dos meus irmãos. Eles eram dois irmãos que trabalhavam como topógrafos. Faziam plantas. Faziam melhor do que um engenheiro, naquela época. Eles eram habilitados mesmo para fazer isso. Um morava aqui e outro em Salgueiro, aí faziam uns trabalhos lá em Recife. Aí, eles: “não, vem fazer Engenharia Civil aqui. Já tem seus irmãos aí e tudo”. Aí eu fui, né? Acho que essa a influência. Mas em termos de qualidade, não vi tanta diferença assim, não. De fazer um cursinho aqui e outro lá no

polo de Recife. Passei para Engenharia Civil na Federal de Pernambuco. E a particular foi para a Católica. Eu fiquei na Federal.

Mas foram muito bons os primeiros anos. Foram aqueles incentivos todos. Aí, depois, me envolvi em bebedeira, aquela coisa, com meus primos, com todo mundo, aí... desmantelou tudo! Então voltei para o Crato. Aí, veja bem, voltei para o Crato, fiquei ocioso, sem fazer nada, esses anos de setenta e oito, setenta e nove e tudo. Abandonei o curso e vim aqui. Aí tinha um colégio de freiras: Santa Teresa de Jesus. Então, muito amiga da gente... ainda era um desafio grande, né? Estava em casa, eu morando na Ponta da Serra, lá, sem fazer nada, chegaram as duas diretoras, duas irmãs do Colégio Santa Teresa de Jesus, Irmã Vicentina e Irmã Bertila. Aí disseram: “Eliomar, eu tenho uma proposta para você”. Eu disse: “pois não, diga”. “Você topa pegar aula de Português no primeiro ano básico?”, que lá era o básico, né, do pedagógico, no Santa Tereza. Eu disse: “eu topo, irmã”. Então assumi. Aí foi onde as coisas foram clareando. Eu já afastado de igreja, não acreditava mais em nada, e esse colégio aqui me deu toda a minha formação. Até hoje eu ainda me sinto muito grato por isso. Foi onde realmente eu pude ser outro. Outro profissional, mais respeitado, tudo, nessa parte aí. Então, comecei com Português, nesse colégio particular. A minha irmã já ensinava lá e tudo, aí a gente tinha todo o conhecimento. Acho que também era um colégio que acolhia as pessoas que não eram católicas, que não eram nada. Tinha essa formação. Então, através disso, eu me arrisquei. Depois, ensinei uma parte de Português. Eu havia chegado mais ou menos no meio do ano para pegar essa turma. Aí dei conta. Estudando, não tinha formação mesmo. Saí de um curso de Engenharia para ensinar Português. Daí você tira o desafio grande na vida da gente! Depois, eu deixei Português e fiquei com Estatística. Botaram Estatística para ensinar. E depois, às vezes, me botaram para Física, tá? Então toma! E por último, eu engrandeci muito, foi Matemática. Eu assumi a Matemática lá no colégio até a oitava série, lá no Santa Teresa. É isso. Foi essa a história antes de chegar realmente no Estado, nessa minha vida de um ano e pouco no colégio particular.

Também ensinei, com referência, para o Colégio Diocesano, a parte de Geometria. É assim, mais ou menos, umas entrelinhas dessa minha vida de primeiro grau. Falando em primeiro grau, as escolas não eram muito boas, porque quando começou mesmo, o material didático era o livro. Apoiava-se no livro e fazia aquela transposição, aquela aula expositiva mesmo, de expor no quadro. Saía do livro para o quadro. Eram essas metodologias tradicionais mesmo que a gente usava. Os alunos ali tranquilos, passivos. Não questionavam a qualidade do professor... intocável...

Dos professores de Matemática eu não me lembro, não. Só quem passou por mim, foi Wilami, no Estadual; Zé Pedro, que estudou na Urca... e pronto. O resto eu... tinha outra que eu não me lembro mais o nome dela também. Mas os professores, na época, para ter essas capacitações, era difícil, naquelas décadas de setenta, sei lá. Não era? Eu me lembro, porque surgiram mais ou menos na década de oitenta. Foi aí que começou essas coisas. Isso nesse tempo. Agora, lá para frente tem muita coisa. Depois, ensinei Estatística e terminei lá como Matemática.

Na faculdade de Biologia eu até que tinha muitos bons professores. Tinha Irismar, tinha o próprio falecido Zé Pedro, não é? Tinha de Química, que eu não me lembro mais. Eu fiz o vestibular para Ciências Físicas e Biológicas, porque eu já tinha uma afinidade com a Matemática, né isso? Então, isso me levou a fazer Ciências Físicas e Biológicas, porque tinha Matemática no curso, essa minha tendência. Mas esses conceitos, essas coisas, esses conhecimentos todos, foi eu me rebolando. Me rebolando mesmo para estudar. É tanto que eu tenho um bocado de livros aí. Eu acho que o curso já era Ciências, parece que era Ciências. Só se eu pegasse ali, mas eu não me lembro, só no certificado mesmo. Mas acho que era Ciências Físicas e Biológicas, porque tinha essas cadeiras todinhas: Matemática I, II, III, Biologia I, II, III, tudo isso. Mas antes era da Filosofia, Faculdade de Filosofia.

Lá na faculdade, nessa época, a gente vivia mais à base de xérox. Muita xérox, porque existia a biblioteca, mas não tinha os livros suficientes. Então, às vezes, a gente ficava aguardando, ou batia xérox, emprestava um ao outro, tudo. Mas eu me lembro que, em termos didáticos, a gente tinha que ter esse material através de xérox. Os recursos também. Às vezes aqueles slides, aquelas coisas, aqueles que bota, né? Enfim, ainda peguei muito isso. E às vezes borrava, o professor não dava a aula direito, tudo. Agora, a gente tinha muitos professores que eram desleixados mesmo.

Eu comecei [*a dar aulas*] no Estadual em oitenta e um e terminei [*a faculdade*] em oitenta e sete. Então foi paralelo. Mas a história minha foi aquela questão do contrato, porque não era concurso para você entrar no Estado, naquele tempo. Não tinha. Tinha a lei que tratava. Aí veio o contrato de acordo com a carência do colégio, porque, naquele tempo, tinha Matemática, não é? Tinha Matemática e tinha Desenho, Geometria. Então o que? Desmembraram Matemática e ficou uma aula específica para Desenho. Então, quando ia meu contrato para o Colégio Estadual, eu fui designado com cem horas-aula para ministrar Desenho Geométrico, não foi propriamente a Matemática. Então eu comecei lá no Colégio Estadual com Desenho Geométrico. Era um contrato pelo Estado, temporariamente. Não exigiram nada, não.

Eles só aproveitaram porque eu tinha alguma experiência, porque tinha terminado o segundo grau e tinha aquela experiência que eu cursei na Federal de Engenharia Civil. Isso me deu um requisito maior, porque eu mostrei as cadeiras, tudo que tinha cursado. Mas para eu ter esse conhecimento todinho e não saber ensinar, naquela época, Desenho Geométrico na quinta, sexta série... aí, valha-nos Deus, né?! Então foi isso. Isso foi na época que eu casei, em oitenta e cinco. Daí eu vim morar no Crato, certo? Desde o tempo do Santa Teresa, quando eu entrei, eu já estava aqui, a gente já tinha comprado uma casinha, tudo, e se firmado mesmo.

Na faculdade tinha gente de fora. Tinha muito e ainda hoje tem. Várias cidadezinhas do interior vêm para cá mesmo para fazer. E nessa época já existia. Me lembro de muitos colegas de Farias Brito, não sei de onde... Um sacrifício grande naquela época, sem estrada, sem nada. Era um sacrifício grande mesmo, viu? Mas tinha muitos que eram de fora mesmo para fazer esse curso. Os professores eram daqui. Eram todos daqui. Eles até que tinham... eu achava o potencial deles muito bom, assim, de intelectuais, mais ou menos. Um domínio muito bom o deles.

Mas para ser professor de Matemática, não tinha opção. Alguns treinamentos que tinham, eram de uma semana, feitos pela Seduc. Quer dizer, eles já faziam preparação de professores de primeira a oitava série, mas de uma maneira geral, uma formação mais... em termos, assim, de formação mesmo, só aconteceu depois de noventa, por aí. Na minha vida, foi quando eu tive duas semanas pela Vitae. Eu tenho até uns livros aí, aqueles de Elon Chaves, aquelas coisas todas. Eu tive aulas com eles em Caucaia. Isso já era lá mais adiante. Por isso que as minhas coisas para esta pesquisa, eu acho que é mais adiante. Eu acho que nessa época aí, eu tive formação. Formação boa mesmo. Aí, depois, na década de noventa, eu fui para a direção do colégio. Passei três anos em direção, aí voltei novamente para a sala de aula.

Na minha vida, em 1999, 2000, eu fui convidado para ser professor formador da educação, chamado de Proformação. Trabalhava com os professores que ensinavam nas séries de primeira a quarta série. Esse era o Proformação. Depois, foi o Proinfantil, que trabalhava com os professores que trabalhavam na creche. Então, isso aí, a gente fazia treinamentos em Brasília. Aí, tinha Linguagens e Códigos, Matemática e Lógica, tinha tudo isso. Mas isso lá na frente, mais para minha vida. Então eu já fui me adquirindo. Isso por quê? Porque eu criei, no Colégio, o Laboratório de Matemática. Mas pelo meu estudo, não pela minha formação, pelo estudo! Eu tenho aí vários livros. Já na década de oitenta e tudo eu gostava muito de estudar. Eu tenho vários livros aí. E tem em Educação Matemática. Educação Matemática, onde os professores aí, muita gente, acho que me indicou porque essa minha flexibilidade de fazer a

criação em sala de aula, não é? É por isso que a minha vida mesmo me enche de orgulho, depois de seguir desses anos dois mil, por aí, e tanto. Aí minha vida foi dar oficina nos municípios a professores. Dei isso tudo, dei formação para professores lá no Caririçu... Foi Tendências Atuais de Matemática. Mas a turma já de professores de Juazeiro do Norte, tudo. Acho que deram uma confiança, né? Então, essa é minha vida. Embora não tivesse tantas boas formações, mas o que eu me esforcei para isso, pela dedicação que eu tinha, pela minha responsabilidade, eu acho que eu criei muita coisa, e valeu a pena, sim.

Se tinha algum curso de Matemática, a nível de graduação, eu não me lembro. Não tinha a mínima ideia, porque a minha vida foi mais lá na roça. Trabalhava na roça com meu pai, na época de estudante mesmo. Cheguei no Crato na base de setenta e nove, oitenta. Aí fui, naquele tempo todinho, na década de setenta, para Recife, aí pronto, passei uns oito anos lá. Não tenho essa lembrança precisa sobre isso aí. Acho que pela época que eu estive, eram muito restritas as coisas. Não havia essa aproximação da gente com o acadêmico na vida real. As coisas são concentradas, realmente, numa coisa fechada mesmo. Você não via perspectiva nos estudos para uma coisa futura. Pelo embasamento teórico das coisas, a gente não tinha realmente condições de servir, de atuar bem lá fora. Eu fiz Ciências Biológicas porque era mais próximo para mim, embora eu não tivesse essa habilidade e paciência muita com Biologia, Química, aquelas coisas todas, mas eu tinha uma afinidade maior e uma afeição maior pela Matemática. Aí tinha isso que me prendeu mais. A maioria dos professores que ensinavam Matemática era dessa parte de Ciências Físicas e Biológicas. Eu não me lembro exatamente qual era a formação deles, mas muitos deles foram meus colegas durante o curso. Formação em Matemática era muito raro. Às vezes tinha concurso, aqui, para o cabra fazer ali para o Colégio Agrícola, e era uma dificuldade grande! Porque não tinha a especialidade Matemática, licenciado em Matemática.

Nas escolas, para ensinar no segundo grau, para falar a verdade mesmo, não tinha essas exigências, não. Eu acho que era mais o conhecimento que o professor demonstrava mesmo, sem ter a sua formação. Eu acho que vinha mais pela vivência em prática mesmo, pela sua responsabilidade como professor. Isso era um respaldado muito grande, né? Não seriam também professores quem tivesse uma vida sem compromisso com a educação. Mas em termos de fazer comprovação através do conhecimento, eu não me lembro disso. Ninguém chegou realmente para mim e disse: “Eliomar, para você ensinar Matemática, você tem que fazer esse teste aqui de conhecimento”. Então, não eram exigidas essas coisas, não. E logo nessa década de oitenta, que o professor, vocês sabem, era o centro, não era?

Minha vida foi trinta anos. Comecei como professor no Santa Teresa, em oitenta. Passei quinze anos no Santa Teresa. Aí, ficou combinado Santa Teresa e o Colégio Estadual. Mas o Colégio Estadual, eu entrei em oitenta e um e saí em 2010, por aí já. Certo? Assumi todos dois. Aí pronto, passei aquilo, porque em toda a minha história do Colégio Estadual, quando eu ingressei no segundo grau – porque eu comecei no primeiro grau, com Desenho – depois, com aqueles meus trabalhos – não é me valorizando, não –, mas pela minha disponibilidade, pelo meu empenho, pelo que eu fazia, pela dedicação que eu tinha em sala de aula, aí fui... Aí, foram me jogando... disseram: “olha, você vai fazer...” – isso já depois de 2000 – “você vai fazer treinamento aí na Seduc, em Fortaleza”. Eu era escolhido para ir, e repassava aqui. Então, essa é a minha vida depois de dois mil e tanto. Mas antes era uma dificuldade grande. Eu só tive, como eu falei, essa formação boa, com esses professores de Matemática, lá, quinze dias, pela Vitae.

Ensinar no segundo grau, eu acho que foi antes de terminar essa aqui. Eu acho que deve ter sido por aí. Eu não tenho a mínima certeza, mas eu já tinha aquela bagagem que eu trouxe de Engenharia Civil e a bagagem já daqueles conhecimentos matemáticos que eu tive: Matemática I, II, III e aquela coisa toda. Eu acho que talvez me incluíram aí. Eu acho que eram cem horas, aí, com a carência, colocaram duzentas. Eu acho que foi por aí. Não tenho muita certeza dessa data, não.

A demanda de professores era muito carente. Eu tinha muitos – aqui pra nós – tinha muitos que não sabiam, não admitiam para ensinar no terceiro. Eu tenho colegas meus, que agora estão ensinando lá, atualmente, no Colégio Estadual, que eles diziam: “Eliomar, não dá para mim”. Eu já estava ensinando, quando eu peguei exatamente essa direção, que eu saí de sala. Então, é por isso que eu já digo mais ou menos por aí, que eu saí de sala e vi uma aflição para pegar os terceiros anos. Aí, eles: “não, mas dá certo, dá certo”. Então, a gente sentia essa dificuldade de pessoas, dessa adaptação. Porque eles tinham mais afinidade na matéria de Matemática do primeiro ano. A do segundo e do terceiro, não. Então, a gente tinha isso por causa dessas formações que a gente não tinha. O pessoal ficava meio desacreditado em si mesmo para ensinar. Tinham esse medo de enfrentar essas coisas. Tinha pouca gente. Necessidade grande mesmo. Grande, porque na década de noventa, todos os alunos já começavam a discutir as coisas e os professores tiveram que... né?

Os alunos, normalmente, era aquela questão de escola pública. Os que eram mais filhos da classe média, com um poder aquisitivo maior, só procuravam os colégios elites, como o Diocesano. Alguns procuravam o Santa Teresa, o Pequeno Príncipe... foi surgindo... Mas a

demanda desses alunos era de carentes. E como essa gama de alunos era maior na esfera rural, não eram muitos da cidade, eles não eram alunos muito críticos, exigentes. Então isso fazia com que facilitasse para os professores ensinarem, porque o conhecimento deles era restrito, dos alunos. Então – aqui pra nós – o que ele jogava, estava tudo bem. Conceitos, aquela disposição toda. Enchia. O aluno copiava tudo. Então o aluno chegava realmente, como dizem os historiadores matemáticos, era uma caixinha vazia que chegava e ia jogando os conteúdos. O que é que aprende, o que é que não? Então eu passei por esses momentos e me inquietava. Me inquietava! Não porque eu soubesse alguma coisa, mas pelo futuro deles, que era uma coisa... a gente via a carência mesmo. E hoje, graças a Deus, tem muitos alunos meus, que passaram por mim, e são formados. Mas eu já tinha essa preocupação, sempre tive isso que me inquietava, esse uso de aulas expositivas. Expositivas, mas a gente não podia fazer muita inovação, porque tinha a coordenação, e achava que a gente estava enrolando aula. Era uma dificuldade para a gente fazer um jogo em classe, porque tinha que ser o conteúdo em si. E muitos ainda estão por aí, muitas pessoas estão por aí ainda com essa metodologia fracassada. E aí não se tornava. O professor tem que se tornar intelectual reflexivo e pesquisador. Se ele não tiver esse tripé aqui, ele não dá aula, não. Então, eu dou aí para vocês que estão no doutorado, que vocês tragam muita coisa para essas novas gerações de professores.

Mas no Estado, eles têm uma metodologia, ou seja, umas determinações, que a pessoa não pode sair de sala de aula para fazer essas coisas, esses cursos, não é? Para você sair, você tinha que deixar outro. Era uma dificuldade muito grande, porque o Estado não oferecia essa possibilidade do professor sair daqui para estudar, fazer mestrado, fazer doutorado. Era um sacrifício grande, porque ele não arcava com isso. Aí ele não tinha essa flexibilidade. Mas agora, né? Antigamente, não. Antigamente a gente não tinha essas coisas de cursos. De vez em quando tem formação paga pela Seduc. A própria Crede viabiliza esses cursos. Eu vejo muito, e tem muitos, agora. Processos para coisas de comprovação de cursos oferecidos pelo Estado. Aí tem vários indicadores, esse tipo de coisa.

O primeiro curso de Matemática, eu só tive um, que foi exatamente ali naquela reitoria, naquela entrada ali, na Urca. Nessa época aí, eu já estava com Desenho, no primeiro grau, lá no Estadual. Eu me lembro que foi Ciro Gomes. Acho que nós sacrificamos umas três ou quatro férias durante o mês todinho com esses estudos em Matemática, eu me lembro. Mas o que era esse curso? Era porque no final do ano, nas férias, sobrava o quê? O orçamento. Não tinha com o que... bastava desenvolver. Então jogava a coisa. Aí nós sacrificamos várias férias e nunca recebemos o certificado. Mas não era graduação, não. Isso aí era só treinamento mesmo. Eles

chamavam de treinamento, mas era de aperfeiçoamento, de formação. De graduação não tinha. Eu me afastei já tem uns sete, oito anos, e eu acho que não estou muito por dentro de que cursos estão oferecendo aí a esses professores. É que os meus colegas eu não vejo. De vez em quando entro em contato com eles, mas eles não me dizem nada a respeito disso. E que eu saiba, eu acho que não está havendo essas formações, acho que não. Especificamente de Matemática, não tenho ideia, não. É difícil. Na Urca eu não sei como é que está. Não sei o que é que está oferecendo. Não sei se no Juazeiro ainda tem aquela faculdade de Matemática, tem? Pois é, eu acho que do que eu ouço falar, é só isso aí (*risos*). É esse que eu já vi há muito tempo. Eu fiz lá umas cadeiras com eles, no meu tempo de especialização. Fiz especialização na Urca daqui, mas a gente tinha aulas lá em Juazeiro também, lá na outra. Agora, tiveram muitos treinamentos em épocas anteriores, mas eram menos práticos, eram para Física, Português... aqueles treinamentos mesmo de você ter um certificado, mas apenas como um certificado de tantas horas. Eu não sei como está sendo aí a conversa. Se vai contribuir para alguma coisa, mas...

Porque com essa mudança de vai e vem, algumas coisas que ainda tem, está tudo espalhado por aí. Mas aqui tem algumas fontes que eu mesmo... aí não eram que me davam, não. Eu estudava por conta própria mesmo, gostava de ler mesmo, e tudo... o Enem está aí, né? Eu, às vezes, quando ia em algum treinamento... foi no mesmo tempo que eu dava formação de professores de primeira a quarta série, como eu falei, do Proformação e Proinfantil, eu comprava. Olha: isso aqui foi tudo que eu comprei por conta própria mesmo. Alguns aqui eu comprava para estudar e me aprofundar, porque eu fazia muitas coisas práticas. Tinha lá o laboratório de Matemática, e eu fazia essas coisas em Educação Matemática. E essa Educação Matemática, ela veio realmente para essa dicotomia: prática e aplicabilidade, não é? Ficar só ali, a Matemática em sala de aula, e o aluno não ter nada?! Por isso que os alunos às vezes detestam Matemática, porque eles não veem. Aí, vem aqueles exames todos que a gente falou. Nada de Resolução de Problemas, de Modelagem, Etnomatemática, História da Matemática, que são tão enquadrados dentro da Educação Matemática. Isso aí eu tenho por conta própria. Nunca tive um professor para estudar... “vamos estudar, hoje, Etnomatemática”, não. Modelagem Matemática, eu via algumas coisas e estudava. Estudava e fazia as minhas coisas em sala de aula. Por isso que lá no Estadual eu criei um espaço de Matemática. Isso começou mais ou menos em noventa e nove. Aí acabou-se, depois que eu saí. Pronto! Ninguém... ninguém coisou!

Figura 6: Autodidata



Fonte: Dados da pesquisa.

Francisco Eliomar Ribeiro.

Professor.

Nascido em 15 de janeiro de 1949, no município de Crato (CE).

MONÓLOGO SOBRE CONVITES PARA QUEM TEM AQUELE DIFERENCIAL

A escola primária eu fiz no Grupo Escolar de Campos Sales¹. Andei estudando aqui, embora pouco tempo, no Sagrada Família, no início dos anos cinquenta. Me botaram aqui. Sagrada Família, que era o seminário aqui no Crato, hoje é o Manoel de Abreu, aquele hospital ali na saída para Campos Sales. Ali era um seminário. Tinha o São José e tinha o Seminário Sagrada Família. Eram padres alemães. Aí, saí de lá. Não tinha vocação mesmo para padre, vim para o Diocesano daqui do Crato, esse colégio aqui da esquina, onde eu fiz o exame de admissão e comecei a cursar o ginásio. Lá no Grupo Escolar eu fiz a alfabetização, aí vim para o Sagrada Família. Andei sem alcançar, porque a exigência era grande, e posteriormente saí e vim para o Diocesano. No Diocesano foi onde eu já fiz o exame de admissão ao ginásio. Eu morava aqui no Crato, na época. Morava numa casa de família. De início eu fui interno, porque tinha internato no Colégio Diocesano, na época. Depois foi que eu fiquei no externato, morando na casa de uma família que era lá de Campos Sales. Mas parei e terminei o ginásio em Campos Sales. Pois é, foi quando foi fundado o colégio que teve três nomes. Ele tem cinquenta anos. De início se chamava Ginásio de Campos Sales. Se era público ou privado... Agora aí é onde está o problema, porque ele é tido como uma escola privada, mas pública... a pessoa se apropriou, praticamente como fizeram com o hospital, lá, o Mário Pinotti. A pessoa assumiu uma direção e foi passando. Mas era pública. Era pública, e hoje em dia pertence a essa família aí. É particular. Aí, posteriormente, chamou-se de Centro Educacional 29 de Julho. Isso é a data que Campos Sales tornou-se município, passou a cidade. Atualmente é chamado de MDA, Maria Dulce de Alencar, que era a diretora e hoje pertence à família dela.

Daí, então, Fortaleza. Fui para Fortaleza fazer o médio, né? O científico, que a gente chamava. Aí fiz num colégio público, o Liceu. Muito bom, na época! Era muito respeitado, na época, o Liceu. Terminado o Liceu, fiz vestibular para Agronomia e entrei na Escola de Agronomia. No Liceu não existia internato, não. Era externato. Lá em Fortaleza eu fiquei em pensionato e estudava à noite no Liceu. Nessa época já era um colégio com mil alunos, era um negócio! Aí depois foi criando anexo em todos os bairros. Hoje em dia ninguém sabe a quantidade de absurdo que tinha lá. Eu terminei no início de setenta, fiz vestibular e iniciei o curso de Agronomia na Universidade Federal do Ceará. Foi quando teve essa parada. Em virtude da morte de meu pai, eu tive que voltar e ficar dando assistência à família, lá. Aí, setenta e sete, foi que voltei, mas já para a Escola Superior de Agricultura de Mossoró, e foi onde eu

terminei o curso de Agronomia. Mas houve uma parada, uma parada entre setenta e um e setenta e sete. E aí, quando foi em oitenta, terminei.

Meus professores de Matemática, lá no 29 de Julho, Ginásio de Campos Sales, na época, era... deixa eu olhar quem era o professor de Matemática... rapaz, quem era?! Eu acho que Euvaldo. Euvaldo é dentista, a formação dele é dentista. E era quem ensinava Matemática para a gente. No Diocesano, deixa eu olhar aqui... era Xisto Gadelha. Xisto Gadelha, que até era locutor aqui, na época. A formação de Xisto não lembro, não. Lá no Liceu, meus professores da época eu encontrei depois, na Escola de Agronomia, porque pagavam bem na época. E os professores lá da escola, o de Física, o de Química, aliás, o de Desenho, o de Matemática, todos, depois, encontrei, na Escola de Agronomia. Todos esses professores de Física, Química, Matemática, Desenho, todos eles foram meus professores no ensino médio e no ensino superior. O quadro era muito bom! É por isso que eu digo que na época era um colégio respeitadíssimo. Na época! Hoje em dia, até de piada serve (*risos*). Todos eles tinham mestrado, tinham doutorado, entendeu? Agora, a maior parte era engenheiro agrônomo mesmo. A maior parte deles. Quando não era engenheiro agrônomo, era engenheiro civil.

No nível superior tinha a escola de Agronomia aqui do Ceará, lá de Fortaleza. Era uma estrutura e tanto, tudo o que você pensar. Em termos de aula prática, tinha fazenda, tinha tudo. Em termos de estrutura tinha tudo, tudo mesmo! Biblioteca muito boa! Tinha tudo! A de Mossoró também. Não tanto quanto a de Fortaleza, mas era muito bem estruturada também. Só que em Mossoró, por exemplo, teve aulas práticas que a gente vinha assistir nessas fazendas particulares, principalmente esses plantios de caju, dessas coisas.

Durante o período que eu fiquei afastado da faculdade, eu fiquei sem estudar, mas ensinando. Foi esse tempo aí que eu ensinei no Centro Educacional Cenecista Padre Ibiapina, lá em Campos Sales, no Centro Educacional 29 de Julho e na Escola de Ensino Fundamental e Médio Presidente Médici, em Campos Sales, entre 1971 e 1977. Nessa época aí foi mais Matemática. Aí, depois foi que comecei a ensinar Física. O Ibiapina era de campanha, da CNEC; a Escola Presidente Médici, do Estado, certo? E o Centro Educacional 29 de Julho é esse que eu não sei se ele é. Mas é privado, né? Se apropriou, pronto, ninguém chama o colégio de estadual nem de municipal nem de nada, não. É o Colégio Dona Dulce e pronto, e acabou.

Eu comecei a dar aulas porque cheguei e fiquei parado. Daí fui convidado pelo colégio, sabe? Pelas instituições. Eu nunca pensei nisso, nunca pensei em lecionar. Agora, anteriormente, nessa época aí, era bem mais fácil ensinar. Sabe por quê? Porque o sistema educacional era mais rígido, exigia mais disciplina e não amordaçava o direito do professor. O

professor tinha mais autoridade. Se tornava bem mais fácil. Hoje em dia, apesar da tecnologia, os números estão mostrando que nós não temos avançado. Nem nesse Índice de Desenvolvimento Humano e nem no aspecto cognitivo também. O negócio não está muito bom, não, em relação à educação. Então foi convite dos colegas. Fui convidado, aí comecei a lecionar. Acho que isso foi devido à pessoa cursar o nível superior, na época. Lá numa cidade de interior, isso já se sobressaía, né? Já tinha aquele diferencial. Provavelmente foi por isso. Aí eu ensinei sete anos e voltei para terminar Engenharia Agrônômica. Agora, só que o primeiro emprego, depois, foi exatamente para lecionar também, a convite do diretor que terminou comigo lá em Mossoró e assumiu a direção. Aí me convidou. Quando eu cheguei em Campos Sales, pouco tempo depois, recebi um telefonema de Mombaça, Ceará, me convidando para ir ensinar lá. Ensinei Matemática no ensino médio da escola mesmo, escola de ensino médio e fundamental que faziam, mas eu ensinei no médio. Era no Colégio Agrícola de Mombaça. Foi pouco tempo. Aí foi quando fui chamado para Teresina. Lá eu fui entrevistado pelo secretário e fui contratado pelo Instituto de Terras do Piauí, Interpi, é um órgão que trata de regularização fundiária dentro do Estado. Lá, eu trabalhei nove anos, fiquei morando em Teresina, depois vim pra Campos Sales. Durante esses nove anos não lecionei, trabalhei foi só em regularização fundiária mesmo, fazendo vistorias e dando diagnóstico de uma área. Com a defasagem salarial, voltei. Mas, tive várias idas a Teresina. Aí, fiquei em Campos Sales lecionado, mas tive várias idas a Teresina até me aposentar. Essa volta para Campos Sales para ficar lecionado já foi nos anos noventa. Numa dessas voltas, eu lecionei aqui na Uespi. Lecionei as disciplinas de Economia Rural, Fitotecnia, Hidrologia, Zootecnia Geral... Isso aqui foi numa dessas vindas pra Campos Sales. Eu ia pra Teresina e voltava, porque o Interpi ficou praticamente paralisado. Mas mudava uma diretoria e tal, aí voltava a funcionar e eles me chamavam. Isso aqui foi no campus de Fronteiras, que é vizinho a Campos Sales, Universidade Estadual do Piauí, no curso de Agronomia, dando essas disciplinas.

Agora, formação, se tinha era muito difícil. Curso específico de Matemática visando o magistério, na época, pelo menos, a gente não ouvia falar, não. Tem pessoas formadas em Biologia, tem pessoas, como eu já falei, formadas em Odontologia, nas mais diversas áreas, mas não tinha, assim, um curso específico de Matemática visando magistério, não. Grande parte ia se formar em Fortaleza, Recife e, mais recentemente, Paraíba. É porque essa época que eu estou falando, ainda não existia escola de nível superior aqui, nem no Crato nem em Juazeiro. Ainda não existia Urca, não. Agora, depois, mais recentemente, não. Aqui concentrou a maior parte do pessoal que se forma hoje. É por aqui mesmo, na região. Professor formado, nessa

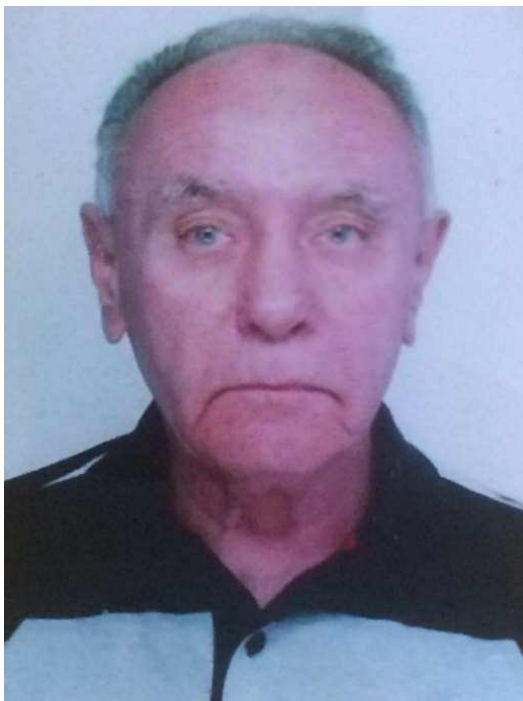
época, eu só conheço um, que hoje é professor em Araripina: Paulo. O nome dele, eu não sei nem como é o nome todo, mas ele é formado em Matemática e é professor lá em Araripina. Eu acho que já está bem perto de se aposentar. Formado no Recife. Ele foi professor lá em Campos Sales por muito tempo, lá nesses mesmos colégios.

Eu fiz vários cursos, agora, cursos de curta duração. Curso Especial de Formação Pedagógica, na Urca, pela Uece. Eu trabalhava no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos, no Salitre. Aí, foi aberto o curso aqui, então eu tomei conhecimento lá e vim, me matriculei. Inclusive esse curso foi pago pela prefeitura de Salitre e eu fui coordenador, lá, do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos. Eu ensinava Matemática e Física, lá, aos alunos que vinham e pediam ajuda. A gente distribuía os módulos e eles iam estudar para vir fazer a prova, mas muitos deles vinham e me pediam aula sobre determinado assunto.

O que me levou a escolher o curso de Agronomia, em primeiro lugar, foi ser filho de agricultor. Eu, toda vida, ainda hoje, gosto de mato, sou chegado. Tenho uma propriedade de herança lá próximo a Campos Sales, a seis quilômetros. Eu, sempre que posso, estou por lá. Sempre gostei. E isso que me levou. Além de, na época, ave Maria! Agronomia estava estourando! Apesar de ser uma ditadura militar, na época, mas produzia. O país não era parado como hoje, não. O cara já saía, se ele fosse bom mesmo, ele já saía lá da faculdade com um emprego.

Para ser professor, a única exigência foi essa aqui... Quer dizer, agora eu estou confuso, viu?! Se foi. Não é só esse curso que eu tenho, não. Foi esse.... Mas esse aqui eu acho que foi uma exigência. Porque a pessoa, apesar de ter nível superior, como era meu caso e tal, tinha que ter uma formação em relação à educação. Não podia ser só aquele curso superior que você tinha, não. A não ser que já fosse um curso direcionado, como você faz Biologia já para ensinar, faz Matemática para ensinar, Física... Encontrei um aluno meu antes de ontem, lá na farmácia, em Campos Sales. Ele está cursando Física. Ele foi meu aluno de Física. Aí encontrei com ele. Então, a exigência era essa aí, uma licenciatura, né? Era só isso aí. E que eu me lembre não existiu nenhuma iniciativa nesse sentido, de formar professores nos anos setenta ou oitenta, não. Ao meu ver, não houve muita mudança. Dificilmente você encontra uma pessoa cursando. Eu me admirei com esse menino. Já encontrei, assim, gente cursando Matemática, agora, não é fácil. Não é muito comum. Por exemplo, lá em Campos Sales, eu não tenho conhecimento se tem curso de Matemática. Sei que tem Biologia, tem outra disciplina aí. Agora, Matemática, se é que existe, eu não tenho conhecimento. Quer dizer, eu não estou afirmando, porque às vezes tem, mas a pessoa não sabe.

Figura 7: Convite aceito



Fonte: Arquivo pessoal do depoente.

José Mota Filho.

Professor.

Nascido em 17 de junho de 1942, no município de Campos Sales (CE).

MONÓLOGO SOBRE O MEDO DE VIVER UM EXÍLIO

Eu nasci num sítio na zona rural do município de Milagres, mas vivi em Brejo Santo. Minha vida é em Brejo Santo. Cidade natal eu considero Brejo Santo, porque eu, coincidentemente, nasci num sítio mais próximo daqui de Brejo do que de Milagres. Quer dizer, me considero brejo-santense. Milagres, nem conheço a cidade de Milagres. Eu nasci numa família de sete irmãos, comigo, oito. Oito irmãos. Meu pai era lavrador, era proprietário rural, mas dois fatores contribuíram para que cedo a gente fosse morar na cidade: primeiro, ele não gostava do trabalho na roça, porque ele tinha uma alergia terrível à história das formigas. Levar uma ferroada de formiga provocava uma alergia terrível nele. Então ele não gostava da zona rural, da roça. Depois, ele tinha uma tendência para o comércio. Então ele juntou as duas coisas e disse: “não! Vou-me embora daqui, porque aqui tenho oito filhos para criar...”, né? Apesar de ter sua propriedade, que não era grande, mas dava para ganhar. Mas ele pensou também, apesar do grau de instrução dele ser mínimo, ele tinha a compreensão de que precisava educar os filhos. Então ele disse: “não, eu vou embora morar na cidade”. Brejo Santo. Aí fomos morar na cidade, e a gente estudou. Teve oportunidade quem quis. Tem alguns irmãos que não quiseram, foram trabalhar, mas os que quiseram, estudaram e se formaram.

Eu vim em 1950, mas eu tinha oito anos, sete anos e meio. Quer dizer, estava naquela idade de escola primária inicial. Brejo tinha uma carência muito grande em termos justamente de escola. Ainda tinha um Grupo Escolar tradicional, de escolinhas particulares paroquial. Eu fui estudar numa escola paroquial, na época ainda do ensino da cartilha. Daí o seguinte: escola oficial, tinha esse Grupo que se chamava Escolas Reunidas, porque só existia ela lá. Não sei por que esse nome Escolas Reunidas, porque eu não atentei ainda, não verifiquei porque essa história de Escolas Reunidas. Mas era pública. Escolas Reunidas... como era o nome? Sete de Setembro. Escolas Reunidas 7 de Setembro. Quer dizer, então, lá tinha o antigo curso primário completo, da primeira à quarta série. E foi nela que eu comecei. Bom, e era o seguinte: tinha o Instituto Padre Viana, também era do mesmo nível de instrução, mas era particular, certo? Mas como a qualidade, não é que eu esteja elogiando a escola particular, mas na época, esse colégio tinha um nível de qualidade melhor. Eu estudei a terceira e a quarta séries nesse Instituto Padre Viana, hoje, Colégio Padre Viana.

Aí nessa época, em 1957, esse Colégio Padre Viana, ele não era equiparado ainda, quer dizer, ele não tinha registro oficial do Ministério da Educação, devido à qualificação dos professores também, que não eram qualificados para atender às exigências do MEC. E aí,

muitos alunos, eu inclusive, quer dizer, de certa forma foi um pouco diferente pelo seguinte, porque quando eu terminei... depois eu conto essa história, vou lhe contar o seguinte: outros estudantes até mais adiantados do que eu, já em termos de tempo de escolaridade, eles terminavam, e os que tinham condições estudavam fora, justamente iam para o Crato, e os que não tinham, ficavam lá, ou parados, ou às vezes ficavam repetindo a quarta série. Até que em 1958 chegou um professor, ex-seminarista, lá de Pernambuco, dos Maristas. Mas ele era daqui da região e era membro da congregação lá dos Maristas, em Pernambuco. Ele era professor lá. E era qualificado, quer dizer, ele tinha graduação. Então ele veio e fundou aqui um outro colégio, reconhecido oficialmente pelo Ministério da Educação. E aí, esse pessoal que tinha terminado, que estava parado – alguns deles ficavam repetindo para não pararem, porque não podiam estudar fora – eu peguei o embalo. Quer dizer, chegou aqui justamente na época que eu tinha terminado a quarta série primária. No ginásio, nesse período, você só entrava através de concurso, porque era o admissão, exame de admissão ao ginásio. Eu fiz exame de admissão já em cinquenta e oito. Eu tinha dezesseis anos. Nessa época minha, ainda era ginásio, curso ginásial, de quatro anos, primeira à quarta série. Então eu já entrei no ginásio com dezesseis anos. Pois é, para você ver o atraso que era.

Eu entrei no ginásio justamente na escola desse irmão marista que veio para cá e criou essa escola aqui, Ginásio Padre Abath. Porque tinha uma antiga professora aqui, das primeiras professoras de Brejo Santo, e era desse pessoal, dos Abath. Viana, Arraes e esse Abath. Padre Abath ministrou aqui. Foi da igreja. Eu não sei dessa história desse padre, eu sei que ele era daqui, quer dizer, tinha uma ligação. Então, eu fiz o exame de admissão e entrei. Logo no primeiro ano eu adoeci – porque, nesse período, tinha dois exames por ano, tinha um no meio do ano, para terminar o semestre, e um no final do ano, exame final – e eu adoeci, contraí um paratifo. Tinha uma epidemia de paratifo aqui e eu adoeci, passei o semestre quase todo. Comecei a frequentar, com um mês e pouco, adoeci. E aí, quando eu vim me levantar, sem me reestabelecer ainda, já estava nas provas parciais do meio do ano, para você entrar de férias. Aí eu atrasado, já não sabia de nada, ainda não tinha nem me recuperado direito e fui fazer as provas de meio de ano. Bom, eu me atrasei, aí perdi um ano por conta disso, primeiro ano do ginásio. Quer dizer, então eu concluí com cinco anos, em vez de quatro, justamente em consequência desse fato aí. Terminei acho que em sessenta e três.

Bom, aqui não tinha segundo grau, não tinha ensino médio. Aí meu pai disse: “não, Bezerra, a gente tem uns parentes em Fortaleza, não é? Eu vou falar com eles e ver aqui como é que dá para você ir para Fortaleza e procurar encontrar uma vaga no Liceu”. No velho Liceu,

não é? Não sei nem se o Liceu ainda existe mais, mas existe. Mas era o central, ali da Praça dos Bombeiros. Eu entrei de sessenta e três para sessenta e quatro já. Consegui matrícula lá no Liceu e fiz o científico. O Liceu tinha o ensino básico completo, desde o primeiro grau até o segundo grau. Inclusive o Curso Normal ele tinha. Ele funcionava nos três turnos: manhã, tarde e noite. Eu, como meu pai disse: “não, Bezerra, você vai, eu vou sustentando, segurando a barra aí. Aí você se matricula à noite e frequenta à noite, porque pode ser que você procure arranjar um emprego lá para você trabalhar de dia e estudar à noite”. Mas eu nunca trabalhei, não (*risos*). Estudava, só, certo? No caso, eu tinha uns parentes lá, e eles sempre davam uma mãozinha para a gente, de forma que eu concluí o científico no Liceu. Eu cheguei no Liceu em sessenta e quatro, sessenta e três para sessenta e quatro. O Liceu estava vivendo só justamente da memória como colégio padrão no Ceará, porque, na verdade, os melhores professores do Ceará, pelo menos de Fortaleza, eram professores no Liceu. Quer dizer, a universidade, a UFC, não era tão antiga, era relativamente nova, e a maioria desses professores da Universidade Federal ensinava no Liceu. Eu tive dois ou três ainda. Mas eu já cheguei no período em que o Liceu estava num processo de decadência, quando os mais velhos, aqueles mais famosos já tinham saído, tinham se aposentado, tal, e ficaram só os remanescentes, sabe?

Juazeiro e Crato, você só tinha instituições particulares. Era o Diocesano, no Crato, Salesiano, no Juazeiro e eu não sei se tinha outro lá em Juazeiro. Eu sei do Crato, que era o Diocesano. Mas era escola particular. A opção foi justamente essa, porque o Liceu era um colégio público e era também de referência, ainda, naquele período. Em nenhuma outra cidade aqui da região não tinha ensino médio. Não existia. Podia ser que Cajazeiras tivesse, quer dizer que Cajazeiras já é mais antiga, né? Mas também não havia nenhuma informação nem relação com Cajazeiras, por exemplo, certo? O mais viável era justamente essa opção que ele teve, de me mandar para Fortaleza, estudar no Liceu do Ceará.

Bom, aqui, o primeiro professor no curso ginásial foi esse professor Júlio Macedo Costa, que foi quem fundou esse Colégio Padre Abath. Ele era professor de Matemática, de História, de Português... Ele era polivalente. Ele sabia muito francês, e eu ainda aprendi alguma coisinha em francês graças a ele, no curso ginásial. Bom, como ele estava absorvendo tudo, era diretor inclusive do Colégio Padre Abath e estava absorvendo muita disciplina, chegaram umas professoras formadas no Diocesano. Não, como é? No Crato tinha a escola Madre Teresa, que ali era o Normal... Colégio Santa Teresa. Formaram-se quatro ou cinco professoras daqui de Brejo Santo no Normal, lá, certo? Aí, vieram para cá e uma delas ensinava Matemática. Mas nesse nível Normal, ensino médio. Elas ensinavam no ginásial, mas elas só tinham o Curso

Normal. Professor formado em Matemática, não existia. No ginásio, era essa de Matemática, uma de Geografia, uma outra de História e uma que ensinava línguas. Francês. Eram quatro professoras. No antigo ginásio foi dessa forma, desse padrão aí de coisa. Quer dizer, não eram professores graduados. Inclusive eram de segundo grau, quer dizer, Curso Normal, não é?

Fui para o Liceu. O Liceu, não! O Liceu, eu não sei contar a história, mas acho que era diferente, né? Quer dizer, um colégio de referência, público. Você entrava lá no Liceu, tinha uma galeria enorme de ex-alunos, de pessoas que posteriormente tornaram-se pessoas públicas, de relevo, de destaque: governadores, senadores etc. Você via a galeria quando entrava lá. Essas pessoas, logicamente, os professores deveriam ser pessoas graduadas, certo? Eu tive três professores de Matemática durante os três anos do Liceu. Peguei um professor que era famoso lá dentro, certamente ele era graduado, que era o professor Jaborandi. Todo mundo tinha medo do cara, era uma fera (*risos*). E ele era fera mesmo, porque o cara tinha capacidade. Professor Jaborandi.

Depois, por aí, foi que peguei um monte de professor, no segundo ano. No primeiro ano foi esse professor aí. No segundo ano, eu esqueço o nome de dois professores que eu tinha. Tinha um professor de Álgebra e um professor da área da Matemática que chama, como é que a gente... um, era Álgebra, o outro, era de cálculos. Porque, nessa época, o livro do Liceu, tinha um livro de Manoel Jairo Bezerra. Era um cacete dessa grossura assim, tinha todo o curso de Matemática dentro daquele livro, daquele manual, certo? De disciplinas que hoje, grande parte daquelas matérias está nos cursos básicos de Matemática. Cálculo I, Cálculo II... Porque você estudava derivadas, você estudava limites, você estudava cálculo matricial, aquilo tudo. Eu estudei tudo aquilo no segundo grau, no Liceu! Pois é, viu? Estudei tudo aquilo. Pois é. Então, eu tive esse outro professor, que não recordo o nome dele. Mas esse aí já era novato. O Jaborandi era professor já tradicional. Já estava até inclusive se afastando, saindo por tempo de serviço. Esse outro era até um cara meio boçal, assim, meio fanfarrão, que ele tinha um hábito de pegar um teorema lá, uma coisa, desenvolvia e dizia: “E eu provo”. E lá vinha ele com história de provar... “Homem, deixe para provar depois!” (*risos*). “e eu provo!” (*risos*). Ele tinha esse hábito... “E eu provo!”. Aí eu: “Não! Deixe, homem, não precisa provar, não!” (*risos*)...

Bom, eu terminei o colegial no Liceu. A Faculdade de Arquitetura estava sendo criada, na UFC. Tinha um ano de funcionamento, acho que era um ano ou dois. Eu gostava da Matemática, do cálculo, não é? Daí, quando eu comecei a estudar, a me preparar para fazer o vestibular, eu já levava daqui do ginásio uma experiência, aliás, que eu tinha sempre, eu gostava de militar na política estudantil. Eu era dirigente aqui de grêmio estudantil, aí levei essa

experiência para lá. Cheguei lá, eu fiz contato com o pessoal também e terminei entrando como diretor da União dos Estudantes Cearenses, a Uces, União dos Estudantes Secundários. Eu entrei e tinha contato, tinha uns colegas lá, que estavam me convidando, e eu fui participar da diretoria da Uces, que era União Cearense dos Estudantes Secundários. Quer dizer, eu fazia política. Nesse período que eu estudei, de sessenta e quatro a sessenta e sete, era período de ditadura. E a gente vinha militando na política estudantil, nesse período, não é? Além de eu participar como diretor da Uces, eu participava do Clec, que era Centro de Ciências dos Estudantes Cearenses, que era do Liceu. Também eu fazia parte. Muito bem, naquele período, um período de ditadura, muitas vezes os Bombeiros ficavam do lado, ali dessa praça dos Bombeiros, Praça Gustavo Barroso. O Liceu aqui mesmo, virado assim para o sol, e os Bombeiros bem aí do outro lado. Muitas vezes, mais de uma vez, os Bombeiros invadiram o colégio, lá, e dispersaram a gente, lá dentro do Liceu. Quando a gente ia fazer o movimento estudantil, sobretudo quando haviam aumentos de tarifas de ônibus, a gente fazia sempre resistência.

Pois é, então tinha essa militância no Liceu. Era o período da Ditadura. Então era o seguinte: aqui em Brejo Santo, hoje, eu não sei como é que funciona, mas na época, você chegava à idade de serviço militar, dezoito anos, você pagava aquele período de Tiro de Guerra. Aqui não tinha Tiro de Guerra, era zona dispensada, sabe? Você não era obrigado a servir. Você se inscrevia, fazia a inscrição, mas não servia. Então, eu fui para Fortaleza só com essa inscrição no serviço militar. Naquela época, diferente de hoje, você ia fazer o vestibular, você tinha que levar os documentos todos prontinhos, quer dizer, toda a sua vida, o seu currículo, sua vida pessoal, documentos pessoais e escolares. Você tinha que levar tudo prontinho. Bom, então aí o seguinte, como eu disse: eu me preparando em casa, sozinho, porque eu não podia pagar cursinho – já tinha o vício dos cursinhos. Já existiam, em Fortaleza, alguns cursinhos. O São João... Tinha outro lá que era dos irmãos, um deles foi até meu professor de Biologia, como era o nome desse cara? Picanço, dos Picanço, que tinha em Fortaleza, Jurandir Picanço, que foi meu professor de Biologia no Liceu.

Bom, então, é o seguinte: eu estudava particular, estudava em casa, não é? Morava num apartamento com outros colegas daqui, da minha idade, e estudava à noite no Liceu. Quando eu concluí, chegou a época do vestibular. Minha tática foi o seguinte: eu vou deixar para o último dia, certo? Vou deixar para o último dia – que inclusive era um dia de sábado, eu me lembro – para eu me inscrever, fazer minha inscrição. Por quê? Por causa do serviço militar, que eu não tinha a liberação, não tinha o documento de terceira categoria, que chamam, não é?

Eu estava só com a inscrição, o que significava dizer que eu não tinha cumprido aquilo, aquela obrigação que tinha perante o serviço militar. Pois é. Quer dizer, eu tinha que concluir isso aí.

Bom, eu tinha dois colegas de minha turma lá do Liceu, que um deles era sargento da Aeronáutica e o outro era um cabo do Exército. Eu contei para eles minha situação. E aí ele disse: “Bezerra, rapaz, se eu fosse tu eu adia esse teu vestibular, porque isso vai dar confusão, essa história desse serviço militar teu. Não consta como como pagaste esse serviço militar”. Era da zona livre, mas eu não requeri a Reservista de Terceira Categoria, entendeu? Aí eu: “rapaz, eu vou usar uma tática: vou deixar para o último dia”, que era até um dia de sábado, “para eu fazer essa inscrição”. Era até ali na Praça da Bandeira, por trás da Secretaria de Justiça. Cheguei lá, uma fila. Aí, conversando lá, tinha um cara do Exército, um tenente do Exército, na fila também. Eu contando sobre essa história do serviço militar, ele disse: “rapaz, é o seguinte: quando tu chegar aí na mesa para fazer a inscrição, o cara vai mandar tu ir para a 10ª Região Militar, para o comandante liberar esse documento”. Eu digo: “é mesmo, rapaz?”. “É”. Aí, o cara me deu o mesmo conselho que um colega meu me deu: “se eu fosse você, eu adia, não fazia, não. Sabe por que? Você tem ficha lá”. Nosso apartamento mais de uma vez – tinha um colega da gente que é médico aqui em Brejo Santo, era presidente do Centro Acadêmico 13 de Maio, da Faculdade de Medicina, militava também – e nosso apartamento, mais de uma vez, chegaram agentes da Polícia Federal, do Dops, daí convocavam a gente, para a gente fazer depoimento. Era só para encher o saco, entendeu? Só que você era obrigado. Foi convocado, tinha que ir lá no Dops e fazer a declaração. Então, quer dizer, eu sabia. Mais uma vez o outro cara, um cara que eu nem conhecia, na fila, me deu um conselho: “rapaz, aqui é o seguinte: isso aqui só quem resolve é lá na 10ª Região Militar (*risos*), é com o comandante”. Eu digo: “rapaz...”. Aí eu não disse ao cara que eu tinha ficha lá, não. Aí eu pensei: “rapaz, o negócio é sério”. Aí cheguei na mesa e disseram: “não, rapaz, você está devendo o serviço militar”. Eu disse: “mas eu sou de uma zona liberada”. “É, mas você não tem o Certificado de Reservista de Terceira Categoria. Você tem que pegar isso lá na 10ª Região Militar”. Aí eu refleti e fiquei... já era de manhã e fechava. A inscrição era o dia todinho, que era um dia de sábado, mas era o último dia. Bom, minha tática não deu certo (*risos*). A tática não deu certo. Aí eu desisti. Não fiz a inscrição no vestibular. Aí vim embora para cá, porque não tinha emprego lá em Fortaleza. E fiquei aqui um ano sem fazer nada.

Isso foi em sessenta e oito. E aí, eu fiquei com medo de viver um certo exílio aqui, porque o Dops e o Exército tinham minha ficha. Minha vida como militante político eles sabiam. Aqui tem um quartel do comando da polícia. Um desses amigos meus, com quem a

gente morava lá – inclusive estudou no Liceu comigo, Erivaldo, também ele era militante e fazia Direito. Lá no curso de Direito, também, ele era ligado ao diretório acadêmico da Faculdade de Direito. Erivaldo Santana, que hoje é juiz aposentado do Ministério do Trabalho. Quer dizer, nossa vida era envolvida com política estudantil – o pai dele era prefeito aqui, na época. E o comandante do quartel da polícia era amigo dele. Ele, como filho do prefeito, a gente tinha essa relação. E aí, por duas ou três vezes, o capitão Coelho, que era o comandante, chegava e avisava que vieram investigadores, pessoal do Dops, do Exército, lá para o quartel, perguntar quem eram as pessoas que... né? E ele chegava e contava para o pai do Erivaldo, que era o prefeito: “olha, rapaz, andou um pessoal aí investigando a vida dos meninos, tal, inclusive de Erivaldo, mas eu disse: ‘não, esse pessoal aqui não tem atividade política nenhuma’”. Ele livrou a cara da gente umas duas ou três vezes. Mas eu tinha suspeita, eu tinha medo, eu tinha receio disso aí.

Então, eu passei esse ano aí. Quando o Colégio Estadual Balbina Viana Arrais – que hoje eu não sei nem se existe mais o Balbina em Brejo Santo, porque ele se mudou dali onde está o campus da UFCA – esse pessoal mesmo, a gente conviveu em Fortaleza esses três, quatro anos, lá, fazendo o científico, no Liceu, e a gente morava junto no mesmo apartamento. Aí ele disse: “Bezerra, rapaz, vão inaugurar o Colégio Estadual aqui de Brejo Santo. Vão construir o colégio”. Eu acho até que era no governo de Virgílio Távora, não me lembro quem era o governador. Eu sei que inauguraram o colégio. “Rapaz, tá precisando de professores”. Aí eu acho que eu vou chegar nessa história da vida profissional mesmo. Então, eu tinha segundo grau. Eu tinha o segundo grau e minha tendência era mais para Matemática. Mas não ia fazer Engenharia, não, porque abriram escola de Arquitetura e eu ia fazer Arquitetura, certo? Aí disseram: “Rapaz, Bezerra, tá faltando professor de Matemática”. Já em forma de contrato, não era concurso, porque inauguraram o colégio, e Brejo Santo não tinha professor ainda de nível de graduação. Todos eram desse nível aí, nível médio, certo? “Bezerra tu quer ensinar no Colégio Estadual?”. “Rapaz, eu quero. Começou quando?”. Ele disse: “não, vai começar ainda” (*risos*). Isso em sessenta e oito. Esse convite era para ensinar no ensino fundamental. Da quinta à oitava série. Tinha escolas primárias estaduais, mas esse de ensino básico foi inaugurado em sessenta e oito. Ainda não tinha ensino médio. Pois bem, aí então os professores do Colégio Estadual eram todos de nível médio, a não ser esse professor Macedo, que ele abriu mão, fechou o Colégio Padre Abath, até porque ele foi convidado para ser diretor do Colégio Estadual Balbina. E eu não sei dizer o grau de formação do professor Macedo, mas eu acho que era, porque ele foi professor da faculdade, da Urca. Ele era graduado, logicamente. Mas acho que

era o único graduado. O corpo docente era de nível médio. Inclusive eu também era de nível médio.

Eu fiz científico no Liceu, porque no Liceu tinha o Curso Normal, o científico e o clássico, que o clássico era quem ia fazer Letras, fazer Direito etc. Eu fiz o curso científico, então eu tinha uma certa bagagem de Matemática. Não para ensinar, porque eu não tinha experiência letiva, pedagógica. Eu fui ensinar no primeiro grau, que era o primeiro grau, na época. Em 1971 entrou em vigor a LDB 5692. Ela veio com aquele caráter de tecnicismo dela, que eu fui até obrigado a fazer um curso. Em Recife tinha um Cecine, Centro de Ciências do Nordeste. Eu tinha que fazer esse curso no Cecine, porque a LDB 5692 trazia esse caráter tecnicista. Inclusive eu tinha muitos manuaizinhos, esses manuais de ensino técnico: torneiro mecânico, de construção civil, um bocado que tinha de materiais, de metalurgia, certo? Foi interessante para mim, pelo menos para mim. Mas aí pronto, para colocar esse conteúdo da LDB em prática, o próprio diretor chegou e disse: “Bezerra, rapaz, olhe, eles criam essa legislação, criam essa lei, mas não capacitam, não equiparam as escolas para ensinar isso aí. Como é que eu vou ensinar Metalurgia, como é que eu vou ensinar Material de Construção?” – eram três áreas: Material de Construção, Metal Mecânico e uma outra que eu não me lembro – “Professor, como é que a gente sem material, sem laboratório, sem nada, como é que vai ensinar isso aí?”. Ele disse: “é, Bezerra, vai enrolando isso aí, porque isso não dá (*risos*). Isso não dá, porque o colégio não tem condição, não. Não tem estrutura para isso aí”. Mas eu ensinava Desenho Mecânico, Matemática, Geometria e Desenho Geométrico.

Bom, nesse ínterim aí, foi justamente no período da Ditadura, setenta e um, setenta e dois, quer dizer, ela começava a arrochar. O AI-5 é de que ano? Sessenta e oito, pois é. Setenta e um já estava no AI-5. O colégio lá, os meninos, os alunos reclamavam de uma quadra de esportes, tal. Eu digo: “rapaz, o que é que a gente faz?”. O Estado não dava essa quadra de esportes para os meninos brincarem no recreio. Aí: “vamos fazer uma campanha, nós alunos, para a gente construir essa quadra de esportes”. E entrava o intervalo, o recreio, e a gente ia na quadra de esportes brincar de futebol, voleibol, e a turma, os alunos gostavam, porque eu chamava e eles iam. Não iam nem para merendar, coisa nenhuma. Iam e passavam o recreio. E esse professor era reacionário o desgraçado... reacionário desgraçado! E ele estava observando, não é? E eu com esse meu passado, minha ficha comprometida de militante político (*risos*), e ele vendo aquilo. Daí qualquer movimento que eu chamasse, os alunos me acompanhavam. E ele um dia ele me chamou, num intervalo lá, me chamou reservadamente. E eu: “professor Macedo, olha, é o seguinte: eu não estou fazendo nada aqui de política, de coisa nenhuma. Os

alunos têm a reclamação de uma área de esportes e eu tomei a iniciativa de com eles a gente fazer campanha e construir essa quadra de esportes aqui. E na hora do intervalo a gente vai para a quadra de esportes, entendeu? Mas que eu faça militância política aqui dentro, não, entendeu?”. Ele disse: “não, rapaz, você sabe que eu tenho um cuidado com isso, não sei o quê, tal”. Quer dizer, aquela pressão, certo?

Bom, aí o colégio Padre Abath manteve o segundo grau, que era Curso Normal. Na época, ele mantinha só o Curso Normal ainda, mas funcionando dentro do Colégio Estadual. Até que ele resolveu extinguir o Curso Normal particular dele e integrar ao Colégio Estadual. Então ele fez lá essa manobra na Secretaria de Educação, eu sei que foi absorvido. O Estado absorveu o Curso Normal, que era segundo grau. Aí passou a funcionar o segundo grau no Colégio Estadual. Eu não me lembro que ano foi. E eu sei ele que me disse: “Bezerra, olhe, você vai ensinar as cadeiras de Matemática e Física. Você já ensina Desenho Geométrico, não é? Você pega essas cadeiras?”. “Pego. Matemática e Física eu pego”. Já era segundo grau. Ele extinguiu o Curso Normal, que era do Padre Abath, para ele ter a oportunidade de criar o segundo grau dentro do Colégio Estadual. Ele instalou um segundo grau dentro Colégio Estadual, quer dizer, fazendo parte do próprio colégio, que passou a ser Colégio Balbina Viana Arrais. Tinha esse caráter técnico. Eu não sei como é que eles resolveram, porque ele mesmo disse: “Bezerra, não dá para a gente funcionar esse curso como a LDB está exigindo, porque não tem laboratório, não tem nada. A gente vai fazer o seguinte, Bezerra: deixa uma cadeira de Desenho Técnico. Você já ensinava Desenho Geométrico e você pega essa cadeira de Desenho, pelo menos isso para a gente resolver esse problema aí”. Tanto é que durou pouco tempo essa proposta do Ministério da Educação. Eles abriram mão daquilo ali, porque eles viram que não dava certo. A maioria das escolas não tinha condições para funcionar. E aí ficou só o ensino médio regular. Aí eu pegava Matemática, Física e Desenho Geométrico Técnico.

Bom, esse curso lá em Recife, no Centro de Ciências era só preparatório, que ele era curso de habilitação, que era até patrocinado pela Sudene. A Sudene que financiava aquilo ali, o Cecine. Quer dizer, era uma especialização. Eles davam um certificado, aí eu fiz esse curso. Bom, então o seguinte: foi criado o segundo grau, no Colégio Estadual, e eu passei a lecionar já no segundo grau e deixei o primeiro grau. Isso na Matemática e Desenho Técnico. Isso ainda sem fazer a faculdade. Vamos fazer as contas aqui. Eu terminei a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Crato em setenta e três. Volta quatro anos. Setenta. Então, exigindo que a gente aqui se graduasse para poder ensinar, eu fiz Filosofia, a Faculdade de Filosofia. Todos os

professores do colégio todinho foram obrigados justamente a se graduarem, que é porque era começo de nível médio, não sei.

Aí eu fui fazer Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Crato. Eu concluí Filosofia. Porque na época era o seguinte: você quando registrava o seu diploma no MEC, você optava por três disciplinas, três áreas de conhecimento. Então, eu optei por Filosofia, Sociologia e Didática. Quer dizer, eu tenho minha carteira do MEC com essas três habilitações. É diferente de hoje. Parece que tinha Matemática também, se eu não me engano. Tem um cunhado meu, que mora bem aí, tem essa casinha lá em cima, ele e minha irmã são professores também. Eles fizeram nesse curso aí de História Natural. Acho que Direito já tinha, que era anterior. Geografia... não sei se tinha História, eu não me recordo. Eu fiz Filosofia. Fiz a área de Filosofia e me graduei justamente em Filosofia da Educação, Sociologia da Educação e Didática. Terminei a Faculdade de Filosofia e continuei ensinando no colégio. Quando foi em noventa e dois, noventa e três, parece, eu me afastei do Estado por tempo de serviço. Em noventa e três ou é noventa e quatro, eu não me lembro bem. Nesse período aí. Mas aí o seguinte, você avaliar o tempo de serviço: primeiro, educação é aposentadoria especial. Aí eu ensinava numa escola, nesse mesmo Colégio Padre Viana, e aí eu incorporei, agreguei o tempo de serviço e reduzi meu tempo, que era de vinte e cinco anos. E aí me afastei, quer dizer, completei o tempo de serviço. Aposentei por tempo de serviço.

O processo de efetivação no Estado foi complicado pelo seguinte: o colégio foi inaugurado sem verificarem as condições. Por isso, os professores eram todos de nível médio. Aí levou esse tempo. Quando veio a 5692, a gente foi obrigado a fazer graduação. Como eu disse, em setenta e três eu terminei, e a maioria foi nesse período, pelo menos os que ensinavam lá, meus colegas, que entraram primeiro comigo, na época. Quanto a esse problema aí, de regularização, foi complicado, porque não éramos concursados, éramos contratados. Aí vai, vai, vai, tempo de serviço, não sei o quê. Eu não sei como, mas o setor jurídico da Secretaria de Educação do Estado deu uma solução para isso aí e reconheceu como se fossem professores todos. Efetivou todo mundo. Era complicado! Era complicado, porque era contratado. Chegou um ponto, rapaz, que “bom, como é que faz?” Vai demitir esse pessoal com quinze ou mais anos de serviço? Ninguém fez prova, nada, não. Um processo jurídico, o Estado resolveu essa questão lá. Eu não me lembro em que governo. Eu sei que passou pelo governo de Virgílio Távora, passou pelo governo de Gonzaga Mota, Tasso Jereissati... Eu sei que juridicamente resolveram, o próprio Estado resolveu essa questão aí. Porque também, parece que, na época,

não exigia muito, a lei era frouxa a respeito disso aí, não é? Depois é que a lei exigiu, a Constituição de 88. Serviço público você só pode entrar por concurso.

Depois da faculdade, eu fiz pós-graduação *lato sensu*. Já foi próximo de eu fazer o concurso para a Urca. Eu fiz concurso para a Urca em 2000. Quer dizer, quase seis anos que eu passei. Eu ensinava no colégio particular, o Padre Viana. Fiquei ensinando para não ficar parado. Aí apareceu um concurso, esse concurso aí, lá da Urca, e eu digo: “rapaz, eu só tenho formação *lato sensu*, que é especialização”. Aí, eu me informei lá e disseram: “não, pode fazer, pode concorrer”. Eu concorri. Concorri e passei em primeiro lugar para o Departamento de Educação da Urca. Lá fiquei treze anos. E aí me aposentaram compulsoriamente (*risos*).

Sobre a formação de professores de Matemática, naquela época, não tinha opção. A Urca foi criada em oitenta e seis, parece. Inclusive, quando foi criada a Urca, acho que nem aquele campus ali do Juazeiro, que é o de Tecnologia, não existia. Não me recordo, não. Quer dizer, não existia graduação em Matemática. Que eu me lembre, o curso de Ciências Econômicas era um canal justamente quando você não podia adquirir uma graduação em Matemática, certo? Na época eu era o único professor de Matemática aqui. Depois, com o passar do tempo, é que ex-alunos foram. Eu tinha uns dois exemplos. Inclusive esse menino, esse meu cunhado engenheiro, que mora aqui pertinho, foi aluno meu. Depois ele se graduou e passou a ensinar também. Uns dois. Um ou dois, no máximo. Não existiu nenhuma licenciatura. A única possibilidade era a Urca. Como eu ia dizendo, tinha aquele curso de Ciências, licenciatura curta, onde você podia se graduar nessa área. Mas não havia nem oportunidade nem iniciativa nesse sentido. Depois é que a Urca criou aquele curso de Ciências Econômicas e criou o Centro Tecnológico de Juazeiro, aquele campus ali de Juazeiro. Mas já foi bem depois disso aí. A única exigência era pelo menos você se graduar. A demanda era grande. Eu abarquei um bocado de turmas no ensino fundamental. Se eu não me engano, parece que eram umas duas turmas que existiam e eu tomava conta dessas duas turmas de Matemática. O perfil dos alunos aqui era o seguinte: famílias que tinham condições, os filhos estudavam fora. Hoje eu não sei, mas na época a tendência era Fortaleza, o fluxo era Fortaleza, a UFC sobretudo. Depois, criou-se um outro fluxo para Recife. Isso tudo na esfera do ensino público, da universidade pública, não é? Ensino médio, ou Fortaleza ou então Recife. Muitos dos meus alunos que terminaram o ensino fundamental iam para Fortaleza ou então para Recife. Os que ficavam aqui eram aqueles de famílias menos abastadas e que não podiam, não tinham condição nenhuma de mandar seus filhos estudarem fora.

Com relação à formação hoje, eu não tenho dados para informar sobre isto, até porque, quando eu saí da educação do Estado, em noventa e três, noventa e quatro, eu estava lecionando ainda num colégio particular, Colégio Padre Viana, com uma cadeira de Matemática ou de Estatística. E aí o seguinte: hoje, eu não sei, não tenho dados para informar a necessidade que há nessa área. E o que tem de curso aqui em Brejo é o ensino médio, não é? No caso aqui, eu nem sei se o Balbina Viana ainda está funcionando, porque eles saíram dali onde hoje funciona o curso da UFCA. E eu não sei nem para onde ele foi e se ainda existe. De modo que eu, por duas razões: primeiro, o seguinte, porque eu me afastei do ensino fundamental desde a década de noventa. Depois, no final, em 2000, fiz concurso para a universidade e fui para outra área de conhecimento, fui para o Departamento de Educação e fui ensinar disciplinas da área pedagógica, sobretudo Filosofia e Sociologia, foram as duas cadeiras que eu lecionei lá, durante esse período. E aí eu perdi o contato com essa área de Matemática. Sobre a formação em Matemática, alunos que se formaram ali no Centro Tecnológico, eu não sei. Raríssimas pessoas aqui em Brejo que eu conheço estudaram lá e se graduaram em Matemática.

Até porque minha visão sobre essa questão da Matemática é um pouco divergente da concepção que se tem justamente do ensino, desse ensino da Matemática, hoje. Quando eu ensinei, a experiência que eu tive foi num período de repressão militar, de ditadura. Inclusive, os alunos, hoje, chegam e até me abraçam: “se lembra de mim?”. Eu digo: “rapaz, me lembro, sei lá. Me lembro, eu sei quem é, só não sei teu nome, mas eu me lembro” (*risos*). Mas é o seguinte: é porque eu tinha a fama de caxias. Eu tinha a fama de caxias! Eu manobrava bem o conhecimento matemático. Quer dizer, hoje, você nem sonha. Não sei nem como é que está o nível de ensino de Matemática, porque eu não fiz pesquisa sobre isso aí, para saber como é que está, por exemplo, pelo menos em Brejo Santo. Mas aí, se você perguntar a um aluno de ensino médio, aqui: “você estuda cálculo matricial?”. Ele não sabe nem o que é isso. Quer dizer, “você estuda derivadas?”. Oxe! Tá chamando nome feio com eles, porque eles não sabem. “Você estuda limites?”. “Não”. Pois eu estudei tudo isso quando eu fiz o ensino médio. Quer dizer, hoje tá em nível superior, são cadeiras de nível superior, Cálculo I e II. Meu filho, ele é formado na área de Informática, de cálculo informático. Ele ia fazer Engenharia, mas ele pelejou e não passou de Cálculo II: “rapaz, crie vergonha, homem” (*risos*). Fez Cálculo I, mas nunca pagou o Cálculo II. Aí resolveu ir para Informática, para a área de Informática. Hoje ele é professor do Cefet, do Ifece, agora mudaram o nome...

Então, quando eu passei a ensinar no ensino superior, fui para o Departamento de Educação. Eu peguei essas cadeiras de Filosofia e Sociologia, não é? Aí eu fui e comecei a

refletir sobre a questão. Então eu percebi que a forma até como eu ensinava, na época, tirante aquele ambiente de repressão, de sufoco que a Ditadura impunha, sobretudo para a área de Educação, tinha aquele caráter meio tecnicista. Às vezes específico, quer dizer, a Matemática como uma área específica de conhecimento, porque ela independia. Depois, quando eu comecei a ensinar na universidade, fui ensinar Filosofia, aí eu comecei a perceber que primeiro eu tinha que buscar uma relação entre o que a Matemática pode oferecer de formação para o indivíduo. Que aí é justamente a Filosofia que está na base desse processo de conhecimento. Quer dizer, que anterior à própria Matemática está a Filosofia. É onde você vai verificar, com você, com sua pesquisa, os aspectos pedagógicos desse processo. O que é que a Matemática pode oferecer? Com o que ela contribui na formação? Você verifica hoje que a Matemática clássica, o cálculo clássico, ele ficou em segundo plano quando apareceu o cálculo binário, que é dos computadores. É preciso reconhecer isso aí. Ele ficou num outro plano. Hoje, o que predomina é o cálculo binário, que é a base da computação. Isso é essencialmente técnico. Esse meu menino mesmo e todos os outros que fazem essa área, do ponto de vista do conhecimento geral, do sentido, do significado da formação de um curso qualquer, o cara é meio perdido, sabe? Quer dizer, o aspecto político da questão.

Depois que eu me aposentei da Urca, não mexi mais com ensino, não. Até agora, quatro anos... pois é. Mas enfim, eu não deixei de estudar, não deixei de ler, não deixei de escrever. Eu escrevo também. Tenho escrito muita coisa, mas da área de ensino eu me afastei.

Figura 8: Repatriado



Fonte: Dados da pesquisa.

Manuel Bezerra Neto.

Professor.

Nascido em 04 de junho de 1942, no município de Milagres (CE).

MONÓLOGO SOBRE VER AS ROSAS QUE A GENTE AJUDOU A FORMAR

Bom, para começar, eu venho de uma família muito pobre. Que na verdade, eu nasci em um sítio, convivi nesse sítio até os cinco anos de idade. Nasci em 1958 e convivi nesse sítio, acho que por uns cinco anos. Eu acho que até sessenta e três, por aí. Aí nós viemos embora para Farias Brito, e chegando em Farias Brito, minha mãe me colocou na escola. Minha mãe tinha um pouquinho de estudo, mas meu pai, uma pessoa altamente grosseira, ignorante. Se fosse por ele, ninguém tinha aprendido coisíssima nenhuma. O nome do sítio é Riacho da Roça.

Chegando em Farias Brito, ela me colocou na escola. Então, naquela época, a gente começava pela carta de ABC. Ia aprendendo as letrinhas, depois ia aprendendo as sílabas. Depois que você já tinha o alfabeto, tanto o maiúsculo quanto o minúsculo e as vogais já aprendidas, era que você ia passar a estudar as sílabas. Juntando, né? E depois das sílabas, você ia formar a palavrinha. E por último, quando você terminava a carta de ABC, você já estava formando uns versinhos. Aliás, quando você saía da carta de ABC, você já saía sabendo ler. Já formando os versinhos.

A escola, ainda hoje eu tenho trauma (*risos*). A escola era o seguinte: uma professora para trinta, quarenta alunos. Não, eu acho que menos, bem menos. Eu acho que era na faixa de uns vinte. E naquela época, o ensino era muito duro. Se ela chamasse para você adivinhar as letrinhas A, B, C, e D – ela passava as quatro letrinhas A, B, C, e D – então eu tinha que memorizar aquilo dali. Daí uma meia hora, uma hora, ela chamava para ver se você sabia. Ela pegava uma rodinha de papel assim furadinha, aí cobria o restante das letras e ficava só aquela dentro da rodinha para saber que letra era aquela. Então, se você soubesse, tudo bem, e se você não soubesse, você ia ficar de joelho em cima de três caroços de milho. Então era assim, três num joelho e três no outro. Isso me marcou profundamente. É uma coisa que eu procuro esquecer. Eu acho que essa professora talvez já tenha até... não exista mais, já tenha falecido. Mas foi uma coisa, assim, que me marcou demais, porque ela me chamava para tomar lição e eu não sabia. Então voltava novamente para ir para os três caroços de milho, ficar de joelho. E isso era com a turma toda que acontecia, está entendendo?

Eu sei que com esse sofrimento todo, a gente conseguiu aprender, sair da carta de ABC e ir para a cartilha. A gente perdia muito tempo, naquela época, porque tinha a carta de ABC, aí tinha a cartilha, depois da cartilha você ia para o primeiro ano fraco, aí tinha o primeiro ano forte – tinha dois “primeiro ano”, um fraco e um forte – aí ia para o segundo ano. Depois do segundo, ia para o terceiro ano, ia para o quarto ano, e do quarto ano, você ainda ia para o

admissão. Que esse admissão, chamava quinto ano, né? Que no final do ano, você prestava um exame, que se você fosse aprovado naquele exame, aí você já ingressava na primeira série ginásial. Mas foi um começo de muito sacrifício, porque meus pais, eles eram pobres, da agricultura, eles não tinham condições. Só tiveram dois filhos. É tanto que eu continuei, e meu irmão, ele só cursou até o admissão. Ele não pôde, não teve condição de continuar, porque eles não podiam manter os dois.

A escola era pública, só que não tinha prédio próprio. Era assim, muito pobre também. A professora, eu acho, eu não me recordo, mas eu acho que era particular. Não era pública, não. Era particular. Os pais se reuniam e pagavam aquela professora para ensinar. Era particular. Não era pública, não. No prédio funcionava essa escola, que antigamente era tido como Grupo, porque eram várias salas de aulas. E atualmente, hoje, é o Posto de Saúde de Farias Brito. Mas, na época, eram várias professoras que ensinavam, e era tido como um Grupo, só que eram professoras que os pais pagavam.

Na segunda série, minto, na terceira série, eu já passei para o município. Eu cursei já no município. Eu cursei com essa professora a carta de ABC e outras cartilhas, primeiro ano e segundo ano. Na terceira série, eu já passei para o Grupo. Aí, cursei o terceiro ano, quarto e o quinto. No final do ano, fiz o exame para ver se conseguia passar. Passei, aí fui para o ginásio. O ginásio, nessa época, era particular. Não tinha fundamental II por conta do Estado. Em setenta e um eu fiz o admissão. Em setenta e dois eu fiz a primeira série ginásial. Setenta e três, setenta e quatro, setenta e cinco.

Aí, quando eu passei no exame de admissão para entrar no ginásio, como era particular, eu só consegui cursar porque minha mãe conseguiu uma bolsa com um vereador. Um vereador de Farias Brito, que também era do meio político. Ele ganhou várias bolsas e aí dava a quem ele quisesse. Minha mãe foi procurar e ele cedeu uma bolsa para ela. Então, foi justamente com essa bolsa que eu estudei os quatro anos no ginásio. Mas eu não pagava nada, eu não tinha condição de pagar nada. Eu estudava o ano todinho, e no final do ano, o dinheiro da bolsa chegava e ficava com eles mesmo. Era no Ginásio Enoch Rodrigues. Na época, só existia ele. Foi em setenta e seis que eu terminei o ginásio. Quando eu terminei, eu tinha muita vontade de dar continuidade. Aí eu vim para o Crato. Minha mãe conseguiu uma casa aqui no Crato, casa de gente, de família mesmo, para que eu viesse para cá. Então, eu vim morar aqui no Crato, na casa de familiares, e aí eu fui para o Colégio Estadual. Eu me matriculei lá. Estudei lá setenta e sete, setenta e oito, setenta e nove. Me formei em setenta e nove, fiz o pedagógico, de setenta e sete a setenta e nove. Tinha científico, mas como eu morava em casa de família, eu até pensei

em fazer o científico. Ainda até comecei cursando o científico à noite, mas aí ficava muito distante, porque eu morava aqui nessa Avenida Teodorico Teles, aqui em frente àquele posto ali. Então, é um pedaço bom para o Estadual, né? E aí eu terminei não aguentando. E também achava que tinha que dar uma parcela de contribuição na casa, ajudar em alguma coisa. Então eu terminei não fazendo. Ficava muito pesado para mim. Então eu concluí realmente só o pedagógico.

Terminei o pedagógico, aí voltei pra Farias Brito, e chegando lá, ganhei o contrato, aí fui providenciar, porque naquela época dava muito trabalho. Quando você conseguia, tinha que correr atrás de exames e coisa e tal... Eu sei que eu passei. Quando eu fui assumir, em oitenta, foi no mês de agosto. Meu contrato foi publicado em agosto. Eu entrei no Estado em setembro de oitenta, na Escola Getúlio Vargas. Quando eu entrei, eu trabalhei em séries terminais do ginásio, sexta, sétima e oitava. Eu cursava faculdade aqui, à noite, porque eu entrei no Estado e também passei no vestibular. Foi tudo junto, entrei no Estado em oitenta, e em oitenta entrei na faculdade. Quando eu cursei o ginásio, lá, era particular, mas quando eu terminei o pedagógico, aqui, que voltei para lá, já tinha de quinta a oitava no Estado. Durante o tempo que eu estava fazendo o Normal, eles implantaram o ginásio lá em Farias Brito.

Antes eu não tinha tido contato com sala de aula. Nós só tivemos um mês de estágio supervisionado. O contrato que consegui, foi um político que me deu. Na época foi o prefeito Aurélio Liberalino de Menezes. Na verdade, quem doou esses contratos para ele foi o deputado Otacílio Correia. Ele deu vários contratos para o prefeito. Aí, quando ele me deu, eu fui providenciar, correr atrás, fazer exames... e demorava muito. A gente tinha que fazer uma série de exames, aí enviava para lá. Quer dizer, era um protocolo muito grande. E eu sei que deu tudo certo, mas ele só foi publicado, assim, legalizado mesmo para eu assumir, no mês de agosto, em 1980. Comecei a partir da sexta. Comecei na sexta, sétima e oitava. Quando eu comecei, já tinha tido a transformação da LDB de setenta e um. Eu comecei na sexta série, com Ciências e Matemática. Aí peguei, parece-me que, se não me falha a memória, Matemática na sétima e na oitava. Mas eu trabalhava com as duas. De início, eu trabalhava com as duas, Ciências e Matemática. Aí, quando terminei a faculdade, foi que eu passei a trabalhar no período da noite. Como eu tinha duzentas horas do Estado, então eu rodava nos três turnos, porque tinha ensino médio à tarde e à noite. De manhã, era fundamental. Médio, tarde e noite. Então, como eu tinha quarenta horas, eu rodava nos três turnos, porque só dois não completava.

Eu sempre gostei de Matemática. Sempre gostei! Desde do início eu tive facilidade. E gostava! Não sou muito de disciplina de teoria. Então, quando eu tirava licença para ganhar

neném, elas já me lotavam prevendo as disciplinas que eu ia pegar no período que eu me afastasse, que eram disciplinas bem mais fáceis para os outros pegarem. Então, me lembro que eu grávida de minha primeira filha, elas me botaram para ensinar Didática, parece que Didática das Ciências. E eu tinha uma dificuldade tão grande dessas matérias decorativas que você tem que ler bastante para explicar! É completamente diferente de Matemática, porque Matemática você está mostrando ali, você prova porque é que é aquilo dali. E essas outras, você tem que dar mil e um ardeios. Então, isso daí sempre foi difícil para mim. Eu nunca me vi capacitada para assumir. E sem falar na facilidade que eu tinha de trabalhar com os números.

No mesmo ano que comecei a trabalhar, eu comecei a fazer faculdade de Ciências, aqui na Filosofia. Ralei bastante estudando. Passamos um semestre estudando. E para mim foi até assim uma glória. Tenho como um presente, como uma glória, porque eu tive a chance de passar logo para o curso de Ciências, porque eu não tinha feito Matemática, não tinha estudado nos três anos de científico. Não tinha estudado Física, os três anos de Física, né? A Química também. Então, acho até que fui sortuda, porque eu passei de primeira e passei logo. Então, quando entrei no curso de Ciências, eu me apaixonei mais ainda pela Matemática. Tinha disciplina de Matemática no curso de Ciências. Eram quatro cadeiras de Matemática, quatro de Física, quatro de Química e oito de Biologia. Tinham bons professores de Matemática. Deixa-me ver aqui se eu lembro quem era. Bom, um dos professores meus, na Filosofia, foi Zé Pedro. Zé Pedro foi meu professor nas quatro cadeiras de Matemática. Agora, acredito que ele não era formado em Matemática, exclusivamente em Matemática, não. Não sei. Até porque, naquela época, não tinha. O curso de Matemática veio aparecer na universidade de um tempo desse para cá. Mas logo quando passou a ser universidade, não tinha, né? Então, eu acho que não tinha nenhum professor formado em Matemática, não. Eu sei que as quatro cadeiras de Matemática eu paguei com ele, as quatro cadeiras de Física com Abraão, as quatro cadeiras de Química com Careca, professor Careca – como era o nome dele, meu Deus? – acho que ele já faleceu também. Tinha outro professor de Física, Estélio, também. Esse Estélio é até de Juazeiro. Como era o nome do Careca? Não me lembro mais, não.

A faculdade deixava muito a desejar, porque naquela época era particular, né? Faculdade de Filosofia do Crato era particular. Existia o Crédito Educativo, mas infelizmente eu não tive sorte de ser aprovada. Então, eu cursei a faculdade porque, graças a Deus, entrei no Estado, e com o meu pagamento eu pagava a faculdade. Gente de fora, na faculdade, era só o que tinha. A clientela, naquela época, era toda de fora. Tinha gente de Várzea Alegre, de Iguatu, Farias Brito, Assaré, Campos Sales. Menino, essa região toda aqui! Araripe, Ipaumirim, Brejo Santo.

Era gente, muita gente, mas muita gente de fora. Para quem queria ensinar Matemática, a única opção que tinha era essa, fazer o curso de Ciências, porque aí você saía habilitado para ensinar Ciências e Matemática no fundamental e Biologia no segundo grau. Aí, como eu já trabalhava com Matemática, quando terminei eu fui diretamente para Matemática, que era o que eu gostava. Mas teve muitos colegas que foram ensinar Biologia, teve outros que foram ensinar Física, outros, Química... Dependia muito de com o que você se afinava mais.

O ensino médio em Farias Brito deve ter chegado de oitenta e dois para oitenta e três, nessa época aí. Faltava o quê, uns três anos para eu terminar. Mais ou menos oitenta e dois, oitenta e três. Eu não comecei no ensino médio, porque eu cursava à noite, e quando chegou, lá, funcionava à noite. Então, não tinha como eu ensinar à noite porque eu vinha para cá. Mas assim que eu terminei, eu passei exclusivamente para o segundo grau, a partir de oitenta e cinco. Quando eu fui, tinha o Normal e tinha científico, mas eu trabalhava no científico. Lá eu trabalhei em duas escolas. Eu entrei no Estado em oitenta. De oitenta até oitenta e nove, aliás, de oitenta a noventa, eu trabalhava só no Getúlio Vargas. Aí apareceu carência no Gabriel Bezerra de Moraes, outra escola que hoje também é escola de ensino médio, mas na época era só fundamental. Então, na época, tinha muita carência lá de professor de Matemática, de Física. Aí foram ampliadas as minhas cem horas do Estado. Eu não entrei no Estado já com duzentas horas. Eu entrei com cem. Então, em noventa foi ampliado mais cem horas. Aí eu assumi nessa escola aí, Gabriel Bezerra de Moraes, trabalhando também Matemática de quinta a oitava.

Nesse período, eu já estava efetiva. Não teve concurso, não. Devido à carência grande que existia na escola, a direção me informou que existia a carência. E mediante essa carência fornecida, aí já foram ofertadas as vagas para aqueles que quisessem – porque muitos não quiseram – para aqueles que quisessem pegar mais cem horas. Aí não teve dificuldade, não. Como a gente já era do Estado, foi um processo muito rápido para ampliar essas outras cem horas. Mas foi dado tudo direitinho, diário, tudo, tudo. Tudo registrado direito. Teve colegas que ficaram com duas matrículas, mas eu mesma só continuei com uma matrícula. Foi tudo ok. Fiquei só nessas duas escolas. Trabalhei até noventa e três nessa escola. Trabalhava no Getúlio, de manhã, e trabalhava nela à tarde e à noite. Porque às vezes não dava para fechar, aí tinha que ir no período da noite também. Depois, eu levei as outras cem horas lá para o Getúlio Vargas.

Continuei lá de noventa e três até noventa e sete. Eu trabalhei só mais quatro anos lá. Aí, vim embora para cá em noventa e sete. Quando eu cheguei aqui, eu queria entrar no Colégio Estadual com as duzentas horas, mas o diretor, na época, era o professor Veloso, que era professor de Física, e foi diretor do Estadual. Então, na época, era ele que estava na direção. E

tinha muito contrato temporário. Inclusive a filha dele, o genro... estavam tudo lá. O genro parece que ensinando Matemática. Então, na verdade, para encurtar a história, ele não quis se desfazer dos contratos temporários para dar vez a um efetivo que estava chegando em pleno mês de agosto. Eu vim para cá por questões de desentendimento entre meu esposo e meu pai, por questões familiares. A gente já tinha plano de vir para cá, para colocar os meninos na escola, mas só que foi antecipado. A nossa vinda para cá foi antecipada.

Lá em Farias Brito, eu trabalhava com o ensino fundamental. Quando eu passei para o ensino médio, como era pedagógico e científico, então tinha professor também na área pedagógica. Mas no ensino médio era só eu. Eu conduzia as três séries.

Continuando a história do Wilson Gonçalves, quando eu cheguei, fui direto para lá, porque eu tinha uma sede de ensinar lá (*risos*). Aí ele não me recebeu com as duzentas horas. Ele disse que só tinha carência para cem. Então eu fui lotada no Paraíba, com as outras cem horas. Eu fiquei pela manhã no Estadual, com cem horas, Matemática, e fiquei no Paraíba, à tarde, com as outras cem horas, ensinando Matemática e Ciências, a partir de 1997. Quando chegou no final de noventa e sete, eu concluí o restante do semestre no Paraíba. Aí eu tive que pegar salas de tarde e de noite, para fechar o número de aulas. Mas para mim, o turno da noite foi um trauma grande. Então, quando foi no ano seguinte eu disse: “se for para eu ficar aqui no turno da noite, eu saio. Se tiver carência, eu fico só à tarde. E se não tiver, se for para pegar aula à noite, então eu vou para o Estadual”. Mas aí eu fiquei à tarde com Ciências e Matemática no Paraíba e continuei no Estadual, com as outras cem horas, até me aposentar.

Eu me afastei do Estado em 2008. Quando entrei no Estadual, eu comecei com primeiro e segundo ano. Aí, deixe-me ver, na época, parece que era Eliomar que trabalhava com as turmas de terceiro. No ano seguinte, se afastou uma colega, ou foram duas colegas que se afastaram. Então eu continuei só com Matemática nas turmas de segundo ano, quer dizer, todas as turmas que tinham. Nós tínhamos, no período da manhã, cinco turmas de segundo ano. Então só uma série dava para me lotar.

A carência de professor de Matemática era grande. Grande, grande! Eu acho que até hoje continua. Para você ensinar Matemática, o que precisava, em termos de formação, era realmente gostar. Hoje existem muitos horizontes para você pesquisar, para você ir atrás. Na minha época era só giz e apagador mesmo. Nem livro existia. Não tinha livro. Fazia um planejamento anual, fazia o plano mensal, vinha seguindo sempre o currículo. Mas só veio aparecer livro já perto de eu me afastar do Estado. Só aí foi que veio aparecer livro para primeira, segunda e terceira série.

Os alunos eram de classe baixa, que não tinham condições de pagar uma escola particular. Mas agora, tinha também aluno de classe média, porque aqueles alunos que iam para a escola particular e não queriam nada, brincavam muito, saíam reprovados, o pai ficava insistindo e ele sem querer nada, aí os pais pegavam e jogavam lá. Acontecia demais isso. Não sei se ainda acontece. Botava aluno na escola particular: Pequeno Príncipe, Objetivo, Diocesano, o escambau aí desses colégios... O aluno ficava rodando na nota baixa, vagabundando, e o pai via que ele não queria nada, e aí: “tu vai pro Estadual”. Aí botava no Estadual. Agora, muito aluno bom na minha época! Tinha muito aluno bom! Olha que eu me entusiasmava tanto! Eu gostava do que eu fazia, eu gostava. O tempo passava tão rápido! E eu gostava de ensinar no segundo grau. Eu nunca fui muito de ensinar em fundamental, não. Eu trabalhava no Paraíba com o fundamental porque era obrigada, mas eu não gostava. O pessoal do segundo grau já era um pessoal mais, digamos assim, amadurecido. Eu acredito que eles já têm um objetivo mais aprofundado do que querem. Então eu gostava muito de trabalhar com o segundo grau. E eu amava tanto o que eu fazia, que passava num piscar de olhos o turno da manhã. Eu me envolvia tanto, me envolvia tanto, que não descia nem na hora do recreio, ficava na sala mesmo. Às vezes tirando dúvida deles. Quando eu menos esperava, só quinze minutos, o tempo já tinha passado e eles já estavam: “oh! Neide, já tocou, tu já vai para outra sala”.

E sempre fui uma professora muito exigente, muito exigente. E de moral também. Olha que eu controlava classe! Qualquer colega meu da época talvez se lembre disso. Eu controlava classe com sessenta, sessenta e cinco alunos. Antes de começar minha aula, eu colocava as fileiras tudo em ordem. Tudo em ordem! Eu não sabia trabalhar, chegar na sala, e quando acabar, começar minha aula vendo aquela bagunça de carteira, não. Tinha que ser uma atrás da outra. Muitas vezes eles já sabiam que eu era exigente. Então, antes de eu chegar, eles já iam ajeitar as carteiras. Quando eles sabiam que era aula minha, eles já iam ajeitar as carteiras, mas quando eu chegava, eu achava que não estava do jeito que eu queria. Então eu ainda ia ajeitar. E eu só começava quando estava todo mundo sentado. E ali não davam um pio, porque eu era bem rígida mesmo, sabe? Às vezes até os meninos comentam assim: “ai, porque o professor que é exigente, que é rígido, o aluno não gosta”. Mas gosta. E como gosta! Porque eu me afastei, mas a amizade que eu deixei, o ciclo de amizade que eu deixei, da minha época de sala de aula, ainda hoje continua. E a gente sente que aquele amor que eles têm por a gente é verdadeiro, não é de safadeza, não. É lógico que tem aqueles que brincam, que não querem nada, mas na hora que eu dizia: “ou fica aqui dentro ou então cai fora. Se quiser alguma coisa, fica, se não quiser, cai fora”, eles acabavam com as brincadeiras e levavam a sério mesmo. Então eles se

admiravam muito, como era que eu controlava turmas com sessenta, sessenta e cinco alunos e não dava um pio, era todo mundo ali prestando atenção. E tinha aluno muito bom.

Eu fazia, que eu acho que não acontece mais hoje, me dava um trabalho dos diabos, mas eu elaborava quatro tipos de provas para uma sala. Quatro tipos de prova para uma sala eu elaborava, para que eles não pescassem. Então, isso me dava um trabalho muito grande, porque você com quatro, cinco turmas, na época eram quarenta, cinquenta alunos, cinquenta e cinco, sessenta, para você corrigir. Menino, é prova pros diabos, né?! Então, eu dava conta, porque, em cada turma, eu tinha dois, três alunos bons, bons mesmo. Eu tinha um grupo de aluno bom. Digo até... não era só isso, não, era na faixa assim de um grupo, digamos, de oito alunos que se garantiam mesmo. Então, eu escolhia dois, três alunos daquele grupo, corrigia os quatro tipos de prova, quatro provas diferentes, separava os tipos de prova, e para cada aluno eu dava um macinho de prova para eles corrigirem. Eles corrigiam. Eles não davam a nota. Eles corrigiam a prova, passavam para mim e ali eu calculava a nota. Então, eu dava conta, porque tinha essa ajuda muito grande. Eu tinha uma equipe muito boa que me ajudava em correção de prova.

Na época que eu ainda estava na ativa, eu cheguei a fazer algum curso, mas a oferta era muito pouca. Mas surgiu. Na época que eu trabalhei, ainda surgiu um curso, em Fortaleza, no Ensino de Matemática. Um curso muito bom, que ele foi em duas etapas. E também, além desse curso, eu também fiz um outro, pelo Ceteb, em Brasília. Um curso de melhoramento também, que esse foi a distância. Então, esses cursos aí eram muitas horas, a carga horária era grande e eles também melhoravam o nível financeiro. Agora, curso de licenciatura, eu não tomei conhecimento. E sim, tomei conhecimento quando chegou o curso de Matemática na Urca, mas até então, não tinha, não. E se tinha, era lá pelo Juazeiro. Sim, tinha o curso de Economia, aqui. Na Faculdade tinha um curso de Economia, que também é uma boa parte de Matemática, né? Antes da própria Matemática chegar, já tinha o curso de Economia. Mas em Juazeiro eu não sei, não tenho, assim, conhecimento, não. Meu foco sempre foi aqui.

A dificuldade era grande! Não tinha. E outra: faziam era correr com medo de Matemática. Por incrível que pareça, é uma disciplina que até hoje ainda é muito rejeitada. As pessoas, principalmente o alunado, eles têm uma dificuldade muito grande. Eu sempre digo que essa dificuldade vem lá de baixo, da base, porque quando você tem uma base bem feita, aí você vai embora, sem dificuldade nenhuma. Hoje está bem melhor. A universidade aí de portas abertas, né? E dando essa facilidade. Só que eu acredito que para a pessoa chegar lá, tem que estudar. Tem que estudar. A defasagem que a gente vê é grande demais. Você vê um aluno saindo do... não digo de Matemática, porque eu não tenho lembrança se já me deparei com

algum aluno do curso de Matemática que não saiba operar. Mas a gente se depara com alunos que saíram do segundo grau, meu Deus do céu! Que a dificuldade é grande demais. Não só na Matemática, mas em todos, principalmente na escrita, né? Tá uma coisa triste. A gente acompanha os índices do Ideb, essas coisas que estão acontecendo. Principalmente a escrita e os números. As outras áreas eu nem sei, porque não é muito da minha alçada, mas Matemática e Português são os cruciais.

Depois que eu saí do Estado, não exerci mais a profissão. Não, não. Eu já saí estancada (*risos*). Eu saí com vinte e oito anos de serviço. A gente só saía com o tempo e a idade. Mas quando eu fechei o tempo, eu não tinha a idade. Quando eu fechei os vinte e cinco anos, eu não tinha a idade, só estava com quarenta e sete. Ainda passou três anos.

Fechou os vinte e oito anos. E te digo mais: de escola, o único segmento que eu sempre, se fosse preciso, eu ainda pegaria, eu acho – se fosse uma necessidade muito grande, eu ainda teria coragem de voltar – seria a sala de aula, porque, outro segmento de escola, muito obrigado! (*Risos*). É difícil, é muito difícil. Então, quando eu saí, foi em 2008. Quando eu fechei a minha idade e o meu tempo, eu já saí muito cansada. Muito cansada, porque eu trabalhava de manhã e à tarde, morando aqui e trabalhando no Estadual e no Paraíba. Então, foi um período bom para mim, porque eu gostava, eu gostava muito de trabalhar, principalmente com adolescente, nessa área, mas todo trabalho tem suas gratificações e tem os espinhos também. Mas eu sempre digo que durante o tempo que eu ensinei, principalmente aqui, tanto aqui como em Farias Brito, eu acho que foi muito gratificante, porque hoje a gente está vendo as rosas que a gente ajudou a formar. E o reconhecimento é muito grande. A gratidão deles é muito grande. A amizade, o carinho, acho que isso vale para o resto da vida. Eles não me esquecem... De forma nenhuma. Então, eu me sinto muito honrada com o que pude contribuir, com tudo o que eu contribuí na educação durante o meu tempo de caminhada.

Figura 9: Cultivar



Fonte: Arquivo pessoal da depoente.

Josefa Sales Bezerra Alves (Neide).

Professora.

Nascida em 08 de fevereiro de 1958, no município de Farias Brito (CE).

MONÓLOGO SOBRE MILAGRES

Minha infância foi na zona rural do município de Abaiara, num sítio chamado Pinga. Filha de agricultor, de uma família de quatorze irmãos. Na verdade, duas famílias, porque meu pai ficou viúvo, casou a segunda vez, e eu sou a primeira da segunda esposa dele. Então, eram quatorze irmãos. E eu, na minha infância, na verdade, comecei a estudar e fui alfabetizada pela minha mãe, em casa. Não tinha escola próxima, na época, e ela cursou somente até o terceiro ano primário lá em Jamacaru, onde ela morava. Mas ela foi minha professora de alfabetização, eu fui alfabetizada por minha mãe. Na verdade, eu fui para a escola mesmo, na cidade de Abaiara, já para cursar a primeira série. Naquela época era o básico. Então, eu já sabia ler, escrever e contar. Era alfabetizada mesmo, ela alfabetizou. Ela era dona de casa, cuidando dos filhos e dava as aulas. Era assim, por exemplo: meio-dia, depois daquela horinha onde dava uma paradinha, então ela sentava ali, ficava comigo, aí deixava as tarefas para eu estudar. Aí era assim. Na verdade, era o dia inteiro, mas eram esses horários que ela cuidava. Imagine! Nessa época, eu tinha seis anos, quando eu fui alfabetizada. O mais velho tinha dezenove anos. E era uma sequência de crianças. Ela estudou ainda na época de 1938 a 1942. Então, ela parou de ir para a escola. Mas ela tinha essa preocupação e meu pai também tinha essa preocupação de que os filhos estudassem. Então, achavam importante, davam importância à escola, ao estudo, mesmo com essa dificuldade toda. Só que meu pai tinha o seguinte: “quer estudar?”, então ele fazia o possível e via como fazer. Agora, também, a partir do momento que dissesse assim: qualquer dificuldade, qualquer coisa, viu que não queria, então pronto, “vai para a roça comigo” (*risos*). Só tinha duas opções. Mas tinha a opção. Se quisesse estudar, realmente, com muita dificuldade. Então, minha alfabetização, minha primeira escola, na verdade, foi em casa mesmo, e a professora, minha mãe, foi minha alfabetizadora. Eu acho que para a época ela foi uma excelente alfabetizadora. Ela ainda é viva, minha mãe. Tem oitenta e sete anos. Então, a minha infância até os oito, nove anos foi lá, nesse sítio.

Após isso, era como se ela dissesse assim: “o que eu podia ensinar eu já ensinei. Ler, escrever, contar...”. Era contar mesmo, dominando as quatro operações. A preocupação era essa, mas aí, nessa época, eu aprendi. Eu lia qualquer texto. Inclusive, na época, tinham as chamadas renovações, e começaram a me botar para ler os livrinhos das renovações, eu com seis, sete anos, quando eu aprendi ler, certo? E pronto, na comunidade, eu acho que até porque achavam interessante aquela criança lendo a renovação e toda essa questão. Então, eu já lia realmente os textos da renovação. Uma coisa que eu achava interessante era a literatura de

cordel. Ela comprava muito aqueles versos e lia para a gente. Os meus livros e as primeiras leituras foram os livros da renovação, os versos que ela me colocava para ler, a carta de ABC e a tabuada, que ela comprava e mantinha em casa. Isso com seis, sete anos. Não tinha ainda escola próxima. E com sete anos eu fui estudar na cidade, isso em 1962.

Não tinha parente, não tinha onde ficar, mas mesmo assim eles fizeram esforço e conseguiram também me convencer. Agora, eu sinto que eu já tinha essa vontade de estudar, de qualquer maneira. E ela também. Não sei se também por isso influenciou. Desde essa época, quando perguntavam, ela dizia: “ela vai ser professora”. Porque, na visão dela, então, realmente, o professor era muito importante. Na visão dela, o maior conhecimento que eu poderia atingir era ser uma professora. E realmente é o que eu sou (*risos*). Então, com sete anos, fui fazer a primeira série na cidade. Não tive dificuldade depois dessa alfabetização. E consegui com uma turma de primeira série, quer dizer, aquelas crianças que tiveram escola na rua e já tinham sido alfabetizadas etc.

Foi em Abaiara. Essa escola era uma escola pública, e a denominação era: Escolas Reunidas de Abaiara. Não tinha assim um nome específico, era Escolas Reunidas de Abaiara. Era uma escola pública do Estado. Nessa época, já era o Estado que mantinha, porque os professores eram professores da rede estadual. E essa escola, para a época, comparando com o que eu vejo de outros colegas que estudaram, eu acredito que essa escola, pelos professores, era uma referência. Por quê? A estrutura dela era pequena, com duas salas de aula amplas e com área livre para recreação. Tinha um banheirozinho e aquela estrutura de cantina, que chamavam. Pronto, era só essa. Mas eram duas salas de aula bem amplas e eram duas professoras. Não tinha diretor, eram só os dois professores. Eu lembro que tinha alguém que fazia a limpeza, não sei se era do Estado ou do Município. Então, na verdade, eram essas três pessoas da escola. Agora, as professoras, na época, elas já tinham o Pedagógico. Eram duas professoras com o Normal. Mas elas tinham a formação pedagógica mesmo, que para aquela época e naquela localidade era raridade, era muita coisa. Porque mesmo nessa época, em Brejo Santo, por aqui, tinha muito professor que tinha só quarta série... pronto. Como minha mãe mesmo, tinha muita gente que era professor na situação dela. Ela nunca foi professora, mas tinha muito professor que só tinha terceira série, quarta série etc. No meu caso lá, já eram duas professoras com formação pedagógica. Elas fizeram o Pedagógico em Milagres.

E sim, só lembrando aí a questão da infância: eu com sete anos vim morar na casa de estranhos, em Abaiara. Passava a semana inteira e o meu pai vinha me pegar no final de semana. Não era nem família. Aquelas pessoas que eram amigas, tinham uma relação muito grande. Era

uma parteira, uma senhora já bem idosa, que tinha uma neta com quinze anos que ficava comigo. A gente chamava de Mãe Teixeira. Aí fiquei estudando. Enquanto ela viveu eu morei na casa dela. E uma questão que hoje eu vejo: uma criança com sete anos saiu de lá, filha de agricultor, sem nem então... de repente, veio morar na casa de estranhos, né? Mas o objetivo... Aí onde eu vejo a função tanto dos meus pais e eu acredito que minha também, de passar por tudo isso com o objetivo único de ter a condição de estudar. E a dificuldade que era para uma criança estudar, na época, né? Eu, na verdade, me considero uma exceção, nas minhas condições, naquela época, que a escola era realmente para poucos. Eu consegui chegar até aqui. Foi uma exceção e uma luta muito grande.

Fiquei nessa escola até a terceira série, porque lá só tinha até a terceira série. Quando terminei a terceira série nessa escola, aí já veio o outro problema: como continuar. Como continuar? Nessa época, minha professora de terceira série morava em Milagres. Ela vivia na Abaiara, trabalhava lá, mas morava em Milagres. Aí, a professora me convidou para estudar em Milagres e morar. Se eu gostaria de morar com elas, porque era daquelas famílias bem grandes também. Os pais deles moravam no sítio, mas já tinham elas, que eram professoras, e os mais novos, que estudavam. Então, nessa casa eram oito pessoas, todos irmãos. Uns estudantes e outros já trabalhando, mas moravam lá. Então ela convidou. Na época, eram pessoas conhecidas de pai, que ele confiava. Então concordou e eu já vim fazer a quarta série primária na escola Wilson Gonçalves, em Milagres, e morar com essas pessoas. Na escola pública, né? Era a única escola pública que tinha em Milagres, e por sinal, também, só tinha até a quarta série. Lá, eu fiz a quarta série. Na época, para ingressar no ginásio, só tinha o Patronato, escola particular. Patronato e Escola Normal Dona Zefinha Gomes, que já era escola de primeiro e segundo grau, mas era a única que tinha em Milagres na época que eu estudava. Uma escola de freiras.

Terminei a quarta série, aí a mesma situação: não tinha como continuar a escola pública. Só tinha até a quarta série. Aí, a diretora da escola do Estado tinha uma escolinha particular – na época tinha o admissão antes da quinta série, aí você fazia a quarta, e o admissão ainda era parte do primário – e essa escola particular era o Centro Educacional Virgílio Távora. Era da diretora da escola estadual onde eu estudava a quarta série. E essa diretora era tia dessas professoras com quem eu morava. E aí era particular e pai não tinha condições de pagar etc. Então, ela me deu uma bolsa para eu fazer o admissão nesse Educandário Virgílio Távora. E lá fiz o admissão, que já era um quinto ano, ainda no primário. No final do admissão, fazia uma espécie de, hoje, vamos dizer assim, um vestibular para ingressar no Patronato, na quinta série

ginasial. Então, fazia uma seleção. E aí mais uma vez outra dificuldade: o Patronato particular. E aí, como pagar? Mas, o Patronato, na época, como não tinha escola, e por ser uma escola religiosa, tinha aquela questão também de uma parcela de contribuição social, de filantropia. E aí pai conversou com elas e ficou acertado: ele pagava metade da mensalidade e tinha uma bolsa. O outro restante, a escola me dava uma bolsa e eu contribuía com serviços na escola, tipo em eventos. Mas o horário da aula era sagrado. Aí tinha eu e mais um grupo. Tinha muitas colegas que eram na mesma situação. Eventos. Então, aquela parte de limpar a sala de aula etc. Tinha umas responsabilidades. E assim eu estudei o ginásio. Comecei o ginásio em setenta e fiz até o ensino médio no Patronato, fiz o Pedagógico. Uma das minhas irmãs antes de mim ainda fez até a quarta série. Ainda conseguiu até a quarta série, já mais velha. Os outros antes de mim só até quarta série. Teve uns que já depois de adultos conseguiram. Todos os irmãos antes de mim foram alfabetizados, naquela época, mas não continuaram. Os irmãos sobreviventes depois de mim foram seis. Desses, três frequentaram a escola básica, mas não concluíram o ensino médio. Os outros três são graduados. Uma é licenciada em História e bacharel em Direito, outra é licenciada em História e especialista em Informática Educativa e o terceiro é formado em Matemática e Geografia, inclusive foi meu aluno no ensino médio.

Eu entrei no ensino médio em setenta e cinco e cursei os três anos no Patronato, particular. No mesmo esquema do fundamental, só que assim: já na oitava série, porque esse detalhe eu esqueci, a escola tinha muita carência de professor. Eu sempre fui aquela aluna que – a escola muito exigente – mas eu sempre consegui passar por média. Tinha um processo que quem passava por média, em novembro já estava de férias. E eu gostava muito de Matemática. Ainda na oitava série teve um problema com uma professora de Matemática, já no final do ano. Ela casou, fugiu, aí foi embora e não pôde mais voltar, aquela história das famílias, e a escola ficou sem professor de Matemática para concluir o ano no último bimestre e não encontrava na região. Aí o que é que aconteceu: alguém ainda entrou em contato com essa professora, senão as duas turmas iam perder o ano, porque não tinha mesmo quem assumisse a Matemática. Ela só tinha o Normal, mas muito boa em Matemática. Ela entrou em contato com a escola e disse que se a escola quisesse tinha eu, na oitava, e tinha uma outra menina, da sétima, na mesma situação... que a escola colocasse nós duas para trabalhar junto com a turma, que tinha condições de trabalhar com os colegas e eles concluírem o ano. A escola fez. E a partir daí, no oitavo ano e no ensino médio, ao invés de eu estar fazendo a parte... então eu passei a contribuir com a educação mesmo, já na escola, em sala de aula. Então, eu continuei na mesma situação, só que já contribuindo como educadora. Consegui concluir o ensino pedagógico. Terminei o

Pedagógico em setenta e sete, e em setenta e oito, em fevereiro de setenta e oito, comecei a dar aula na rede estadual já como professora do Estado, na escola Wilson Gonçalves. Nessa época era contrato, só que já era aquele contrato definitivo, a não ser que a pessoa saísse por processo administrativo.

Com o Pedagógico, fui para o Wilson Gonçalves, ensinando a quarta série. E a partir daí, passei dois anos numa quarta série – lembre aí que eu terminei a quarta série nessa escola, e quando eu voltei para a escola, ela ainda não tinha a quinta série, só tinha na escola particular. Dois anos depois que eu comecei nessa escola, então, foi implantado o ginásio lá também, de quinta a oitava. Aí já veio aquela mesma questão: falta de professor principalmente de Matemática e de Ciências. Aí, na época, o Estado me colocou já na quinta série para assumir Matemática e Ciências. Então, saí de quarta série, fui para a quinta série. E a partir daí, foi quinta, sexta, sétima, oitava, e eu assumindo Ciências e Matemática. Nesse período também fui contratada como professora no Patronato, onde havia cursado o Normal.

Nessa época, eu acho que na região inteira e lá em Milagres não existia nenhum professor formado em Matemática, tampouco com um curso superior, mesmo na área de Ciências, mesmo que não fosse em Matemática. Então, eu fiz o vestibular para Economia, no Crato – na época era da Uece, pública – e fiz para Ciências Físicas e Biológicas, na Faculdade de Filosofia, que era particular também. Fiz no mesmo ano os dois, porque um era na pública, e o outro, na particular. Passei nos dois. O vestibular foi em setenta e nove. Só que, no meu caso, o ideal seria cursar a formação de professor, né? Da Filosofia. Só que era particular, muito cara, não tinha condição de pagar, porque ainda tinha o transporte para ir para o Crato. Então eu fiz a opção por Economia, porque era pública e ainda tinha a oportunidade, que na época chamavam, de Crédito Educativo, que dava para pagar as despesas de transporte. Eu pretendia fazer o de professor, mas não tive a condição. Por quê? Porque eu já estava na sala de aula e era também uma área que, como não tinha Matemática, não tinha como eu fazer Matemática, mas tinha o de Ciências, que pelo menos dava uma habilitação. Na época, dava habilitação para ensinar Ciências e Matemática, porque o Estado não exigia, no caso. É tanto que eu estava só com o Pedagógico. Bastava dominar o conteúdo e gostar também. Era interessante, porque, pelo menos lá na nossa escola, no meu caso, não precisava fazer uma entrevista, porque era aquela história: os professores e os diretores de lá eram professores do Patronato, que me conheciam, já sabiam a história toda, né?

Então, fiz Economia. Eu fiz Economia porque não tinha essa questão de mudança de nível que o Estado hoje tem. Então, eu fiz o curso superior por necessidade, com o objetivo de

ter melhores condições. Mas era o objetivo mesmo de melhorar minhas condições de trabalho em sala de aula. Foi por conta própria mesmo, por interesse. Nem o Estado estava obrigando e nem também dava muita oportunidade.

Para cursar o nível superior, eu entrava na escola só com a minha turma e a pessoa que fazia a limpeza. Eu entrava doze horas, o expediente começava uma hora. Então, eu entrava com a turma doze horas para ter condição de sair também uma hora antes, para dar tempo pegar o transporte e ir para o Crato. Então, eu fiz Economia e foi muito bom.

Lá na Faculdade de Economia, na época que eu entrei, foi a primeira turma regulamentada, porque já tinha umas turmas, mas ainda estava naquela questão de aguardar o reconhecimento etc. Então, minha turma foi a primeira já regulamentada. E tinham bons professores. A maioria vinha de Fortaleza, muitos professores que vinham de Fortaleza. Inclusive, fui aluna de Gonzaga Mota, daqueles professores da Uece. Realmente, nessa questão aí, não sei por qual motivo, a Universidade tinha essa preocupação. Gonzaga Mota ainda deu aula para a gente, Eli Menezes foi diretor... Os professores, eu lembro, eram professores muito bons... Pedro Barros, Marcos Eliano... Mas eram professores realmente habilitados para as disciplinas que davam. Muitos professores de fora.

Quanto à estrutura, ela era precária. Funcionava – não sei se era um prédio público – ali vizinho ao Bradesco. Era um prédio que não tinha a estrutura de escola. Meu Deus! Eu não sei se ainda tem esse prédio, mas ele era ali bem em frente ao antigo prédio da Caixa Econômica, não sei se ainda é no mesmo lugar. Eu não me lembro bem se era um prédio público. Essa época era a época que estava no auge da Ditadura, certo? E aí os professores tinham muito receio. Eles, para às vezes terem uma conversa mais aberta com a gente, era preciso ter aquela questão de se certificar se não estavam sendo observados. Só que uma coisa que eu achava interessante, era que mesmo com toda essa pressão da Ditadura, os professores tinham – a maioria, com algumas exceções – uma abertura muito grande em relação a ouvir a gente, a ouvirem, naquela época, toda aquela questão. E a gente sem saber muito do que estava acontecendo, né? Mas eles davam abertura para questionar, tinha vez. Tinha aquela questão, inclusive bem objetiva: professor não pode dar aula de portas fechadas. Professor fechou a porta, então ele já era suspeito. Mas tinha professores que se arriscavam. Ainda tinha professores que se arriscavam mesmo. Muito difícil, uma época muito difícil, mas de luta. Que hoje, às vezes, eu converso muito com – eu estive muito tempo como gestora na escola – e eu conversava muito com os colegas professores, que às vezes a gente não dá valor ao que tem, né? Hoje mesmo você pode chegar e dizer o que pensa e tudo. Naquela época era muito difícil. Muito difícil! Às vezes você

tinha que estar, em alguns momentos, mentindo mesmo, porque era questão de sobrevivência, você fazia uma coisa e dizia que fazia outra. Tanto lá, como estudante, quanto na sala de aula, porque, ao mesmo tempo que eu era professor, eu era, lá, o estudante de Economia.

Hoje eu digo muito que o curso de Economia, para mim, como professor da educação básica, foi muito mais importante do que o curso de formação de professor da Urca, que depois eu fiz Ciências Físicas e Biológicas, Biologia. Mas realmente para aprendizagem, de suporte, para a época, o curso de Economia foi muito mais importante, porque ele deu uma visão mais ampla de tudo o que estava acontecendo e ali eu conseguia trabalhar também e melhorar as condições de aprendizagem da sala de aula, na visão daquela época.

Tinha muita gente fazendo o curso de Economia. Tinha gente de Milagres, eu e mais duas colegas, tinha de Salgueiro, Brejo Santo, certo? Tinha um grupo de Salgueiro que vinha em Rural para assistir aula. E nós tínhamos aula de segunda a sábado. Às vezes, no sábado, a gente ficava e dormia para voltar no domingo. E todos trabalhadores. Fazendo o curso e trabalhando. Eu não me lembro de ter nenhum colega que já não trabalhasse para se sustentar. Alguns eram professores. Poucos, alguns poucos. Meu caso é porque eu não fui para a Faculdade de Filosofia, porque eu não podia pagar. Terminei o curso de Economia em oitenta e quatro.

Em oitenta e quatro eu continuava trabalhando aqui no ginásio. À medida que a escola aumentava, eu fui acompanhando as turmas e passei a [lecionar] Ciências e Matemática de quinta à oitava série, no Wilson Gonçalves. O ensino médio foi na Escola Lindalva de Morais. Porque nessa época já tinha ensino médio na Escola Padre Joaquim Alves, mas era Pedagógico. Lá no Padre Joaquim Alves eu não dei aula nesse período. Por quê? O Pedagógico na época era mais pedagogo, certo? Eram só as disciplinas de ensino e aprendizagem, voltadas para a formação do professor. Os pedagogos davam conta. Agora, na Escola Lindalva de Morais tinha só o fundamental. Já tinha educação infantil e fundamental. Depois, implantou o médio. Ela era pública. Foi criada já para ensinar o fundamental completo, que era o primeiro grau, na época. A partir de oitenta e seis foi implantando o ensino médio, na época o chamado científico. E aí veio a questão, porque já tinha o Pedagógico na Escola Padre Joaquim Alves, mas não tinha científico, ou seja, só tinha uma opção: aquela pessoa que não queria o médio professor, tinha que sair. Só nos anos noventa o Curso Normal da Escola Padre Joaquim Alves passou a ter disciplina de Matemática, foi quando eu passei a dar aula lá.

Aí veio a necessidade do professor da área de Ciências. Lá em Milagres tínhamos, do Estado, apenas duas professoras. Uma delas ensinava Ciências, mas somente Ciências. Ela não

tinha afinidade, nem gostava e nem nunca quis... [ensinar Matemática]... E ela era formada já em Ciências Naturais pela Faculdade de Filosofia do Crato, História Natural. A outra era eu. No caso do Estado também, já estava de quinta a oitava série, com Matemática, só que ainda Matemática e Ciências. Mas não com a formação também, porque eu tinha cursado Economia, mas não tinha a formação específica de professor para essa área. E aí, o Estado propôs – eu tinha, na época, vinte horas, no Estado – aí o Estado propôs ampliar minha carga horária. Fez a proposta e ampliou minha carga horária para que eu assumisse a área de Ciências lá no Lindalva de Moraes, no científico. E aí... Matemática, Física (*risos*)... e Química. Biologia, não. Na época, a minha outra colega só assumia Biologia, no médio. Aí, nós duas assumimos a área de Ciências. Éramos as duas professoras do Estado. O restante, para implantar o ensino médio, foi tudo temporário. Profissionais de outras áreas. Nessa época, não tinha mais nenhum outro professor de Matemática na cidade. Tinha professor de Matemática, assim, na mesma situação. Alguns pedagogos, já assumindo quinta série, por aí, mas não se achavam com condição de ir para o ensino médio. E as condições do médio, além disso, era à noite, certo? Só abria turma à noite, porque a procura era à noite. Eram alunos trabalhadores, jovens e adultos, filhos de agricultores. Quer dizer, aquelas pessoas que realmente não tiveram condição de estudar no Patronato. Aí estava tendo a cobrança de ter essa oportunidade para os filhos e para eles próprios. Eu tive aluno com trinta, trinta e cinco anos, no ensino médio, nessa época.

Logo no início, não havia preocupação do Estado em melhorar esse quadro, porque foi em oitenta e seis, então ficamos oitenta e seis, oitenta e sete e oitenta e oito, uns três ou quatro anos naquela questão política muito... – que estava já começando os movimentos para a redemocratização, a questão da Constituinte – e aí eu acredito que os olhares do político estavam mais preocupados com isso aí, não é? Porque, na verdade, esse ensino médio, essa turma lá em Milagres, foi mais por pressão e interesse das pessoas de Milagres, os representantes de Milagres. Realmente os representantes políticos de lá fizeram muito, cobraram muito para conseguir, porque o Estado só dizia: “não tem condição”, justamente por isso. “Não tem condição, não tem condição...”, mas eles insistiram até que conseguiram. Nesse período, éramos nós professores correndo atrás e não tinha livro didático, biblioteca, fonte de pesquisa para o ensino médio... nada! Já tinha até alguma estrutura, mas para o fundamental. E na outra escola, para o Pedagógico, porque na época a literatura para o Pedagógico era mais acessível, mas para o científico, principalmente para Matemática, Química, Física, Biologia, área de Ciências, era nada.

Não tínhamos coordenador pedagógico nem diretor. Como à noite era o horário mais ruim, então deixavam nas nossas contas (*risos*). Mas na verdade, nós assumimos por questão também de compromisso com as pessoas, que eram meninos que tinham sido nossos alunos até a oitava série. Mas foi nessa condição mesmo precária inicial. E nós corríamos atrás, escrevíamos para editoras, conseguíamos brindes de livros de Biologia, de Química, de Física, e eles mandavam, porque a gente já era professor. Aquela história toda, e com desconto, e formava grupo de estudo, e juntava com os meninos, e fazia o que a gente chamava de vaquinha, e comprava... um grupo comprava um livro de Biologia, o outro grupo comprava o livro de Química, o outro de Matemática e tinha mais o da gente, que a editora mandava... Ninguém estava preocupado se vinha resolvido ou se não vinha, estava atrás era de ter o que resolver. Na verdade, eles nem tinham o interesse de estar atrás de resposta pronta, estavam querendo mesmo era condição de estudar. A gente tinha que estar todo o tempo estudando, estudando, estudando direto e com livro. Lá em casa era uma verdadeira biblioteca. E nessa época eu já estava casada. Ainda bem que meu esposo... Então, lá em casa era assim: era menino entrando e saindo toda hora (*risos*). Menino, que eu chamo, mas na verdade eram mais jovens, os adolescentes ainda não estavam ingressando. E aí, tanto eu como a outra colega era nessa situação. E entre os outros professores, de Filosofia, Português etc., tinham muitos pedagogos, porque essa parte aí de Língua Portuguesa, assumiam profissionais de outras áreas, na época.

O Estado fazia contrato temporário. Inclusive alguns que já eram professores – médicos, odontólogos, advogados, mas eram professores – tinham curso superior, só que não na área. Aí veio depois de oitenta e oito, da Constituição, já em oitenta e nove, noventa, é que o Estado começou a chamar e a dar oportunidade de alguns cursos de capacitação, de formação. Só que era muito para ir para Fortaleza ou Juazeiro, aí às vezes não tinha condição. Mas esse período mesmo era a escola, o professor e o que tivesse.

Na nossa escola, de uma certa forma, ficamos com autonomia total, porque não tinha acompanhamento. Tinha uma supervisora, mas as supervisoras só acompanhavam o fundamental e o Pedagógico. Então, por um lado, a Escola Lindalva de Moraes ficou com uma cultura que os professores têm uma certa autonomia. Ainda hoje é assim. O Estado diz: “é para fazer assim”, então todo mundo se levanta e: “não vamos fazer assim, não, tem que ser desse jeito”. Então, eu acho que até por isso, porque a gente tinha que se virar. Não tinha ninguém para chegar e dizer, só tinha o que o Estado mandava, que era aquela questão de dizer o que é para ensinar. Conteúdo, né? Somente. O restante ficou uma autonomia total. A escola, e o ensino médio principalmente, foram criados nesse costume.

E os alunos de lá, a mesma coisa. Hoje tem muitas crianças e adolescentes, mas os professores têm essa autonomia. Eu mesma fui coordenadora pedagógica, mas ainda com essa cultura, por um lado ruim, porque nós sofremos muito. Mas acredito que a parte, vamos dizer assim, da educação, da formação do cidadão, nós temos consciência que fizemos, mesmo com essas condições, porque temos muitos cidadãos dessa época que a gente vê que hoje... Mas a parte de conteúdo, com certeza ficou muito a desejar. Mas quem na época também fez vestibular, que eram poucos que procuravam a universidade, conseguiram passar na Urca. Então, fazendo uma avaliação, a gente acredita que para a época a gente conseguiu, mas foi nessas condições. Condições dadas pelo poder público, pela própria escola, porque não tinha nem de acompanhamento nem de material didático. Foram muito difíceis os primeiros anos, até os anos noventa e um, noventa e dois. Aí, depois, é que começou a ter acompanhamento, a ter mais oportunidade. Tempo que veio a transformação da Urca, também já com outros cursos. Nessa época, no meu caso, eu também já tinha Economia, mas eu já estava também cursando e concluindo o curso de Ciências Físicas e Biológicas na Urca.

Quando terminei Economia na pública, na primeira turma que passou a ser Urca, universidade pública, eu fiz o vestibular novamente, porque aí eu passei a cursar o curso de Ciências Físicas e Biológicas, em oitenta e seis. Pronto, eu fui da primeira turma também (*risos*). Mas porque era pública, então eu fiquei aguardando. O meu vestibular da época não valia mais, aí eu fiz vestibular novamente. Então entrei. Aí, justamente por quê? Com a necessidade já de realmente ter uma habilitação, pelo menos. Não era Matemática, porque não tinha ainda, mas era pelo menos na área de Ciências. Na época eram dois cursos num só. Tinha Ciências Físicas e Biológicas para quinta a oitava série, e aí, depois, você podia concluir, colar grau. Era denominada licenciatura curta. E se quisesse, continuava na plena, que aí foi o meu caso, eu fiz a curta e em seguida fiz a plena para Biologia. Não tinha Matemática ainda.

Eu não fiz Matemática porque não tinha licenciatura plena e nem podia sair. Primeiro, por condições financeiras; segundo, porque já trabalhava e o Estado não permitia que se afastasse para fazer curso, mesmo que fosse para beneficiar o próprio Estado. Quando o curso de Matemática plenificou, nos anos noventa, eu não fui mais cursar, porque na época eu já estava pretendendo também entrar na formação para gestores. Eu fiquei ainda em sala de aula até noventa e seis, mas eu já estava me preparando para gestão, e aí eu já estava fazendo curso mais na área de gestão. Em seguida eu fui secretária de educação do município de Milagres, no período de 1993 a 1995. Como o Estado não liberava, eu exercia o cargo no Município e dava aulas no Estado concomitantemente. Estive na sala de aula até o final de noventa e seis, e em

noventa e sete, eu fui para a Crede, quando foi criada a Crede aqui em Brejo Santo. Lá, eu era coordenadora da área de gestão escolar. Passei oito anos como coordenadora da área de gestão escolar nos dez municípios dessa microrregião. Aí, depois, fiz a seleção para coordenador pedagógico e voltei para Milagres como coordenadora pedagógica, para a mesma escola, Lindalva de Moraes. E fiquei até 2013 como coordenadora pedagógica, quando me afastei, me aposentei do Estado.

Bom, hoje, comparando com a época que eu estava necessitando dessa formação, realmente mudou muito. Agora, também, são trinta anos, né? Mudou muito para melhor, no sentido de abrir vagas, de abrir espaço, de abrir cursos, de trazer a questão da Urca, da Universidade Regional, da implantação dos cursos de formação de professor. Já foi um avanço muito grande, comparando com a minha época, que não fiz porque não tinha condição nem tinha oportunidade nenhuma na região. Além das outras universidades federais e estadual, que vem como extensão, mas vem com essa preocupação. A Educação a Distância também, que tem cursos muito bons, atualmente. Então, com essa oportunidade, eu vejo que mudou muito, melhorou muito.

Agora, falando-se assim especificamente em Matemática, eu ainda vejo que a formação para hoje é muito focada na questão teórica, numa formação sem uma relação com a escola, muito distante da escola. Esses últimos anos que eu estive como coordenadora pedagógica e trabalhando com os colegas professores, a gente vê muito isso, uma distância. O profissional com muita teoria, e quando vai para a sala de aula, ele tem muita dificuldade. É difícil para o profissional e difícil também principalmente para o aluno, porque aí termina não conseguindo aprender como devia. Não venho muito acompanhando a questão da universidade, mas eu observo muito isso na prática. E o próprio profissional dava seu depoimento. Às vezes eu colocava para ele, não sei se diferença ou o que, mas, por exemplo, hoje, comparando com a época que eu estive, as oportunidades que existem na região... Realmente, hoje, o Cariri tem muito mais opções, mas quando o profissional chega lá na sala de aula, aí eu vejo uma dificuldade muito grande, às vezes até maior do que aquela dificuldade que eu tive na época, de fazer, sei lá, essa relação: a necessidade do aluno e ao mesmo tempo conseguir com que eles aprendessem alguma coisa. Quer dizer, a gente tinha muita dificuldade. Agora, a dificuldade da gente, na época, era de conteúdo mesmo, não era de relação pedagógica. A relação pedagógica a gente conseguia, a gente dominava, até pela formação, né? E hoje, enquanto coordenadora pedagógica que estava na escola, a dificuldade maior não é o conteúdo, porque você hoje tem

a teoria lá, você tem o conteúdo, domina o conteúdo e tudo. Nós tínhamos dificuldade de dominar o conteúdo. Nós professores.

Por outro lado, eu acredito que essa tendência “especializou-se muito” é necessária e é importante. Hoje, professor de Matemática não tem como ter dificuldade no conteúdo, mas se distanciou muito do pedagógico; e o pedagógico, a gente sabe, é quem promove essa relação de compreensão, de aproximação. Então fica sempre uma distância bem grande do professor de Matemática e do aluno. Aí a dificuldade da aprendizagem. O que houve foi muito bom, a ampliação das oportunidades, ou seja, a criação de vagas, a criação de cursos etc., mas ainda existe essa distância muito grande da prática, da escola. O Estado teve essa preocupação, mas ainda não está tendo essa preocupação a universidade. E aí eu espero (*risos*) que vocês como formadores dos professores possam pensar, ver e refletir isso aí junto com a universidade. Eu vejo também que às vezes o professor quer fazer assim, mas as instituições, os gestores ainda estão muito fechados. É muito difícil. E eu vejo que às vezes os profissionais que são mais fechados ainda são os gestores das universidades. É isso.

Figura 10: O milagre



Fonte: Dados da pesquisa.

Maria de Lourdes Moraes da Cunha.

Professora

Nascida em 30 de novembro de 1955, no município de Abaiara (CE).

MONÓLOGO SOBRE TER AMIGOS

Eu nasci em cinquenta e oito aqui em Várzea Alegre e comecei a estudar na Escola Figueiredo Correia, que é também aqui. E na Escola Figueiredo Correia eu fiz o primeiro grau menor, como a gente chamava, né? Do pré, da intermediária, aqueles cursos da época, até quando completei a quarta série primária. Naquela época a gente chamava quarta série, hoje é o que é o quinto ano. Era 1973. Daí eu fui para o Colégio São Raimundo, que é aqui também em Várzea Alegre, Centro Educacional São Raimundo Nonato. E lá eu fiz o ensino fundamental maior, naquela época, de quinta a oitava série. Pois é. Então, a parte do ensino fundamental foi aí nessas duas escolas. Depois, ainda fiz o primeiro ano aqui, no mesmo Colégio São Raimundo, o primeiro ano do ensino médio.

A escola era muito boa, a parte de infraestrutura e os professores também. A maioria não tinha uma formação completa, mas eram pessoas dedicadas, que trabalhavam bem, ensinavam bem. Enfim, muito bom. O meu professor de Matemática, quando eu fazia o período do fundamental, de quinta a oitava série, ele só tinha o ensino médio. Ele tinha só o curso a nível de ensino médio, feito na Escola Agrícola de Lavras da Mangabeira, naquela época que ele fez. Depois, foi que ele foi fazer faculdade aqui no Crato, na Urca. Também naquele período, na Urca, ainda não tinha curso de Matemática, ele fez foi Pedagogia. Na época ele fez Pedagogia. Mas sempre trabalhou dando aula de Matemática sem ter formação. Mas tinha prática para aquilo. Pois é, ensinava Matemática.

Tanto é que na época que eu estava fazendo o primeiro ano, eu estudava à noite, na escola, e ele ia muito. Parece que eram umas três pessoas daqui que iam para a faculdade do Crato, para Urca ali do Pimenta. Quando eu estava no primeiro ano do ensino médio, eles iniciaram lá o curso na faculdade. Isso era em 1978. Naquele momento eles não tinham como alugar um ônibus, eram só três pessoas. Então, às vezes iam e não dava certo voltar. Aí ficavam para vir só no dia seguinte. Como ele era encarregado, na escola, pelo primeiro grau todinho, de manhã e à tarde, ele era quem dava as aulas de Matemática de quinta a oitava de manhã e de quinta a oitava à tarde. Então, quando ele precisava ir assim – e eu à noite no primeiro ano – quando ele ia para lá, que não dava certo voltar, ou ia para Fortaleza, ou alguma coisa, eu ficava dando as aulas dele durante o dia. Assim, fazia uma revisão daquilo que ele já tinha trabalhado e tal. Era nesse jogo aí. Isso eu fazendo o primeiro ano, né? Quando eu terminei o primeiro ano, fui morar em Fortaleza. Lá eu fiz o segundo ano, no Colégio Objetivo, e fiz o terceiro ano, no Squadrus Vestibulares.

Quando eu fiz o primeiro ano, aqui em Várzea Alegre já tinha ensino médio. Tinha os três anos, só que na época, o primeiro ano a gente chamava o básico. Era uma espécie de uma geral, né? Era o básico, primeiro ano, todo mundo: “opa, eu faço o básico... básico”. Agora, o segundo e o terceiro, tinha também, mas não era nessa área que a gente chamava de curso científico, era um curso Técnico em Contabilidade. Foi daí que eu não estava muito interessado em fazer curso técnico, aí resolvi ir para Fortaleza. Tinha também o curso pedagógico na mesma escola, aquele antigo, que chamava escola normal, aquela preparação para professor iniciar, né? Era no colégio São Raimundo. Aí é isso, a parte aí do meu ensino médio foi assim. Lá em Fortaleza eu fui para o Colégio Objetivo, no segundo ano. Na verdade, o nome do colégio lá era Centro Educacional Padre Jordan, aí era popularmente conhecido como Colégio Objetivo. Fiz o segundo lá, nesse colégio aí, e no terceiro eu fui para outro colégio. Era uma mistura de colégio que era assim: era grande a sala, com muita gente, terceiro ano e cursinho tudo junto. Tinha eu, por exemplo, fazendo terceiro ano, para no final do ano tirar o certificado da conclusão, e tinha muita gente que já tinha terminado o terceiro ano e estava assistindo aula para fazer vestibular em janeiro. Pois era assim, era misturado. Chamava Squadrus Vestibulares, o nome desse curso lá.

Eu fui através de um amigo meu que fazia o curso de Agronomia lá na UFC. Aí ele foi e arranjou uma vaga para eu morar na Casa do Estudante, ali na Aldeota. Eu fui lá e ele arranjou também um emprego para mim. Eu trabalhava durante o dia, num escritório de representação comercial e, à noite, eu ia para o colégio. Mas lá na Casa do Estudante é um prédio grande, mas morava gente demais, demais. Eu fiquei num apartamentozinho desse tamanhinho, parece que a gente morava seis pessoas. Tinha eu daqui, tinha uns meninos lá de Lavras da Mangabeira, e era aquele sufoco, sem caber o pessoal. E também eu ia trabalhar e eles ficavam em casa. Alguma roupa que eu tinha, eles, às vezes, iam embora e levavam. Então, esse mesmo amigo que eu fui através dele, morava na Residência Universitária, certo? E morava muita gente daqui de Várzea Alegre, amigo nosso, conhecido nosso. Aí ele foi e me chamou para ficar lá na Residência. Irregular, claro, que eu não era universitário, mas aí tinha outros também do mesmo jeito. Aí, pronto, na Casa do Estudante Cearense, eu só passei acho que uns dois meses. Fui para a Residência Universitária e o resto da temporada todinha que eu passei lá foi morando na Residência Universitária. Viu? Aí, pronto, foi a minha conclusão do ensino médio.

Eu trabalhava de dia e estudava à noite, não tive tempo de fazer uma preparação boa para o vestibular, naquela época. Então, eu vim, voltei para cá, para Várzea Alegre. Quando cheguei aqui, o mesmo professor meu que contei, do ensino fundamental, tal e tal, ele foi e

disse: “rapaz, eu tenho umas aulas aqui, não quer trabalhar aqui?”. Aí, pronto, eu voltei para a escola e fui trabalhar.

Essa questão de trabalhar como professor foi o seguinte: quando eu fui fazer quinta série lá no colégio, na época, as provas eram mensais. Todo final de mês tinha aquela prova. No primeiro semestre, eu comecei a estudar, me dedicando mais, tirando umas notas boas, principalmente em Matemática. Quando foi a partir do segundo semestre, os outros colegas começaram: “rapaz, quando o professor marcar a prova, vamos estudar hoje de tarde na casa de fulano”. A gente reunia aquele grupinho de quatro, cinco num canto, quatro, cinco noutro, aí eu fui pegando esse ritmo, entendeu? Quando foi no ano seguinte, que eu fui para a sexta série, aí eu estudava assim em grupo com meus colegas, na véspera de fazer a prova de Matemática. E aí formava outras turmazinhas do pessoal da série anterior, e assim eu fui nessa sequência até quando eu fazia o primeiro ano aqui. Pois é.

Então eu fui trabalhar no colégio, com o professor Almino Gabriel Viana, que era o nosso professor, foi quem me convidou. Na época ele já era o diretor da escola. Aí eu já estava por aqui mesmo, então fui. Foi no meio do ano. Eu fiz vestibular na Urca e fui. Pois pronto, eu comecei profissionalmente em 1981, e na época eu só tinha concluído o ensino médio, aquele curso a nível de científico, que era mais a ideia de preparar para o vestibular, para o ingresso na universidade. Eu sempre tive mesmo mais tendência para Matemática, eu gosto de estudar Matemática e tal. Mas eu fui fazer aí na Urca e não tinha ainda o curso de Matemática, lá, naquele ano.

As aulas não eram de contrato pelo Estado nem também eram substituições, eu era o titular mesmo. Mas o colégio ali é um colégio da CNEC. Aí, eles cobravam do aluno, era assim. Lá não era particular, era filantrópico. Arrecadava ali o que dava para se manter, não visava tanto lucro, não. Aí eles pagavam aos professores, né? Pois era assim.

Aí, sim, naquela época, lá, não era nem Urca, era FFC, Faculdade de Filosofia do Crato, quando eu comecei. O curso que eu fiz foram oito períodos. Era Licenciatura em Ciências com Habilitação em Biologia. Fiz o vestibular em julho de 1981 e entrei a partir de agosto, no segundo período, viu? Fiquei oito períodos, até o primeiro semestre de 1985. Então, como não tinha Matemática, na época, parece que só tinha cinco cursos: tinha de Pedagogia, tinha o curso de História, de Geografia, de Letras e o de Licenciatura em Ciências, e eu acho que tinha o curso de Direito, naquele outro prédio, ali para o lado da Rodoviária do Crato. Eu não sei se já tinha o curso de Economia também. Pois pronto, só eram esses. Aí, eu pensei o seguinte: bom, eu que gosto de estudar Matemática, não dava certo em nenhum desses. Eu vou mesmo para o

Curso de Licenciatura em Ciências, porque tinha umas cadeiras de Matemática, né? Tinha as de Física, que eu gostava também, de Química... foi por isso que eu entrei nessa jogada aí. Mas deu certo, foi tudo ok. Durante o curso, foram quatro cadeiras de Matemática. E pagamos uma com o professor Eli Meneses e as outras três com Zé Pedro. Pois é. Fiz a cadeira de Matemática I com Eli Meneses e a Matemática II, III e IV com o professor Zé Pedro.

E aí foi isso, acompanhando o curso normalmente e tal, no período certo. Quando foi no último período, que era o primeiro semestre de 1985, que para mim era o último período, o Estado foi, não sei como é que eu posso dizer, encampou, sei lá. O que era FFC, Faculdade de Filosofia do Crato, passou para o Estado e transformaram em Urca, né? Então, meu diploma da conclusão desse curso eu já tirei como Urca. Mas eu, na verdade, só cursei um semestre sendo a Urca. Os outros sete períodos eram ainda da FFC. Pois é. E assim concluí o curso e continuei sempre trabalhando aqui como professor de Matemática. Eu fiz a especialização na área de Biologia, mas eu nunca dei uma aula de Biologia (*risos*). Pois é. Sempre trabalhei mais com Matemática, em alguns momentos com Física, até com Química eu já trabalhei um pouco também, mas Biologia mesmo, para eu ensinar, nunca deu muito certo, não, viu? (*risos*).

Quando eu terminei a faculdade, continuei no colégio da CNEC e também num colégio do Município, escola da Prefeitura, que tinha ensino médio também, aqui. Já tinha ensino médio numa escola do Município a partir de 1985. Eu ajudei a fundar o primeiro ano da escola. Na época era Escola Presidente Castello Branco, que hoje já mudou de nome, hoje é escola Dr. Pedro Sátiro. Então, lá foi implantado o ensino médio a partir de 1985. Em oitenta e cinco funcionou o primeiro ano, no ano seguinte funcionou o primeiro e o segundo e, no ano seguinte, fechou o ciclo, né? Hoje ela continua municipal, mas não tem mais o ensino médio. O Estado foi quem encampou o ensino médio e as escolas do Município trabalham só com o ensino fundamental. Pois é, hoje ela não tem mais, não.

Eu trabalhei lá nessa escola doze anos, de 1981 até 1992, incluindo oitenta e um, noventa e dois, por isso dá doze. E também no Colégio São Raimundo, aquele que eu falei antes. No mesmo período dando aula nas duas escolas. Daí eu fui e passei um ano em São Paulo, 1993, trabalhando lá naquelas escolas do Estado. Aí voltei. Voltei a convite de doutor Carlile Lavor, prefeito de Jucás, na época. É um nome bem conhecido, ele foi secretário de saúde no governo de Tasso Jereissati e foi secretário de saúde agora já nesse governo aí de Camilo Santana. No início, o secretário era ele, mas parece que não deu certo para ele. Acho que não. Aí ele foi e pediu para sair logo, passou pouco tempo.

Sim, na época ele foi eleito prefeito lá em Jucás, em 1992, e assumiu no início de noventa e três. Então, ele estava precisando de pessoas para trabalhar na educação. O que é que ele fez? Foi lá na Urca do Crato, procurou lá os coordenadores para indicar pessoas que ele pudesse contratar para trabalhar lá em Jucás. Aí, quem é muito conhecida minha e amiga de todo tempo é Otonite. Ela, lá, na época, era professora do curso de História e era acho que coordenadora do curso, naquele momento. Como ela me conhecia de toda vida aqui, aí foi e indicou meu nome e, no caso, o da minha esposa, que tinha sido aluna dela no curso de História, ela conhecia muito também, e de uma prima dela, que também morava aqui. Então, doutor Carlile veio aqui, encontrou minha esposa e a outra menina e conversaram. Aí a proposta que ele ofereceu era uma proposta boa, a gente se interessou. Minha esposa ligou, eu estava lá em São Paulo. Eu vim e fomos pra Jucás. Ainda trabalhamos lá oito anos e meio no ensino médio da Escola Luiza Távora, o nome da escola lá. Pronto, trabalhamos oito anos e meio nesse movimento com doutor Carlile. Essa Escola Luiza Távora era uma escola estadual.

Quando foi em 1995, a Secretaria de Educação do Estado, o governador, na época, era Tasso Jereissati, eles fizeram um concurso para Fortaleza, para professor, só em Fortaleza. Então eu me inscrevi e consegui. Eram dez vagas, eu consegui uma dessas dez. Como doutor Carlile, prefeito lá de Jucás, na época, tinha interesse que eu ficasse trabalhando lá, que eu tinha ido para lá através dele, e era amigo lá do povo, ele foi e pediu à doutora Josélia de Medeiros – era a chefe lá do... sei lá, do setor de pessoal da educação e planejamento, numa secretaria daquelas – ela foi e me transferiu. Eu assumi já aqui em Jucás e fiquei trabalhando. Era em noventa e cinco isso, no final do ano. E ainda eu fiquei até 2001 em Jucás. Aí me transferiram de volta aqui para Várzea Alegre (*risos*). Porque eu tinha feito o concurso para trabalhar em Fortaleza, mas aí deu certo, Doutor Carlile falou com eles, eles me transferiram e eu já assumi na cidade de Jucás. Aí, fiquei lá, depois que eu passei no concurso. Era dia três de novembro de noventa e cinco, que foi registrado, né? Então, eu praticamente iniciei em noventa e seis, pelo Estado. Aí fiquei lá ainda até 2001. Depois, pedi transferência aqui para Várzea Alegre e fui para a escola que chama Escola Maria Afonsina, ali na saída do Juazeiro. Fiquei na Escola Maria Afonsina. Isso tudo no ensino médio. Lá tinha fundamental e tinha médio, mas eu sempre trabalhei foi no ensino médio. Sempre, não. Não vou dizer sempre, porque no início eu trabalhei muito no fundamental também, mas era só no ensino médio. Eu fiquei lá de 2002 até 2014, no mês de fevereiro. Aí consegui me aposentar e saí. Tem três anos já que eu saí (*risos*).

O nível dos alunos do ensino médio naquela época não era muito ruim, não. Era o pessoal da elite daqui da cidade. Eram pessoas das famílias de melhor condição financeira. Até

porque a escola era particular, tinha mensalidade e tal. A maioria era gente que tinha condição financeira melhor. A classe baixa tinha também, porque a escola oferecia umas ajudas, dava uma bolsa, aí o cara pagava a metade, tal, né? Dava condição. Até porque, naquele período lá, só tinha o ensino médio no Colégio São Raimundo. Na outra escola, do Município, começou em 1985. Aí abriu mais espaço para todos. Mas naquela época anterior, só era nesse colégio da CNEC, né? Pois então. Aí ficava mais difícil. Foi até meu caso. Quando eu fui fazer quinta série, as escolas do Estado, aqui, só tinham até a quarta série. A partir da quinta, só tinha lá no Colégio São Raimundo. Aí, era assim: o cabra fazia era um exame de seleção. Se não passasse no exame de seleção, eles não queriam o cabra lá, não: “volte para a escola do Estado, vá fazer a quarta série de novo”, era assim. Pois era (*risos*).

Naquele momento aqui, você vê que a Urca não tinha ainda o curso de Matemática. Não tinha muita opção, a não ser que a pessoa fosse pelo menos para Fortaleza, estudar lá e fazer. Aqui não, porque o que tem de mais adiantado aqui é a região do Cariri ali, incluindo Crato, Juazeiro e Barbalha, talvez. E na época não tinha. Não tinha, não. Então, curso de graduação eu não fiz outro, mas de especialização eu fiz. Eu fiz uma especialização em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio, pela Uece, e fiz uma em Matemática, pela Urca. Essa em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio foi em 1998 para 1999, por aí, até 2000. Acho que a gente passou quase dois anos nessa especialização. Isso feito pela Uece. E essa especialização que eu fiz em Matemática, ali na Urca, já foi de 2004 para 2006. Foi naquele período que eu conheci o professor Régis, o PC e outros mais velhos. É que era muita gente e eu nem me lembro mais os nomes todos.

Agora, curso de capacitação eu já fiz muitos também. Até como funcionário do Estado, de vez em quando eles convidavam para a gente ir um curso em Fortaleza. Curso pequeno, curso mais ou menos de cento e vinte horas. Eu fiz pelo CVT, Centro Vocacional Tecnológico do Estado, curso bom, de cento e vinte horas. Enfim, participei muito de muitas capacitações aqui para a gente que era da Crede do Icó. Teve período aí que a gente ia toda semana, todo dia, para ir lá participar. Eu participei, como eu disse, muitas vezes e tudo, mas era assim, umas formações rápidas, simples. Convocavam a gente para ir para Fortaleza, a gente ia, ficava uma semana ali num canto ou noutro e só.

Pois é. E eu já embalado nessa história, na educação, dando aula o dia todo, às vezes no período noturno também, tudo, aí eu não voltei mais para fazer Matemática Pura, não. Deu certo fazer a especialização em Matemática. Uma coisa ali ajudou a outra, mas, assim, a graduação mesmo eu não fiz. Em Matemática, não.

O pessoal que ensinava Matemática aqui, na década de 1980, que foi quando eu comecei, e os que me antecederam, os mais antigos, como foi inclusive o professor Almino Gabriel Viana – que foi meu professor muito tempo – nenhum tinha formação específica, não. O professor Almino, ele ensinou muito tempo tendo só ensino médio. E quando ele fez a graduação, ele fez foi Pedagogia. Outro professor que nós tivemos na mesma escola, que foi meu professor, inclusive foi meu professor de Matemática quando eu fiz o primeiro ano, aí já era outro, era Jacson Ribeiro Teixeira, já faleceu. Muito bom professor também, mas ele também só tinha feito o ensino médio, só a conclusão do ensino médio, e dava aula no ensino médio, por sinal, muito bom, ele era muito capacitado. Mas é só. E o pessoal da época todinha, que trabalhava por aqui com Matemática, não tinha formação, não. Em Matemática, não. A demanda era até boa. Tanto é que eu lembro, lá no Colégio São Raimundo, o diretor, Almino Gabriel Viana, tinha muitas vezes que chamar o pessoal – na época aqui era o BEC, Banco do Estado do Ceará, que depois foi vendido e passou para o Bradesco – então, o que é que ele fazia: ele recorria àqueles funcionários do BEC, gente de fora, que vinha trabalhar aqui, e ele recorria a essas pessoas, funcionários do Banco do Brasil, para darem aula à noite, lá no ensino médio, de Matemática, dessas cadeiras assim, porque não tinha outras pessoas daqui. Então, muita gente que era bancário deu aula ali para ajudar. Enfim, funcionava assim. Agora, atualmente, não. Aqui, hoje, nós temos muita gente com formação em Matemática, muita gente da Urca mesmo. Eu acho que na década de 1980 não teve nada muito significativo, muito diferente. O melhor lugar de formação de professores daqui foi a partir da implantação, na Urca, da licenciatura plena em Matemática. Aí sim, muita gente daqui foi cursar Matemática. Muita gente daí para cá. Mas acho que até 1993 foi mais ou menos nessa mesma história que eu já citei aqui. A gente dava aula aqui era na vontade, enfim, desse jeito, sem a formação específica.

Hoje estão indo eu acho que uns três ônibus daqui, à noite. Crato e Juazeiro, distribuído na Urca, na Leão Sampaio... muita gente. E hoje, a turma que está trabalhando aí com Matemática, aqui nas escolas daqui de Várzea Alegre, acho que quase todos têm formação superior em Matemática. O professor de Física lá da escola que eu trabalhava, ele também tem formação em Física, ele é formado na Uece. E os de Biologia, principalmente, que eram da minha época, a licenciatura era mesmo em Biologia. Pois então. É assim.

Figura 11: Portas



Fonte: Dados da pesquisa.

José Edmilson Soares.

Professor.

Nascido em 17 de novembro de 1958, no município de Várzea Alegre (CE).

MONÓLOGO SOBRE NUNCA DEIXAR A EDUCAÇÃO

A minha infância foi uma infância feliz, porque a situação dos meus pais era boa. Eu gostava muito de água. Meu pai era construtor técnico de barragens. E lá em casa, como era uma casa grande, de esquina, ele conseguiu uma fonte de água de um rio que passava perto e conseguiu fazer uma barragem. Eu gostava de passar na barragem entre a água e a parede. Aquilo era uma felicidade para a gente. Foi uma infância muito bem vivida, muito bem cuidada, bem alimentada. A casa era uma casa grande e ficava numa esquina que ao lado tinha um corredor que dava passagem para muitos trabalhadores e para quem morava do outro lado da cidade. Papai construiu a barragem e sempre tinha água, não era só quando chovia, não. Ele era só técnico. Aprendeu a fazer barragens com o pai.

Eu fui alfabetizada lá numa escola primária de Umari. Mamãe colocava a gente na escola muito cedo. Com seis anos ela colocava a gente na escola. Eu fui alfabetizada nessa escolinha pública, mas quem terminou de me alfabetizar foi minha irmã. Na minha casa tinha uma salinha com umas mesinhas e uma lousa. Não era só para nós, era também para as pessoas mais amigas. Dos cinco filhos mais novos, as únicas que estudaram nessa escolinha da minha irmã foram Maria Ribamar e eu, porque os outros três eram pequeninhos. É tanto que quando viemos morar aqui em Barbalha, em 1949, mais ou menos, o mais novo ainda era bebê de braço. Então, eu comecei a ser alfabetizada na escola, e quando eu chegava em casa ela reforçava.

Quando eu cheguei aqui em Barbalha, eu tinha o terceiro ano primário. Eu não lembro a idade exata, porque fica difícil. Papai fazia açudes e barragens fora até do estado e mamãe se preocupava com a educação da gente. Os outros meus irmãos estudaram em Bananeiras. Todos estudavam fora, menos o mais velho, que acompanhava meu pai. Quando os mais velhos saíram para estudar em Bananeiras e Campina Grande, lá em Umari, nessa época, era muito limitado, não tinha além dessa escolinha. Aí, mamãe se preocupou. Papai começou a fazer um açude aqui em Barbalha, aí disse para mamãe que aqui dava para a gente estudar. Foi nesse ínterim, quando ele veio fazer um açude aqui. Aí a gente veio para cá. Pronto, daqui a gente não saiu mais. Minha irmã estudava em Crato e fez até o oitavo ano fundamental, e aqui, fez o Normal. A gente veio morar aqui perto do Grupo Martiniano. A diretora disse: “eu vou avaliar”. Aí me botou no quadro e fez um ditado e eu me lembro que eu escrevi. Depois do ditado, ela me fez uma avaliação completa de conhecimentos gerais e Matemática. Aí ela disse: “não, ela pode. Ela dá para acompanhar o quinto ano. Pelo que ela sabe ela tem capacidade para isso”. O que eu sabia da bagagem anterior, foi o que eu trouxe da minha cidade.

Quando terminou o quinto ano, eu continuei o ginásio no Nossa Senhora de Fátima. Mas antes de fazer o ginásio, para você fazer o ginásio, a gente fazia uma sabatina. Era uma espécie de vestibularzinho. Eu passei, aí já entrei no ginásio lá. Só que o registro era do Colégio Santo Antônio, porque as irmãs não tinham ainda o registro do curso ginásial, era só primário. É tanto que no certificado do ginásio tem o nome do Colégio Santo Antônio. Quando eu terminei de fazer o ginásio, lá, eu não podia sair porque, vamos dizer, científico só tinha no Juazeiro e Crato. O Diocesano tinha o científico e tinha o Normal também. Era dispendioso e eu não podia. Aí eu tive que fazer o magistério. Não podia fazer o científico por causa de condições financeiras. Aí eu optei pelo magistério, porque depois, com o diploma do magistério, eu poderia ensinar. E com o científico, não. Quando eu vim para o Martiniano, no quinto ano, eu já adquiri alunos particulares do primário, já ensinava, porque tinha eu que ajudar em casa. Papai passava muito tempo fora quando não trabalhava aqui por perto. Minha mãe era do lar, mas costureira. Minha mãe costurava muito bem. Assim a gente ia sobrevivendo.

Já tinha científico lá em Juazeiro nessa época, eu era que não podia. Mas depois, foi opção minha, porque se eu fizesse científico, eu não poderia ensinar. Aqui em Barbalha, nessa época, não tinha. Quando os padres chegaram, eles fundaram logo o ginásio, primário e ginásio. Porque as irmãs, quando chegaram aqui, foi um pouco mais difícil, porque eles tinham os padres, que ensinavam. Oitenta por cento dos professores eram os padres, então eles já vinham formados. Não tinha ginásio ainda, era só primário, no Nossa Senhora de Fátima. Aí, quando o Colégio Santo Antônio chegou e foi registrado, lá funcionou o ginásio. Porque era assim: só mulheres e só homens. Depois de muito tempo foi que ficou misto. No início, não tinha científico no Santo Antônio, mas pouco depois, começou. Não foi muito distante, não. Não sei dizer em que ano, porque eu acho que eu não atuei nessa época.

Quando eu consegui algum pecúlio, eu pude fazer a faculdade, que era particular. Trabalhei lá no Nossa Senhora de Fátima. Eram poucas aulas. No Normal, eu ensinava Estatística Educacional. Quando eu consegui entrar na faculdade de Pedagogia, elas me colocaram como professora de Sociologia e Filosofia da Educação, porque tinha em Pedagogia. Matemática ainda não, só aulas particulares. Quando estudei no Grupo, em casa eu já dava aula particular à primeira, à segunda e à terceira série. Quando eu fui fazer o Normal, lá... vamos fazer um espaço aí. Para fazer o Normal, tinha que fazer o Ginásio. Foi quando o colégio conseguiu o registro do Colégio Santo Antônio, porque lá mesmo não tinha. Aí, quando entrou o ginásio lá, a diretora, que era Ilduara, ela viu que eu tinha jeito para Matemática, mas eu só

fui ensinar Matemática quando eu já estava quase terminando Pedagogia. Eu terminei o ginásio, lá, fiz o Normal, depois, eu fiz Pedagogia.

Quando chegou nessa época, a irmã viu que eu tinha jeito para Matemática e que eu dominava a Matemática do ginásio, aí ela me deu horas-aula de Matemática na primeira e segunda série ginásial. Aí foi crescendo, porque o colégio foi ampliando e a professora era uma só, aí tinha que ter outras professoras de Matemática. Aí eu fui crescendo. Nessa época, eu estudava muito, mas só com os livros, não tinha cursos de aperfeiçoamento, mas o que me formava mais era Pedagogia. Quando eu terminei Pedagogia, ainda fiquei uns anos lá. Então, a irmã Ilduara morreu e entrou outra diretora. A outra diretora continuou me deixando lá como professora de Matemática da primeira série ao nono ano. A professora de Matemática era minha amiga. Eu pegava o livro e resolvia todas as tarefas. Quando eu tinha dificuldade era que eu pedia auxílio a ela. Eu estudava mais por mim. Eu tinha mais de cinco ou seis coleções de Matemática. Porque eu dizia que o melhor professor é o livro mesmo. Aí eu atuei muito tempo lá.

Aí, quando entrou outra diretora – por sinal ela era até alemã – ela achou que o quadro dos professores estava bom de ser mudado. E eu fui uma das vítimas. Agora, com sinceridade, eu gostaria muito que alguém dissesse, não eu: os alunos eram loucos por mim. Mas não sei por quê, ela mudou todo o quadro de professores antigos que ela achava que estava com bastante tempo. Eu vim para casa nesse dia, quando eu cheguei entre o colégio e a Igreja Matriz, eu olhei para o céu e disse: “meu Deus! A Irmã me dispensou”. Isso por nada, porque ela me chamou na sala e disse assim: “Quinha, uma noviça disse que você não dá aula. Você conta mais anedota do que dá aula”. Eu disse: “Irmã, quem foi que disse isso?”. Ela disse: “não, foi uma noviça”. “Chame a noviça”. Ela disse: “não. Não quero jogar o aluno contra o professor”. Aí eu disse: “pois então fica entre sua palavra e a dela”. Eu posso trabalhar num colégio desses? Ela aproveitou isso. No outro dia, quando eu cheguei, já tinha outra pessoa no meu lugar. Aí eu não me prejudiquei porque ela botou lá nos documentos que eu tinha pedido para sair. Eu não questioneei, não. Não adiantava. Aí, quando eu cheguei eu disse: “meu Deus! E agora, como é que eu vou ajudar minha mãe e meus irmãozinhos?”, eu e mais quatro. Com oito dias, padre Paulo me chamou para ensinar no colégio dele, que era o Colégio Santo Antônio. Em setenta e dois que ele me chamou.

Mas antes, lá no Colégio Nossa Senhora de Fátima, você precisa saber que para poder ensinar no ginásio a gente fazia um curso de aperfeiçoamento, em Fortaleza. Como era que eu fazia? Eu tinha meu irmão, outro engenheiro, que mora em Recife, que ele é professor. Ele

ensinava Física num colégio ali perto da Rural. Era um colégio federal. E ele era assim: quando chegava o tempo dos vestibulares, ele me mandava um livrão com todas as matérias que a gente se preparava para fazer vestibular. E eu pegava aqueles livros, mas era uma luz que vinha e eu estudava e aprendia tudo. E na época de julho, eu ia acompanhar os vestibulares, porque depois tinha a correção, e aquilo me ajudou muito. Pronto, depois que você aprende, tudo o que você sabe, só faz aplicar. Então, toda a minha formação para dar aula nos colégios aqui, eu ia buscar fora. Não era simulando, não. Eu não era nem louca. Ou eu ia sabendo dar aula ou não dava aula. Aí, o padre Paulo me deu, de início, o ginásio todinho. Quando o colégio cresceu muito e o científico à noite, aí ele me deu Matemática do primeiro científico. E eu me preparei. Foi logo quando eu entrei, dois anos depois, não sei se em setenta e quatro ou setenta e cinco, porque em setenta e seis eu já deixei, para fazer vestibular em Recife. Mas foi logo que eu entrei que ele me deu essas cadeiras.

É porque aumentou muito. A escola era cheia, tinha muitos primeiros anos. Era de ter primeiro científico 1, 2, 3, ou então A, B, C. Segundo ano, terceiro ano. Cresceu muito rápido. O Colégio Santo Antônio era bem mais barato do que o Salesiano e do que o Diocesano. Barbalha estudava aqui mesmo. Depois veio muita gente de fora, porque tinha internato. Eu dei muitas aulas particulares aqui, aulas de reforço, a meninos que hoje são médicos, que saíram daí, passaram, se formaram e voltaram para cá. Era afamado o colégio daqui. Mas não era só eu que ensinava Matemática no primeiro ano, não. Eram vários, porque tinha muitas salas. Aí, depois, o padre Paulo pediu para eu me preparar, porque eu ia pegar o segundo ano. Eu já estudava tudo antes com alunos, daí mesmo que vinham para cá e a gente estudava junto, alunos que já tinham feito o segundo ano. E assim eu fui me formando.

É grande esse colégio. Quem fez Técnico em Contabilidade foi outro colégio, foi o Lyrio Callou. Aí foi sempre colégio mesmo. Eu acho que tinha alguma saída, porque era só o científico. E até hoje. Lá no Colégio Santo Antônio não tem curso técnico. Agora, só se tiver em Informática. O Colégio Santo Antônio é científico, curso médio; Nossa Senhora é curso médio. Quando eu voltei de Agronomia, eu voltei a ensinar no científico. É porque era assim: era científico, aí depois passou a segundo grau, depois passou para médio, hoje é médio. Mas aí, sempre foi o curso normal mesmo.

Aí eu fui, mas padre Paulo me preveniu: “dona Quinha, vá se preparando para o segundo ano”. E eu pegava o livro do segundo ano e estudava e não sentia dificuldade, não. De jeito nenhum. Ao contrário, eu achava bem melhor do que o primeiro. Trigonometria, logaritmo, exponencial, complexos, matrizes... bem mais fácil. E o terceiro ano era mais geometria plana

e espacial e revisão dos dois primeiros anos. Quando eu fui fazer o vestibular para Agronomia, eu não me preparei, não, porque eu sempre acompanhava os vestibulares de Recife. Eu aprendi muito com isso, lá. Ainda hoje meu irmão está sempre mandando o Enem. Toda vida ele manda. Aí, quando foi em setenta e seis – terminei em oitenta e um – quando eu fiz o vestibular, eu fiz no começo do ano para entrar só em agosto. Lá, eu fiquei na Universidade. Porque meu irmão trabalhava lá e ele conseguiu uma vaga na Casa do Estudante, porque ele trabalhava nessa escola federal. E eu achei melhor, porque para eu ficar na cidade era muito ruim. Tomar ônibus naquela época de chuva... Eu andava muito pouco da casa para a escola.

O curso de Agronomia são dez semestres. Agora, você era que podia encurtar. Por exemplo, eles dão liberdade de você se matricular em seis disciplinas. Eu não, comecei logo com sete. Aí teve um ano que eu não me dei bem em Estatística, aí pedi cancelamento para não sair no histórico. Eu sempre pensava em um dia fazer Agronomia, mas o que me fez mais, foi verificar se minha vida econômica seria melhor na Educação ou em Agronomia. Aí, três anos, eu acho, que eu trabalhei aqui na Epace. Então, ela foi extinta e eu teria que ir ou para Juazeiro da Bahia ou para Campo Grande, mas eu não tinha condições econômicas. Eu trabalhava lá, mas eu dava um expediente de aula aqui. Nunca deixei a educação, porque eu tinha feito um concurso e não queria perder. Então, eu ia, ou para Fortaleza – onde eu fiz o curso de especialização em Fitotecnia, na Embrapa – ou para Juazeiro da Bahia, ou um colega me chamou para eu ir para Campo Grande, a esposa dele foi até minha aluna, no Estadual. Aí eu analisei como mulher. Se eu fosse um homem, eu teria ido para Campo Grande. Tanto eu gostava da educação como de agronomia. Como agrônoma, eu trabalhava com a natureza. Era bom, muito bom! Três anos que eu... aí como eu ia, sem condições? Meu irmão já tinha morrido, ele era agrônomo. Nessa época ele era diretor lá da Ancar – hoje não é mais Ancar, antigamente era Ancar. Aqui em Barbalha tem um órgão, não estou lembrada. Ele era diretor – se fosse atuante na época, eu teria ido pra João Pessoa, aí tinha deixado a educação.

Quando eu cheguei do curso de Agronomia, eu disse: “não, agora eu vou fazer o curso de Matemática”, sem saber que eu nem precisava. O diretor me chamou e disse: “não, Pontes, você não vai precisar fazer”. O curso era só licenciatura do ginásio. Aí ele disse: “não, aqui você vai mais além. Não é só no ginásio, não. Você pode ensinar no científico”. É tanto que eu ensinei na Faculdade de Filosofia, ensinei lá no Salesiano. Só foram meses, porque aí não deu certo, não. Era muito puxado.

É porque às vezes a pessoa desconhece da lei e da realidade. Não precisava fazer o curso, sabe por quê? Porque o diretor do Estadual, ele é agrônomo, aí fez um curso para dar direito à

educação. E eu não precisava, porque eu tinha Agronomia e tinha Pedagogia. Foi o diretor da faculdade que me chamou atenção: “olha, Pontes, não precisa tu fazer isso, não. Tu sair de Barbalha, um sacrifício desse, se expondo, à noite...”, eu chegava em casa dez e meia da noite, onze. Ainda fiz três semestres. Lá deve estar arquivado, porque eu levei currículo e tudo. Não precisei fazer vestibular, porque eu já tinha os dois. Eu já entrei direto. A instituição eu não lembro qual era, não sei. Eu só queria fazer o curso.

Nessa época, a formação exigida para ensinar no segundo grau era diploma. Agora, por exemplo, antes de eu chegar de Agronomia, eu acredito que alguém me apadrinhava. Não ia meu nome, não. Ia quem já tinha o diploma, quer dizer, as exigências, como irmã Ilduara. Ela era formada em Engenharia. Ela tinha diploma de Matemática, de Estatística e tudo. Quando ela viu que ela tinha dificuldade em transmitir, porque ela era alemã e falava muito ruim o português, ela viu o meu desenvolvimento e ia assistir minhas aulas – que me ajudavam muito – então, o que era figurado lá, o professor não era Francisca, era Ilduara. Era alguém que desse cobertura ao colégio. E aí tinha muitos professores. Tinham muitos formados, mas os que tinham formados, não eram formados aqui na região, acredito que não, porque não tinha. Fortaleza, Recife, Salvador, tinha muito professor de fora. Eles foram saindo e aí foi preenchendo com o pessoal aqui da região. No Colégio Nossa Senhora de Fátima, se você fizer uma pesquisa, tem muitos professores do Juazeiro. Santo Antônio...

No Estado, eu fiz uma vez o concurso, mas foi anulado. Essa época, não sei, foi Gonzaga Mota. Ele favoreceu o concurso, mas Tasso achou que era inconstitucional. Eu ia ser aproveitada. Mas Deus é tão bom! Graças a Deus que eu não fui aproveitada, porque eu teria me prejudicado, pois eu trabalhei muito no Município também como coordenadora. Mas na realidade, ali era inconstitucional mesmo, porque Tasso era um homem honesto. Mas era inconstitucional mesmo. Eu acho que Gonzaga Mota quis dar um jeitinho assim pra... não sei.

Eu me aposentei em 2009. Foi o seguinte: eu estava atuando só no município, como coordenadora e professora. Agora, minhas aulas particulares de Matemática eu nunca deixei, porque não pode deixar, não, porque a gente nunca esquece. Mas aí houve uma questão. Eu já tinha dito a mim mesmo de não comentar, mas o momento é oportuno. Houve uma Prova Brasil. Eu trabalhei cinco anos, ali no Alacoque, como professora e coordenadora. Eu tinha os três expedientes completos. Aí, trabalhei em cima dessas crianças, alfabetizando mesmo. Elas só saíam da alfabetização para a primeira série se soubessem ler e escrever. O principal. Mas nós lutamos cinco anos com essas crianças, da alfabetização ao quinto ano. E a Escola Alacoque Bezerra foi contemplada na Prova Brasil. Nós perdemos para uma escola de Fortaleza, militar.

E com isso, o prêmio era um ordenado do vigia ao diretor. Eu lutei, trabalhei. Era eu e outra professora. Todo dia eu ia na sala, chamava os alunos para ver se estavam sabendo ler, fazia ditado... melhorando. E nós chegamos a isso. Quando chega a história do nepotismo, por exemplo, a diretora não pode ter um parente que trabalha... Aí, com isso, eu fui um pouco desatenta, porque eu estava com um cargo comissionado e minha irmã era diretora. Com isso, ele me tirou de lá e me colocou aqui nesse bairro mais perto, Cirolândia. Aí, o que eu comecei lá, eu continuei aqui. Então, por perseguição política, eu comecei a ir de uma escola para outra e para outra... E eu saí como coordenadora, mas rebaixaram para supervisora. Então, quando eu começava um trabalho, era quebrado. Fui falar com a secretária, ela não me deu ouvidos. Terminaram me botando lá no Prourb, que era o local mais alto da Barbalha. Ou eu ia de ônibus ou a pé. Só tinha um micro-ônibus. Eu vinha ou para almoçar ou para tomar banho. E a minha vida começou a se complicar e eu estava adoecendo. Foi quando eu – eu não queria me aposentar, não – fui lá no INSS pedir para olhar minha situação. Aí, eu tinha mais de trinta e cinco anos de contribuição do INSS, porque aos dezesseis anos, quando eu fiz o cadastro do INSS, eu fiz porque trabalhava no Colégio Nossa Senhora de Fátima e a irmã assinou minha carteira. Aí eu fui e me aposentei. Minha mãe também se aposentou, aí melhorou a vida da gente, melhorou muito. Eu me aposentei por tempo de contribuição. E é bem melhor do que o salário de professor.

Isso foi em 2009. De lá para cá eu só tenho dado aula particular. Eu não quis mais, não. E não falta convite, não. É porque eu não quero mais. O aluno não quer mais aprender nada, professor não quer ajuda e diretor não se volta mais para o aluno. Quero mais não. E com esse Conselho Tutelar, o sistema educativo quebrou muito. Mudou muito, quebrou muito...

Francisca Pontes Sampaio (Quinha).

Professora.

Nascida em 24 de fevereiro de 1940, no município de Umari (CE).

MONÓLOGO SOBRE SER LOUCO PELO ASSARÉ

Eu nasci aqui, não foi bem na cidade, eu nasci num sítio, Sítio Mororós, que é uma propriedade que é da minha família já desde a colonização, viu? E sempre vivi em Sítio Mororós, município de Assaré. Eu fui criado na roça mesmo, lutando com gado, com ovelha, andando a cavalo, fazendo luta de campo, fui criado dessa forma. A minha família, a família do meu pai, sempre teve tradição de colocar os filhos na escola. Assim foi o meu tataravô, o meu bisavô, aí veio o meu pai e não foi diferente. Ele estudou também e a gente tinha que ir para a escola. Mas quando era no fim de semana, a escola aqui no Assaré, e a gente ia lá pro Mororó e fazia todas as atividades da roça mesmo, do campo. Éramos quatro irmãos, mas faleceu o meu irmão mais novo do que eu. Também era professor. Tem uma irmã mais velha do que eu, Maria do Socorro, ela foi professora, mas depois deixou para trabalhar no banco, porque não dava para conciliar os dois. E a minha irmã mais nova, a caçula, é odontóloga e mora em João Pessoa. Aliás, Maria do Socorro também mora em João Pessoa, por conta dos filhos, que foram para estudar lá.

Eu comecei a estudar, porque aqui era Escolas Reunidas de Assaré, viu? Então, minha primeira professora foi dona Lígia Firmeza, uma pessoa ótima. Sabe como é aquelas pessoas que fazem com que você goste de aprender?! Só que eu tinha uma loucura muito grande pelo Mororós, pelo terreno nosso. Meu negócio era ir para lá. São duas léguas, ou seja, doze quilômetros, daqui lá. Certa vez, eu fugi, à noite, porque aqui não tinha luz elétrica contínua, era luz de motor. Quando era nove horas, apagava e acendia duas vezes, que era um sinal para daí a meia hora, nove e meia, apagar tudo, certo? E a gente brincando lá na praça mais um bocado de menino que morava perto lá de casa, e eu só fiz dizer: “diga lá em casa que eu vou pro Mororó”. Parti pro Mororó, de noite, no escuro, e fui bater lá. No outro dia, paizinho veio me deixar aqui na escola novamente. Como eu nunca tinha andado assim uma distância tão grande a pé, fiquei com os pés inchados por uns dois, três dias. Nunca esqueço disso, foi a primeira viajada minha para o Mororó. Aí depois eu fiquei. Dava vontade, eu ia, e paizinho mandava me deixar novamente. Mas sempre a gente tendo que estudar. Era o lema dele, que todo pai tinha que ensinar o filho a estudar e a trabalhar, porque quem não aprende a trabalhar, não sabe dar valor ao dinheiro que arranjar. Joga fora. Então, eram as duas prioridades dele. Nós fomos todos criados trabalhando, para saber o valor que tinha o dinheiro, o quanto dava trabalho para se ganhar. Eu acho que foi um dos maiores ensinamentos que ele deixou para a gente.

A escola primária começou em cinquenta e quatro, porque foi logo depois da morte da minha mãe, ela morreu em cinquenta e quatro. Eu tinha quatro anos e nove dias quando ela faleceu. Faleceu em 18 de maio e eu sou de 9 de maio. Aí, a gente veio para a casa do meu avô, porque tinha uma irmã de meu pai que nunca casou, era solteirona, e sempre foi muito próxima do meu pai. Ela vivia com meu avô, porque ele não podia ficar só, mas a maior parte do tempo dela era com a gente. Aí, quando a minha mãe faleceu, a gente veio para ficar na companhia dela. Só que o meu avô faleceu logo depois, no dia 25 de agosto do mesmo ano, na mesma data da morte de Getúlio Vargas. Aí, ela já se passou direto para ficar com a gente, morando em nossa casa até falecer. Ela já velha, depois de meu pai, mas sempre com a gente.

A alfabetização começou em cinquenta e quatro. Chamava de Escolas Reunidas, porque não tinha assim um prédio, um colégio que abrigasse todas as séries, todas as turmas. Aí, era umas num canto, outra noutro, outra noutro... entendeu? Funcionava em vários prédios. Tinha algumas que tinham quatro, cinco turmas num prédio só. Mas tinha outras turmas separadas, viu? Era escola pública já, do Estado. A escola pública do Assaré é uma das primeiras do estado do Ceará.

Em cinquenta e sete, eu tinha uns sete, oito anos. Eu saí da escola porque queria ir para o Mororó, lá para o terreno. Aí, o meu pai: “ah, você quer ir pro Mororó?”, eu disse: “é”. Eu certo que eu ia para lá para brincar, ficar bem à vontade, né? Só que o meu pai era bem rígido. Quatro horas da manhã batia para eu levantar para ir para o curral, tirar leite. Eu não conseguia tirar leite, por causa do cheiro do leite. Eu ficava enguiando, com um mal-estar danado. Aí ele disse: “ah, não quer tirar leite, não? Tá bom”. Aí botava uns bezerros numa roça bem longe do curral, para todo dia, quatro horas da manhã, eu ir buscar na roça, chovendo, no orvalho, só para me dar trabalho mesmo, viu? E quando terminava de tirar o leite, eu ia deixar o gado na roça e ele ficava preparando os ferros ali para a gente ir para a roça. E eu ia para a roça com ele, trabalhava até enquanto tivesse sol. Quando estava escurecendo, ele ia para casa e eu ia para a roça, botar o gado no curral novamente. Sempre chegava de noite. Não tinha um único dia que dissesse: “não, eu cheguei em casa com o claro do dia”, não tinha. Mas já era para que eu entendesse que na escola era bem melhor. Aí eu disse: “não, paizinho, eu quero voltar para a escola”. Ele disse: “não, agora não. Estou achando tão bom, tá me ajudando tanto!”. Ele estava viúvo e sozinho em casa, né? – Eu fui criado por uma preta velha, como a gente chamava antigamente, porque era uma senhora de cor, dali das Guaribas, bem pertinho do Crato. A família dela mora lá. Ela chegou lá no Mororó e eu tinha três meses. Aí eu me apeguei a ela. Era o casal, ela e o marido, não tinham filhos. Aí, paizinho fez uma casa para eles bem

encostadinha da nossa, eles ficaram lá e foi quem me criaram. Ele morreu lá, no poder da gente, e ela morreu já bem velhinha, caducando, aqui com a gente. – Aí ele disse: “não, estou achando muito bom você me ajudando aqui. Eu estava só”. Aí, ele trabalhando comigo, eu ainda fiquei até sessenta e dois. Ainda estudei um pouco numa escola lá do sítio mesmo, particular, que eu desasnei um pouco mais em termos de leitura e de escrita. Quando eu voltei, já voltei já com 13 anos e já voltei para estudar mesmo. Aí continuei.

Então, foi criado o Ginásio Assareense aqui, que era de doutor João Bantim, daqui do Assaré, que vivia no Rio de Janeiro. Ele fundou o Ginásio. Na época, tive que fazer o admissão. Você passava do primário para o ginásio e fazia uma prova semelhante a um vestibular. História, Geografia, Português, Matemática e Redação. Não era bem uma redação, era uma dissertação. A diferença entre uma e outra é que a redação você dá um tema: fale sobre esse celular. Aí, você vai falar à sua vontade desse celular. E a dissertação são aquelas vistas. Tinha que pegar uma vista de alguma coisa para você dissertar o que você estava vendo naquela vista. É um pouco mais difícil. Então, o livro era um livrão grossão assim, o livro do admissão, e no centro tinha várias vistas para você fazer dissertações. Aí era que você ingressava no ginásio, que era quatro anos, equivalente ao primeiro grau maior, porque tinha o primeiro grau menor, que era o primário de antes, e o primeiro grau maior, que era quinta, sexta, sétima e oitava séries. Agora já mudaram também de nome e mudaram também de ano, né? A quinta série é o sexto ano, a sexta série, o sétimo ano... até o nono ano. Se bem que mudaram as coleiras, mas os cachorros são os mesmos. E aí eu vim aqui pro Assaré e terminei aqui, nas Escolas Reunidas. Aí, fiz o admissão e ingressei no Ginásio Assareense.

Aí, fui servir o Exército em Fortaleza e terminei a quarta série lá, no Colégio Brasil, quarta série ginásial. Me alistei em sessenta e oito ou sessenta e nove e terminei o ginásio no Colégio Brasil. Parece que foi em sessenta e oito, eu não lembro bem, não. Sessenta e oito ou sessenta e nove. Aí, fui para o Exército, viu? Fiz o científico no Castelo, ali na Dom Manuel, que era da Arquidiocese, mas era dirigido pelos padres.

Então, fui para o Rio de Janeiro, em setenta e dois, e fiz o curso pré-vestibular. Fiz o vestibular, porque eu queria fazer Engenharia, mas não conhecia nada no Rio. Meu irmão já tinha ido para o Rio. Meu tio morava lá e chamava a gente para ir para lá para estudar. Aí nós fomos. A gente trabalhava e estudava. A opção que eu queria fazer era Engenharia Eletrônica na Santa Úrsula, que é em Laranjeiras. E eu morando em Realengo, totalmente o avesso, tinha que pegar três conduções para chegar em casa. Era totalmente inviável, certo? Aí eu desisti e fiquei viajando aqui para o Assaré. Ficava uns três meses aqui e voltava. Então, eu fiz o

vestibular para Matemática e ele fez para Letras, em setenta e quatro, na Castelo Branco, no Rio de Janeiro. Hoje é uma universidade muito grande, cresceu demais. Na época, ela estava começando, eu peguei a segunda turma. Castelo Branco, em Realengo, lá pertinho de casa. Tanto eu quanto meu irmão, a gente gostava de Matemática, os dois, e também gostava de Língua Portuguesa. Aí, na hora a gente decidiu. Ele disse: “não, você vai fazer Matemática e eu vou fazer Língua Portuguesa”. Foi dessa forma. Mas eu gostava também de Língua Portuguesa, gostava de Literatura, eu sempre gostei de ler.

A gente estava certo de que iríamos passar o resto do ano estudando, para depois fazer o vestibular para o que a gente queria. Mas aí, eu comecei a gostar, aí pronto, não larguei mais. Terminei em setenta e sete, licenciatura plena em Matemática. Agora em julho completou quarenta anos que eu me formei. Só que eu não fui para minha formatura, vim foi pra Assaré, porque a colação de grau ia ser parece que dia 25 de julho e eu não ia ficar o mês todinho sem vir pro Assaré, eu louco pelo Assaré! Depois de algum tempo foi que eu fui colar grau e pegar o meu diploma. Terminei em julho de setenta e sete, fez quarenta anos.

A Universidade estava começando e queria ganhar prestígio. Ela contratou os melhores professores. Naquela época, toda escola de nível médio ou superior tinha um coronel do Exército lá dentro para controlar, porque era na Ditadura. Mas contrataram uma gama de professores de alto quilate mesmo. Porque era Matemática, Pedagogia, Letras e Educação Física. É tanto que Parreira e Cláudio Coutinho eram professores de Educação Física lá. Admildo Chirol, um dos melhores professores de Educação Física. Um dos médicos de lá era Lídio Toledo, que foi médico, um tempo, da Seleção e médico do Botafogo. Na época, muitos jogadores famosos como Edu, Irmão de Zico – Zico estava começando – estudavam lá. Jair Pereira, viu? Foi muita gente. Zé Mário... muitos jogadores famosos de clubes grandes que estudavam lá. Então, teve muitos professores contratados. É tanto que era conhecido como a Castelo Branco concorrendo com a PUC, em Matemática, e em Educação Física concorrendo com a Uerj, na época UEG, que era da Guanabara, depois é que passou a ser Uerj. Era primeiríssima. Primeiríssima, uma biblioteca ótima, que ficava aberta fim de semana para se a gente precisasse, viu? Para a época já era bastante cara, mas ela dava suporte.

E aí, eu voltei para o Assaré pelo seguinte: primeiro, quando eu estava terminando, no último bimestre – bimestre, não, último semestre, porque a universidade é por semestre – eu fiz o concurso para o Impa, para concorrer a uma bolsa para fazer mestrado. As turmas eram de dez alunos, então só eram trinta. Eu estudei bastante mesmo, estudei como a gente deve estudar, mas não fiquei entre os primeiros para pegar uma turma durante a noite. Fiquei em vigésimo

quinto lugar. Eu e uma colega minha que era super estudiosa, nunca esqueço, era uma pessoa fantástica. Ela ficou acima dos dez também. E também ela só queria se fosse à noite. Aí a gente combinou para a gente estudar o semestre inteiro de setenta e sete, no segundo semestre. E a gente estudou mesmo. Eu estudei todas as noites do segundo semestre. Quando eu chegava em casa, do trabalho, tomava banho, jantava e me sentava numa mesa até o outro dia, na hora de ir trabalhar. Dormia nos ônibus. Já viu alguém dormir em pé? Eu dormia em pé.

Eu trabalhava com pedras decorativas, fachadas de casas. Porque a gente trabalhava por conta própria, dava para ganhar um dinheiro bem melhor do que trabalhando em banco ou em qualquer outra coisa. E tinha o tempo para que a gente pudesse sair na hora de chegar na escola com tempo.

E eu fiz novamente e só baixei uma posição. Fiquei bem chateado, porque eu tinha estudado muito mesmo. Você estudava seis meses, assim, um semestre inteiro, todas as noites da semana, sem perder uma hora, sem nada, e fracassar, né? Aí minha amiga: “rapaz, deixe de ser bobo. Eu não trabalho, não faço nada e também não fiquei classificada entre os dez. Se você reparar, esse pessoal que ficou entre os dez, tudo são gente que tem condições, chegam aqui de carrão, que não trabalham”. Aí eu, em vez de eu vir para Realengo, fui lá para o Largo do São Francisco, que fica próximo ali onde era a antiga Escola de Engenharia, porque ali, a gente pegava os ônibus que iam pra Realengo. Só que em vez de pegar um ônibus para Realengo, eu peguei um ônibus pra Madureira, ali pela Suburbana. Aí, quando eu ia passando em frente à Nuno Lisboa, que é também uma universidade muito grande, estavam abertas as vagas para vestibular. Desci, fui lá na secretaria e perguntei se eu podia ser matriculado para complementar, porque eu era formado em Matemática. Me lembro como hoje, era o professor César, que é um moreninho que era cunhado do dono da universidade, que era um general. Aí ele disse: “traga seu diploma”. Eu disse: “não, não tenho diploma ainda não”. “Pois traga lá a declaração da escola”. Então, eu levei, no outro dia e me matriculei. Ainda fiz um ano e pouco de Engenharia, mas não tinha nada a ver comigo, apesar de eu gostar de construção, essas coisas, trabalhar com pedras decorativas. Mas o que eu comparava, era como se a pessoa tivesse terminado um científico e, de repente, voltado lá para uma quinta série. Aí começou a desestimular. As cadeiras de Arquitetura eu gostava. As cadeiras de laboratório de Física e de Química, porque na faculdade de Matemática a gente pagou Física, mas não tinha laboratório. Eu paguei, era divertido, aquela coisa, mas não tinha mais aquele foco. Aí, findei largando o curso de Engenharia.

Então, continuei trabalhando. Tive algumas propostas para ir dar aula no Rio de Janeiro, mas eu ganhava muito abaixo do que o que eu ganhava com o meu trabalho. Meu irmão veio passear aqui, nas férias, e estava aqui sem professor de Português e de Matemática. Aí ele disse: “não, vamos, vamos, vamos”. Eu disse: “olha, Tico, eu vou passar um ano lá, mas depois eu volto”. E quando vim para aqui, eu vim ganhando menos de dez por cento do que ganhava no Rio. Até o pessoal dizia que eu era louco, mas eu vi que ali era a minha vida, sala de aula. Que apesar de já ter dado aula no Rio, mas era assim, uma vez ou outra, era convidado para substituir alguém, coisa assim, não era você pegar uma turma sequenciada, né? Aí eu fui ficando por aí. Fim de indo no Rio de Janeiro só a passeio.

Meu primeiro dia de aula aqui no Assaré foi no Raul Onofre, no dia 8 de fevereiro de oitenta e dois. Passei dez anos no Rio, que eu fui em setenta e dois... (*risos*). Coincidência, eu cheguei no Rio, para morar, no dia 12 de janeiro de setenta e dois. Saí do Rio, para vir embora, no dia 13 de janeiro de oitenta e dois: dez anos e um dia. Aí comecei a trabalhar no dia 8 de fevereiro, comecei a dar aula. Até tirei uma xerox e guardei, do livro de ponto que a gente assinava. O Raul Onofre era estadual. Depois que eu comecei a trabalhar, com bastante tempo foi que tive um contrato, porque eu vim para dar aula por um ano, depois ia voltar para o Rio. Simplesmente eu era professor sem receber absolutamente nada. Fiquei bastante tempo sem receber nada, depois é que fui contratado. E eu não queria ficar, que insistiram muito, aí, peguei esse contrato. Eu já estava... fazer como o outro: já estava muito amarrado mesmo em sala de aula. Dar aula, para mim, era um prazer. É tanto que eu nunca reclamei porque trabalhei mais de um ano sem receber um centavo. Nunca atrasei, nunca faltei porque não estava recebendo, entendeu? Porque eu fazia por prazer, por gostar. Sempre me senti muito bem na sala de aula. Outra coisa, outra função em escola, eu nunca quis. Me ofereceram direção, outras coisas, eu nunca quis, porque o meu era só sala de aula, dar aula.

No Rio de Janeiro, eu tive um convite para trabalhar numa Universidade Federal de Ouro Preto. Um rapaz daqui do Assaré, que é contraparente meu – é parente meu, distante – era meu amigo, viu? E ele era professor em Ouro Preto, ele era matemático, Tarciso Gonçalves. Ele estava sempre acompanhando o meu desenvolvimento na universidade, e me convidou para ser assistente dele em Ouro Preto. Mas eu não quis, porque ia ganhar uma mixaria, comparando ao que eu ganhava no Rio, que eu ganhava bem, dava para pagar apartamento e tudo, essa coisa toda. Foi o motivo pelo qual não fiquei matriculado numa turma pela manhã no Impa, foi exatamente por isso, porque a bolsa do Impa não dava nem para pagar a metade do aluguel do apartamento que eu pagava. E como era que eu ia sobreviver? E eu trabalhava que dava para

pagar um apartamento razoável para morar. Como não tinha tempo de estar indo sempre à biblioteca, eu comprava bastante livro, porque eu me dava essa condição. Mas eu sempre frequentava a biblioteca da Castelo Branco.

Aqui na região, um professor de Matemática do Agrícola de Crato aposentou-se, e me convidaram para ir, mas eu não tinha interesse. Primeiro, porque para ir e voltar todo dia era inconveniente demais. E eu não queria morar no Crato, de forma alguma, não quis. Até algumas pessoas diziam: “mas rapaz, você vai ganhar bem mais do que aqui”. Eu disse: “não, mas se eu quisesse trabalhar por dinheiro, não tinha vindo pro Assaré, estava era no Rio de Janeiro”, viu? Eu não quis. Mas hoje tem um ex-aluno meu, daqui do Assaré que está trabalhando lá: Hermano Leite.

O primeiro daqui do Assaré formado em Matemática era o Tarciso – era mais velho do que eu, já formado bem antes de mim – e eu. Hoje não, hoje já tem bastante gente formada. Hermano mesmo se formou em Matemática. Tem um bocado de gente. E tem um ex-aluno meu que está terminando, esse ano, Física, no Juazeiro, é um cara muito bom. Nos anos oitenta, eu acho que não tinha, na região, nada, não. Só tinha em Fortaleza ou na Paraíba, viu? Em Fortaleza tinha o curso de Matemática, que eu me lembro que quando eu estava ainda no Exército, tinha um amigo meu que passou no vestibular para Matemática, que era na Uece, que é hoje a Estadual. Então, o curso de Matemática que eu conhecia era o da Uece. Não, não era Uece, era Fafice, agora que me lembro, Fafice, que era Faculdade de Filosofia do Ceará. Porque Matemática, Física, Química, tudo era Filosofia, né? Foi agora, já no século XIX, que passaram a ter uma identidade própria.

Me lembro que aqui em Assaré, antes de mim, era um de Português e o outro de Matemática. Agora eu esqueci o nome, porque eles eram de Iguatu. Mas sei que o que era professor de Matemática, ele parece que era técnico agrícola, ensino técnico, ele era técnico de alguma coisa. Era do Iguatu, que estava dando aula aqui, mas queria ir embora. E não tinha outro professor. Tinha os colégios Raul Onofre e o Moacir, mas os professores de Matemática não eram formados, como ainda hoje a maioria não é. Ainda tem gente formada em Biologia trabalhando com Matemática. Coisa assim. Mas já tem alguns formados.

Aqui eu trabalhei no Raul Onofre, no Moacir e trabalhei também um semestre na Tarrafas, em 2005. Foi só um semestre. Meu pai tinha falecido em 2004, uma série de coisas estavam ruins demais e eu estava querendo sair um pouco daqui. Não tem, não é, quando você quer sair um pouco para respirar aliviado? Aí tem a amiga minha, que foi colega minha desde quando eu comecei a trabalhar aqui, Chiquinha, que era professora lá e estava sendo a secretária

de educação do Município, aí me chamou para ir para lá. Eu fui e trabalhei em duas escolas, deixa eu ver se eu... eu não lembro dos nomes da escola, sei que era uma escola em cada cidade e a outra escola, me parece que é Pedro Ricarte, um nomezinho assim, lá nos Patos, que é num sítio, num vilarejinho. Essa escola no sítio, ela agrega as comunidades do entorno todo. Pronto, vamos de caminhonete. E para mim era um desafio muito, muito gostoso, essa escola. Era quinta, sexta sétima e oitava séries. E eu trabalhava lá, à tarde, com quinta e sexta. Sétima e oitava era à noite, eu não trabalhei. E Chiquinha dizia que tinha um problemão muito sério com a desunião dos alunos, aquela rivalidade de um sítio com outro. Naquele tempo eram as caminhonetes, as D-20, carregando os alunos – ainda hoje lá tem – que iam sair de um lugar, os alunos que estavam esperando lá de outro cobriam na pedra. Era briga direto. E eu peguei essas turmas com o desafio de fazer uma socialização. Então, eu usei muito de fazer trabalhos em grupo e estar sempre revezando os grupos, colocando gente de várias localidades, para que eles se entrosassem. Eu exigia que um ajudasse o outro. Aí isso se tornou bem melhor mesmo, é tanto que muito tempo depois, Chiquinha disse: “olha, aquele trabalho que tu iniciou lá, ainda hoje a gente continua e sempre deu muito resultado, porque passaram a ter uma certa amizade”. Foi muito gostoso.

Só trabalhei nessas escolas. O ensino médio eu não lembro o começo. Já perguntei à Socorro, mas não encontrei nada na escola que me colocasse no ano que eu comecei, porque – deixa eu ver, eu anotei aqui – o ensino médio começou em oitenta e seis, porque havia o Instituto Assareense, que era particular, de Palácio, que oferecia o segundo grau com um pedagógico. E em oitenta e cinco, ele fechou, viu? E jogaram todas essas turmas para o Moacir, que era uma escola de primeiro grau. Era pública, estadual. Era o Raul Onofre e o Moacir, que eram escolas de primeiro grau. Mas sabe como é quando a gente diz aquele ditado: “quer entrar no céu à força”? Foi assim que fizeram. O Estado não queria, não queria, mas Socorro bateu o pé e tinha que botar. É tanto que eu peguei e fui procurar, ela disse que não lembrava o ano, que ela está um pouco já perdendo a memória – e ela não está tão velha, vai fazer sessenta e seis, é um pouco mais nova do que eu poucos dias – mas ela me deu a dica que foram as turmas da escola de Palácio, do Instituto, que foram para lá. É tanto que no primeiro ano que funcionou lá, uma aluna passou no vestibular, e ela teve que ir às presas para Fortaleza para pegar a documentação dessa aluna, da escola de Manoel Gonçalves, deputado Manoel Gonçalves, que é daqui do Assaré, viu? Se eu não lembro, era na Avenida do Imperador, ali próximo ao centro de Fortaleza – agora, o nome da escola eu esqueci, daqui a pouco eu me lembro – para pegar a documentação dessa aluna, pela escola dele, para poder ela se matricular na Urca.

Aí eu fui procurar no arquivo morto. Peguei das primeiras até mais ou menos umas quinhentas pastas, aí encontrei. Tinha um aluno que tinha sido aluno meu, que estava aqui no Assaré, que eu conhecia. Eu disse: “pronto, aqui bate”. E quando eu vou saindo da escola com a pasta para ir procurar, ele estava lá na frente da escola, conversando com os vigias, que é Ivan – ele mora até aqui próximo – Ivan Vila Nova. Foi a coincidência assim... Aí eu disse: “ei, Ivan, tu terminou aqui no Moacir, não foi?”, ele disse: “Foi”. Aí eu disse: “o primeiro ano pedagógico?”. Ele disse: “eu fiz no Instituto”; “o segundo?”; “no Instituto. E o terceiro, no Moacir, em oitenta e seis”. Aí pronto, fechou, viu? Fechou. Aí faltava o registro da escola do ensino de segundo grau, o reconhecimento. E ninguém sabe, ninguém tem, ninguém ouviu dizer. Mas aí, eu fui procurar nas pastas, até que encontrei um parecer. Porque o parecer, é o Conselho de Educação que emite, depois que é feito o reconhecimento, não é? Mas sempre é logo em seguida. Então, eu anotei: Parecer 1083/99, ano noventa e nove; e 1151/89. Esse aqui deve ser do primeiro grau, que está sempre renovando, funciona parece que por três anos. E esse outro deve ser do segundo grau. Agora, esse outro aqui, pela internet eu acho que encontra, porque Socorro me disse que foi dois anos depois. Então, foi em oitenta e oito que foi reconhecido o segundo grau. O parecer é de oitenta e nove. Era segundo grau pedagógico, formação de professores. Continuou sendo pedagógico. Científico, não. Agora, o primeiro ano é que era básico e o segundo e o terceiro eram específicos, com Didática, essas coisas.

No pedagógico tinha cadeira de Matemática. Tinha no primeiro, no segundo e eu acho que tinha no terceiro também. Porque sempre havia uma certa dificuldade em Matemática para os professores que iam trabalhar com alunos. Tinha Didática da Matemática também, eu trabalhei com Didática da Matemática.

O científico chegou... eu anotei aqui. Em noventa e cinco, o primeiro científico, porque eu encontrei duas pastas. Uma, do ano de noventa e cinco, com o primeiro científico, e outra, com o primeiro pedagógico. Porque mesmo sendo implantado o científico, mas teve os alunos repetentes. Então, teve que continuar com o primeiro pedagógico em noventa e cinco. Quando começou o primeiro científico, teve turma com o primeiro pedagógico também para cobrir aquelas pessoas que não tinham sido aprovadas. Aí, é tanto que eu anotei: em noventa e cinco, teve primeiro, segundo e terceiro pedagógico; em noventa e seis, começou com o primeiro e segundo científico, que foi o segundo, que era o dos alunos do primeiro de noventa e cinco, e o segundo e terceiro pedagógico; em noventa e sete, teve primeiro, segundo e terceiro científico, e o terceiro pedagógico. Mas em noventa e oito, teve uma turma, que era até uma turma pequena, que eu lembro que eu trabalhei nela. Porque, não sei se tu conhece ali o Moacir Mota,

aquela escola que tem aquele projeto do “H”, que era antigamente das escolas do Estado, não é? E, assim, do lado foi construído um prediozinho aqui, que era semelhante ao Neja, mas antes não era Neja, não, era outra coisa, tinha outro apelido, que era, assim, separado. E botaram essa turma para lá, que a gente chamava de Aratama, que é até de um distrito aqui do Assaré, que é distante. A gente chamava lá de Aratama, e eu trabalhei nessa turma de terceiro ano, que era pouquinho aluno, que era exatamente os repetentes, para que eles tivessem condições de concluir, viu? Aí teve essa turma em noventa e oito. Mas daí para cá, foi só científico.

Eu não tenho aqui mais a carteirinha do MEC, a minha carteira, que eu tenho uma cópia, mas não sei nem onde está. Eu era habilitado para Matemática do primeiro e segundo graus, Desenho Técnico e Geometria, primeiro e segundo graus, e Física, no segundo grau. Era a minha habilitação do MEC, devido à minha formação. Mas aqui não exigiam, era quem tivesse uma certa habilidade que trabalhava, viu? O outro professor de Matemática, ele era técnico de alguma coisa e era professor aqui no Raul Onofre. E ele ia voltar lá para o Iguatu, daí ficou vago o espaço.

Ainda hoje a demanda é muito grande. Olhe, dois anos atrás eu vi uma reportagem da TV Escola, que tinha um déficit, no Brasil, de duzentos e cinquenta mil professores de Matemática. É muito grande, né? É muito grande! Aqui na região não tinha, assim, muito incentivo, não. O que teve foram alguns cursos para melhorar. Em nível de graduação não tinha, não. Porque o primeiro curso de graduação que teve foi esse da Urca. Aí, depois, teve aquele do Fecop, mas antes, não. Ainda tem muitos professores de Matemática, no Moacir, que são professores de Biologia, outros eram de Química, viu? E como tinham uma certa habilidade, foram trabalhar com Matemática. Porque a Escola Moacir era muito grande, tinha muitas turmas. Tinha época de ter de quatro, cinco turmas de primeiro ano. Sempre ia diminuindo, mas sempre tinham muitas turmas. E isso só por turno. Eu lembro que teve ano que tinha as quatro de manhã, quatro à tarde e três à noite, de primeiro ano. Aí, com a construção dessa escola, na Bonita – é uma escola grande, do Estado, uma escola bem... – os alunos daquela região ficaram tudo lá, que era mais perto deles, então esvaziou um pouco.

Ensino médio aqui em Assaré, tinha o Instituto Assareense, que começou ainda na década de setenta. Quando eu cheguei aqui, já tinha. Agora, sendo do Estado, a partir de oitenta e seis. Antes não tinha por pura politicagem. A escola Raul Onofre era uma escola ótima, mas substituiu o Ginásio Assareense por causa de política. Porque ficou um tempo sem ter um ginásio aqui no Assaré, não tinha nada, só o primário, ficava nessas escolas reunidas. Aí, doutor João Bantim, que é daqui do Assaré, advogado, veio pro Assaré para montar essa escola. Ele

foi abnegado mesmo. É doutor João Bantim de Souza. Ele montou o Ginásio Assareense. Aí, a gente passou a ter um ginásio aqui, porque antes, não, a maioria ia para o Crato e alguns para o Iguatu. O Assaré ficou muito para trás. Aí, depois, foi que Palácio veio embora para o Assaré, que é daqui também, e montou o Instituto Assareense, com primeiro e segundo graus, mas sendo o pedagógico, exatamente para suprir essa carência de professores que tinha aqui. Porque os papéis se inverteram aqui. Antes, aqui tinha muita gente, muito professor daqui, para ir para os outros lugares. Depois, já começou a vir de fora para aqui.

Hoje eu não estou tendo muito contato [com a formação de professores]. Era já para eu ter feito algumas visitas, conhecer, essa coisa toda, não é? Porque tudo evolui. A evolução hoje, principalmente na área da Eletrônica, é muito grande. Se os preceitos de Matemática de Euclides ainda são os mesmos de hoje, mas as formas de você utilizar e de aplicar, são outras completamente diferentes, não é? Completamente diferentes! Então, a todo dia tem novidades, tem coisas novas. E eu fiquei muito aqui e nunca fui fazer nenhuma visita sequer. Agora, o que eu comparei foi o seguinte: quando Hermano estava fazendo o curso de Matemática, eu comparei a grade curricular dele com a minha, e tinham umas certas diferenças. Eu também achei normal devido os tempos mudarem. Havia novas necessidades.

Antonio Crispim de Melo.

Professor.

Nascido em 09 de maio de 1950, no município de Assaré (CE).

DIÁLOGO SOBRE UM PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Concepções de história

A instituição da nossa problemática de pesquisa em torno da constituição de uma história¹¹ da formação de professores de Matemática na região do Cariri cearense em um determinado espaço/tempo está inserida em uma região de inquérito que mobiliza, em suas pesquisas, conhecimentos de diversos campos científicos, tais como, Matemática, História, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Educação etc. Estamos a falar da Educação Matemática que, segundo Garnica (2015), se constitui como uma área interdisciplinar e trata de um objeto também interdisciplinar, qual seja, “o ensino e a aprendizagem de matemática, nas mais variadas situações, tempos, espaços e circunstâncias em que essa relação entre matemática, ensino e aprendizagem ocorre” (p. 36). Dentre as inúmeras subáreas em que a Educação Matemática se desdobra, esta pesquisa (bem como nosso principal campo de interesse) está inserida no que denominamos História da Educação Matemática, campo cujos estudos tentam compreender a dinâmica como, no tempo, experiências de ensino e aprendizagem de Matemática ocorrem/ocorreram, como elas são/foram criadas, mantidas, extintas ou reformuladas. Estuda também o desenvolvimento da Educação Matemática enquanto campo científico.

Para levar a cabo tal empreitada, portanto, se faz necessário que nos apropriemos de conceitos de áreas distintas daquelas que estão em nossos domínios, no caso em questão, o campo da História principalmente. Não somos historiadores de ofício. Em primeiro plano somos matemáticos, educadores, educadores matemáticos (podendo variar a ordem de

¹¹ Neste trabalho assumiremos a expressão “constituir uma história da formação de professores de Matemática no Cariri...” referindo-se à pesquisa como um todo. Sabemos que a pesquisa é composta de muitas histórias: as narrativas dos professores depoentes, a(s) análise(s) e síntese(s) do pesquisador, os levantamentos históricos realizados a partir de documentos, o cotejamento entre as falas dos depoentes e a literatura utilizada etc. A expressão é controversa e tem sido alvo de muitas discussões dentro do Ghoem. Alguns autores preferem “construir/constituir versões históricas”, ou mesmo “histórias”, da situação pesquisada, uma vez que são várias histórias, compostas a várias mãos, e cada uma pode ser vista como uma versão histórica do objeto estudado; outros preferem usar “uma história” em contraposição à “a história”, visto que a história que se objetiva é aquela que sintetiza o trabalho e/ou responde o problema de pesquisa. Entretanto, mesmo que se use “uma história” ou “a história”, não se pretende contar uma história totalizadora. Não atribuímos ao artigo, no singular, um caráter de unicidade em termos de que aquela seja a única história possível ou a história oficial. Partimos de um referencial teórico que será explicitado à frente, que pensa história como um conceito móvel e que, portanto, está susceptível a reelaborações, revisões ou até versões que digam de um processo de modos distintos, mas sem que necessariamente sejam excludentes entre si. Assim, assumimos a escolha por “uma história” partindo do pressuposto de que essa história é a história possibilitada por esta pesquisa, mesmo que ela seja composta por várias histórias. Em outras palavras, o que chamamos de “uma história” é nossa compreensão do panorama da atuação e formação de professores de Matemática no Cariri, no espaço-tempo estudado, a partir da pesquisa empreendida.

prioridade, de acordo com a formação ou áreas de atuação). Mas quando nos lançamos à tarefa de fazer um trabalho historiográfico, é necessário apropriar-se das concepções históricas que mobilizam o nosso modo de pensar e escrever a história. Assim, a construção de uma história da formação de professores de Matemática no Cariri cearense deu-se a partir do nosso movimento de compreensão da dinâmica ocorrida no campo da História a partir do século XX. A nossa problemática e o modo como operaremos, exigiram, de antemão, conceber a história como um conceito móvel que possibilita novas interpretações dos fatos, novos posicionamentos e novos objetos de pesquisa. Diante dessa concepção, optamos por trabalhar com a metodologia da história oral em Educação Matemática, nos moldes como ela vem sendo desenvolvida pelo Ghoem, visto que tal metodologia potencializa a construção intencional de fontes historiográficas a partir da oralidade. Essas fontes, junto com os documentos institucionais¹² e as teorias mobilizadas, compuseram a matéria-prima para a escrita desta tese e das histórias aqui apresentadas. Antes mesmo de discutir a metodologia da história oral em Educação Matemática, desenvolveremos uma discussão acerca das concepções históricas que, a nosso ver, a legitimam, enquanto modo de fazer historiografia, e que, portanto, nos levam a adotá-la como metodologia de pesquisa.

A História, pensada como campo científico, comporta distintos paradigmas historiográficos, os quais, alinhados em escolas, vão desde um paradigma mais tradicional, fundamentado na tradição positivista, até os mais renovadores, inspirados na nova história ou na escola marxista. A partir do final do século XIX, a história assume um caráter científico, donde a racionalidade e a aplicação do método científico, como nas ciências naturais, imprimem um modo de praticar historiografia. Busca-se, assim, além da racionalidade, a objetividade e a neutralidade do conhecimento, enfatizado na “atenção à busca da verdade e o combate a toda tradição lendária, mítica, não submetida à prova da verificação documental e da autenticidade dos relatos e das fontes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p. 55), pensamento que se contrapõe a toda a historiografia clássica da antiguidade grega, de Heródoto a Tucídides, e desconsidera também a tradição oral em toda a história ocidental e oriental, ao tempo em que institui a história como disciplina nas universidades e nas escolas.

¹² Por documentos institucionais denominamos aqueles que emanam de instâncias deliberativas de órgãos públicos ou privados. São eles: as leis, decretos, resoluções, portarias, pareceres, diplomas etc. Preferiremos o uso do termo “institucionais” para evitar a expressão “documentos oficiais”, assim, os documentos institucionais e os não institucionais (por exemplo, os registros escritos das narrativas orais produzidos em nossa pesquisa) são postos no mesmo patamar de relevância enquanto fonte historiográfica. De outro modo, entendemos que a palavra “oficiais” hierarquiza os documentos, fazendo-se entender que o que não é oficial não estaria autorizado (ou estaria menos autorizado) a dizer sobre um determinado contexto histórico, precisando da anuência dos documentos ditos oficiais.

De acordo com Burke (1992), Bloch (2001) e Albuquerque Júnior (2004), o paradigma historiográfico tradicional está mais relacionado com a história política e econômica, seja ela de regimes monárquicos, autoritários ou mesmo democráticos. Historiadores autorizados relatam sobre as guerras e os sistemas de governo, centralizados, quase sempre, nas figuras emblemáticas de líderes, estadistas, eclesiásticos e militares, de modo que a história toma um viés heroico. Ou ainda, é a história voltada para grandes acontecimentos, o que pode ocultar a natureza das mudanças econômicas, sociais e geo-históricas, fazendo com que a história assuma uma natureza eminentemente factual, de sorte que as histórias das atividades humanas em suas experiências mais cotidianas são consideradas de pouca relevância e relegadas à margem das escrituras ditas oficiais.

Percebe-se aí uma forte influência da política no estabelecimento de uma história autorizada, triunfante, glorificadora e progressista. “Assim, reconhecia-se como história apenas as narrativas que contavam os feitos da nobreza, fazendo com que essa atividade tivesse uma ligação estreita com o Estado” (ALENCAR, 2014, p. 20). Jacques Le Goff fala de uma história política que é uma história-narrativa, por um lado, mas, por outro, é uma história factual, ou seja, de acontecimentos, um “teatro de aparências que mascara o verdadeiro jogo da história, que se desenrola nos bastidores e nas estruturas ocultas em que é preciso ir detectá-lo, analisá-lo, explicá-lo” (LE GOFF, 2001, p. 31). Uma história em estreita ligação com o Estado caminha no limiar do risco de omissões e tendenciosidades. Nesse processo de construção histórica, alguns fatos relevantes podem simplesmente não figurar; outros podem ser obscuros ou duvidosos ao privilegiar o papel de alguns indivíduos. E para que alguns indivíduos sejam enaltecidos, “os cidadãos comuns tornam-se meros coadjuvantes ou, quando muito, reacionários na tentativa de transgredir o poder estabelecido” (ALENCAR, 2014, p. 20).

Outro aspecto relevante no estabelecimento dessa historiografia, tipificada por alguns autores mais contemporâneos (LE GOFF, 1990; 2001; BLOCH, 2001; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004; HOBSBAWM, 2014) como história tradicional, é a sua filiação ao positivismo. Em consequência disso, os historiadores tradicionais, ao rejeitarem as narrativas míticas da história da Antiguidade Clássica ou a tradição oral de povos de fora (ou não) da cultura eurocêntrica, enquadram a historiografia nos modelos quantitativos e nos métodos experimentais das ciências naturais, advogando pela neutralidade científica e pela objetividade. Na história tradicional há uma tendência de eliminar da historiografia uma escrita carregada de elementos místicos (ou míticos) – muito embora as possíveis análises dessas histórias permitam entender sobre as culturas de povos passados cujas histórias não estão despregadas dos seus

sistemas de verdades, de valores e de crenças. E os vestígios deixados por um povo, sejam eles escritos, imagéticos ou perpetuados pela tradição oral, constituem um lugar para a compreensão dos seus modos de vida –, mas, em consequência disso, Burke (1992) assinala que a história, no paradigma positivista, ao se basear apenas em documentos, artefatos e registros oficiais, devidamente constituídos e instituídos pelas autoridades ou instâncias competentes para tal, desprezam a potencialidade que têm outros tipos de registro como evidência histórica. Nesse sentido, as narrativas orais, por exemplo, “assumem o patamar de crônicas e são relegadas ao segundo plano [...], de sorte que no paradigma tradicional, a história que se passa antes da escrita é denominada ‘pré-história’” (ALENCAR, 2014, p. 21).

A partir dessa perspectiva, os fatos são tomados como determinísticos e a história é apresentada como uma sucessão de eventos, organizados linearmente, de forma progressiva, sem que sejam considerados os retrocessos e as rupturas no caminho. É a história entendida como progresso e os fatos como dados, e não como intencionalmente constituídos. Desse modo, para Burke (1992), o historiador realiza indagações que dizem da verdade absoluta ou da versão correta dos fatos, desconsiderando a existência de verdades ou de versões que se aproximam da realidade. O autor, citando o historiador Leopold von Ranke, um dos precursores da historiografia positivista, diz que o historiador, no paradigma tradicional, apresenta os fatos aos leitores “como eles realmente aconteceram”. Para Burke, “a rejeição de Ranke às intenções filosóficas foi interpretada por historiadores posteriores como um manifesto presunçoso à história sem tendências viciosas” (BURKE, 1992, p. 15). Nesta visão, fatos e documentos históricos são tomados como interdependentes. Enquanto se estigmatiza o fato como um acontecimento, um dado, uma verdade absoluta, o documento é compreendido como sua prova irrefutável. Por isso Le Goff (1990) chama a atenção para a existência de uma crítica da noção de fato histórico e de documento, ao argumentar que o primeiro deriva de um processo de construção empreendido pelo historiador, não sendo, portanto, um objeto dado e acabado, enquanto que o segundo “exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (LE GOFF, 1990, p. 10), o que exclui a pretensão de que o documento seja um material bruto e inocente. Decorre daí a afirmação de Bloch (2001) de que o documento por si só não faz brotar a história ou reviver os fatos, é preciso perguntar, e mais do que isso, saber o que e como perguntar, “pois os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam, senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p. 79). O historiador tem um “objeto” nas mãos e um projeto na mente. A pergunta ou as perguntas que ele fará conduzirão a construção de uma história, e não o documento em si, o que implica

que a história não é e nem pode ser uma ciência objetiva. A subjetividade é intrínseca ao modo de fazer história.

Ao reconhecer o caráter subjetivo da história, Le Goff (1990) alerta para o risco de entendê-la como uma ciência universalizadora. Uma vez que ela lida com processos singulares, ela entra em contradição se se pretende, como nas outras ciências, buscar generalizações, regularidades, universalidade. Por outro lado, nem a singularidade em si se pode buscar, pois o que o historiador tem nas mãos é um conjunto de pistas para, com elas, tomar decisões. O acontecimento não está mais ao alcance das mãos, desintegrou-se no instante seguinte ao seu nascimento. Por isso, não cabe ao historiador buscar um acontecimento do passado, mas converter um acontecimento do passado em um acontecimento do presente. Se deixou pistas, cabe ao historiador elaborar compreensões a partir dessas pistas, do aporte de recursos técnicos e metodológicos de que dispõe, da forma como ele é afetado pelo arcabouço teórico e cultural e das suas próprias limitações e/ou aptidões. Para Bloch, “o historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda” (BLOCH, 2001, p. 69). Le Goff (1990) encara o trabalho do historiador como uma atividade humana, por isso, sujeita a interpretações e inclinações que refletem o contexto vigente do historiador, sua base teórica e sua visão de mundo. A inserção no presente “edita” os acontecimentos do passado e nos faz vê-los à luz de nossas interpretações.

Por esse motivo o autor defende que a ciência histórica é concebida em relação a uma realidade que não é nem definida nem observada, como na matemática e nas ciências da natureza, mas trata de uma realidade pela qual se indaga e se testemunha. Para ele, devido à necessidade de misturar relato e explicação, a história torna-se ao mesmo tempo uma arte, uma ciência e um gênero literário, e o tecnicismo científico tornou mais difícil a tarefa do historiador de se tornar também um escritor (LE GOFF, 1990).

Outro aspecto que merece atenção nessa discussão sobre concepções relativas à história, é a tentativa quase natural de linearização dos acontecimentos dentro de uma ordem cronológica para dar um sentido de lógica e de continuidade, ocultando possíveis rupturas, retrocessos e realçando aquilo que é considerado mais relevante, mais destacável. Essa linearização pode ser advinda da tentativa do homem de controlar a contingência dos acontecimentos naturais e humanos no tempo, herança do método científico, da racionalidade pretendida pela ciência moderna e do progressivismo iluminista. De acordo com Albuquerque Júnior (2004, p. 61), é com Nietzsche que se problematiza a percepção de tempo e de história da sociedade moderna, vistos como progresso, linearidade, continuidade, homogeneidade, identidade e finalidade.

Desse modo, a escrita da história ficaria diretamente vinculada à noção de tempo culturalmente estabelecida. A invenção do calendário, a contagem dos dias, a invenção de tempo em unidades de medidas cada vez menores e mais regulares, tudo isso são padrões de comportamento criados a partir da observação da natureza, com o intuito de otimizar as atividades humanas dentro da dinâmica que ela oferece. A esse respeito é importante dizermos aqui – para não entrarmos em contradição com o nosso propósito de trabalharmos com uma periodização – que não estamos a negar a vinculação da historiografia com a noção de tempo, mesmo esse tempo culturalmente estabelecido. Entretanto, não concebemos a história no tempo como uma linha sucessiva de eventos que caminha num sentido progressivo, do antigo para o moderno, do atrasado para o avançado, do obsoleto para o usual. Entendemos que as histórias são feitas de rupturas, avanços e retrocessos, e que as mudanças nem sempre significam progressos, mas, muitas vezes, adaptações em interdependência com outras mudanças. Nosso objeto está cronologicamente situado porque a inserção da nossa pergunta em um tempo/espaço nos dará subsídios para a compreensão do panorama estudado, muito embora a periodização não seja aqui um marcador fundamental, uma vez que a nossa pesquisa lida com uma temporalidade difusa, em que diferentes elementos se entrecruzam em espaços e tempos distintos.

A concepção de história tradicional vem sendo duramente criticada por historiadores mais renovadores, tanto aqueles representativos da nova história quanto os alinhados com a escola marxista. Suas críticas direcionam-se principalmente em dois sentidos: o da história vinculada com o poder estabelecido e o da neutralidade e objetividade, oriundas do método científico empregado nas ciências naturais. No caso da nova história, a crítica também se assenta no caráter estruturalista da história tradicional, em que as atividades humanas nas suas mais variadas manifestações não se configuram como objetos de estudo. Portanto, o nosso intuito aqui é o de apontar, segundo as nossas concepções, em virtude da perspectiva teórica que nos guia, algumas fragilidades da historiografia tradicional, mas reconhecendo uma certa influência dela, pois todos que fazemos ciência herdamos um pouco desse paradigma, principalmente no que diz respeito à necessidade de utilização de um método e à pretensão de construir um conhecimento pautado na racionalidade. Ademais, a historiografia tradicional teve e tem sua importante contribuição no desenvolvimento da ciência histórica e se configura como fonte de pesquisa e parâmetro para a superação de suas limitações e para a construção de histórias outras.

No intuito de superar tais limitações, surgiram, em meados do século XX, outras formas de escrever e de pensar a história, originadas das duas escolas já citadas: os historiadores marxistas e a nova história.

Na historiografia marxista a história se apresenta sob a influência do que Hobsbawm (2014, p. 204) denomina “ciências sociais economicamente orientadas”, que são aquelas fundamentadas ou pelo menos alinhadas com obra de Karl Marx (1818-1883), cujo cerne está na análise das estruturas sociais a partir do ponto de vista das relações de produção. Marx não se propunha a fazer história, exatamente, mas os seus trabalhos sobre o modo de produção capitalista acabam por enveredar-se também num viés historiográfico, principalmente no que concerne à mudança do sistema feudal para o capitalismo. Hobsbawm (2014, p. 208) aponta que as obras em que Marx mais se aproxima de escrever como historiador foram de interesse menos imediato, em princípio, de modo que a sua principal obra, *O capital*, foi, das suas, a que mais influenciou o pensamento de cientistas e filósofos de vários campos no início do século XX, inclusive o da história. De fato, o pensamento marxista, inovador na época, constituiu-se como a principal via de combate – da história e das ciências sociais – ao empirismo, aos métodos das ciências naturais aplicados às ciências sociais e humanas e, no caso da história, à aproximação com o Estado e a política, empregados pela ciência positivista. Ademais, o marxismo, enquanto ideologia, instigou a instalação de sistemas socialistas e comunistas em alguns países, ao tempo em que fomentou a luta contra sistemas ditatoriais em outros. A esse respeito não pretendemos nos deter aqui porque escapa aos objetivos do nosso trabalho.

É claro que a perspectiva ideológica acaba por contaminar a escrita da história, por isso, alguns autores como Hobsbawm (2014) e Bois (2001), alertam para as armadilhas de uma historiografia pretensamente marxista. Os autores chamam a atenção para a existência do que o primeiro chama de “marxismo vulgar” e o segundo denomina “pseudomarxismo”, que é nada menos do que a distorção das ideias de Marx, no intuito de escrever a história em ligação com os fenômenos sociais e econômicos. Bois (2001) argumenta que na historiografia esse tem sido um fenômeno catastrófico, carregado de “discurso estereotipado, congelamento da pesquisa (salvo em setores como a arqueologia, mais independentes da esfera ideológica), manipulação escolástica e artificial dos conceitos” (BOIS, 2001, p. 242) (grifo do autor). Para o autor, o modo de produção é o conceito central na abordagem marxista, no entanto, ao cair no lugar comum das lutas de classes e dos sistemas econômicos, historiadores pseudomarxistas ficam devendo – e muito – ao tentar levar a cabo suas análises e explicações das relações sociais, caminhando para um determinismo dogmático embasado num discurso enrijecido e vazio.

Hobsbawm, por sua vez, acrescenta que “era patente, desde o início, que o materialismo histórico não era determinismo *econômico*” (HOBSBAWM, 2014, p. 227) (grifo do autor), e que Marx, em seus escritos históricos, estava consciente de que as sociedades que comungam de uma mesma base material possuem “maneiras amplamente variáveis de estruturar as relações sociais, ideologias e outros aspectos superestruturais” (HOBSBAWM, 2014, p. 228), ou seja, para o autor, Marx não era um reducionista econômico, mas considerava que uma boa análise de uma sociedade, em seus aspectos históricos, deveria partir da análise do seu modo de produção.

Para nós fica evidente que a historiografia marxista, seja ela empreendida por marxistas “verdadeiros” ou, no dizer de Hobsbawm, por marxistas vulgares, é uma história feita a partir de uma perspectiva macroestrutural, em que o seu interesse, segundo Bois, é voltado “mais para as estruturas do que para o acontecimento superficial, mais para o coletivo do que para o individual, mais para o cotidiano do que para o acidental” (BOIS, 2001, p. 245), o que a diferencia substancialmente da nova história, como veremos a seguir.

Resguardadas as diferenças de perspectivas, a historiografia marxista contribuiu significativamente para ciência histórica, com a sua abertura para novos campos e para a análise econômica e social ao invés de apenas política e estadista. Hobsbawm assinala que “a principal contribuição do marxismo a essa tendência no passado foi a crítica do positivismo, ou seja, das tentativas de assimilar o estudo das ciências sociais ao das ciências naturais, ou assimilar o humano ao não humano” (HOBSBAWM, 2014, p. 210).

Outra escola historiográfica que surge no início do século XX é a nova história. Assim como a escola marxista, esta também declara guerra ao positivismo no que concerne à ciência histórica. No entanto, ela se diferencia do marxismo ao possibilitar o estudo dos fenômenos históricos a partir das microestruturas locais ou da ação de sujeitos antes ignorados pela escrita vista de cima. Além disso, ao longo de seu desenvolvimento ela abriu uma variedade de possibilidades de estudar fenômenos que até então não eram objetos de estudo do historiador, bem como introduziu métodos antes estranhos à historiografia. Através da incorporação de novos objetos de pesquisa, novas abordagens metodológicas e da constituição de novos documentos, surge também uma nova história, cuja natureza, segundo Peter Burke (1997), substitui a tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história-problema. Agora, ao conceber a história não apenas como uma sucessão de eventos, outros tipos de materiais entram no rol das fontes de pesquisa. Do mesmo modo, outros elementos, como fatores econômicos, culturais, psicológicos e geográficos tornam-se susceptíveis ao curioso olhar do historiador.

Abre-se a possibilidade para uma multiplicidade de abordagens, tais como história da arte, da loucura, do saber, do livro, da leitura, do corpo, da sexualidade, etc., fazendo sucumbir a singularidade substantiva do termo “a História” para dar lugar à pluralidade das histórias, o que nos leva a conceber também a história tradicional como uma das possíveis “histórias”. É justamente por conta dessa multiplicidade que a nova história acaba por se inserir numa perspectiva de história interdisciplinar, dialogando com áreas como economia, sociologia, antropologia, geografia, ciência política, dentre outras.

A nova história ganhou notoriedade a partir do final da década de 1920, na França, depois do surgimento de um movimento intelectual denominado *Escola dos Annales*. Esse movimento desenvolveu-se em decorrência da publicação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que teve como idealizadores os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. De acordo com Burke (1997), Bloch e Febvre, ao assumirem cargos na recente Universidade de Estrasburgo, em 1920, encontraram-se pela primeira vez e, em virtude das ideias convergentes, rapidamente estabeleceram vínculos profissionais e de amizade. Em seguida começaram a trabalhar, juntos, em parceria com outros autores, tais como Charles Blondel (psicólogo social), Maurice Halbwachs (sociólogo), Henri Bremonds (historiador), Georges Lefebvre (historiador), dentre outros, quando fundaram a revista.

A continuação do trabalho rendeu outras publicações ao longo dos anos e revelou nomes importantes como Fernand Braudel, Jacques Le Goff e Roger Chartier, além disso, influenciou historiadores no mundo todo, revolucionando a escrita da história e, claro, contribuindo para a profícua crise em que se encontra a história hoje no campo científico.

É oportuno registrar também que, embora a Escola dos *Annales* tenha provocado todo esse movimento, não são os seus criadores os precursores de uma escrita problematizadora da história, diferente do ponto de vista dominante. Burke (1997, p. 19) indica que já no século XIX alguns historiadores, tais como Michelet, Burckhardt, Fustel de Coulanges e Marx foram vozes dissonantes em seus escritos sobre o Renascimento, com uma visão mais ampla da história do que os positivistas rankeanos. Burckhardt interpretava a história como um campo em que interagem três forças – o Estado, a Religião e a Cultura –, enquanto Michelet defendia o que hoje poderíamos descrever como uma “história da perspectiva das classes subalternas”. O autor cita ainda outros historiadores, como Fustel de Coulanges, que na sua obra *A Cidade Antiga* (1864) dedicou-se mais à história da família, das religiões e da moralidade do que propriamente de eventos e da política, ou como Marx, que atribuía às tensões existentes no interior das estruturas socioeconômicas as causas das mudanças históricas. Para Burke esses são exemplos

de uma historiografia problematizadora – embora ainda não existisse o movimento da nova história – em um momento em que o positivismo rankeano imperava absoluto.

Em uma análise semelhante, Ariès (2001) aponta autores contemporâneos aos dos *Annales*, que, embora também pioneiros ao escrever uma história problematizadora, não formaram escola, por isso alguns deles permaneceram obscuros por algum tempo, e aos poucos foram sendo redescobertos. A exemplo, o autor cita o historiador holandês Huizinga, o alemão Norbert Elias e o italiano Mario Praz, este último historiador da arte e da literatura. Para ele, todos esses autores, inclusive os dos *Annales*, atribuíam à história um domínio diverso daquele ao qual ela sempre estivera limitada, a saber, “o das atividades conscientes, voluntárias, orientadas para a decisão política, a propagação das ideias, a conduta dos homens e dos acontecimentos” (ARIÈS, 2001, p. 155).

O novo movimento historiográfico apresentou-se muito renovador, questionando a historiografia tradicional e propondo novos elementos para o conhecimento das sociedades. Trouxe a novidade de colocar a história numa perspectiva multidisciplinar, aproximando-a muito das ciências sociais. Por esse motivo, Ariès (2001) fala de uma história ampla, que engloba ao mesmo tempo a história econômica e a história cultural, denominada então história das mentalidades. Para o autor, as diferentes terminologias fazem parte de um todo denominado história social, cujo ponto de vista se opunha ferrenhamente ao da história política e factual.

A Escola dos *Annales*, ao se posicionar contra uma escrita factual da história, legou aos historiadores contemporâneos a pesquisa histórica numa perspectiva problematizadora diante dos fenômenos naturais e sociais em função do tempo. A questão agora não é mais contar, reproduzir ou reconstituir os fatos tal como aconteceram, mas sim reconstruí-los ou interpretá-los à luz do tempo presente, o que pressupõe uma parcialidade do historiador. Não há neutralidade, como queria o positivismo rankeano. Ao elaborar um problema de pesquisa, o historiador já está imerso em um contexto cultural e intelectual que fatalmente o direciona. Dessa forma, a história factual dá lugar à história-problema. “A história deixaria de se compor só de acontecimentos para se voltar para a abordagem de problemas, questões ligadas à vida social, à vida coletiva contemporânea” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p. 65).

Assim, a história-problema permeia vários campos de pesquisa, fazendo-se presente em todas as modalidades investigativas, tais como a história cultural, a história econômica e até mesmo a história política, que nessa nova perspectiva assume um *status* diferente da história política factual. Para Barros (2012), essa nova concepção de política engloba o estudo dos poderes e micro poderes de todos os tipos, e não apenas os ligados aos círculos estatais e

institucionais. Isso possibilita estudos menos universalizadores dentro da ciência histórica e a compreensão de determinados fenômenos sociais a partir de olhares diversos, afastando a visão estruturalista que categoriza todos os indivíduos dentro de uma mesma realidade. A visão de história deixa de ser macro e totalizante para ser micro e dispersa. “Surgem campos de estudos que buscam, através das histórias de vida de pessoas comuns, iluminar questões que dizem respeito à cultura, à economia, às mentalidades ou à política” (BARROS, 2012, p. 315).

Trabalhando nesses microespaços, a nova história possibilita problematizar os fatos e não apenas concebê-los de forma linear como uma sucessão de acontecimentos que se sobrepõem formando um todo homogêneo e cronologicamente sequenciado. Nesse sentido, segundo Barros (2012), problematizar a história está diretamente relacionado à elaboração – e não à reconstituição – do vivido através de problemas e motivações da época do próprio historiador.

Para esse autor, se a operação historiográfica é regida por um problema colocado pelo próprio historiador a partir das motivações de sua própria época e dos dispositivos aos quais ele está subjetivado, então o fato histórico acaba sendo uma construção do próprio historiador. E isso não faz com que a história-problema não seja científica. Para Albuquerque Júnior (2004, p. 66), esse caráter problemático do saber histórico é que lhe permite ser um saber cientificamente elaborado, embora não seja necessariamente uma ciência nos moldes que o positivismo do século XIX definiu, em que se busca a generalização e a eliminação das diferenças. Para Le Goff, “o caráter científico da história reside tanto na valorização das diferenças como das semelhanças, enquanto que as ciências da natureza buscam eliminar as diferenças” (LE GOFF, 1990, p. 45).

Desse modo, a história-problema se apresenta cientificamente bem fundamentada e reconstrói os fatos de forma crítica e, como o próprio nome já diz, problematizadora. Nela, os fatos não estão dados nos documentos, mas são abstraídos de maneira interpretativa de acordo com a subjetividade do historiador. “As explicações são mais avaliações do que demonstrações, mas incluem a opinião do historiador em termos racionais, inerentes ao processo intelectual de explicação” (LE GOFF, 1990, p. 40). Por isso, Albuquerque Júnior (2004) enfatiza que “a história a ser ensinada deveria preparar os homens não para viver num tempo contínuo e progressivo, mas para viver num tempo resvaladiço, fragmentado, múltiplo, um tempo em constantes perigos que exige constante vigilância e ação” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p. 66).

Considerando essas observações, compreendemos a história-problema como uma forma de pesquisar e escrever a história a partir da reconstrução dos fatos à luz da interpretação de cada historiador/pesquisador e de entendê-los à luz do contexto sociocultural em que está imerso cada leitor ou espectador. E também como uma escrita da história que evita os heroísmos, a neutralidade científica e o entendimento dos fatos como acontecimentos que por si sós “contariam” a história.

Seja na história positivista, na história econômica empregada pelo marxismo a partir da análise dos modos de produção, ou mesmo no dogmatismo acadêmico economicista do “marxismo vulgar” ou “pseudomarxismo”, a história é vista sob a perspectiva das amplas estruturas políticas ou econômicas, e não se enxerga a identidade do ser humano na história. Na contramão desse caráter estruturalista, Le Goff defende que “a verdadeira história se interessa pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, e não apenas suas ideias e atos” (LE GOFF, 2001, p. 20). As manifestações dos sujeitos em seus contextos mais particulares – dos que estão à margem das decisões de grandes chefes, políticos, estadistas, militares, religiosos, intelectuais etc., ou daqueles que, do ponto de vista das estruturas, são vistos como componentes ordinários de uma massa que apenas segue o fluxo incessante das mudanças –, na nova história são potenciais fontes de compreensão de processos individuais e coletivos, e as análises dessas manifestações podem revelar diferentes facetas de um processo que a “grande história” não alcançaria. Isso é menos um juízo de valor e mais uma constatação de que sob diferentes perspectivas é possível aplicar diferentes métodos, abarcar diferentes objetos e elaborar diferentes compreensões, que mais do que contradizer, irão ampliar o domínio de certos contextos históricos.

Nesse sentido, dentre outras tantas fontes, as narrativas orais dos sujeitos podem também ser tomadas como fontes históricas, desde que adequadamente tratadas, esboçando-se e explicitando-se os pressupostos teóricos e metodológicos na construção de um saber que se pretenda científico. Investidos dessa concepção, esboçaremos no tópico seguinte a nossa escolha metodológica, como ela se fundamenta e se processa.

A história oral em Educação Matemática

No presente tópico, pretendemos apresentar de forma mais detalhada a metodologia da história oral em Educação Matemática.

Para dar conta da problemática aqui instituída utilizamos como metodologia de pesquisa a abordagem qualitativa da história oral. A pesquisa qualitativa emerge da necessidade do trabalho investigativo em contextos múltiplos, nos quais os levantamentos estatísticos e determinados padrões de comportamento apresentados de forma quantificada não dão conta de responder às questões de natureza social. O termo qualitativo aponta para uma forte interação com os sujeitos, acontecimentos e lugares que se entrelaçam no campo de pesquisa para que, desse entrelaçamento, sejam observados os comportamentos explícitos ou implícitos, perceptíveis apenas por um olhar específico. Estas observações são depois traduzidas, de forma textual, com rigor científico, clareza e objetividade, para que sejam construídos os significados possíveis da pesquisa.

Nesse sentido, a história oral se constitui como uma metodologia de pesquisa qualitativa que permite “criar fontes a partir da oralidade, concebendo essas narrativas orais fixadas pela escrita como documentos históricos intencionalmente constituídos” (FERNANDES, 2011, p. 15). Se pensarmos a historiografia numa perspectiva do positivismo, conforme descrevemos, poderão surgir questionamentos sobre o uso da história oral como metodologia de pesquisa qualitativa, isto porque ela utiliza a memória e a oralidade como recursos para a produção de dados. Nesse ponto, a história oral entra em colapso com a herança positivista de fazer pesquisa, haja vista que a subjetividade, aqui, para muitos pesquisadores, poderia assumir um papel duvidoso quanto à fidedignidade das fontes que, uma vez sendo baseadas em memórias e oralidades, carregadas de subjetividades, seriam tendenciosas, enfatizando situações/informações que interessam ao entrevistado ou ao pesquisador, ao mesmo tempo que negligenciariam situações/informações que não os interessassem. Se fôssemos adeptos de uma pretensa neutralidade científica e de uma objetividade da história, esses questionamentos poderiam fazer sentido, mas, ao considerarmos, como na nova história, a impossibilidade de uma história imparcial, neutra e objetiva, entendemos que ela possibilita registrar aqueles que, na escrita tradicional da história, são, normalmente, silenciados, pois a escrita, fonte por excelência das perspectivas de análise documental, ao ser preponderantemente linear (no sentido de continuidade do tempo), factual e muitas vezes glorificadora, tende a suprimir o olhar de alguns sujeitos quanto ao processo de construção de um fenômeno social, deixando toda a construção histórica a cargo do olhar do pesquisador que é também tendencioso e carregado de subjetividade, mesmo os que não admitem sê-lo.

Por esse ponto de vista, poderíamos então ser induzidos a pensar que nem a escrita tradicional da história, baseada em provas materiais, nem a escrita baseada em memórias e

oralidades seriam fontes confiáveis, pois de alguma forma ambas são dotadas de subjetividade. No entanto, nem a subjetividade, nem a objetividade, se constituem como fatores decisivos para determinar a veracidade de uma pesquisa. Há que se balizar pelo rigor científico, pela boa escolha do método de acordo com o objetivo da pesquisa, pela ética e pela clareza na apresentação dos resultados, e mesmo a noção de verdade histórica deve ser relativizada.

Nessa perspectiva, a história oral pode ser vista como um caminho metodológico capaz de flagrar certos pormenores que porventura tenham sido negligenciados ou esquecidos na minúcia do cotidiano, além de poder revelar situações relevantes, mas que, por algum motivo – intencional ou não –, tenham sido suprimidos de outros registros. Isto não significa dizer que a história oral substitua as fontes documentais ou que uma escrita baseada nas memórias e oralidades seja melhor ou pior do que a escrita da história baseada exclusivamente em provas documentais oficialmente constituídas, ainda que elas possam oferecer diferentes compreensões ao olhar para o mesmo fenômeno. Ao introduzir uma nova técnica de pesquisa, novos documentos são descobertos/constituídos, ou documentos já existentes e estudados podem ganhar contornos diferentes e dizerem coisas diferentes. Ou seja, uma técnica em si não é apenas um modo de proceder, mas também um modo de ver e interpretar o mundo, uma vez que ela tenha impregnadas, em si, concepções teóricas que a fundamentam. Daí a concepção de que a história é um conceito móvel. Um mesmo quadro histórico, quando estudado em diferentes tempos e por diferentes técnicas, pode apresentar novos vieses, permitir novas construções e potencializar novas interpretações.

Outro aspecto importante das pesquisas em que se usa a memória e a oralidade é a despretensão em construir uma história acabada e generalizada. Ao contrário disso, a história oral investiga contextos muito particulares, permitindo que diversas interpretações do contexto geral sejam criadas e registradas, abrindo espaço para novas investigações e discussões.

Segundo Garnica (2005), a História Oral surge por volta dos anos de 1940, nos Estados Unidos, com as gravações feitas pelo historiador Allan Nevins (1890-1971) para a elaboração de biografias de várias personalidades americanas. Esta técnica de pesquisa tornou-se viável, a partir de então, por conta do surgimento dos gravadores portáteis. O autor destaca ainda que a expansão das atividades industriais e a atenção dada pelos antropólogos às camadas mais excluídas da sociedade possibilitaram o avanço das pesquisas relativas à memória e à oralidade.

Com o surgimento da Escola dos *Annales*, no início do século XX, historiadores, antropólogos e sociólogos procuraram revolucionar a escrita da história, rompendo radicalmente com a historiografia tradicional, insistindo em tornar visíveis todos os segmentos

da sociedade, mostrando também a realidade cotidiana daqueles denominados excluídos. Esse movimento chega à América Latina por volta dos anos de 1970 e, nesse contexto, da escrita de uma nova historiografia, a metodologia história oral vem crescendo em diversos países e em diversas áreas, inclusive na Educação Matemática. Para Garnica (2005), a história oral surgiu vinculada aos estudos antropológicos, mas no Brasil ela foi introduzida a partir de estudos em Psicologia Social, da qual se irradiou para outras áreas, inclusive para a Educação Matemática, onde ela vem sendo desenvolvida, principalmente pelas pesquisas empreendidas pelo Ghoem, desde 2002.

A Educação Matemática, por ser um campo de conhecimento que investiga aspectos psicológicos, históricos, filosóficos e sociais dos processos de ensino e aprendizagem de Matemática, se desenvolve a partir das diversas abordagens de pesquisa qualitativa. No entanto, só muito recentemente os pesquisadores na área têm assumido o uso da história oral como metodologia de pesquisa. Baraldi e Gaertner (2007) afirmam que até o início dos anos 2000 eram quase inexistentes os trabalhos em Educação Matemática que se utilizavam da história oral. Após a constituição do Ghoem, intensificam-se no Brasil os trabalhos que explicitamente a utilizam como metodologia de pesquisa qualitativa, pois esta oferece a possibilidade de investigar traços históricos da formação de professores e da cultura escolar, bem como a constituição da História da Educação Matemática, campo de conhecimento ainda em configuração.

Ainda é um desafio inscrever a história oral como metodologia de pesquisa qualitativa em Educação Matemática. Sua recente inserção no campo requer uma fundamentação criteriosa sobre seus usos e aplicações, bem como exige estudos sobre sua validade e viabilidade. Por isso, de acordo com Garnica (2005), o Ghoem desenvolve suas pesquisas num processo de “investigação-em-trajetória”, ou seja, ao mesmo tempo que estuda a utilização da história oral, realiza pesquisas com esse recurso, tentando ultrapassar os problemas que porventura surjam em decorrência da aplicação de tal método. Desse modo defendemos que uma metodologia de pesquisa não se restringe apenas a um conjunto de métodos, técnicas e procedimentos, mas sobretudo a um criterioso exercício teórico de fundamentação, o que tem sido feito em todos os trabalhos do Ghoem. Nisso, a história oral vai se constituindo como método profícuo dentro da Educação Matemática. Desse contínuo processo de reavaliação e fundamentação dos procedimentos e das especificidades do nosso campo de investigação, surge o que denominamos história oral em Educação Matemática (GARNICA, 2015), que é a metodologia da história oral já apropriada para uma área específica. A história oral em Educação Matemática

nos moldes desenvolvidos pelo Ghoem é um exemplo da apropriação dessa abordagem para essa área específica. Assim, o tratamento dado ao processo de constituição das fontes historiográficas a partir das narrativas orais dos depoentes segue um conjunto de procedimentos continuamente testado, embora haja “um quadro amplo, relativamente estável, de ações que disparamos ao usar a história oral em nossas pesquisas” (GARNICA, 2015, p. 39).

Na efetivação da pesquisa sob a abordagem metodológica da história oral em Educação Matemática alguns procedimentos são comuns aos de todos os campos do conhecimento que utilizam a história oral como metodologia de pesquisa. São eles a gravação e/ou filmagem das entrevistas orais, o seu registro em forma de narrativas escritas e a constituição dessas narrativas como fontes (historiográficas ou de outro tipo). Nos diversos campos de conhecimento, as etapas para a produção dessas fontes podem variar do ponto de vista procedimental, da quantidade de etapas e das terminologias para cada uma delas, mas permanece consensual o ato de captar as narrativas orais por meio de recursos audiovisuais e o registro escrito dessas narrativas para a produção de fontes. Na Educação Matemática, mais especificamente na história oral praticada pelo Ghoem, além desse núcleo central comum a todas as áreas, há, como dissemos, um quadro estável de ações que realizamos. Desse quadro estável, destacamos algumas etapas comuns a todas as pesquisas realizadas no grupo que usam a história oral em Educação Matemática: seleção e contato com os possíveis depoentes; realização das entrevistas; transcrição literal do áudio produzido pela gravação/filmagem da entrevista; textualização, realizada a partir da transcrição; retorno aos depoentes para apreciação e validação da textualização da entrevista; assinatura de carta de cessão dos direitos autorais da textualização; tratamento dos dados e publicação. Essas etapas constituem um núcleo invariável de ações que realizamos na produção dos dados. Invariável no sentido de *o que fazer*, mas não no de *como fazer*, uma vez que cada pesquisa pode demandar diferentes modos de fazer, ou até mesmo acrescentar outras etapas, em virtude do campo teórico mobilizado, das escolhas pessoais do autor ou das peculiaridades do objeto de estudo. A seguir procuraremos conceituar cada uma dessas etapas e apontar como as mobilizamos em nossa pesquisa.

O primeiro passo é a busca pelos sujeitos da pesquisa, os quais denominamos colaboradores ou depoentes. Para isso, é necessário definir bem os objetivos da pesquisa e verificar a sua exequibilidade. Isso significa fazer um levantamento prévio na região, com o intuito de verificar a existência e a disponibilidade dos possíveis entrevistados, bem como a viabilidade para o pesquisador, no que se refere a custos, deslocamentos, infraestrutura e adequação à duração do projeto, ou seja, se a duração da pesquisa comporta o tamanho do

projeto pretendido – principalmente quando se refere a projetos acadêmicos, dada a necessidade de lidar com prazos rigorosamente estabelecidos. De acordo com Thompson (1992), é preciso realizar uma coleta de informações ou até mesmo entrevistas exploratórias visando garantir a exequibilidade da pesquisa. Esse levantamento prévio visa a diminuir o risco de mudanças substanciais no projeto em estágios avançados da pesquisa e assim evitar possíveis perdas de trabalho ou até a inexecução do projeto.

Durante o levantamento (ou antes dele), é elaborado um roteiro que guiará a condução das entrevistas ou a decisão por outras estratégias, como, por exemplo, a entrevista livre ou o uso de fichas temáticas ao invés do roteiro (ou a combinação dos dois). O roteiro ou as fichas temáticas são disponibilizados para os depoentes com antecedência, para que eles possam conhecer o conteúdo pesquisado, preparar as suas falas ou juntar documentos/imagens que possam auxiliar na entrevista ou servir como fontes para o pesquisador. O roteiro não se constitui como um questionário fixo, mas como um guia para a execução da entrevista, que pode ser adaptado até mesmo durante a entrevista ou alterado para outras entrevistas conforme se percebe a necessidade de abordar assuntos recorrentes ou ausentes entre as falas de um e outro depoente.

A quantidade de colaboradores não é estabelecida a priori, ela será definida no percurso da pesquisa e será julgada suficiente pelo pesquisador de acordo com os seus interesses em função do objeto de pesquisa, embora seja possível elencar uma margem dentro daquele levantamento prévio. A história oral é uma metodologia em movimento, dinâmica, o que significa que embora ela tenha alguns procedimentos preestabelecidos, outros só serão possíveis no decorrer do trabalho. O preestabelecimento de alguns procedimentos não segue uma receita rígida, nem tampouco é garantia de sucesso, mas é ingrediente necessário para a adoção de procedimentos mínimos de planejamento para otimizar a execução da pesquisa.

O segundo passo é o contato com os colaboradores. Esse pode ser feito preferencialmente via telefone, e-mail ou pessoalmente. É possível fazê-lo através de outros meios/mídias, desde que sejam de acesso costumeiro dos colaboradores/pesquisador e que se balize pela empatia ao acesso de tais meios. É imprescindível não colocar os colaboradores em situação desconfortável. Em qualquer caso, ao manter o primeiro contato, é explicitado detalhadamente o contexto da pesquisa, as etapas do processo, as instituições envolvidas e a metodologia empregada, numa linguagem acessível aos colaboradores. Em muitos dos casos o pesquisador não conhece o depoente, por isso é preciso explicitar também de que forma chegou até ele. Acontece de muitas vezes o contato com o depoente se dar por indicação de pessoas

conhecidas ou de instituições previamente visitadas pelo pesquisador. Outras vezes um depoente é indicado por outro que participou da pesquisa, num processo que segue o que denominamos critério de rede, segundo o qual um depoente indica outro e assim sucessivamente. Pelo critério de rede, à medida que a pesquisa vai se desenvolvendo, ela nos dará melhores elementos para ir mapeando possíveis novas escolhas, pois novos atores e/ou testemunhas podem surgir a partir da indicação dos colaboradores, bem como “do estudo mais detalhado da documentação sobre o assunto, que pode trazer informações sobre o envolvimento de outras pessoas no tema” (ALBERTI, 2005, p. 33). Em quaisquer dos casos, o modo como se chegou ao possível colaborador deve ficar claro. Depois de mantido o primeiro contato e explicitado todo o processo da pesquisa, é chegado o momento de articular o encontro para a realização da entrevista. O pesquisador deve estar disponível para qualquer esclarecimento que o colaborador necessite, inclusive de realizar quantos encontros forem necessários antes da entrevista, até que o colaborador se sinta à vontade para cedê-la.

As entrevistas são realizadas “a fim de produzir os relatos orais de atores julgados significativos para compreender as experiências a serem investigadas” (FERNANDES, 2011, p. 79), e são gravadas e/ou filmadas, para posteriormente se realizar a transcrição e a textualização das narrativas orais desses atores. As entrevistas devem ser feitas em locais que sejam os mais convenientes, de acordo com as necessidades e disponibilidades dos colaboradores. Dependendo da distância ou disponibilidade de tempo, a entrevista pode ser realizada por meio de videoconferência ou mídias similares. Na fase de contato com o depoente, o pesquisador deverá interrogar sobre o local em que ele prefere realizar a entrevista e se mostrar disponível às preferências do colaborador. Se possível o pesquisador deve visitar o local antes (no caso de entrevistas feitas pessoalmente), para verificar a possibilidade de interferências, de barulho, de circulação de pessoas etc., no intuito de evitar erros ou trechos inaudíveis durante o processo de transcrição. Deve-se dar preferência a locais silenciosos e com o mínimo de circulação de pessoas possível. Caso o pesquisador avalie a inadequação do local escolhido pelo colaborador, ele pode sugerir outro local, explicando o porquê da inadequação. O mesmo procedimento deve ser observado no caso de entrevistas realizadas através de videoconferência ou mídias similares.

Momentos antes da entrevista é preciso verificar se todo o equipamento de gravação está funcionando de maneira satisfatória. Se possível, pode-se levar um técnico ou alguém que o auxilie com os equipamentos, pois estes devem ser verificados continuamente para evitar interrupções na gravação em virtude de incidentes. A ideia é que o entrevistador não precise

dividir o foco com os equipamentos, para que ele permaneça atento à fala do entrevistado e não perca oportunidades de aprofundar-se em possíveis assuntos que ele considere importantes para o seu estudo. No caso em que o entrevistador realize a entrevista sem auxílio, é importante que ele utilize mais de um equipamento, diminuindo assim a probabilidade de incidentes técnicos que comprometam a gravação.

A entrevista deve ser conduzida de maneira que o entrevistado não se sinta desconfortável, evitando assuntos polêmicos ou controversos, respeitando as opiniões do colaborador. Há casos em que determinadas lembranças suscitam emoções, trazem alegrias, tristezas, indignações, saudosismos... sentimentos que o entrevistador deve tratar com delicadeza e bom senso, preservando o entrevistado. No mais, uma vez realizada a entrevista, vem o trabalho de transcrevê-la.

A transcrição, teoricamente, constitui-se como um trabalho técnico de “degravação” da entrevista, momento em que o áudio da narrativa oral é passado para a linguagem escrita. Nas pesquisas em história oral realizadas no âmbito do Ghoem, a transcrição é feita na íntegra, contendo todas as hesitações, repetições e demais traços da oralidade. Isto porque o texto resultado da transcrição não será a versão publicada na apresentação final do trabalho (dissertação, tese, artigo, livro etc.), mas terá duas utilidades importantes no processo: primeiro, ela será a base para a construção da narrativa final, denominada textualização; segundo, ela servirá para que o depoente possa se certificar de que o texto transcrito corresponde ao áudio da sua entrevista. Para isso, uma cópia da transcrição é entregue ao depoente, junto com a textualização e o áudio, em mídia digital, para fins de apreciação.

O processo de transcrição é um trabalho muito técnico e exaustivo, de modo que uma hora de entrevista demanda muitas horas de trabalho para sua transcrição. Esse trabalho pode ser reduzido a depender da habilidade do transcritor ou dos recursos por ele utilizados. Existem vários *softwares*, aplicativos ou ferramentas *online* na internet que auxiliam no processo de transcrição, diminuindo o tempo gasto e a quantidade de tarefas executadas. A maioria desses recursos funciona com um sistema de reconhecimento de voz, podendo ser a voz de uma pessoa externa, que ouve o áudio em fones de ouvido e repete em voz alta para que o programa faça a transcrição, ou a voz interna do sistema de execução de áudio do próprio computador, que faz a transcrição automática direto do áudio da gravação. Alguns desses recursos estão disponíveis gratuitamente na internet, outros não. Obviamente os pagos são os que apresentam melhor qualidade e oferecem um maior número de ferramentas e recursos de otimização.

Há aqueles que preferem transcrever do modo mais tradicional: ouve-se um trecho, pausa-se a gravação, digita-se o trecho escutado e retoma-se esse processo sucessivamente até concluí-lo. O fato é que não há um método que consideremos o melhor. Há uma série de variáveis, tais como, capacidade técnica, disponibilidade de recursos, relação custo-benefício, preferências pessoais, dentre outras, que fazem com que o método de transcrição mais adequado seja o que melhor otimize todas as variáveis para cada pesquisador em particular. Vale ressaltar que até os recursos mais sofisticados podem deixar escapar determinadas falas ou confundir palavras homófonas, por exemplo. Por isso, em todo caso é necessário fazer uma revisão criteriosa do texto transcrito, ouvindo o áudio e acompanhando a leitura da transcrição, tanto para corrigir ou inserir possíveis palavras ausentes ou erroneamente grafadas, quanto para incluir a pontuação, as ênfases do orador etc. Isso faz com que, muitas vezes, transcrever pelo modo tradicional ou usando recursos específicos, no final, implique em pouca diferença no que diz respeito ao tempo demandado para essa tarefa. Cabe ao pesquisador analisar as variáveis e decidir o que melhor se adequar à sua dinâmica de trabalho.

Outra observação que fazemos a respeito da transcrição é sobre a fidedignidade do texto escrito ao texto falado. Teoricamente dizemos que a transcrição é a “degravação” da narrativa oral na íntegra, mantendo toda a dinâmica da linguagem oral no texto escrito, de modo que ao confrontar o áudio com a transcrição, tudo o que foi falado deve constar no texto transcrito. De fato, todas as palavras estão lá. Mas a dinâmica da linguagem oral é diversa daquela da linguagem escrita. O texto transcrito não traduz os gestos, as emoções, as variações de volume e velocidade da fala e uma série de outras características da linguagem oral. Assim, por mais que nos esforcemos para oferecer a maior fidedignidade possível, esta tarefa jamais será alcançada. O texto transcrito nunca será total. A narrativa oral, uma vez transcrita, nunca mais será a mesma, ela escapa a qualquer tentativa de desprendê-la do momento em que foi enunciada. Nem mesmo o áudio consegue captá-la em sua totalidade, pois alguns detalhes muitos sutis se esvaem de maneira tão instantânea que escapam também às ondas sonoras. Isso faz com que o ato de transcrever não seja meramente técnico e objetivo. Transcrever demanda escolhas. Usar os atributos da linguagem escrita para destacar ênfases, transmitir emoções, reproduzir falas simultâneas etc., é um processo que depende tanto da habilidade de operar com tais recursos quanto da sensibilidade do transcritor. Nesse sentido, a transcrição se constitui como um processo subjetivo e, querendo ou não, descaracteriza em certa medida a linguagem oral ao abstrai-la do seu ambiente natural. No limite, ela representa o texto falado.

Depois de realizada a transcrição, segue o desenvolvimento da textualização, que é o processo de recriação, tornando o texto mais fluente e livre de alguns traços mais fortes da oralidade, mas sem perder de vista a subjetividade do colaborador. A narrativa que resulta da textualização será a versão a ser publicada no final do trabalho de pesquisa, por isso se busca adequá-la às normas e à dinâmica da linguagem escrita, procurando linearizar o texto e tornando-o mais fluente para a leitura. A base para a textualização é o texto transcrito. Dele serão retiradas, na medida do possível, as repetições, alguns vícios de linguagem, além da correção de pronúncias e ajustes de palavras ou frases soltas que na linguagem oral são perfeitamente cabíveis em virtude do processo de interlocução. As textualizações podem ser apresentadas no “formato entrevista”, ou seja, mantendo-se o diálogo na íntegra entre entrevistador e entrevistado; noutros casos pode-se fazê-las no “formato misto”, em que algumas perguntas são retiradas e mantêm-se blocos temáticos a partir de perguntas centrais; outras no “formato texto contínuo”, em que são retiradas as perguntas do entrevistador e compõe-se um texto único, apenas com as respostas do entrevistado (que é o nosso caso, na construção dos monólogos). Neste último caso, podem aparecer mudanças bruscas de conteúdo, haja vista que as perguntas retiradas eram disparadores de tais mudanças. Por isso alguns pesquisadores escolhem agrupar os temas. Outros consideram que o agrupamento descaracteriza o percurso da entrevista e escolhem manter a sequência da mesma. Essa é uma decisão tomada pelo pesquisador ou em conjunto entre o pesquisador e o orientador (quando há orientador), observando a forma que melhor mobiliza as compreensões do campo estudado e/ou que melhor responda ao estilo de escrita do pesquisador. Resulta daí que a textualização é um processo muito mais subjetivo do que a transcrição. O pesquisador precisa fazer mais escolhas, de modo que o texto se torna uma composição entre pesquisador, orientador (quando há) e depoente, assumindo características do estilo de escrita de um (uns) e dos traços culturais do outro. Mais do que um trabalho técnico, textualizar é uma arte.

Não é preciso dizer do risco que corre o pesquisador – ao retirar palavras/expressões ou inserir ligações na narrativa – de descaracterizar os traços ou alterar o que foi dito pelo depoente. É um trabalho delicado e coloca o pesquisador em constante estado de tensão. No entanto, pelo fato de não ser um trabalho unilateral, há um salvo-conduto que ameniza tal risco. Trata-se da emissão de todo o material produzido para a apreciação do depoente. Como dissemos, depois de realizada a textualização, o depoente recebe as cópias da transcrição, da textualização e da gravação da entrevista, para que ele possa, além de se certificar de que o texto transcrito corresponde ao áudio, apreciar a textualização, podendo inclusive sugerir ou efetuar

modificações, reconhecer-se ou não no texto produzido e decidir entre desistir ou participar do estudo. Ao ler o material, é possível que o depoente se depare com passagens ditas no calor da emoção da entrevista, às quais, depois de uma revisão acurada, ele julgue inapropriadas, polêmicas ou delicadas para manter num texto escrito, ou ainda, que a leitura suscite outras lembranças de fatos que ele julgue necessário acrescentar ali. A textualização final, portanto, é fruto de uma negociação que envolve pesquisador(es) e entrevistado(s).

Depois de todas essas etapas, o depoente assina uma carta de cessão dos direitos autorais da textualização, cedendo ao pesquisador os direitos de publicação integral ou parcial do conteúdo, de arquivamento e disponibilidade em bancos de dados físicos ou digitais e o seu estudo para fins de realização da pesquisa proposta ou de trabalhos acadêmicos posteriores. Uma vez realizado todo esse trabalho, os registros escritos das narrativas orais dos entrevistados constituem-se como as principais fontes históricas da pesquisa, em um trabalho que mobiliza a historiografia a partir do uso de memórias e narrativas.

As considerações que aqui fizemos sobre a história oral, os seus usos na Educação Matemática e a forma como ela vem sendo desenvolvida pelo Ghoem têm um teor mais técnico, e foram elaboradas a partir das leituras realizadas para a preparação do projeto de pesquisa e ao longo do doutorado. No entanto, ao empreender a pesquisa de campo e ao passar por cada uma das fases preestabelecidas, ao mobilizar a história oral para além do escrito, chegando ao vivido, essa experiência nos possibilitou extrapolar as compreensões a que, antes, havíamos chegado somente a partir das leituras. Por isso, sentimos a necessidade de expressar as vivências, angústias, alegrias, entusiasmos, frustrações e (re)descobertas que encontramos nesse caminho. Para tanto, tentaremos, no próximo capítulo, descrever essa experiência. Escreveremos em forma de monólogo, para que possamos nos aproximar da imersão do pesquisador, expressa como depoimento individual. Sabemos da impossibilidade de expressar uma experiência em sua totalidade. No máximo, poderemos descrever o que foi vivido e, no limite, expressar o que foi sentido, mas essa tentativa de expressão já nasce fracassada visto que o modo como o sujeito é afetado pelo que sente tem a ver com a sua própria subjetividade, que se manifesta de maneira singular e inexprimível. No entanto, o esforço de expressá-la poderá produzir outras afetações e gerar produções de significados para outros sujeitos ao operarem com a história oral.

MONÓLOGO SOBRE UM PERCURSO METODOLÓGICO

Quero falar sobre metodologia. Na versão que tinha sido entregue à Comissão Examinadora do Exame Geral de Qualificação, eu havia feito um capítulo sobre a metodologia da história oral e sobre o seu uso, principalmente no campo da Educação Matemática. O texto produzido naquela ocasião – e que agora veio como tópico do diálogo anterior – não estava no formato de monólogo, mas de um capítulo nos moldes habituais de um texto acadêmico. Embora bem avaliado em virtude da sua articulação com a literatura acadêmica e da apropriação dos conceitos mobilizados, uma das críticas apontadas ao texto foi ser mais um texto do Ghoem, dizendo as mesmas coisas que os outros dizem, além de ser muito prescritivo, podendo ser lido como uma tentativa de indicar o que se deve fazer para produzir uma pesquisa usando a metodologia da história oral em Educação Matemática.

Não fui pego de surpresa, confesso que tinha pensado nessas duas coisas. Mas nós somos muito amarrados ao modo de operar da academia, e pensar em não seguir a receita dá um certo medo: medo de ser criticado por não ter feito isso; medo de não falar sobre a metodologia (já que todos falam); medo de escrever a metodologia de uma forma mais “livre”, e ser rechaçado por falta de fundamentação teórica... medo! Isso parece um tanto contraditório, visto que eu venho propondo uma escrita fora dos cânones acadêmicos. No entanto, recebi boas sugestões, e muitas delas, em resumo, diziam-me: “liberte-se, vá em frente, não tenha medo”. Foram várias as sugestões, não só na metodologia, mas também em outros pontos do texto. Algumas delas em pontos bem específicos, outras mais gerais ou abrangentes. Tive que fazer escolhas, algumas delas bem difíceis.

Dentre essas escolhas, estava a de falar sobre a metodologia em forma de monólogo, seguindo a sequência do que eu vinha fazendo até então. “Por que fazer mais do mesmo se você tem nas mãos uma ferramenta potente para fazer diferente e assim poder dizer outras coisas?”. “Se alguém quiser ler sobre história oral, sobre suas etapas e procedimentos, sobre como ela surgiu e se desenvolveu, sobre como a Educação Matemática se apropriou de seus conceitos e procedimentos, tudo isso já está exhaustivamente escrito em muitos textos do Ghoem e já está muito bem estabelecido”. “Dá para fazer um monólogo sobre como foi a experiência no campo de pesquisa para você, sua experiência particular, seus conflitos, seu passo a passo, sua organização, a forma como você mobilizou a metodologia, o que a sua pesquisa em particular demandou, mas não estava no *script*. Talvez daí saia algo novo. Talvez aí você contribua melhor com o campo”. Foi mais ou menos isso o que a banca quis me dizer. Decidi então fazer as duas coisas. Decidi manter o bom e velho texto técnico – agora não por medo, mas por sentir, depois

de inúmeras releituras, que ele atende algumas das minhas expectativas, sendo mesmo necessário – e produzir este monólogo contando a minha experiência com a história oral na prática, no campo de pesquisa.

Para iniciar o processo de busca e entrevista dos depoentes, realizei alguns estudos preliminares no intuito de avaliar a exequibilidade da pesquisa e a existência de possíveis colaboradores. Consegui elencar um número mínimo de professores com os quais eu pudesse iniciar as entrevistas e, em seguida, dar continuidade utilizando o critério de rede ou os resultados do levantamento para encontrar outros possíveis colaboradores. Em algumas pesquisas, no Ghoem, nós adotamos o critério de rede, que é quando um depoente indica outro e esse outro indica mais um, num processo sucessivo de indicação, busca e entrevista. À medida que a pesquisa vai se desenvolvendo, ela nos dará melhores elementos para ir mapeando possíveis novas escolhas, pois novos atores ou novas testemunhas podem surgir a partir da indicação dos colaboradores ou do estudo mais detalhado do campo de pesquisa.

Em princípio, eu procurava professores que ensinaram Matemática em nível de 2º grau nas décadas de 1970 e 1980. Eu apostava especificamente nesse perfil (professores de 2º grau) porque estava fazendo um paralelo entre a formação existente na região – não existiam cursos de graduação plena para formar professores de Matemática para atuarem nesse nível de ensino – e a existência de escolas de 2º grau. Depois, acabei descobrindo que esse recorte não se justificava muito bem, visto que meus depoentes, em sua maioria, ensinaram também em nível de 1º grau e que a formação era escassa para qualquer nível de ensino. Mesmo assim, esse recorte foi o que acabou me levando a entrevistar os professores que entrevistei. De outro modo eu teria encontrado outros professores além ou apesar desses.

Comecei fazendo um levantamento das cidades da região do Cariri que tinham esse nível de ensino no período proposto, com a ressalva de que não fossem Escolas Normais, pois o Curso Normal geralmente não ofertava a disciplina de Matemática. Em princípio, consegui identificar que pelo menos 11 das 29 cidades da atual Microrregião de Planejamento do Cariri se encaixavam nesse perfil, ou seja, tinham escolas de 2º grau no período proposto. Restava conseguir encontrar os professores nessas cidades. Minha estratégia era a de tentar encontrá-los através do contato que tenho com amigos, colegas e ex-alunos do curso de Matemática da Urca espalhados pelas várias cidades do Cariri. Resolvi começar por Juazeiro do Norte e Crato, cidades em que resido/residi e que sediam o Centro de Ciências e Tecnologia da Urca (onde funciona o curso de Matemática em que trabalho) e a sede administrativa da Universidade, respectivamente. Do ponto de vista operacional eu tinha mais facilidade de me deslocar e

conhecia muito mais pessoas que pudessem indicar ou ajudar a procurar por esses depoentes. Além do mais, eu já conhecia alguns professores de Juazeiro, dos quais fui aluno no ensino médio. Acreditava eu que, ao encontrá-los, o critério de rede iria me levar facilmente a outros professores da região. Mas não foi bem assim. Nas primeiras entrevistas fui percebendo que na minha realidade, ou seja, no meu campo de pesquisa, o critério de rede só funcionava (e nem sempre) dentro de uma mesma cidade ou entre cidades vizinhas¹³. Foi aí que o levantamento prévio e o conhecimento com pessoas em várias cidades se tornaram imprescindíveis e funcionaram, para mim, melhor do que o critério de rede. Ou então, aqui pode surgir uma ampliação do que já foi definido como critério de rede. Ao invés de considerar a rede apenas como as indicações sucessivas dos próprios depoentes, poderíamos pensá-la também como uma rede de contatos do pesquisador em função da sua inserção como sujeito daquele universo de pesquisa.

Ainda assim, ter o levantamento das escolas e conhecer muitas pessoas em várias cidades não foi o suficiente. Um exemplo disso foi o caso da professora Lourdes. Ela reside na zona rural de Milagres (CE), um dos poucos municípios na região em que eu não tenho pessoas de contato muito próximo. Por isso, para resolver o problema da quebra do critério de rede e da falta desse contato, resolvi buscar um/uma depoente por intermédio de uma escola. No levantamento que havia feito, eu listei, além das cidades, os nomes e os telefones das escolas que possivelmente pudessem me levar a algum depoente. Com a lista na mão, liguei para a Escola de Ensino Médio Dona Antônia Lindalva de Moraes, em Milagres, e com as dicas de uma funcionária de lá, acabei encontrando a professora Lourdes e conseguindo entrevistá-la.

Mas vou deixar a história dela para mais adiante. Aqui, vou seguir a ordem cronológica dos depoimentos.

Começamos então pelo início, pelo professor Wilson.

O professor Wilson Albuquerque Gouveia foi o primeiro dos entrevistados. Ele mora na cidade de Juazeiro do Norte e é conhecido também como doutor Wilson, pelo fato de exercer hoje a profissão de advogado. A sugestão de entrevistá-lo veio de um colega de departamento do curso de Matemática da Urca, professor Jocel¹⁴. No início da minha busca por depoentes consultei o professor Jocel porque ele, mais do que eu, conheceria bem os professores de Juazeiro, dado ter vivido toda a sua idade escolar naquela cidade e ter professoras na família.

¹³ Vale ressaltar que isso se deve à especificidade desta pesquisa. Determinadas estabilidades dentro do trabalho com a metodologia da história oral em Educação Matemática podem funcionar ou não dependendo de variáveis inerentes a cada pesquisa em particular. Por isso é preciso submeter a metodologia a um constante processo de avaliação de seus procedimentos e fundamentos.

¹⁴ Jocel Faustino Norberto, professor do Departamento de Matemática da Universidade Regional do Cariri (Urca).

Jocel me falou do professor Wilson e de mais alguns professores, mas não sabia informar onde moravam. Alguns deles eu conhecia pessoalmente, como o professor Carlos Alberto de Carvalho, um dos depoentes da pesquisa, e um outro que não aceitou participar do estudo.

Ao pronunciar o nome doutor Wilson Gouveia e rememorar a relação desse nome com a docência em Matemática, me lembrei que nos meus tempos de quartel havia um policial chamado Gouveia¹⁵, cujo pai era professor de Matemática e advogado. Com essa informação, fui até o quartel do 2º Batalhão da Polícia Militar do Ceará, em Juazeiro, procurar pelo PM Gouveia, no intuito de conseguir o contato do seu pai. Fui informado que o militar agora fazia parte do quadro de policiais que trabalhavam no Colégio da PM¹⁶, para onde me dirigi e o encontrei. Relatei ao Gouveia que estava fazendo uma pesquisa com professores de Matemática antigos da região e gostaria de entrevistar o pai dele. Na ocasião, perguntei se ele poderia me fornecer algum número de telefone para eu contatá-lo. Imediatamente, Gouveia ligou ali mesmo, do celular, e me colocou na linha com seu pai, antes me apresentando como um velho companheiro de farda e agora professor da Urca. Conversei com o professor Wilson e expliquei brevemente o intuito da entrevista, relatando se tratar de uma pesquisa de doutorado. Ele aceitou participar do estudo e pediu que nos encontrássemos pessoalmente para que eu pudesse explicar melhor o contexto.

No dia seguinte, 18 de outubro de 2016, fui à residência do professor Wilson já levando uma cópia do roteiro para que ele pudesse se ambientar na ocasião da entrevista. Expliquei o objetivo da pesquisa, falei sobre a metodologia, sobre os procedimentos de transcrição e textualização e sobre a assinatura da carta de cessão. O professor aceitou colaborar com a pesquisa. Naquele momento, ele já começou a contar sua história de vida e sua experiência com a profissão docente. Falou sobre as escolas que frequentou quando criança, sobre seus professores, sobre a educação em Juazeiro, tudo isso quase num tom de entrevista. Depois de ouvi-lo, sugeri marcarmos a entrevista. Marcamos para o sábado seguinte, dia 22 de outubro de 2016.

Cheguei em sua residência, no dia marcado, por volta das 10h da manhã. O professor Wilson me recebeu em uma sala reservada, como um escritório, ao lado da sala principal de sua casa, que fica em um bairro afastado do centro de Juazeiro, mas em uma rua bastante movimentada, de modo que no áudio da entrevista ouve-se muito o som dos veículos passando na rua. Para evitar perder algum trecho do áudio, utilizei dois dispositivos de gravação.

¹⁵ Wilson Albuquerque Gouveia Júnior, Policial Militar da PMCE, filho do professor Wilson.

¹⁶ Colégio da Polícia Militar do Ceará Cel. Hervano Macedo Junior, localizado em Juazeiro do Norte (CE).

Ao iniciar a entrevista, o professor estava munido de alguns arquivos pessoais, tais como o histórico do curso de graduação e alguns certificados de participação em cursos de capacitação, os quais ele disponibilizou para que eu pudesse fotografar. A entrevista durou quarenta e oito minutos, e muito do que o professor tinha me contado na primeira visita foi dito também na entrevista.

Concluído o encontro, fui para casa com o material para dar início à transcrição. Tive muitas dificuldades, pois era a primeira. Testei diferentes ferramentas de transcrição *online*, versões-teste de *softwares* para transcrever e transcrição no modo tradicional, ouvindo trechos entre pausas. Em todas elas eu marcava o tempo para tentar escolher a que melhor otimizava o meu trabalho. Considerando o tempo de revisão, eu levava cerca de uma hora e vinte para cada cinco minutos de áudio, em quaisquer dos casos. Só a partir da terceira transcrição foi que consegui definir um método que me pareceu mais adequado. Percebi que o modo tradicional era, para mim, o mais adequado, desde que eu conseguisse digitar com mais rapidez e usasse um reproduzidor de áudio fora do computador. Para acelerar a digitação, fiz alguns exercícios de treinamento e modifiquei o meu modo de digitar. No final, consegui diminuir a proporção para trinta a quarenta minutos de trabalho de transcrição por cinco minutos de áudio.

A textualização do professor Wilson também foi a primeira. No entanto, embora seja um processo mais subjetivo, me senti mais confortável fazendo a textualização do que a transcrição. Eu já tinha optado pelo formato dos monólogos, por isso, ao terminá-la, ela já estava quase no ponto que ficaria a sua versão definitiva. Faltava ainda a apreciação do orientador. Enviei a textualização para o Vicente, naquela apreensão de quem envia uma primeira textualização. Já havíamos falado sobre o formato, mas até então era apenas uma ideia. A resposta foi muito positiva, mas ele alertou sobre a falta de notas de rodapé para identificar instituições, pessoas e termos pouco conhecidos. Foi quando eu percebi que seria preciso empreender um trabalho investigativo em busca de informações para as notas. Comecei a visitar instituições, bibliotecas e arquivos, no intuito de encontrar aquelas informações que não conseguia elaborar apenas com buscas na internet. As textualizações passaram a ser mais do que a produção das narrativas dos professores, mas também a busca pelas notas de rodapé. No início o trabalho foi maior, mas foi diminuindo a partir do momento em que muitos nomes se repetiam e que eu otimizava os mecanismos de busca. Depois de inseridas as notas, enviei para Vicente uma segunda versão, agora com a maioria delas e a indicação daquelas que eu não tinha completado. Após sua anuência, imprimi toda a documentação e contatei o professor Wilson para a entrega do material e posterior apreciação e assinatura da carta de cessão.

O professor Wilson me recebeu novamente em sua residência na terça-feira, 23 de maio de 2017. Perguntei quanto tempo ele precisaria para apreciar a textualização e ele informou que no sábado seguinte, à noite, eu poderia ir buscá-la. Ao chegar, no dia combinado, ele sugeriu fazer apenas uma modificação, mas não na sua narrativa e sim em uma nota de rodapé, em que eu tinha deixado de dar a informação de que a Faculdade de Filosofia do Crato tinha sido anexada à Universidade Federal do Ceará. Como a modificação não seria especificamente na sua narrativa, mas em uma nota, o professor Wilson assinou a carta de cessão. Posteriormente eu realizei a alteração sugerida por ele.

O segundo entrevistado foi o professor Carlos Alberto. O contato com ele foi mais fácil, porque ele tinha sido meu professor de Matemática no ensino médio e eu sabia mais ou menos onde ele morava. Para encontrar a casa só foi preciso ir às proximidades e tentar alguma informação, que consegui sem muita dificuldade em uma pequena mercearia. Localizei a casa, bati na porta e o professor me atendeu. Apesar de fazer muito tempo que fui seu aluno, ele me reconheceu de imediato, porque eu já o havia encontrado muitas vezes pelas ruas, no banco, no supermercado etc., e nesses encontros casuais nós sempre conversávamos. Ele sabia que eu tinha feito graduação em Matemática e que eu era professor do curso de Matemática da Urca. Quando falei que queria entrevistá-lo em minha pesquisa de doutorado, ele prontamente se disponibilizou e se mostrou muito animado para colaborar. Comecei a explicar todos os procedimentos, mas ele quase não me deixava falar: “não se preocupe, a gente faz, não precisa desses protocolos todos”, mas eu insisti em dizer que os protocolos seriam importantes para mim e que eu só poderia publicar as entrevistas na tese se os cumprisse rigorosamente. Depois de explicar tudo, já deixei em suas mãos uma cópia do roteiro da entrevista, para que ele pudesse se preparar e saber de antemão o que seria perguntado. Ali mesmo ele já começou a contar algumas coisas da sua vida e da sua carreira docente, quase uma pré-entrevista informal. Isso aconteceu e uma quarta-feira, dia 9 de novembro de 2016. Marcamos a entrevista para o domingo seguinte, dia 13 de novembro. Ele me recebeu na sala de jantar de sua casa. A esposa preparou um café, conversou conosco e de vez em quando fazia algumas intervenções na entrevista quando o professor se demorava para recordar algum nome ou data. A entrevista durou uma hora e trinta e quatro minutos. Como tinha feito na anterior, tive o cuidado de usar dois equipamentos e de conferir uma vez ou outra se a gravação estava em curso.

Com o depoimento do professor Carlos Alberto gravado, fui para casa trabalhar na transcrição e continuar a busca por novos depoentes. Ele havia me indicado três: o professor Wilami, de Crato, que entrevistei posteriormente, e outros dois que eu já tinha visitado. Um foi

o professor Wilson, que já tinha sido entrevistado; o outro foi um professor que não aceitou dar entrevista, ao que já me referi. Fora estes, eu tinha uma lista de mais três professores de Juazeiro do Norte, mas descobri que uma havia falecido, outro não morava mais na cidade, e do terceiro consegui o número do telefone em uma instituição da qual ele tinha sido diretor por muitos anos, mas ao fazer contato, o professor me informou que não se sentia à vontade para participar do estudo, porque quase nunca lecionou Matemática, trabalhava mais com Ciências Biológicas e Física. Foi então que decidi ir até a secretaria de alguma escola buscar nos arquivos a possibilidade de pelo menos mais um professor de Juazeiro do Norte. Primeiramente, fui na Escola Estadual de Educação Profissional Professor Moreira de Sousa, um colégio cujas instalações abrigaram a antiga Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte e depois o Centro Educacional Moreira de Sousa. Nos arquivos da escola procurei nos livros de ponto e nas listas de professores por disciplinas. Encontrei registros do professor Wilson, de uma das professoras indicadas por Carlos Alberto – aquela que descobri que já era falecida – e da professora Maria Socorro Guedes Lima. Curioso notar que os professores Wilson e Carlos Alberto não citaram a professora Socorro, não sei se por não a conhecerem ou simplesmente porque não veio à memória. O fato é que depois que descobri o seu nome nos arquivos da escola, uma funcionária me ajudou a localizá-la e ela foi a próxima depoente.

A funcionária da escola me falou de uma outra professora que conhecia bem a professora Socorro – ela sabia da proximidade das duas – e me forneceu o endereço. Com o endereço em mãos, fui até a casa dessa professora, me apresentei, falei da pesquisa e perguntei se ela poderia promover essa aproximação ou me fornecer algum contato da professora Socorro. Ela me recebeu muito bem, me convidou para entrar, conversou, contou histórias do tempo do Moreira de Sousa e, por fim, anotou em um pedaço de papel o número do telefone fixo da professora Socorro. Ao sair, liguei imediatamente para o número. A própria Socorro Guedes atendeu. Novamente me identifiquei, falei como tinha conseguido o número e expliquei o motivo da ligação. Ela hesitou um pouco, queria saber que tipo de perguntas eu faria. Percebi um certo receio de que eu fizesse perguntas muito específicas sobre a história das instituições ou da educação no Ceará e no Cariri. Mas eu pedi para ir pessoalmente na sua casa para explicar melhor como seria a entrevista. Marcamos para o dia seguinte. Compareci no horário combinado, levando comigo o roteiro da entrevista. Ao conversar, explicar mais detalhadamente os procedimentos, o objeto de estudo, e, principalmente, que as perguntas seriam sobre a sua trajetória de vida e profissional, ela se mostrou mais tranquila e confirmou

a entrevista, que marcamos para a semana seguinte, no dia 21 de fevereiro de 2017. Nesse ínterim, eu cuidava da transcrição e textualização da entrevista do professor Carlos Alberto.

No dia combinado tudo aconteceu conforme o previsto. A professora Socorro me recebeu em sua casa e fizemos a entrevista em sua sala de visitas. Foi uma entrevista curta, durou cerca de quarenta e quatro minutos. A entrevistada era muito sucinta nas respostas e demonstrava uma aparente timidez. Percebi nela alguma dificuldade com datas, por isso, ao terminar a gravação, perguntei se ela guardava documentos da época e se poderia disponibilizar para que eu fotografasse. Ela conseguiu encontrar um certificado do curso que havia feito pela Cades, em Fortaleza e, dias depois, me enviou via *whatsapp* uma foto do seu histórico da Faculdade de Filosofia do Crato, material que me ajudou a esclarecer alguns equívocos com datas no momento da textualização e da análise dos dados. Com três professores entrevistados em Juazeiro do Norte, me dei por satisfeito, pois ainda havia cerca de nove ou dez cidades, segundo a minha lista, para encontrar e entrevistar depoentes. Enquanto procurava outros, iniciei o trabalho de transcrição do depoimento da professora Socorro.

Fui então para a cidade de Crato. O primeiro depoente que eu tinha em mente era o professor Wilami Batista, pois, além de ter sido indicado pelo professor Carlos Alberto, é muito conhecido na região. No levantamento de dados, conversando com algumas pessoas da área, seu nome foi citado algumas vezes. A cidade de Crato, por ser conurbada com Juazeiro do Norte, possibilita uma grande interação entre as duas, o que facilita o trânsito e a rede de contatos, assim como também ocorre com a cidade de Barbalha. Para mim, circular entre as três é como se estivesse em uma mesma cidade, apesar de alguns moradores insistirem na separação. Mas voltando ao professor Wilami: encontrá-lo foi uma saga, mesmo ele sendo tão conhecido na região, isto porque ele se afastou da sala de aula em 1985, quando prestou concurso para o INSS, e também porque mudou de endereço algumas vezes. Para encontrá-lo, pedi ajuda a uma amiga, Vanda Roseno¹⁷, professora há muitos anos em Crato, na rede estadual de ensino, e conhece muita gente na cidade. Ela tinha uma ideia aproximada de onde o professor Wilami morava. Fomos juntos para o bairro, nas proximidades do trecho em que ela supunha. Perguntamos em um comércio pela casa do professor Wilami Batista, mas o comerciante falou que ele já não morava mais naquelas proximidades. Mostrou até a casa em que o professor morou, mas informou que ele já havia se mudado há muitos anos, não sabendo indicar o local exato, apenas o bairro. Fomos ao bairro indicado – um bairro populoso no Crato, dividido em duas partes, uma acima e outra abaixo de uma rodovia que cruza a cidade – sem nenhuma noção

¹⁷ Vanda Lúcia Roseno Batista, professora da rede estadual de ensino no Ceará.

de em qual parte procurar. Às cegas, perguntamos ao primeiro transeunte que encontramos, e, num lance de sorte, a pessoa sabia onde o professor tinha morado naquele bairro – isso mesmo, tinha morado, porque também já se mudara dali. Mas, fomos ao local indicado e encontramos na casa vizinha a que o professor morava um salão de beleza. No salão, perguntamos pelo novo endereço. A dona não sabia. No entanto, informou que nós poderíamos encontrar alguma informação sobre a esposa do professor Wilami no Senac¹⁸, pois ela tinha sido professora em algum curso na instituição. Fomos ao Senac, e como Vanda conhecia alguns funcionários de lá, não foi difícil conseguir a informação. Com o endereço em mãos, fomos à casa do professor Wilami. Era um meio de tarde de algum dia na terceira dezena do mês de março de 2017.

O professor Wilami é o mais idoso dos depoentes. Um octogenário muito ativo e conversador. Como de praxe, me apresentei e procedi conforme havia feito com os outros depoentes no que diz respeito às informações sobre a pesquisa e os procedimentos de entrevista, gravação, concessão de direitos etc. Ele não só aceitou como já foi contando uma porção de histórias do seu tempo de professor, como fez o professor Carlos Alberto, quase uma pré-entrevista. Deixei com ele uma cópia do roteiro, trocamos contato e eu me comprometi de ligar para marcarmos dia e horário da entrevista. Ao sair de lá, fomos, Vanda e eu, à casa de um outro professor de Matemática que ela conhecia, e do qual vou preservar o nome, porque ele não entrou no estudo. No entanto, este último professor indicou o professor Francisco Eliomar Ribeiro, outro professor de Crato que entrevistei. Fomos à casa do professor Eliomar com as coordenadas que o outro professor nos deu. Ficava muito próximo à casa em que eu morei quando vivi na cidade de Crato. Repeti com o professor Eliomar todo o procedimento de apresentação, conforme fiz com os outros depoentes. Ele aceitou colaborar com a pesquisa, trocamos contato e me comprometi de ligar para marcarmos data e horário da entrevista. Fui para casa organizar meu cronograma para tentar marcar as duas entrevistas, a dos professores Wilami e Eliomar, para o mesmo dia, como forma de otimizar o trabalho no Crato.

Nesse meio tempo eu trabalhava na transcrição e textualização do depoimento da professora Socorro, havia terminado a do professor Carlos Alberto, pesquisava os complementos para inserir nas notas de rodapé os nomes de pessoas e instituições citadas pelos depoentes e já tentava manter contato com possíveis colaboradores em municípios mais distantes de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Após organizar o cronograma, liguei para os professores Wilami e Eliomar, marcando as suas entrevistas para o dia 31 de março de 2017, ambas à tarde, uma por volta das 14h e a outra lá pelas 17h. Mas, na semana anterior a essas

¹⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

entrevistas, surgiu a possibilidade de um novo depoente. Acontece que dias antes eu tinha entrado em contato com uma ex-aluna do curso de Matemática da Urca, de nome Andréa¹⁹, moradora do município de Campos Sales e professora de Matemática no vizinho município de Salitre. Eu tinha enviado um e-mail para ela falando sobre a minha pesquisa e pedindo ajuda no sentido de encontrar um professor com as características que descrevi no e-mail. Ela me respondeu que conhecia um professor, de nome José Mota Filho, e que ele teria lecionado Matemática no período que eu procurava. Naquela semana, ela me escreveu enviando o número do telefone do professor. Liguei propondo sua colaboração na pesquisa, no que ele respondeu positivamente. Quando tentei propor uma data para que eu fosse até Campos Sales, o professor José Mota me comunicou que iria ao Crato para cuidados médicos, e que poderia me receber na casa de um filho seu, na qual ficaria durante sua passagem de dois dias pela cidade. O problema, é que a data coincidia com a mesma das entrevistas que eu já tinha marcado com os professores Wilami e Eliomar. No entanto, quando lhe falei das outras duas entrevistas, ele me propôs realizar à noite, pois estaria mesmo ocupado durante o dia com os afazeres médicos. Achei arriscado realizar as três entrevistas em um só dia, mas vi ali uma potência de produção no calor entre uma entrevista e outra. No final das contas, cada uma produziu afetos, sons e cores diferentes, em virtude das características particulares de cada depoente e da interação entre mim e cada um deles.

No dia marcado, fui primeiramente à casa do professor Wilami. Ele me recebeu em uma varanda no segundo piso da casa, com uma belíssima vista da Chapada do Araripe. Sentamos, liguei os equipamentos e começamos a entrevista, que durou uma hora e doze minutos. O professor Wilami tinha preparado alguns documentos, como diplomas das duas graduações que fizera, carteiras de identificação de um curso de Eletrônica que fez no Rio de Janeiro, de estudante da UFC e de servidor do INSS. Se mostrou um interlocutor empolgado, contava histórias longas, com muita vivacidade e entusiasmo. Durante a entrevista, um cafezinho, depois, um lanche, servidos pela esposa. A conversa se alongaria por muito mais tempo depois da entrevista não fosse o horário da próxima chegando. Me despedi e fui à casa do professor Eliomar.

Chegando na casa do professor Eliomar, fui recebido por ele e a esposa. Uma casa grande, alpendrada e bem arborizada por dentro e por fora. Fomos para uma mesa que ficava na varanda, aos fundos, com vista para uma mata frondosa que atravessava o bairro, longe do

¹⁹ Andréa de Souza, professora de Matemática pela rede municipal da cidade de Salitre (CE), ex-aluna do curso de Licenciatura em Matemática da Urca, campus Crajubar, em Juazeiro do Norte.

centro da cidade. A entrevista durou quarenta e seis minutos. O professor Eliomar me mostrou alguns livros, dentre os quais alguns da área de Educação Matemática que ele tinha na sua biblioteca. Depois da entrevista, conversei com ele e a esposa por algum tempo, tomamos um suco e eu segui para dar um intervalo e iniciar a próxima entrevista.

Por volta das 20h cheguei no endereço informado pelo professor José Mota, onde morava seu filho, em um apartamento no centro da cidade de Crato. O professor já me esperava. Apresentou-me a esposa, que estava com ele, e o filho, que estava de saída. No meio da entrevista um cafezinho com bolo de puba²⁰. A entrevista transcorreu tranquila como as demais e durou cerca de quarenta minutos. Depois, uma conversa informal, como de praxe, e dessa vez com mais assunto em comum, em razão da proximidade entre as nossas cidades de origem. Depois das três entrevistas do dia, fui para casa com muito material para transcrever e textualizar.

Como eu tinha agora esse acumulado de material, resolvi dar uma pausa nas entrevistas, até para que eu pudesse, depois de aprontar tudo, ler as textualizações e verificar se precisaria fazer ajustes no roteiro e na forma de realizar o trabalho de campo. Fiz todo o processo de transcrição e textualização, leitura, envio para apreciação do orientador e releitura. Depois de pronto, fui guardando cada um em pastas no computador para posteriormente preparar a documentação de cessão dos direitos. As primeiras cartas de cessão foram as dos professores Carlos Alberto, Wilson Gouveia, que já relatei anteriormente, e Socorro Guedes. Antes de levar a documentação para apreciação mantive contato telefônico. Ao professor Carlos Alberto e à professora Socorro, levei o envelope com todo o material no dia 24 de maio de 2017. O professor Carlos Alberto quis assinar a carta de cessão no momento da entrega, mas pedi que ele primeiro fizesse a leitura e me entregasse só depois de lido e achado conforme. Ele insistiu, dizendo que confiava no meu trabalho, e assinou. Mesmo assim, eu deixei a carta nas mãos dele e informei que voltaria no sábado para pegá-la. Até lá, ele poderia ler, e se encontrasse algo passível de mudança, me avisasse, porque eu faria as alterações e imprimiria novamente. A professora Socorro recebeu o material e combinamos que no sábado seguinte eu passaria para recolher a carta. No sábado, então, fui em busca das cartas de cessão. Ambos, professor Carlos Alberto e professora Socorro, disseram estar de acordo e não sugeriram nenhuma alteração. Continuei o trabalho e fui atrás de novos depoentes.

²⁰ Massa extraída da mandioca por um processo de fermentação. Serve para fazer bolos e outras receitas comuns na culinária nordestina.

Quanto às cartas de cessão dos professores Wilami, Eliomar e José Mota, estas demoraram mais para ficar prontas, em virtude do acumulado de trabalho, de modo que deixei para fazer a validação no final dessa etapa, o que ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2017, quando já havia concluído todas as entrevistas e processado a gravação de todos os entrevistados.

O primeiro desses três a validar as textualizações foi o professor Wilami. Entrei em contato no mês de setembro para informar que o material estava pronto e para entregá-lo em mãos. Fui até a sua residência e deixei com ele as cópias impressas da transcrição e textualização e o CD com o áudio da entrevista. O professor Wilami recebeu e me telefonou dias depois, solicitando que eu fosse até a sua casa, pois havia algumas alterações que ele julgava necessárias. Eram poucas as alterações, apenas algumas informações muito específicas sobre nomes de pessoas e um trecho em que narrava uma história com alguém que ele falou ser aluno seu, quando, na verdade, era professor. Com as correções feitas, fui novamente ao seu encontro e recebi a carta de cessão assinada. Com os professores Eliomar e José Mota, mantive contato e enviei o material por e-mail. Por telefone, marquei uma data para buscar a assinatura da carta de cessão e entregar todo o material impresso, a carta de retorno e o CD com a gravação do áudio. Indaguei sobre possíveis alterações, mas ambos concordaram com a textualização conforme eu tinha escrito. Como o professor José Mota viajava com muita frequência para o Crato, combinamos a assinatura em um dia que ele estivesse na cidade, evitando que eu fosse a Campos Sales, como tinha acontecido no momento da entrevista. Assim, fui ao encontro dos dois, no dia combinado, entreguei o material e recebi as cartas de cessão assinadas.

Voltando às entrevistas, o próximo depoente foi o professor Manuel Bezerra Neto, da cidade de Brejo Santo, na região leste do Cariri, a aproximadamente 70 Km de Juazeiro do Norte, também uma das principais cidades da região, com população de aproximadamente 50 mil habitantes, perdendo apenas para Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. O professor Manuel Bezerra Neto, conhecido em Brejo Santo apenas como Bezerra ou Bezerrinha, é uma dessas figuras que todo mundo na cidade conhece, não apenas pelo fato de ter sido professor durante muito tempo, mas também pela sua atuação em movimentos estudantis, sindicais e partidários de esquerda. Além disso, foi o criador da bandeira do município de Brejo Santo, cuja escolha do desenho se deu através de um concurso, realizado em 1968. Em virtude desse feito, anos mais tarde o professor Bezerra foi convidado para desenhar também o brasão do município. O brasão foi modificado depois, mas a bandeira continua sendo a mesma desenhada por ele em 1968. Essas informações não me foram relatadas por ele, mas acabei descobrindo depois,

quando fui à cidade em busca de informações para as notas de rodapé. Nas instituições que andei, várias pessoas me falaram sobre esses feitos e sobre a fama do professor Bezerra na cidade, o que pude confirmar depois através de leituras sobre a história do município em livros e blogs na internet.

O contato com o professor Bezerra veio através de um professor que reside naquela cidade, de nome Vanderli²¹, que foi meu colega de graduação e com quem sempre mantive uma relação muito próxima. Na verdade, Vanderli foi quem me indicou o professor Bezerra e conseguiu o telefone e endereço, ao mesmo tempo que já adiantou para ele um pouco do assunto. Ao falar com o professor Bezerra por telefone, expliquei os detalhes da pesquisa e ele aceitou o convite para colaborar. Enviei o roteiro antecipadamente por e-mail e marcamos a entrevista para um sábado, dia 1º. de julho de 2017, em um sítio na zona rural de Brejo Santo, de propriedade sua, para onde ele costuma ir nos finais de semana. No dia combinado me desloquei até a cidade e localizei o sítio com a ajuda de Vanderli, que me acompanhou na entrevista, cuja duração foi de uma hora e quinze minutos. Terminado o trabalho, na volta para Juazeiro do Norte entrei na cidade de Milagres para buscar informações sobre outra depoente, a professora Lourdes, de quem eu já tinha algumas informações, mas ainda não havia encontrado. Mais adiante relatarei o caso dela. Quando chegou o momento da assinatura da carta de cessão, telefonei para o professor Bezerra e combinei de enviar o material para apreciação e validação, em um envelope lacrado, através de um aluno da Urca que morava em Brejo Santo. Assim foi feito. O professor Bezerra recebeu o material, analisou, e dias depois me enviou de volta a carta de cessão assinada. Também não sugeriu nenhuma alteração, inclusão ou exclusão.

Até agora, sete depoentes. A oitava, Josefa Sales Bezerra Alves, mais conhecida como Neide, foi professora na cidade de Farias Brito nos primeiros anos de carreira, e transferida para o Crato, onde lecionou até se aposentar. A busca por ela começou quando na minha lista das possíveis escolas de 2º grau no Cariri no período estudado, cheguei a uma escola na cidade de Farias Brito, Escola Getúlio Vargas. Farias Brito é uma pequena cidade, com cerca de 18 mil habitantes, localizada na Região Metropolitana do Cariri, a 45 Km de Crato em direção ao norte do estado. Entrei em contato com uma conhecida minha, estudante de Biologia na Urca e moradora daquela cidade, de nome Jéssica²². Na conversa com ela, descobri que sua mãe tinha trabalhado na escola, o que facilitaria muito a busca por um professor ou professora de lá.

²¹ Vanderli de Araújo Alves, professor de Matemática em Brejo Santo, ex-aluno do curso de Licenciatura em Matemática da Urca.

²² Jéssica Gonçalves dos Santos.

Jéssica entrou em contato com a mãe e me retornou dias depois falando da professora Neide. Consegui o número de telefone dela e informou que a professora agora residia no Crato, o que facilitou o deslocamento. Liguei para a professora Neide para sondar se ela se encaixava no perfil que eu procurava, e para convidá-la a participar do estudo. Ela aceitou, e marcamos para que eu fosse até a sua casa explicar pessoalmente todos os trâmites da entrevista e entregar uma cópia do roteiro. Feito isto, marcamos a entrevista para o dia 5 de julho de 2017, lá mesmo na sua residência. A professora Neide me recebeu no dia marcado, junto com seu esposo, e fizemos a entrevista sentados à mesa da cozinha. A entrevista durou uma hora e seis minutos. Depois da entrevista, como sempre, um bom bate papo, um cafezinho, e ela me mostrou sua casa, a biblioteca e as fotos das formaturas dos filhos.

A entrevista com professora Neide ocorreu quatro dias depois daquela com o professor Bezerra. Nos quinze dias subsequentes foram entrevistados mais quatro professores, totalizando seis entrevistas no decorrer do mês de julho de 2017, o que gerou um acúmulo de transcrições e textualizações. Por isso, todas as processos relativos à cessão dos direitos das entrevistas realizadas naquele mês foram feitos em outubro, cumprindo o fechamento dessa etapa antes da entrega para o texto do Exame Geral de Qualificação.

Quando estava com o material pronto para entregar à professora Neide, mantive contato por telefone e fui até a sua residência novamente. Chegando lá, mostrei para ela todo o material, li as cartas de retorno e de cessão e deixei tudo para que ela pudesse validar. Na semana seguinte, a professora Neide me contactou para a entrega da carta de cessão, e, ao telefone, me falou que não sugeriria nenhuma alteração, apenas combinou para que eu fosse buscar a referida autorização.

A nona entrevistada foi a professora Lourdes, de Milagres, uma cidade localizada na porção leste da região do Cariri, a cerca de 52 Km de Juazeiro do Norte. Milagres tem uma população estimada de 28.292 habitantes, e as principais atividades econômicas estão ligadas aos empregos gerados pela Administração Pública, o comércio e os serviços locais. A cidade se destaca na região por abrigar uma subestação de transmissão de energia elétrica da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), empresa responsável pela geração transmissão e comercialização de energia elétrica na maior parte do Nordeste.

O contato da professora Lourdes foi possibilitado por intermédio de uma escola. Com lista em mãos, liguei para a Escola de Ensino Médio Dona Antônia Lindalva de Moraes em busca de alguém que pudesse me ajudar nessa procura. Conversei com uma funcionária da escola, expliquei o motivo da ligação e falei um pouco sobre a pesquisa. Ao perguntar se ela

conhecia algum professor que tivesse ensinado no 2º grau por volta dos anos 70/80, ela imediatamente fez referência à professora Lourdes, ao tempo em que me adiantou que ela morava na zona rural do município e que não tinha como entrar em contato, por não haver telefone na localidade. Mas, num ato de gentileza, ela sugeriu que eu fosse pessoalmente até a escola, e lá, eles me ensinariam como chegar até a casa da professora, adiantando que ela era uma pessoa bastante acessível. Anotei aquela informação e fui dar sequência a outras tentativas e outras entrevistas, deixando aquela em segundo plano para, num momento oportuno, deslocar-me até Milagres e concluir aquela tentativa de contato com a professora Lourdes.

Nesse ínterim, eu havia marcado a entrevista com o professor Bezerra, na cidade de Brejo Santo, que fica a cerca de 20 Km de Milagres. A entrevista com o professor Bezerra ocorreu em um sábado à tarde, dia 01 de julho de 2017. Ao retornar da entrevista, tive aquele *insight* de entrar na cidade de Milagres e fazer uma sondagem, haja vista que ela estava no meu percurso de viagem. Mesmo sabendo que não iria encontrar a escola aberta, pois era sábado, resolvi entrar na cidade e procurar informações, afinal, em uma localidade tão pequena, onde quase todos se conhecem, seria muito provável que eu conseguisse alguma informação, ainda mais se tratando de uma professora que exerceu a profissão por muitos anos naquela cidade.

Ao entrar na cidade, dirigi-me diretamente à rua da Escola Lindalva de Moraes. Fiquei ali a observar a escola, quando saiu uma senhora de uma casa em frente. Abordei a senhora e perguntei se ela conhecia os professores antigos daquela escola. Ela informou ter sido funcionária de lá e conhecia todos. Perguntei sobre a professora Lourdes e ela afirmou conhecê-la. Disse também que sabia onde ela morava, mas não conseguia me ensinar. Mas me informou que um filho da professora morava ali próximo, e me mostrou como chegar na sua casa. Dirigi-me até a casa dele, fui atendido, me identifiquei e expliquei o motivo pelo qual estava ali. Ele, muito gentilmente, convidou-me para entrar, e, com muita paciência, ensinou-me como chegar ao sítio em que mora a professora Lourdes. Indaguei sobre o fato de ir até lá sem aviso prévio, mas ele me informou que isso é uma prática costumeira, principalmente pelo fato de não ter telefone, e que ela era uma pessoa muito acessível. Decidi, então, ir até lá naquele mesmo dia.

Ao chegar, deparei-me com uma casa grande, rodeada por alpendres, em uma comunidade rural do município de Milagres, cravada no meio da Caatinga. Chamou a minha atenção o nível de arborização daquela comunidade, uma vez que toda a área ao redor parecia muito desmatada. Depois eu descobri que a professora Lourdes, junto com o seu esposo, eram os responsáveis por aquela arborização não só ao redor da sua casa, mas da comunidade inteira. Disso falarei mais adiante.

A professora Lourdes me recebeu e eu adiantei o motivo daquela inesperada visita de um desconhecido. Expliquei sobre a pesquisa, sobre a metodologia, sobre como cheguei até ela e perguntei se ela gostaria de ser uma das colaboradoras. Ela respondeu que sim, sem titubear, e adiantou que seria muito satisfatório poder participar de um estudo que ela julgava ser muito importante. Já saí dali com a entrevista agendada para o sábado seguinte. Perguntei como eu poderia entregar a ela o roteiro com antecedência para que ela pudesse conhecer o conteúdo e se preparar para a entrevista. Ela me forneceu um endereço de e-mail. Na segunda-feira seguinte, enviei um e-mail confirmando a entrevista, no qual anexeí uma cópia do roteiro.

A entrevista ocorreu, então, no sábado dia 08 de julho de 2017, ao ar livre, no alpendre da casa da professora Lourdes, em uma mesa improvisada como escrivaninha. Depois, veio aquela longa e boa prosa que acontece sempre que terminam as entrevistas. Em meio a essa conversa, além de o assunto da entrevista render um pouco mais, a professora foi me mostrar um projeto que ela e o esposo mantêm de recuperação da mata nativa da Caatinga. Ela, bióloga, afirmou ter esse projeto há cerca de 20 anos, mas só agora, depois que se aposentou, é que conseguiu se dedicar mais a ele, de modo que está providenciando, junto aos órgãos ambientais, o registro da propriedade como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), uma categoria de Unidade de Conservação Ambiental em área privada, criada por ação voluntária do proprietário e instituída pelo poder público. Além da recuperação da mata nativa, o projeto visa à integração da comunidade local, com oferta de ações educativas e esportes para as crianças, produção e distribuição de mudas e ações sociais voltadas para a saúde e o meio ambiente. A professora Lourdes afirmou que aquele projeto vem modificando a realidade e a paisagem da comunidade. Depois de mostrar o projeto, a professora falou de algumas parcerias que já havia estabelecido com o poder público e contou da sua intenção de divulgá-lo no meio acadêmico. Aproveitando a ocasião, ela me perguntou sobre a possibilidade de um intermédio entre o projeto e a Universidade, caso eu conhecesse alguém no Departamento de Biologia, informando que disponibilizaria o espaço para pesquisas, além de alojamento, se necessário. Eu me coloquei totalmente à disposição dela para fazer essa ponte e ajudá-la nesse intento.

Alguns dias depois contatei o Laboratório de Botânica da Urca através de duas alunas do programa de Pós-Graduação em Bioprospecção Molecular. As duas mostraram-se interessadas no projeto e eu intermediei o contato delas com a professora Lourdes.

No mês de outubro, quando estava com o material pronto, enviei para a professora, por e-mail, inclusive o áudio da entrevista, para que ela pudesse analisar e validar ou propor/inserir modificações. Passaram-se vários dias e a resposta não veio. Como eu já havia concluído todas

as outras entrevistas e colhido todas as cartas de cessão, faltava apenas o material da professora Lourdes para se dar por encerrado o trabalho de produção de dados. Tentei outras formas de contato com ela para avisar sobre o e-mail, mas não consegui. Foi então que decidi ir novamente a Milagres com o material impresso e o CD do áudio, para que ela pudesse receber o material em mãos, e marcarmos uma nova data para assinatura da carta de cessão. Fiz essa viagem no dia 14 de outubro de 2017. Ela me informou que tinha recebido o material por e-mail, mas, devido às tantas ocupações, não tinha concluído a leitura. Por outro lado, achou bem melhor eu ter levado o material impresso. Marcamos o novo encontro para o dia 19 de outubro. Ela mesma pediu para que eu fosse cedo até a sua casa, para que fizéssemos as alterações juntos. Ela se propôs a ler o material naquele final de semana, e, quando eu chegasse, no dia 19, as possíveis modificações já estariam listadas, bastando eu inseri-las no computador e providenciar a impressão.

Assim foi feito. Cheguei por volta das 9h da manhã. Ela me recebeu e improvisou a escrivadinha no mesmo alpendre em que fizemos a entrevista. Abri o computador e ela foi listando os pontos de alteração marcados no documento impresso. Fomos negociando ali as modificações e alterando na hora mesmo, em conjunto. De todos os depoentes, ela foi a que participou mais ativamente da revisão da textualização. Terminada a revisão, fui até o centro da cidade de Milagres providenciar a impressão da textualização e da carta de cessão. Conforme eu tinha dito na carta de retorno, deixei para ela uma cópia da textualização e da transcrição com todas as páginas rubricadas por mim, e recolhi a carta de cessão assinada. No final, a professora Lourdes e o seu esposo me ofereceram um bom almoço de galinha caipira e uma boa prosa naquele caloroso início de tarde nos sertões de Milagres.

O décimo entrevistado foi o professor José Edmilson Soares, da cidade de Várzea Alegre. Sua entrevista ocorreu em um domingo, um dia após a da professora Lourdes. A cidade de Várzea Alegre fica a aproximadamente 100 Km de Juazeiro do Norte, localizada na porção norte da região do Cariri, limítrofe com a região Centro-Sul do estado, de população estimada em torno de 40 mil habitantes. Apesar de ser uma cidade do Cariri, quando se refere à educação estadual ela é vinculada à Crede²³ de Icó, cidade da região Centro-Sul. No entanto, como o meu critério era geográfico, decidi incluí-la na pesquisa, considerando o seu pertencimento à Microrregião de Planejamento do Cariri e a existência de uma escola de 2º grau na década de 1980, a Escola Presidente Castello Branco, hoje municipal e apenas de ensino fundamental. A

²³ Coordenadoria Regional de Educação de Desenvolvimento da Educação (Crede), órgão de execução regional da Secretaria de Educação do Estado.

descoberta e o contato com o professor Edmilson se deram através de um ex-aluno, João Hélio²⁴, do curso de Licenciatura em Matemática do Parfor²⁵, no qual eu tinha ministrado uma disciplina no ano de 2014. Entrei em contato com João Hélio por telefone e pedi ajuda na busca por um professor com o perfil da pesquisa. Ele me falou de um professor que conhecia e que provavelmente se encaixava nesse perfil, ao tempo em que se disponibilizou em ir até a casa do professor conseguir o número do telefone. Após conseguir o número, liguei para o professor Edmilson e marquei a entrevista para o dia 09 de julho de 2017. Quanto ao roteiro, enviei para o e-mail de João Hélio, que gentilmente entregou ao professor.

Viajei para Várzea Alegre e cheguei na casa do professor na manhã daquele domingo. O professor Edmilson é o mais jovem de todos os depoentes, tinha se aposentado aos 55 anos no início de 2014, depois de ter lecionado por 32 anos. Ele me recebeu em sua casa à mesa da cozinha, munido do diploma do seu curso de Licenciatura em Ciências, emitido pela Urca²⁶, e de dois certificados de pós-graduação *lato sensu*, um em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio, pela Uece, e o outro em Educação Matemática, pela Urca. A entrevista foi a mais curta, durou pouco mais de 33 minutos, pois o professor era muito sucinto nas respostas.

Quando estava com o material da entrevista pronto, contatei o professor Edmilson e enviei para ele por um aluno do curso de Licenciatura em Matemática da Urca em Juazeiro do Norte, morador da cidade de Várzea Alegre. Da mesma forma que fiz com o professor Bezerra, enviei um envelope lacrado contendo a transcrição e a textualização impressas, bem como um CD com o áudio da entrevista. O professor recebeu o material para validação e me enviou assinada a carta de cessão pelo mesmo aluno, não tendo sugerido nenhuma alteração.

No dia seguinte à entrevista do professor Edmilson, fui à cidade de Barbalha em busca de algum depoente, pois ainda não havia entrevistado nenhum professor de lá. Eu considerava importante ter um depoente em Barbalha, tendo em vista que aquela cidade teve participação relevante no cenário educacional do Cariri, como veremos em capítulo adiante. Barbalha é conurbada com Juazeiro do Norte, é a terceira maior cidade da região e uma das mais antigas. Tem uma população aproximada de 60 mil habitantes e é conhecida nacionalmente pela festa

²⁴ João Hélio Mulato da Silva, professor da educação básica da rede municipal de Várzea Alegre, ex-aluno do programa Parfor.

²⁵ Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), programa desenvolvido pelo Ministério da Educação, em âmbito nacional, implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que visa à formação de professores em exercício na educação básica que não possuem graduação ou atuam em áreas distintas das de suas formações. Os cursos são ministrados pelos Institutos Federais ou por universidades federais ou estaduais, nas modalidades presencial ou a distância, em parcerias entre a União, estados e municípios.

²⁶ Apesar de emitido pela Urca, o professor cursou Licenciatura em Ciências com Habilitação em Biologia ainda na antiga Faculdade de Filosofia do Crato, tendo concluído o curso, segundo ele, em 1985, bem no momento da transição, quando a Urca foi fundada, extinguindo-se a FFC.

de Santo Antônio, além de ser um polo turístico em virtude dos sítios arqueológicos, das fontes de água do distrito de Caldas, dos balneários existentes em seu território e do centro da cidade com ruas e prédios históricos. É também um polo de medicina na região, concentrando importantes hospitais, clínicas e o campus da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Cariri.

Embora eu tivesse contato com ex-alunos ou professores de lá, preferi ir pessoalmente em busca de algum depoente, dada a facilidade de acesso e o meu gosto pessoal pela cidade. Fui, então, à Escola de Ensino Médio Virgílio Távora. A escola estava em recesso, mas tinha alguns funcionários na secretaria, nos serviços gerais, além de uns dois professores. Conversei com um professor de Química, cujo nome não anotei. Falei sobre a pesquisa e sobre o perfil de professores que eu procurava. Ele ouviu atentamente e me falou de uma professora chamada Francisca Pontes Sampaio (ou Quinha, como era conhecida), que tinha lecionado Matemática por muito tempo na cidade. Não tinha o número do telefone dela na escola, mas me ensinou como chegar à casa. Eu agradei a ajuda e fui ao endereço indicado.

Com a professora Quinha, tudo aconteceu muito rápido. Localizei a sua casa, bati à porta e fui recebido por ela e uma irmã. Apresentei-me, falei da pesquisa e pedi a colaboração dela. Sem titubear, ela aceitou participar e já queria fazer a entrevista ali na hora. Mas como eu achava que precisava de um tempo para que ela analisasse o roteiro e se preparasse, eu preferi marcar com ela pelo menos para o dia seguinte. Fui até o carro, peguei uma cópia do roteiro e a entreguei. Quando eu expliquei para ela todos os procedimentos, a metodologia, o formato da entrevista etc., ela disse que participaria com a condição de que a entrevista não fosse gravada, pois estava meio adoentada e apresentava uma certa rouquidão. Assim, sugeri que eu anotasse tudo o que ela falasse e transcrevesse depois. Mas eu expliquei que aquilo fazia parte de um protocolo, e a gravação constituía uma etapa invariável, sem a qual a entrevista não poderia ser realizada. Com alguma relutância ela aceitou a gravação. Marcamos a entrevista para o dia seguinte à tarde.

No dia seguinte, cheguei em sua casa, conforme o horário combinado. A professora Quinha estava terminando de atender uma aluna, visto que depois da aposentadoria ela se dedica à tarefa de dar aulas de reforço para alunos principalmente do ensino médio em fase de pré-vestibular/Enem. Me recebeu na sala de visita de sua casa, que fica na esquina de uma rua que, embora bastante movimentada, não gerava ruído que atrapalhasse o áudio. A professora trouxe consigo alguns materiais, como o histórico escolar, o diploma do curso de Agronomia, que fez pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, além de alguns certificados de participação

em capacitações de professores. A entrevista durou cinquenta e seis minutos. Durante a gravação, algumas pessoas circularam pela casa, visto que a professora mora com duas irmãs, mas isso também não interferiu no curso do trabalho. Terminada a entrevista, a professora Quinha me ofereceu um suco verde, do qual me ensinou a receita. Antes de sair, solicitei fazer uma foto para incluir no final do depoimento dela, como tinha feito com todos os outros depoentes, mas ela preferiu não ser fotografada, o que acatei sem insistência.

Com o material pronto, o processo de validação aconteceu da maneira mais usual: contatei a professora para entregar a transcrição, a textualização, o CD com o áudio da gravação da entrevista, a carta de retorno e a carta de cessão. Deixei todo o material em posse dela e contatei novamente para saber se havia sugestão de alguma alteração. Como não houve, combinei de ir buscar a carta de cessão assinada. Na ocasião, ela me recebeu novamente em sua casa e pediu para que eu entrasse, pois ainda não tinha assinado. No momento da assinatura, li a carta para ela e uma das irmãs. A irmã fez alguns questionamentos, os quais respondi, e instigou a professora Quinha a desistir, mostrando um certo receio sobre a publicação do conteúdo. Mas, a depoente não hesitou, e assinou sem maiores preocupações.

O último depoente foi o professor Antonio Crispim de Melo, de Assaré, cidade que fica a 100 Km de Juazeiro do Norte, na porção oeste da região do Cariri, com população estimada em torno de 23 mil habitantes. Foi uma das primeiras ocupações daquelas cercanias, mas não se desenvolveu muito, e, ao longo da história, foi perdendo território para outras cidades do entorno, que se emanciparam. A cidade é conhecida por ser o berço do poeta Antônio Gonçalves da Silva (1909-2002), o Patativa do Assaré. Apesar de pequena, recebe alguns turistas, principalmente por conta da fama de Patativa e pela presença de alguns casarões históricos.

Cheguei até o professor Crispim através de um amigo, Miguel Junior²⁷, que é também professor da Urca e tem familiares naquela cidade. Conversando com Miguel sobre a pesquisa, perguntei se ele conhecia algum professor de Matemática em Assaré que tivesse lecionado no período que eu procurava. Ele falou sobre o professor Crispim, e numa das viagens dele nos finais de semana para visitar a família, conversou com o professor e pegou o número do telefone para que eu entrasse em contato. Antes de entrar em contato com o professor Crispim, eu tinha dúvidas se iria entrevistá-lo, pois eu não tinha conseguido definir se as escolas de Assaré entravam no perfil estabelecido no início da pesquisa, que seria o de escolas que ofertassem o ensino de 2º grau nas décadas de 1970 e/ou 1980 – lembrando que essa delimitação, embora tenha guiado a busca por depoentes, deixou de fazer sentido no decorrer da pesquisa, como

²⁷ Miguel Junior Zacarias Lima, professor do Departamento de Educação da Urca.

afirmei. Eu já me preparava para ir a Assaré, verificar *in loco* essa informação, pois já tinha feito tentativas em pesquisas na internet, nos sites do MEC, do Conselho Estadual de Educação do Ceará, dentre outros; tinha telefonado para as escolas; visitado pessoalmente a Crede do Crato, mas não conseguia a informação. Ao falar por telefone com o professor Crispim, ele mesmo se propôs a ir atrás dos documentos, pois se interessava também pelo assunto e teria facilidade de conseguir, já que conhecia muita gente nas secretarias das escolas. Ele me contou que foi professor em escolas de 2º grau, mas não se lembrava em qual período. No final das contas, o professor Crispim conseguiu dois pareceres do Conselho Estadual de Educação, alguns documentos das próprias escolas e mais algumas informações ao conversar com professores e ex-alunos. Concluiu, então, que o ensino de 2º grau foi implantado em 1988. No entanto, só no momento da entrevista ele me mostrou os documentos e contou que o 2º grau implantado em 1988 era o Pedagógico, e não o regular – o regular só foi implantado em 1995. Mas justificou que naquele curso, o Pedagógico, tinha disciplinas de Matemática, das quais ele foi professor, por isso decidi prosseguir com a entrevista.

A entrevista aconteceu na sua residência, no dia 18 de julho de 2017, em uma chácara que abriga outras edificações da família, um pouco afastada do centro da cidade, numa região já com aspecto de zona rural. Tínhamos marcado para começar à tarde, mas, no caminho para Assaré, tive um problema mecânico no carro, necessitando fazer uma parada na cidade de Nova Olinda para fazer o reparo. Nesse momento, liguei para o professor Crispim, tentando remarcar para outro dia, mas ele me comunicou que poderia ir assim mesmo, não tendo problema se nos estendêssemos até a noite. A entrevista começou por volta das 19 horas e durou cinquenta e seis minutos. No final, solicitei fazer a foto, mas ele mencionou não estar bem arrumado para isso, e propôs fazer em outro momento, talvez quando eu voltasse com a documentação para apreciação. Depois disso, o professor me serviu um refrigerante e ficamos conversando por algum tempo. Ele fez questão de me mostrar os móveis da casa, cuja marcenaria constituía um belíssimo trabalho feito por ele mesmo. Ao sair da entrevista, decidi dormir em um hotel lá no Assaré, com receio de um problema no carro. À noite seria mais complicado.

Para a validação do material e assinatura da carta de cessão, entrei em contato com o professor Crispim por telefone, e combinamos que eu enviaria o envelope por uma neta dele que estudava no Crato, na mesma escola em que os meus filhos estudavam. Assim foi feito. Após receber e conferir tudo, ele me remeteu a carta de cessão de volta, através de meu amigo, Miguel Júnior. Ao telefone, ainda pedi para que ele me enviasse a foto, se pudesse, mas ele, num tom de brincadeira, manifestou que preferiria sem a foto.

Além dos depoentes entrevistados, houve algumas tentativas frustradas. Dois professores de Juazeiro do Norte e um de Crato, conforme relatei há pouco, e ainda, um professor da cidade de Barro, com quem mantive contato, mas não consegui entrevistá-lo por motivo de doença, e outro da cidade de Lavras da Mangabeira, para onde viajei à sua procura, mas depois descobri que ele morava em Crato e tinha mudado para o ramo empresarial. Deste último eu também consegui o número e mantive contato. No entanto, em razão de sua agenda lotada não consegui a entrevista.

Terminada, então, a etapa da produção de dados, estavam prontas as narrativas que constituiriam a elaboração dos diálogos que faltavam para a tessitura da tese num todo consistente e conectado. Como resultado, as narrativas produzidas me proporcionaram pontos de partida e escolhas de temas a abordar nos diálogos subsequentes. Como processo, o caminho percorrido me permitiu viver a metodologia da história oral fora do papel, no campo da experiência e da experimentação. Volto para o papel para tentar exprimir essa experiência através de recortes anotados em um diário de campo. Como havia dito, sei da impossibilidade de narrar uma experiência. No entanto, essa narrativa é resultado de um movimento de mudança em relação ao que li sobre história oral e o que vivi praticando-a. A tessitura desse registro, portanto, constitui-se como um modo de compartilhar com o interlocutor algumas vivências do campo, no intuito de que elas possam dizer algo diferente do que diz um texto teórico-metodológico e, talvez, produzir um outro algo a partir daí.

DIÁLOGO SOBRE COLOCAR AS COISAS NOS SEUS DEVIDOS LUGARES

Como já foi dito, nosso intuito nesta pesquisa é investigar modos de atuação e formação de professores que ensinavam Matemática na microrregião do Cariri, interior do Ceará, antes da chegada do primeiro curso de graduação plena para formar professores de Matemática nessa região. O estudo teve como base os registros de narrativas de professores que ali ensinavam Matemática, numa época em que não havia formação específica. É bem verdade que a busca por esses modos de atuação e formação fez brotar outros temas, tais como políticas de instalação e expansão do ensino superior, chegada dos primeiros cursos de Matemática, iniciativas de interiorização da formação de professores de Matemática no Ceará, (des)valorização da profissão docente, ensino sem formação específica, escassez de escolas secundárias na região do Cariri no período estudado, dentre outros tantos que se desdobrarão neste diálogo e nos próximos. Para o título deste diálogo, tomamos emprestado o do depoimento do professor Wilami, *Monólogo sobre colocar as pessoas nos seus devidos lugares*, trocando monólogo por diálogo e pessoas por coisas. No caso do referido monólogo, assim o intitulamos pelo fato de ter o professor Wilami mostrado no seu depoimento uma inclinação muito forte ao disciplinamento, argumentando que muito do êxito com as atribuições que lhe eram designadas estava relacionado ao fato de ter disciplina, de colocar as pessoas nos seus devidos lugares. Aqui, tomamos emprestado o seu título para ressaltar que neste diálogo, antes de analisarmos as diferentes nuances da formação e atuação de professores de Matemática no Cariri cearense, precisamos colocar as coisas nos seus devidos lugares, mas não como disciplinamento, e sim como organização. Baseado em documentos institucionais e na literatura acerca da instalação e expansão do ensino superior no estado do Ceará, em especial na região do Cariri, este diálogo fala sobre os movimentos institucionais e sobre todo o aparato formativo das instituições de ensino superior do Ceará e das implantações dos seus cursos de Matemática. Entendemos que é preciso sistematizá-los para elaborarmos nossas compreensões iniciais na tessitura dos capítulos que seguirão.

Diante de tudo o que “ouvimos” nas leituras dos monólogos aqui apresentados, é possível atribuir sentido aos temas que surgiram a partir das narrativas dos depoentes. Dentre esses, está aquele que alicerçou a problemática desta pesquisa, qual seja, a formação e atuação daqueles professores. Nos entremeios dessas narrativas podemos encontrar os indícios dos seus esforços pessoais, das contingências que os levaram ao ensino de Matemática e dos dispositivos institucionais que possibilitavam as suas inserções nos cursos de formação e as suas

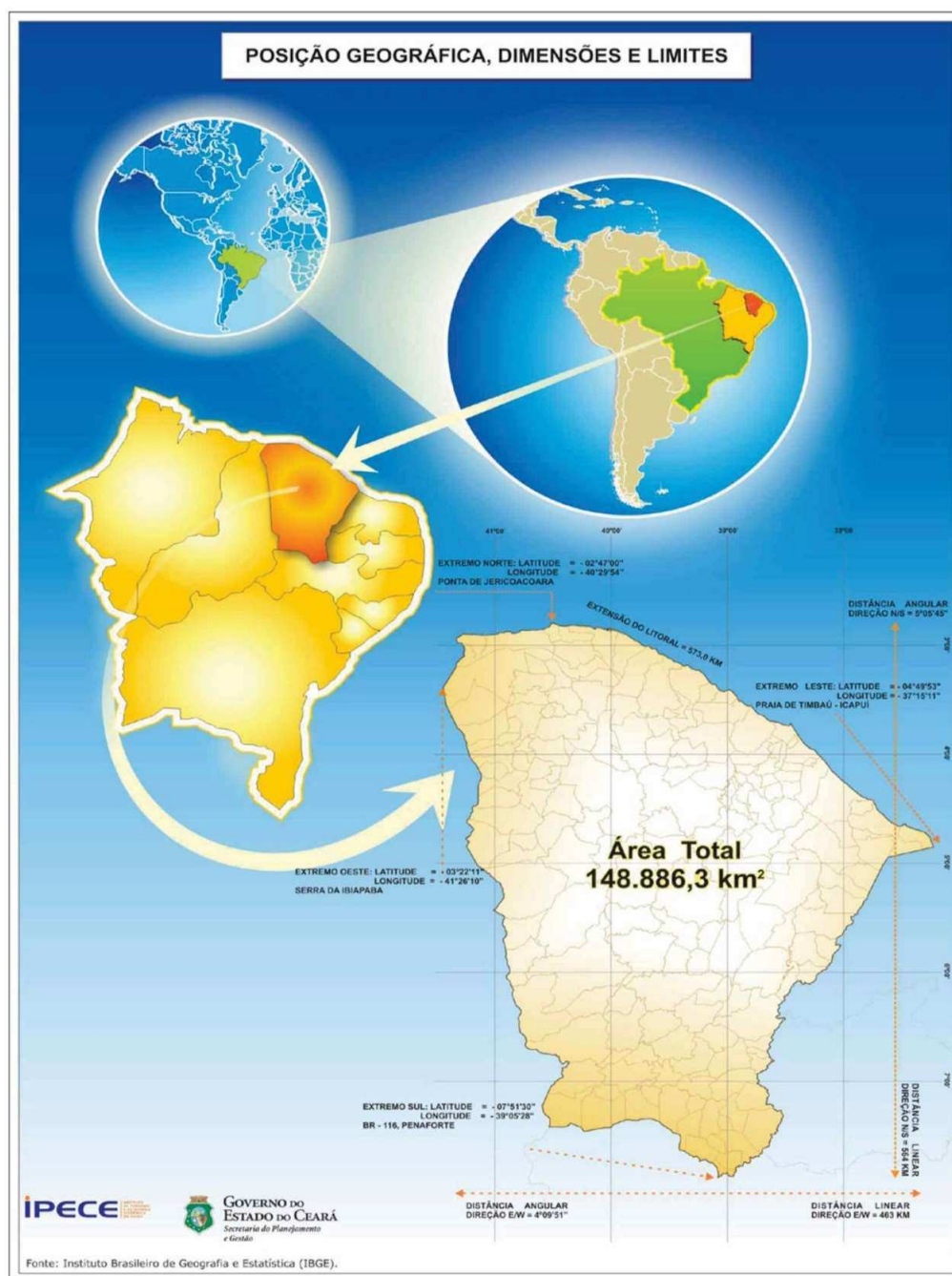
permanências na carreira docente. Esses dispositivos institucionais se concretizam em (e a partir de) políticas públicas e na criação e expansão dos sistemas de ensino superior, e se materializam, principalmente, nos espaços destinados a esse fim, como faculdades, institutos e universidades, por exemplo. Antes de fazermos esse passeio pelas falas dos depoentes e analisar os modos de formação e atuação na carreira docente em Matemática, achamos por bem esboçar um panorama do presente, fazendo um levantamento dos cursos de licenciatura em Matemática e de cursos similares²⁸ existentes nas instituições públicas cearenses. O objetivo desse “olhar para o presente” é situar o leitor, principalmente aquele que não conhece a nossa realidade, quanto às instituições públicas de ensino superior existentes, a distribuição das licenciaturas em Matemática pelo território estadual e a própria dinâmica espacial do Ceará em relação ao País e à região Nordeste. A ideia aqui é criar mapas da situação atual. Estes funcionarão como referências que teremos como ponto de partida. Partiremos, portanto, como quem olha pelo retrovisor, procurando, com as lentes da História Oral, imagens, às vezes nítidas, às vezes distorcidas do passado que queremos construir, das histórias que queremos contar e das narrativas de atores anteriores aos processos de implementação e institucionalização dos cursos de formação de professores de Matemática no Cariri cearense. Procuraremos por processos de ruptura, processos que digam da mudança de um modo de existir, ou seja, de como se dava a formação e atuação desses professores antes da institucionalização dos cursos de licenciatura, antes da chegada das universidades e institutos pelas terras caririenses. Partimos, portanto, do presente, como num filme que começa às avessas e situa o espectador no ponto de chegada, que é ao mesmo tempo ponto de partida. Iniciaremos situando geograficamente o estado do Ceará, em seguida, situaremos as universidades públicas existentes no Estado e os cursos de Licenciatura em Matemática e similares, distribuídos por municípios, instituições e modalidades, fazendo um retrato composto por mapas que digam da presente distribuição dos cursos de licenciatura em Matemática, tanto presenciais quanto a distância em todo o território cearense.

O estado do Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil, limitado ao norte pelo Oceano Atlântico, a leste pelos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, a sul pelo estado de Pernambuco e a oeste pelo estado do Piauí. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), sua área total é de 148.886,3 Km², distribuídos em 184

²⁸ Ao dizer similares nos referimos aos cursos de licenciatura em Ciências que carregam a proposta do ensino de Matemática, tais como o Curso de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, Curso Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática ou Curso Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, por exemplo. Mais adiante falaremos sobre esses cursos e as suas instituições.

municípios, sendo Fortaleza a sua capital (CEARÁ, 2016), com população estimada em 8.963.663²⁹. No mapa a seguir temos uma visão mais precisa da sua localização:

Figura 12: Posição geográfica, dimensões e limites do Ceará.

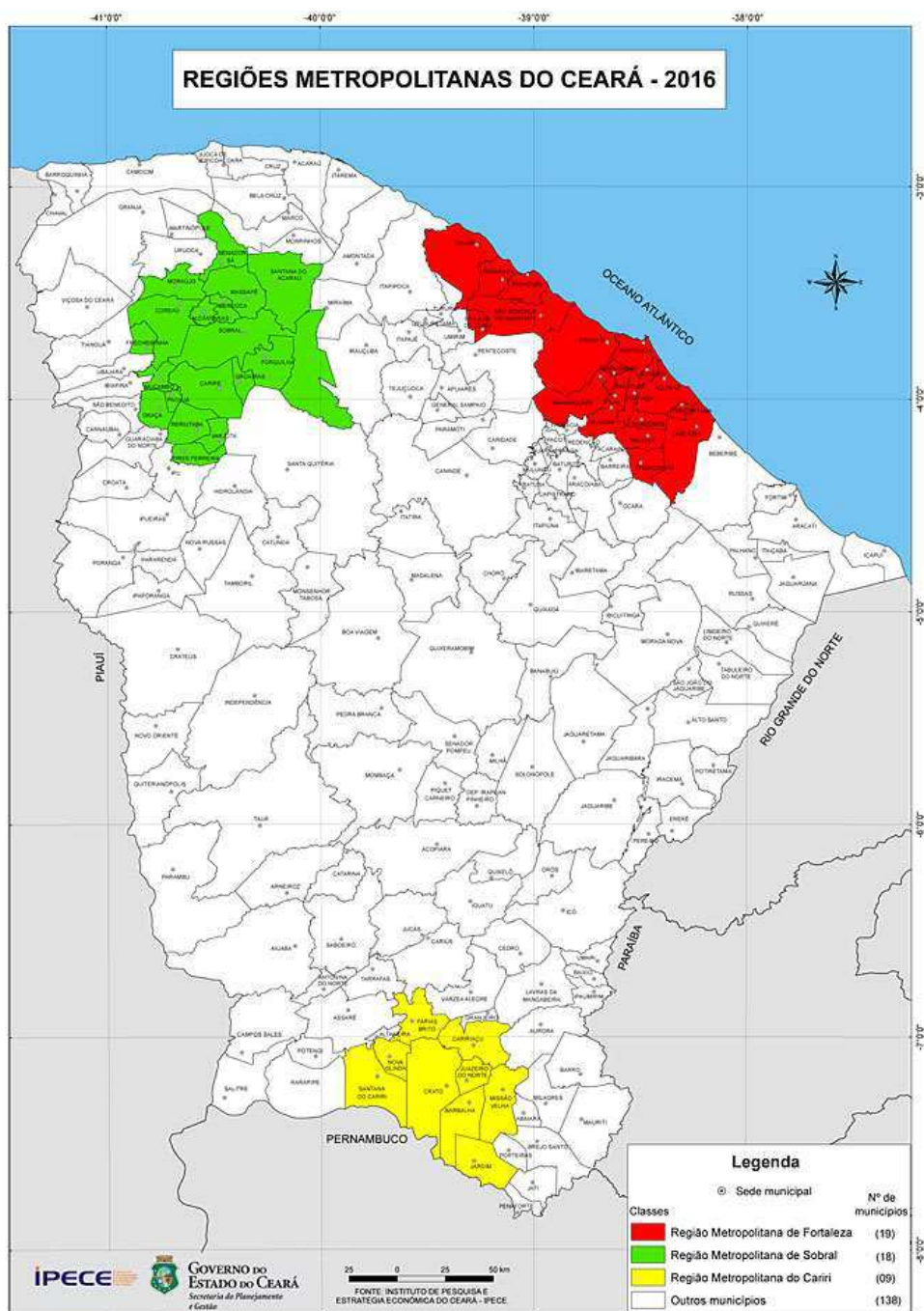


Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece (CEARÁ, 2017).

²⁹ Nesta pesquisa, todos os dados referentes a populações, tanto do Estado quanto de municípios e regiões, serão feitos a partir de informações relativas a 2016, disponíveis na plataforma de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no site daquela instituição (www.ibge.gov.br).

Os maiores índices econômicos e demográficos estão localizados em três regiões metropolitanas, a saber, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana do Cariri (RMC) e Região Metropolitana de Sobral, que juntas sediam seis das sete instituições públicas de ensino superior existentes no Estado.

Figura 13: Regiões Metropolitanas do Ceará



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece (CEARÁ, 2017).

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) concentra cerca de 44,8% da população do Estado³⁰, totalizando 4.019.213 habitantes, dos quais 2.609.716 vivem na capital. Teve sua composição definida em 1995, através da Lei Complementar nº 03/95, de 26 de junho de 1995, sendo, na época, composta por nove municípios. A configuração atual da RMF foi alterada pela Lei Complementar nº 144, de 04 de setembro de 2014, além de duas outras alterações ocorridas desde aquela de 1995. Desde 2014, então, a RMF é formada por 19 municípios: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Cascavel, Pacajus, Horizonte, Trairi, Euzébio, São Gonçalo do Amarante, Itaitinga, Paracuru, Paraipaba, Guaiúba, Pindoretama, Chorozinho e São Luiz do Curu (Ceará, 2014). É também o maior polo econômico (MORAIS *et al*, 2014). Está localizada ao norte do Estado e ocupa a parte central da faixa litorânea. A cidade de Fortaleza abriga as sedes administrativas das três maiores instituições públicas de ensino superior: a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Estadual do Ceará (Uece) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

A Região Metropolitana do Cariri (RMC), segundo maior polo econômico e demográfico do Estado (MORAIS *et al*, 2014), agrega cerca de 6,7% da população³¹, com aproximadamente 598.107 habitantes. Foi criada através da Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009 e é formada por nove municípios, a saber, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Caririaçu, Farias Brito, Santana do Cariri e Nova Olinda (CEARÁ, 2009), com sede no município de Juazeiro do Norte, que concentra 268.248 habitantes, ou seja, quase 45% da população da RMC. As cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, conurbadas, localizadas no centro da região, formam uma aglomeração urbana polarizada pela cidade de Juazeiro do Norte³². Os outros seis municípios têm seus distritos-sedes mais afastados dessas três cidades, num raio médio aproximado de 40 Km. A RMC está localizada ao sul do Estado, na Microrregião de Planejamento do Cariri. Esta, por sua vez, com 29 municípios, incluídos os nove da RMC, faz divisa com os estados de Pernambuco, ao sul, Paraíba, a leste, e Piauí, a oeste. Duas instituições públicas de ensino superior têm suas sedes administrativas nessa Região: a Universidade Federal do Cariri (UFCA), sediada em Juazeiro do Norte, e a Universidade Regional do Cariri (Urca), sediada no município de Crato.

³⁰ Índice calculado pelo autor da pesquisa a partir dos dados populacionais disponibilizados pelo IBGE (população estimada em 2016), disponíveis no site da instituição (www.ibge.gov.br).

³¹ *Idem* nota anterior.

³² Recorremos ao conceito de aglomeração urbana utilizado por Miyazaki (2010), que compreende tais aglomerações como a junção de duas ou mais cidades, num processo que pode envolver atividades econômicas, sociais, políticas, religiosas e administrativas.

Figura 14: Localização e abrangência da Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece (CEARÁ, 2017).

Figura 15: Localização e abrangência da Região Metropolitana do Cariri



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece (CEARÁ, 2017).

Já a Região Metropolitana de Sobral (RMS) é a mais recentemente criada. Foi instituída pela Lei nº 178, de 27 de dezembro de 2016, e conta com 489.265 habitantes, cerca de 5,5% da população do Ceará, tendo Sobral como município sede, com 203.682 habitantes, ou seja, quase 42% da população da região. A RMS é formada por 18 municípios: Sobral, Massapê, Santana do Acaraú, Forquilha, Coreaú, Reriutaba, Cariré, Varjota, Graça, Meruoca, Mucambo, Frecheirinha, Alcântaras, Groaíras, Pires Ferreira, Moraújo, Senador Sá e Pacujá. Fica localizada na região noroeste do estado, na Microrregião de Planejamento do Sertão de Sobral,

que engloba 18 municípios, exatamente os mesmos da RMS. Limita-se com outras microrregiões do Ceará, sendo elas: Litoral Norte, ao norte, Litoral Oeste / Vale do Curu, a leste, Serra da Ibiapaba, a oeste, e Sertão dos Crateús, ao sul. No RMS está sediada uma das sete instituições públicas de ensino superior do Ceará, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com sede em Sobral.

Figura 16: Localização e abrangência da Região Metropolitana de Sobral



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece (CEARÁ, 2017).

Até agora, foram citadas seis das sete instituições públicas de ensino superior do Estado, as quais estão sediadas nas três regiões metropolitanas descritas acima. A sétima, trata-se da

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), instituição federal de ensino superior sediada em Redenção (CE). Localizado na Microrregião de Planejamento do Maciço de Baturité, o município de Redenção, com apenas 27.358 habitantes, limita-se com a Região Metropolitana de Fortaleza, o que faz com que a Unilab esteja sediada muito próxima a um polo de concentração econômica e demográfica. No entanto, ressaltamos que esta não é uma condição para a sua localização, visto que o projeto de implantação da Unilab agrega características muito particulares, que destoam do percurso de criação das demais universidades públicas cearenses, assunto que trataremos mais adiante, quando falaremos sobre cada instituição individualmente.

Com estes dados, estamos a dizer que todas as sete instituições públicas de ensino superior no estado do Ceará têm suas sedes administrativas concentradas em apenas três polos econômicos e demográficos, fato que se assemelha à maioria dos estados brasileiros, resguardadas as devidas proporções. Talvez o próprio desenvolvimento do Estado como um todo seja um dos principais fatores dessa concentração, visto que, dos 165 municípios existentes fora da Região Metropolitana de Fortaleza, apenas 5 têm uma população maior do que 100 mil habitantes³³, e do total de municípios cearenses, 63,5% têm a população entre 10 mil e 40 mil habitantes³⁴, sendo que a maioria tem como principal atividade econômica o funcionalismo público, o comércio e serviços locais, o setor rural e as transferências de renda/previdência, com baixos índices de industrialização e de desenvolvimento regional. Esses fatores contribuem para que haja uma polarização nas poucas regiões mais desenvolvidas, fazendo com que haja mais investimento nessas regiões em vários setores, dentre eles a educação. Desse modo, as iniciativas de implementação das universidades públicas ocorreram primeiramente nesses centros, de onde irradiaram suas políticas de expansão e interiorização, que historicamente aconteceram obedecendo aos dinamismos das forças políticas que atuam naqueles territórios a partir de interesses como lógica de mercado, aspectos históricos, políticos ou culturais ou, ainda, através da incorporação de antigas faculdades e cursos isolados pelo interior, ligados à Igreja Católica, a associações de naturezas diversas, à iniciativa particular ou ao poder público.

Hoje, o estado do Ceará conta com as sete instituições públicas de ensino superior já citadas. Quatro delas são federais (UFC, UFCA, Unilab e IFCE) e três são estaduais (Uece, UVA e Urca). Embora estejam administrativamente concentradas nos três polos de desenvolvimento, essas instituições têm diversos campi e unidades espalhadas em vários

³³ Juazeiro do Norte, Sobral, Crato, Itapipoca e Iguatu.

³⁴ Índice calculado pelo autor da pesquisa a partir dos dados populacionais disponibilizados pelo IBGE (população estimada em 2016), disponíveis no site da instituição (www.ibge.gov.br).

municípios do interior e das três regiões metropolitanas do Estado. Em termos de infraestrutura, as universidades federais e o Instituto Federal são mais aparelhados, enquanto as universidades estaduais apresentam estruturas muito precárias, principalmente nas unidades localizadas fora das sedes, além de sérios e perenes problemas com recursos humanos, técnicos, orçamentários e materiais. Quanto às instituições privadas de ensino superior, existem algumas faculdades e centros universitários no Ceará, mas apenas uma universidade dessa natureza, a saber, Universidade de Fortaleza (Unifor). Todavia, os cursos nessas instituições são em sua maioria destinados à formação de profissionais liberais, havendo poucos cursos de formação de professores.

No que se refere à formação em Matemática, o estado abriga vários cursos nas modalidades presencial e a distância, distribuídos nas sete instituições públicas, espalhados por diversos campi e unidades acadêmicas na Grande Fortaleza e em vários municípios do interior, como veremos a seguir.³⁵

A Universidade Federal do Ceará (UFC) conta com dois cursos de Licenciatura em Matemática, sendo um presencial, na cidade de Fortaleza, e um semipresencial, oferecido pelo Instituto UFC Virtual³⁶ em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), com polos nos municípios de Aracati, Aracoiaba, Beberibe, Brejo Santo, Caucaia (2 polos), Ipueiras, Maranguape, Quiterianópolis, Quixadá, Russas e Sobral, totalizando doze polos. Também conta com um curso de Bacharelado em Matemática e outro em Matemática Industrial, ambos presenciais e sediados na capital.

A Universidade Estadual do Ceará (Uece) possui quatro cursos presenciais de Licenciatura em Matemática, sendo um em Fortaleza e os outros no interior, nos municípios de Iguatu, Limoeiro do Norte e Quixadá. Além disso há um curso de EaD, centralizado em Fortaleza, distribuído em oito polos, nos municípios de Barbalha, Caucaia, Itarema, Maracanaú, Mauriti, Pedra Branca, Piquet Carneiro e Quixeramobim.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) conta com cinco cursos presenciais de Licenciatura em Matemática, sendo um em Fortaleza e os quatro restantes no interior, nos campi localizados nos municípios de Canindé, Cedro, Crateús e Juazeiro do

³⁵ Para a elaboração deste texto, as informações sobre a existência e localização dos cursos foram levantadas pelo autor da pesquisa no site do Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do portal e-mec (www.emec.mec.gov.br), nos sites das instituições de ensino superior, em vários sites governamentais, além de documentos como resoluções, decretos, leis e Projetos Político Pedagógicos dos cursos. Em muitos casos esses documentos não estão disponíveis na internet, o que demandou a busca de vários deles diretamente nas instituições, através de visitas *in-loco*, telefonemas ou e-mails.

³⁶ O Instituto UFC Virtual é uma unidade acadêmica da UFC cujo objetivo é promover ações voltadas à Educação a Distância.

Norte. Além disso, possui um curso de Licenciatura em Matemática EaD, centralizado no Campus Juazeiro do Norte, distribuído em 12 polos. Os polos estão nos municípios de Acaraú, Camocim, Campos Sales, Itapipoca, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Meruoca, Orós, Quixeramobim, São Gonçalo do Amarante, Tauá e Ubajara.

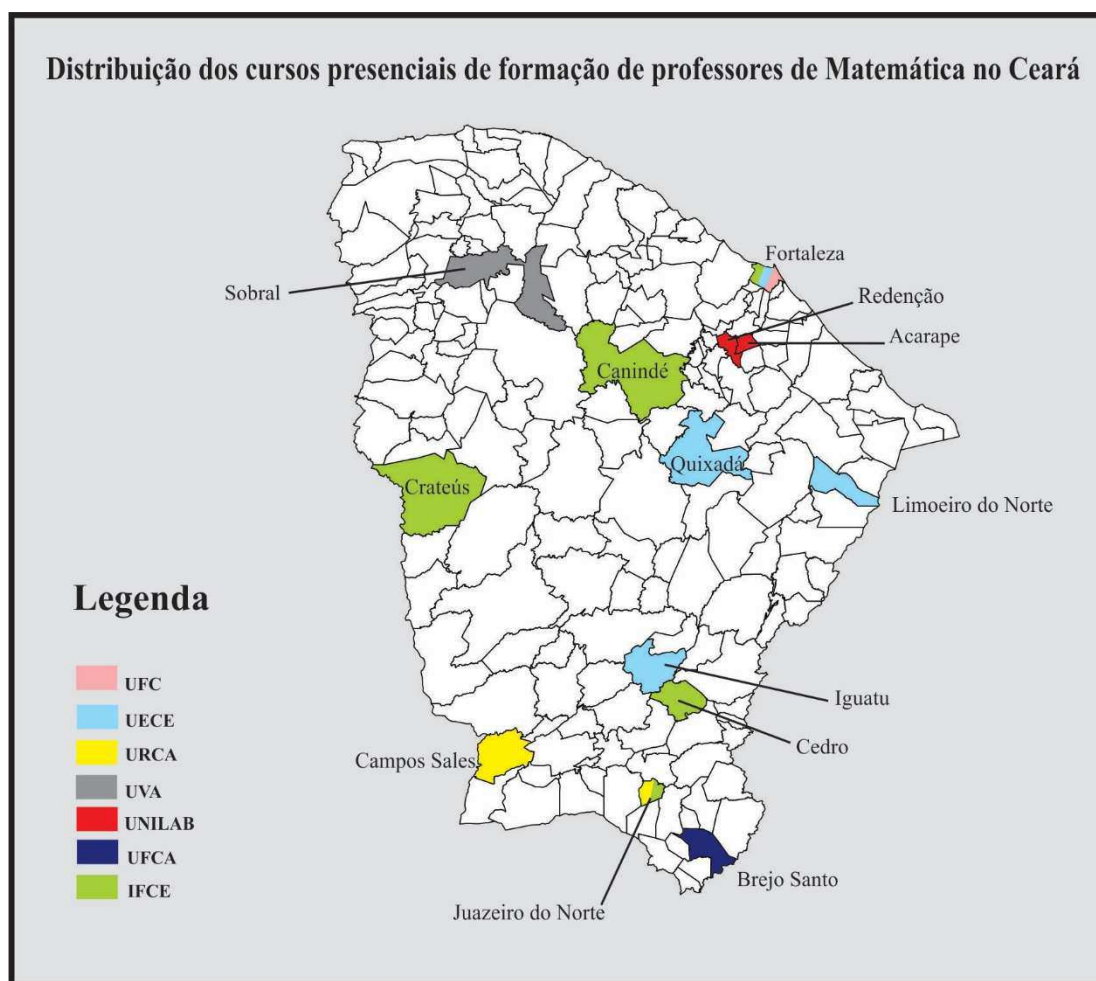
As instituições sediadas no interior, por sua vez, são mais tímidas no que diz respeito a oferecer cursos de Matemática. A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) possui um único curso de Licenciatura em Matemática, localizado em Sobral, município sede dessa universidade. Já a Universidade Regional do Cariri (Urca) conta com dois cursos presenciais de Licenciatura em Matemática, um deles estabelecido em Juazeiro do Norte (Campus Crajubar) e outro no município de Campos Sales (Unidade Descentralizada de Campos Sales). Quanto às universidades federais do interior, a Universidade Federal do Cariri (UFCA) conta com um curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, integrado a um Curso de Licenciatura em Matemática, localizados no Campus Brejo Santo, no município de mesmo nome, na região do Cariri. É interessante ressaltar que esses cursos compõem uma estrutura integrada, ou seja, o licenciando passa primeiro pelo curso Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, de três anos, para depois ingressar em uma licenciatura específica, no caso Matemática, Química, Física ou Biologia. Ao término do primeiro curso o licenciado está habilitado a ensinar Ciências e Matemática no Ensino Fundamental. Ao terminar o segundo, estará habilitado também a ensinar a disciplina específica no Ensino Médio. Esta é uma estrutura muito parecida com a dos cursos de Ciências com habilitações específicas, vigentes nas décadas de 1970 a 1990³⁷. Nesta estrutura, o licenciado é diplomado duas vezes, podendo inclusive decidir não fazer a licenciatura específica e ficar diplomado apenas no curso de Ciências, conforme consta do Projeto Político Pedagógico do Curso (UFCA, 2015). Por fim, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), há um curso de Licenciatura em Matemática e outro de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática. Este último funciona também como sistema de curso integrado a uma habilitação específica, podendo o aluno escolher entre Química, Física, Biologia ou Matemática. O Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática da Unilab funciona parte no município de Redenção e parte no município de Acarape, no Campus das Auroras e na Unidade

³⁷ A partir da Resolução nº 30/74, de 11 de julho de 1974, o Conselho Federal de Educação recomendou, em todo o País, a transformação dos cursos de licenciaturas específicas nas áreas de Matemática, Física, Química e Biologia em cursos genéricos de Licenciatura em Ciências, contemplando duas modalidades. A primeira, de curta duração, para a formação de professores de Ciências para atuarem no ensino de 1º grau. Da segunda, a Licenciatura Plena, o egresso sairia com o diploma de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, Física, Química ou Biologia, conforme a oferta do curso, podendo lecionar Ciências no 1º grau e a(s) disciplina(s) específica(s) no 2º grau.

Acadêmica dos Palmares, respectivamente. O curso de Licenciatura em Matemática funciona no município de Acarape, na mesma unidade acadêmica.

Como forma de ilustrar o que foi dito aqui a respeito dos cursos de formação de professores de Matemática atualmente vigentes no Ceará, os mapas³⁸ a seguir dão uma ideia da distribuição de todos os cursos citados. Fizemos a distribuição por instituição e município.

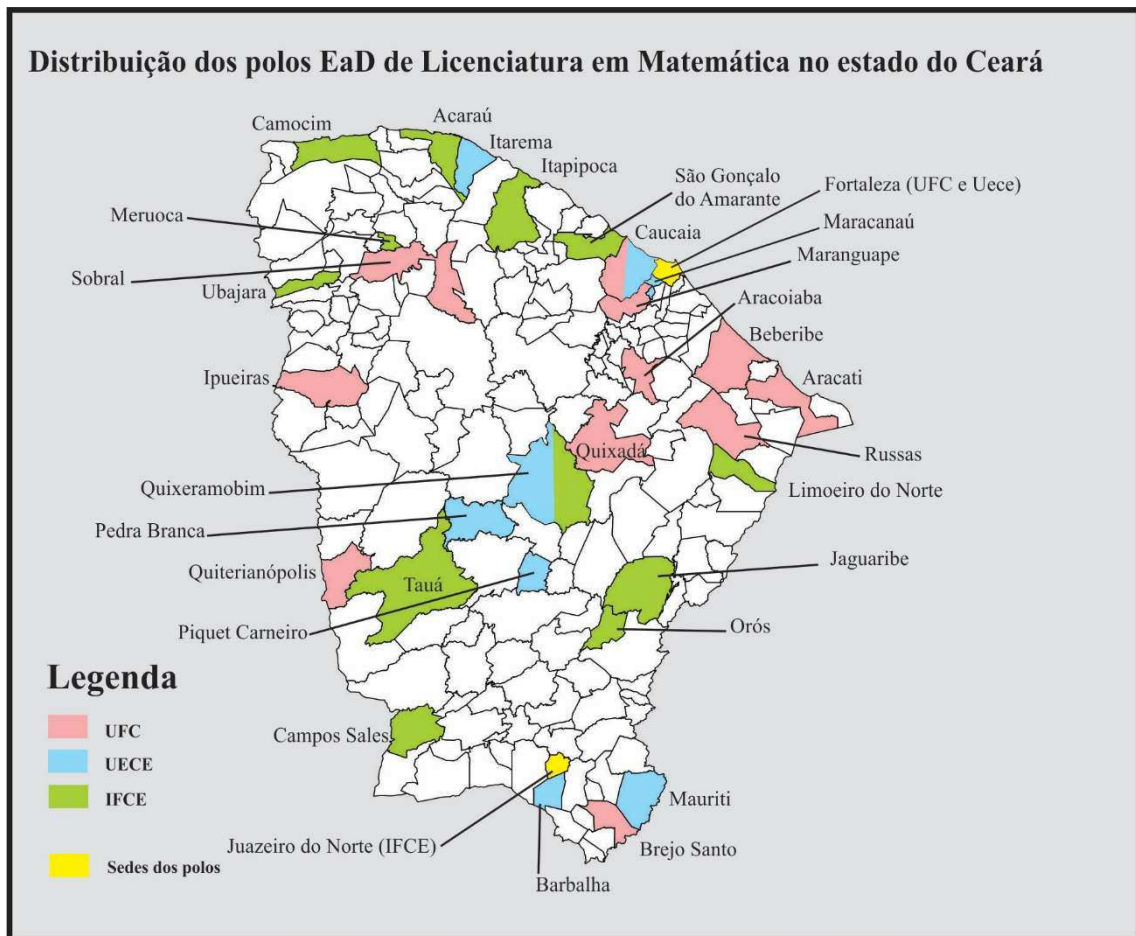
Figura 17: Distribuição dos cursos presenciais de formação de professores de Matemática no Ceará.



Fonte: Dados da pesquisa.

³⁸ Os mapas aqui mostrados têm função apenas ilustrativa, para dar ao leitor uma ideia da distribuição dos cursos nos limites geográficos do Estado, evitando assim o uso de quadros, tabelas, ou gráficos, por isso não tivemos preocupações com escala, orientação e projeção. Os mapas foram construídos pelo autor da pesquisa a partir da vetorização de mapas interativos disponíveis na plataforma Portal de Mapas do IBGE, no endereço eletrônico <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>.

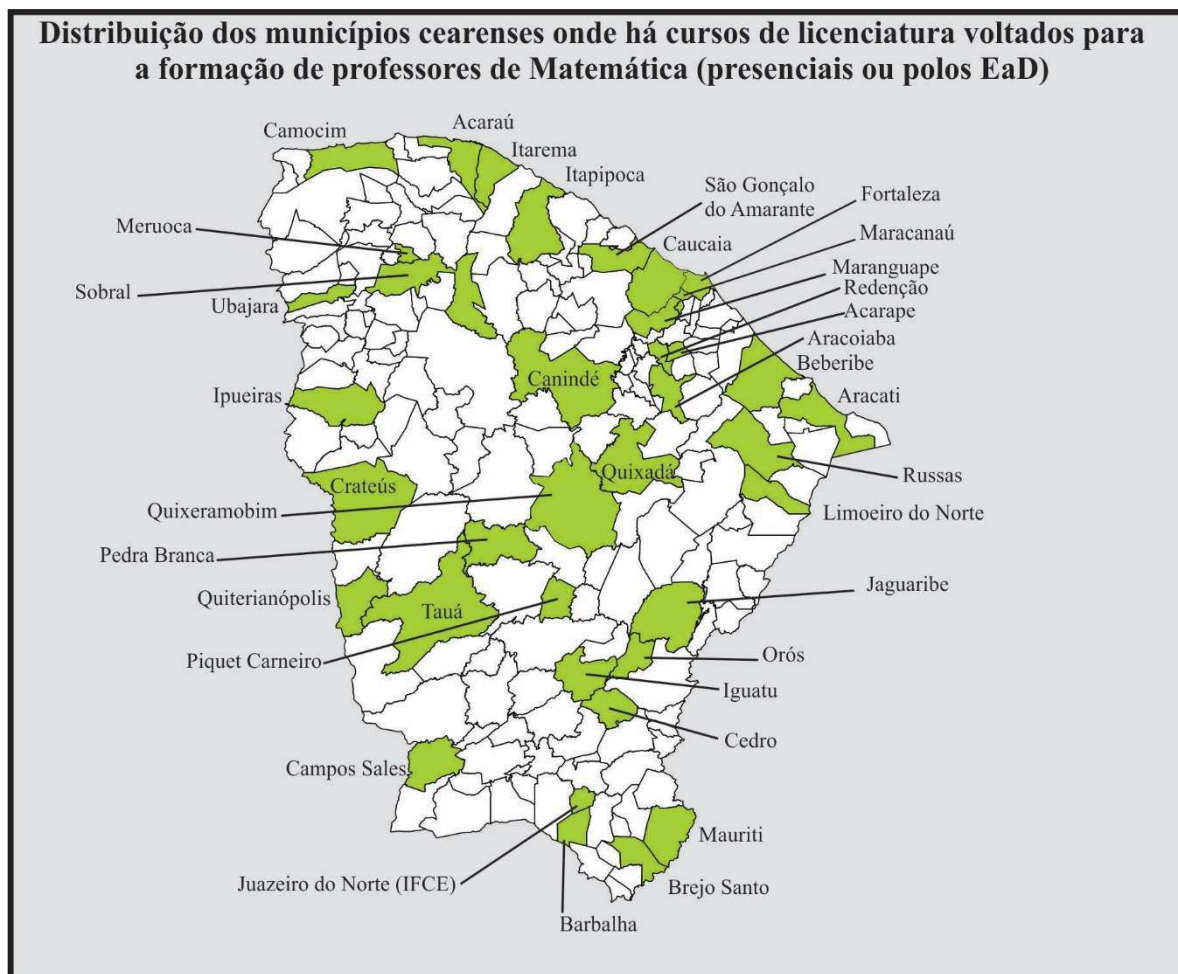
Figura 18: Distribuição dos polos EaD de Licenciatura em Matemática no estado do Ceará.



Fonte: Dados da pesquisa.

Unindo os mapas acima, a configuração de todos os cursos de licenciatura voltados para a formação de professores de Matemática, incluindo cursos presenciais e a distância, por municípios cearenses, fica distribuída conforme o mapa a seguir:

Figura 19: Distribuição dos municípios cearenses onde há cursos de licenciatura voltados para a formação de professores de Matemática (presenciais ou EaD).



Fonte: Dados da pesquisa.

Além dos cursos regulares existentes, sejam presenciais ou a distância, cabe aqui lembrar algumas políticas emergenciais e/ou provisórias de formação de professores, em nível estadual ou nacional, que operaram/operam no Ceará. Tais políticas geralmente formam professores em diversas áreas, dentre as quais sempre há cursos de licenciatura em Matemática ou em Ciências da Natureza e Matemática. Exemplos dessas políticas são o Curso de Licenciatura Plena do Ensino Fundamental (CLPEF)³⁹, o Programa de Formação em Nível Superior (Magister)⁴⁰, os cursos de licenciatura do Projeto Incentivo à Capacitação de Recursos

³⁹ Foi uma política pública de formação de professores em exercício na rede de ensino para se adequarem às exigências da LDB 9394/96, promovida pelo Governo do Estado do Ceará, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, em parceria com prefeituras de diversos municípios, Secretaria Estadual de Educação, universidades cearenses e outras instituições.

⁴⁰ O Magister foi um programa desenvolvido entre os anos de 2000 a 2004, com o objetivo de habilitar, em nível superior, professores da rede pública de ensino, em exercício, para atuarem nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. O Programa foi financiado pelo Banco Mundial e realizado pela Secretaria da Educação do

Humanos para a Melhoria do Ensino Fundamental e Médio⁴¹, os cursos de licenciatura do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor)⁴², a Licenciatura em Educação do Campo, implementada pelo Procampo⁴³, e o Programa Especial de Formação Pedagógica – Licenciatura Plena⁴⁴. Trata-se de cursos para a formação de professores em serviço ou de cursos especiais de formação, resultados de políticas públicas nacionais ou estaduais desenvolvidas por meio de parcerias entre várias instituições, e executadas pelas universidades públicas ou institutos federais. Algumas dessas políticas foram extintas, outras estão em funcionamento.

Como dissemos, esta é a atual configuração dos cursos de formação de professores de Matemática no estado do Ceará. Embora pareça razoável, ainda há carência de professores, precarização do trabalho docente e uma quantidade expressiva de professores sem formação específica nas áreas em que atuam. Além do mais, esta é uma configuração recente, o que significa que o estado tem uma dívida histórica com a formação de professores. De acordo com Linhares (2001), a criação e expansão do sistema universitário cearense não veio de um projeto de desenvolvimento em que as universidades fossem peça fundamental, mas sim da falta de força política para ampliar o sistema federal no Estado e da acomodação de demandas locais dos setores médios urbanos, abrindo escolas superiores estaduais que depois se transformariam em universidades. Nesse contexto, a formação de professores surge menos como projeto bem definido em função do planejamento de desenvolvimento para o Estado e mais como medida para suprimir uma demanda em face da necessidade urgente de formar professores para a

Estado do Ceará (Seduc), em parceria com as universidades UFC, Uece, UVA e Urca. Para mais informações sobre o Magister e CLPEF, ver Souza (2010) e Viana (2012).

⁴¹ O Projeto Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos para a Melhoria do Ensino Fundamental e Médio foi uma política de formação de professores iniciada em 2004 no âmbito das ações do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), desenvolvido pela Secretaria da Ação Social do Estado do Ceará (SAS/CE). Executado pela Secretaria da Ciência e Tecnologia (Secitece), o Programa teve como objetivo formar professores em exercício e egressos do ensino médio, nas áreas de Letras, Matemática e Ciências. Os cursos foram ministrados pelas universidades estaduais em parceria com prefeituras e secretarias municipais de educação.

⁴² Programa desenvolvido pelo Ministério da Educação, em âmbito nacional, implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que visa à formação de professores em exercício na educação básica que não possuem graduação ou atuam em áreas distintas das de suas formações. Os cursos são ministrados pelos Institutos Federais ou por universidades federais ou estaduais, nas modalidades presencial ou a distância, em parcerias entre a União, estados e municípios.

⁴³ O Programa de Apoio à Formação Superior em Educação do Campo (Procampo) é um programa do Ministério da Educação cujo objetivo é apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior, voltados para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais (MEC, 2017). No Ceará, duas universidades aderiram ao Programa, a saber: a Uece e a Urca.

⁴⁴ É um programa destinado a oferecer complementação pedagógica para bacharéis e tecnólogos, habilitando-os para a prática docente, principalmente nas áreas de Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas. Hoje, o curso é ofertado pela Universidade Estadual do Ceará, através do Núcleo de Educação Continuada e a Distância (Necad).

educação básica, em virtude de sua expansão e popularização. A esse respeito faremos aqui um breve histórico sobre o surgimento das instituições de ensino superior cearenses e sobre a criação dos cursos de formação de professores de Matemática no âmbito dessas instituições.

A UFC: enfim, uma universidade no Ceará

“A história da criação dos primeiros cursos de ensino superior no Ceará registra um movimento pendular em termos da dependência administrativa (pública federal ou estadual). Alguns começam sob jurisdição do governo do Estado, outros de forma inversa” (VIEIRA, 2002, p. 295). A primeira universidade no território cearense chegou em 1954. A Universidade Federal do Ceará (UFC), primeiramente denominada de Universidade do Ceará, foi criada pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, e instalada em junho de 1955. Segundo Vieira (2002), no início, a UFC integrava a incorporação de quatro estabelecimentos federais de ensino, a saber, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Agronomia e a Faculdade de Medicina, implantados no estado nas duas primeiras décadas do século XX. Outras escolas e faculdades foram incorporadas nos anos seguintes. Algumas delas mudaram de jurisdição da esfera estadual para a federal ou vice-versa, até a incorporação definitiva pela UFC, visto que não havia ainda uma universidade estadual. Também, ao longo dos anos, a UFC expandiu-se e criou novos cursos e campi na capital e no interior do Estado. Hoje, a sua sede administrativa funciona na capital, no Campus do Pici, além de contar com várias unidades acadêmicas e mais seis campi, denominados Campus Benfica e Campus Porangabussu, em Fortaleza, Campus de Sobral, Campus de Quixadá, Campus de Crateús e Campus de Russas, nas cidades de mesmos nomes que o dos respectivos campi. Os campi de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha foram encampados em 2013, com a criação da Universidade Federal do Cariri.

Antes da instalação da UFC, no entanto, já havia um curso de Matemática na capital cearense, que funcionava na então Faculdade Católica de Filosofia do Ceará (FCFC)⁴⁵ desde o final da década de 1940. Junto a este curso foi criado o Instituto Cearense de Matemática (Icem), liderado pelo professor Francisco Silva Cavalcante. Este fato fez com que o estado do Ceará apresentasse um notório cenário na produção matemática e na formação de matemáticos desde a década de 1950, constituindo-se como uma das referências nacionais e como centro no eixo

⁴⁵ A Faculdade Católica de Filosofia do Ceará foi criada em 1947, através do Decreto Presidencial nº 22.974, de 22 de abril de 1947, publicado no Diário Oficial da União de 29/04/1947, Seção 1. No referido Decreto foi autorizado o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Matemática.

Norte-Nordeste. O estudo de Barroso Junior (2015) aponta a criação do Icem, em 1954, como um importante impulso para esse quadro de destaque. Tratava-se de uma sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, criada por um grupo de matemáticos cearenses oriundos dos cursos de bacharelado e licenciatura em Matemática da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, com o objetivo de desenvolver o ensino e a pesquisa em Matemática no Estado (BARROSO JUNIOR, 2015, p. 19). Ainda segundo o estudo, o Icem obteve, em 1957, outorga de Mandato Universitário pela Universidade do Ceará, o que possibilitou ao Instituto investimentos no acervo, instalação de uma sede e apoio financeiro para fomento à pesquisa e ao intercâmbio. Também em 1957 houve importante participação de três professores de Matemática⁴⁶ do Ceará no *I Colóquio Brasileiro de Matemática*, realizado em Poços de Caldas (MG). Por conta da influência do Icem, o Ceará teve importantes participações nos dois primeiros colóquios, de modo que o *III Colóquio Brasileiro de Matemática* foi realizado em Fortaleza, no ano de 1961.

Em 1960 o Icem havia sido finalmente incorporado pela UFC, dando origem ao Instituto de Matemática da Universidade Federal do Ceará (IMUFC), de onde surgiu o Programa de Pós-Graduação em Matemática, a partir de 1965, com a criação do mestrado. Devido à criação do Centro de Ciências da UFC, que absorveu todos os institutos, o IMUFC foi extinto em 1973. Com isso, o Departamento de Matemática passou a fazer parte do Centro de Ciências, configuração que se mantém até hoje e que abriga o Programa de Pós-Graduação em Matemática, cujo doutorado se iniciou em 1995. Este, por sua vez, é um dos programas precursores no Brasil a desenvolver pesquisa e pós-graduação em diversas áreas da Matemática Pura e Aplicada e o quarto no País a oferecer um curso de mestrado em Matemática⁴⁷, configurando-se como um importante centro de pesquisadores inclusive em âmbito internacional. Esse cenário, além de evidenciar o Ceará como um grande centro na produção matemática brasileira, teve repercussão na criação de cursos de graduação em Matemática em outros estados, principalmente do Norte e do Nordeste, com a ida de professores formados no Ceará, como é o caso, por exemplo, para o Maranhão e do Tocantins, conforme apontam as pesquisas de Fernandes (2011) e Cury (2011).

Embora o Icem tenha sido incorporado à UFC em 1960, transformando-se no Instituto de Matemática da UFC, os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Matemática da Faculdade de Filosofia do Ceará continuaram na sua instituição de origem. A UFC, portanto, incorporara

⁴⁶ Francisco Silva Cavalcante, Antonio Gervasio Colares e Milton Carvalho Martins, ambos integrantes do Icem, na época.

⁴⁷ Os três primeiros foram o da Universidade de Brasília (UnB), do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa/RJ) e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

o Icem e iniciara seus próprios cursos de Matemática, herdando daquele Instituto o acervo e incorporando o seu pessoal. A partir daí os cursos de Matemática das duas instituições passaram a andar em sentidos contrários. Enquanto o da UFC se fortalecia, o da Faculdade de Filosofia começava a enfraquecer, pois, “a partir de 1965, a faculdade entrou numa fase de dificuldades, em decorrência de crises financeiras da entidade mantenedora [...]” (MENDES, 2013, p. 83). Em 1966, portanto, a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará foi finalmente encampada pelo Estado, através da Lei nº 8.423, de 03 de fevereiro de 1966⁴⁸, passando a denominar-se apenas Faculdade de Filosofia do Ceará (Fafice). Nessa nova configuração o curso de Matemática foi mantido.

Voltando à UFC, “em 1962, era criada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFC, com os Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Matemática tendo currículos atualizados, utilizando as experiências recém discutidas no Colóquio de 1961” (UFC, 2013, p. 11-12). A partir de então, o Ceará passou a ter curso de Matemática em universidade pública nas duas modalidades (bacharelado e licenciatura), ambos com forte inclinação para a pesquisa e para a formação de pesquisadores em Matemática Pura. Com tudo isso, o que se nota é que não havia ainda grandes movimentos em prol da formação de professores de Matemática para a educação básica. Embora tivesse sido implantado aí um curso de licenciatura, a proporção era ínfima se considerarmos a carência de professores existente em todo o estado. O próprio desenvolvimento dos primeiros cursos de Matemática se deu muito em função da pesquisa e da produção do conhecimento matemático, uma vez que ele foi promovido pela motivação de entusiastas da Matemática e não pela força de políticas públicas para a promoção e expansão da formação de professores.

Assim, os únicos cursos de licenciatura existentes nas décadas de 1960 e 1970, o da UFC e o da Faculdade de Filosofia do Ceará, não abarcavam a demanda. Primeiro, porque eram apenas dois em todo o Estado; segundo, pela quantidade de egressos desses cursos. No Projeto Político Pedagógico do Bacharelado em Matemática da UFC, por exemplo, é mencionado que até o ano de 1979 a média de formandos situava-se em torno de dez bacharéis e três licenciados por ano. Isso talvez se deva à forte inclinação para o bacharelado, pois no próprio documento afirma-se que “a estrutura curricular da Licenciatura Plena sempre foi um adaptação daquela do Bacharelado, na qual se fazia a substituição de algumas disciplinas de Matemática por outras com conteúdo pedagógico, mantendo-se um grande núcleo de disciplinas comuns” (UFC, 2013,

⁴⁸ Lei publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará nº 9.309, de 09 de fevereiro de 1966.

p. 15), o que significa que neste momento não estava posto ainda um debate sobre a demanda da formação de professores para a educação básica.

Em 1978, adaptando-se à Resolução nº 30, de 11 de julho de 1974, do Conselho Federal de Educação, o curso de Licenciatura em Matemática da UFC foi transformado em curso de Ciências, fundido aos cursos de Física, Química e Biologia, tornando-se um único curso com duas modalidades: Licenciatura Curta em Ciências e Licenciatura Plena em Ciências com habilitação específica (em Matemática, Química, Física ou Biologia). Destarte a mudança na licenciatura, a UFC manteve ainda os cursos de bacharelado nas quatro áreas. Em 1989, a Licenciatura Curta foi extinta na UFC, mantendo-se a Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Matemática, que funcionava no turno diurno. Com a transferência deste curso, em 1995, para o período noturno, a Licenciatura e o Bacharelado passaram a atuar em turnos distintos. Além disso, houve a aprovação de Projetos Políticos Pedagógicos distintos para o bacharelado e para a licenciatura, momento em que foi extinto o curso de Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Matemática, e, então, a partir de 1995 a UFC volta a ofertar o curso específico de Licenciatura em Matemática. Assim, “ficou estabelecida uma clara diferenciação entre as duas modalidades [bacharelado e licenciatura], delineando-se o perfil de cada uma delas, com a consequente transferência da Licenciatura para o turno noturno”. (UFC, 2013, p. 16) (adendo nosso).

Em virtude de problemas como a evasão e o abandono do curso, e visando adaptar-se às novas regras do Conselho Nacional de Educação, publicadas nos anos de 2001 e 2002, que instituíam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, a carga horária dos cursos e a estrutura dos projetos pedagógicos, o Departamento de Matemática da UFC resolveu reformular os cursos de Ciências e, a partir de 2003, passou a contar novamente com o Curso de Licenciatura em Matemática. Um dos princípios norteadores dessa reformulação era “abandonar características mais apropriadas a um Bacharelado em Matemática” (UFC, 2005, p. 4), além de investir em uma estrutura voltada para a formação do professor em áreas específicas e assim acabar com a formação genérica em Ciências, característica que o curso mantém na formatação atual. Em relação à Matemática, hoje, a UFC oferece os cursos de Licenciatura em Matemática (presencial e a distância), Bacharelado em Matemática e Bacharelado em Matemática Industrial, todos na capital. No caso da licenciatura a distância, há polos em várias cidades do interior, como é característico dessa modalidade de ensino.

A Uece: interiorizar é preciso

A Universidade Estadual do Ceará (Uece) foi criada em 1975. Antes, porém, a falta de uma universidade estadual, a necessidade de políticas de interiorização e a existência de escolas de ensino superior já configuravam um quadro de anseio pela sua chegada. O primeiro passo efetivo para a sua implantação foi a criação da Fundação Educacional do Estado do Ceará (Funeduce), através da Lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973, que extinguiu as autarquias estaduais de ensino superior, a saber, a Faculdade de Filosofia do Ceará (Fafice), a Escola de Administração do Ceará, a Faculdade de Veterinária do Ceará, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano de Matos, no município de Limoeiro do Norte, além da Televisão Educativa Canal 5. A partir dessa Lei, todas essas instituições foram extintas como autarquia e passaram a ter como mantenedora a Funeduce. Também foram incorporadas as instituições particulares: Escola de Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula e o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno.

Em 1975, o Conselho Diretor da Funeduce cria, com a Resolução nº 02, de 5 de março de 1975, referendada pelo Decreto nº 11.233, de 10 de março do mesmo ano, a Universidade Estadual do Ceará, que a partir de então incorporou as unidades de ensino anteriormente citadas, situadas na capital. Embora criada em 1975, a Uece foi instalada oficialmente em 1977, reconhecida pelo Decreto Presidencial nº 79.172, de 26 de janeiro de 1977. Em 1979, finalmente, a Funeduce foi transformada em Fundação Universidade Estadual do Ceará, por força da Lei Estadual nº 10.262, de 18 de maio de 1979 e do Decreto nº 13.252, de 23 de maio do mesmo ano. Posteriormente à sua criação, a Uece encampou as escolas interioranas: Faculdade de Filosofia Dom Aureliano de Matos (Fafidam), em Limoeiro do Norte; Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Econômicas, em Crato; Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte; Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), em Quixadá; e Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (Fecli). Com a expansão da sua estrutura interiorana, vieram ainda a Faculdade de Educação de Crateús (Faec), Faculdade de Educação de Itapipoca (Facedi) e Faculdade de Educação, Ciências e Letras dos Inhamuns (Cecitec), esta última no município de Tauá. Por outro lado, com a criação da Universidade Regional do Cariri, em 1986, as faculdades de Direito e Ciências Econômicas do Crato, bem como o Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte, deixaram de fazer parte da Uece, passando a pertencer à Urca. Hoje, a Uece está sediada no campus do Itaperi, em Fortaleza, e conta com uma estrutura *multicampi*, envolvendo o Campus de Fátima, em Fortaleza, o Campus de Educação Ambiental

e Ecológica de Pacoti (CE), as faculdades aqui citadas e mais várias unidades acadêmicas na capital e no interior do Estado.

Como se pode ver, em sua fundação, a Uece trouxe um sentido de interiorização, ao reunir escolas superiores isoladas, promovendo o desenvolvimento do Estado e aprimorando a estrutura existente no sistema universitário cearense.

Quanto à formação em Matemática, a Uece disponibiliza licenciaturas presenciais em quatro municípios: em Fortaleza, vinculado ao Centro de Ciências e Tecnologia; em Limoeiro do Norte, na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano de Matos; em Quixadá, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central; e em Iguatu, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. Além desses, disponibiliza ainda o Curso de Licenciatura em Matemática a Distância do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

O primeiro curso veio logo com a fundação da Universidade. Como dissemos anteriormente, a Uece incorporou a Fafice, que à época já era uma autarquia estadual, que por sua vez, tinha trazido o curso de Matemática da então Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. Na prática, o curso de Matemática da Uece tem suas origens em 1947, bem antes do surgimento da própria Universidade, pois fazia parte de uma instituição católica, cuja mantenedora era a União Norte Brasileira de Educação e Cultura, ligada à Ordem dos Irmãos Maristas. A Faculdade de Filosofia foi incorporada pelo Estado em 1966, depois à Uece, quando da sua criação em 1975. Seguindo a orientação da Resolução 30/74, do Conselho Federal de Educação, anteriormente citada, o curso de Licenciatura em Matemática foi transformado em Curso de Ciências (Licenciatura Curta), em 1976. Em 1978 o curso foi plenificado, passando a funcionar nas duas modalidades: curta, em Ciências, e plena, em Ciências com habilitação em Matemática. A partir de 1983, a Uece estendeu a oferta do curso de Ciências para as unidades do interior do estado, apenas na modalidade licenciatura curta. Estes, por sua vez, foram plenificados mais tarde ou, no caso do curso em Juazeiro do Norte, encampado por outra universidade, como veremos a seguir.

No município de Limoeiro do Norte, o curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano de Matos (Fafidam) veio como uma das políticas de interiorização da Uece. Antes, porém, a Fafidam já havia feito uma tentativa de implantar um curso de Matemática, em 1968. A Fafidam foi criada através da Lei nº 8.557, de 19 de agosto de 1966 e em 1967 foi estruturada como Autarquia Estadual. “A abertura dos cinco primeiros cursos de Licenciatura - Letras, Pedagogia, Geografia, História e Matemática - foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, através do Parecer nº 425, em 1968” (UECE, 2017). No entanto, o curso de

Matemática não chegou a formar a primeira turma, tendo que transferir os alunos remanescentes para a Faculdade de Filosofia do Ceará. Em 1983, portanto, foi implantado o Curso de Licenciatura Curta em Ciências, como uma extensão do Curso de Ciências da Uece, assim como aconteceu também com outras unidades interioranas da instituição, na ocasião, fruto de uma das ações de interiorização da recém-criada universidade. Em 1994, o curso de Ciências foi plenificado, dando origem a dois cursos distintos, a saber, Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Matemática/Física e Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Química/Biologia. Finalmente, em 2002, visando atender às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, os cursos de Ciências deram lugar aos novos cursos de licenciatura em Matemática, Física, Química e Ciências Biológicas. A partir de então, o curso de Licenciatura em Matemática da Fafidam, criado a partir da Resolução 2.510 - Cepe/Uece, de 27 de dezembro de 2002, passa a funcionar nos moldes atuais.

Trajetória semelhante, visto ser fruto de uma mesma política da Uece, aconteceu com o curso de Matemática da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), em Quixadá. Em 1983 foi criado o Curso Licenciatura Curta em Ciências, através da Resolução nº 36 - Cepe/Uece, de 18 de fevereiro do mesmo ano. Na ocasião, não existia ainda a Feclesc, que só seria criada em 1990, com a Resolução nº 02/90. Em 1994, o curso sofreu a mesma modificação e se desdobrou em duas licenciaturas plenas: Ciências com Habilitação em Matemática/Física e Ciências com Habilitação em Química/Biologia. Em 2002, o curso de Ciências desmembrou-se e deu origem aos quatro cursos de licenciatura, a saber, Matemática, Física, Química e Ciências Biológicas, por força da mesma Resolução que modificou os cursos da Fafidam.

No município de Iguatu, região Centro-Sul do Estado, a história é mais recente. O Curso de Licenciatura em Matemática da Uece naquela região teve sua primeira turma aberta no ano de 2002, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (Fecli). Antes, quem morasse nas proximidades de Iguatu e almejasse a licenciatura em Ciências/Matemática teria que se deslocar até Quixadá, no Sertão Central, ao norte de Iguatu e região, ou até Juazeiro do Norte, no Cariri, ao sul. Embora seja recente o curso de Matemática, a Fecli já existia há mais tempo. Em meados da década de 1970, lideranças religiosas, políticas, empresariais e educacionais da cidade envidaram esforços para a criação de uma fundação que seria a mantenedora de uma instituição de ensino superior. Assim, foi criada a Fundação Universitária Centro Sul (Fucs). Em virtude do trabalho realizado pela Fucs, em 1979, a Lei Municipal nº 558/79, de 24 de dezembro de 1979, complementada pelas leis nº 558/79 e 1006/80, cria a Fecli, como uma

Autarquia em Regime Especial. As atividades se iniciaram em 1981, com três turmas de Licenciatura Curta em Pedagogia com habilitações em Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar. Em 1982, com o Decreto Estadual nº 15.502, de 10 de setembro do mesmo ano, foi autorizada a encampação da Fecli pela Uece, cujo Termo foi assinado no final de 1983. Em 1990 foram iniciadas turmas de Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Letras Português/Literatura e Letras Português/Inglês. No ano 2000, com a Resolução nº 255-Consu, a Uece cria cursos de Licenciatura Plena em Matemática, Física, Química e Ciências Biológicas nas unidades de ensino do interior do Estado, deixando a cargo das unidades interessadas, junto com a Pró-Reitoria de Graduação, instalarem os referidos cursos. Com isso, a Fecli instituiu a Licenciatura em Matemática e a Licenciatura em Física, que iniciaram suas atividades em 2002. Posteriormente, em 2003, foi iniciado o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Hoje, a Fecli oferece cinco cursos de licenciatura, a saber, Pedagogia, Letras, Matemática, Física e Ciências Biológicas. Sua estrutura física está localizada no Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira, na cidade de Iguatu. O referido campus, inaugurado em 2015, abriga cursos da Uece, da Urca e do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec). O Curso de Licenciatura em Matemática da Fecli teve seu Projeto Político Pedagógico reformulado em 2012.

Além dos cursos de Ciências/Matemática aqui citados, a Uece abriu uma turma de Licenciatura Curta em Ciências em 1983, no Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte, unidade acadêmica que pertencia à Uece, na época. Como dissemos anteriormente, essa Unidade foi encampada pela Urca, em 1986. A evolução desse curso estudaremos mais adiante, no tópico relacionado à Urca.

A UVA: da Igreja e do Município para o Estado

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), sediada no município de Sobral, foi criada em 1984, por meio da Lei nº 10.933, de 10 de outubro de 1984, que instituiu a criação da referida Universidade sob a forma de Autarquia, vinculada à Secretaria de Educação do Estado. Em 1993, em virtude de mudanças na sua natureza jurídica, por meio da Lei nº 12.077-A, de 01 de março de 1993, a UVA foi transformada em Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú e passou a ser vinculada à então Secretaria da Ciência e Tecnologia, atual Secretaria da

Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece)⁴⁹. Embora sua criação como universidade estadual tenha ocorrido em 1984, suas origens remontam a duas instituições sobralenses mais antigas. A primeira delas é a Faculdade de Filosofia Dom José, criada em 1961 e mantida pela Diocese de Sobral. A segunda é a Universidade Vale do Acaraú, criada em 1968, através da Lei Municipal nº 214, de 23 de outubro de 1968. De acordo com Silveira (2011), a Faculdade de Filosofia Dom José mantinha os seguintes cursos: Licenciatura Plena em História e Licenciatura em Letras (plena e de 1º grau), criadas em 1961, por ocasião da criação da Faculdade; Licenciatura Plena e de 1º Grau em Estudos Sociais (extinta) e Licenciatura Curta em Ciências, criadas em 1972. A Universidade Vale do Acaraú, por sua vez, mantinha as seguintes faculdades: Ciências Contábeis, Farmácia e Obstetrícia, Educação e de Tecnologia. Com a criação da UVA, em 1984, as duas instituições foram encampadas. De acordo com a Lei de criação da UVA, as faculdades encampadas continuariam a funcionar sob a forma de estabelecimentos de ensino superior isolados até que fosse tramitado o processo de reconhecimento da UVA (CEARÁ, 1984), o que ocorreu em 1994⁵⁰. Por isso, alguns documentos até 1994 referem-se às respectivas faculdades, enquanto outros se referem à UVA. Hoje, a UVA tem uma estrutura *multicampi*, com sede administrativa no Campus da Betânia, em Sobral. Os outros campi, também na cidade de Sobral, são denominados Campus CIDAO, Campus Derby e Campus Junco.

O curso de Matemática da UVA veio do extinto Curso de Licenciatura Curta em Ciências da Faculdade de Filosofia Dom José, iniciado em 1973. O antigo curso foi autorizado a funcionar por meio do Decreto nº 70.428, de 17 de abril de 1972, reconhecido pelo Decreto nº 81.261, de 27 de janeiro de 1978. Em virtude do aumento da demanda por professores de ensino de 2º grau na região, o curso foi convertido em Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Matemática, por meio do Parecer nº 337, de 25 de março de 1987. No quesito plenificação, o curso de Ciências da UVA saiu na frente em relação às outras universidades estaduais cearenses, que só tiveram seus cursos plenificados entre 1993 e 1994. Por outro lado, a transformação em Licenciatura em Matemática, atendendo às novas recomendações do Conselho Nacional de Educação, publicadas entre 2001 e 2002, só vieram em 2012. Nesse meio caminho o curso fez reformas curriculares em 1991, 2000, 2003 e 2006, mas permanecendo

⁴⁹ A referida Lei criou a Secretaria de Ciência e Tecnologia (Secitece), alterou também a natureza jurídica da Universidade Regional do Cariri, transformando-a em Fundação Universidade Regional do Cariri, e vinculou a Uece à Secitece, além de outros órgãos do Estado.

⁵⁰ A UVA teve o seu reconhecimento pelo Parecer nº 318/94, de 08/03/1994, do Conselho estadual de Educação, sancionado pela Portaria Ministerial nº 821, de 31/05/1994, do MEC, publicada no Diário Oficial da União de 01/06/1994.

ainda como curso de Ciências com Habilitação em Matemática. A transformação em Licenciatura em Matemática deu-se por meio da Resolução nº 36, de 21 de novembro de 2012, estrutura que se mantém até os dias atuais.

A Urca: um pedaço de cada coisa, novos pedaços espalhados

Na década de 1960, a região do Cariri, no sul do Estado, já era o principal centro econômico do interior do Ceará, polarizado pelas cidades de Crato e Juazeiro do Norte. Longe da capital, a região se tornava um centro de convergência até mesmo para cidades do interior de estados próximos, como Pernambuco, Paraíba e Piauí, atraídos por atividades ligadas ao comércio, ao turismo religioso e a pequenas fagulhas de industrialização. Até então as únicas instituições de ensino superior na região eram o Seminário São José, fundado em 1875, pertencente à Diocese de Crato, e o Seminário Sagrada Família, fundado no início da década de 1940 e extinto no final dos anos de 1960, pertencente à congregação católica dos Missionários da Sagrada Família. Ambas as instituições foram instaladas na cidade de Crato e o acesso era restrito somente aos eclesiásticos, uma vez que visavam à formação de padres católicos. Com o desenvolvimento econômico e a existência de algumas escolas de ensino secundário (a maioria ligada à Igreja Católica), surgiu a necessidade da instalação de escolas de ensino superior para suprir a demanda que se apresentava. Nesse contexto surgiram a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Ciências Econômicas do Crato.

A Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), pertencente à Diocese de Crato, foi fundada em 1959, com atividades iniciadas em 1960. Inicialmente mantida pelo Instituto de Ensino Superior do Cariri⁵¹, sucedido posteriormente pela Fundação Padre Ibiapina⁵². Segundo Florêncio (2012, p. 61), a FFC iniciou as atividades vinculada à então Universidade do Ceará (atual UFC), com os cursos de Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, História e Pedagogia. Posteriormente, em 1963, implantou os cursos de Geografia e História Natural, com turmas iniciadas em 1964. Em 1980, por meio do Parecer 878, de 06 de agosto de 1980, o curso de História Natural é convertido em Curso de Ciências, Licenciatura de 1º Grau e Licenciatura Plena, com Habilitação em Biologia (URCA, 2014). A partir daí a FFC passou a contar com os

⁵¹ Instituto criado em 1955 por autoridades políticas e eclesiásticas para o planejamento e execução da Faculdade de Filosofia do Crato.

⁵² Organização vinculada à Diocese de Crato, executora de atividades ligadas à educação, saúde, assistência social e evangelização. Atualmente é a mantenedora da Faculdade Católica do Cariri.

curso de Letras, História, Pedagogia, Geografia e Ciências com Habilitação em Biologia, até a sua encampação pela Urca em 1986.

A Faculdade de Ciências Econômicas do Crato foi fundada em 1961. Na ocasião, ela era agregada à Universidade do Ceará e tinha como entidade mantenedora a Associação de Empregados do Comércio de Crato (AECC), que já mantinha uma escola de comércio desde 1918, e, no final da década de 1940 instalou a Escola Técnica de Comércio de Crato. Depois, com a instalação da Uece, em 1977, a Faculdade de Ciências Econômicas foi encampada e passou a fazer parte da estrutura interiorana daquela universidade. Essas duas instituições começariam a formar a estrutura para a chegada da universidade na região do Cariri, o que só ocorreria cerca de vinte e cinco anos depois.

Na década seguinte, outras duas instituições de ensino superior se instalariam na região, completando o quadro de faculdades isoladas que depois iriam operar para a criação de uma universidade. Foram elas a Faculdade de Direito do Crato, criada através da Lei Municipal nº 822, de 26 de julho de 1968, instalada oficialmente em 1973, e a Faculdade de Engenharia de Operação de Juazeiro do Norte, de jurisdição municipal, fundada em 1974 e autorizada a funcionar através do Decreto Presidencial nº 76.883, de 18 de dezembro de 1975. Ambas as faculdades permaneceram pouco tempo sob a jurisdição dos governos municipais que as criaram. As dificuldades com orçamento, pessoal e com os reconhecimentos dos cursos perante o então Conselho Federal de Educação inviabilizaram suas manutenções. Foi então que a recém-criada Uece encampou essas duas faculdades, que passaram a fazer parte da estrutura interiorana daquela Universidade. A Faculdade de Engenharia de Operação foi encampada através do Decreto Estadual nº 12.552, de 16 de novembro de 1977, efetivando a incorporação que já havia sido autorizada pela Lei Municipal nº 618, de 25 de outubro daquele mesmo ano. O mesmo Decreto transformara a Faculdade de Engenharia de Operação em Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte, pertencente à Uece. O Curso de Engenharia de Operação, vinculado àquele Centro, foi transformado no Curso de Tecnólogo da Construção Civil, nas modalidades Edificações e Topografia e Estradas, por meio do Parecer nº 1.298, de 05 de abril de 1978, do Conselho Federal de Educação. Além desse curso, a Uece criou uma turma do curso de Ciências (Licenciatura Curta), em 1983, instalada no Centro de Tecnologia, como uma extensão do curso de Ciências existente na capital. Este curso foi a semente da qual germinariam os atuais cursos de Matemática da Urca.

A Faculdade de Direito do Crato, por sua vez, foi encampada pela Uece por meio do Diploma Legal nº 13.099, de 22 de janeiro de 1979 (URCA, 2013). Desse modo, com exceção

do Seminário São José e da Faculdade de Filosofia do Crato, todas as outras instituições de ensino superior do Cariri, a saber, a Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, a Faculdade de Direito do Crato e a Faculdade de Engenharia de Operação de Juazeiro do Norte (transformada em Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte) foram encampadas pela Uece no final da década de 1970.

Os estudos para a viabilidade da criação de uma universidade no Cariri contemplavam a incorporação da FFC e da estrutura interiorana da Uece na região. Em 1986, portanto, foi criada, sob forma autárquica, a Universidade Regional do Cariri (Urca), através da Lei nº 11.191, de 09 de junho de 1986. A lei de criação da Urca determinou a incorporação de todas as faculdades da Uece na região e do Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte, além da encampação da Faculdade de Filosofia do Crato, que se deu por meio de incorporação dos cursos nela existentes, do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, bem como de toda a estrutura física e material. Após incorporadas, as faculdades de Direito, de Ciências Econômicas, de Filosofia e o Centro de Tecnologia foram extintos, e os seus cursos ficaram vinculados aos respectivos departamentos. A Urca foi oficialmente instalada em 1987, começando a funcionar com os seguintes cursos: Licenciaturas em Letras, Pedagogia, História, Geografia, Ciências (Licenciatura Curta e Plena com Habilitação em Biologia) e Ciências (Licenciatura Curta); Bacharelado em Direito e Ciências Econômicas; e Tecnólogo da Construção Civil (Edificações e Topografia e Estradas). Com o passar dos anos, a Urca instalou novos cursos⁵³ e transformou os cursos de Ciências em cursos específicos⁵⁴. Hoje, a Urca está sediada no Campus do Pimenta, em Crato, e conta com outros campi e unidades descentralizadas, a saber, o Campus São Miguel, em Crato; o Campus Crajubar e o Campus Pirajá, em Juazeiro do Norte; e as Unidades Descentralizadas de Campos Sales, Missão Velha e Iguatu, nos municípios de mesmos nomes. Além disso, conta com várias unidades acadêmicas de diversas naturezas⁵⁵ em várias cidades da região do Cariri. Mesmo com toda essa estrutura, os cursos recém-criados sofrem com a falta de instalações físicas apropriadas, tendo que dividir as dependências com outros cursos totalmente distintos, em espaços em que mal cabiam os que já lá estavam... um modo de entrar forçando a porta.

A Urca conta hoje com dois cursos de Licenciatura em Matemática. O primeiro, no Campus Crajubar, em Juazeiro do Norte, e o segundo na Unidade Descentralizada de Campos

⁵³ Engenharia de Produção e Enfermagem (bacharelados); Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura); Física, Química, Educação Física, Teatro e Artes Visuais (licenciaturas).

⁵⁴ Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura) e Matemática (licenciatura).

⁵⁵ Institutos, núcleos, bibliotecas, museu, laboratórios etc.

Sales, no município de mesmo nome. Ambos os cursos funcionam no período noturno. Como dissemos antes, a semente que gerou os referidos cursos surgiu do antigo curso de Ciências (Licenciatura Curta) da Uece, implantado em 1983, por meio da Resolução nº 43, de 31 de maio daquele ano, no então Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte. Com a encampação dos cursos da Uece na região do Cariri, a Urca passou a ministrar o curso de Ciências ainda na modalidade Licenciatura Curta. Em virtude da crescente demanda por professores de Matemática e da inexistência de cursos de graduação plena em Matemática na região, o curso de Ciências foi plenificado dez anos depois da sua implantação, passando a denominar-se Curso de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, nos termos da Resolução nº 08-A - Cepe/Urca, de 03 de junho de 1993. A partir de então, o curso passou a formar professores de Matemática para atuar no ensino de 2º grau (depois ensino médio), atraindo alunos de toda a região do Cariri e estados vizinhos.

Visando adequar-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, do Conselho Nacional de Educação⁵⁶ e a outras disposições, o Projeto Político Pedagógico do curso foi reestruturado, contemplando a transformação do curso de Ciências em Curso de Licenciatura em Matemática, o que se deu por meio da Resolução nº 047 Cepe/Urca, de 07 de dezembro de 2004. Desde então, o curso mantém a mesma estrutura, tendo sido feitas apenas pequenas alterações em virtude dos processos de renovação do reconhecimento.

Em 2004 a Urca aprova a descentralização dos cursos de graduação e cria Unidades descentralizadas⁵⁷ (UD) em cidades fora dos campi de Juazeiro do Norte e Crato, com o objetivo de estender a oferta dos cursos já oferecidos nesses campi, culminando, posteriormente, com a criação das UD's nos municípios de Iguatu, Campos Sales e Missão Velha. Assim, dentre outros, o curso de Matemática é estendido e começa a funcionar em Campos Sales, com o mesmo registro do curso ministrado em Juazeiro do Norte. Curioso notar que tais cursos se instalaram nesses municípios sem uma infraestrutura própria da Universidade, sendo adaptados em escolas de educação básica das redes pública e privada, além de terem sido instalados sem um quadro de pessoal permanente. Embora administrados pela Urca e subordinados aos seus respectivos departamentos, os cursos funcionavam com interveniência financeira da Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri (Fundetec), que fazia a contratação dos professores

⁵⁶ Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002 e Parecer CNE/CES 1.302, de 06 de novembro de 2001, respectivamente.

⁵⁷ Resolução nº 14 - Cepe/Urca, de 27 de agosto de 2004 e Resolução nº 10 - Consuni/Urca, de 06 de setembro de 2004.

em caráter temporário, em processos seletivos distintos dos que ocorriam nos cursos centralizados, e cuidava de toda a tramitação financeira, funcionando, assim, como uma mantenedora. Vale ressaltar que os cursos nas UD's, no início, não eram gratuitos, apesar da gratuidade de todos os cursos das sedes e de ser a Urca uma universidade pública e gratuita.

A gratuidade nas UD's veio gradativamente, entre 2008 e 2009. Com ela veio também a unificação do processo seletivo para a contratação de professores e a participação dos departamentos nesse processo. Ainda assim, o curso de Matemática da UD Campos Sales funciona de maneira muito precária. Não há um quadro docente permanente nem instalações físicas adequadas, pois continua a operar em instalações “emprestadas”, dependências de escolas da educação básica daquele município⁵⁸. Desse modo, os dois cursos de licenciatura em Matemática da Urca apresentam uma disparidade relevante em termos de condições de funcionamento, o que mostra que as políticas de ampliação da oferta por parte do Estado não partiram de um projeto estratégico de desenvolvimento, mas de ações emergenciais, compensatórias ou convenientes.

IFCE: uma estrutura híbrida

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), foi criado em 2008 por meio da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a mesma lei que criou todos os Institutos Federais no País e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A criação do IFCE deu-se com a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE) às Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. De acordo com Santos (2007), o CEFETCE teve origem na Escola de Aprendizizes Artífices (1909) que, em virtude das políticas de governo para o ensino técnico, ao longo dos anos foi sofrendo alterações, passando para Liceu Industrial do Ceará (1941), Escola Industrial Federal do Ceará (1965), Escola Técnica Federal do Ceará (1968) e Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - Cefet (1994). Em 1995 foram implantadas duas Unidades Descentralizadas no interior, nos municípios de Cedro e Juazeiro do Norte. Em 1999, finalmente, com uma mudança no seu Projeto Institucional, transforma-se em CEFETCE. As Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu surgiram na década de 1950, como escolas

⁵⁸ Das três UD's da Urca, hoje apenas a UD de Iguatu funciona em instalações adequadas (embora sem um quadro de pessoal docente permanente ainda), no Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira, inaugurado em 2015 para abrigar os cursos da Uece, da Urca e do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec), existentes naquela cidade. Nessa UD funcionam quatro cursos da Urca, a saber, Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem (bacharelados) e Educação Física (licenciatura).

agrícolas, criadas pelo Ministério da Agricultura, com o intuito de qualificar, através do ensino agrícola, a mão-de-obra nos setores de agricultura e pecuária. Em 1979, por meio do Decreto Lei nº 83.935, que unificou a denominação de todas as escolas federais de ensino agrícola no País, passaram a denominar-se Escola Agrotécnica, acompanhado do nome da cidade em que se situavam, como determinava o referido Decreto.

No dizer de Fernandes (2016), os Institutos Federais são instituições híbridas, que comportam ao mesmo tempo os níveis de ensino básico, profissional e superior, numa estrutura *multicampi*, em que todas as unidades gozam de autonomia administrativa e financeira, tendo a reitoria como órgão executivo central. Os Institutos Federais são fruto de uma política de expansão da rede de ensino tecnológico, implantada pelo Governo Federal em 2007, que levou à promulgação da lei de criação dos IF's e à instalação de centenas de unidades acadêmicas em todo o País. O IFCE conta com 30 campi espalhados em todas as regiões do Estado, com sede administrativa no Campus de Fortaleza.

O ensino superior na instituição foi autorizado pelo Decreto nº 3.462/2000, de 17 de maio de 2000, que autorizava os Cefet a “ministrarem ensino superior específico para a formação pedagógica de docentes de disciplinas científicas e tecnológicas” (IFCE, 2012, p. 6). O primeiro curso de Licenciatura em Matemática do IFCE foi criado em 2002, por meio da Portaria nº 227/GDG/CEFETCE, de 03 de julho de 2002, juntamente com os cursos de Física, Desporto e Lazer e Artes Cênicas, com atividades iniciadas no Campus de Fortaleza em 2002. No Projeto Político Pedagógico do curso (IFCE, 2012), uma das justificativas para a sua criação assenta-se no fato de que a demanda de professores nas áreas de Ciências Exatas supera a oferta de profissionais egressos dos cursos da UFC e Uece.

Ainda em 2002 foram aprovadas as criações de cursos de Licenciatura em Matemática nas Unidades Descentralizadas (hoje campus) de Juazeiro do Norte e Cedro⁵⁹, com início das turmas em 2003 e 2004, respectivamente. Com a expansão dos campi no Estado, o IFCE implantou mais dois cursos de Licenciatura em Matemática, nos municípios de Crateús, em 2010, e de Canindé, em 2011, criados a partir das Resoluções nº 23, de 31 de maio de 2010, e 22, de 20 de junho de 2011. Assim, o IFCE contabiliza cinco cursos presenciais de Licenciatura em Matemática no Ceará, nos campi de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Cedro, Crateús e Canindé.

⁵⁹ Os referidos cursos foram criados por meio das Portarias nº 366/GDG, de 04 de novembro de 2002, e 299/GDG, de 01 de outubro de 2003, para as Unidades de Juazeiro do Norte e Cedro, respectivamente.

Unilab e UFCA: federais no interior

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), criada por meio da Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, foi idealizada a partir de um projeto de integração entre o Brasil e países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), principalmente os africanos. Esse projeto faz parte de uma política de integração regional e internacional que deu origem a quatro universidades federais, instaladas entre 2008 e 2010, no Brasil. Além da Unilab, fazem parte dessa mesma política a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). A instalação dessas instituições, com exceção da Unilab, ocorreu em regiões geograficamente estratégicas no que diz respeito aos seus objetivos: a Unila, em Foz do Iguaçu (PR), a UFFS, na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, compreendendo seis municípios, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Chapecó (SC), e a Ufopa, na região da Amazônia, com sede no município de Santarém (PA). A Unilab, por sua vez, foi instalada nos estados do Ceará e da Bahia, não por razões geográficas, mas sócio-históricas. Por se tratar de uma universidade de integração entre o Brasil e países africanos, principalmente, sua sede está situada no município de Redenção (CE), considerada a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão (daí também deriva o nome da cidade), fato que ocorreu em 1883, portanto, cinco anos antes da Lei Áurea. Além da sede em Redenção (Campus da Liberdade), a Unilab conta com três outras instalações, sendo uma no mesmo município (Campus das Auroras), uma no município de Acarape (CE), vizinho a Redenção⁶⁰ (Unidade Acadêmica dos Palmares), e outra no Município de São Francisco do Conde (BA) (Campus dos Malês), na Região Metropolitana de Salvador. A Unilab traz no seu escopo as ideias de desenvolvimento regional e colaboração solidária, investindo em áreas de interesse mútuo entre o Brasil e os países parceiros (UNILAB, 2016). Em face dessas características, a implantação da Unilab destoa da criação das demais universidades no Ceará, que surgiram como agrupamentos de instituições/unidades isoladas, mais no sentido de sanar demandas já estabelecidas no passado do que como estratégias para projetos futuros.

Na Unilab funcionam dois cursos voltados para a formação do professor de Matemática. O primeiro é o Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática, criado por meio da Resolução nº 02/Consuni/Unilab, de 18 de novembro de 2010. O curso funciona em regime

⁶⁰ A distância entre as cidades de Redenção e Acarape é de aproximadamente 3 km. Ambas distam de Fortaleza cerca de 60 km.

integral e no sistema de curso integrado a uma habilitação específica, em Matemática, Física, Química ou Biologia. Nesse sistema o licenciando cumpre uma quantidade de disciplinas comum a todas as habilitações, chamado Tronco Comum, e uma outra porção de disciplinas específicas na habilitação escolhida pelo aluno. Os egressos saem habilitados para ensinar Ciências e Matemática no ensino fundamental mais a sua habilitação específica no ensino médio, numa estrutura semelhante aos antigos cursos de Ciências. No Ceará, o referido curso funciona parte no município de Redenção e parte em Acarape. Já o Curso de Licenciatura em Matemática, criado através da Resolução nº 06/Consuni/Unilab, de 07 de março de 2014, habilita especificamente para a atuação em Matemática no ensino fundamental e médio. Funciona em regime integral, na Unidade Acadêmica dos Palmares, em Acarape.

A Universidade Federal do Cariri (UFCA) é a mais recente instalada no Estado, criada por meio da Lei nº 12.826, de 05 de junho de 2013. Faz parte dos projetos de expansão e desenvolvimento regional empreendido pelo Governo Federal nos últimos anos. Sua criação se deu por desmembramento da UFC, incorporando daquela instituição os campi de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, na região do Cariri, ao mesmo tempo que instalou dois novos campi, nas cidades de Brejo Santo, também no Cariri, e Icó, na região Centro-Sul. Do Campus Juazeiro do Norte a UFCA incorporou os cursos de Administração, Administração Pública, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Jornalismo, Design de Produto, Filosofia (bacharelado e licenciatura) e Música (licenciatura); do campus Crato, o curso de Agronomia; do Campus Barbalha, o curso de Medicina (ministrado na Faculdade de Medicina de Barbalha). No Campus Icó, instalou o Instituto de Estudos do Semiárido (Iesa), onde criou o curso de História (bacharelado); e no Campus Brejo Santo, instalou o Instituto de Formação de Educadores (IFE), com a criação do Curso Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática. Posteriormente, foram implantados outros cursos no campus Juazeiro do Norte: com início de funcionamento em 2018 o curso de Design, e, com início em 2019, os cursos de Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Letras (Licenciatura Plena em Letras - Língua Brasileira de Sinais (Libras), e Matemática Computacional. A UFCA tem sede administrativa no Campus Juazeiro do Norte.

O Curso Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, implantado em 2015, funciona em regime integral, num sistema de integração com os cursos de licenciaturas específicas em Matemática, Física, Química e Biologia, com uma proposta de interdisciplinaridade que vem explícita no próprio nome do curso. Consta no Projeto Político Pedagógico (UFCA, 2015) que o desenho curricular do curso se constitui em dois ciclos, que

acarretam na obtenção de dois diplomas. Terminado o primeiro ciclo, é conferida ao egresso a habilitação para a docência nas áreas de Ciências da Natureza e de Matemática nos anos finais do ensino fundamental. Para conferir o diploma de docência no ensino médio em área específica, o licenciando opta por uma das licenciaturas no segundo ciclo, a saber, Matemática, Física, Química ou Biologia. Ressalte-se que a única forma de ingresso em uma das licenciaturas específicas é a passagem pelo ciclo genérico, em virtude do sistema integrado de cursos, proposta parecida com a dos antigos cursos de Licenciatura Curta com habilitação plena. O Curso Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática é o mais recente dos cursos presenciais instalados no Ceará em instituição pública visando à formação do professor de Matemática.

Assim, atualmente o estado soma quinze cursos presenciais e trinta e um polos EaD, destinados à formação do professor de Matemática em graduação plena para o exercício da docência nos ensinos fundamental e médio, distribuídos em sete instituições de ensino superior. Esse número, porém, reduzia-se a apenas dois cursos presenciais (e na capital) até o ano de 1987, quando foi plenificado o curso de Ciências da UVA, passando então para três. Na década de 1990 aumentou para seis, quando foram plenificados os cursos da Uece, no interior, e o curso da Urca. A expansão dos cursos de Matemática no Ceará, portanto, só ocorreu depois dos anos 2000, com a implantação de cursos no então CEFETCE (hoje IFCE), da instalação de novos cursos na Uece e na Urca, da criação das duas novas universidades federais (Unilab e UFCA) e da criação de polos EaD em três instituições (UFC, Uece e IFCE).

Na região do Cariri, onde foi realizado nosso estudo de campo, entretanto, não havia graduação plena em Matemática até o ano de 1993. Hoje, há quatro cursos presenciais, sendo dois em Juazeiro do Norte (Urca e IFCE), um em Campos Sales (Urca) e um em Brejo Santo (UFCA), além de quatro polos EaD, em Campos Sales (IFCE), Brejo Santo (UFC), Barbalha e Mauriti (Uece). Justifica-se daí o nosso interesse em pesquisar a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática no Cariri antes da chegada desses cursos, com recorte temporal entre as décadas de 1970 e 1990, período compreendido entre o aumento das escolas secundárias na região e a implantação do primeiro curso de graduação plena em Matemática.

Apropriar-se da situação presente nos torna mais atentos para ouvir as vozes do passado. Detalhes que de outro modo poderiam passar despercebidos, agora podem se tornar relevantes, quando se coengendram, num mesmo plano, o que “está dito” nos documentos e o que foi dito nos depoimentos. A escolha em fazer este levantamento, baseado principalmente em documentos institucionais e com alguma literatura de apoio, partiu, portanto, do compromisso

do pesquisador, enquanto sujeito inserido neste campo (formação de professores de Matemática/Ceará/Cariri), em partilhar com os demais uma história da formação de professores de Matemática a partir das instituições, haja vista a escassez de informações sobre o tema.

Por fim, para sistematizarmos melhor as compreensões em torno deste diálogo, dada a grande quantidade de informações, instituições, cursos e datas, elaboramos o quadro a seguir, contendo um resumo da evolução das instituições públicas de ensino superior no Ceará, bem como a relação dos cursos de Matemática por instituição e município.

Quadro 1: Evolução das instituições públicas de ensino superior no Ceará e relação dos seus respectivos cursos de Matemática

Instituição incorporada / Ano de fundação	Universidade / Ano de fundação		Cursos de Matemática ou similares / Município
Faculdade de Direito do Ceará (1903)	Universidade Federal do Ceará, UFC (1954)		Bacharelado em Matemática - Fortaleza Bacharelado em Matemática Industrial - Fortaleza Licenciatura em Matemática - Fortaleza Licenciatura em Matemática (EaD)
Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (1916)			
Escola de Agronomia do Ceará (1918)			
Faculdade de Medicina do Ceará (1948)			
Outras faculdades foram posteriormente incorporadas			
Escola de Administração do Ceará (1961)	Fundação Educacional do Estado do Ceará, Funeduc (1973)	Universidade Estadual do Ceará, Uece (1975)	Licenciatura em Matemática - Fortaleza, Limoeiro do Norte, Quixadá e Iguatu
Faculdade de Veterinária do Ceará (1963)			
Faculdade de Filosofia do Ceará (Fafice) 1947/1966			
Faculdade de Filosofia Dom Aureliano de Matos / Limoeiro do Norte (1967)			
Escola de Serviço Social de Fortaleza			
Escola de Enfermagem S. Vicente de Paula			
Conservatório de Música Alberto Nepomuceno			
TV Educativa			Licenciatura em Matemática (EaD)
Faculdade de Filosofia Dom José (1961)	Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA (1984)		Licenciatura em Matemática - Sobral
Universidade Vale do Acaraú (1968)	Universidade Regional do Cariri, Urca (1986)		Licenciatura em Matemática - Juazeiro do Norte e Campos Sales
Faculdade de Filosofia do Crato (1960)			
Faculdade de Ciências Econômicas do Crato (1961)			
Faculdade de Direito do Crato (1968/1973)			
Faculdade de Engenharia de Operação de Juazeiro do Norte (1975) / Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte (1977)			

Escola de Aprendizes Artífices (1909)	Denominações	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IFCE (2008)	Licenciatura em Matemática - Fortaleza, Juazeiro do Norte, Cedro, Crateús e Canindé
Liceu Industrial do Ceará (1941)			
Escola Industrial Federal do Ceará (1965)			
Escola Técnica Federal do Ceará (1968)			
Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – Cefet (1994)	Incorporações	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IFCE (2008)	Licenciatura em Matemática (EaD)
CEFETCE (1999)			
Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu (+ - 1950)			
Unidades do CEFETCE no interior – Juazeiro do Norte e Cedro (1999)			
Política de integração regional e internacional: Unilab, Unila, UFFS, Ufopa	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab (2010)		Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática; Curso de Licenciatura em Matemática - Redenção e Acarape
Campus Juazeiro do Norte	Desmembramento de cursos da UFC na região do Cariri	Universidade Federal do Cariri, UFCA (2013)	Curso Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática - Brejo Santo
Campus Crato			
Campus Barbalha			
Campus Icó	Instalação de novas unidades	Universidade Federal do Cariri, UFCA (2013)	Bacharelado em Matemática Computacional - Juazeiro do Norte
Campus Brejo Santo			

Fonte: Dados da pesquisa.

DIÁLOGO SOBRE MILAGRES

Em capítulo anterior discutimos a noção de história numa perspectiva problematizadora ou história-problema, à luz de autores como Burke (1997), Albuquerque Júnior (2004) e Barros (2012). A história assim pensada aparta-se da visão macroestrutural e puramente político-econômica daquela história denominada tradicional ou positivista. Na história-problema é possível eleger métodos, objetos e temas de pesquisa distintos daqueles do rol de interesses da historiografia macroestrutural. Assim, num movimento de baixo para cima, é possível fazer emergir temas de análise a partir das falas de sujeitos que estariam à margem dos processos históricos caso fôssemos considerar apenas os feitos de outros sujeitos: aqueles que ocupam posições relevantes no cenário político, econômico e social. Não queremos dizer, no entanto, que esses não apareçam ou que suas ações e influências não mereçam ser alvo de investigação. Seria um erro pensar assim, uma vez que as decisões de certas personalidades em posições privilegiadas mobilizam e influenciam a vida de muitas pessoas. O que queremos dizer é que ao olhar para as vidas de sujeitos que estão à margem das grandes decisões, é possível fazer surgir temas antes não estudados, ou mesmo criar novos olhares e lançar novas problematizações sobre os efeitos de temas já tão caros para a História.

Senão, vejamos no seguinte excerto do depoimento da professora Maria de Lourdes Moraes da Cunha, *Monólogo sobre Milagres*, a motivação para os temas de análise deste diálogo, a saber, religiosidade, instituição religiosa, educação e condições socioeconômicas no Cariri cearense, assuntos que também perpassam vários momentos de outras entrevistas:

Eu lia qualquer texto. Inclusive, na época, tinham as chamadas renovações, e começaram a me botar para ler os livrinhos das renovações, eu com seis, sete anos, quando eu aprendi ler, certo? E pronto, na comunidade, eu acho que até porque achavam interessante aquela criança lendo a renovação e toda essa questão. Então, eu já lia realmente os textos da renovação. Uma coisa que eu achava interessante era a literatura de cordel. Ela [minha mãe] comprava muito aqueles versos e lia para a gente. Os meus livros e as primeiras leituras foram os livros da renovação, os versos que ela me colocava para ler, a carta de ABC e a tabuada, que ela comprava e mantinha em casa. Isso com seis, sete anos. Não tinha ainda escola próxima. E com sete anos eu fui estudar na cidade, isso em 1962. (Professora Lourdes)⁶¹.

⁶¹ Nos recortes das falas dos depoentes, doravante não citaremos os nomes completos, mas apenas os respectivos nomes pelos quais eles são usualmente conhecidos no trabalho e/ou na vida social, a saber: Wilson Albuquerque Gouveia: professor Wilson; Carlos Alberto de Carvalho: professor Carlos Alberto; Maria Socorro Guedes Lima: professora Socorro; Wilami Batista dos Santos: professor Wilami; Francisco Eliomar Ribeiro: professor Eliomar;

A professora Lourdes é de origem humilde e rural, de uma comunidade localizada nas cercanias do pequeno município de Abaiara, Ceará. Além do mais é de família católica, tanto que na sua fala ela recorda a leitura dos livros de renovações⁶². Esta fala da professora Lourdes apresenta dois traços notórios do Cariri cearense, e por que não dizer de todo o Nordeste brasileiro nos três primeiros quartéis do século XX: a religiosidade de um povo e a sua falta de instrução. Seu relato como um todo denuncia a falta de estabelecimentos de ensino fora dos aglomerados urbanos e a dificuldade da população menos favorecida de ter acesso à instrução formal. Por outro lado, ela deixa escapar muito sutilmente, no trecho destacado, um aspecto relevante usado para caracterizar o sertanejo, a saber, sua religiosidade. Ao trazer as reminiscências das suas leituras dos livros das renovações, nos surge a possibilidade de aventurar-se pelas veredas das questões religiosas, que por sua vez demandam uma série de outras compreensões acerca da formação do espaço caririense.

A professora Lourdes, assim como outros depoentes desta pesquisa, são exemplos de sujeitos que guardam em suas trajetórias algumas disparidades e semelhanças em relação aos demais sujeitos dos quais eles foram contemporâneos em suas infâncias e na vida escolar. Uma dessas disparidades, que ora destacamos, reside no fato de que eles, mesmo vindo de origens humildes, foram alfabetizados e prosseguiram seus estudos num tempo em que a instrução era algo para poucos privilegiados. Dentre as semelhanças, destacamos um conjunto de condições políticas, sociais, históricas e geográficas que forçavam a maior parte da população a viver uma escassez de acesso a bens materiais e culturais e, por vezes (por muitas vezes), ao básico para a própria sobrevivência. O seu depoimento como um todo traz vários elementos da sua

José Mota Filho: professor José Mota; Manuel Bezerra Neto: professor Bezerra; Josefa Sales Bezerra Alves: professora Neide; José Edmilson Soares: professor Edmilson; Francisca Pontes Sampaio: professora Quinha; Antonio Crispim de Melo: professor Crispim; Maria de Lourdes Morais da Cunha: professora Lourdes.

⁶² As renovações são um ritual católico realizado pelas famílias em suas casas. O ritual denomina-se Renovação das Famílias ao Sagrado Coração de Jesus e remonta aos rituais de devoção ao Sagrado Coração de Jesus que, no período de romanização do catolicismo popular, eram realizados pela Igreja Católica, no início do século XX. Caracteriza-se por um rito litúrgico dirigido por uma rezadora ou rezador, com um protocolo específico entremeadado por rezas, cantos, sermões e leituras, às vezes compartilhadas. Para a realização do rito, as famílias reservam um lugar central na casa, que passa a ser chamado Sala do Santo, onde é colocada uma imagem do Sagrado Coração de Jesus, rodeada por imagens de outros santos e/ou de fotos das pessoas da família, vivos ou mortos. As famílias escolhem uma data para a realização do ritual, que pode ser tanto o dia do aniversário de casamento dos chefes da família, ou do aniversário do filho primogênito, a data de um santo do qual a família é devota, a data em que a família se mudou para uma nova residência ou outra de grande importância para o núcleo familiar, de forma que o evento é realizado anualmente, sempre naquela data. Os convidados são geralmente a vizinhança, a família e os amigos mais próximos. Depois do ritual, é servido um almoço, lanche ou jantar, dependendo do horário, a todos os presentes. As renovações foram introduzidas no Nordeste em meados do século XX pelo padre Cícero Romão Batista, em Juazeiro do Norte. Por esse motivo são mais comuns no Cariri cearense e no sertão pernambucano. Apesar de ter perdido força ao longo dos anos, as renovações ainda são muito comuns, principalmente nessas duas regiões. Para mais informações sobre o assunto, ver Fernandes (2005), Araújo (2011) e Santos (2016).

realidade, não só na educação, mas em outros aspectos da vida social, tais como, vida camponesa, famílias numerosas, recursos escassos, alta mortalidade infantil, falta de escolas, migração para centros maiores etc. Para a maioria dessas famílias, a religião era um alento em meio a tantas adversidades, enquanto que para as classes dominantes, das quais faziam parte políticos, fazendeiros e eclesiásticos, era um dispositivo de liderança, controle e manutenção do *status quo*.

Na intersecção entre ser de uma família pobre e ter tido uma alfabetização que permitia galgar níveis mais adiantados na vida escolar estava a menina Maria de Lourdes, que aos seis anos de idade, no início dos anos de 1960, tinha sido alfabetizada em casa pela própria mãe. Isto ela conta com orgulho, e também com orgulho relata a admiração das pessoas ao verem uma criança lendo o livrinho das renovações diante de toda a comunidade.

Ao realizar a nossa pesquisa documental, bem como ao observar as narrativas dos nossos depoentes, encontramos uma forte influência da Igreja Católica não só no Cariri, mas em todo o estado do Ceará, tanto na educação básica quanto na educação superior. Essa constatação não é uma novidade para quem estuda a História da Educação no Brasil. Diversos estudos mostram essa influência desde a chegada dos Jesuítas, quando a educação se tornou parte estratégica do projeto de colonização, passando pelo Império, em que Estado e Igreja eram instituições indissociáveis. Mesmo diante da crise, no final do Império, que acarretou a separação entre Estado e Igreja, e implicou a instituição de um Estado laico a partir do Brasil República, a Igreja manteve o seu papel na educação em virtude da tradição herdada ao longo de séculos, bem como da incapacidade inicial do Estado para com essa empreitada. Ao longo do século XX surgiram inúmeras instituições de ensino básico e superior por todo o país, idealizadas, mantidas e/ou administradas por congregações religiosas, em sua maioria católicas. A presença de escolas confessionais e das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em várias regiões é um exemplo dessa influência. Em vários recantos do país a Igreja Católica assume o pioneirismo na educação, e no caso da educação superior, muitas instituições públicas surgiram a partir da incorporação de faculdades católicas.

Esse é um quadro amplamente estudado nas pesquisas em Educação no Brasil e, nos resultados obtidos em nossa pesquisa, encontramos pistas que confirmam a presença marcante da Igreja Católica na educação básica e seu pioneirismo na educação superior na região do Cariri. Isso pode ser observado tanto na pesquisa documental e em textos acadêmicos, quanto nas memórias da maioria dos nossos depoentes, expressas nas narrativas de suas trajetórias de vida e de formação profissional. A existência de várias instituições, tais como o Colégio

Salesiano São João Bosco, em Juazeiro do Norte; os Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima, em Barbalha; o Patronato e Escola Normal Dona Zefinha Gomes, em Milagres; o Colégio Padre Abath, em Brejo Santo; os Colégios Diocesano, Santa Tereza de Jesus, Madre Ana Couto (extinto), bem como o Seminário Sagrada Família (extinto), o Seminário São José e a Faculdade de Filosofia, no Crato; dentre outras instituições católicas, além da instalação de uma Diocese na cidade do Crato em 1914, são amostras de como a Igreja Católica exerceu uma influência relevante na educação caririense.

Essa influência deu-se em uma região fortemente marcada pela indissociabilidade entre Igreja e Estado durante o período colonial e o Império brasileiros, pelo vínculo entre poderosos donos de terras e poder eclesiástico, e por diversos conflitos religiosos encabeçados por líderes de movimentos não ortodoxos quanto aos dogmas do catolicismo romano. É certo que isso também se deu em outras regiões do país, mas cada uma guarda suas peculiaridades, e é para essas peculiaridades que importa olharmos no intuito de elaborarmos compreensões sobre o contexto do Cariri.

Antes, porém, de entrarmos nessas questões, julgamos necessário fazer aqui um parêntese para explicar uma mediação que fizemos entre aquilo que propomos para esta análise e o que de fato se deu no processo de escrita ao entrar em contato com os temas propostos.

No texto submetido para o Exame Geral de Qualificação propusemos quatro temas de análise, que, no nosso entender, se desenvolveria em quatro capítulos, sendo um para cada tema. Dois desses temas seriam “a influência da Igreja Católica na educação caririense” e “a origem socioeconômica dos professores na região”, que acabaram se aglutinando neste diálogo. O fato é que ao realizarmos as leituras e investigarmos mais de perto o primeiro desses temas, fomos percebendo que há uma relação intrínseca entre os dois, em função da forma pela qual se constituiu o tecido social do Cariri cearense. Isto nos levou a elaborar uma estratégia: fazer um estudo histórico sobre a região desde a sua ocupação, destacando alguns acontecimentos e rupturas que acreditamos formarem um complexo de informações cuja compreensão, ao mesmo tempo que aglutina, responde aos temas propostos. Para tanto, nos parece necessário investigar os contextos históricos, geográficos, econômicos, políticos, sociais e religiosos que influenciaram a formação desse tecido social e, em momentos oportunos, fazer surgir os nossos temas de análise, seja de forma explícita ou de forma tácita.

O Ceará: uma ocupação tardia

A ocupação do interior cearense ocorreu de maneira tardia em comparação com outras capitâneas do Nordeste na época do Brasil colônia. No início da colonização, sua ocupação se limitava a alguns pontos no litoral, mais notadamente onde hoje estão as cidades de Aquiraz, Aracati e a parte litorânea de Fortaleza onde se localiza o Forte de Nossa Senhora da Assunção. Algumas tentativas anteriores de exploração no interior foram realizadas em busca de metais preciosos ou de condições para exploração comercial nas proximidades do rio Jaguaribe, bem como com a criação alguns aldeamentos indígenas por ação das missões católicas. A maioria dessas incursões, no início, foi pontual e não logrou o êxito experimentado por outras capitâneas do Nordeste onde havia um maior regime de precipitação, uma densa mata nativa e conseqüentemente, melhores condições de subsistência. O território cearense está todo ele inserido no sertão semiárido, embora apresente focos de mesoclima em razão das características do relevo em alguns pontos, tais como o planalto da Ibiapaba e a serra da Meruoca, na porção noroeste; o maciço de Baturité, na porção norte; e a chapada do Araripe, na porção sul. No entanto, na maior parte do território predomina o clima tropical quente, vegetação de caatinga e volume pluviométrico baixo e irregular.

Os holandeses tentaram se instalar na capitania no século XVII, mas foram expulsos pelos portugueses em 1654. O litoral da capitania do Siará Grande não oferecia muitos atrativos para extração, cultivo ou exploração comercial, além de apresentar dificuldades para a navegação, por conta das correntes marítimas e ventos em direção ao oeste. Quanto ao interior, Jucá Neto (2007; 2012) afirma que as adversidades climáticas e a resistência indígena se constituíram como fatores limitadores à sua ocupação, de modo que após a expulsão dos holandeses, “a Capitania foi relegada ao mais absoluto abandono por toda segunda metade do século XVII” (JUCÁ NETO, 2007, p. 155). Posteriormente, no século XVIII, em virtude da necessidade de estender o controle da Coroa portuguesa de modo a consolidar seu poder no território, de liberar terras cultiváveis para o plantio da cana-de-açúcar no litoral e Zona da Mata e da investida para incluir o interior sertanejo nos negócios da Metrópole, os criadores de gado e os missionários foram obrigados a adentrar os sertões (JUCÁ NETO, 2007; 2012; SILVA e ALENCAR, 2015).

Desse modo, em busca de pastos para a criação de gado, esses desbravadores criaram rotas ligando os sertões e o litoral desde as capitâneas da Paraíba e de Pernambuco até o Maranhão, no sentido leste oeste, e da Bahia até o litoral do Ceará, no sentido norte sul. Essas

rotas, por sua vez, geralmente seguiam os cursos dos rios, onde, em pontos estratégicos, eram formadas pequenas povoações, além das fazendas de criação de gado formadas ao longo do percurso. As fazendas perfaziam grandes extensões de terras distribuídas pela Coroa aos pecuaristas em forma de sesmarias, um regime que está na origem dos grandes latifúndios Brasil afora. Isso fez com que a Coroa portuguesa tivesse um melhor domínio do território, dada a dificuldade de administrar uma colônia com extensões tão vastas, e ainda auferisse lucros com a cobrança de impostos dos sesmeiros e com a criação de rotas comerciais entre o interior e o litoral. Por outro lado, se essa dinâmica melhorou o domínio do território, não possibilitou o total controle sobre ele, tanto que futuramente eclodiram vários movimentos revolucionários e/ou separatistas, muitos deles protagonizados ou apoiados por lideranças locais.

Assim, o interior da capitania cearense foi sendo povoado desde o início do século XVIII, com a formação de aldeamentos indígenas e a instalação de grandes fazendas para a exploração da pecuária extensiva e o comércio de produtos oriundos dessa atividade, tais como a carne seca e o couro. Os fazendeiros cujas sesmarias eram entregues aos seus cuidados tornaram-se grandes proprietários de terras e verdadeiros donos das leis. Futuramente, seus herdeiros viriam a se tornar lideranças políticas e militares, detentoras de um enorme poder local e proprietários de grandes latifúndios. Na teoria, as sesmarias não davam direito de posse nem de hereditariedade, mas em razão da grande extensão territorial e das dificuldades de fiscalização, na prática elas passavam para as gerações subsequentes e acabavam adquirindo caráter perpétuo. Além do mais, segundo Abreu (1997, p. 206), conforme citado por Jucá Neto (2007, p. 192) “não havia sentido para os objetivos do povoamento, após a árdua conquista das longínquas e inóspitas terras habitadas por povos hostis, que o esforço dos conquistadores não fosse transferido para os seus herdeiros, garantindo a sua permanência no local conquistado”. Além de estar na origem dos grandes latifúndios, como já dissemos, essa configuração ajudou a estabelecer a política dos coronéis e a estratificar os nomes das famílias influentes em cada localidade, o que em parte é uma das causas da desigualdade que se perpetuou ao longo da formação do tecido social da região Nordeste.

Junto com os fazendeiros chegavam também suas famílias e um conjunto de trabalhadores que se instalavam nas fazendas como agregados, e constituíam, além de força laboral, braço armado contra a reação indígena e a invasão de posseiros. Aos poucos, as trocas comerciais com o litoral foram aumentando e também cresceu o número de propriedades no interior dos sertões. A partir dos aldeamentos indígenas iniciados pelos missionários Jesuítas e retomados pelas companhias pombalinas no final do século XVIII, surgiram as primeiras vilas

cearenses. “A reorganização dos antigos aldeamentos jesuíticos pela política pombalina tinha como principal objetivo obrigar os índios ao trabalho compulsório” (PORTO ALEGRE, 1992, p. 8). Assim, a força de trabalho no setor pecuário dos sertões era composta por vaqueiros, geralmente mestiços, vindos das frentes de exploração, indígenas em situação de contato⁶³ e escravos⁶⁴.

Já com relação à Igreja, o seu papel não era apenas desenvolver a “civilidade dos índios”, mas também cuidar da vida religiosa das comunidades. De acordo com Jucá Neto (2012, p. 139), nas propriedades de criação de gado do interior cearense, os fazendeiros solicitavam autorização do bispado de Pernambuco para a instalação de ermidas e doavam terras para a sua construção, contribuindo, assim, para a formação do patrimônio da Igreja e para a reafirmar a sua presença no território.

Entre fazendas de gado, aldeamentos indígenas, capelas e pequenas comunidades, a ocupação do interior cearense foi se constituindo e se miscigenando. O comércio de carne e couro, inclusive para exportação, bem como a agricultura de subsistência foram tomando conta do espaço da capitania. As pequenas povoações adquiriram porte para autonomia administrativa, e a própria capitania, que era então subalterna à de Pernambuco, tornou-se autônoma em 1799. No início do Império, em 1822, a província do Ceará contava com dezoito vilas, conforme quadro a seguir, além de vários aldeamentos missionários.

⁶³ Em artigo de 1992, a pesquisadora Maria Sylvia Porto Alegre explana sobre as aldeias indígenas e o povoamento do Nordeste no século XVIII. Entre outros aspectos ela destaca que a “depopulação” dos grupos indígenas deu-se principalmente pelo extermínio ou pela expulsão de suas regiões. Os grupos remanescentes que conseguiram sobreviver no local de origem, buscaram isolamento ou viveram em situação de contato com os colonizadores. Para melhor esclarecimento sobre os conceitos de “situação de contato” e “cultura de contato” ver Porto Alegre, (1992). Em outro artigo, Oliveira (2016) contesta a ideia de dizimação da população indígena, traz de volta a temática da situação de contato e discute o “desaparecimento” dos grupos indígenas na historiografia local.

⁶⁴ A predominância do trabalho escravo no sertão pecuarista, principalmente no território cearense, não é consenso na historiografia local. A esse respeito, a tese de doutorado de Clóvis Ramiro Jucá Neto, que trata da urbanização do Ceará (JUCÁ NETO, 2007), traz algumas discussões sobre o tema, e defende a posição de que o trabalho escravo não era raro nas fazendas de gado do interior cearense.

Quadro 2: Vilas cearenses criadas durante o período colonial

Vila	Corresponde atualmente à cidade de:
Vilas localizadas no litoral	
Vila de Aquiraz (1713)	Aquiraz
Vila de Fortaleza (1723)	Fortaleza
Vila de Santa Cruz do Aracati (1748)	Aracati
Vilas localizadas ao norte ou próximas do litoral	
Vila Real de Soure (1755)	Caucaia
Vila de Messejana (1756)	Messejana (distrito e bairro de Fortaleza)
Vila Real de Arronches (1759)	Parangaba (distrito e bairro de Fortaleza)
Vila Viçosa Real (1759)	Viçosa do Ceará
Vila de Montemor o Novo d'América (1764)	Baturité
Vila Real de Sobral (1773)	Sobral
Vila Real de Granja (1776)	Granja
Vila Nova d'El Rei (1791)	Ipu
Vila de São Bernardo de Russas (1801)	Russas
Vilas localizadas na porção central ou centro-sul	
Vila do Icó (1736)	Icó
Vila de Campo Maior de Santo Antônio de Quixeramobim (1789)	Quixeramobim
Vila de São João do Príncipe (1802)	Tauá
Vila de Lavras da Mangabeira (1817)	Lavras da Mangabeira
Vilas localizadas na porção sul	
Vila Real de Crato (1764)	Crato
Vila de Jardim (1814)	Jardim

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da descrição feita por Jucá Neto (2012, p. 142).

Os sertões dos Cariris Novos

Como podemos ver no quadro, ainda no século XVIII o Ceará era esporadicamente habitado, sendo que na porção sul, nos chamados Sertões dos Cariris Novos⁶⁵, os aglomerados populacionais eram muito incipientes, tanto que somente em 1764 houve a primeira elevação à categoria de vila de um povoado nessa região, a antiga Missão do Miranda, que passou a se chamar Vila Real de Crato. Até então, a vila mais próspera naquelas imediações, notadamente a mais próspera do interior em todo o século XVIII, era a vila do Icó, que se localizava no centro-sul da capitania, no entroncamento de duas rotas de gado às margens do rio Salgado: uma que vinha no sentido leste oeste, ligando a capitania da Paraíba ao Maranhão, e outra que

⁶⁵ Segundo Oliveira (2016), a porção mais ao sul da capitania do Ceará foi denominada “Sertões dos Cariris Novos” para diferenciar-se dos “Sertões dos Cariris”, na capitania da Paraíba. O topônimo Cariri faz alusão aos habitantes nativos dessas regiões, os índios Kariri.

vinha no sentido sul norte, ligando Bahia e Pernambuco ao litoral cearense. A vila do Icó se tornou o principal centro de comercialização da carne salgada e do couro, abrindo rotas comerciais para exportação através dos portos de Recife, em Pernambuco, e de Aracati, no litoral cearense. Depois dos produtos da pecuária, o cultivo do algodão foi introduzido na região, passando a ser o segundo motor econômico da economia dos sertões.

Enquanto prosperava a vila do Icó com a pecuária e o cultivo do algodão, os Sertões dos Cariris Novos davam sinais de desenvolvimento a partir da segunda metade do século XVIII. A região do Cariri, para usar o topônimo atual, forma um vale cravado no sopé da chapada do Araripe, que divide a faixa sul do Ceará com os estados de Pernambuco e Piauí. Em virtude do relevo da Chapada, o vale do Cariri oferece condições climáticas diferenciadas em relação ao sertão semiárido no seu entorno, com maior volume pluviométrico, maior variedade da fauna e da flora, solos mais férteis e a existência de fontes de água subterrânea em abundância, o que favoreceu a ocupação e o desenvolvimento da região⁶⁶. A exemplo de todo o sertão, sua ocupação iniciou-se a partir da instalação de fazendas de gado e de aldeamentos indígenas. No entanto, as condições naturais privilegiadas propiciaram um melhor desenvolvimento da agricultura, inclusive possibilitando o cultivo da cana-de-açúcar, que antes não ocorria nos sertões. Della Cava (2014, p. 59)⁶⁷ conta que no final do século XVIII e início do século XIX, a região produzia excedente agrícola suficiente para a comercialização com outras regiões do semiárido e já contava com um número considerável de engenhos. Ali foram surgindo alguns povoados junto às sedes das fazendas, às margens de rotas comerciais ou em torno dos aldeamentos missionários. Em cada povoado uma capela; em cada sesmaria um fazendeiro ou senhor de engenho; com cada senhor a sua família e uma legião de trabalhadores, agregados ou não, livres ou escravos; em outros cantos, índios, eclesiásticos, comerciantes, viajantes, vaqueiros... A diversidade da fauna e da flora, a existência de um aquífero subterrâneo e os solos férteis do entorno da Chapada do Araripe faziam com que o vale do Cariri emergisse como um milagre em meio ao sertão semiárido.

No início do século XIX, as povoações mais importantes no Cariri eram a Vila Real de Crato e a vila de Jardim. Depois destas, se destacavam os povoados de Milagres, Barbalha,

⁶⁶ Para uma consulta técnica sobre as características geográficas, geomorfológicas, climáticas e ambientais da chapada do Araripe, ver Corrêa e Corrêa (2015).

⁶⁷ A obra *Milagre em Joazeiro*, do americano Ralph Della Cava, foi publicada pela primeira vez nos Estados Unidos em 1970, com o título *Miracle at Joazeiro*, fruto da tese de doutorado do autor pelo *Institute of Latin American Studies* da *Columbia University*, Nova Iorque, e configura-se como o primeiro e um dos mais importantes estudos acadêmicos sobre a vida do padre Cícero Romão Batista e a sua relação com o surgimento da cidade de Juazeiro do Norte, em que o autor elabora diversas compreensões históricas sobre o cenário político e econômico da região do Cariri cearense e do Nordeste brasileiro. No Brasil, o livro está na 3ª edição (1977, 1985 e 2014). Doravante, todas as citações da obra referem-se à 3ª edição, publicada em 2014.

Missão Velha e Brejo dos Santos, elevados à categoria de vila no decorrer daquele século. O crescimento da região do Cariri chamou a atenção de fazendeiros e comerciantes de outras regiões, atraindo-os em busca de melhores negócios. Com eles, atraiu também muitas famílias em busca de trabalho, principalmente nas fazendas e engenhos dos grandes coronéis, de modo que aos poucos a região do Cariri foi se tornando o principal centro comercial no interior cearense. Por outro lado, era cada vez mais insustentável a situação do sertão semiárido ao redor do Cariri, castigado por rigorosas secas cíclicas, o que causava sérios prejuízos à atividade pecuária e algodoeira, além de outras consequências, tais como a inviabilidade da agricultura de subsistência, epidemias e subnutrição da população campestre mais pobre. As secas prejudicavam o pasto e o cultivo de feijão, milho e mandioca, principais produtos da agricultura local. Como se não bastasse, o cultivo do algodão, que era mais resistente às condições climáticas do semiárido, sofreu um duro golpe com o fim da Guerra Civil dos Estados Unidos em 1865, uma vez que aquele país voltou a produzir e a negociar com os principais importadores do algodão do Ceará, diminuindo drasticamente a importação do algodão brasileiro pela Europa (NEVES, 2002; DELLA CAVA, 2014). De acordo com Neves (2002), nessa época viu-se um intenso fluxo migratório de retirantes dos sertões para a capital. Famintos, doentes e debilitados, sem poderem contar com a proteção paternalista dos proprietários de terra, uma vez que estes também tinham empobrecido. Foi quando as secas começaram a ser vistas como um problema do Estado, e não apenas dos proprietários de terra. Com tantos golpes ao longo dos anos, a economia dos sertões foi minando, a vila do Icó, outrora próspera, ficou estagnada, ao mesmo tempo que o Cariri, dadas as condições ambientais privilegiadas em relação aos sertões, presenciava um rápido crescimento de suas vilas e povoados.

Assim, a Vila Real de Crato tornou-se o maior centro comercial do interior cearense durante todo o século XIX. O cultivo da cana-de-açúcar, a exportação de produtos derivados dessa atividade, principalmente a rapadura, e a agricultura de subsistência prosperaram. Em consequência prosperaram também os setores de comércio e de serviços. Della Cava (2014, p. 65) afirma que houve um surto comercial na região a partir de 1850, principalmente com a migração de comerciantes da vila do Icó. O autor conta que a partir daí começaram a se instalar grandes lojas e farmácias, deu-se a construção de sobrados e de casas de relativo luxo e, com o apoio dos fazendeiros, o melhoramento de serviços médicos, serviços de transporte e escolas. Ademais, esse desenvolvimento atraiu também profissionais liberais, como médicos, coletores, advogados e jornalistas. Quanto aos engenhos, a maior parte situava-se nas vilas de Crato e Barbalha, e as fazendas de gado, além dessas vilas, se estendiam mais ao leste, principalmente

próximo às vilas de Missão Velha, Milagres, Brejo dos Santos e Jardim. Além da efervescência comercial, o Cariri viu nessa época uma agitação cultural, em razão da presença de pessoas letradas, tanto que a cidade do Crato ostentava o título de Capital da Cultura, título que ainda vem à cena com escritores e personalidades cratenses mais saudosistas.

Durante o processo de desenvolvimento da região do Cariri, que iniciou no apagar das luzes do Brasil colônia e se estendeu por todo o Império e parte da República, a região fora fortemente influenciada por Pernambuco, tanto no aspecto comercial quanto no político e no religioso. Isso se devia a alguns fatores, tais como: as trocas comerciais, já que o porto de Recife era o principal centro de distribuição para a Europa em todo o litoral norte/nordeste, principalmente da produção relativa à atividade açucareira, que prosperava no Cariri; o pioneirismo de Pernambuco em instalar escolas ginásiais e colegiais, bem como uma faculdade de Direito em Olinda, o que fazia com que muitos dos filhos das elites carienses se deslocassem até a capital pernambucana em busca de formação; a dependência político-administrativa do Ceará em relação a Pernambuco, que durou até o ano de 1799; e a não existência de uma diocese no Ceará até o ano de 1853, ficando este subordinado à Diocese de Olinda no que diz respeito aos assuntos religiosos, que por sua vez influenciavam o campo político, considerada a indissociabilidade entre Igreja e Estado.

Essas trocas faziam circular não apenas mercadorias e serviços, mas também ideias. No início do século XIX, a insatisfação com a vinda da família real para o Brasil, a alta cobrança de impostos, o descaso com muitas regiões e a centralização do poder fomentaram ideais liberalistas e republicanos e acenderam vários movimentos revoltosos por todo o País. Em Pernambuco, por exemplo, eclodiram a Revolução Pernambucana, em 1817, e a Confederação do Equador, em 1824, movimentos republicanos de grande repercussão, encabeçados por padres, intelectuais e elites locais, envolvendo conflitos armados e severamente reprimidos pelas forças monarquistas/imperialistas. Esses movimentos ganharam a adesão de outras capitânicas/províncias, inclusive do Ceará. O intercâmbio entre o Cariri e a capital pernambucana fomentaram as ideias republicanas, fazendo com que a região tivesse importante atuação nesses conflitos, a exemplo da emblemática participação da matriarca Bárbara Pereira de Alencar (1760-1833) e de dois dos seus filhos, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (1789-1825) e José Martiniano Pereira de Alencar (1764-1860), que chegaram a proclamar uma república no Crato e em Jardim no ano de 1817, mas foram contidos pelas forças monarquistas apoiadas por fazendeiros da região, o que culminou na prisão de Bárbara de Alencar. Anos mais tarde, Bárbara recebeu o perdão real, mas em 1824, na Confederação do Equador, a família

voltou a participar do conflito em apoio aos republicanos, resultando no assassinato de Tristão Gonçalves e na fuga da matriarca para a província do Piauí, onde morreu anos mais tarde⁶⁸.

Mas não foi só de prosperidade e heroísmos que se formou a região do Cariri. Para além dos grandes proprietários de terra e senhores de engenho subsistia uma população de trabalhadores camponeses e de pequenos comerciantes, artífices e vaqueiros que viviam em condições precárias. Muitos dos agricultores e vaqueiros viviam sob a “proteção” dos fazendeiros, pois tinham suas famílias instaladas nas terras dos seus senhores, numa relação de apadrinhamento, e “dividiam o tempo entre a lida com o gado e uma pequena cultura de subsistência, permitida pelos donos das terras, orgulhosos senhores que mantinham laços paternalistas – baseados na lealdade pessoal – ‘com seus moradores’” (NEVES, 2002, p. 77). “Viviam, contudo, no limite mais baixo da subsistência e eram, de fato, ligados em caráter permanente à terra dos produtores de açúcar [e fazendeiros], como bem indica a palavra usada para denominar esses trabalhadores: ‘agregados’” (DELLA CAVA, 2014, p. 64-65) (adendo nosso). Com o passar dos anos essas relações foram se modificando, algumas famílias obtiveram a propriedade de pequenas porções de terras, mas a estrutura se manteve, de modo que podemos perceber seu reflexo, por exemplo, no estabelecimento da política do coronelismo, que ocorreu durante a República Velha, na apropriação de coisas públicas para distribuição conforme interesses particulares e na política de favorecimento, resquícios paternalistas que atravessaram séculos e se transmudam em várias faces em tempos contemporâneos.

Sobre essas relações, foi possível perceber alguns vestígios nas falas dos nossos colaboradores. O professor Crispim, do município de Assaré, único dos depoentes que declarou morar em uma propriedade que foi de sua família desde a época da colonização, em uma de suas falas traz um fragmento representativo da condição de agregado em que vivera um casal “em poder” da sua família, isso já na década de 1950:

Eu fui criado por uma preta velha, como a gente chamava antigamente, porque era uma senhora de cor, dali das Guaribas, bem pertinho do Crato. A família dela mora lá. Ela chegou lá no Mororó e eu tinha três meses. Aí eu me apeguei a ela. Era o casal, ela e o marido, não tinham filhos. Aí, paizinho fez uma casa para eles bem encostadinha da nossa, eles ficaram

⁶⁸ Bárbara de Alencar era de família abastada da vizinha vila do Exu, em Pernambuco, limítrofe com o Ceará. Radicou-se no Crato no final do século XVIII, onde casou-se, teve filhos, ficou viúva e tornou-se grande proprietária de terras. Sua participação na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824, junto com seus filhos, e sua influência, tornaram-se emblemáticas na história do Cariri cearense e simbolizam a aproximação da região com os ideais liberais e republicanos propagados na capital pernambucana no século XIX. Para mais sobre sua história ver Araújo (2017).

lá e foi quem me criaram. Ele morreu lá, no poder da gente, e ela morreu já bem velhinha, caducando, aqui com a gente. (Professor Crispim).

Já o professor Edmilson, de Várzea Alegre, e a professora Neide, de Farias Brito, também trouxeram fragmentos desse paternalismo que aqui discutimos, mas estes estão do outro lado da moeda se compararmos com o professor Crispim. No caso deles, a relação de dominação aparece sob o véu do apoio político:

Quando foi em 1995, a Secretaria de Educação do Estado, o governador, na época, era Tasso Jereissati, eles fizeram um concurso para Fortaleza, para professor, só em Fortaleza. Então eu me inscrevi e consegui. Eram dez vagas, eu consegui uma dessas dez. Como doutor Carlile, prefeito lá de Jucás, na época, tinha interesse que eu ficasse trabalhando lá, que eu tinha ido para lá através dele, e era amigo lá do povo, ele foi e pediu à doutora Josélia de Medeiros – era a chefe lá do... sei lá, do setor de pessoal da educação e planejamento, numa secretaria daquelas – ela foi e me transferiu. Eu assumi já aqui em Jucás e fiquei trabalhando. Era em noventa e cinco isso, no final do ano. E ainda eu fiquei até 2001 em Jucás. Aí me transferiram de volta aqui para Várzea Alegre (*risos*). Porque eu tinha feito o concurso para trabalhar em Fortaleza, mas aí deu certo, Doutor Carlile falou com eles, eles me transferiram e eu já assumi na cidade de Jucás. (Professor Edmilson).

[...] quando eu passei no exame de admissão para entrar no ginásio, como era particular, eu só consegui cursar porque minha mãe conseguiu uma bolsa com um vereador. Um vereador de Farias Brito, que também era do meio político. Ele ganhou várias bolsas e aí dava a quem ele quisesse. Minha mãe foi procurar e ele cedeu uma bolsa para ela. Então, foi justamente com essa bolsa que eu estudei os quatro anos no ginásio. Mas eu não pagava nada, eu não tinha condição de pagar nada. Eu estudava o ano todinho, e no final do ano, o dinheiro da bolsa chegava e ficava com eles mesmo. (Professora Neide).

As falas representam princípios de uma herança política, social e cultural propagada ao longo dos anos e ilustram a continuidade de um padrão cuja manutenção remete a uma espécie de reminiscência, em que os sujeitos permanecem tal qual a sua linhagem, e as práticas se repetem, salvo poucas exceções.

Igreja, religião e religiosidade no Cariri cearense

Dos segmentos da sociedade já aqui apresentados, a Igreja Católica teve uma importância relevante na construção e no desenvolvimento do tecido social caririense. Semelhante ao que aconteceu em todo o País, a Igreja se constituiu como uma instituição coparticipante no projeto de colonização da Coroa. Ademais, com o passar dos séculos, as suas ações extrapolavam o campo religioso e alcançavam sobremaneira os campos político, educacional, econômico e de assistência social, ora de maneira institucionalizada, ora por iniciativa individual de seus membros; ora em conjunto com as oligarquias, ora ao lado da população menos favorecida; ora do lado de um grupo oligárquico em oposição a outro ou vice-versa; ora em ações pacíficas, ora revolucionárias...

Até meados do século XIX, os problemas enfrentados pela Igreja Católica na região do Cariri eram, em certa medida, semelhantes aos que enfrentava em outras regiões, resguardadas as proporções, regularidades e características particulares. Mas, a partir de então, um problema com o qual a Igreja já vinha lidando em alguns países começava a se disseminar em várias regiões do Brasil: o catolicismo popular. No Cariri, as ocorrências desse fenômeno moldaram o rumo que a história tomou e influenciaram a dinâmica da região em todos os seus aspectos dali em diante. A ação de líderes religiosos, fossem eles ligados à Igreja ou não, ameaçava a doutrina romana e, conseqüentemente, o poder e a influência da Igreja Católica diante da população. Por esse motivo, a Igreja empreendeu uma série de ações, denominadas pelo pesquisador Ralph Della Cava de “romanização”⁶⁹, visando à repressão de práticas não ortodoxas e ao restabelecimento dos seus dogmas perante a sociedade cristã. O autor relata que, antes de 1860, a situação do clero no Ceará era caótica. O número de padres era ínfimo em relação à população e suas práticas beiravam a imoralidade diante dos preceitos da doutrina católica. Alguns tinham amantes e filhos, expostos sem pudor em público; as igrejas muitas vezes viravam recintos onde se realizavam eleições e, não raro, eram palcos de lutas armadas e profanação; e o prestígio dos clérigos entre os leigos chegara a níveis baixíssimos (DELLA CAVA, 2014, p. 61; 70).

⁶⁹ Segundo Della Cava (2014, p. 359-360), o termo “romanização” foi uma ampliação sua do conceito de “Igreja romanizada”, expressão utilizada pelo sociólogo francês Roger Bastide, em 1951, em um dos seus estudos sobre a religião no Brasil. Para o autor, o processo de romanização consistia em reafirmar a autoridade institucional e hierárquica da Igreja, realizar uma reforma episcopal do clero e do laicato, submeter a Igreja brasileira à dependência de padres estrangeiros e integrá-la à dinâmica centralizadora do catolicismo romanizado com vistas à sua universalização.

Por outro lado, surgiam lideranças religiosas cujas práticas, muitas vezes profanas para os dogmas da Igreja, atraíam seguidores e desafiavam a ordem religiosa e política, já que iam de encontro aos interesses de alguns grupos das classes dominantes. Essas práticas iam desde ações pontuais, como curandeirismo, atribuição de milagres etc., até ações mais massivas, como messianismo e assistencialismo. São exemplares icônicos desse tipo de movimento a revolta de Canudos (1896/97), encabeçada por Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), mais conhecido como Antônio Conselheiro, no sertão da Bahia, e a influência do padre Cícero Romão Batista (1844-1934) no Cariri cearense no final do século XIX e início do século XX. Esses movimentos não foram isolados. Fizeram parte de uma série de outros que aconteceram, mas não tiveram tanto destaque como aqueles, talvez pelas proporções menores que atingiram ou porque foram reprimidos ainda quando em estágio incipiente.

Na região do Cariri, por exemplo, antes mesmo do fenômeno do padre Cícero, alguns padres ficaram conhecidos pelas atitudes não convencionais em relação ao catolicismo romano e por práticas que ameaçavam o poder constituído nos âmbitos religioso e político. Alguns autores, como Silva (2009), Florêncio (2012) e Della Cava (2014), relatam a existência e as ações de alguns desses clérigos. Um deles foi o padre Manoel Félix de Moura que, segundo Della Cava (2014, p. 82), dirigiu a Sociedade dos Penitentes do Crato. De acordo com o autor, os integrantes dessa Sociedade, cujas práticas não eram raras pelo Brasil, andavam pelas ruas na madrugada trajando capa e capuz, cantando hinos e recitando orações. À meia noite se concentravam em frente ao cemitério da cidade e ali desnudavam-se até a cintura e praticavam um ritual de autoflagelamento, açoitando-se nas costas até sangrarem, buscando a purificação dos seus pecados, remontando a um ritual do catolicismo medieval⁷⁰.

Outro clérigo cuja atuação excedeu os limites sacerdotais foi o padre Antônio Manuel de Souza (1776-1857). Segundo Florêncio (2012), quando vigário na vila de Jardim o padre Antônio Manuel participou de luta armada na Revolta Pinto Madeira, um levante ocorrido em 1832 em favor da restauração de D. Pedro I ao trono e contra os ideais republicanos da elite cratense, chefiado pelo coronel Joaquim Pinto Madeira (1783-1834), grande proprietário de terras da região e chefe político da vila de Jardim. O coronel já era um velho opositor da família Alencar, no Crato, tendo atuado também nos conflitos da Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador em desfavor dos republicanos. Em artigo de Irffi (2017), a autora relata que o levante atingiu proporções maiores e se espalhou por outras vilas, como Missão

⁷⁰ É possível ainda constatar a existência de companhias de penitentes na região do Cariri, conforme relatam Silva (2009) e Machado (2014).

Velha, Lavras e Icó, o que ocasionou a vinda de tropas militares para reprimir a revolução, isto porque os rebelados arregimentaram um exército numeroso de homens armados a facas e cacetes, sob a liderança do coronel Pinto Madeira e do Padre Antônio Manuel. Além da liderança no conflito, a atuação do pároco ficou conhecida pela sua prática de benzer as armas dos arregimentados, fato que o levou a ficar conhecido como padre Benze-Cacetes, conforme afirmam Pinheiro e Figueiredo Filho (1953), citados por Florêncio (2012, p. 46). Após reprimida a revolta, o coronel Joaquim Pinto Madeira foi julgado e condenado à forca. No entanto, pela sua condição de militar, foi fuzilado em praça pública no Crato, em 1834. Já o padre Antônio Manuel de Souza foi absolvido e voltou para a vila de Jardim, onde permaneceu até sua morte em 1857 (IRFFI, 2017, p. 224).

Não é nosso propósito pormenorizar o conflito e suas razões políticas e ideológicas, mas tão somente enfatizar a participação do padre Antônio Manuel de Souza como forma de ilustrar as suas ações fora do que seria a sua função clerical na região, assim como o exemplo do padre Félix de Moura à frente da Sociedade dos Penitentes do Crato.

Além desses dois, um sacerdote cuja atuação merece ser aqui lembrada, em virtude do impacto social e da quantidade de lugares por onde se espalharam as suas ações, foi o padre José Antônio de Maria Ibiapina (1806-1883). Padre Ibiapina, como era conhecido, nasceu na então Vila Real de Sobral, no norte do Ceará, com o nome de José Antônio Pereira. Ainda na sua infância a família mudou-se para a vila do Icó, onde o seu pai foi tabelião, fato que fez com que Ibiapina tivesse acesso à instrução. Foi seminarista em Olinda, Pernambuco, formou-se em Direito, e entre idas e vindas entre o Ceará e Pernambuco foi advogado e professor em Recife e Olinda, e deputado geral pelo Ceará. Desde então, Ibiapina se tornara conceituado pelo trabalho que exercera enquanto advogado e pela sua luta em defesa dos mais necessitados. Depois de muitos anos de carreira, resolveu abandonar seus ofícios e ingressou no sacerdócio, ordenando-se aos 47 anos de idade. A partir de 1855, Ibiapina iniciou um trabalho missionário pelo Nordeste, no qual percorreu as províncias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, ao longo dos anos, até a sua morte em 1883. Por onde passava, o padre Ibiapina desenvolvia relevantes trabalhos de assistência social e religiosa, e professava a doutrina cristã, calcada na fé e no trabalho. Foi responsável pela construção de capelas, açudes, cemitérios, cacimbas, casas de caridade e hospitais, além de ter socorrido inúmeras pessoas por ocasião de grandes secas, epidemias e fome (SILVA, 2009; GASPARGAS, 2011; FLORÊNCIO, 2012; DELLA CAVA, 2014).

Na região do Cariri, o trabalho de Ibiapina se deu através da construção de igrejas, casas de caridade para moças órfãs, cemitérios e cacimbas, tendo passado pelas vilas de Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim e Milagres. Segundo Silva (2009), a construção de cacimbas e cemitérios visava à higienização adequada da população, que se encontrava vulnerável a um surto de cólera na segunda metade do século XIX. A prática de enterrar os corpos no interior ou nos arredores das igrejas aumentava as possibilidades de contágio. Para evitar essa prática, o padre Ibiapina levantava recursos junto às elites locais para a construção de cemitérios em áreas mais afastadas da cidade. No intuito de estimular o acesso e o uso da água potável, promovia a construção de poços, cacimbas e açudes, bem como “exercia um trabalho educativo junto à população, apelando para mudança de hábitos e comportamento entre os sertanejos, para lhes assegurar uma melhor qualidade de vida” (SILVA, 2009, p. 51).

Apesar do trabalho missionário, algumas atitudes atribuídas ao padre Ibiapina ou mesmo as atitudes dos seus fiéis em relação a ele, que ultrapassavam o sentimento de gratidão e de admiração pelas suas obras, alcançavam o nível de devoção, o que incomodava as autoridades da Igreja romanizada. Em um episódio dos mais conhecidos, Della Cava (2014, p. 71) conta que na passagem do padre pela então vila de Barbalha, ele orientou uma mulher doente a banhar-se nas nascentes do sítio Caldas (hoje distrito de Caldas, em Barbalha), sendo que três dias depois a mulher voltou curada. Os relatos de cura milagrosa das águas do Caldas espalharam-se pelos sertões, tanto que o local virou ponto de peregrinação, e a população erigiu uma capela em devoção a Bom Jesus dos Pecadores. O episódio aumentou a devoção ao pároco, a quem foi atribuída a fama de milagreiro, e a notícia nos jornais pôs em alerta as autoridades eclesiásticas da Diocese do Ceará. Ademais, Ibiapina fortaleceu os rituais de penitência no Cariri e foi o fundador de uma congregação religiosa de mulheres que, “a despeito de sua ilegalidade canônica, constituiria um precedente importante na tentativa das futuras gerações do Cariri para estabelecer ordens religiosas genuinamente brasileiras” (DELLA CAVA, 2014, p. 69).

O trabalho dos missionários, de fato, incomodava a Igreja, principalmente pela disseminação do catolicismo popular e pela adoração explícita aos líderes religiosos. No entanto, a condição de extrema pobreza à qual era submetida a população, agravada pelas secas, pelas epidemias, pela falta de instrução e pela completa ausência do Estado, se constituíam como terreno fértil para o enaltecimento de personalidades que, de alguma maneira, alentassem o sofrimento dos sertanejos, e a religião era um desses alentos. O Cariri próspero era para os poucos donos de terras e suas famílias. Além do mais, as práticas desses líderes religiosos eram

vistas como legítimas pela população, não só pela grande massa, mas também por uma parte da elite, uma vez que, em virtude de sua afiliação institucional, eles eram, em sua maioria, representantes diretos da Igreja. Esses movimentos, como dito antes, não foram isolados, mas fizeram parte de outros tantos movimentos semelhantes em maiores ou menores proporções, e forçaram a Igreja Católica a tomar medidas inibitórias que, não raro, causaram conflitos internos dentro da própria estrutura daquela instituição.

O episódio das águas do Caldas, a fama de milagreiro e os relatos de que o padre Ibiapina (e outros clérigos) tinham uma legião de seguidores fizeram com que o bispo do Ceará ordenasse a interrupção de todos os trabalhos missionários no interior. Em 1873 “Ibiapina partiu do Cariri, mas seu legado continuou a irritar o bispo ‘romanizado’” (DELLA CAVA, 2014, p. 71). Alguns historiadores defendem que o legado do padre Ibiapina influenciou direta ou indiretamente outros religiosos cujos movimentos tomaram proporções maiores, tais como o padre Cícero e Antônio Conselheiro. Não é possível avaliar o tamanho dessa influência, mas também não é plausível desconsiderá-la, visto que esses movimentos locais estavam associados a um contexto macrossocial no Brasil, e de maneira mais forte no Nordeste, em razão das condições socioeconômicas e políticas da época.

O ultramontanismo da Igreja Católica no final do século XIX ensejava, além de outras coisas, reprimir os movimentos do catolicismo popular e fortalecer a doutrina cristã romanizada junto ao clero. Para isso, algumas ações foram tomadas, tais como a transferência de clérigos não ortodoxos para diferentes jurisdições eclesiásticas, a ocupação desses redutos por padres mais alinhados com o catolicismo romano, a instrução da população de acordo com os dogmas da Igreja e a formação de novos sacerdotes, o que se deu com a instalação de escolas católicas e seminários em regiões distantes das dioceses. Nesse sentido, a autorização para a criação de uma diocese no Ceará em 1853 consolidou a investida da Igreja na província, fortalecida pela instalação do Seminário da Prainha, em Fortaleza (1864) e do Seminário São José, em Crato (1875). Pelo visto, a criação de um Seminário na região do Cariri, como aponta Florêncio (2012), “não estava clivada apenas na boa vontade do bispo do Ceará” (p. 47), mas numa ação estratégica frente ao risco de propagação do catolicismo popular numa região potencialmente fervorosa e insubordinada.

Apesar de toda essa investida, a Igreja não conseguiu conter o crescimento do catolicismo popular e o surgimento de novos “salvadores”. A permanente situação de miséria e a ausência total do Estado deixavam a população à mercê da própria sorte, o que favorecia o aparecimento de messianismos, além de movimentos fora do campo religioso, como a aplicação

da “lei” pelo arbítrio dos grandes proprietários de terra ou a disseminação do banditismo, por exemplo, que no Nordeste implicou o movimento do cangaço. Era a época dos sertões como retratados na literatura de Euclides da Cunha e Rachel de Queiroz, nas pinturas de Cândido Portinari, na música de Luiz Gonzaga e nos versos de Patativa do Assaré.

Milagres, guerra, política e religião: a configuração de um novo Cariri

Foi em meio a esse contexto social que surgiu no Cariri cearense a figura do padre Cícero Romão Batista, ou Padim Ciço, como é designado por muitos devotos. Sua trajetória foi um golpe paradoxal na estrutura da Igreja Católica, visto que ele pertencia a um grupo de clérigos renovados, aqueles formados sob os preceitos do projeto de romanização, mas se tornou um grande ícone do catolicismo popular, a ponto de protagonizar um dos maiores conflitos eclesiásticos do Brasil no início do século XX. Ademais, a sua carreira clerical e política afetou drasticamente o panorama social, cultural e econômico da região do Cariri.

Padre Cícero nasceu no Crato em 1844. Filho de um pequeno comerciante, não era de família abastada, mas conseguiu ingressar no Seminário da Prainha, em Fortaleza, graças ao apoio do seu padrinho de crisma, o coronel Antônio Luís Alves Pequeno, um rico comerciante imigrado da vila do Icó e radicado com sua família no Crato em meados do século XIX. Antes, porém, o jovem Cícero havia estudado em uma escola no então distrito de Cajazeiras, na Paraíba⁷¹, mas com a morte prematura de seu pai, em 1862, acometido por cólera, teve que abandonar os estudos para prover o sustento da mãe e duas irmãs. Mais tarde, em 1865, partiu para Fortaleza, com a ajuda do coronel Antônio Luís, guiado pela sua vocação ao sacerdócio. Foi ordenado em novembro de 1870 e voltou à sua terra natal, onde iniciou o exercício de suas funções sacerdotais.

Em abril de 1872, o padre Cícero foi visitar um pequeno lugarejo de nome Juazeiro⁷², que ficava na jurisdição do território cratense, a umas duas léguas da sede. A povoação surgira nas terras da fazenda Tabuleiro Grande, e concentrava uma população em torno de duas mil pessoas, a maioria descendente de escravos e de trabalhadores das não mais que cinco famílias

⁷¹ Nessa época não havia mais do que a instrução primária na região do Cariri, geralmente ministrada por mestres-escola. Muitos dos jovens do sertão nordestino se deslocavam até Sousa, na Paraíba, onde, no distrito de Cajazeiras (atual cidade de Cajazeiras/PB), encontrava-se a escola do padre Inácio de Sousa Rolim (1800-1899), uma das primeiras dos sertões a implementar o ensino secundário. A atuação do padre Rolim e seu projeto educacional, em torno do qual emergiu a cidade de Cajazeiras, é estudada em Gomes e Campos (2012).

⁷² A princípio, a localidade chamava-se apenas Juazeiro, ou *Joaseiro*, na grafia da época. O nome Juazeiro do Norte só viria em 1946, em virtude de um parecer do Conselho Nacional de Geografia, que retificava o Decreto Estadual n. 1.114, de 30 de dezembro de 1943 (IBGE, 2018). Por questões históricas, manteremos apenas o nome Juazeiro quando nos referirmos a esta localidade em períodos anteriores a 1946.

dos senhores de engenho e proprietários de terras das redondezas. O lugarejo continha uma rústica capela, algumas casas com telhado de palha e uma praça na qual feirantes e viajantes desenvolviam pequenas atividades comerciais de troca no local que servia de parada na viagem entre as cidades de Missão Velha e Crato. Della Cava (2014) relata que foi com resistência que o pároco resolveu atender ao pedido de cidadãos ilustres daquelas cercanias para que permanecesse por algumas semanas no lugarejo, pois há algum tempo a localidade não dispunha de um sacerdote residente. Não estava nos planos do padre Cícero fixar residência ali, mas, segundo o autor, o próprio padre narrou, anos mais tarde, que tomara a decisão de se estabelecer em Juazeiro motivado por uma revelação que tivera em sonho, na qual aparecia Jesus Cristo com os seus doze apóstolos, em seguida uma multidão de sertanejos flagelados, famintos e maltrapilhos, donde o padre Cícero recebeu do próprio Jesus a ordem para cuidar daquele povo, o que fez com que ele se mudasse para o vilarejo, trazendo sua mãe e as duas irmãs. O autor afirma ainda que não eram raras as narrativas em que o pároco era envolvido em uma aura mística. Ademais, seu nome foi ganhando repercussão na região, não apenas pelo fator místico, mas também pelo trabalho evangelizador, pela sua obstinação em combater costumes considerados imorais na época, como farras, bebedeira e prostituição, pelo seu papel de conselheiro e pela sua mediação junto aos fazendeiros para abrigar famílias que precisavam de trabalho. Lourenço Filho (2002)⁷³ atesta que nesse período o padre “[...] estava então em plena fase mística e, segundo o testemunho geral, não há de se negar que, por essa época, a ação que desenvolveu tenha sido a mais benéfica possível” (p. 53). Essas características, agregadas à sua condição de representante direto da Igreja, sacerdote que era, legitimavam no imaginário popular a visão de um homem santo e, portanto, digno de devoção, semelhante a outros clérigos da época. Mas o episódio de um suposto milagre alterou significativamente o patamar dessa atribuição de santidade.

No dia 1º de março de 1889, uma das beatas que residia na casa do padre Cícero, de nome Maria Magdalena dos Santos de Araújo (1862-1914), durante o ritual da Santa Eucaristia, em uma missa celebrada pelo clérigo, teve a hóstia envolta em sangue no momento em que recebeu a comunhão ou, como muitos acreditam, transformada em sangue, o sangue do próprio Cristo. A manifestação se repetiu em missas subsequentes durante a quaresma daquele ano, e o

⁷³ A obra citada é uma edição aumentada do livro *Juazeiro do Padre Cícero: cenas e quadros do fanatismo no Nordeste*, do paulista Manoel Bergström Lourenço Filho, publicada pela primeira vez em 1926, com o padre Cícero ainda vivo, e reeditada em 1929, 1959 e 2002. A obra original é um compêndio de artigos publicados pelo autor – reformador da Instrução Pública no Ceará entre os anos de 1922 e 1923 – no jornal *O Estado de São Paulo* entre 1925 e 1926. O livro foi premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1927. A 4ª edição, aqui citada, foi publicada com o título *Juazeiro do Padre Cícero* (LOURENÇO FILHO, 2002) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep/MEC).

episódio ganhou repercussão, atraindo a curiosidade e a devoção de muitos fiéis em toda a região e pondo em alerta as autoridades da Igreja.

Segundo Della Cava (2014), apesar do alerta, a reação inicial do bispo do Ceará, dom Joaquim José Vieira (1835-1917), não foi de total hostilidade, mas de recomendação para que o padre Cícero elaborasse um relatório dos fatos ocorridos e para que não se pronunciasse em público atribuindo aos acontecimentos um caráter miraculoso antes de uma devida averiguação da Igreja. Mas um evento tão extraordinário não poderia passar despercebido, e antes mesmo que a Igreja fizesse qualquer averiguação, a notícia já se espalhara pelo vale do Cariri e regiões vizinhas, de modo que tanto a camada popular quanto as elites, inclusive o clero, atribuíam sentido miraculoso ao fenômeno. O autor relata que o padre Cícero era um tanto comedido, mas um eufórico sacerdote, monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro (1847-1912), na época, reitor do Seminário São José, virou entusiasta da causa, de sorte que foi ele o principal disseminador do suposto milagre, como afirma também Lourenço Filho (2002, p. 71). Monsenhor Monteiro cooptava multidões em romaria à capela de Juazeiro e fazia discursos em torno dos panos ensanguentados da beata Maria de Araújo. Mais adiante, o cratense José Joaquim Teles Marrocos (1842-1910), jornalista e mestre-escola, primo do padre Cícero, foi também um entusiasta da causa e difusor, na imprensa, dos supostos milagres.

Por conta dos supostos milagres, durante os dois anos seguintes à sua primeira ocorrência, a capela de Nossa Senhora das Dores, em Juazeiro, foi se constituindo como ponto de peregrinação. Multidões de romeiros, devotos do padre Cícero e de Maria de Araújo se deslocavam até o vilarejo para visitar o santuário e verem os panos ensanguentados da beata, agora expostos em uma redoma de vidro e tornados objetos de adoração. A notícia se espalhava pelos sertões e atraía cada vez mais devotos, crédulos de que Juazeiro seria uma terra santa, uma “Nova Jerusalém”, escolhida por Deus para se manifestar novamente através do Precioso Sangue de Cristo, e cujo instrumento de manifestação divina seria a beata. Muitos devotos carentes de alento, analfabetos, castigados pelas agruras de uma terra hostil, fugindo das secas e da miséria, acabavam se estabelecendo no lugar.

O bispo do Ceará, apesar da ciência dos fatos e da inicial repreensão, não se deu conta da proporção que o fenômeno estava tomando, até que em março de 1891, dois anos depois da primeira ocorrência, o fenômeno aconteceu novamente, dessa vez presenciado por padres e por um conceituado médico e também político de Fortaleza, Marcos Rodrigues de Madeira, que publicou o acontecido na imprensa da capital no mês seguinte, atestando que o acontecimento

se tratava de um fato sobrenatural, para o qual ele não encontrava explicação científica⁷⁴. A partir de então, dom Joaquim começou a tomar medidas mais duras, mas já era muito tarde, visto que a notícia do milagre já tinha se alastrado por todo o Nordeste. O raio de origem das multidões de romeiros que seguiam para Juazeiro aumentava gradativamente, e o rebanho já incluía gente de todas as classes sociais. A Igreja romanizada começou a agir no intuito de ofuscar a imagem de Maria de Araújo e minar a atuação do padre Cícero na região, retirando, aos poucos, as suas ordens sacerdotais. Seu prestígio e a devoção à Maria de Araújo, entretanto, aumentavam cada vez mais aos olhos dos fiéis e até mesmo diante dos olhos de parte do clero.

Em 1891, dom Joaquim enviou a Juazeiro uma comissão de inquérito, composta por padres de sua confiança, para apurar os fatos. O relatório da comissão veio como um golpe para o bispo, visto que ele “proclamava os ‘milagres do Joaseiro’ como de origem divina. O documento era ao mesmo tempo uma defesa, tomando partido dos ‘fatos extraordinários’, e uma evidência de uma ‘igreja dentro da Igreja’” (DELLA CAVA, 2014, p. 102). Formou-se a partir daí um conflito eclesiástico sem precedentes: de um lado, a Diocese do Ceará, na pessoa do bispo dom Joaquim e seus enviados ao Cariri, pressionados pelas autoridades eclesiásticas superiores, buscando estabelecer o catolicismo romanizado e, do outro lado, o padre Cícero e seus adeptos (padres, políticos, intelectuais, fazendeiros, romeiros, comerciantes e a população rural e urbana), tentando legitimar os fenômenos miraculosos diante da Santa Sé.

O conflito eclesiástico arrastou-se por vários anos, e o bispo dom Joaquim Vieira se constituiu como um perseguidor implacável do padre Cícero, da beata Maria de Araújo e do povo de Juazeiro. O relatório de uma segunda comissão de inquérito não atestou que os episódios envolvendo a beata eram miraculosos. Esse relatório foi enviado a Roma e, em 1894, a então Congregação da Sagrada Inquisição Universal (Congregação para a Doutrina da Fé) considerou os fatos supersticiosos. A capela de Nossa Senhora das Dores por vezes foi fechada, as atividades religiosas suspensas e Juazeiro foi considerada pelas autoridades da Diocese do Ceará e por alguns intelectuais uma terra de fanáticos seguidores de uma seita religiosa desautorizada pelo catolicismo ortodoxo. Mas nem isso freou os movimentos de peregrinação rumo à nova “Terra Santa”. Todos os anos milhares de romeiros se deslocavam a Juazeiro de forma espontânea e as romarias ganharam “vida própria”. Ademais, a contenda religiosa extrapolou suas esferas e invadiu o campo político, aguçando as hostilidades entre grupos apoiadores e opositores do “milagre”.

⁷⁴ A coluna foi publicada no jornal *Cearense*, ano 1, edição 85, de 24 de abril de 1891, cuja cópia pode ser consultada no acervo da Biblioteca Nacional Digital, no link <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=709506&PagFis=23579>.

Ao longo dos anos, à medida que a questão religiosa se desenrolava no alto escalão da Igreja e no seio dos grupos políticos dominantes, suas consequências, combinadas com outros fatores nacionais e locais, mudavam o panorama econômico e social da região do Cariri. Os milhares de romeiros vindos nas peregrinações almejavam abrir mão da condição de visitantes esporádicos da povoação do Juazeiro, de sorte que “muitos lá se instalaram como moradores. Entre 1890 e 1898, a população da cidade mais que duplicou, ultrapassando 5 mil habitantes; em 1905, subiu para 12 mil; em 1909, chegou a 15 mil” (DELLA CAVA, 2014, p. 156). A expansão populacional ocasionou também uma expansão econômica. Juazeiro se tornou um centro efervescente de atividades comerciais e religiosas, o que atraiu artesãos, comerciantes, profissionais autônomos e uma multidão de pobres em busca de sobrevivência e de redenção. Surgiram diversas ordens religiosas e cada vez mais apareciam personalidades, principalmente beatos e beatas, com costumes excêntricos, fossem nas vestes ou nas práticas religiosas. O comércio de artigos religiosos aflorou, mas em razão do aumento populacional, cresceu também o comércio de produtos básicos e a necessidade de serviços diversos. Além disso, foi se constituindo uma nova elite econômica frente à oligarquia rural do Crato. Agora, o que era antes uma ínfima povoação rural pouco habitada, se tornara um importante centro urbano (para os padrões da época e da região), em busca de autonomia político-administrativa⁷⁵. Como costumam dizer pela região: “O maior milagre do padre Cícero foi o Juazeiro”.

Nesse ínterim, a questão religiosa continuava sob clima de tensão. O padre Cícero teve todas as suas ordens suspensas, e tentava a todo custo reavê-las com a ajuda de lideranças políticas e religiosas adeptas à sua causa, apelando a instâncias superiores no Brasil e em Roma. O conflito, que já ultrapassara a esfera religiosa, acendeu hostilidades entre parte do clero e uma parcela da população comum, composta por cidadãos de diversas posições sociais, além de fomentar antigos embates políticos e fazer surgir uma rivalidade entre a cidade do Crato e a povoação do Juazeiro, atingindo, para além da política, a opinião pública geral.

Ao mesmo tempo, a povoação do Juazeiro caminhava para a sua emancipação político-administrativa, não sem resistência das autoridades cratenses. Della Cava (2014, p. 206) conta que o conflito entre as duas localidades viveu nesse período a iminência de uma luta armada

⁷⁵ Embora sabendo que existe uma ligação entre a questão religiosa e o crescimento da cidade de Juazeiro Norte, entre as peregrinações e o avanço populacional e comercial, seria irresponsável, ou no mínimo ingênuo, estabelecer uma relação simplista desses fenômenos. É preciso lembrar que o Brasil e a região Nordeste passavam por profundas transformações políticas e econômicas na época, tais como a transição do Império para a República, a ascensão da economia cafeeira no Sudeste, o advento da atividade da borracha na região Norte, as recorrentes secas no sertão nordestino, dentre outras transformações na dinâmica comercial do Nordeste em relação ao país e ao exterior, que tiveram alguma influência no fluxo migratório e econômico dos sertões e de cada pequeno espaço regional, em especial do Cariri cearense. Não poderemos pormenorizar essas relações, visto que elas extrapolariam sobremaneira os interesses desse nosso estudo.

(que se concretizou anos mais tarde, depois da emancipação do Juazeiro), além da aplicação de um boicote econômico ao Crato, efetivado com o corte de relações comerciais (proveniente dos próprios comerciantes de Juazeiro), da privação dos pagamentos de impostos à sede e do apoio de chefes políticos das cidades vizinhas de Missão Velha, Barbalha, Milagres e Aurora, das quais as duas primeiras prometeram, inclusive, ceder parte de seus territórios à nova aspirante a cidade, dadas as vantagens políticas e comerciais que a nova configuração territorial traria. Diante de tais pressões, da falta de apoio do Estado e da intervenção do padre Cícero no sentido de apaziguar os ânimos, o Crato resolveu ceder e celebrar um acordo para que a Assembleia Legislativa pudesse, enfim, aprovar o projeto de lei que elevaria Juazeiro à categoria de vila, o que se deu através da Lei Estadual n. 1.028, de 02 de julho de 1911, instalada em 04 de outubro de 1911.

Antes da emancipação política do Juazeiro, porém, um outro conflito interno se estabelecera na elite juazeirense, paralelo aos tantos conflitos já existentes na região. Aventada a possibilidade de autonomia administrativa, lideranças locais se dividiram em dois grupos políticos opositores, apoiados também por clérigos engajados em cada um dos lados, nos quais se almejava definir o posto de intendente (prefeito) da nova vila. Um grupo era composto por fazendeiros e comerciantes filhos da terra; o outro, por comerciantes e profissionais liberais adventícios. Estabeleceu-se nesse período uma verdadeira “guerra fria”, com a tentativa mútua de boicote àqueles que se projetavam como possíveis aspirantes ao cargo, numa época em que a decisão não ocorria pelo voto popular, mas por indicação do presidente do estado. Como era de praxe, tal indicação se dava, via de regra, para a manutenção dos currais eleitorais característicos da política do coronelismo.

No grupo dos adventícios destacava-se a figura do médico baiano Floro Bartolomeu da Costa (1876-1926), estabelecido em Juazeiro desde 1908, tido como uma das principais lideranças à frente do projeto de emancipação. A historiografia local aponta Floro Bartolomeu como o mentor político do padre Cícero, dada a relação de amizade e de negócios que desde a sua chegada em Juazeiro estabelecera com o pároco. Della Cava (2014) conta que o nome de Floro poderia ter sido uma opção dos adventícios à prefeitura. No entanto, o momento era inoportuno em virtude das contendas em que o médico se envolvera com grupos opositores. Por outro lado, conta o autor, os filhos da terra que disputavam o cargo não se constituíam como boas opções para o Governo da província, ou porque não tinham a coesão de todas as lideranças políticas da região do Cariri, ou porque pertenciam a uma classe comercial com inclinações anti-governistas. Ao fim e ao cabo, restou a Floro Bartolomeu indicar o nome do padre Cícero

e instigá-lo a assumir tal tarefa, o que pareceu razoável ao Governo, visto que o padre tinha a coesão das lideranças agrárias e comerciais, além de ter sido peça chave no parcial apaziguamento do conflito entre Crato e Juazeiro. Dessa forma, padre Cícero ingressava na política como o primeiro prefeito de Juazeiro e, mais tarde, na terceira vice-presidência da província do Ceará. Floro Bartolomeu, por sua vez, garantiu vaga na Câmara Federal.

Mesmo entranhado na política, o padre Cícero não desistiu de reaver as suas ordens sacerdotais. Pelo contrário, é provável que essa condição tenha dado novo ânimo às suas intenções, uma vez que o colocava novamente em uma posição privilegiada que, embora não fosse clerical, fazia parte de uma estrutura de poder institucionalizada. O passo que almejava para retomar o seu lugar na estrutura da Igreja, portanto, era conseguir para Juazeiro a instalação de uma diocese, cuja possibilidade já se aventava. Mas a inclinação do bispo do Ceará era que a instituição fosse instalada em Crato. Primeiro, porque considerava Juazeiro uma terra de fanáticos; segundo, pela sua investida contra o padre Cícero; por último, pela estrutura de um seminário que já havia em Crato. Como se não bastassem os obstáculos impostos, um novo evento viria como uma última pá de cal no desejo do padre em instalar a diocese do Cariri em Juazeiro e reconciliar-se de vez com a Igreja: o conflito armado que ficou conhecido como Sedição de Juazeiro.

Em 1912, o Ceará passou a ser governado pelo tenente-coronel do Exército Marcos Franco Rabelo, derrubando a velha oligarquia da família Accioly. Sua eleição fazia parte da “política das salvagens”, implementada pelo então presidente da república, o marechal Hermes da Fonseca, que consistia em depor as velhas oligarquias nos estados, substituindo-as por governos “renovadores”, em sua maioria militares. Não raro, o período foi marcado por revoltas pelo país, denunciando a fragilidade de uma república incipiente e mal consolidada. No Ceará, uma das ações urgentes do novo governo era acabar com o banditismo que, na forma de cangaço desfigurado, evoluíra de uma revolta das classes populares em prol da subsistência para um tipo de mercenarismo, em que grupos armados defendiam os interesses dos seus patrões, fazendo prevalecer a lei do mais forte, do mais poderoso, do mais armado, ignorando a lei do Estado, totalmente ausente também em matéria de segurança.

Naquela época, o Juazeiro era conhecido como reduto de bandidos e malfeitores. Opositores do padre Cícero acusavam-no de acoitar e esconder elementos criminosos na sua povoação; o clérigo defendia-se, dizendo ser um acolhedor de almas, e que uma vez chegados naquela terra, malfeitores haviam de se arrepender e trilhar uma nova trajetória nos caminhos da fé. Mas a defesa do clérigo não convencia seus antagonistas, ainda mais se tal antagonismo

fosse no campo nebuloso da política. Por isso, com o pretexto de acabar com esse “covil de cangaceiros”, o Governo tomou a decisão de aparelhar algumas instituições na localidade. Destituíu o padre Cícero e nomeou um novo intendente, além de substituir outros cargos estratégicos. Por fim, resolveu enviar tropas militares ao batalhão de Crato para uma investida em Juazeiro no final de 1913. Ao que parece, o pretexto de “acabar com a bandidagem” escondia, na verdade, um esforço para enfraquecer as lideranças políticas da cidade, apoiadores da velha oligarquia acciolina. Depois de ameaças mútuas, instalou-se um clima de tensão. A população do Juazeiro, capitaneada por Floro Bartolomeu e padre Cícero, preparou-se para o conflito: armou-se como podia, construiu um gigantesco valado em volta da cidade, chamado Cerco da Mãe de Deus, e se entrincheirou à espera do inimigo.

O primeiro ataque partiu das tropas governistas. Ocorreu em dezembro de 1913. O exército rabelista, composto por cerca de duzentos homens, não raro por cangaceiros recém alistados e soldados vindos da capital, desarticulado e sem uma estratégia eficiente, foi rapidamente combatido e obrigado a recuar. Floro Bartolomeu convocou uma Assembleia extraoficial de deputados e estabeleceu em Juazeiro um “governo provisório” do Ceará, ele próprio assumindo a presidência da província.

Não obstante, as tropas governistas prepararam um novo ataque, que aconteceria em janeiro de 1914, com reforço de mais homens, armas e munição. Depois de alguns dias de combate, com o exército fragilizado e enfraquecido pela fome e pelo cansaço, os rabelistas não conseguiram transpor o cerco e deram-se por rendido. Em contrapartida, o exército de padre Cícero e Floro saltou das trincheiras de Juazeiro e rumou para Fortaleza, saqueando cidades pelo caminho, em grupos a pé e de trem, pela linha férrea de Baturité, prometendo derrubar o governo de Franco Rabelo. Vale ressaltar que, por conta de algumas reviravoltas políticas, os sediciosos tinham agora o apoio do Governo Federal. Desse modo, em março de 1914, Franco Rabelo foi obrigado a afastar-se, pressionado pelo exército de Floro e por navios da Marinha enviados pelo Governo Federal. Foi então nomeado um novo interventor. O intento de transformar Juazeiro na nova capital do Ceará e Floro Bartolomeu novo presidente da província não vingou. No entanto, os ânimos foram acalmados, e os rabelistas extirpados do poder. No mesmo ano, Juazeiro ganhou o *status* de comarca e passou a protagonista no espaço caririense *pari passu* com o Crato.

A partir de então, o padre Cícero ganhou um grande prestígio político. Sua influência percorreu vários estados do Nordeste e o seu apoio se tornou almejado pelos chefes da região. Por outro lado, seu prestígio diante das autoridades da Igreja andou na contramão de sua

ascensão política. Apesar das tentativas de instalar uma diocese do Cariri em Juazeiro, a instituição acabou sendo estabelecida em Crato no ano de 1914, recebendo o nome de Diocese de Crato. Não obstante, a Sedição de Juazeiro rendeu ao padre Cícero a fama de que ele havia capitaneado uma revolta sangrenta na região. Também o fato do pároco não ter acatado as ordens de deixar o Juazeiro, emanadas pela Santa Sé, contribuiu como mais um elemento no conjunto das circunstâncias que o afastaram, definitivamente, de sua reabilitação à Igreja em vida. Padre Cícero faleceu em 20 de julho de 1934, suspenso de ordens. A sua reconciliação com a Igreja só ocorreu em 2015, após apreciação, pela Congregação para Doutrina da Fé, do processo impetrado pela Diocese de Crato em 2006.

A história do padre Cícero e a sua imbricação com a ascensão de Juazeiro do Norte guarda uma vasta riqueza de detalhes e constitui um capítulo relevante na história social, política, econômica e religiosa do Ceará. Não obstante, sua trajetória foi alvo de inúmeras obras, tanto apologéticas quanto difamatórias, assinadas por memorialistas, jornalistas, educadores, religiosos, poetas e outros tantos profissionais cheios de paixão, admiração, rancor, ódio, interesses pessoais... Histórias quase sempre controversas. Algumas delas foram escritas com o padre ainda em vida, outras tantas após sua morte. Só a partir do final dos anos de 1960, seu estudo ganhou o *status* de pesquisa acadêmica, com o trabalho pioneiro de Ralph Della Cava. A partir de então, sua história (ou suas histórias) tem (têm) entrado em agendas de pesquisas no Brasil e no exterior, e estimulado a criação de grupos de pesquisas, instituições, seminários e simpósios, e a produção de pesquisadores independentes⁷⁶.

Tal empreendimento tem gerado novas perspectivas sobre o assunto e desmistificado a participação de outros atores aqui citados, como José Marrocos, Floro Bartolomeu, Maria de Araújo e as beatas do padre Cícero, dentre outros. Vale ressaltar, como aponta Nobre (2012), que mesmo estando em uma agenda acadêmica, a maior parte dos estudos direciona o foco para as questões políticas em detrimento das questões culturais, e para a figura do padre Cícero, deixando em segundo plano a ação de outros personagens, como as beatas, por exemplo. Segundo a autora, “não haveria milagre se não houvesse a participação de Maria de Araújo e das outras mulheres, afinal eram nelas que se manifestavam os fenômenos extraordinários” (NOBRE, 2012, p. 246). Isso se deve, talvez, a uma política eminentemente patriarcal, dentro e fora da Igreja, que deu conta de ofuscar a participação feminina desde o início e nos anos

⁷⁶ Destacam-se como pesquisadores independentes o jornalista e professor Daniel Walker Almeida Marques e o professor Antônio Renato Soares de Casimiro, juazeirenses, donos de grande acervo sobre a história de Juazeiro do Norte, do Padre Cícero e do Cariri, autores de muitas obras, idealizadores e participantes de vários projetos, além de colaboradores dos vários pesquisadores que enveredam pelo tema.

subsequentes – tanto que anos depois da morte de Maria de Araújo, o seu túmulo, no interior da capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Juazeiro, foi violado, e os restos mortais retirados, não se sabendo até hoje o paradeiro, o que provavelmente tenha ocorrido para evitar que o local se tornasse centro de adoração –, da influência do padre Cícero no campo político e, segundo Nobre (2012), por parte dos historiadores, de “uma abordagem materialista da história, voltada para o ‘grande’ personagem masculino” (p. 244).

É inegável, portanto, que o conjunto de todas essas personalidades e todas as suas trajetórias fez emergir um Juazeiro tal como é hoje. E os efeitos dessa história se fizeram presentes em vários aspectos na construção do espaço caririense, tendo afetado os campos político, religioso, cultural, econômico, arquitetônico e educacional. Entender a configuração do Cariri em qualquer um desses campos passa pela compreensão de contextos macro e micro históricos. Os macro históricos lançam luz aos contextos locais tomando-os globalmente; os micro históricos diferenciam, e dizem, portanto, de como cada local, dadas as suas características próprias, criam os seus horizontes de acontecimentos num dado plano de imanência. Desse modo, macro e micro não se configuram como categorias absolutas, mas se manifestam em camadas, em gradientes, que se afetam mutuamente na produção de um espaço onde se sobrepõem, simultaneamente, vários graus de macro e micro poder. Interessa-nos aqui a produção do espaço educacional. Assim, entendemos, portanto, que o desenvolvimento da instrução pública e privada na região do Cariri não se deu apenas em virtude do panorama educacional do país, mas também em resposta a toda a constituição do tecido social caririense, que passa principalmente por duas questões: a forma como se distribuíram as camadas sociais e os conflitos de ordem religiosa.

A influência da Igreja Católica na educação caririense

A prosperidade do Cariri a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX acarretou a necessidade de proporcionar um sistema de instrução. Por um lado, existia o anseio das elites locais no intuito de prover instrução para os seus filhos; por outro, a Igreja, com o seu projeto de romanização, almejava dotar a região de clérigos instruídos em consonância com os preceitos do catolicismo romanizado, visando à não deturpação de seus dogmas em face de um analfabetismo generalizado da população e a disseminação do catolicismo popular. Na intersecção desses dois objetivos, a Igreja Católica foi pioneira no projeto de aparelhar a região do Cariri com instituições educacionais, seja no ensino colegial,

seja no ensino superior. Assim, em 1875 foi instalado em Crato o Seminário São José, que embora não formasse além do quadro eclesiástico, deu suporte à instalação de uma futura diocese e preparou o cenário para a criação de ginásios e colégios católicos, bem como de uma faculdade de Filosofia, dada a circulação de homens e mulheres da Igreja, preceptores dessas instituições educacionais.

Antes, porém, da instalação dos ginásios e colégios na região, foram se constituindo, aqui e ali, pequenas escolas primárias sob os cuidados de mestres-escola ou de professoras leigas. Segundo Queiroz (2006), havia também cadeiras estaduais ou municipais em alguns municípios da região, além de um número considerável de escolas particulares em Juazeiro e Crato nas duas primeiras décadas do século XX, bem como escolas ligadas a associações de trabalhadores e Círculos Operários. Ademais, algumas iniciativas de clérigos imbuídos de uma missão assistencialista, procuravam amenizar o sofrimento da população carente e doutriná-la de acordo com os preceitos do catolicismo, oferecendo um misto de assistência religiosa, social e educacional. Assim foram criadas as casas de caridade para moças, instaladas pelo padre Ibiapina em Crato, Barbalha, Missão Velha e Milagres na segunda metade do século XIX. Assim foi também com a criação do Orfanato Jesus, Maria e José, fundado pelo padre Cícero em 1916. Essas instituições acolhiam crianças em situação de extrema pobreza, oferecendo, além da subsistência, o ensino de ofícios, afazeres domésticos e primeiras letras. Apesar da missão assistencialista, Della Cava (2014) registra que as casas de caridade serviam também às filhas dos fazendeiros e ricos comerciantes, que por sua vez doavam terras e forneciam renda para seu sustento.

Apesar da existência dessas iniciativas, a condição da instrução na região do Cariri era muito incipiente e dispersa até o final da década de 1940. Aos que pretendiam que os filhos alcançassem o ensino colegial, era necessário enviá-los para centros maiores, como Recife ou Fortaleza, em razão de uma melhor estrutura instrucional nessas capitais e por serem as duas as mais próximas e as que tinham relações de diversas naturezas com o Cariri cearense. Ainda assim, a distância era relativamente grande e as condições viárias muito precárias, o que tornava o projeto uma empreitada de alto custo, fazendo com que apenas poucos estudantes, aqueles de famílias mais abastadas, tivessem o privilégio de realizá-la.

Nesse período, a instrução pública no Brasil passava por um processo de intensas transformações, visto que o ideário republicano tinha na educação um dos pilares de sua consolidação. “O foco dessa movimentação se concentrava em defender uma escola laica, pública, universal e gratuita, objetivando a formação do homem chamado livre e consciente do

seu papel político” (LOPES, 2015, p. 36). Assim, a educação sofria diversas influências de cunho político e ideológico, materializadas nos movimentos reformistas que se deram em vários estados. No Nordeste, o Ceará saía na frente com a reforma instrucional encabeçada pelo paulista Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) que, nomeado como Diretor Geral da Instrução Pública, levava para aquele estado a experiência da reforma de ensino paulista de 1920. A Reforma Lourenço Filho (1922), como ficou conhecida mais tarde, configura-se como uma das primeiras manifestações do movimento da Escola Nova no Brasil. Ocorreram mudanças estruturais na dinâmica da organização escolar, na profissionalização docente, na infraestrutura e nos programas pedagógicos. De acordo com Saviani (2008), conforme citado por Lopes (2015), duas premissas balizaram os movimentos reformistas iniciados desde o final da década de 1860: “a organização administrativa e pedagógica do sistema, que tem início com a fundação de Escolas Normais e a organização das escolas na forma de grupos escolares” (SAVIANI, 2008, citado por LOPES, 2015, p. 35). Outras premissas que entraram na pauta republicana foram a democratização do ensino, abrangendo todas as classes sociais e ambos os sexos, e a responsabilidade do Estado no sentido de prover os sistemas de ensino, responsabilidade esta que demorou algumas décadas depois do início da República para se consolidar. Justamente por conta dessa ineficiência do Estado, a Igreja, no Brasil republicano, assumiu um papel preponderante na configuração educacional, como dissemos no início deste diálogo, em virtude de uma longa tradição. Aliado a isto, a parceria Igreja-Estado “representava uma ferramenta por meio da qual seriam transmitidos valores e disputas ideológicas de uma época, condição essencial para inculcação moral e normatização de comportamentos, bem como do interesse de ambos os segmentos” (LOPES, 2015, p. 30). Esses fatores contribuíram para o pioneirismo da Igreja na instalação de muitas instituições escolares em todos os níveis de ensino Brasil afora.

Em se tratando do Cariri cearense, o crescimento urbano da região forçava as autoridades locais a almejavem um sistema educacional mais robusto, com ofertas de ensino ginásial e colegial não só para a elite mais abastada, mas também para a classe média. Por outro lado, as reformas de ensino e “a demanda do meio intelectual e político cearense” (LOPES, 2015, p. 47) impulsionaram o surgimento de grupos escolares e ginásios, ocasionando a urgente necessidade de formação de um quadro docente para atuar nesses níveis. Nesse sentido, duas instituições surgiriam como marcos iniciais no intuito de suprir essas demandas: o Colégio São José, fundado em 1909 nas dependências do Seminário São José, destinado a instruir rapazes não vocacionados ao sacerdócio; e o Colégio Santa Teresa de Jesus, fundado em 1923 pelo

primeiro bispo de Crato, dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva (1863-1929), e administrado pela Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, destinado a instruir as moças da região e formar professoras através do Curso Normal; Em 1927, o padre Francisco de Assis Pita (1895-1969) funda o Ginásio do Crato, com internato para rapazes de toda a região. Em 1935 a instituição é comprada pela Diocese de Crato, que desloca a estrutura do Colégio São José para o referido ginásio. Ao implementar o ensino científico, em 1948, a instituição passa denominar-se Colégio Diocesano do Crato.

A despeito do pioneirismo dessas duas instituições, outras se fizeram importantes nesse período ao despontar como Escolas Normais ou futuros colégios na região. Uma delas foi a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (ENRJN), fundada em 1934, objetivando a formação de professoras para o ensino primário e ginásial, além de “orientarem os alunos e suas famílias para as atividades laborais do meio rural” (LOPES, 2015, p. 75). A autora destaca que essa escola tinha como entidade mantenedora o Instituto Educacional de Juazeiro, criado em 1933 através do esforço da professora Amália Xavier de Oliveira (1904-1984), apoiada por lideranças da cidade, dentre elas o padre Cícero. Amália Xavier, nascida em Juazeiro, foi normalista no colégio das Irmãs Doroteias, em Fortaleza, e a sua atuação como educadora produziu importantes mudanças no cenário educacional da região.

Também em Juazeiro do Norte foi instalado, no início dos anos de 1940, o Ginásio Salesiano São João Bosco, transformado em colégio no ano de 1967. Segundo Almeida (2011), a instituição fortalecia a missão dos padres Salesianos, chegados em Juazeiro no ano de 1939 para assumir o patrimônio do padre Cícero, doado em testamento à Congregação Salesiana para que esta Ordem pudesse dar continuidade ao seu projeto social. Segundo a autora, logo que chegaram, em 1939, os padres Salesianos criaram uma precária escola primária em uma casa no centro da cidade. Em 1942 já haviam construído um prédio onde funcionaria o ginásio e o futuro colégio. Uma parcela das matrículas no Ginásio Salesiano era destinada a crianças carentes, como parte do Oratório Festivo, uma série de ações socioeducativas desenvolvidas em todo o mundo, pela ordem salesiana, em benefício dessas crianças. Em Juazeiro do Norte, cidade constituída por uma população extremamente pobre e não alfabetizada, oriunda principalmente do fluxo de romeiros que chegara no início do século, esse conjunto de ações promoveu relativa inserção de crianças carentes no campo educacional.

Nas entrevistas que compõem esta pesquisa, identificamos que um dos nossos colaboradores, o professor Carlos Alberto, quando criança, foi um dos beneficiados pelo Oratório, como pode ser visto em sua fala a seguir:

[...] Aí, fiz o primário, o ginásio... tinha o exame de admissão ao ginásio, eu fiz no Salesiano. No Salesiano tinha um período que era gratuito, porque essa gratuidade era por conta do legado que o padre Cícero deixou. Aí, como minha mãe não podia pagar, e meu avô, trabalhando de marceneiro, também não podia, eu fui estudar no horário que era gratuito, até a quarta série do primário. [...]

A despeito dessa gratuidade, podemos perceber ainda na fala do professor Carlos Alberto, e também em um trecho do depoimento do professor Wilson, a dificuldade de crianças pobres para ingressarem no Ginásio/Colégio Salesiano.

[...] Fiz admissão ao ginásio lá no Salesiano, no período da tarde, que era gratuito. Era tarde e noite. De manhã era pago. Quem estudava no Salesiano era a elite que podia pagar, que era filho de rico mesmo. Os ricos é que estudavam de manhã. Aí, à tarde eles faziam gratuidade, só o primário. À noite também tinha gratuidade, chamava Oratório. Muita coisa ligada a oratório, essa parte religiosa. (Professor Carlos Alberto).

Todo mundo podia entrar na escola. Mas você sabe como é escola particular. Eram mais aqueles filhinhos de papai, mais ricos, que frequentavam o Colégio Salesiano. Aliás, que hoje é o Colégio Salesiano. Antigamente era ginásio. Filho de pobre não tinha vez de frequentar o Ginásio Salesiano porque era, primeiro de tudo, particular. A condição financeira não dava para pagar a mensalidade dos filhos. Então, o pai tinha que ser mais ou menos equilibrado financeiramente para manter o seu filho no Ginásio Salesiano. [...] (Professor Wilson).

Nesses recortes podemos perceber também que, embora houvesse ali uma obra de caridade, o Salesiano era uma escola particular, o que não fugia à regra das escolas católicas, cujo objetivo maior era formar os filhos das classes dominantes, cumprindo a sua função no sentido da transmissão dos valores ideológicos de interesse do binômio Igreja-Estado, mas ao mesmo tempo, justificando o seu papel de contribuição social para com a população carente, que se encerrava em transmitir os mesmos valores e promover o disciplinamento das mentes e corpos dentro dos preceitos da doutrina católica.

Com a chegada e consolidação do Colégio Salesiano, Juazeiro do Norte passava a disputar com Crato também o espaço educacional. Uma disputa diferente dos conflitos violentos de outrora, mas tingida de um ressentimento que se traduzia em uma corrida

desenvolvimentista, cujo reflexo culminava em outras disputas, pairando no ar como uma névoa que se infiltrava em todos os recantos, desde as decisões políticas até as conversas cotidianas de cidadãos comuns. Esta névoa é por vezes perceptível nas falas de alguns de nossos depoentes, nem sempre de maneira clara, mas pairando, também, em seus discursos.

Além de Juazeiro do Norte e Crato, Barbalha foi outra cidade que nos anos de 1940 implantou instituições escolares que compuseram o quadro das primeiras escolas do Cariri a completar o ciclo básico com a oferta do ensino colegial. Em 1944, elites rurais e comerciais da cidade, juntamente com autoridades da Igreja, criaram o Centro de Melhoramento de Barbalha, que deu origem à instalação de duas escolas: O Colégio Nossa Senhora de Fátima e o Colégio Santo Antônio. O primeiro foi fundado em 1945, primeiramente como Colégio Mater Salvatoris, destinado apenas às meninas. Em 1954, passou a ser dirigido pela congregação católica Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing, e recebeu a denominação de Colégio Nossa Senhora de Fátima, com a implantação do curso Normal. Já o Colégio Santo Antônio foi fundado em 1947, primeiramente como Educandário Santo Antônio, oferecendo apenas a escola primária para o público masculino. Em 1951 foi implantado o ensino ginásial, e a escola passou a ser administrada pela congregação católica Sociedade do Divino Salvador, passando a denominar-se Ginásio Santo Antônio. Em 1967 foi implantado o ensino colegial, momento em que se deu a abertura para atender alunos de ambos os sexos.

Com essa estrutura, o Cariri passou a depender menos das escolas das capitais, mas ainda assim a oferta era muito restrita. Primeiramente, porque o ensino colegial, excetuando-se o Curso Normal, só veio se consolidar, na maioria dessas escolas, em meados dos anos de 1960; segundo, porque eram escolas particulares, o que impedia o acesso das classes mais baixas. A opção que restava para a classe trabalhadora caririense eram os cursos técnicos, oferecidos por escolas ligadas a associações de trabalhadores, a exemplo das associações de comércio de Crato e de Juazeiro do Norte, ou pelos colégios agrícolas criados nos anos de 1950 em Crato e Lavras da Mangabeira. O que se configurava era a separação entre uma escola idealizada para formar as elites, sob a gerência da Igreja e, em outro plano, uma escola de cunho profissionalizante para a classe trabalhadora.

Com a configuração desse quadro, houve grande convergência de estudantes da região e de estados vizinhos para as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, principalmente para o Crato, em virtude da presença da Diocese, que empreendeu uma série de ações direcionadas para as áreas de educação, saúde e comunicação (QUEIROZ, 2006). Mesmo em cidades mais antigas da região, como Jardim, Lavras da Mangabeira, Milagres, Missão Velha,

Assaré, Santana do Cariri e Porteiras (excetuando-se Crato e Barbalha)⁷⁷, até a década de 1970 o sistema instrucional era precário e disperso, com a presença de algumas escolas reunidas, grupos escolares, pequenas escolas particulares e ginásios católicos. Nesse período, para ingressar no ensino colegial e concluir a educação básica era necessário se deslocar para Crato, Barbalha ou Juazeiro do Norte, salvo nos raros casos de outras cidades do Cariri em que havia curso Normal. Para essa modalidade, constatamos no depoimento da professora Lourdes a existência de uma escola Normal no município de Milagres criada antes de 1970, em funcionamento nas dependências do Patronato Dona Zefinha Gomes. Encontramos também indícios nos municípios de Jardim e Mauriti. É possível que já existissem outras escolas Normais no mesmo período, no entanto, a literatura sobre essas escolas no Cariri cearense, externas ao triângulo Crajuabar⁷⁸, é incipiente e bastante lacunar. Nas pesquisas locais, o foco desse tipo de estudo é direcionado principalmente para a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte e para os colégios Santa Teresa de Jesus e Madre Ana Couto, em Crato.

As escolas Normais cumpriam o duplo papel de profissionalização (ao habilitar para o magistério na escola primária e ginásial) e de conclusão do ensino colegial. No entanto, como era culturalmente uma escola voltada para o público feminino, as opções para o público masculino eram mais escassas. Além do mais, os colégios católicos existentes na região não eram gratuitos, o que forçava os estudantes das classes mais pobres a interromperem os seus estudos no ensino ginásial ou, com muito esforço, procurarem escolas públicas das capitais, como, por exemplo, o Colégio Liceu do Ceará, em Fortaleza. Esse também foi um percurso percorrido por três dos entrevistados em nossa pesquisa: o professor Wilami, de Crato; o professor José Mota, de Campos Sales; e o professor Bezerra, de Brejo Santo, justamente os três que concluíram o ensino colegial entre as décadas de 1950, caso do professor Wilami, e 1960, nos outros dois casos.

[...] Eu estudei no Grupo Escolar até a quarta série primária, aí a gente fazia o tal do exame de admissão. Feito esse exame de admissão, a gente entrava na escola do ginásio, fazia quatro anos de ginásio. Depois disso, a gente tinha que ir embora. Eu fui para Fortaleza e estudei

⁷⁷ O marco referencial que aqui elegemos para estabelecer o que chamamos de cidades mais antigas da região do Cariri são aquelas que adquiriram autonomia político-administrativa durante os séculos XVIII e XIX, a saber, Crato (1764), Jardim (1814), Lavras da Mangabeira (1817), Barbalha (1846), Milagres (1846), Missão Velha (1864), Assaré (1865), Santana do Cariri (1885) e Porteiras (1889). Com exceção destas, todas as outras cidades da região tiveram emancipação política no século XX.

⁷⁸ Triângulo Crajuabar é como se denomina informalmente o conjunto das três principais cidades da região do Cariri, a saber, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. As três formam um aglomerado único de cidades em processo de conurbação, estão geograficamente localizadas no centro da Microrregião de Planejamento do Cariri e da Região Metropolitana do Cariri, e perfazem a maior concentração populacional e econômica do interior do Ceará.

lá, no Liceu do Ceará. Eu terminei o ginásio mais ou menos em cinquenta e três, por aí... cinquenta e três, cinquenta e quatro, por aí. Acho que foi cinquenta e três. Depois eu fui para Fortaleza fazer o Liceu do Ceará, estudei no Liceu. Fiz o primeiro ano científico no Liceu. Depois que eu fiz o primeiro ano científico, eu estava servindo no 23° BC, passei dez meses no 23° BC. Aí eu terminei o 23° BC, lá em cinquenta e quatro. Depois que eu terminei, eu voltei aqui para o Crato e viajei para o Rio de Janeiro. (Professor Wilami).

[...] Fui para Fortaleza fazer o médio, né? O científico, que a gente chamava. Aí fiz num colégio público, o Liceu. Muito bom, na época! Era muito respeitado, na época, o Liceu. Terminado o Liceu, fiz vestibular para Agronomia e entrei na Escola de Agronomia. No Liceu não existia internato, não. Era externato. Lá em Fortaleza eu fiquei em pensionato e estudava à noite no Liceu. [...] (Professor José Mota).

Bom, aqui não tinha segundo grau, não tinha ensino médio. Aí meu pai disse: “não, Bezerra, a gente tem uns parentes em Fortaleza, não é? Eu vou falar com eles e ver aqui como é que dá para você ir para Fortaleza e procurar encontrar uma vaga no Liceu”. No velho Liceu, não é? Não sei nem se o Liceu ainda existe mais, mas existe. Mas era o central, ali da Praça dos Bombeiros. Eu entrei de sessenta e três para sessenta e quatro já. Consegui matrícula lá no Liceu e fiz o científico. O Liceu tinha o ensino básico completo, desde o primeiro grau até o segundo grau. Inclusive o Curso Normal ele tinha. Ele funcionava nos três turnos: manhã, tarde e noite. Eu, como meu pai disse: “não, Bezerra, você vai, eu vou sustentando, segurando a barra aí. Aí você se matricula à noite e frequenta à noite, porque pode ser que você procure arranjar um emprego lá para você trabalhar de dia e estudar à noite”. [...] Juazeiro e Crato, você só tinha instituições particulares. Era o Diocesano, no Crato, Salesiano, no Juazeiro e eu não sei se tinha outro lá em Juazeiro. Eu sei do Crato, que era o Diocesano. Mas era escola particular. A opção foi justamente essa, porque o Liceu era um colégio público e era também de referência, ainda, naquele período. Em nenhuma outra cidade aqui da região não tinha ensino médio. Não existia. [...] O mais viável era justamente essa opção que ele teve, de me mandar para Fortaleza, estudar no Liceu do Ceará. (Professor Bezerra).

O pioneirismo da Igreja Católica estruturou o Cariri com uma rede de escolas particulares, fazendo com que a região se tornasse também um polo educacional no interior dos

sertões desde a década de 1940, mas a falta de escolas públicas deixava a população mais pobre à margem desse processo.

A primeira escola pública a implantar o ensino colegial no Cariri foi o Colégio Estadual Wilson Gonçalves, instalado no Crato em 1961, ainda como ginásio, passando a ofertar o ensino colegial em 1964. Na década de 1970, com a promulgação da LDB 5692/71, o ensino colegial, que desde então passa a se chamar 2º grau, assume caráter técnico, de modo que em todas as escolas de 2º grau do país era obrigatória a formação de uma habilitação profissional (curso técnico ou magistério), com um núcleo de disciplinas comuns, de formação geral, e um núcleo específico, de formação profissional. Nesse período, a legislação educacional brasileira assumiu um modelo característico do sistema de produção capitalista, cumprindo o papel ideológico do regime militar, uma escola tecnicista, voltada para a formação da mão-de-obra em curto espaço de tempo. Nesse momento, houve no Cariri cearense uma pequena expansão do ensino público, com a instalação de escolas de 2º grau, mas ainda de forma centralizada, principalmente nas três maiores cidades da região.

Nas décadas de 1970 e 1980 o Ceará foi marcado pela falta de investimento em vários setores, dentre eles a educação. Com a economia falida e um sistema político-administrativo ineficiente, figurava como um dos estados mais pobres do Nordeste, situação agravada na década de 1980, quando o Estado sofria com a desorganização administrativa, o descontrole das contas públicas, os atrasos nos pagamentos de funcionários públicos e o descontentamento social (SOUSA, 2007, p. 606). A partir de 1987, o Ceará entraria em uma nova agenda administrativa, com a ascensão de um grupo político oriundo do meio empresarial em oposição à velha oligarquia do coronelismo. O grupo protagonizou o cenário político cearense durante os vinte anos seguintes, e teve como governadores Tasso Ribeiro Jereissati (1987 a 1990, 1995 a 1998 e 1999 a 2002), Ciro Ferreira Gomes (1991 a 1994) e Lúcio Gonçalo de Alcântara (2003 a 2006). O resultado foi uma série de medidas, iniciadas desde o primeiro mandato de Tasso Jereissati, visando à modernização do Estado, com a implementação de ajustes fiscal, financeiro e tributário, enxugamento da máquina pública, diminuição do Estado, reorganização administrativa e combate à prática do clientelismo. A partir de então, o chamado “Governo das Mudanças” ou a “Era Tasso”, como ficou conhecido o período nos meios midiáticos e na literatura correspondente, reorganizou a situação econômica do Estado e reanimou a sua capacidade de investimento. Vários estudos apontam o período como um divisor de águas no que diz respeito ao patamar econômico do Ceará em relação aos outros estados do Nordeste,

que migrou da situação de um dos estados mais pobres para uma das mais consistentes economias da região.

Além dos vários estudos acadêmicos sobre esses governos, é comum aparecerem os seus feitos requeitados em campanhas eleitorais, em meios midiáticos e de comunicação, ou mesmo no senso comum, como pudemos flagrar em um trecho do depoimento de um dos nossos colaboradores:

Na verdade, quem, digamos, moralizou a educação foi Tasso Jereissati. Tasso Jereissati, na época em que foi governador, submeteu a gente até a um concurso, porque, naquela época, a gente entrava por contrato. Chegava um político e dizia: “você quer ser professor? Tem uma vaga para você aí. Aquela vaga”. Depois, Tasso Jereissati assumiu o governo e exigiu que todo mundo fosse submetido a uma prova de conhecimento. Inclusive eu fiz essa prova. [...] (Professor Wilson).

A despeito dessas mudanças, em virtude do projeto neoliberal empreendido por esses governos, uma série de conquistas sociais foram afetadas, de sorte que “o que se verificou foi um êxito relativo no crescimento econômico do Estado sem mudanças significativas na estrutura social, a qual continuou apresentando elevados índices de pobreza e desigualdade” (SOUSA, 2007, p. 608).

Resguardadas as críticas ou apologias ao modelo de gestão implantado pelo “Governo das Mudanças” e às suas consequências nos campos social, econômico e político, o fato é que houve mudanças relevantes no cenário educacional, tais como a criação de políticas públicas para a formação de professores, a redução do analfabetismo e da distorção idade-série, a implementação ou ampliação de escolas estaduais em vários municípios do interior, dentre outras. Vale ressaltar que não somente a situação político-econômica do Estado favoreceu tais mudanças, mas também outros dispositivos de ordem nacional, como, por exemplo, a reestruturação econômica do País na década de 1990 e a promulgação da LDB 9394/96, que, dentre outras coisas, redefiniu a responsabilidade da oferta de educação básica, atribuindo aos municípios a prioridade pelo ensino fundamental e aos estados pelo ensino médio. Além disso, uma série de políticas públicas nacionais visando à adequação às exigências dos órgãos financiadores internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), alocaram recursos e desencadearam mudanças significativas na educação em todos os estados. Desse modo, somente a partir da segunda metade da década de 1990 o estado do Ceará conseguiu expandir a oferta do ensino público em todos os níveis da educação básica para a

quase totalidade dos seus municípios. O Cariri cearense, portanto, só veio experimentar a tão sonhada “democratização” do ensino quase no apagar das luzes do século XX. Numa região de tantos milagres, o “milagre” da educação, com toda a controvérsia que essa expressão possa gerar, demorou a acontecer.

Ainda que se possa dizer que o ensino foi democratizado, na região do Cariri o polo educacional permaneceu no triângulo Crajubar, em razão da tradição das escolas católicas, tanto daquelas instaladas entre as décadas de 1920 e 1940, quanto de outras que foram surgindo nos anos subsequentes. A despeito da existência de escolas estaduais em todos os municípios da região, a desvalorização do ensino público atualiza a velha separação entre uma escola para a elite e outra para as classes mais pobres. Nesse sentido, as principais escolas da região, ou seja, aquelas que, na lógica do capitalismo educacional, figuram nos meios midiáticos como as que apresentam melhores resultados em concursos e avaliações escolares, disputas estudantis ou aprovações nos cursos universitários mais almejados são, em sua maioria, escolas confessionais, ou diretamente administradas por ordens católicas ou por proprietários independentes, mas que têm o fundamento católico como fundante na estruturação ideológica da escola. No que se refere à escola pública, a existência de Institutos Federais em Juazeiro do Norte e Crato e de um colégio da Polícia Militar em Juazeiro do Norte contribuem para essa polarização. Ademais, nos últimos dez anos as gestões estaduais têm implantado escolas-modelo de educação profissional e de ensino médio regular em tempo integral na capital, nas principais cidades do interior e, de forma pulverizada, em algumas cidades menores por todo o estado. No entanto, permanece no Cariri cearense a separação entre uma escola para a elite (a maioria delas de fundo católico) e uma escola para as classes menos favorecidas.

Quanto ao ensino superior, deve-se também à Igreja Católica o seu pioneirismo no Cariri cearense. Como vimos anteriormente, em 1875 foi implantado o primeiro seminário católico do interior do estado, o Seminário São José, na cidade de Crato, administrado por padres da ordem Lazarista. Além de sanar um anseio das elites locais, no sentido de prover a região de uma instituição que pudesse formar a juventude vocacionada ao sacerdócio, o Seminário São José era parte do projeto de romanização da Igreja diante do crescimento do catolicismo popular e da difusão dos ideais republicanos que, ao aspirar a um Estado laico, ameaçava o poder eclesiástico. Nesse sentido, a criação do referido Seminário não está atrelada apenas a uma política local, mas a um projeto maior no âmbito da estrutura da Igreja brasileira. Apesar das dificuldades iniciais, visto que dois anos após a sua instalação, o Seminário São José fechou as portas em virtude de uma grande seca nos anos de 1877 a 1879, reabrindo-as apenas no ano de

1888 (DELLA CAVA, 2014, p. 73), sua presença preparou o terreno para a criação da Diocese de Crato, da estruturação dos primeiros colégios católicos que aqui descrevemos, e de uma faculdade de Filosofia instalada na cidade de Crato em 1960⁷⁹. Na década de 1940 um outro Seminário católico, pertencente à Congregação dos Missionários da Sagrada Família, tinha sido instalado em Crato, conhecido também como Seminário dos Padres Alemães. No entanto, essa instituição foi extinta por volta dos anos de 1960 e pouco se sabe sobre sua influência na região⁸⁰.

Com a presença absoluta da Diocese de Crato, do Seminário São José e dos colégios católicos, faltava à região do Cariri uma instituição (ou instituições) de ensino superior que pudesse(m) suprir as demandas que se faziam urgentes no final da década de 1950. O crescimento populacional e econômico demandava a formação de profissionais liberais de diferentes áreas, lacuna essa que só poderia ser preenchida pelos cursos superiores existentes nas capitais. Por outro lado, pensar a formação de professores era também urgente, em razão da expansão de escolas de ensino secundário. Com isso, durante a década de 1950 lideranças políticas e religiosas reuniram esforços para conseguirem apoio político e aporte financeiro para a criação de uma primeira faculdade na região. O intento saiu do campo da idealização quando em 1955 foi fundado do Instituto de Ensino Superior do Cariri (Iesc), criado para o planejamento e execução da Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), fundada em 1959 e instalada em 1960, mantida pelo Iesc e agregada à Universidade [Federal] do Ceará. O convênio com a Universidade do Ceará se dava principalmente pela necessidade de planejamento e implementação dos programas de ensino e do fornecimento de um quadro docente especializado, que não havia no Cariri. A FFC iniciou com os cursos de Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, História e Pedagogia, implantando os cursos de Geografia e História Natural em 1964. No ano seguinte, a Diocese de Crato criou a Fundação Padre Ibiapina, cujo o objetivo era o de concentrar em um único órgão todas as instituições de ação social da referida Diocese, incluindo a Faculdade de Filosofia, que então passara a ter aquela Fundação como

⁷⁹ Faculdade de Filosofia do Crato, da qual tratamos no capítulo *Diálogo sobre colocar as coisas nos seus devidos lugares*.

⁸⁰ Em nossa pesquisa, soubemos da existência desse Seminário, extinto provavelmente no final da década de 1960. Além do Seminário, a Congregação mantinha também uma escola primária que funcionava nas mesmas dependências. Sobre a existência das instituições educacionais daquela Congregação, o que descobrimos foi através de relatos orais de antigos moradores ou de referências esporádicas em sites de notícias, *blogs* ou redes sociais na *internet*. Não encontramos, no Departamento Histórico Diocesano da Cúria Diocesana de Crato nem na literatura correspondente, documentos sobre essas instituições. Ao ser extinto o Seminário Sagrada Família, o prédio onde ele funcionava foi vendido para a iniciativa privada, que instalou ali um hospital e o manteve em funcionamento até o ano de 2014. As instalações em ruínas escondem um capítulo pouco explorado na história da educação caririense.

mantenedora e mantivera o convênio com a Universidade do Ceará. A Faculdade de Filosofia do Crato consolida a influência da Igreja Católica no ensino superior na região do Cariri. A partir da sua fusão com outras faculdades criadas posteriormente, surge a primeira universidade pública na região, a Universidade Regional do Cariri (Urca), criada em 1986. Essas faculdades, a criação da Urca e de outras instituições na região, serão temas abordados de maneira detalhada no diálogo seguinte.

A partir da sua instalação, a Faculdade de Filosofia do Crato se constituiria como pioneira e protagonista no papel institucional da formação de professores no Cariri cearense, atraindo estudantes da região e de regiões próximas nos estados vizinhos. No entanto, a falta de oferta de cursos para a formação de profissionais liberais fazia com que a FFC não fosse uma opção para alguns estudantes, principalmente aqueles de famílias mais abastadas que poderiam e efetivamente procuravam centros maiores, a exemplo de Recife, Fortaleza e Salvador, em busca de cursos como Medicina, Direito, Odontologia, Engenharia, dentre outros que, na prática, assegurassem a manutenção do *status* social e a perspectiva de uma renda, no mínimo, condizente com tal *status*. Cursar a Faculdade de Filosofia implicaria ser professor numa época em que a profissão docente já havia indubitavelmente se inserido no histórico processo de desvalorização que se perpetua. Esse fator, combinado com o formato de constituição do tecido social caririense e com a maneira pela qual se estabeleceu a sua estratificação contribuíram substancialmente para que a maior parte dos professores do Cariri tenha vindo de origens pobres. Essa foi uma tendência apresentada nos depoimentos dos nossos colaboradores, em que não há um professor sequer que tenha vindo de família muito abastada, sendo que a maioria deles relata uma infância de muitas privações e de pobreza extrema, ou da necessidade de trabalhar para concluir os estudos. A criação da Faculdade de Filosofia do Crato, portanto, contemplava, além da formação de professores, a possibilidade de acesso a um curso de nível superior para estudantes das classes médias ou baixas.

Para os muitos que haviam ingressado na profissão docente sem formação específica, por força das circunstâncias e das oportunidades nas suas trajetórias de vida, a FFC se constituía como um dispositivo de legitimação diante das exigências legislativas que foram se impondo ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, de permanência e ascensão em uma carreira que demandava cada vez mais a compartimentação em áreas específicas; para outros, ela era a porta de entrada na carreira docente e a possibilidade de transformar o ambiente à sua volta; para o Cariri, era o ponto de partida do sistema de ensino superior que se formaria nos anos seguintes.

DIÁLOGO SOBRE CONVITES PARA QUEM TEM AQUELE DIFERENCIAL

Do porvir

A proposta inicial deste diálogo surgiu muito antes de realizarmos as entrevistas em nosso trabalho de produção de dados. Ela surgiu ainda na elaboração do projeto de pesquisa, quando a problemática central era investigar de onde vinham os professores que ensinavam Matemática no Cariri cearense entre as décadas de 1970 e início dos anos 2000. ‘De onde vinham’, incluía investigar principalmente quais eram as suas formações e o que, em suas trajetórias de vida, fez com que tomassem o caminho da docência em Matemática. Essa problemática manifestou-se em razão da nossa constatação preliminar de que uma boa parte dos professores de Matemática da região do Cariri eram formados em outras áreas, tais como, Engenharias, Biologia, Economia, dentre outras. Encontramos na história oral e no Ghoem o caminho mais propício para um tratamento teórico e metodológico dessa problemática, uma vez que, em se tratando de formação de professores, a história oral em Educação Matemática daria conta de investigar as formações tanto pelo viés documental – visto que a história oral não prescinde do trabalho com documentos escritos – quanto pelas narrativas dos professores, desde que essas narrativas fossem constituídas como fontes históricas. Isso nos possibilitaria identificar não apenas o que está nos registros usuais, mas, mais do que isso, nos possibilitaria identificar processos, trajetórias, histórias de vida; possibilitaria dar voz e protagonismo àqueles personagens que de outro modo estariam ocultos nas estabilidades produzidas por uma história puramente documental.

É certo que, para chegarmos até aqui, uma série de outros desdobramentos e temas surgiram como consequência do que nossa problemática central impôs, considerando os encontros, desencontros, sentimentos e atravessamentos que nos afetaram durante o doutorado, nas disciplinas que cursamos, nos encontros com o grupo de pesquisa, nas conversas com amigos e colegas, nas leituras que realizamos, nas narrativas dos depoentes e em lugares e tempos que talvez nem consigamos identificar. Cada um desses desdobramentos levou à produção dos capítulos anteriores como um caminho necessário – pelo menos naquilo que julgamos necessário – para chegarmos até aqui. Por isso, nos sentimos agora confortáveis para falar de questões que surgiram bem antes, lá na elaboração do projeto de pesquisa. As narrativas dos nossos depoentes confirmaram a nossa constatação preliminar de que a maioria dos professores que ensinavam Matemática no Cariri cearense no período estudado tinha formações

institucionalizadas as mais diversas. No entanto, quando preliminarmente achávamos que iríamos enveredar pelo caminho das legislações educacionais, políticas públicas, instituições, oferta e demanda etc., achamo-nos falando apenas de professores que se constituíram professores em seus processos de subjetivação ao longo de uma trajetória de vida.

Encontramos na obra *Mil Platôs*, de Gilles Deleuze e Felix Guattari, em alguns autores que utilizam sua filosofia como referencial e em alguns dos conceitos engendrados por esses filósofos, um arcabouço teórico para mobilizar os argumentos que discutimos aqui neste diálogo. Sabemos que é uma operação arriscada, visto que cada capítulo nesta tese, excetuando-se as narrativas dos depoentes, mobiliza um referencial teórico distinto, às vezes mais local, às vezes global, não havendo, portanto, uma unidade que perpassasse toda a tese. No entanto, acreditamos que todas as experiências pelas quais passamos durante o processo de doutoramento produziram esses cortes, de modo que a tessitura de cada um dos capítulos, em particular, foi fruto de agenciamentos, sensações e afetos que nos conduziram a fazer de um modo, e não de outro.

Feitas essas considerações, chamemos os nossos interlocutores e lancemo-nos ao desafio de tecer esse diálogo sobre convites para quem tem “aquele” diferencial.

Dos devires

Eu comecei a dar aulas porque cheguei e fiquei parado. Daí fui convidado pelo colégio, sabe? Pelas instituições. Eu nunca pensei nisso, nunca pensei em lecionar. Agora, anteriormente, nessa época aí, era bem mais fácil ensinar. Sabe por quê? Porque o sistema educacional era mais rígido, exigia mais disciplina e não amordaçava o direito do professor. O professor tinha mais autoridade. Se tornava bem mais fácil. Hoje em dia, apesar da tecnologia, os números estão mostrando que nós não temos avançado. Nem nesse Índice de Desenvolvimento Humano e nem no aspecto cognitivo também. O negócio não está muito bom, não, em relação à educação. Então foi convite dos colegas. Fui convidado, aí comecei a lecionar. Acho que isso foi devido à pessoa cursar o nível superior, na época. Lá numa cidade de interior, isso já se sobressaía, né? Já tinha aquele diferencial. [...]. (Professor José Mota).

O professor José Mota mora no município de Campos Sales, localizado na porção oeste do Cariri cearense, ao sopé da chapada do Araripe, na divisa com o estado do Piauí. Com população estimada em torno de vinte e sete mil habitantes, é o décimo município mais populoso dos vinte e nove da Microrregião de Planejamento do Cariri, sendo que 72% da

população vive na zona urbana. Sua rede de ensino conta com 31 escolas de ensino infantil e fundamental e duas escolas de ensino médio, sendo uma de ensino médio regular e uma de educação profissional. José Mota iniciou sua carreira docente em 1971 e, nessa mesma década, ensinou Matemática e Física em três escolas de Campos Sales, das quais uma era filantrópica, uma era privada e a outra, pública. Na época, havia na cidade uma escola que ofertava o curso Magistério em nível de 2º grau e uma que ofertava o curso Técnico em Contabilidade. As demais ofereciam apenas o ensino de 1º grau.

José Mota é filho de agricultor, como afirmou em seu depoimento. Não era de uma família abastada como outras que possuíam grandes extensões de terras e muitos recursos financeiros, mas de uma família relativamente simples, cuja renda possibilitou deslocar-se para a cidade do Crato, buscando melhores condições de estudo. Em Crato, estudou no Seminário dos Missionários da Sagrada Família e no Colégio Diocesano, onde cursou, respectivamente, a escola primária e parte da escola ginasial. Morou em regime de internato no Colégio Diocesano, e, depois, quando passou para o regime de externato, morou na casa de uma família oriunda de Campos Sales que residia em Crato, seguindo o trajeto de muitos outros que, no intuito de estudar em centros maiores, se hospedavam periodicamente em casas de parentes ou amigos. Assim, fez parte dos estudos ginasiais em Crato, mas voltou, e concluiu em sua cidade.

Terminado o ensino ginasial, no final da década de 1960, a busca por uma escola que oferecesse o ensino colegial e, ao mesmo tempo, fosse pública, o fez partir para Fortaleza. Na região do Cariri só havia, na época, uma escola com essas duas características, o Colégio Estadual Wilson Gonçalves, em Crato, que havia implantado o ensino colegial em 1964. A outra opção – para os que podiam ter essa opção – era estudar nos colégios católicos de Crato, Juazeiro do Norte ou Barbalha, que eram privados. Desse modo, muitos alunos migravam para a Capital com o propósito de estudar no Colégio Liceu do Ceará, uma vez que aquela escola, além de ser pública, era tida como um colégio de referência no estado. José Mota partia para Fortaleza com o objetivo de concluir o ensino colegial e ingressar na faculdade. Seu desejo era cursar Agronomia, dadas as suas inclinações em relação à vida no campo e a possibilidade de ingressar em uma área bastante promissora na década de 1970, conforme ele mesmo relatou.

O que me levou a escolher o curso de Agronomia, em primeiro lugar, foi ser filho de agricultor. Eu, toda vida, ainda hoje, gosto de mato, sou chegado. Tenho uma propriedade de herança lá próximo a Campos Sales, a seis quilômetros. Eu, sempre que posso, estou por lá. Sempre gostei. E isso que me levou. Além de, na época, *ave Maria!* Agronomia estava estourando! Apesar de ser uma ditadura militar, na época, mas produzia. O país não era

parado como hoje, não. O cara já saía, se ele fosse bom mesmo, ele já saía lá da faculdade com um emprego. (Professor José Mota).

Em 1970, conforme seu desígnio, José Mota ingressava no curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará. Mas um infortúnio acometera de sobressalto toda a família e fizera com que ele interrompesse seus estudos e adiasse por alguns anos os planos de ser engenheiro agrônomo. A morte prematura do seu pai obrigou José Mota a voltar para Campos Sales e refazer a sua trajetória de vida. Foi nesse período que ele ingressou na carreira docente. Sem formação específica, sem uma vivência anterior em docência e mesmo sem planos de um dia se tornar professor, tornou-se⁸¹. Encontrou na docência uma *linha de fuga*, de *desterritorialização* da lida com o campo para *reterritorializar-se* em outro espaço, o da sala de aula. ‘Fugiu’ para a docência por força das circunstâncias e por uma série de atributos que o ‘habilitavam’ para tal. Atributos que ele resumiu em uma frase: “já tinha aquele diferencial”.

O diferencial, em sua fala, remete ao fato de que ele tinha iniciado um curso superior e, portanto, diferenciava-se. Era o bastante em uma cidade do interior do Nordeste nas décadas de 1970 e 1980, ainda mais se o seu curso fosse de uma área afim às disciplinas que deveria ensinar. Isso é tanto verdade que vários dos nossos depoentes relataram ter tido (ou eles mesmos foram) professores com formações atípicas, do ponto de vista da ideia de formação institucionalizada, tais como advogados, médicos, dentistas, economistas, técnicos agrícolas, engenheiros... Muitos deles ainda em formação – se se entende por formação aquela institucionalizada – ou até desistentes dos seus cursos de origem. Na melhor das hipóteses, olhando pelo aspecto da normatização, alguns desses professores tinham cursado uma licenciatura, mesmo que em áreas distintas daquelas em que lecionavam. No caso de disciplinas como Matemática, Física e Química, eram raros os professores formados na área. O diferencial, no caso do professor José Mota, era ter iniciado um curso superior, assim como foi o diferencial para o professor Eliomar, de Crato, que desistiu do curso de Engenharia Civil na Universidade Federal de Pernambuco e, ao voltar para sua cidade, foi convidado para lecionar.

Aí, veja bem, voltei para o Crato, fiquei ocioso, sem fazer nada, esses anos de setenta e oito, setenta e nove e tudo. Abandonei o curso e vim aqui. Aí tinha um colégio de freiras: Santa

⁸¹ O emprego do verbo ‘tornar’, aqui, não tem o objetivo de estabelecer uma identidade fixa (tornar-se professor), mas apenas o de um utilizar um recurso linguístico adversativo em relação à frase que o antecede. Ao invés de um ‘tornar-se’ professor, falaremos em um *devir-professor*, expressão que será desenvolvida em momento oportuno, de acordo com o referencial teórico que aqui utilizamos.

Teresa de Jesus. Então, muito amiga da gente... ainda era um desafio grande, né? Estava em casa, eu morando na Ponta da Serra, lá, sem fazer nada, chegaram as duas diretoras, duas irmãs do Colégio Santa Teresa de Jesus, Irmã Vicentina e Irmã Bertila. Aí disseram: “Eliomar, eu tenho uma proposta para você”. Eu disse: “pois não, diga”. “Você topa pegar aula de Português no primeiro ano básico?”, que lá era o básico, né, do pedagógico, no Santa Tereza. Eu disse: “eu topo, irmã”. Então assumi. Aí foi onde as coisas foram clareando. (Professor Eliomar).

Como dissemos, para esses professores, o diferencial era o ingresso no ensino superior. Mas o diferencial apareceu de várias formas em outros depoimentos: o envolvimento com a escola, a predisposição para ensinar aos colegas de sala, a aptidão com determinadas disciplinas ou o relativo conhecimento delas, a aproximação com parentes ou amigos do meio docente etc. O “diferencial” agrega várias características, tais como a carência de professores, a desvalorização da profissão e a crença de que o trabalho pedagógico não é um trabalho vital ou altamente especializado, por isso pode ser realizado por qualquer profissional.

Desse modo, ter o diferencial fazia com que, no dizer de José Mota, eles conseguissem convites para dar aulas, convites para ensinar. No seu caso, por ter iniciado um curso de Agronomia, no caso do professor Eliomar, por ter iniciado o curso de Engenharia Civil e, ao que parece, pelo fato de ter uma irmã que já trabalhava na mesma escola, como afirmou em outro trecho do seu depoimento, e pela amizade que tinha com as diretoras. Em outros depoimentos, os nossos colaboradores falam dos convites que receberam para dar aulas de Matemática simplesmente por terem alguns desses atributos que aqui citamos, como ter iniciado uma faculdade ou mostrar afinidade com a disciplina.

Antes de ser graduado eu já era professor, entendeu? Antes da graduação já me deram um contrato. Os políticos já chegaram com um contrato para mim. E eu fiquei na sala de aula antes da graduação. Eu terminei científico e me disseram: “o senhor quer ensinar o quê?”. “Eu quero ensinar Matemática”. Me botaram para ensinar Matemática. Ensinei também Ciências Contábeis, nesse período. Moreira de Sousa, Colégio Salesiano... Eu ainda não tinha formatura. Eu ensinei de 70 a 73. No Colégio Salesiano, no período de 70 a 71. No Colégio Salesiano eu era acadêmico de Filosofia. Eu não tinha formação ainda. Não era professor formado. (Professor Wilson).

Eu sei que eu terminei o segundo grau em setenta ou oitenta, o terceiro ano, então fiz vestibular. Aí no ano que fiz vestibular eu fui convidada... Porque antes eu comecei a ensinar Matemática ainda cursando o curso Normal. A minha professora até se preocupava muito comigo, que eu me frustrasse, porque eu era muito novinha e peguei uma escola aqui de Juazeiro, particular, uma escola de meninos e meninas, que era o Aduino Bezerra. Aí fui ensinar Matemática. Era uma escola que ainda hoje existe. A diretora, Lindalva Machado, que hoje é falecida, era muito amiga da minha família, e como sabia que eu tinha tendência para Matemática, me convidou. Então eu fui. Ensina em quinta, sexta, sétima e oitava. Eu sei que na oitava série a minha disciplina era Desenho Geométrico. Aí, na quinta, sexta, que na época ainda era primeiro, segundo e terceiro; Matemática. Por conta disso, eu fui encaminhada para fazer um curso no Instituto de Matemática, em Fortaleza, que, na época, chamava Cades. Então eu fiz esse curso de especialização na Universidade Federal de Fortaleza, era em período de férias. Recebi meu “registrozinho”, e aí as portas se abriram. Foi depois do Curso Normal. Terminei o Normal, aí fui fazer, porque tinha que ter o segundo grau, pelo menos. Não podia fazer sem ter o segundo grau. Quando eu voltei desse curso, eu fiz o vestibular para História Natural, aí passei. (Professora Socorro).

Eu não pensava em dar aulas. Eu estudava com meus colegas, estudo de equipe, de grupo, tal, e sempre eu tinha um pouco mais de facilidade de aprender Matemática, Física, Química. Eu era escalado para ajudar o grupo todo. Aí, eu saí da Norguaçu, tive que sair da Norguaçu. Saí e fiquei desempregado. Aí, para manter a despesa de casa eu comecei a botar a cabeça para girar e a rodar e raciocinar, aí eu digo: “e agora?” Corri! A preocupação foi aumentando, porque tinha que manter filhos pequenos, você tinha que manter a criança. O menino quer saber de comer, de dormir, de beber. Não quer saber de onde veio. O pai tem que trabalhar mesmo e trazer, e botar dentro de casa. Foi onde surgiu – e eu na faculdade terminando – um colega que trabalhava no Segundo Grau: Washington, trabalhava na Emprec, lá na Rua São Paulo. Era uma empresa de construção civil, do Tenente Coelho, um cara bem-sucedido, empresário... Aí Washington, ele lecionava lá no Segundo Grau, estudava, fazia Edificações comigo lá na faculdade, Engenharia Operacional. Então ele disse: “Carlos Alberto, lá no Segundo Grau tem carência para Matemática e Física”, e como na faculdade eu estava entre os cinco melhores alunos, ele disse: “eu pensei em você. Vamos dar umas aulas lá. Você é remunerado...” e eu estava sem trabalho e tudo, aí encaixou, né? (Professor Carlos Alberto).

Formação de professores da Matemática aqui não tinha, não. Você tinha que procurar outros centros. [...] O cara tinha que ir para fora, estudar lá fora para poder aprender. Ou então, eles procuravam aqueles alunos que tinham interesse em procurar estudar por conta própria, e aí eles eram convidados para ensinar. Aquelas pessoas que tinham tendência, né? Que gostavam da disciplina. Mas não tinha formação assim não. (Professor Wilami).

Quando o Colégio Estadual Balbina Viana Arrais – que hoje eu não sei nem se existe mais o Balbina em Brejo Santo, porque ele se mudou dali onde está o campus da UFCA – esse pessoal mesmo, a gente conviveu em Fortaleza esses três, quatro anos, lá, fazendo o científico, no Liceu, e a gente morava junto no mesmo apartamento. Aí ele disse: “Bezerra, rapaz, vão inaugurar o Colégio Estadual aqui de Brejo Santo. Vão construir o colégio”. Eu acho até que era no governo de Virgílio Távora, não me lembro quem era o governador. Eu sei que inauguraram o colégio. “Rapaz, tá precisando de professores”. Aí eu acho que eu vou chegar nessa história da vida profissional mesmo. Então, eu tinha segundo grau. Eu tinha o segundo grau e minha tendência era mais para Matemática. Mas não ia fazer Engenharia, não, porque abriram escola de Arquitetura e eu ia fazer Arquitetura, certo? Aí disseram: “Rapaz, Bezerra, tá faltando professor de Matemática”. Já em forma de contrato, não era concurso, porque inauguraram o colégio, e Brejo Santo não tinha professor ainda de nível de graduação. Todos eram desse nível aí, nível médio, certo? “Bezerra tu quer ensinar no Colégio Estadual?”. “Rapaz, eu quero. Começou quando?”. Ele disse: “não, vai começar ainda” (risos). Isso em sessenta e oito. Esse convite era para ensinar no ensino fundamental. Da quinta à oitava série. Tinha escolas primárias estaduais, mas esse de ensino básico foi inaugurado em sessenta e oito. Ainda não tinha ensino médio. Pois bem, aí então os professores do Colégio Estadual eram todos de nível médio, a não ser esse professor Macedo, que ele abriu mão, fechou o Colégio Padre Abath, até porque ele foi convidado para ser diretor do Colégio Estadual Balbina. E eu não sei dizer o grau de formação do professor Macedo, mas eu acho que era, porque ele foi professor da faculdade, da Urca. Ele era graduado, logicamente. Mas acho que era o único graduado. O corpo docente era de nível médio. Inclusive eu também era de nível médio. (Professor Bezerra).

Terminei o pedagógico, aí voltei pra Farias Brito, e chegando lá, ganhei o contrato, aí fui providenciar, porque naquela época dava muito trabalho. [...] Quando eu fui assumir, em oitenta, foi no mês de agosto. Meu contrato foi publicado em agosto. Eu entrei no Estado em setembro de oitenta, na Escola Getúlio Vargas. Quando eu entrei, eu trabalhei em séries

terminais do ginásio, sexta, sétima e oitava. Eu cursava faculdade aqui, à noite, porque eu entrei no Estado e também passei no vestibular. Foi tudo junto, entrei no Estado em oitenta, e em oitenta entrei na faculdade. [...] Antes eu não tinha tido contato com sala de aula. Nós só tivemos um mês de estágio supervisionado. O contrato que consegui, foi um político que me deu. [...] A carência de professor de Matemática era grande. Grande, grande! Eu acho que até hoje continua. Para você ensinar Matemática, o que precisava, em termos de formação, era realmente gostar. (Professora Neide).

Essa questão de trabalhar como professor foi o seguinte: quando eu fui fazer quinta série lá no colégio, na época, as provas eram mensais. Todo final de mês tinha aquela prova. No primeiro semestre, eu comecei a estudar, me dedicando mais, tirando umas notas boas, principalmente em Matemática. Quando foi a partir do segundo semestre, os outros colegas começaram: “rapaz, quando o professor marcar a prova, vamos estudar hoje de tarde na casa de fulano”. A gente reunia aquele grupinho de quatro, cinco num canto, quatro, cinco noutro, aí eu fui pegando esse ritmo, entendeu? Quando foi no ano seguinte, que eu fui para a sexta série, aí eu estudava assim em grupo com meus colegas, na véspera de fazer a prova de Matemática. E aí formava outras turmazinhas do pessoal da série anterior, e assim eu fui nessa sequência até quando eu fazia o primeiro ano aqui. Pois é. Então eu fui trabalhar no colégio, com o professor Almino Gabriel Viana, que era o nosso professor, foi quem me convidou. Na época ele já era o diretor da escola. Aí eu já estava por aqui mesmo, então fui. Foi no meio do ano. Eu fiz vestibular na Urca e fui. Pois pronto, eu comecei profissionalmente em 1981, e na época eu só tinha concluído o ensino médio, aquele curso a nível de científico, que era mais a ideia de preparar para o vestibular, para o ingresso na universidade. Eu sempre tive mesmo mais tendência para Matemática, eu gosto de estudar Matemática e tal. Mas eu fui fazer aí na Urca e não tinha ainda o curso de Matemática, lá, naquele ano. (Professor Edmilson).

Quando estudei no Grupo, em casa eu já dava aula particular à primeira, à segunda e à terceira série. Quando eu fui fazer o Normal, lá... vamos fazer um espaço aí. Para fazer o Normal, tinha que fazer o Ginásio. Foi quando o colégio conseguiu o registro do Colégio Santo Antônio, porque lá mesmo não tinha. Aí, quando entrou o ginásio lá, a diretora, que era Ilduara, ela viu que eu tinha jeito para Matemática, mas eu só fui ensinar Matemática quando eu já estava quase terminando Pedagogia. Eu terminei o ginásio, lá, fiz o Normal, depois, eu fiz Pedagogia. Quando chegou nessa época, a irmã viu que eu tinha jeito para Matemática e

que eu dominava a Matemática do ginásio, aí ela me deu horas-aula de Matemática na primeira e segunda série ginásial. Aí foi crescendo, porque o colégio foi ampliando e a professora era uma só, aí tinha que ter outras professoras de Matemática. Aí eu fui crescendo. (Professora Quinha).

Nessa época, eu acho que na região inteira e lá em Milagres não existia nenhum professor formado em Matemática, tampouco com um curso superior, mesmo na área de Ciências, mesmo que não fosse em Matemática. Então, eu fiz o vestibular para Economia, no Crato – na época era da Uece, pública – e fiz para Ciências Físicas e Biológicas, na Faculdade de Filosofia, que era particular também. Fiz no mesmo ano os dois, porque um era na pública, e o outro, na particular. Passei nos dois. O vestibular foi em setenta e nove. Só que, no meu caso, o ideal seria cursar a formação de professor, né? Da Filosofia. Só que era particular, muito cara, não tinha condição de pagar, porque ainda tinha o transporte para ir para o Crato. Então eu fiz a opção por Economia, porque era pública e ainda tinha a oportunidade, que na época chamavam, de Crédito Educativo, que dava para pagar as despesas de transporte. Eu pretendia fazer o de professor, mas não tive a condição. Por quê? Porque eu já estava na sala de aula e era também uma área que, como não tinha Matemática, não tinha como eu fazer Matemática, mas tinha o de Ciências, que pelo menos dava uma habilitação. Na época, dava habilitação para ensinar Ciências e Matemática, porque o Estado não exigia, no caso. É tanto que eu estava só com o Pedagógico. Bastava dominar o conteúdo e gostar também. Era interessante, porque, pelo menos lá na nossa escola, no meu caso, não precisava fazer uma entrevista, porque era aquela história: os professores e os diretores de lá eram professores do Patronato, que me conheciam, já sabiam a história toda, né? (Professora Lourdes).

Considerando essas questões, a forma como cada um desses professores ingressou na carreira docente e o fato de que os dispositivos legais vigentes em cada época – no que se refere aos requisitos necessários para contratar os professores nos seus respectivos níveis de ensino – foram negligenciados, tudo isso nos leva a pensar que, nesses casos, a legitimação da condição de professor não residiu necessariamente no seu estatuto institucional nem no seu enquadramento legal, mas nas redes de relações e nos movimentos pulsantes, vivos, que se formam em torno dessas redes. Conceitos como formação inicial, formação continuada e formação em serviço não dão conta de expressar os fluxos, as intensidades e as multiplicidades que se insinuaram no plano de forças que atuou nos processos formativos. A formação de

professores extrapola qualquer classificação normatizadora, e está além ou aquém dos processos rígidos, delineados, temporalizados, institucionalizados. Visto dessa maneira, pensamos a formação de professores como uma rachadura, um fora, algo que se passa em espaços e tempos indeterminados, cujos início e continuidade podem ser desencadeados em pontos de ruptura ou ao longo de toda uma vida. Formar-se, portanto, não tem a ver com fixação nem com forma(ta)ção, mas com invenção, criação... (re)inventando-se, (re)criando-se, ao longo de toda uma trajetória profissional, de uma trajetória de vida, de fluxos, de passagem... Nas entrevistas que realizamos, foi possível identificar que apesar de todo o esforço normativo para formar professores em processos disciplinadores, conteúdos segmentados, níveis de ensino e instituições, há, na verdade, uma série de processos formativos que escapam a esses dispositivos, e que indicam, para nós, o que estamos chamando de formação de professores em trajetória, permeada por processos de desterritorialização e reterritorialização, invenções de si, devires.

Para Deleuze e Guattari (2011a; 2011b; 2012) e Deleuze e Parnet (1998), desterritorialização e reterritorialização compõem um ato de criação de linhas de fuga que escapam dos traçados homogeneizantes que segmentam as relações. Criar uma linha de fuga é um modo de romper com categorizações preestabelecidas e irromper-se enquanto elemento de um conjunto de categorizações, encontrando um novo território no qual se entra desterritorializado, e se (re)cria, e se (re)inventa, e se inventa, e... As linhas de fuga são linhas de desterritorialização, fuga dos segmentos estratificados. Estes, por sua vez, são definidos por outros tipos de linha, as de segmentaridade, que são parte constituinte da formação dos sujeitos e das sociedades. Deleuze e Guattari (2012) indicam três tipos de linha que compõem as nossas relações: as de segmentaridade dura, as de segmentaridade maleável ou flexível e as linhas de fuga.

As linhas de segmentaridade dura dizem dos estratos ou conjuntos molares que estipulam e delimitam a nossa forma de organização social ou estabelecem os papéis sociais, criando estratificações como, por exemplo, as de classe, gênero, religião, instituições, profissões, ou dualidades como casado-solteiro, professor-aluno, homem-mulher, família-amigos etc. A dualidade aqui é entendida como uma relação de interdependência: um só existe em função do outro, mas não necessariamente apenas em função dele, pois o *um* pode se combinar com vários *outros*, formando novas dualidades (amigo-inimigo / amigo-namorado; casado-solteiro / casado-viúvo). Ao se constituírem como dualidades, as linhas de segmentação dura só admitem uma dualidade por vez. No entanto, os processos de individuação são forjados

por vários atravessamentos desses duais que se cruzam. Um sujeito pode assumir vários papéis distintos dependendo da função social que cumpre, podendo ser ao mesmo tempo, por exemplo, brasileiro, casado, professor, sindicalizado... sempre em oposição a algum ou alguns correlato(s), no caso, por exemplo, estrangeiro, solteiro, estudante, não sindicalizado... Cada indivíduo comporta cruzamentos de muitas linhas de segmentação, que são delimitadoras dos seus papéis sociais. “Somos compostos de linhas variáveis a cada instante, diferentemente combináveis, pacotes de linhas, longitudes e latitudes, trópicos, meridianos etc. Não há monofluxo” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 83).

São essas linhas de segmentaridade dura que normatizam, controlam e estabelecem aquilo que é ou não aceitável dentro de um determinado sistema social. Elas estabelecem o estatuto dos grandes grupos molares (Estado, instituições, classes) e também segmentam as pessoas como elementos de um conjunto e os sentimentos como relações entre esses elementos, como forma de garantir a identidade de cada uma dessas instâncias, até mesmo as identidades pessoais (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 73). Por serem duras, essas linhas produzem estancamentos de desejos, operando como máquinas binárias de sobrecodificação, estabelecendo estratos, sentimentos, relações, produzindo agenciamentos, delimitando fronteiras nas quais os desejos esbarram, perdem sua potência naquilo que não é aceitável dentro de um determinado sistema social. “A máquina binária é uma peça importante dos aparelhos de poder. Ficará estabelecido tantas dicotomias quanto for preciso para que cada um seja fichado sobre o muro, jogado no buraco” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 18). Para Deleuze e Guattari (2012), essa linha nunca será uma linha de morte, pois ela nos atravessa em tudo e parece sempre triunfar. Ela poderia parecer ruim, mas é mesmo necessária, pois a inexistência delas resultaria num mundo caótico. Mas não somos constituídos apenas por estratificações binárias, uma vez que no interior dessas segmentaridades duras há um outro tipo de segmentação mais branda, mais difusa: as linhas de segmentaridade maleável ou flexível.

As linhas de segmentaridade maleável não são como máquinas binárias: elas operam de maneira rizomática. Aqui os autores utilizam o conceito biológico de rizoma em oposição ao funcionamento arbóreo, como ocorre nas linhas de segmentaridade dura. Ao contrário da árvore, “o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um dos seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 43). Um sistema arbóreo tem as partes bem definidas e cada função muito bem estabelecida: as raízes absorvem água e nutrientes, o caule transporta esses elementos e dá sustentação, as folhas realizam o processo de respiração. Tudo acontece de maneira vertical e

cada indivíduo é um único exemplar visível, segmentado, nomeado. Em um rizoma, o crescimento não é vertical e acontece abaixo da superfície e, portanto, não é visível aos olhos. O sistema rizomático comporta várias funções simultâneas, como reserva de nutrientes e reprodução, dando origem a novas estruturas rizomáticas e a novos indivíduos, conectados entre si, que, visto sobre o solo, torna-se difícil identificar os diferentes indivíduos e estabelecer cortes de segmentação. As linhas de segmentaridade maleável são como rizomas. Dizem de processos micropolíticos e moleculares e, portanto, não são definidas por cortes duais, embora sejam segmentadas, como em um rizoma que se segmenta em pequenas gemas ao longo de sua horizontalidade, mas o seu caráter maleável faz com que essas segmentações se tornem menos identificáveis. Deleuze e Parnet (1998) apontam, por exemplo, a existência de microfascismos em determinados contextos sociais sem que eles estejam necessariamente institucionalizados em um aparelho de Estado. São como células ou conjuntos de células, pulverizadas, difusas, que não são cortadas pela segmentaridade dura, mas se espalham de forma molecular. No entanto, não são menos reguladas, e nelas, cada um cumpre seu papel, sua missão. Para os autores, isso não significa que as linhas de segmentaridade maleável sejam íntimas ou pessoais, visto que atravessam sociedades e grupos tanto quanto indivíduos. “Elas traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos: não são, entretanto, menos precisas; elas dirigem até mesmo processos irreversíveis” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 101).

Ao mesmo tempo que potencializam estratificações, as linhas maleáveis também potencializam desestratificações. Acontece que, segundo Deleuze e Guattari (2012), em cada tipo de segmento existem sistemas de vigilância para identificar qualquer tipo de perturbação, desordens, manifestações súbitas, infrações... Há dois tipos de vigilantes: os de visão curta e os de visão ampla. Os de visão curta são como lunetas, veem apenas os contornos de células gigantes, dualidades, grandes divisões binárias. Quando percebem algum contorno mal feito lançam mão da luneta de raios, que recorta, estratifica, reestabelece o contorno dos grandes grupos molares a qualquer sinal de ameaça. Já os vigilantes de visão ampla são como telescópios. Veem algo totalmente diferente das lunetas. São capazes de flagrar pequenos movimentos moleculares longe das bordas, microssegmentaridades, “todo um rizoma, uma segmentaridade molecular que não se deixa decodificar por um significante como máquina de recortar” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 81). Mas, para os autores, os vigilantes de visão ampla comportam em si uma ambiguidade: ao mesmo tempo que observam pequenas infrações nos segmentos moleculares, eles são capazes de identificar os danos causados pela luneta de

recortar: sua aparente justiça, suas contradições, as contradições dos sistemas molares e, como instrumentos frios a serviço dos seus mecanismos de controle, forçam estratificações, aparamento de arestas, reestabelecimentos das fissuras, sobrecodificações; mas como podem “experimentar uma obscura simpatia pela atividade subterrânea que lhes é revelada” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 83), potencializam também desestratificações, devires, fluxos de intensidade que irrompem e desembocam no terceiro tipo de linha, as linhas de fuga.

As linhas de fuga ou de ruptura são linhas que escapam às máquinas de abstração e sobrecodificação das linhas duras, e até mesmo das segmentações maleáveis. Promovem movimentos bruscos de mudança, de criação, invenção de si e do mundo, devires. Não se deixam reduzir ao traçado retilíneo de segmentos euclidianos. São mesmo curvas tortuosas, máquinas desejanter e, por isso, perigosas. São linhas imprevistas, que às vezes precisam ser criadas quando as linhas estratificadas retêm os fluxos e as experiências. Fugir implica criar novos modos de existência, que, por sua vez, podem ou não desencadear a formação de novos estratos. Quando desencadeiam, tendem à morte, atingidas pelos raios da luneta de recortar; quando não, permanecem à deriva em meio ao rio, entre as margens, sem vela, sem remo... De todo modo, linhas de fuga são linhas de desterritorialização. As linhas de segmentaridade, ao contrário, demarcam territórios. “Elas têm a ver com os eixos, com os limites e com cadastros” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 33). E quando essas linhas exercem uma pressão acima da nossa capacidade, fugimos do território e lançamo-nos ao rio em busca da outra margem, sem mesmo saber o que nos espera do outro lado. Todo movimento de desterritorialização ativa processos de reterritorialização. À luz de Deleuze e Guattari, Orjuela-Bernal (2018, p. 26) assume a territorialização como um componente que se refere a um espaço de estabilização regrado, sob o qual agem a desterritorialização e a reterritorialização. Para o autor, a primeira opera com movimentos nos quais se traçam linhas de fuga, enquanto que a segunda busca equilibrar a força desterritorializada em um novo território. Desse modo, são componentes de nossa subjetivação o atravessamento dos três tipos de linha e dos processos de desterritorialização e reterritorialização, embora esses atravessamentos aconteçam em velocidades e intensidades diferentes e produzam agenciamentos, que são, na verdade, a composição de todas as forças que atuam na constituição do sujeito individualizado.

A partir desses conceitos, pensar a formação de professores é assumi-la como um plano em que agem a todo momento diversas forças em várias direções e onde se cruzam todas essas linhas. Há segmentaridades duras: dispositivos legais, formação institucionalizada, políticas públicas, funções bem estabelecidas. Há também linhas maleáveis – uma micropolítica operada

por conexões que não coincidem com os segmentos duros (DELEUZE; PARNET, 1998) – como indicações políticas, contratos precários, adaptações, afastamentos, remanejamentos. Mas há também linhas de fuga operando desejos, devires, transformações, desterritorializações e reterritorializações. Nesse sentido, ‘tornar-se professor’ não se caracteriza como uma identidade fixa, algo que tem um ponto de partida, um percurso e um ponto de chegada dentro de um ambiente físico ou virtual previamente concebido para tal fim. Nem tampouco ‘torna-se professor’ a partir do momento em que se ocupa uma sala de aula ou “por estar atuando dentro de um espaço onde é reconhecido como ‘o professor’, pelo fato de ele fazer uso de currículo e de metodologia, independente de quais forem” (VAZ, 2012, p. 2). Ao invés de um ‘tornar-se professor’, optamos em falar de um devir-professor, pois o termo ‘tornar-se’, se olharmos do ponto de vista do fixar-se ou do engessamento de uma identidade, sugere um fim. Mesmo que haja um processo ou um meio, ‘tornar-se’ indica um lugar a que se deve chegar, estar pronto. Já ‘devir’ sugere assumir uma forma instável, sujeita a se deformar a qualquer instante e abrir-se para novos devires.

Para tentar esboçar a nossa compreensão de devir, tomaremos aqui o caso devir-vespa/devir-orquídea, apresentado em Deleuze e Guattari (2011a) e Deleuze e Parnet (1998), como uma das tantas formas com que os autores empregam o termo, seja operando como uma engrenagem que se acopla com outros conceitos, seja no intuito de instigar compreensões acerca dele(s). Nesse cenário, os autores exemplificam o comportamento reprodutivo de determinadas orquídeas para mobilizar compreensões em torno do devir.

Há espécies de orquídeas cujas flores não conseguem produzir néctar, o que impossibilita a sua reprodução através de insetos polinizadores interessados naquele produto como alimento. Algumas espécies dessas orquídeas desenvolveram uma estratégia tentadora para garantir a polinização: elas assumem a forma corporal, como um decalque, de uma espécie de vespa, atraindo os machos daquela espécie para a cópula. Ao tentar copular com a flor, os machos entram em contato com o pólen, que se prende em seu corpo e, por sua vez, poliniza novas flores quando essa mesma vespa entra em contato com outras orquídeas. Nesse momento, poderíamos dizer que há um devir-vespa da orquídea ou um devir-orquídea da vespa. A orquídea se desterritorializa ao assumir uma forma de vespa; a vespa se reterritorializa nessa forma, mas se desterritorializa na sua frustração, e sua forma de vespa desterritorializada cumpre a função de órgão reprodutor da orquídea. Assim, a orquídea se reterritorializa no momento em que envia o pólen para a polinização de uma outra orquídea. Para Deleuze e Guattari (2011a) “cada um destes devires assegura a desterritorialização de um dos termos e a

reterritorialização do outro, os dois devires se encadeando e se revezando segundo uma circulação de intensidades que empurra a desterritorialização cada vez mais longe” (p. 26). Dessa maneira, o devir sugere um movimento constante de subjetivação e dessubjetivação em que o sujeito sofre agenciamentos coletivos através de um plano de forças, e, a partir desses agenciamentos, ele assume uma forma que é idêntica ao plano, mas ao mesmo tempo apresenta uma potência de diferenciação e transformação de si e das forças que agem sobre ele. Segundo Kastrup (2005), é nesse ponto que “o devir corresponde a um momento de dessubjetivação para que o processo de produção de subjetividade se mantenha em curso” (p. 1276).

Linhas de segmentaridade, linhas de fuga, devires, subjetivação, invenções de si e do mundo. Se a partir da luneta de raios, formar professores significa enquadrar nos limites das linhas de segmentaridade dura, há uma quantidade considerável de processos formativos irrompendo a todo momento, sendo flagrados, recortados, desterritorializados, reterritorializados. Em nossa pesquisa, encontramos professores e professoras cujas histórias de suas carreiras docentes dizem muito mais de uma formação de professores em trajetória do que de formações planejadas e estratificadas. Para a maioria, a formação institucionalizada veio depois da atuação e, quase sempre, essa institucionalização serviu para um enquadramento nos dispositivos legais ou para ascensão na carreira, o que não deixa de ser também um modo de enquadramento. Ademais, o ingresso na docência quase sempre ocorreu por rupturas, acomodações e linhas de fuga. Não um ‘tornar-se’ professor, fixo, mas um devir-professor.

O professor José Mota, do qual falávamos no início deste diálogo, viu-se desterritorializado. Desterritorializou-se por algum tempo do sonho de engenheiro agrônomo, da lida com o campo, para reterritorializar-se em um outro ambiente. Recebeu um convite para ensinar. Acostumado com o cabo da enxada, com o lombo do cavalo, com tanger o gado, viu-se como antes nunca pensara: em uma sala de aula ensinando Matemática para alunos da educação básica. Necessidade? Credenciais? Diferencial? Devir-professor? Uma linha de fuga que o fez procurar um novo território, invenção de si, atravessado por agenciamentos atuantes na produção do ‘ser professor’, mas não de um ‘ser’ identitário, único, pois todo agenciamento é coletivo. Para Kastrup (2001), dizer que um agenciamento é coletivo “não significa que ele remete apenas a um *socius* para além do indivíduo, mas também porque remete a uma multiplicidade, que subsiste aquém do indivíduo” (p. 23). A convicção, para muitos, de que para ser professor era necessário principalmente saber o conteúdo e impor a ordem dentro da sala de aula, surgia como uma linha maleável que segmentava a linha de fuga e o reterritorializava naquele novo espaço. O saber, no caso do professor José Mota, era legitimado

pela afiliação institucional (estudante de Engenharia da Universidade Federal do Ceará); impor a ordem era uma combinação entre o aparato escolar – com toda a sua arquitetura, sua distribuição espacial e suas relações de poder – e a atuação do próprio professor, no sentido de valer-se desse aparato. Nesse plano de forças, o aspecto *impor a ordem* subjaz nas palavras do professor José Mota quando ele diz que “o sistema educacional era mais rígido, exigia mais disciplina e não amordaçava o direito do professor. O professor tinha mais autoridade. Se tornava bem mais fácil”. Subjaz também esse aspecto à entrevista do professor Wilami Batista, cujo monólogo, não sem razão, intitulamos *Monólogo sobre colocar as pessoas nos seus devidos lugares*.

O professor Wilami formou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, em 1967, e em Engenharia de Operação pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), por volta de 1978, este último realizado no Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte (Centro pertencente à antiga estrutura interiorana da Uece). Antes, porém, o professor tinha feito um curso de nível técnico na área de Eletrônica, durante sua passagem pelo Rio de Janeiro, onde viveu durante dez anos. No seu discurso, o professor Wilami atribui a toda sua vida escolar – ele julga ter estudado em boas escolas e ter tido bons professores – e também a essa passagem pelo curso de Eletrônica o seu bom relacionamento com a Matemática. Tanto que, ao voltar para o Cariri, começou a dar aulas particulares, alugou uma sala no centro de Crato e montou um curso, uma espécie de escola de reforço, que tão logo começou a lograr êxito com os alunos, começou a atrair também professores. Mas além do declarado conhecimento da disciplina Matemática, o professor Wilami operava muito bem com uma outra disciplina: a disciplina como regramento. Em vários momentos do seu depoimento há alusão a instituições e personalidades militares, admiração por professores rígidos ou narrativas de feitos próprios em que, segundo ele, o disciplinamento estabeleceu a ordem e, em consequência, o sucesso dos alunos. Colocar as pessoas nos seus devidos lugares.

Nas narrativas de outros depoentes pudemos observar o quanto a imposição da disciplina era vista como um fator relevante, seja nas suas práticas em sala de aula, seja na sua própria formação durante a vida escolar. Destacamos aqui um excerto da fala da professora Neide, que embora não tenha centralizado seu discurso no quesito disciplinamento, foi enfática em relação a isso ao sinalizar o quanto esse era um fator preponderante na sua atuação como professora:

Sempre fui uma professora muito exigente, muito exigente. E de moral também. Olha que eu controlava classe! Qualquer colega meu da época talvez se lembre disso. Eu controlava classe com sessenta, sessenta e cinco alunos. Antes de começar minha aula, eu colocava as fileiras tudo em ordem. Tudo em ordem! Eu não sabia trabalhar, chegar na sala, e quando acabar, começar minha aula vendo aquela bagunça de carteira, não. Tinha que ser uma atrás da outra. Muitas vezes eles já sabiam que eu era exigente. Então, antes de eu chegar, eles já iam ajeitar as carteiras. Quando eles sabiam que era aula minha, eles já iam ajeitar as carteiras, mas quando eu chegava, eu achava que não estava do jeito que eu queria. Então eu ainda ia ajeitar. E eu só começava quando estava todo mundo sentado. E ali não davam um pio, porque eu era bem rígida mesmo, sabe? Às vezes até os meninos comentam assim: “ai, porque o professor que é exigente, que é rígido, o aluno não gosta”. Mas gosta. E como gosta! Porque eu me afastei, mas a amizade que eu deixei, o ciclo de amizade que eu deixei, da minha época de sala de aula, ainda hoje continua. E a gente sente que aquele amor que eles têm por a gente é verdadeiro, não é de safadeza, não. É lógico que tem aqueles que brincam, que não querem nada, mas na hora que eu dizia: “ou fica aqui dentro ou então cai fora. Se quiser alguma coisa, fica, se não quiser, cai fora”, eles acabavam com as brincadeiras e levavam a sério mesmo. Então eles se admiravam muito, como era que eu controlava turmas com sessenta, sessenta e cinco alunos e não dava um pio, era todo mundo ali prestando atenção. E tinha aluno muito bom. (Professora Neide).

É importante destacar que além dos dois aspectos aqui explorados, a saber, o conhecimento do conteúdo e a imposição da disciplina, embora tenham aparecido para muitos como fatores constituintes dos agenciamentos que operam na subjetivação de um devir-professor, há ainda uma série infindável de outras forças agentes desses processos formativos, ramificações rizomáticas que atuam sobre corpos que são ao mesmo tempo individuais e coletivos; professor e professora que se definem por seus nomes próprios, pelas posições sociais que ocupam, e também pela intensidade dos fluxos que preenchem o plano de consistência das multiplicidades, “plano cujas dimensões são crescentes segundo o número de conexões que se estabelecem sobre ele” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 25). Se a crença de que saber o conteúdo e impor a disciplina constituem agenciamentos de uma forma-professor, nossos depoentes deixaram escapar em suas falas outros tipos de agenciamentos, devires, atravessamentos e rupturas que, ao longo de toda uma vida, foram forjando essa forma-professor. Em se tratando de professores de Matemática, podemos destacar, por exemplo, o campo afetivo como um dos agentes de subjetivação. Em vários momentos as narrativas se

referiram a um ‘gostar da Matemática’ como uma das motivações que os levaram à docência dessa disciplina, muito embora não fosse a única, visto que mesmo com tal afeição, às vezes produziam um movimento em busca de profissões consideradas mais promissoras, como é o caso das engenharias. Do todo modo, seja qual fosse o caminho que os conduziu à docência em Matemática, desde muito antes já se constituía ali um devir-matemático e/ou um devir-professor-de-matemática.

Eu não pensava em dar aulas. Eu estudava com meus colegas, estudo de equipe, de grupo, tal, e sempre eu tinha um pouco mais de facilidade de aprender Matemática, Física, Química. Aí eu era escalado para ajudar o grupo todo. (Professor Carlos Alberto).

Quando eu entrei [na faculdade], eu tinha duas opções, eu fiz para Pedagogia e para História Natural. Aí eu cursei, acho que um mês, mais ou menos, Pedagogia. Eu não gostei. Eu não falei que eu era calada? Que já ensinava Matemática? Eu não gostei, então eu mudei para aquilo que eu me identificava. (Professora Socorro).

Eu sempre gostei de Matemática. Sempre gostei! Desde do início eu tive facilidade. E gostava! Não sou muito de disciplina de teoria. Então, quando eu tirava licença para ganhar neném, elas já me lotavam prevendo as disciplinas que eu ia pegar no período que eu me afastasse, que eram disciplinas bem mais fáceis para os outros pegarem. Então, me lembro que eu grávida de minha primeira filha, elas me botaram para ensinar Didática, parece que Didática das Ciências. E eu tinha uma dificuldade tão grande dessas matérias decorativas que você tem que ler bastante para explicar! É completamente diferente de Matemática, porque Matemática você está mostrando ali, você prova porque é que é aquilo dali. E essas outras, você tem que dar mil e um arroteios. Então, isso daí sempre foi difícil para mim. Eu nunca me vi capacitada para assumir. E sem falar na facilidade que eu tinha de trabalhar com os números. (Professora Neide).

[...] Quando chegou nessa época, a Irmã viu que eu tinha jeito para Matemática e que eu dominava a Matemática do ginásio, aí ela me deu horas-aula de Matemática na primeira e segunda série ginasial. (Professora Quinha).

E eu gostava muito de Matemática. Ainda na oitava série teve um problema com uma professora de Matemática, já no final do ano. Ela casou, fugiu, aí foi embora e não pôde

mais voltar, aquela história das famílias, e a escola ficou sem professor de Matemática para concluir o ano no último bimestre e não encontrava na região. Aí o que é que aconteceu: alguém ainda entrou em contato com essa professora, senão as duas turmas iam perder o ano, porque não tinha mesmo quem assumisse a Matemática. Ela só tinha o Normal, mas muito boa em Matemática. Ela entrou em contato com a escola e disse que se a escola quisesse tinha eu, na oitava, e tinha uma outra menina, da sétima, na mesma situação... que a escola colocasse nós duas para trabalhar junto com a turma, que tinha condições de trabalhar com os colegas e eles concluírem o ano. (Professora Lourdes).

A relação de afeto com a Matemática constituía para esses professores um processo de contínua inventividade, um modo de invenção de si e do mundo com a Matemática. Mas além das continuidades existiam os processos de ruptura e desterritorializações. Ingressar na docência como uma linha de fuga. Escapar do desemprego, manter o sustento, aproveitar as oportunidades. Foi o que aconteceu com o professor Carlos Alberto, de Juazeiro do Norte, de cuja trajetória faremos aqui alguns recortes para ilustrar o nosso argumento, embora saibamos que sua história se aproxima, em muitos aspectos, às dos outros depoentes, e por que não dizer, de muitos professores e professoras em distintos tempos e lugares.

O professor Carlos Alberto relata uma trajetória difícil desde a infância. A mãe professora e o avô marceneiro uniram forças para manter seu sustento e sua permanência na escola. Estudou parte da educação básica em um ginásio católico – beneficiado por uma ação social que propiciava gratuidade para alunos mais pobres –, e outra parte em escolas públicas, tendo cursado o ensino de 2º grau no período noturno para que pudesse trabalhar com o avô na marcenaria. Cursou a faculdade de Engenharia de Operação no final da década de 1970, projeto que levava em paralelo com os sucessivos empregos que tivera enquanto aluno de graduação, tendo passado pelos setores de hotelaria, telecomunicações, comércio e indústria. Segundo seu relato, mais do que antes precisava trabalhar, visto que no período da faculdade havia constituído família e era o único responsável pela renda, pois à esposa cabia apenas a incumbência de cuidar da casa e dos filhos. Em meio a toda essa responsabilidade, irrompeu aí um ponto de ruptura: Carlos Alberto ficou desempregado. Sem saber por onde recomeçar, surgiu uma oportunidade até então impensável para ele: um colega do curso de Engenharia, que já lecionava, sabendo da carência de professores de Matemática e Física na escola em que trabalhava, convidou Carlos Alberto para lecionar essas disciplinas. Tratava-se de uma escola estadual recém-inaugurada em Juazeiro do Norte. Uma conversa com a diretora e uma avaliação – cujo critério era o crivo da coordenação pedagógica, que acompanhou suas primeiras aulas e

ouviu a opinião dos alunos – foram os requisitos necessários para selar o contrato. A ruptura foi o desemprego. A indicação do colega, baseada na desenvoltura que Carlos Alberto apresentava na faculdade em aprender as disciplinas e ensinar aos colegas, e a carência de professores, que abria precedente para a contratação de profissionais sem licenciatura na área, constituíram linhas maleáveis que o empurraram para a docência.

‘Tornou-se’ professor pelo caminho inverso. Primeiro a sala de aula, depois a habilitação, como aconteceu com todos os depoentes que ingressaram na docência sem licenciatura ou formados em áreas distintas das que lecionavam. Em algum momento das suas carreiras docentes, tiveram que fazer um curso de complementação pedagógica ou uma segunda licenciatura, de modo a atender os ditames legais de enquadramento impostos para uma determinada categoria profissional. Leis de Diretrizes e Bases, Constituição Federal, resoluções, pareceres, portarias. Linhas de segmentação dura estabelecendo estratificações. E a luneta de raios operando o reestabelecimento das fissuras, aparando arestas, sobrecodificando. Políticas de formação de professores, todo um aparato estatal envolvendo União, ministérios, estados, municípios, secretarias, universidades etc. Tudo para a fixação de uma forma: o professor devidamente formado em consonância com os dispositivos legais vigentes.

O professor Carlos Alberto cursou uma complementação pedagógica em 1998, no chamado Esquema I⁸², quando já contava com quase vinte anos atuando como professor. Ao todo, sua carreira docente na ativa somou mais de trinta anos. Trabalhou em escolas públicas e particulares de Juazeiro do Norte, e dali tirou o sustento da família. Nunca mais houve desemprego. No final da carreira se sentia cansado, exaurido da profissão e com a saúde física comprometida. “Eu saí em 2010 já com a água pelo pescoço, sem aguentar. E agradeço”. Afastou-se da sala de aula, mas levou consigo o permanente signo que o assemelha aos outros dentro dessa estratificação denominada professor, mas guarda em si uma potência de diferenciação que é singular: professor Carlão, como é conhecido por todos. Um devir-professor que se desenvolveu ao longo de toda uma trajetória de vida, na escola, no curso de Engenharia de Operação e na carreira docente. Um devir-professor que se manifesta nas aulas particulares que ministra esporadicamente depois de aposentado e na satisfação que sente ao encontrar ex-alunos que, nas suas palavras, deram a volta por cima.

⁸² Curso Especial de Formação Pedagógica Licenciatura Plena em Regime Especial (Esquema I) destinado a oferecer formação pedagógica para bacharéis e tecnólogos, habilitando-os para a prática docente, principalmente nas áreas de Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas. O referido curso foi reconhecido pelo Parecer nº 994/98, do Conselho Estadual de Educação do Ceará. Atualmente é denominado Programa Especial de Formação Pedagógica – Licenciatura Plena, alterado pelo Parecer nº 39/2005, do Conselho Estadual de Educação do Ceará.

Nos depoimentos dos nossos colaboradores, muitos outros processos emergiram na constituição de um devir-professor. Dar aulas particulares desde a adolescência para ajudar nas despesas da casa, lecionar na escola como mão-de-obra para custear a permanência nela, oscilar entre atuar na docência e desejar (ou atuar em) outra profissão, comprar livros ou solicitá-los às editoras para suprir a falta de material didático nas escolas, reunir grupos de alunos em casa, estudar por conta própria, cursar uma faculdade de uma área afim à que leciona (por falta de um curso específico na região em que vive)... Percalços, encontros, desencontros, desterritorializações, reterritorializações. Planos em que atuam diversas forças, linhas que se cruzam na produção de subjetividades. As narrativas dos nossos depoentes são singulares. Uma singularidade que, no plano das multiplicidades, encontra ressonância e vibra na mesma frequência recebida de outras histórias, outras narrativas. Ao mesmo tempo, emitem vibrações que podem ser captadas em outros tempos e espaços. Vozes do Cariri, que afirmam formações de professores em trajetória no Cariri. Se há vibrações com frequências semelhantes, elas podem dizer de outros espaços e tempos, nesse caleidoscópio que é a formação de professores no Brasil.

MONÓLOGO SOBRE FECHAMENTO

Esse texto deveria ser um fechamento, mas, para mim, soa como continuidade. Quando me propus a fazer este trabalho, eu tinha em mente uma problemática para a qual procurava respostas. Mas não demorou muito para que eu desistisse de encontrá-las. No escopo teórico de uma história-problema ou problematizadora, eliminam-se as pretensões de uma história-solução. Ao invés de respostas conclusivas para a explicação de certos fenômenos, argumentos sempre parciais para a compreensão de determinados processos. Compreensões que momentaneamente responderam algumas inquietações minhas, mas ao mesmo tempo já me provocaram outros desejos, proporcionaram novas aberturas. Ao entrar em contato com a história da formação de professores de Matemática no Cariri cearense, fui percebendo que, traçar um percurso, eleger temas e finalizar este trabalho consistiria em fazer algumas escolhas. Estas, por sua vez, foram pautadas nos agenciamentos pelos quais fui afetado, formando uma composição de experiências e experimentações, influenciadas por diversos fatores, como o referencial teórico e metodológico, as narrativas dos entrevistados, os prazos e etapas a cumprir, a minha relação com a região do Cariri e as minhas potencialidades ou limitações de diversas naturezas. Isso significa que as escolhas que fiz foram contingentes e, portanto, dizem mais do meu processo do que da possibilidade de escolhas certas ou erradas. Aliás, se trabalho com um referencial que pensa a história como um conceito móvel, que considera a atividade historiográfica sujeita a interpretações do pesquisador, sua base teórica e sua visão de mundo, não cabe falar em escolhas certas ou erradas, mas em escolhas particulares. Daí reside o fato de uma tese não comportar um fechamento, mas sim continuidades. Não há fim, nem sequer um começo. Há um ponto de partida fluido, que se transmuta inúmeras vezes durante a pesquisa e desloca o início para outro ponto, formando vários inícios e vários finais, entradas e saídas múltiplas.

Minhas entradas, em princípio, tinham a ver com expectativas traçadas na elaboração de um projeto de pesquisa. Minhas saídas representam o modo como as narrativas dos professores entrevistados afirmaram ou diminuíram a potência dessas expectativas. Irei aqui sintetizar algumas dessas saídas. Uma síntese que não é mero fechamento de um texto, mas abertura para outras possibilidades de pesquisa, seja por mim ou por outros pesquisadores que encontrarem nessas aberturas novos desejos de continuidade ou pontos de partida.

Antes de realizar a pesquisa de campo eu já vislumbrava, em algum momento da tese, investigar o desenvolvimento do ensino superior no estado do Ceará através de fontes

documentais. Na constituição da produção de dados, as narrativas dos depoentes potencializaram o meu intento em razão de dois aspectos: primeiro, porque aquelas narrativas não ofereceram elementos suficientes para tratar desse tema – o que é compreensível, considerando que os entrevistados não são estudiosos da história da educação no Ceará –; segundo, porque as suas formações específicas apontavam para diversas adaptações em função da área de conhecimento que lecionavam. Daí reforcei a necessidade de compreender o movimento de institucionalização do ensino superior no estado do Ceará. Já no que se refere às particularidades da região do Cariri e da discussão acerca da formação de professores como movimento dentro e fora do campo institucional, as narrativas produzidas a partir dos relatos dos depoentes me deram muitos elementos de investigação, para os quais busquei bases teóricas que me possibilitaram compreender e externar essas compreensões, tecendo diálogos com os depoentes em suas narrativas, com os teóricos em seus textos, com o grupo de pesquisa, orientador, amigos, professores...

Tendo em vista a análise de documentos institucionais e da literatura corrente, constatee que o ensino superior no Ceará não se constituiu como um projeto de desenvolvimento planejado, em que as universidades fossem peça fundamental, mas como consequência da falta de força política para ampliar o sistema federal no Estado e da acomodação de demandas locais dos setores médios urbanos, abrindo escolas superiores que depois se transformariam em universidades, conforme já apontava Linhares (2001). Na capital do estado, as primeiras universidades – no caso a Universidade Federal do Ceará, UFC (1954), e a Universidade Estadual do Ceará, Uece (1975) –, surgiram como incorporações de antigas faculdades, como as de Direito, Farmácia e Odontologia, Medicina, Agronomia, Administração e Medicina Veterinária, que, ao longo dos anos, oscilavam entre a esfera federal e estadual. No interior, houve a implantação de uma universidade municipal em 1968, na cidade de Sobral (Universidade Vale do Acaraú), incorporada pelo Estado em 1984. No caso da Uece, ainda houve a incorporação de algumas faculdades privadas da Capital, como é o caso das escolas de Enfermagem, Serviço Social e Música, da Faculdade de Filosofia do Ceará, que já havia sido incorporada pelo Estado, mas inicialmente pertencia à Igreja Católica, e de algumas faculdades de Filosofia no interior.

No que diz respeito à formação de professores, esta acontecia nas faculdades católicas – posteriormente incorporadas pelo Estado – de Filosofia. Até a criação da Uece, em 1975, essas faculdades contabilizavam apenas quatro unidades em todo o estado, nas cidades de Fortaleza, Crato, Sobral e Limoeiro do Norte. Com a instalação da Uece e sua política de

interiorização, foram criadas novas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no interior, entre as décadas de 1970 e 1990, bem como foram incorporadas outras que surgiram nesse mesmo período, formando uma rede de não mais que dez dessas escolas em todo o estado. Dentre elas, duas deram origem à criação de universidades estaduais no interior: a Faculdade de Filosofia Dom José, que junto com a Universidade Vale do Acaraú deu origem à Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA (1984), sediada em Sobral, e a Faculdade de Filosofia do Crato, que junto com outras faculdades, a saber, Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, Faculdade de Direito do Crato e Centro de Tecnologia de Juazeiro do Norte (pertencente à Uece), deu origem à Universidade Regional do Cariri, Urca (1986), sediada em Crato.

Até o início dos anos 2000, a formação de professores ficava concentrada nessas instituições, acarretando uma carência enorme de professores, tanto pela falta de cursos específicos, já que essas unidades não conseguiam abranger todas as áreas de ensino da educação básica, quanto pela limitação geográfica, dada a dificuldade de acesso às populações de municípios mais distantes. Somente depois de 2010 os cursos de formação de professores passaram a ser oferecidos de forma mais efetiva. Isto deu-se devido a ampliação da rede de Institutos Federais, da criação de duas novas universidades federais no estado – A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab (2010), e a Universidade Federal do Cariri, UFCA (2013) – e da criação de redes de Ensino a Distância (EaD), centralizadas em algumas dessas instituições, mas contendo polos que abrangem parte significativa dos municípios do interior. A rede privada de ensino superior também cresceu nesse período, mas são quase inexistentes os cursos de formação de professores nessas instituições.

Quanto ao Cariri, onde centralizei o foco de estudo, além dessas conformações, algumas particularidades da região fizeram com que os sistemas de ensino – básico e superior – se desenvolvessem de forma diferenciada em relação a todo o restante do interior cearense, acompanhando a dinâmica do desenvolvimento social e econômico da região. Dentre essas particularidades, destaco algumas que, a meu ver, afetaram mais fortemente o espaço educacional, em consequência da maneira como historicamente foram afetados também os espaços político, religioso, social, geográfico e econômico, tais como, a ocupação do território através da distribuição de grandes porções de terra para uns poucos privilegiados; prosperidade econômica maior do que a dos sertões do seu entorno, em parte pelas condições naturais privilegiadas; desigualdade social advinda principalmente da forma de distribuição de renda e da chegada de uma população subsistente de trabalhadores fugidos das agruras de terras

escassas; desenvolvimento de uma forte política de favoritismo e de estratificações sociais por castas; conflitos políticos e religiosos; crescimento vertiginoso da cidade de Juazeiro do Norte; e presença marcante da Igreja Católica em função da tensão entre a religião por ela imposta e a religiosidade popular. A junção desses fatores trilhou uma rota pela qual a região se desenvolveu em todos os seus aspectos. No âmbito educacional, a influência da Igreja Católica se fez presente no sentido de dotar o Cariri de um sistema de ensino básico e superior. No caso do setor público, uma política de democratização do ensino só começou a se consolidar a partir da década de 1970, mas foi mesmo entre o final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 que essa consolidação atingiu um patamar quantitativo minimamente abrangente, incluindo todos os municípios cearenses, o que aconteceu depois de uma série de transformações na agenda política e econômica do Estado, bem como pela influência de dispositivos legais, como a LDB 9495/96, e de políticas públicas federais na educação.

A criação de um espaço institucionalizado voltado à formação de professores no Cariri cearense veio em 1960, com a instalação da Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), instituição idealizada por lideranças eclesiais, intelectuais, políticas e econômicas, mas mantida e administrada pela Igreja. A FFC surgiu no intuito de amenizar a demanda por um quadro de profissionais da educação no Cariri, tendo em vista o crescimento dessa demanda em função da instalação e do aumento de escolas secundárias. Em virtude da relevância comercial da região, em 1961 foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas de Crato, fundada e mantida pela Associação dos Empregados do Comércio de Crato, com aporte pedagógico da Universidade Federal do Ceará. Como não havia cursos para a formação de outros profissionais liberais, à exceção de economistas, muitos – a maioria de famílias mais abastadas – migravam para as capitais em busca de cursos, principalmente nas áreas da saúde, ciências jurídicas e engenharias. Desse modo, a FFC foi pioneira e protagonista no papel institucional da formação de professores, atraindo estudantes da região e de regiões próximas nos estados vizinhos. Do fato da profissão docente não ser almejada pelas classes mais altas, combinado à forma como se constituiu o tecido social caririense, resultou a tendência que se mostrou nos professores que entrevistei: a maioria veio de origem muito humilde. Neste ponto, a literatura mobilizada e os dados produzidos nesta pesquisa dão um indicativo dessa tendência. No entanto, considero aqui a existência de uma abertura ou de um ponto de partida para futuras investigações que aprofundem as compreensões sobre tal relação.

No tocante aos professores que ensinavam Matemática no Cariri no período estudado, dos doze entrevistados nesta pesquisa apenas um tinha formação específica, realizada na cidade

do Rio de Janeiro, no final da década de 1970. Dos cursos existentes na região, os mais frequentados por professores que ensinavam Matemática eram o curso de História Natural, da FFC, e o curso de Ciências Econômicas, isto porque eram os que tinham mais disciplinas de Matemática ou afins na grade curricular. Com o projeto de interiorização da Uece, foi implantado um curso de Licenciatura Curta em Ciências na cidade de Juazeiro do Norte em 1983, plenificado dez anos depois – já sob jurisdição da Urca – e constituindo-se, a partir daí, no único curso de formação de professores de Matemática na região até 2002, quando foi instalado o curso de Licenciatura em Matemática do IFCE. Em 2004, o curso de Matemática da Urca foi ampliado, criando-se um novo curso na Unidade Descentralizada de Campos Sales, no município homônimo. Por fim, ainda na primeira década dos anos 2000 houve a criação de cursos de Licenciatura em Matemática a distância na UFC, IFCE e Uece, todos oferecendo vagas em polos na região do Cariri (além de outras regiões do estado). Esses dados reforçaram a minha compreensão de que é muito recente a configuração de um sistema institucionalizado de formação de professores de Matemática em terras caririenses.

Por esses motivos, muitos dos professores que ensinavam Matemática na região do Cariri ingressaram na carreira docente de maneira atípica se considerarmos como norma as formações institucionalizadas. Entretanto, para além e aquém da formação escolar usual, há uma série de processos formativos que escapam aos dispositivos legais. Isso nos leva a pensar a formação de professores como uma rachadura que extrapola os conceitos de formação inicial, formação continuada e formação em serviço; que as classificações normatizadoras não dão conta de expressar os fluxos, as intensidades e as multiplicidades que se insinuaram no plano de forças que atua na formação de professores; e que a formação ocorre por meio de continuidades ao longo de toda uma trajetória de vida ou por rupturas, agenciamentos, subjetivações, cruzamentos de linhas que se interceptam na constituição de um “ser professor” ou – para usar um termo condizente com o aporte teórico a que recorri na elaboração dessas compreensões – de um devir-professor.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração do saber histórico. **Locus Revista de História da UFJF**. v. 10, nº 2, jul-dez 2004, (p. 54-72). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.
- ALEKSIÉVITCH, S. **Vozes de Tchernóbil**: a história oral do desastre nuclear. Tradução: Sônia Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALENCAR, A. C. (2014). **História da Matemática no livro didático de Matemática: práticas discursivas**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática). Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande: UEPB, 2014.
- ALMEIDA, N. F. **O Colégio Salesiano em Juazeiro do Norte e o projeto educacional do padre Cícero**: os benfeitores da juventude (de 1939 aos anos de 1970). Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2011.
- ARAÚJO, A. **Bárbara de Alencar**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017.
- ARAÚJO, M. R. S. Ritual do evento Consagração Solene do lar ao Sagrado Coração de Jesus: Renovação. **Caderno de Cultura e Ciências**, v. 10, n. 2, p. 70-75, 2011.
- ARIÈS, P. A história das mentalidades. In LE GOFF, J. **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARALDI, I. M.; GAERTNER, R. História Oral e Educação Matemática: alguns princípios e procedimentos do entrelaçamento. **IV Encontro Regional Sul De História Oral - Anais Eletrônicos**. nº 01 / 2007. IV Encontro Regional Sul de História Oral: culturas, identidades e memórias. Florianópolis: ABHO, 2007.
- BARROS, J. D. Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. **História - Debates e Tendências**. v. 12, nº 2, jul/dez 2012. Passo Fundo: Editora UPF, 2012.
- BARROSO JUNIOR, E. **O Instituto Cearense de Matemática (1954-1960)**: a origem do Instituto de Matemática da UFC. Rio Claro, 2015. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2015.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOIS, G. Marxismo e história nova. In LE GOFF, J. **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BURKE, P. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CEARÁ (Estado). Lei Complementar nº 144, de 04 de setembro de 2014. Altera o item 1, do inciso I do Art.1º, bem como o item 2, do inciso II do Art.1º da Lei Complementar nº 03, de 26 de junho de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 18, de 29 de dezembro de 1999, com alteração posterior pela Lei complementar nº 78, de 26 de junho de 2009. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 08 set. 2014, série 3, ano VI, nº 166, p. 1.

CEARÁ (Estado). Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC, altera a composição de microrregiões do estado do Ceará e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 03 jul. 2009, série 3, ano I, nº 121, p. 1.

CEARÁ (Estado). Lei nº 10.993, de 10 de outubro de 1984. Cria, sob a forma autárquica, a Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, na forma que indica e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 11 out. 1984, parte I, nº13.934, p. 2-3.

CEARÁ (Estado). Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece). **Ceará em Números 2015**. Fortaleza, CE, 2016.

CEARÁ (Estado). Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece). **Posição geográfica, dimensões e limites**. Fortaleza, CE, 2017. 1 mapa. Escalas variam.

CEARÁ (Estado). Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece). **Regiões metropolitanas do Ceará - 2016**. Fortaleza, CE, 2016. 1 mapa. Escala 1:2.500.000.

CEARÁ (Estado). Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece). **Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza, CE, 2017. 1 mapa. Escala 1:1.000.000.

CEARÁ (Estado). Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece). **Região Metropolitana do Cariri**. Fortaleza, CE, 2017. 1 mapa. Escala 1:1.000.000.

CEARÁ (Estado). Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece). **Região Metropolitana de Sobral**. Fortaleza, CE, 2017. 1 mapa. Escala 1:1.000.000.

CORRÊA, L. C.; CORRÊA, C. E. Caracterização geral da região do Araripe e distinção entre as diferentes denominações. In ALBUQUERQUE, U. P.; MEIADO, M. V. (Eds). **Sociobiodiversidade na Chapada do Araripe**. Recife: Nupeea; Bauru: Canal 6, 2015.

CORTEZ, A. O. O. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), 2000.

- CURY, F. G. **Uma história da formação de professores de Matemática e das instituições formadoras do estado do Tocantins**. Rio Claro, 2011. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. v. 1, 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. v. 2, 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e SuEli Rolnik. v. 3, 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**; tradução: Maria Yeda Linhares. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FERNANDES, D. N. **Sobre a formação do professor de matemática no Maranhão: cartas para uma cartografia possível**. Rio Claro, 2011. 388f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2011.
- FERNANDES, F. C. M. O apelo divisional da estruturação híbrida e *multicampi* dos Institutos Federais. **Holos**. [S. I.], v. 4, p. 258-268, set. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4529>>. Acesso em: 01/11/2017.
- FERNANDES, G. V. O sagrado coração enquanto símbolo tradicional. **Tendências: Caderno de Ciências Sociais**. Crato, v. 3, p. 101-116, 2005.
- FLORÊNCIO, L. R. S. **Fundação da Faculdade de Filosofia do Crato – FFC: representações sobre a interiorização do ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2012.
- GARNICA, A. V. M. A História Oral como recurso para a pesquisa em Educação Matemática: um estudo do caso brasileiro. **Anais do V CIBEM**. Congresso Ibero-Americano de Educação Matemática. Porto: AMP – Associação de Professores de Matemática de Portugal, 2005.
- GARNICA, A. V. M. História oral e Educação Matemática: um panorama sobre pressupostos e exercícios de pesquisa. **Revista História Oral**. v. 8, n. 2, 2015, jul-dez, p. 35-53.
- GASPAR, L. **Padre Ibiapina**. Pesquisa escolar online, Fundação Joaquim Nabuco. Recife: 2011. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=852%3Apadre-ibiapina&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1>. Acesso em: 08/10/2018.
- GOMES, E. S. L.; CAMPOS, L. S. Padre Inácio de Sousa Rolim: sua influência na cultura sertaneja de 1800-1899. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais - RBHCS**. Rio

Grande/RS, v. 4, n. 8, p. 80-94, 2012. Disponível em:

<<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/158/152>>. Acesso em: 23/10/2018.

GRUPO DE HISTÓRIA ORAL E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (GHOEM). **Sobre o Ghoem**. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/ghoem/index.php?pagina=sobre.php>>. Acesso em 10/11/2017.

HOBBSAWM, E. **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Juazeiro do Norte/CE: Histórico**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/juazeirodonorte.pdf>>. Acesso em: 28/11/2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFCE). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Fortaleza, CE, 2012. 83 p.

IRFI, A. S. R. P C. Pinto Madeira e seu ‘exército de cabras’: conflitos políticos e sociais no Cariri cearense pós-independência. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**. Recife, n. 35.1, p. 200-224, jan.-jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24717/19992>>. Acesso em: 04/10/2018.

JUCÁ NETO, C. R. **A urbanização do Ceará setecentista: as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2007.

JUCÁ NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 133-163, jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09/08/2018.

KASTRUP, V. Aprendizagem, arte e invenção. **Psicologia em Estudo**. v. 6, n. 1, p. 17-27. Maringá, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n1/v6n1a03.pdf>>. Acesso em: 02/01/2019.

KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. **Educação e Sociedade**. v. 23, n. 93, p. 1273-1288. Campinas, set./dez. 2005. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0015/3774/Formacao_do_Professor_e_Devir-Mestre.pdf>. Acesso em: 02/01/2019.

LE GOFF, J. A história nova. In LE GOFF, J. **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LINHARES, P. **O conhecimento assediado: propostas para uma universidade pública, democrática e transformadora**. Fortaleza, CE: Fundação Terra de Iracema, 2001.

LOPES, T. M. R. **Uma história de instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923-1960): o Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórico-comparada**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2015.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Juazeiro do Padre Cícero**. 4. ed. aum. Brasília: MEC/Inep, 2002. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486263>. Acesso em: 28/11/2018.

MACHADO, J. R. M. **Entre cantos e açoites**: memórias, narrativas e políticas públicas de patrimônio que envolvem os penitentes da cidade de Barbalha – CE. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Iphan, 2014.

MENDES, E. G. A geografia cearense e a formação dos primeiros licenciados: relato sobre a Faculdade Católica do Ceará (1947-1957). **Revista GeoUece** – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza (CE), v. 2, nº 1, p. 80-91, jan./jun. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Alex%20Coelho/Desktop/560-2007-3-PB.pdf>>. Acesso em: 17/10/2017.

MIYAZAKI, V. K. Estudo sobre aglomeração urbana no contexto das cidades médias. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. ENG, 16, 2010. Porto Alegre: XVI ENG, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=ESTUDO+SOBRE+AGLOMERA%C3%87%C3%83O+URBANA+NO+CONTEXTO+DAS+CIDADES+M%C3%89DIAS&rlz=1C1CHZL_pt-BRBR692BR692&oq=ESTUDO+SOBRE+AGLOMERA%C3%87%C3%83O+URBANA+NO+CONTEXTO+DAS+CIDADES+M%C3%89DIAS&aqs=chrome..69i57.701j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 26/09/2017.

MORAIS, J. M. L.; MACEDO, F. C.; LIMA JUNIOR, F. O. **Ceará**: economia, urbanização e metropolização. Crato, CE: RDS, 2014.

NEVES, F. C. A seca na história do Ceará. In SOUZA, S. (Org). **Uma nova história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

NOBRE, E. S. Caminhos e sujeitos da historiografia do padre Cícero. In BUARQUE, V. A. C. (org). **História da historiografia religiosa**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

OLIVEIRA, A. J. Processo de “invisibilidade” dos índios Kariri nos Sertões dos Cariris Novos na segunda metade do século XIX. **Clio**: Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 34.2, p. 270-289, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/25013/20263>>. Acesso em: 15/08/2018.

ORJUELA-BERNAL, J. I. **Indígenas, cosmovisão e ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2018.

PIERRE, J. T. **Urca**: Universidade Regional do Cariri – do sonho ao credenciamento. Resgate histórico e documental. Fortaleza: Premium, 2010.

PORTO ALEGRE, M. S. Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da “cultura de contato”. **Anais do XVI Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, out. 1992. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/16-encontro-anual-da-anpocs/gt-16/gt01-8/7132-mariaalegre-aldeias/file>>. Acesso em 14/08/2018.

QUEIROZ, Z. F. Ensinando História da Educação do Ceará e do Cariri cearense: pesquisa e ensino na graduação. **Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Colubhe 6, 2006. Uberlândia: VI Colubhe, 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/95ZuleideFernandesQueiroz.pdf>>. Acesso em: 14/03/2017.

SANTOS, D. **Os cem anos do Cefet/CE: compromisso social, desenvolvimento tecnológico e aproximação com o mercado**. Fortaleza: Eduece, 2007. 80 p.

SANTOS, R. J. Inclusão ou exclusão: sobre a disposição do gênero no ritual de renovação do Sagrado Coração de Jesus. **Anais dos Simpósios da ABHR**, n. 2, 2016.

SILVA, J. F. **O Círculo Operário de Barbalha como expressão do catolicismo social na educação e na cultura (1930 a 1964)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2009.

SILVA, V.; ALENCAR, F. A. G. Formação territorial do Ceará: das 16 vilas originais aos 184 municípios atuais. **Boletim Goiano de Geografia**. (Online). Goiânia, v. 35, n. 1, p. 53-69, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/35484>>. Acesso em: 09/08/2018.

SILVEIRA, J. E. A. **Síntese Cronológica Universidade Estadual Vale do Acaraú: 1915-2010**. Tomo I: Proto-História – 1915-1968. Sobral: Edições Universitárias, 2011. 152p.

SOUSA, F. J. P. Transformações políticas e institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do Estado. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 38, n. 4, out.- dez. 2007. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1067>. Acesso em: 20/12/2018.

SOUZA, F. L. M. **Qualificar, capacitar, habilitar: a educação e a produção de sujeitos outros, no Ceará do século XX (1987-2007)**. Rio de Janeiro, 2010. 160f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – Proped, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro (RJ), 2010.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UFC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Agronomia**: modalidade presencial. Fortaleza, 2015.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Projeto Pedagógico**: Curso de Ciências da Natureza e Matemática – Licenciatura (Versão 4). Redenção, CE, 2016. 193 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Projeto Político Pedagógico**: Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática. Brejo Santo, CE, 2015. 91 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Matemática**. Fortaleza, CE, 2013. 66 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Matemática**. Fortaleza, CE, 2005. 28 p.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**. Crato, CE, 2014. 161 p.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito da Urca**: modalidade bacharelado. Crato, CE, 2013. 39 p.

VAZ, T. Docência em deriva: atravessamentos de um 'devir professor'. **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Anped Sul, 9, 2012. Caxias do Sul: Anped Sul, 2012. Disponível em: <
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/paper/viewFile/1243/790>
>. Acesso em: 02/01/2019.

VIANA, M. H. M. **Programa Magister Ceará**: reflexões sobre formação docente. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2012.

VIEIRA, S. L. **História da Educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – DOUTORADO
ALEXSANDO COELHO ALENCAR
ORIENTADOR: ANTONIO VICENTE MARAFIOTI GARNICA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA (SOBRE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES QUE ENSINAVAM MATEMÁTICA NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980)

- 1) Dados pessoais
 - a) Nome
 - b) Data de nascimento
 - c) Cidade natal
 - d) Formação acadêmica
- 2) Educação Básica
 - a) Onde cursou?
 - b) Em que período?
 - c) Como era a escola nessa época? (Infraestrutura, acesso etc.).
 - d) Quem ensinava Matemática nessa época? Até onde o senhor (a senhora) sabe, quais eram as formações dos professores que ensinavam Matemática?
- 3) Formação específica
 - a) Qual a sua área específica de formação? A sua formação inicial foi em curso de nível médio ou superior?
 - b) O senhor (A senhora) poderia me falar um pouco sobre o seu curso de formação? se era público ou privado; qual era a instituição que ofertava; qual o período; onde funcionava (em qual município); quais eram as condições oferecidas pela instituição formadora; se tinha professores suficientes; como era a infraestrutura; se havia biblioteca e obras suficientes; se o senhor (a senhora) ou algum outro aluno tinha que se deslocar até outra cidade para fazer o curso...
 - c) Até onde o senhor (a senhora) sabe, quem eram e de onde vinham seus professores? Quais eram as suas formações?
 - d) Segundo o que o senhor (a senhora) vivenciou, quais eram as opções de formação para quem morava aqui na região do Cariri e queria formar-se como professor de Matemática?
 - e) Como, segundo sua experiência, acontecia a formação de professores?
 - f) Nesse período, segundo seu ponto de vista, aconteceram mudanças significativas na formação de professores? O senhor (A senhora) poderia citar uma ou algumas dessas mudanças?
 - g) Durante a sua carreira profissional o senhor (a senhora) fez algum outro curso de formação ou capacitação de professores? Em quais circunstâncias?

- h) De modo geral, como era o contexto (social, político, econômico) das cidades cearenses onde o senhor (a senhora) circulou à época da graduação?
 - i) O que o (a) levou a optar pelo seu curso de graduação?
- 4) Atividade profissional
- a) O senhor (A senhora) poderia me falar um pouco sobre sua trajetória de inserção na profissão docente? Ela se deu a partir da formação inicial ou a partir de alguma expectativa ou experiência anterior?
 - b) Em quais escolas e séries o senhor (a senhora) ensinou Matemática? O senhor (A senhora) ensinou outras disciplinas também?
 - c) Até onde o senhor (a senhora) sabe, quais eram as formações dos outros professores que ensinavam Matemática na sua cidade ou nas escolas em que o senhor (a senhora) ensinou?
 - d) Nas escolas que o senhor (a senhora) trabalhou, que tipo de formação se exigia, na época, para que um professor pudesse ensinar Matemática nas séries de 2º grau?
 - e) No seu ponto de vista, como era a relação entre oferta e demanda de professores de Matemática aqui na região do Cariri?
 - f) Segundo sua perspectiva, qual era o perfil socioeconômico dos alunos que conseguiam chegar às séries do 2º grau nas escolas em que o senhor (a senhora) ensinou?
- 5) Aspectos gerais
- a) O que o senhor (a senhora) sabe sobre iniciativas de formação de professores de Matemática e políticas de interiorização dessa formação no Ceará ou aqui na região do Cariri?
 - b) Como o senhor (a senhora) avalia a oferta de cursos de formação de professores de Matemática hoje na região do Cariri comparado à época da sua formação?

APÊNDICE B - MODELO DA CARTA DE RETORNO

Carta de Retorno

Prezado (a) colaborador (a),

Venho por meio desta apresentar, para fins de apreciação, legitimação e autorização, o material referente à entrevista que o (a) senhor (senhora) me concedeu no dia ____ de _____ de _____ em função da minha pesquisa de doutorado, orientada pelo professor Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980. Junto a esta carta seguem os seguintes materiais:

- CD-R contendo cópia digital do áudio da entrevista concedida;
- Um texto impresso intitulado **transcrição**, contendo a transcrição literal do áudio da entrevista, com todas as hesitações, repetições e outros traços da oralidade. Esse texto servirá para apreciação e comparação entre o áudio da entrevista e a versão a ser publicada, da qual foram suprimidos os traços mais marcantes da oralidade e as repetições;
- Um texto impresso intitulado **textualização**, que será a versão a ser publicada. Desse texto foram retiradas as repetições e os traços mais marcantes da oralidade, apresentados na transcrição, procurando manter alguns regionalismos e traços característicos do entrevistado. Foram retiradas, também, da textualização, as perguntas do entrevistador, de forma que o texto contém somente as respostas do entrevistado, mantendo o seu nexos e linearidade, visto que o mesmo será apresentado na tese como um monólogo. Notas de rodapé foram acrescentadas a esse texto para esclarecer alguns termos, instituições ou personalidades para possíveis leitores do nosso trabalho que não conheçam a região ou a realidade de um determinado aspecto no contexto do trabalho. Conterá também a textualização a ser apresentada na tese um título, o qual segue no texto para apreciação. Portanto, solicito do (da) senhor (senhora), através da assinatura da Carta de Cessão, a legitimação da textualização, reconhecendo-a como registro escrito da entrevista supramencionada, podendo acrescentar ou suprimir informações, caso o (a) senhor (senhora) deseje ou considere relevante para o estudo em questão. A textualização impressa segue com todas as páginas rubricadas por mim, sendo que, depois da assinatura da Carta de Cessão, o depoimento não será mais alterado em seu texto, podendo haver alterações nas notas de rodapé ou na pontuação e acentuação, em virtude de possível revisão ortográfica.
- A **Carta de Cessão**, que é o documento legal da concessão dos direitos de utilização e publicação do texto pelo (pela) senhor (senhora) legitimado, bem como de áudios, imagens e documentos que o (a) senhor (senhora) possa nos ter concedido para esta pesquisa.

Desde já, agradeço a colaboração do (da) senhor (senhora) neste trabalho.

Atenciosamente,

Recebido em ____ / ____ / ____

Alexsandro Coelho Alencar.

APÊNDICE C - MODELO DA CARTA DE CESSÃO**Carta de Cessão**

Eu, _____, RG nº _____, declaro ceder a Alexsandro Coelho Alencar, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em ____/____/____, com duração de _____; sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

Juazeiro do Norte (CE), ____ de _____ de 2017.

Assinatura

ANEXOS

CARTAS DE CESSÃO

Carta de Cessão

Eu, Carlos Alberto de Carvalho, RG nº 475.528 SSP/CE, declaro ceder a Alessandro Coelho Alencar, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 13 de novembro de 2016, com duração de 1^o34'46'' (uma hora, trinta e quatro minutos e quarenta e seis segundos); sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

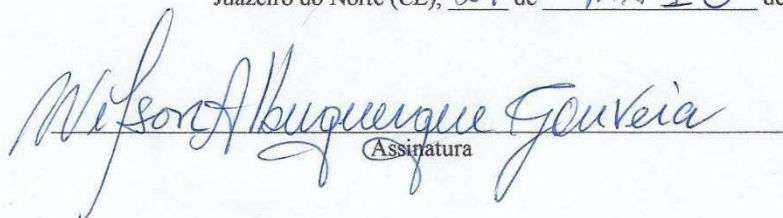
Juazeiro do Norte (CE), 24 de MAIO de 2017.

Carlos Alberto de Carvalho
Assinatura

Carta de Cessão

Eu, Wilson Albuquerque Gouveia, RG nº 389.110, SSP-CE, declaro ceder a Alexsandro Coelho Alencar, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 22 de outubro de 2016, com duração de 48'43'' (quarenta e oito minutos e quarenta e três segundos); sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

Juazeiro do Norte (CE), 27 de MAIO de 2017.


Assinatura

Carta de Cessão

Eu, Maria Socorro Guedes Lima, RG nº 2008445897-0 SSP/CE, declaro ceder a Alessandro Coelho Alencar, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 21 de fevereiro de 2017, com duração de 44'07'' (quarenta quatro minutos e sete segundos); sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

Juazeiro do Norte (CE), 27 de maio de 2017.

Maria Socorro Guedes Lima
Assinatura

Carta de Cessão

Eu, Francisco Wilami Batista dos Santos, RG n° 1.711.779 IFP/RJ
declaro ceder a Alexsandro Coelho Alencar, RG n° 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 31 de março de 2017, com duração de 1°12'42'' (uma hora, doze minutos e quarenta e dois segundos); sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

Juazeiro do Norte (CE), 16 de Setembro de 2017,

Francisco Wilami Batista dos Santos.
Assinatura

Carta de Cessão

Eu, **José Edmilson Soares**, RG nº 2017023574-7, SSP-CE, declaro ceder a **Alexsandro Coelho Alencar**, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em **09 de julho de 2017**, com duração de **33'46'' (trinta e três minutos e quarenta e seis segundos)**; sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

Juazeiro do Norte (CE), 07 de OUTUBRO de 2017.


Assinatura

Carta de Cessão

Eu, José Mota Filho, RG nº 95029067010 SSP/CE, declaro ceder a Alexandro Coelho Alencar, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 31 de março de 2017, com duração de 40'47" (quarenta minutos e quarenta e sete segundos); sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

Juazeiro do Norte (CE), 09 de OUTUBRO de 2017.

José Mota Filho
Assinatura

Carta de Cessão

Eu, Francisco Eliomar Ribeiro, RG nº 2001097085080 SSP/CE, declaro ceder a Alessandro Coelho Alencar, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 31 de março de 2017, com duração de 46'50'' (quarenta e seis minutos e cinquenta segundos); sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

Juazeiro do Norte (CE), 10 de outubro de 2017.

Francisco Eliomar Ribeiro

Assinatura

Carta de Cessão

Eu, **Francisca Pontes Sampaio**, RG nº 2006029300666 SSP/CE declaro ceder a **Alexsandro Coelho Alencar**, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em **11 de julho de 2017**, com duração de **56'35'' (cinquenta e seis minutos e trinta e cinco segundos)**; sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

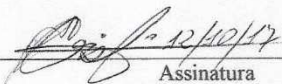
Juazeiro do Norte (CE), 10 de OUTUBRO de 2017.

Francisca Pontes Sampaio
Assinatura

Carta de Cessão

Eu, **Antonio Crispim de Melo**, RG nº 473121 SPSP Ce, declaro ceder a **Alexsandro Coelho Alencar**, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em **18 de julho de 2017**, com duração de **56'46'' (cinquenta e seis minutos e quarenta e seis segundos)**; sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

Juazeiro do Norte (CE), 12 de Outubro de 2017.


Assinatura

Carta de Cessão

Eu, **Josefa Sales Bezerra Alves**, RG nº 95029050312 SSP/CE declaro ceder a **Alexsandro Coelho Alencar**, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em **05 de julho de 2017**, com duração de **1°06'30"** (uma hora, seis minutos e trinta segundos); sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

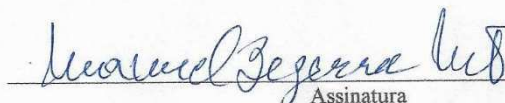
Juazeiro do Norte (CE), 13 de OUTUBRO de 2017.

Josefa Sales Bezerra Alves
Assinatura

Carta de Cessão

Eu, **Manuel Bezerra Neto**, RG nº 2007978116-4 SSP/CE, declaro ceder a **Alexsandro Coelho Alencar**, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em **01 de julho de 2017**, com duração de **1º15'18" (uma hora, quinze minutos e dezoito segundos)**; sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

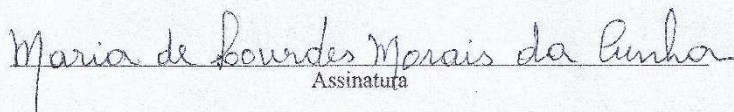
Juazeiro do Norte (CE), 16 de OUTUBRO de 2017.


Assinatura

Carta de Cessão

Eu, **Maria de Lourdes Morais da Cunha**, RG nº 735.333 SSP/CE, declaro ceder a **Alexsandro Coelho Alencar**, RG nº 2008594588-3, SSP/CE, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em **08 de julho de 2017**, com duração de **1º06'30"** (uma hora, seis minutos e trinta segundos); sobre a transcrição literal da referida entrevista; sobre a textualização (edição) do registro oral, que me foi apresentada, conferida e por mim legitimada; sobre a divulgação da minha imagem e identificação e sobre documentos por mim cedidos. Estou ciente de que o material em alusão irá compor a sua tese de doutorado, que versa sobre a formação e atuação de professores que ensinavam Matemática na região do Cariri cearense nas décadas de 1970 e 1980, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP), podendo o pesquisador, para tal fim, publicar integral ou parcialmente o conteúdo da textualização, bem como os documentos, imagens, identificação e referências à minha pessoa, neste ou em estudos posteriores, desde que exclusivamente para fins acadêmicos e referenciando sempre o estudo do qual o material faz parte originalmente. Outrossim, autorizo o seu arquivamento em bancos de dados físicos ou eletrônicos, com fins acadêmicos, para posteriores consultas ou estudos por esse ou outros pesquisadores.

Milagres (CE), 19 de outubro de 2017.


Assinatura